



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURA (ILL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM (PPGLin)**

MANOEL OLIVEIRA GALDINO

**ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DE INTRODUÇÕES DE
DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DO PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA DA
UFC-UNILAB-CE**

ACARAPE

2025

MANOEL OLIVEIRA GALDINO

ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DE INTRODUÇÕES DE DISSERTAÇÕES
DE MESTRADO DO PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA DA UFC-UNILAB-CE

Dissertação de mestrado apresentada Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para a obtenção do Título de Mestre. Área de concentração: Práticas textuais e discursivas.

Orientador: Prof. Dr. José Olavo da Silva
Garantizado Júnior.

ACARAPE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Galdino, Manoel Oliveira.

G149a

Análise da organização retórica de introduções de dissertações de mestrado do Programa de Antropologia da UFC-UNILAB-CE / Manoel Oliveira Galdino. - Acarape, 2025.
361f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2025.

Orientador: Prof. Dr. José Olavo da Silva Garantizado Júnior.

1. Redação acadêmica - Estudo e ensino (Superior). 2. Dissertação - Introduções. 3. Universidades e faculdades - Pós-graduação. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 808.066

MANOEL OLIVEIRA GALDINO

ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DE INTRODUÇÕES DE DISSERTAÇÕES
DE MESTRADO DO PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA DA UFC-UNILAB-CE

Dissertação de mestrado apresentada Programa
de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem,
da Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para
a obtenção do Título de Mestre.

Aprovada em: 29/10/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Olavo da Silva Garantizado Júnior (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Profª. Dra. Claudênia de Paula Lemos
Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc)

Profª. Dra. Mariza Angélica Paiva Brito
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

A TODOS OS MEUS MESTRES, CUJA
DEDICAÇÃO E ENSINO ME
TROUXERAM ATÉ AQUI.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é a Ele, cujo poder, misericórdia e graça me trouxeram até aqui. Sem Deus, eu nada teria, tampouco este mestrado, que se revelou uma verdadeira montanha-russa de emoções e sentimentos, em que embarquei com fé e esperança. Obrigado, meu Deus, por sempre me conceder tudo o que preciso, ainda que eu não mereça.

Em seguida, agradeço a minha esposa, que há quase doze anos é minha companheira, parceira e ajudadora. Foi ela quem sustentou as pontas enquanto eu estudava, cuidou de mim e da nossa filha, e me deu forças para continuar. Também sou profundamente grato a minha princesa, que precisou sacrificar muitas horas, dias e semanas sem a atenção do papai. Ela fazia silêncio para que eu pudesse me concentrar e me oferecia aquele abraço cheio de energia nos momentos em que eu já estava exausto diante do computador. Obrigado, meus amores, sem o apoio de vocês eu não teria conseguido.

Registro também minha gratidão ao meu orientador, Olavo, que acreditou no meu potencial mesmo quando, no início, parecia que eu não entregaria nada. Você me deu toda a assistência necessária para desenvolver este trabalho e mostrou-se não apenas um profissional excepcional, mas também um professor dinâmico, amigo e um orientador no sentido mais verdadeiro da palavra: soube o momento certo de pressionar e também o de deixar que eu caminhasse com minhas próprias pernas. Muito obrigado por tudo – pelas palavras firmes quando foram necessárias, pelo incentivo constante e, sobretudo, por estar sempre por perto. Você foi, sem dúvida, o melhor orientador que eu poderia ter.

Estendo meus agradecimentos aos professores do Programa de Pós-Graduação, em especial à professora Otávia Marques, que também me acompanhou na graduação pela UECE, e ao professor Kennedy, que, embora eu não tenha tido nenhuma disciplina com ele, sempre se mostrou disponível para ajudar, tirar dúvidas e ser solícito. Foi, inclusive, meu primeiro contato com o Programa desde o processo seletivo.

Sou igualmente grato aos meus colegas de turma, com quem dividi não apenas trabalhos e atividades acadêmicas, mas também essa caminhada desafiadora. Em especial, a minha amiga Regina, que se tornou uma conselheira querida e com quem compartilhei um dos momentos mais difíceis da minha vida. Também gostaria de destacar minha gratidão a Adriely e a Marcleide, com quem compartilhei angústias e cuja experiência no mestrado contribuiu significativamente para tornar a minha caminhada mais leve e enriquecedora.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro e pelo incentivo à pesquisa, fundamentais para a realização deste trabalho.

Muito obrigado a todos!

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os movimentos retóricos da seção de introdução em dissertações de mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Mestrado em Antropologia UFC-UNILAB, publicadas no Repositório institucional da instituição, entre os anos de 2020 até 2024. Para esse intuito, tomamos por base teórica a abordagem sociorretórica (Swales, 1990, 2004) e o modelo de organização retórica (Motta-Roth, 2010), os quais consideram que há uma organização retórica presente nos gêneros textuais acadêmicos. A metodologia de nossa pesquisa propõe uma abordagem mista – qualitativa e quantitativa –, com um método hipotético-dedutivo de natureza descritiva e documental. O *corpus* é composto por uma seleção de 22 introduções de dissertações do programa de mestrado de Antropologia da UNILAB, publicadas entre os anos de 2020 a 2024. Assim, nossa pesquisa espera orientar os futuros leitores através dos estágios de argumentação e lógica do trabalho, pretendendo tornar-se, portanto, uma contribuição teórica para os estudos de textos acadêmicos, especificamente para as aulas de graduação ou até mesmo para a disciplina de Metodologia, na Pós-Graduação.

Palavras-chave: gêneros acadêmicos; introduções de dissertação; mestrado; movimentos retóricos.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the rhetorical moves of the introduction section in master's dissertations from the Graduate Program at the University for International Integration of the Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB), Master's in Anthropology UFC-UNILAB, published in the institution's institutional repository between 2020 and 2024. For this purpose, we adopt the socio-rhetorical approach (Swales, 1990, 2004) and the rhetorical organization model (Motta-Roth, 2010), which consider that there is a rhetorical organization inherent to academic textual genres. The methodology of our research proposes a mixed approach – qualitative and quantitative – based on the hypothetical-deductive method, with a descriptive and documentary nature. The corpus consists of a selection of 22 introductions from master's dissertations in Anthropology at UNILAB, published between 2020 and 2024. Thus, our research seeks to guide future readers through the stages of argumentation and logical development of the work, aiming to constitute, therefore, a theoretical contribution to the studies of academic texts, specifically for undergraduate classes or even for the Postgraduate Methodology course.

Keywords: academic genres; dissertation introductions; master's degree; rhetorical moves.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Caracterização dos elementos que compõem o gênero textual segundo Swales (1990).....	32
Quadro 2	– Características das Comunidades Discursivas segundo Swales (1990).....	34
Quadro 3	– Modelo CARS para introduções de artigo de pesquisa.....	43
Quadro 4	– Princípios fundamentais para a compreensão de gêneros segundo Miller...	58
Quadro 5	– Estrutura da dissertação.....	66
Quadro 6	– Estrutura da dissertação segundo Muniz-Oliveira e Barricelli (2009).....	69
Quadro 7	– Estrutura da Dissertação de Mestrado: Principais Partes e Suas Funções....	71
Quadro 8	– Legenda de cores utilizadas para identificação dos passos das introduções que compõem o <i>corpus</i>	87
Quadro 9	– Descrição sintetizada dos Movimentos e Passos encontrados nas introduções dos Programa de Antropologia por ordem de aparição.....	90
Quadro 10	– Descrição sintetizada dos Movimentos e Passos encontrados na introdução MEA202104.....	138
Quadro 11	– Descrição sintetizada dos Movimentos e Passos encontrados na introdução MEA202105.....	139
Quadro 12	– Descrição sintetizada dos Movimentos e Passos encontrados na introdução MEA202107.....	141
Quadro 13	– Descrição sintetizada dos Movimentos e Passos encontrados na introdução MEA202201.....	142
Quadro 14	– Descrição sintetizada dos Movimentos e Passos encontrados na introdução MEA202202.....	143
Quadro 15	– Descrição sintetizada dos Movimentos e Passos encontrados na introdução MEA202104.....	183

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Quantidade de textos publicados.....	85
Tabela 2	– Contabilização de todos os Passos Retóricos encontrados nas introduções de dissertação de mestrado do Programa de Antropologia UFC-UNILAB..	113
Tabela 3	– Frequência do Movimentos 1 e dos Passos propostos por Swales (1990)....	117
Tabela 4	– Frequência do Movimento 2 e dos Passos propostos por Swales (1990).....	149
Tabela 5	– Frequência do Movimento 3 e dos Passos propostos por Swales (1990).....	177

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A NOÇÃO DE GÊNERO TEXTUAL.....	19
2.1	A NOÇÃO DE GÊNERO NA ANTIGUIDADE.....	19
2.2	A NOÇÃO DE GÊNERO EM BAKHTIN.....	23
2.3	A NOÇÃO DE GÊNERO NA PERSPECTIVA SOCIORRETÓRICA.....	28
2.3.1	A abordagem de J. M. Swales.....	29
2.3.2	O que é Comunidade Discursiva?.....	33
2.3.3	A noção de Propósito Comunicativo.....	38
2.3.4	O método CARS.....	41
2.3.5	As metáforas de Swales.....	48
2.4	A ABORDAGEM DE VIJAY KUMAR BHATIA.....	54
2.5	A ABORDAGEM DE CAROLYN MILLER.....	57
2.6	A ABORDAGEM DE CHARLES BAZERMAN.....	59
3	O GÊNERO DISSERTAÇÃO DE MESTRADO.....	63
3.1	A DISSERTAÇÃO DE MESTRADO.....	63
3.2	A DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SEGUNDO A ABNT.....	65
3.3	ALGUNS ESTUDOS ACERCA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO NO BRASIL.....	67
3.4	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO NO CONTEXTO DA UNILAB.....	74
3.5	A SEÇÃO DE INTRODUÇÃO EM DISSERTAÇÕES DE MESTRADO.....	76
4	METODOLOGIA.....	80
	

4.1	A ABORDAGEM DA PESQUISA.....	80
4.2	NATUREZA DA PESQUISA.....	81
4.3	MÉTODO DA PESQUISA.....	82
4.4	O CENÁRIO DE PRODUÇÃO DOS TEXTOS.....	83
4.4.1	Descrição do Programa de Pós-Graduação em Antropologia.....	84
4.5	CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DA PESQUISA.....	84
4.6	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	85
4.7	ETAPAS DE CONSTITUIÇÃO DA PESQUISA.....	88
5	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	90
5.1	ANÁLISE DAS INTRODUÇÕES DO MESTRADO EM ANTROPOLOGIA..	90
5.2	ANÁLISE DO MOVIMENTO 1.....	117
5.2.1	Passo 1 - Reivindicando centralidade.....	117
5.2.2	Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos.....	125
5.2.3	Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores.....	133
5.3	ANÁLISE DO MOVIMENTO 2.....	149
5.3.1	Passo 1A - Contra-reivindicação.....	150
5.3.2	Passo 1B - Indicando uma lacuna.....	151
5.3.3	Passo 1C - Levantamento de questões.....	163

5.3.4	Passo 1D - Continuando uma tradição.....	172
5.4	ANÁLISE DO MOVIMENTO 3.....	176
5.4.1	Passo 1A - Delineando os propósitos.....	178
5.4.2	Passo 1B - Anunciando a pesquisa.....	182
5.4.3	Passo 2 - Anunciando as principais conclusões.....	189
5.4.4	Passo 3 - Indicando a estrutura da dissertação.....	198
5.5	MOVIMENTOS E PASSOS OBSERVADOS PARA ALÉM DO MODELO CARS.....	207
5.5.1	Movimento 0 – Repertório sociocultural contextualizador.....	207
5.5.2	Passo 1E - Justificando por aspectos pessoais.....	212
5.6	PRINCIPAIS CONCLUSÕES DAS ANÁLISES.....	222
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	226
	REFERÊNCIAS	229
	ANEXO A – INTRODUÇÃO MEA202001.....	234
	ANEXO B – INTRODUÇÃO MEA202101.....	242
	ANEXO C – INTRODUÇÃO MEA202102.....	244
	ANEXO D – INTRODUÇÃO MEA202103.....	256
	ANEXO E – INTRODUÇÃO MEA202104.....	259
	ANEXO F – INTRODUÇÃO MEA202105.....	271
	ANEXO G – INTRODUÇÃO MEA202106.....	278
	ANEXO H – INTRODUÇÃO MEA202107.....	283
	ANEXO I – INTRODUÇÃO MEA202201.....	288

ANEXO J – INTRODUÇÃO MEA202202.....	290
ANEXO K – INTRODUÇÃO MEA202203.....	300
ANEXO L – INTRODUÇÃO MEA202204.....	297
ANEXO M – INTRODUÇÃO MEA202205.....	301
ANEXO N – INTRODUÇÃO MEA202206.....	307
ANEXO O – INTRODUÇÃO MEA202301.....	321
ANEXO P – INTRODUÇÃO MEA202302.....	323
ANEXO Q – INTRODUÇÃO MEA202303.....	335
ANEXO R – INTRODUÇÃO MEA202304.....	340
ANEXO S – INTRODUÇÃO MEA202305.....	346
ANEXO T – INTRODUÇÃO MEA202401.....	349
ANEXO U – INTRODUÇÃO MEA202402.....	355
ANEXO V – INTRODUÇÃO MEA202403.....	360

1 INTRODUÇÃO

A análise de textos tem adquirido crescente relevância dentro da Linguística Textual, principalmente no que se refere aos estudos sobre gêneros acadêmicos. Dentre os diversos aspectos que podem ser investigados nos gêneros textuais, destaca-se a análise dos movimentos retóricos, que busca compreender como os textos são organizados para comunicar eficazmente uma mensagem dentro de uma comunidade discursiva específica. Nesse contexto, a iniciativa de John Swales (1990) foi fundamental para estabelecer um modelo analítico voltado à introdução de artigos científicos, principalmente com o CARS (*Create a Research Space*). Esse modelo propõe que a introdução de um texto acadêmico siga um esquema organizacional baseado em três movimentos principais: (1) estabelecer um território, no qual o pesquisador apresenta o tema e sua relevância; (2) estabelecer um nicho, momento em que se destaca a lacuna da pesquisa e justifica-se a necessidade do estudo; e (3) ocupar o nicho, em que são apresentados os objetivos e a metodologia do trabalho.

Além de formular o modelo CARS, Swales (1990; 2004) introduziu o conceito de Comunidade Discursiva, que desempenha um papel central na aquisição e no uso dos gêneros acadêmicos. Para ele, os gêneros textuais pertencem a essas comunidades e não são de propriedade individual, pois emergem e desenvolvem-se dentro de um grupo de especialistas que compartilham interesses e práticas discursivas comuns. Assim, a análise dos movimentos retóricos não apenas esclarece a estrutura organizacional dos textos acadêmicos, mas também possibilita compreender como os pesquisadores constroem seus argumentos e posicionam suas pesquisas dentro de suas respectivas comunidades.

Embora o modelo CARS tenha sido inicialmente desenvolvido para a introdução de artigos científicos, ao longo dos anos, diversos pesquisadores passaram a aplicá-lo a outros gêneros acadêmicos. No Brasil, esse movimento foi impulsionado por diversos estudos, como os de Motta-Roth (1995) e de Motta-Roth e Hendges (2010), que analisaram resenhas acadêmicas em três áreas do conhecimento (Linguística, Economia e Química); Araújo (1996), que também investigou o gênero resenha na área da Linguística; Santos (1995), que examinou *abstracts* de artigos científicos. Além disso, em sua dissertação, Biasi-Rodrigues (1998) dedicou-se à análise de resumos de dissertações de mestrado; já Ramos (2011) explorou *abstracts* de artigos acadêmicos, e Silva (2015) estudou a organização da seção de justificativa em projetos de pesquisa. Pesquisas mais recentes, como as de Andrade e

Mesquita (2016), que analisaram relatórios de estágio supervisionado, e de Freitas (2023), que comparou a estrutura retórica de artigos científicos na área de Ciências Humanas, demonstram como a teoria sociorretórica continua a ser uma abordagem válida para diferentes gêneros acadêmicos.

Apesar dessas contribuições, a seção de introdução das dissertações de mestrado ainda é pouco explorada sob a perspectiva dos movimentos retóricos, especialmente no Brasil. A introdução desse gênero desempenha um papel essencial, pois é o espaço onde o pesquisador contextualiza o problema de pesquisa, apresenta os objetivos do estudo e justifica sua relevância dentro da área do conhecimento (Motta-Roth; Hendges, 2010). No entanto, muitos estudantes enfrentam dificuldades para estruturar essa seção de maneira coesa e eficaz, o que reforça a necessidade de uma análise detalhada dos padrões recorrentes nessa parte do texto.

Inicialmente, nossa pesquisa tinha como objetivo investigar a constituição dos movimentos retóricos em três Programas de Pós-Graduação da UNILAB, a saber: o Mestrado em Antropologia, o Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT) e o Mestrado em Linguagens. Contudo, após a Qualificação II, em que havíamos iniciado a apresentação das análises referentes ao Programa de Antropologia, a banca examinadora sugeriu um redirecionamento do estudo, destacando que o trabalho já se encontrava em estágio avançado, próximo da defesa final, e que, portanto, não seria necessário ampliar a investigação para outros dois programas. Ademais, foi argumentado ainda que, mesmo restando metade das análises a serem realizadas no Programa de Antropologia, os resultados já demonstravam robustez e consistência teórica suficientes para sustentar a pesquisa. Diante desse parecer, e também em razão das limitações temporais, optamos por acatar a recomendação da banca e concentrar nossos esforços exclusivamente no Programa de Antropologia.

Dessa forma, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão central: Como se constituem os movimentos retóricos da seção de introdução, das dissertações do Mestrado em Antropologia UFC-UNILAB, publicadas no Repositório Institucional da instituição, entre os anos de 2020 e 2024?

Para responder a essa questão, estabelecemos como objetivo geral analisar como se constituem os movimentos retóricos das introduções de dissertações de mestrado do programa mencionado. Já os objetivos específicos são:

- a) identificar os movimentos retóricos mais recorrentes nas introduções das dissertações analisadas;
- b) avaliar se as introduções seguem o modelo CARS de Swales (1990; 2004), e em que medida apresentam variações em relação a esse padrão;
- c) ser um material de referência que auxilie estudantes e orientadores na produção de introduções mais organizadas e eficazes.

Nossa hipótese central é a de que as introduções das dissertações analisadas seguem uma estrutura padronizada, respeitando os movimentos retóricos do gênero, de modo a estabelecer um território, a destacar um nicho e a ocupar esse nicho, conforme previsto pelo modelo CARS. Entretanto, acreditamos que podem existir variações entre as áreas do conhecimento, o que nos permitirá identificar possíveis especificidades da Comunidade Discursiva na organização retórica dessas introduções.

A relevância da pesquisa pode ser justificada em diferentes aspectos. Primeiramente, a análise contribuirá para o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, pois possibilitará um diagnóstico da escrita acadêmica na própria instituição. Além disso, os resultados da pesquisa poderão servir como material didático para professores da UNILAB, auxiliando no ensino da escrita acadêmica e na orientação de estudantes na formulação de suas introduções.

Importante mencionarmos também que a pesquisa insere-se no Projeto de Pesquisa intitulado Argumentação, Coerência e Organização Retórica em Gêneros Textuais, em diferentes esferas da comunicação, coordenado pelo Prof. Dr. Olavo Garantizado, e que abriga diversas iniciativas científicas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa em Texto, Discurso e Ensino (TEDE/UNILAB) e no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGLin).

Dessa maneira, este estudo se insere no campo da análise sociorretórica dos gêneros acadêmicos, propondo um mapeamento detalhado dos movimentos retóricos das introduções de dissertações de um programa de pós-graduação. A pesquisa permitirá compreender a estrutura organizacional dessas introduções, bem como identificar variações e fornecer um recurso teórico e prático para o ensino e a produção de textos acadêmicos. Ao tornar mais acessível a compreensão dos padrões retóricos utilizados, esperamos contribuir

para a formação de pesquisadores mais preparados para elaborar textos coesos, bem estruturados e alinhados às exigências da comunidade científica.

Esta dissertação está organizada em seis capítulos, cada um com uma função específica na construção da pesquisa. Após a Introdução, no capítulo 2, abordaremos a noção de gênero textual, traçando um percurso histórico e teórico. Inicialmente, discutiremos sua concepção na Antiguidade, explorando a tradição retórica clássica. Em seguida, analisaremos a contribuição de Bakhtin para a compreensão dos gêneros, como fenômenos discursivos e sociais. Posteriormente, apresentaremos a perspectiva sociorretórica, com ênfase na abordagem de John Swales e em conceitos fundamentais, como comunidade discursiva, propósito comunicativo e método CARS. Além disso, serão exploradas as metáforas de Swales e as contribuições de outros autores relevantes para a abordagem sociorretórica, como Vijay Kumar Bhatia, Carolyn Miller e Charles Bazerman.

No capítulo 3, discutiremos o gênero dissertação de mestrado, aprofundando sua definição e estrutura. Para isso, apresentaremos a dissertação de acordo com as normas da ABNT, e revisaremos estudos sobre esse gênero no Brasil. Também analisaremos o contexto da UNILAB, destacando a estrutura das seções de introdução em dissertações de mestrado.

No capítulo 4, descreveremos a metodologia utilizada na pesquisa. Serão discutidas as bases conceituais da metodologia, a constituição do *corpus* e os procedimentos de coleta e análise dos dados. Além disso, serão apresentadas as etapas de desenvolvimento da pesquisa, detalhando os critérios de seleção e de categorização dos dados.

No capítulo 5, faremos a descrição e a análise dos resultados obtidos a partir da investigação das introduções das dissertações. Por fim, no capítulo 6, apresentaremos as principais conclusões da pesquisa, apontando contribuições teóricas e sugestões para estudos futuros.

Esperamos, assim, que nossa pesquisa possa trazer contribuições para a própria universidade, especificamente para as aulas de graduação ou até mesmo para a disciplina de Metodologia da Pós-Graduação, já que seu intuito é proporcionar aos estudantes uma compreensão dos movimentos retóricos predominantes das introduções, o que pode facilitar a escrita desse gênero textual.

2 A NOÇÃO DE GÊNERO TEXTUAL

O presente capítulo busca traçar um panorama da noção de gênero ao longo da história, desde suas origens na Antiguidade até as abordagens contemporâneas que enfatizam seu caráter social e retórico. Inicialmente, são discutidas as concepções clássicas de gênero, destacando seu papel na organização dos discursos, na retórica antiga. Em seguida, apresenta-se a contribuição de Mikhail Bakhtin, que introduziu uma visão dialógica dos gêneros discursivos, ressaltando sua relação com a atividade humana e a interação social. Posteriormente, adentra-se à perspectiva sociorretórica, abordando as contribuições de John Swales, com sua definição de gêneros acadêmicos e a teoria das comunidades discursivas, e as de Vijay Kumar Bhatia, que amplia essa visão para contextos profissionais. Além disso, o capítulo examina a abordagem de Carolyn Miller, que consolidou a ideia dos gêneros como formas de ação social, e de Charles Bazerman, que explora a intertextualidade e a materialidade dos gêneros dentro das práticas institucionais.

2.1 A NOÇÃO DE GÊNERO NA ANTIGUIDADE

A noção de gêneros textuais é essencial nos estudos linguísticos, pois organiza a comunicação em contextos específicos, atendendo às necessidades de interação social. Conforme Marcuschi (2002, p. 19), gêneros textuais são “fenômenos históricos profundamente vinculados à vida cultural e social”, o que significa que se desenvolvem em resposta às demandas comunicativas das sociedades. Eles se consolidam com base em suas funções e propósitos, adaptando-se aos contextos de uso e aos interlocutores envolvidos. Atualmente, os estudos dos gêneros têm se tornado onipresentes em diversas áreas do conhecimento, sendo amplamente discutido por pesquisadores, eruditos, pedagogos e professores. Assim, o que antes era um termo restrito à crítica literária e às conversas de especialistas, agora faz parte do vocabulário cotidiano, incluindo até a mídia popular, como a internet, por exemplo.

Por outro lado, na Antiguidade Clássica, o termo “gênero” estava profundamente

ligado aos estudos de retórica aristotélica, definida como “a capacidade de discernir, em cada caso, os meios de persuasão disponíveis” (Aristóteles, 2006, p. 19). Para o Estagirita, os gêneros textuais e oratórios eram mecanismos essenciais para alcançar diferentes propósitos, direcionados a audiências específicas, dependendo do contexto e do objetivo do discurso. Outrossim, o filósofo classificou os gêneros oratórios em três tipos principais, quais sejam, deliberativo, judiciário e epidíctico, cada um com um propósito distinto – persuadir sobre o futuro, argumentar sobre o passado ou louvar e censurar no presente, respectivamente.

Assim, essa retórica, como metalinguagem do discurso oratório, surgiu na Sicília por volta de 485 a.C., motivada pela necessidade do povo em defender suas terras perdidas. Posteriormente, passou a ser ensinada nas escolas gregas, como uma habilidade essencial para que os cidadãos pudessem defender suas causas de forma eficiente (Aristóteles, 2006). Portanto, a retórica aristotélica estabeleceu que cada gênero oratório deveria ter um estilo apropriado, marcado por regras específicas para o conteúdo, a organização das ideias e o uso de recursos linguísticos. Por exemplo, no discurso deliberativo, a linguagem deveria ser clara e objetiva, voltada para a persuasão de um público político; já no discurso epidíctico, o estilo seria mais elaborado, com foco em emocionar e cativar a audiência (Aristóteles, 2006).

Essa concepção desempenhou um papel crucial no desenvolvimento e na classificação dos discursos, fornecendo uma base sólida para as práticas retóricas e pedagógicas que influenciam até os dias atuais. Além disso, Aristóteles (2006) destacou que a eficácia de um discurso dependia de três elementos essenciais: *logos* (argumento lógico), *ethos* (credibilidade do orador) e *pathos* (emoções do público), consolidando uma abordagem integrada que liga os gêneros ao contexto comunicativo e às estratégias de persuasão.

Sob esse prisma, as definições de gêneros, de Aristóteles (2006), não apenas organizaram os discursos, mas também enfatizaram a importância de adequar a linguagem e os argumentos ao público e ao objetivo do orador. Essa visão destaca a interdependência entre a forma e a função no discurso, algo que permanece relevante mesmo nas práticas comunicativas contemporâneas. Do ponto de vista atual, pode-se observar que essa abordagem aristotélica continua influenciando áreas como a linguística, os estudos de gênero textual e a comunicação, que reconhecem a necessidade de adequar textos e discursos ao contexto e ao propósito comunicativo. Ao mesmo tempo, é interessante notar como as ideias de Aristóteles (2006), embora sistemáticas, permitiam uma certa flexibilidade, o que as torna

aplicáveis às transformações das práticas discursivas ao longo do tempo. Essa flexibilidade é essencial para compreender a dinâmica dos discursos modernos, que frequentemente mesclam gêneros e estilos em resposta às demandas de novos meios e contextos sociais.

Contudo, ao longo dos séculos, o conceito de gênero esteve predominantemente vinculado à literatura, cujas categorias, como o lírico, o épico e o dramático, eram vistas como formas fixas e regidas por convenções específicas de forma e conteúdo. Essa perspectiva tradicional classificava os gêneros literários em subcategorias menores, como o soneto, a epopeia e a tragédia, reforçando uma abordagem normativa que priorizava a padronização e a estética formal em detrimento de variações ou adaptações ao contexto social e histórico. Essa visão começou a se transformar de maneira significativa com a emergência da Nova Retórica e das abordagens sociorretóricas no século XX, especialmente nos Estados Unidos. Essas novas perspectivas deslocaram o foco das formas textuais rígidas para a compreensão dos gêneros como práticas sociais, enfatizando sua funcionalidade e adaptabilidade.

Esse avanço foi crucial para a superação da concepção engessada de gênero, permitindo que os estudos textuais acompanhassem as mudanças culturais e sociais. Essa nova abordagem, a qual muitas vezes é associada ao ensino de inglês para fins específicos (ESP), ampliou o escopo do conceito de gênero, incorporando aspectos socioculturais e contextuais à análise textual. Bawarshi e Reiff (2013) explicam que a abordagem sociorretórica se fundamenta na teoria retórica e sociológica, sendo inicialmente voltada para o ensino de falantes nativos de inglês em nível universitário. A Escola Norte-Americana, liderada por diversos teóricos, como John Swales, transformou a compreensão dos gêneros ao rejeitar o modelo clássico de ensino retórico, que se limitava à forma textual. Em vez disso, Swales (1990) adotou uma abordagem mais ampla, definindo os gêneros como práticas sociais profundamente ligadas às necessidades comunicativas de comunidades discursivas específicas. Nesse sentido, para o autor, os gêneros são “eventos comunicativos” que compartilham um conjunto de propósitos comunicativos comuns, e que são reconhecidos por uma comunidade discursiva como relevantes e eficazes.

Ademais, Swales (1990) trouxe contribuições metodológicas significativas para o estudo dos gêneros acadêmicos e profissionais, especialmente no contexto do inglês para fins específicos (ESP). Ele argumenta que a análise de gêneros deve ir além da identificação de características formais, focando também nos propósitos retóricos e nas práticas sociais que

moldam a produção e interpretação dos textos. Essa abordagem é evidente em seu modelo CARS (*Create a Research Space*), uma ferramenta amplamente utilizada para analisar a estrutura retórica de introduções de artigos acadêmicos. Swales (1990, p. 141) demonstrou que as introduções seguem movimentos retóricos específicos, como “‘estabelecer um território’, ‘identificar uma lacuna’ e ‘apresentar o trabalho atual’”.

Sob essa ótica, os gêneros passaram a ser vistos como respostas às demandas comunicativas e aos propósitos específicos das comunidades discursivas, abrindo espaço para análises mais dinâmicas e inclusivas, que consideram a historicidade, o contexto e a interação social como elementos centrais na definição dos gêneros. Hoje, como se sabe, a visão de gênero abrange não apenas a literatura, mas também a comunicação em suas diversas formas, reconhecendo os gêneros como ferramentas de interação que evoluem em resposta às necessidades e aos meios de expressão da sociedade. Essa abordagem mais ampla reflete a importância de entender os gêneros como fenômenos vivos e dinâmicos, capazes de integrar elementos tradicionais e inovadores, em um mundo cada vez mais interconectado e multimodal. Dessa maneira, a transição de uma perspectiva fixa para uma abordagem funcional e retórica não apenas ampliou o alcance dos estudos de gênero, mas também possibilitou uma análise mais profunda e contextualizada das práticas discursivas, valorizando a criatividade e a multiplicidade inerente à produção textual.

Nessa perspectiva, os gêneros são entendidos como “padrões comunicativos e sócio-históricos que os grupos sociais compõem para organizar as formas da língua em discurso” (Adam, 1992, p. 33). Essa abordagem propõe uma compreensão dos gêneros não apenas como estruturas linguísticas fixas, mas como práticas sociais dinâmicas, moldadas por fatores históricos, culturais e contextuais. Os estudos sociorretóricos, por sua vez, enfatizam a relação intrínseca entre os gêneros textuais e o contexto de uso da linguagem, destacando que as regularidades identificadas nos gêneros são resultado de processos históricos e sociais. Como apontado por Souza (2013), essa abordagem amplia o entendimento dos gêneros ao situá-los em um contexto mais amplo, considerando as condições em que são produzidos, as finalidades que cumprem e as comunidades que os utilizam.

Além do mais, essa perspectiva valoriza a interação entre as características formais dos gêneros e os aspectos pragmáticos e funcionais, enfatizando que os gêneros são ferramentas de comunicação moldadas pelas necessidades e intenções de seus usuários. Ao

adotar essa abordagem, buscamos não apenas apresentar os fundamentos dos estudos sociorretóricos, mas também incentivar uma reflexão crítica sobre como os gêneros textuais refletem e influenciam as práticas sociais. Tal reflexão é essencial para compreender a função dos gêneros na organização da comunicação humana e seu papel como mediadores das relações entre os indivíduos e as comunidades discursivas em que estão inseridos.

Contudo, é importante reconhecer que antes desses importantes teóricos modernos, Mikhail M. Bakhtin (1997) foi o grande precursor desta linha de pensamento. Suas ideias revolucionaram a concepção de gêneros ao introduzir a noção de que eles são fenômenos sociais e históricos, moldados pela interação entre falantes em contextos específicos. Bakhtin (1997) enfatizou que os gêneros não são entidades fixas, mas sim dinâmicas, sendo continuamente adaptados às demandas comunicativas e culturais de uma sociedade. Sua abordagem dialógica trouxe à tona a relação entre os gêneros e as ideologias, lançando as bases para os estudos que vieram a seguir. A inclusão das ideias de Bakhtin (1997) é crucial para uma compreensão completa da evolução dos estudos de gêneros textuais, pois ele estabeleceu os fundamentos teóricos que permitiram Swales, Bhatia, Miller e Bazerman desenvolverem suas próprias perspectivas. Essa articulação entre passado e presente enriquece o campo de estudo, permitindo uma análise mais profunda dos gêneros como instrumentos comunicativos e como reflexos das práticas sociais e discursivas. Por isso, revisitar as contribuições de Bakhtin não é apenas uma questão de respeito histórico, mas também um passo essencial para compreender a amplitude e a relevância dos estudos contemporâneos sobre gêneros textuais.

2.2 A NOÇÃO DE GÊNERO EM BAKHTIN

Inicialmente, os gêneros eram compreendidos de maneira rígida, sendo tratados como estruturas formais e estilísticas fixas, delimitadas por características intrínsecas e normativas. Essa abordagem enfatizava a regularidade e a padronização, classificando os gêneros em categorias distintas, como lírico, épico ou dramático, no caso da literatura. Contudo, essa visão tradicional deixava de lado o dinamismo inerente à linguagem e sua relação com o uso social. No século XX, essa perspectiva começou a transformar-se

significativamente com o trabalho de Mikhail Bakhtin (1997), que ampliou a concepção de gênero para incluir aspectos sociais, históricos e contextuais. O autor propôs que os gêneros não são entidades estáticas, mas sim práticas discursivas vivas, moldadas pelas necessidades comunicativas e pelas interações sociais. Segundo ele, os gêneros refletem as demandas dos contextos em que são produzidos, adaptando-se e evoluindo de acordo com as mudanças culturais e históricas.

Desse modo, a reconceitualização contemporânea dos gêneros textuais tem suas bases nos estudos do pensador russo Mikhail M. Bakhtin, cujo ensaio, “O problema dos gêneros do discurso”, estabeleceu-se como um marco para as reflexões posteriores sobre o tema. Segundo Bakhtin (1997), os gêneros do discurso possuem formas-padrão “relativamente estáveis”, que são moldadas pelos contextos sócio-históricos em que surgem. Para ele, a comunicação, seja na fala, seja na escrita, só é possível graças ao uso desses gêneros, que funcionam como molduras que organizam, e possibilitam a produção e a compreensão dos enunciados.

Nesse mesmo ensaio, Bakhtin (1997) propõe uma mudança de paradigma, ao tratar os gêneros como fenômenos sociais, diretamente ligados às interações humanas e aos contextos de fala. Ele enfatiza que os gêneros discursivos são resultado das práticas sociais e refletem as relações entre os indivíduos e a sociedade. Conforme Bakhtin (1997, p. 279), “cada esfera da atividade humana elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados”, indicando que os gêneros textuais são formas recorrentes que emergem da interação social, funcionando como instrumentos que organizam e expressam as demandas comunicativas das diversas esferas da vida humana.

Além disso, Bakhtin (1997) enfatiza que os gêneros são mais do que estruturas linguísticas; eles são profundamente influenciados pelas práticas sociais e pelas relações entre os interlocutores. Isso significa que os gêneros carregam as marcas ideológicas e culturais das comunidades em que circulam, funcionando como veículos de interação social. Essa perspectiva dialógica aponta para o caráter dinâmico dos gêneros, que, embora estáveis, podem se adaptar e evoluir à medida que os contextos e as demandas sociais mudam, tendo em vista que:

[...] a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas, porque são inesgotáveis as possibilidades da multifacetada atividade humana e porque em cada

campo dessa atividade vem sendo elaborado todo um repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que tal campo se desenvolve e ganha complexidade (Bakhtin, 2016, p. 12).

Assim, de acordo com Mikhail Bakhtin (1997), há uma relação intrínseca entre os gêneros do discurso e a atividade humana. Segundo o autor, a diversidade dos gêneros é infinita porque reflete as inúmeras facetas das interações sociais e culturais, que são tão diversas quanto as práticas humanas. Cada esfera da atividade humana – acadêmica, jornalística, jurídica ou cotidiana – cria e desenvolve seus próprios gêneros para atender às demandas comunicativas específicas desses contextos. Bakhtin (1997) também enfatiza que os gêneros não são estáticos, mas sim dinâmicos e mutáveis, adaptando-se ao longo do tempo à medida que os campos de atividade social evoluem e se tornam mais complexos. Por exemplo, com o surgimento de novas tecnologias, como a internet e as redes sociais, houve a aparição de uma ampla gama de novos gêneros, como e-mails, blogs, “tweets” e postagens em redes sociais, que atendem a necessidades comunicativas que não existiam anteriormente.

A partir dessa visão, Bakhtin (1997) ressalta que os gêneros são produtos históricos e sociais, moldados pelas interações humanas em contextos específicos, e que continuam a se expandir e se diferenciar à medida que a sociedade avança. Nota-se, dessa forma, a capacidade dos gêneros de organizar a comunicação, proporcionando formas estáveis de interação, mas que permanecem abertas a mudanças e inovações. Isso significa que, à medida que as atividades humanas se diversificam e se complexificam, também surgem novos gêneros discursivos, adaptados às demandas comunicativas de cada contexto. Podemos tomar, como exemplo, o conceito de Comunidade Discursiva concebida por Swales (1990), a qual se refere a um grupo de pessoas que compartilham interesses, objetivos e práticas comunicativas comuns, como por exemplo, o científico, o jurídico, o educacional ou o jornalístico, os quais desenvolvem seus próprios gêneros específicos, que atendem aos propósitos e às necessidades de comunicação dentro daquele domínio. Esses gêneros, por sua vez, não são estáticos, pois evoluem e se transformam conforme as interações sociais e a prática dentro de cada campo muda ao longo do tempo.

Assim, a importância de Bakhtin (1997) para os estudos de gêneros reside principalmente em sua abordagem dialógica. Ele argumenta que todo enunciado é constituído

a partir de diálogos anteriores e responde a contextos sociais específicos, carregando consigo um aspecto histórico e ideológico. Como ele sugere: “o gênero é uma herança de usos anteriores de enunciados em situações comunicativas recorrentes” (Bakhtin, 1997, p. 280). Assim, Bakhtin destaca que os gêneros textuais não surgem de forma isolada ou espontânea, mas são o resultado de uma tradição de uso que foi construída ao longo do tempo em situações comunicativas recorrentes. Isso significa que os gêneros são formas discursivas que se estabilizam na linguagem a partir da repetição e da prática em contextos específicos de interação.

Essa “herança” representa a continuidade histórica dos enunciados usados em situações semelhantes, que, ao serem repetidos, tornam-se reconhecíveis e tipificados dentro de uma comunidade discursiva (Swales, 1990). Desse modo, gêneros como o e-mail formal ou a petição jurídica, por exemplo, são produtos de práticas recorrentes de comunicação nesses contextos. Ao longo do tempo, eles assumem características estruturais e funcionais que são reconhecidas pelos membros da comunidade, tornando-se formas estabelecidas de comunicação. É nesse sentido que Bakhtin sugere que os gêneros textuais carregam consigo a experiência acumulada de uso, moldada por enunciados anteriores que foram eficazes em situações semelhantes. Essa continuidade é o que garante a previsibilidade e a funcionalidade dos gêneros em novos contextos, permitindo que os interlocutores saibam como utilizá-los e compreendê-los. Ele é, ao mesmo tempo, produto do passado e instrumento para a comunicação presente e futura, refletindo a interdependência entre a linguagem, o uso e a sociedade.

Além disso, Bakhtin (1997) enfatiza ainda que a historicidade dos gêneros reflete as vozes e ideologias de diferentes esferas sociais, o que torna os gêneros textuais representações de práticas culturais e discursivas em uma sociedade, (Bakhtin, 1997). A partir dessa abordagem, o autor destaca que os gêneros textuais não são meramente formas neutras ou descontextualizadas de linguagem, mas pelo contrário, são profundamente influenciados pelos contextos sociais, culturais e históricos em que surgem e são usados. Ademais, ao afirmar que os gêneros refletem “as vozes e ideologias de diferentes esferas sociais”, Bakhtin (1997, p. 297) está sugerindo que cada gênero carrega em si traços das diversas perspectivas e valores das pessoas ou instituições que o utilizam. Por exemplo, os gêneros acadêmicos, como artigos científicos, são moldados pelas práticas e regras da comunidade científica, como bem observou Swales (1990).

Assim sendo, a noção de historicidade implica que os gêneros textuais se desenvolvem ao longo do tempo, influenciados pelos contextos históricos e sociais em que são usados repetidamente. Com isso, o autor mais uma vez deixa claro que os gêneros não são estáticos, mas evoluem conforme as esferas sociais e culturais se transformam. Cada gênero é, portanto, uma espécie de “registro” das práticas discursivas de uma sociedade em determinado período histórico. Essa concepção permitiu que os gêneros fossem analisados não apenas por suas formas, mas por suas funções comunicativas e pela relação que estabelecem com os interlocutores e com os contextos discursivos.

Destarte, é a partir de Bakhtin (1997) que o estudo dos gêneros textuais assume uma nova dimensão, deixando de ser compreendido apenas como uma classificação formal e passando a ser analisado como fenômeno social e histórico, profundamente inserido no contexto das interações humanas. Bakhtin (1997) destacou que os gêneros são moldados pelo diálogo entre os interlocutores e pelo contexto em que surgem, refletindo as relações de poder, ideologias e práticas culturais que permeiam a comunicação. Essa perspectiva dialógica revela que os gêneros não são estáticos, mas dinâmicos, adaptando-se às transformações das esferas sociais e comunicativas em que são usados. Para Bakhtin (1997), a linguagem está sempre em movimento, e os gêneros textuais, como parte integrante dessa dinâmica, carregam as marcas históricas e sociais das comunidades que os utilizam, tornando-se instrumentos de mediação entre indivíduos e grupos.

Além disso, sua abordagem teórica influenciou diretamente o desenvolvimento de teorias contemporâneas, como as propostas por Swales (1990), que enfocam o papel das comunidades discursivas e os objetivos comunicativos, e por Carolyn Miller, que define os gêneros como ações sociais tipificadas. A partir dessas influências, os gêneros passaram a ser vistos como ferramentas de interação que organizam a comunicação e viabilizam o compartilhamento de significados em contextos diversos. Assim, Bakhtin (1997) forneceu os fundamentos para que os gêneros fossem estudados em sua complexidade funcional, destacando que eles não apenas refletem as práticas sociais, mas também as moldam, desempenhando um papel ativo na construção da cultura e da sociedade. Sua contribuição continua a influenciar disciplinas como a linguística, a pedagogia e os estudos literários, ampliando o entendimento do papel central da linguagem no tecido

2.3 A NOÇÃO DE GÊNERO NA PERSPECTIVA SOCIORRETÓRICA

A noção de gênero em John Swales (1990) está centrada na ideia de que os gêneros textuais são ações comunicativas realizadas por membros de uma comunidade discursiva com propósitos específicos. Para Swales (1990), o gênero não é apenas uma estrutura textual com características formais definidas, mas sim uma prática comunicativa que surge a partir de necessidades sociais e objetivos comuns dentro de uma comunidade.

Swales (1990, p. 58) define gênero como um “conjunto de eventos comunicativos que compartilham propósitos comunicativos comuns”, o que significa que os gêneros são usados para atingir determinados fins em um contexto específico, como ensinar, persuadir, informar ou discutir. Esses gêneros também apresentam regularidades formais e funcionais, como padrões de estrutura, estilo e conteúdo, que são reconhecidos e esperados pela comunidade que os utiliza.

Além de Swales (1990), outros teóricos influentes nesse campo, como Vijay Bhatia (1993), Carolyn Miller (1984; 2009) e Charles Bazerman (2020), ajudaram a expandir o conceito de gênero. Enquanto Swales e Bhatia focaram em questões pedagógicas e na aplicação prática da análise de gêneros, Miller e Bazerman concentraram-se mais na teorização e redefinição do conceito, propondo que os gêneros textuais são ações sociais que emergem em contextos discursivos específicos. Na perspectiva sociorretórica, portanto, os gêneros textuais são vistos como eventos sociais que compartilham propósitos comunicativos comuns, apresentam regularidades prototípicas e são moldados pelas comunidades discursivas em que circulam. Essas comunidades, por sua vez, são grupos de indivíduos que compartilham normas, valores e objetivos comunicativos específicos, os quais se refletem nos gêneros que produzem.

Carolyn Miller (1984; 2009), em particular, influenciou profundamente a concepção contemporânea de gêneros ao propor que eles não devem ser compreendidos apenas em termos de forma e conteúdo, mas principalmente como ações retóricas realizadas por uma comunidade para alcançar determinados fins. A famosa definição de Miller (1984) coloca o gênero como uma “ação social tipificada”, destacando que os gêneros surgem para responder a situações recorrentes dentro de uma comunidade discursiva. Essa perspectiva

abriu caminho para estudos que investigam como os gêneros evoluem à medida que os contextos sociais e discursivos mudam, e como as comunidades discursivas adotam ou adaptam gêneros para atender a novas demandas.

Charles Bazerman (2020), por sua vez, contribuiu com a ideia de que os gêneros textuais são ferramentas de poder e de controle dentro das instituições sociais. Ele demonstrou como os gêneros, além de serem moldados pelas comunidades, também servem para delinear a comunicação e os comportamentos dentro dessas comunidades, desempenhando um papel na regulação de práticas sociais. A análise do autor dos gêneros, em contextos acadêmicos e científicos, revelou que os gêneros não apenas refletem as práticas comunicativas de uma comunidade, mas também desempenham um papel ativo na manutenção e propagação de ideologias e estruturas de poder.

Dessa forma, tanto Miller (1984; 2009) quanto Bazerman (2020) ampliaram a compreensão de gêneros como entidades dinâmicas, profundamente enraizadas nas interações sociais e discursivas. Vijay Bhatia (1993), por sua vez, trouxe uma abordagem mais aplicada ao explorar os gêneros em contextos profissionais e acadêmicos, analisando como esses textos especializados funcionam como respostas a contextos institucionais específicos. Bhatia (1993) enfatizou a importância de estudar os gêneros como ferramentas comunicativas utilizadas para navegar em ambientes profissionais complexos, sugerindo que a análise de gêneros pode ser útil tanto para pesquisadores quanto para profissionais que desejam compreender e aprimorar sua prática comunicativa.

Essas diferentes contribuições ajudaram a consolidar o campo da análise de gêneros como uma área interdisciplinar que atravessa a Linguística, a Retórica e a Sociologia, revelando que os gêneros textuais não são apenas moldados pelos contextos em que circulam, mas também desempenham papéis essenciais na organização e estruturação das práticas sociais e comunicativas. Em seguida, trataremos particularmente de cada uma dessas abordagens nos tópicos a seguir.

2.3.1 A abordagem de J. M. Swales

No contexto anglo-americano, muitos estudos sobre textos científicos emergiram no âmbito das pesquisas em ESP e EAP (*English for Specific Purposes* e *English for Academic Purposes*, tanto para falantes nativos quanto para não-nativos), com forte ênfase em sua funcionalidade e aplicação. O foco central da análise de gêneros nesse cenário é identificar os modelos de composição e organização, assim como os recursos linguísticos típicos de certos gêneros. Nessa abordagem, os textos são inicialmente examinados com base em sua função comunicativa, para depois se avaliar o conteúdo e a forma que os sustentam.

Desse modo, embora a análise textual já existisse desde a década de 1960, e o gênero fosse estudado como ferramenta pedagógica e de pesquisa desde os anos 1980, foi com a publicação da obra *Genre Analysis: English in Academic and Research Settings*, de John M. Swales, em 1990, que a análise de gêneros e a abordagem ESP se consolidaram. Swales, professor aposentado da Universidade de Michigan, é amplamente reconhecido por suas contribuições aos estudos sobre gêneros textuais, ensino de inglês e linguística aplicada, especialmente no campo da escrita acadêmica para estudantes de pós-graduação. Ele publicou diversos livros sobre o tema, sendo o primeiro *Writing Scientific English* (1971) e o mais recente *Incidents in an Educational Life* (2009); mas sua obra mais influente continua sendo *Genre Analysis* (1990), na qual apresentou sua segunda versão do famoso modelo CARS. Portanto, Swales foi o responsável por teorizar e desenvolver de maneira mais abrangente a metodologia para incorporar a análise de gêneros nas pesquisas e no ensino de ESP (Bawarshi e Reiff, 2013).

Em seus trabalhos, Swales (1990; 2004) apresentou uma série de conceitos, os quais inspirou e continua sendo relevante em diversos estudos acadêmicos. Para Swales (1990), o conceito de gênero provém de estudos folclóricos, literários, retóricos e linguísticos, os quais se mostram significativos para o estudo de pesquisadores que se propõe a analisar gêneros, bem como para o trabalho de docentes.

De acordo com a abordagem sociorretórica proposta por Swales (1990, p. 58, grifos nossos):

[...] um gênero compreende uma classe de **eventos comunicativos**, cujos membros compartilham um dado conjunto de **propósitos comunicativos**. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros especialistas da **comunidade discursiva** de origem e, portanto, constituem a base lógica [razão] para o gênero. Essa base molda a estrutura esquemática do discurso e influencia e coloca limites à escolha de conteúdo e de

estilo. A finalidade comunicativa é tanto um critério privilegiado como um critério que opera para manter **a estrutura de um gênero** tal como aqui concebido, estritamente focado em uma ação retórica comparável. Além do propósito, os exemplares de um gênero exibem vários padrões de similaridade em termos de estrutura, estilo, conteúdo e audiência pretendida. Se todas as expectativas de probabilidade mais alta forem realizadas, o exemplar será visto como **prototípico** pela comunidade discursiva de origem.

Dessa forma, conforme Swales (1990), há uma relação entre a finalidade comunicativa e a estrutura de um gênero. A palavra “gênero” é central, pois, além de uma forma textual, deve ser tratada como uma classe de eventos comunicativos que responde a um conjunto de objetivos compartilhados. Infere-se, portanto, que o gênero não é uma forma isolada, mas parte de uma ação social direcionada, que está inserida em uma comunidade discursiva. Igualmente, o foco na finalidade comunicativa é fundamental, uma vez que ela constitui a base lógica para a existência de um gênero. Ou seja, os gêneros textuais surgem e se mantêm em função de suas finalidades, que são reconhecidas e validadas pelos membros da comunidade discursiva. Nesse sentido, a “finalidade” não apenas justifica a existência do gênero, mas também molda a estrutura do discurso, influenciando diretamente as escolhas de conteúdo, estilo e até mesmo o que é considerado adequado ou não dentro desse gênero.

Outro ponto importante a se destacar, no que é exposto por Swales (1990), é que esse propósito também coloca limites à forma como o conteúdo pode ser estruturado. Isso mostra que a função do gênero não é flexível a ponto de permitir variações ilimitadas, pelo contrário, há uma expectativa de que certos padrões de similaridade sejam seguidos, como a estrutura, o estilo e o conteúdo, o que torna os textos reconhecíveis como pertencentes a um mesmo gênero. Esses padrões formam a base para a identificação de um texto como prototípico, ou seja, um exemplar que cumpre todas as expectativas da comunidade discursiva. Em consonância com Swales, Adam (1992) define textos prototípicos como aqueles que possuem características mais exemplares de um determinado gênero textual. Para Adam (1992, p. 17), “um texto prototípico não é uma construção rígida, mas uma representação de certas estruturas e funções textuais que são geralmente associadas a um tipo textual específico, permitindo o reconhecimento imediato do gênero por um leitor”.

Nesse sentido, a ideia de ação retórica comparável explicada por Swales (1990) sugere que, embora diferentes textos possam variar em alguns aspectos, há uma unidade retórica que os une, mantendo-os alinhados a um propósito específico. De acordo com Swales (1990), todos esses elementos abaixo são essenciais para justificar a existência de um gênero.

Esses conceitos podem ser melhor compreendidos por meio das informações apresentadas no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Caracterização dos elementos que compõem o gênero textual segundo Swales (1990)

ELEMENTOS DE CONCEITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
1. Eventos Comunicativos	São as interações comunicativas que ocorrem em contextos específicos e que envolvem a troca de informações entre os membros de uma comunidade discursiva. Esses eventos são parte integrante da comunicação social e são caracterizados pela repetição e regularidade.
2. Finalidades Comunicativas	Objetivos centrais que motivam a criação e o uso de um gênero textual. Elas determinam as escolhas discursivas e estruturais dos gêneros, sendo reconhecidas pelos membros da comunidade discursiva como fundamentais para a existência e o uso do gênero.
3. Comunidade Discursiva	Grupo de indivíduos que compartilham interesses, objetivos e práticas comunicativas comuns. Esses membros utilizam e compreendem os gêneros específicos, seguindo normas e convenções estabelecidas pela comunidade para manter a eficácia comunicativa.
4. Linguagem e Estilo	Refere-se às escolhas linguísticas e estilísticas que caracterizam um gênero, como o tom, o vocabulário e as estruturas gramaticais. Esses aspectos são moldados pelas necessidades comunicativas da comunidade e ajudam a identificar e categorizar os gêneros.
5. Estrutura do Gênero	Esquema organizacional que define a maneira como o conteúdo é apresentado em um gênero. Inclui a forma como o texto é estruturado, suas seções e os padrões que guiam o desenvolvimento e o encerramento dos enunciados, mantendo a coerência interna do gênero.
6. Prototípico	Refere-se ao exemplar que cumpre todas as expectativas de um gênero, apresentando todas as características típicas e reconhecíveis por sua comunidade discursiva. Um texto prototípico serve como referência ideal para os demais membros da comunidade.

Fonte: elaboração própria, com base em Swales (1990).

Em consonância com Swales (1990), Biasi-Rodrigues (1998) afirma que as fronteiras entre os gêneros textuais não são rígidas, mas flexíveis e sujeitas a variações, de modo que cada um dos elementos que compõem um gênero — como eventos comunicativos, finalidades comunicativas, comunidade discursiva, linguagem e estilo, estrutura do gênero e até mesmo o que é considerado prototípico — pode sofrer ajustes conforme o contexto. Isso significa que, mesmo dentro de um gênero aparentemente estável, como o da escrita acadêmica, autores podem produzir textos com diferenças significativas: a depender da comunidade discursiva a que pertencem, das finalidades específicas de seus trabalhos, do estilo legitimado em seu campo ou instituição e da organização estrutural que cada programa de pós-graduação valoriza. Assim, por exemplo, introduções de dissertações produzidas em diferentes programas podem variar quanto ao modo de apresentar o tema, à extensão dedicada à revisão inicial da literatura, ao tom argumentativo adotado ou ao nível de formalidade considerado adequado. Essas variações demonstram que os gêneros não são moldes fixos, mas práticas sociais dinâmicas que se configuram de acordo com necessidades comunicativas e convenções locais.

Assim, tanto para Biasi-Rodrigues (1998) quanto para Swales (1990), os gêneros textuais não são formas fixas, mas sim moldáveis de acordo com o uso prático e as decisões de cada autor, bem como pelo contexto de produção. Isso implica que, embora um gênero tenha características comuns que o definem, ele não é imutável, pois sofre influências tanto das preferências estilísticas individuais quanto do contexto social e comunicativo em que o autor está inserido. Desse modo, entendemos que a flexibilidade dos gêneros permite uma riqueza e diversidade textual, uma vez que diferentes interpretações e adaptações do gênero surgem a partir das particularidades de cada autor e situação. Isso reforça a ideia de que os gêneros são produtos das interações sociais e culturais, refletindo a dinâmica da linguagem e sua capacidade de se adaptar a diferentes contextos e intenções. Essa abordagem se alinha à concepção de que a língua é viva e que os gêneros são moldados pelo uso contínuo e pelas circunstâncias que cercam sua produção.

2.3.2 O que é Comunidade Discursiva?

A teoria de Comunidade Discursiva, na abordagem de gênero proposta por Swales (1990), oferece uma perspectiva rica e multifacetada sobre como os grupos humanos interagem e produzem discursos em contextos específicos. Em sua obra seminal de 1990, *Genre Analysis: English in Academic and Research Settings*, Swales introduz sua conceituação de Comunidade Discursiva, baseando-se em contribuições anteriores, mas oferecendo um aprofundamento crucial. Embora o termo não tenha sido cunhado por ele, Swales (1990) o adota com um viés sociolinguístico, enfatizando o caráter social do processo de escrita. Para o autor, a análise de gêneros não pode ser dissociada das comunidades que os utilizam, uma vez que “os gêneros são moldados por contextos específicos e pela interação entre os membros da comunidade” (Swales, 1990, p. 58).

A definição original de Swales (1990, p. 9) apresentava a comunidade discursiva como “redes sócio-retóricas que se formam a fim de atuar juntas em favor de um conjunto de objetivos comuns”. Nesse ponto, ele delineia seis características fundamentais de uma comunidade discursiva, incluindo objetivos comuns, participação ativa, mecanismos de comunicação, e gêneros compartilhados. Essas características visam distinguir a comunidade discursiva de outras formas de organização social, como as comunidades de fala, conforme notamos no Quadro 2.

Quadro 2 – Características das Comunidades Discursivas segundo Swales (1990)

Características	Descrição
Objetivos Comuns	A comunidade discursiva é formada por indivíduos que compartilham propósitos comunicativos específicos e trabalham coletivamente para alcançá-los. Esses objetivos comuns criam um sentido de identidade e de pertencimento entre os membros.
Participação Ativa	A membresia na comunidade discursiva exige uma participação ativa de seus integrantes, que contribuem regularmente com a comunicação e as práticas da comunidade. Essa participação envolve tanto a produção quanto a recepção de gêneros textuais.
Mecanismos de Comunicação	A comunicação dentro da comunidade é facilitada por mecanismos específicos, como reuniões, plataformas digitais ou publicações. Esses mecanismos permitem a troca contínua de informações e garantem a manutenção das práticas discursivas.
Gêneros Compartilhados	Os membros da comunidade utilizam gêneros textuais específicos, que servem como ferramentas comunicativas e normativas para alcançar os objetivos da comunidade. Esses gêneros ajudam a consolidar práticas e a transmitir conhecimentos.

Linguagem Especializada	A comunidade utiliza uma linguagem especializada ou vocabulário técnico, muitas vezes incompreensível para pessoas de fora. Essa linguagem reflete o conhecimento compartilhado e a expertise dos membros.
Nível de Especialização	A comunidade discursiva é composta por indivíduos que possuem níveis variados de experiência e expertise, mas que compartilham um núcleo comum de práticas e objetivos discursivos. Os novos membros aprendem e se ajustam às normas e convenções estabelecidas.

Fonte: elaboração própria, com base em Swales (1990).

Essas características listadas acima destacam a dimensão funcional e social das comunidades discursivas, diferenciando-as de comunidades mais amplas, como as de fala, que são baseadas principalmente na interação linguística sem propósitos comunicativos específicos. A ênfase nos gêneros compartilhados e nos mecanismos de comunicação ressalta o papel central das práticas discursivas na formação e manutenção dessas comunidades.

No entanto, em 1992, em resposta às críticas e ao aprofundamento de sua própria pesquisa, Swales revisita essa definição, reconhecendo que sua concepção inicial poderia ter sido excessivamente estática. Ele reconhece que “a verdadeira comunidade discursiva pode ser mais rara e esotérica do que eu pensava” (Swales, 1992, p. 9), destacando a importância das interações dinâmicas entre comunidades. Esse ponto de vista é corroborado por Biasi-Rodrigues, Hemaís e Araújo (2009), que argumentam que Swales passa a reconhecer a interconexão e os conflitos potenciais entre diferentes comunidades discursivas, bem como a influência das comunidades de fala sobre elas.

A revisão de Swales, em 1992, também reflete uma aproximação às teorias de Anthony Giddens (2003), sobre estruturação social, e de Carolyn Miller (2015), sobre gêneros como ações sociais. Giddens (2003) introduz a ideia de que as estruturas sociais são ao mesmo tempo constrangedoras e capacitadoras, um conceito que Swales incorpora para mostrar que as comunidades discursivas não são homogêneas ou imutáveis. Já Miller (2015) argumenta que os gêneros são construções sociais que evoluem com o contexto, uma visão que influencia diretamente a revisão de Swales.

Segundo Biasi-Rodrigues (1998), essa abordagem interdisciplinar permitiu que Swales aprofundasse sua teoria, reconhecendo que os membros de uma comunidade

discursiva frequentemente pertencem a múltiplas comunidades, com práticas e objetivos distintos. Tal perspectiva questiona a visão tradicional de comunidades estáveis e isoladas, destacando a fluidez das práticas discursivas.

Já na obra “*Other Floors, Other Voices*”, de 1998, Swales aplica essas teorias ao contexto real de uma universidade, utilizando a metodologia da textografia. Ele examina como diferentes departamentos e grupos de pesquisa formam comunidades discursivas com práticas e gêneros próprios, revelando a complexidade das interações entre elas. Essa abordagem híbrida de análise textual e etnográfica destaca a importância do contexto social na produção de gêneros. Swales (1998, p. 87) observa que “as comunidades acadêmicas são microcosmos em que os gêneros evoluem e se adaptam continuamente”.

A teoria revisada de Swales oferece uma estrutura flexível e dinâmica para entender a produção discursiva em contextos variados, desde ambientes acadêmicos até corporativos. Sua ênfase na natureza social e retórica dos gêneros desafia os pesquisadores a considerar não apenas a estrutura dos textos, mas também as relações de poder, os conflitos e as negociações que moldam as práticas discursivas. Como argumenta Biasi-Rodrigues (1998, p. 45), “analisar os gêneros sem levar em conta a comunidade discursiva que os produz seria uma simplificação reducionista”. Segundo Swales (1998, p. 204):

[...] a comunidade discursiva constitui uma rede interativa de comunicação e representa o meio pelo qual as atividades da comunidade são validadas fora do seu ambiente. Além disso, os membros da comunidade de lugar têm um autoconhecimento sobre os seus valores e identidade. Conhecem também a sua própria história, e os novatos são instruídos nas tradições e nas práticas discursivas da comunidade.

Swales (1998), portanto, reconhece a possibilidade de divergências entre os membros de uma comunidade e considera que as comunidades interagem e se influenciam mutuamente. Ele observa que “as comunidades discursivas são dinâmicas, sujeitas a mudanças constantes, tanto em sua composição quanto em seus objetivos” (Swales, 1998, p. 20). Essa perspectiva reflete uma visão mais realista e adaptativa das comunidades, em oposição à concepção estática inicial. O autor também salienta que não há completa estabilidade no grupo, seja em relação aos membros ou às suas posições hierárquicas. Para ele, “a estabilidade dentro de uma comunidade discursiva é ilusória; as relações de poder, os papéis e os objetivos estão sempre sendo negociados” (Swales, 1998, p. 32).

Nessa fase de sua teoria, Swales (1998) reconhece que a maneira como o indivíduo se expressa é influenciada pelas interações e relações comunicativas que surgem das diferentes situações retóricas e das comunidades às quais pertence simultaneamente. Ele argumenta que “o pertencimento a múltiplas comunidades discursivas influencia não apenas a identidade do indivíduo, mas também sua capacidade de adaptação a diferentes gêneros” (Swales, 1998, p. 47). Por isso, ele acredita que o conceito de comunidade discursiva é mais adequado para grupos já estabelecidos, que possuem mecanismos de comunicação bem definidos, em vez daqueles ainda em formação. Swales (1998, p. 52) afirma o seguinte: “Comunidades Discursivas emergentes ainda não consolidaram os padrões de gênero e as convenções comunicativas que as definem”.

Já Bernardete Biasi-Rodrigues, Barbara Hemaís e Júlio Cesar Araújo (2009) oferecem uma definição detalhada das comunidades discursivas, destacando sua natureza sociointeracional. Os autores asseveram que tais comunidades funcionam como redes sociorretóricas em torno de objetivos comuns, com membros familiarizados com gêneros específicos para atingir metas comunicativas. Segundo os autores, “uma comunidade discursiva é mais do que um grupo de indivíduos; é uma estrutura social organizada por práticas discursivas e gêneros que moldam a identidade coletiva” (Biasi-Rodrigues; Hemaís; Araújo, 2009, p. 18).

Além disso, os autores enfatizam que os gêneros pertencem aos grupos e não aos indivíduos, criando padrões que limitam escolhas pessoais. Como afirmam, “os gêneros funcionam como mecanismos de controle social, ao mesmo tempo que oferecem recursos para a construção de significados compartilhados” (Biasi-Rodrigues; Hemaís; Araújo, 2009, p. 23). Essa visão destaca a dualidade dos gêneros, enquanto promovem a coesão e a estabilidade, também restringem a individualidade e a inovação dentro das comunidades.

Swales (1998, p. 75) concorda com essa perspectiva, destacando que “os gêneros não são neutros; eles são instrumentos de poder dentro das comunidades discursivas”. Outrossim, o teórico observa que as comunidades discursivas estabelecem convenções de gênero para criar uma identidade coletiva, mas também para proteger seus interesses e objetivos. A adesão a esses gêneros é, portanto, uma forma de pertencimento e legitimação dentro da comunidade. Dessa forma, tanto Swales (1998) quanto Biasi-Rodrigues, Hemaís e Araújo (2009) convergem na ideia de que as comunidades discursivas são estruturas

complexas e dinâmicas, moldadas por interações sociais e práticas discursivas que transcendem os indivíduos. Essas contribuições aprofundam a compreensão das comunidades discursivas, destacando a importância das relações de poder, da negociação constante de significados e da adaptação contínua às mudanças contextuais.

2.3.3 A noção de Propósito Comunicativo

Além da teoria sobre Comunidade Discursiva, o conceito de propósito comunicativo também é central na teoria de John Swales (1990) sobre os gêneros textuais, refletindo as intenções dos participantes no ato comunicativo e a maneira como os gêneros são usados para atingir determinados fins em contextos específicos. A noção de propósito comunicativo, portanto, está intimamente ligada à definição de comunidade discursiva, já que são as necessidades sociais e os objetivos comuns dessas comunidades que determinam a forma e a função dos gêneros textuais.

Como dito anteriormente, para Swales (1990), um gênero textual é sempre um evento comunicativo que busca atingir um objetivo específico, sendo suas características determinadas pelos propósitos de comunicação compartilhados pela comunidade que o utiliza. Dessa forma, o propósito comunicativo refere-se ao objetivo mais amplo de qualquer gênero, ou seja, o que os participantes da comunicação pretendem alcançar com sua mensagem. Em seu trabalho seminal, Swales (1990), ao descrever os gêneros acadêmicos e profissionais, destaca que cada gênero é estruturado para atender a uma finalidade específica, seja ela informativa, argumentativa, descritiva ou persuasiva. O autor aponta que “os gêneros não são simplesmente formas linguísticas ou de conteúdo, mas formas de comunicação que têm a ver com os objetivos e com as necessidades comunicativas das comunidades de prática” (Swales, 1990, p. 14).

Swales (1990) também aborda o conceito de propósito comunicativo em seu modelo CARS (*Create a Research Space*), por exemplo, já que apresenta uma análise detalhada dos movimentos retóricos dentro da introdução de artigos acadêmicos, os quais buscam atender a uma finalidade específica de estabelecer um espaço para pesquisa dentro de uma área científica já existente. Swales (1990) enfatiza que o conceito de propósito

comunicativo é o que diferencia um gênero de outro, sendo um critério essencial para a identificação e a análise dos gêneros. O autor argumenta que “os propósitos comunicativos de um gênero não apenas moldam sua estrutura e estilo, mas também influenciam as expectativas dos membros da comunidade discursiva” (Swales, 1990, p. 24). Essa conexão entre finalidade e estrutura é particularmente evidente nas introduções acadêmicas, em que os autores utilizam estratégias retóricas não apenas para informar, mas também para persuadir seu público de que sua pesquisa é relevante e necessária.

Nessa linha de pensamento, a concepção de propósito comunicativo também é abordada por outros teóricos, como Biasi-Rodrigues (1998) e Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009), que expandem a ideia de comunidade discursiva ao enfatizar a interdependência entre os gêneros textuais e os objetivos dos grupos sociais que os produzem. Biasi-Rodrigues (1998) argumenta que o propósito comunicativo está diretamente relacionado à organização retórica de um texto e à intenção dos membros da comunidade discursiva. Para ela, a compreensão dos gêneros requer um entendimento de suas finalidades comunicativas, que são moldadas pelas necessidades e práticas dessas comunidades. Em seu estudo sobre gêneros acadêmicos, Biasi-Rodrigues (1998, p. 36) sugere que o “propósito de um gênero não é apenas um objetivo a ser alcançado, mas também um reflexo das estruturas sociais que definem como a comunicação é realizada”.

Por sua vez, Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009) ampliam essa discussão ao introduzir uma crítica à ideia de uma comunidade discursiva fixa, argumentando que os propósitos comunicativos podem variar dentro de uma mesma comunidade, dependendo do contexto e da interação entre os membros. Os teóricos afirmam que “as comunidades discursivas não são imutáveis, mas sim dinâmicas e multifacetadas, com objetivos que se adaptam e se alteram conforme as necessidades de seus membros e as mudanças no ambiente social e científico” (Biasi-Rodrigues; Hemais; Araújo, 2009, p. 45). Nesse sentido, os propósitos comunicativos podem ser fluidos, refletindo a evolução das comunidades de acordo com o contexto de uso e os objetivos sociais e profissionais dos seus integrantes.

Por outro lado, autores como Carolyn Miller (1984) e Vijay Bhatia (2009) também oferecem uma visão enriquecedora sobre as finalidades comunicativas. Para Miller (1984), os gêneros são ações sociais tipificadas, em que o propósito comunicativo é construído coletivamente pela comunidade discursiva. Ela defende que os gêneros não são

apenas formas linguísticas, mas práticas sociais moldadas pelos objetivos de interação e pelas expectativas dos membros da comunidade. Ao contrário da concepção aristotélica de gêneros fixos, Miller propõe que os gêneros devem ser vistos como formas de vida, sempre adaptáveis às mudanças nas práticas sociais e nas necessidades comunicativas das pessoas.

Já Bhatia (2009) argumenta que os gêneros, especialmente no contexto profissional e acadêmico, possuem finalidades comunicativas complexas. Para ele, os gêneros são formas discursivas que permitem aos profissionais realizar seu trabalho, possibilitando a organização de informações e argumentos de acordo com normas e expectativas específicas. Bhatia (2009) também destaca a interatividade no uso de gêneros, sugerindo que cada gênero carrega não apenas um propósito comunicativo, mas também uma função estratégica, que organiza e estrutura a interação social dentro de uma comunidade.

Finalmente, Charles Bazerman (2005) oferece uma perspectiva mais ampla ao afirmar que os gêneros são elementos centrais na organização de qualquer comunidade discursiva, pois servem como meios fundamentais para que as pessoas alcancem seus objetivos comunicativos e sociais. Para Bazerman, “os gêneros estabelecem relações de poder e autoridade ao estruturar as interações dentro de uma comunidade, moldando as práticas discursivas e a produção de conhecimento” (Bazerman, 2005, p. 317). Ele enfatiza que as finalidades dos gêneros estão profundamente enraizadas na interação social, funcionando como ferramentas que não apenas refletem as dinâmicas sociais, mas também as transformam. Essas finalidades determinam tanto a forma quanto a função dos textos, mostrando como os gêneros textuais organizam e perpetuam os sistemas de comunicação em diversos contextos.

Dessa forma, o propósito comunicativo não é uma simples intenção do autor, mas um fenômeno coletivo, que emerge a partir das necessidades e das dinâmicas das comunidades discursivas. Tanto Swales (1990), como Miller (1984), Bhatia (2009) e Bazerman (2005; 2020), contribuem para a compreensão de que os gêneros textuais não são apenas estruturas estáticas, mas formas comunicativas dinâmicas, moldadas pelas interações sociais e pela evolução das práticas discursivas dentro de cada campo social. A finalidade comunicativa de um gênero é, portanto, não apenas uma intenção explícita, mas um reflexo de como os membros da comunidade se relacionam com o texto e com os outros interlocutores, em busca de objetivos comuns que organizam suas práticas discursivas e sociais.

2.3.4 O método CARS

A compreensão dos gêneros textuais tem sido uma preocupação central no campo da linguística aplicada e dos estudos de linguagem, especialmente devido à sua relevância no contexto acadêmico e profissional. Nesse sentido, o trabalho seminal de John M. Swales, sobre os “gêneros acadêmicos”, oferece uma estrutura conceitual significativa para analisar e compreender esses fenômenos linguísticos.

Swales (1990, p. 58) define gêneros textuais como “as formas discursivas que as comunidades de praticantes constroem para alcançar seus propósitos comunicativos”. Essa definição destaca a natureza social e situacional dos gêneros, enfatizando sua função comunicativa dentro de contextos específicos. O autor concentra-se particularmente nos gêneros acadêmicos, identificando suas características distintivas e os contextos em que são produzidos e recebidos.

Um aspecto fundamental da abordagem de Swales (1990), como vimos, é o conceito de “comunidade discursiva”, que se refere a grupos de pessoas que compartilham interesses, objetivos e práticas comunicativas comuns. Dentro de cada comunidade discursiva, os membros desenvolvem uma compreensão compartilhada dos gêneros textuais apropriados para alcançar seus objetivos comunicativos. Por exemplo, a comunidade acadêmica possui seus próprios gêneros textuais, como artigos de pesquisa, resenhas críticas e teses, que são reconhecidos e valorizados pelos seus membros.

Além disso, Swales (1990) introduz o conceito de “movimentos retóricos”, como elemento-chave na estrutura dos gêneros acadêmicos. Esses movimentos são unidades de significado, os quais colaboram para a estruturação e coesão do texto, orientando os leitores através das etapas lógicas de argumentação. Uma contribuição significativa da abordagem de Swales (1990) é sua ênfase na importância do contexto na produção e na interpretação dos gêneros textuais. O teórico postula que os gêneros não são simplesmente formas fixas de texto, mas são moldados pelas necessidades e expectativas da comunidade discursiva em que são produzidos. Portanto, uma análise eficaz dos gêneros textuais requer uma compreensão profunda do contexto social, institucional e cultural em que são utilizados.

John Swales desenvolveu o Modelo CARS (*Creating a Research Space*) com base

em sua extensa experiência como linguista e pesquisador em escrita acadêmica, após observar que muitos escritores universitários enfrentavam desafios ao redigirem introduções para seus artigos de pesquisa. Tais dificuldades incluíam obstáculos na hora de estabelecer o contexto de sua pesquisa, identificar lacunas no conhecimento, apresentar claramente suas contribuições para o campo e persuadir os leitores sobre a importância de seu trabalho. Com base nesses desafios, Swales estabeleceu o Modelo CARS como uma estrutura para ajudar os pesquisadores a superarem essas dificuldades e escreverem introduções mais eficazes e persuasivas. O modelo foi desenvolvido principalmente para o campo da escrita acadêmica em inglês, mas seus princípios podem ser aplicados de forma mais ampla em diferentes disciplinas e idiomas.

A primeira versão desse modelo desenvolvida por Swales foi em 1981, a partir da análise de um *corpus* de 48 introduções de artigos de pesquisa. Alguns anos depois, Swales e Najjar (1987) analisaram outras 110 introduções de artigos de pesquisa de diferentes áreas como educação física, psicologia e educação. Essa primeira versão do modelo não é tão detalhada quanto a versão posterior apresentada por Swales em seu livro “Genre Analysis: English in Academic and Research Settings”, publicado em 1990. No entanto, algumas ideias-chave sobre as características das introduções de artigos acadêmicos já estavam presentes nessa versão inicial. Aqui foram propostas uma abordagem de análise de gênero textual, incluindo os gêneros utilizados no meio universitário. Além disso, Swales (1984) também examinou as características comuns das introduções de artigos acadêmicos, identificando os elementos essenciais que geralmente estão presentes nessas seções. A partir de suas observações, surgiram quatro movimentos que se repetiam na maioria dos artigos, os quais foram descritos por rótulos específicos: “Move 1 - Establishing the research field; Move 2 - Summarizing previous research; Move 3 - Preparing for present research; Move 4 - Introducing the present research”. (Swales, 1984. p. 80).

Biasi-Rodrigues (1998) traduziu o quadro de Swales, a partir de Araújo (1996):

Quadro 3 – Modelo CARS para introduções de artigo de pesquisa

Move 1 - Estabelecendo o campo de pesquisa

Move 2 - Sumarizando pesquisas prévias

Move 3 - Preparando a presente pesquisa

Move 4 - Introduzindo a presente pesquisa

Fonte: Biasi-Rodrigues (1998, p. 32), com base na leitura de Araújo (1996, p. 39) sobre Swales (1984, p. 80).

É importante destacar que, após observações críticas de outros pesquisadores e do próprio Swales, os quais tiveram alguns entraves com esse modelo, detidamente no que diz respeito à diferenciação entre os movimentos 1 e 2, Swales (1990) reapresentou o modelo, fazendo uma redução para 3 movimentos. Porém, além dos movimentos (*moves*), o autor acrescentou passos (*steps*) opcionais e obrigatórios, como podemos observar na Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Modelo CARS para introduções de artigos de pesquisa

Move 1 - Establishing a territory
 S1 - Claiming centrality
 and/or
 S2 - Making topic generalization(s)
 and/or
 S3 - Reviewing items of previous research
Move 2 - Establishing a niche
 S1A - Counter claiming
 or
 S1B - Indicating a gap
 or
 S1C - Question-raising
 or
 S1D - Continuing a tradition
Move 3 - Occupying the niche
 S1A - Outlining the purposes
 or
 S1B - Announcing present research
 S2 - Announcing principal findings
 S3 - Indicating RA structure

Fonte: Swales (1990, p. 141).

Os chamados “moves”, no modelo CARS, referem-se aos passos ou ações específicas que os autores devem tomar ao escrever a introdução de um artigo acadêmico, seguindo a estrutura proposta por Swales (1990). Os movimentos principais dentro do modelo CARS são os seguintes:

Figura 2 – Modelo CARS para introduções de artigos de pesquisa

-
- Movimento 1 – Estabelecendo um território
 - Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para
 - Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou
 - Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores

- Movimento 2 – Estabelecendo um nicho
 - Passo 1A - Contra-reivindicação ou
 - Passo 1B - Indicando uma lacuna ou
 - Passo 1C - Levantamento de questões ou
 - Passo 1D - Continuando uma tradição

- Movimento 3 – Ocupando o nicho
 - Passo 1A - Delineando os propósitos ou
 - Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual
 - Passo 2 - Anunciando as principais conclusões
 - Passo 3 - Indicando estrutura do Artigo de Pesquisa

Fonte: Swales (1990, p. 141).

Observa-se que, nessa segunda versão do modelo CARS, embora se tenha uma redução dos movimentos, a estrutura ficou mais sofisticada, podendo ter desdobramentos em cada um dos segmentos retóricos básicos que fazem parte da sua composição. O maior diferencial do modelo é a presença dos passos, os quais têm características opcionais e obrigatórias. O Movimento 1, “Estabelecendo um Território”, é composto por três passos que ajudam os autores a situar seu estudo dentro do contexto acadêmico relevante. No primeiro passo, “Reivindicando centralidade”, os autores devem começar estabelecendo a relevância do seu estudo, devem fazer isso reivindicando centralidade para seu tópico de pesquisa, destacando sua importância dentro do campo acadêmico. Provavelmente isso pode envolver argumentar os motivos pelos quais o tópico é digno de atenção e por que é relevante para a comunidade acadêmica. Os autores também podem apontar a importância de seu estudo para a sociedade ou para uma determinada área de aplicação prática.

No segundo passo, “Fazendo generalizações de tópicos”, deve-se destacar os padrões ou tendências gerais dentro do campo. Isso pode envolver identificar questões ou problemas recorrentes, descrever áreas de consenso ou controvérsia e apresentar ideias amplamente aceitas ou discutidas dentro da comunidade acadêmica. Essas generalizações ajudam a contextualizar o estudo e a mostrar como ele se relaciona com outras pesquisas no campo. No último passo desse primeiro movimento, “Revendo itens de pesquisas anteriores”,

é necessário destacar trabalhos anteriores relevantes, identificar lacunas no conhecimento ou problemas não resolvidos na literatura existente e mostrar como o estudo se propõe a abordar essas lacunas ou resolver esses problemas. Essa estratégia também ajuda a construir a base para o estudo e a demonstrar a continuidade entre o trabalho atual e o trabalho anterior no campo. Esses passos ajudam os autores a estabelecerem um território claro para a pesquisa, fornecendo uma visão geral do contexto acadêmico relevante, destacando a importância do tópico e mostrando como o estudo se insere dentro desse cenário.

Quanto ao movimento 2, “Estabelecendo um Nicho”, visa-se ajudar os autores a identificar e delinear uma área específica dentro do campo de estudo em que seu trabalho se concentra. Esse movimento destina-se a fornecer uma justificativa clara para a pesquisa, demonstrando a necessidade de investigação na área específica escolhida. Segundo Swales (1990), tal movimento é composto por 1 passo, mas com quatro possibilidades. A primeira delas é “Contra-reivindicação”, na qual se espera que os autores iniciem destacando ou contestando uma reivindicação existente no campo. Para isso, deve-se discordar de uma ideia amplamente aceita, questionar uma abordagem comum para um problema ou sugerir uma visão alternativa sobre o tópico. Ao fazer isso, os autores indicam que há espaço para investigação adicional ou para uma nova abordagem.

A segunda possibilidade é o que Swales (1990) chama de “Indicando uma lacuna”, pois envolve apontar explicitamente para uma lacuna no conhecimento existente dentro do campo. Nesse caso, os autores podem destacar áreas onde a pesquisa anterior deixou perguntas não respondidas, identificar aspectos do tópico que não foram adequadamente explorados ou mostrar como o estudo proposto preencherá uma lacuna específica na literatura. Na terceira possibilidade, nomeada de “Levantamento de questões”, os autores destacam questões específicas ou problemas que sua pesquisa se propõe a abordar. Normalmente, isso pode incluir identificar perguntas de pesquisa específicas que o estudo visa responder, destacar desafios ou dilemas dentro do campo que precisam ser investigados ou apresentar uma agenda de pesquisa para futuros estudos. Na última alternativa apontada por Swales (1990), “Continuando uma tradição”, espera-se que os autores demonstrem como seu estudo se insere em uma tradição de pesquisa existente dentro daquele campo. Isso pode ser feito por meio de referência a trabalhos anteriores que influenciaram sua abordagem, destacando como seu estudo constrói sobre o trabalho de outros pesquisadores ou mostrando como ele contribui para uma linha contínua de investigação dentro do campo. A partir dessas

estruturas, os autores podem estabelecer um nicho claro e justificado para seu estudo, demonstrando a necessidade de pesquisa na área específica escolhida e mostrando como seu trabalho se relaciona com o contexto mais amplo do campo acadêmico.

Finalmente, é no Movimento 3, “Ocupando o Nicho”, que se deve apresentar a pesquisa de forma clara e persuasiva, mostrando como ela se encaixa no nicho específico estabelecido anteriormente. Esse movimento é composto por três passos, sendo que o passo 1 tem duas possibilidades. A primeira delas é o que Swales (1990) chama de “Delineando os propósitos”, na qual é necessário explicar claramente o que se espera alcançar com o estudo, quais são os objetivos específicos ou as perguntas que estão tentando responder, bem como qual é a contribuição única que o estudo trará para o campo. Na segunda possibilidade desse passo, “Anunciando a pesquisa atual”, os autores precisam apresentar o foco e a abordagem geral do estudo de forma sucinta. Isso deve ser feito incluindo uma breve descrição do método de pesquisa, da amostra ou participantes envolvidos, além de uma visão geral das principais áreas ou temas que serão abordados no estudo.

É apenas no passo 2, “Anunciando as principais conclusões”, que devem destacar quais são as principais descobertas que o estudo produziu, e como essas descobertas contribuem para a compreensão do tópico ou para o avanço do conhecimento no campo. No último passo, “Indicando a estrutura do Artigo de Pesquisa”, os autores têm que explicar como as seções do artigo estão organizadas, quais tópicos serão abordados em cada seção e como essas seções se relacionam umas com as outras para apresentar uma narrativa coerente e convincente sobre a pesquisa.

Observa-se que a partir desses movimentos retóricos, Swales (1990) divide a estrutura de uma introdução de artigo de pesquisa em três partes: i) na primeira, é estabelecido um contexto, o que deve ser feito por meio de informações gerais sobre o campo de estudo relevante, destacando-se as áreas de interesse ou lacunas no conhecimento e contextualizando o problema ou questão de pesquisa, cujo objetivo é situar o leitor no cenário acadêmico apropriado e demonstrar a importância da pesquisa; ii) na segunda parte, os pesquisadores apresentam o argumento central ou a tese do artigo, delineando claramente o propósito do estudo, a hipótese (se houver), os objetivos e a relevância do trabalho para a comunidade acadêmica; essa parte deve ser clara e concisa, fornecendo uma visão geral do que o leitor pode esperar encontrar no restante do artigo; é nessa parte também que os autores demonstram

como o estudo se conecta com trabalhos anteriores no campo, discutindo a literatura relevante e destacando lacunas ou áreas de controvérsia que sua pesquisa pretende abordar; deve-se explicar a importância prática ou teórica do trabalho, e como ele contribui para o avanço do conhecimento na área; iii) na última parte da estrutura formulada a partir dos movimentos retóricos destacados pelo modelo CARS, os autores precisam estabelecer uma visão geral da estrutura do artigo e explicitar como cada seção contribui para o objetivo geral; deve-se, ainda, oferecer uma breve visão geral dos métodos e abordagens utilizados no estudo; o objetivo é preparar o leitor para o restante do artigo, mostrando como cada parte se encaixa no todo e sustenta o argumento central.

Diante destes detalhes, percebe-se como o modelo CARS é uma ferramenta útil para ajudar os pesquisadores a escreverem introduções claras e bem estruturadas para seus artigos acadêmicos, bem como para os leitores que precisarão buscar informações nesses textos. Outras vantagens de seguir a organização do modelo CARS são as seguintes: estruturação eficaz do texto; mais clareza e coesão; maior poder de persuasão; facilitação da revisão por pares e padronização.

Embora, desde sua concepção, o Modelo CARS tenha sido amplamente utilizado e discutido na comunidade acadêmica, várias evoluções e adaptações ocorreram ao longo do tempo para melhor atender às necessidades dos pesquisadores, ainda que o modelo em si não tenha passado por mudanças drásticas. Sabe-se que esse modelo foi inicialmente desenvolvido para escrita acadêmica em inglês, porém, vem sendo adaptado para atender às necessidades de diferentes disciplinas e contextos acadêmicos, incluindo ciências sociais, humanidades, ciências naturais e outras áreas. Além disso, em algumas destas adaptações, os termos específicos podem ter sido ajustados para melhor se adequar ao campo de estudo ou à preferência do autor. Isso inclui modificações nos termos usados para descrever os diferentes “moves” ou etapas do modelo.

Com o aumento do uso de tecnologia e multimídia na comunicação acadêmica, algumas evoluções do modelo CARS passaram a incorporar elementos visuais, gráficos ou outros recursos multimodais na introdução de um artigo. Ademais, evoluções mais recentes passaram a dar uma maior ênfase na inclusão e diversidade, incentivando os autores a considerar como sua pesquisa contribui para a representação e a equidade em suas respectivas áreas de estudo. Com o avanço da tecnologia, surgiram ferramentas e recursos digitais que

podem auxiliar os autores na aplicação do modelo CARS, como softwares de redação acadêmica e assistentes de escrita. Essas evoluções refletem a natureza dinâmica da prática acadêmica e a necessidade de adaptar metodologias de escrita para atender às demandas em constante mudança dos pesquisadores e da comunidade acadêmica. Embora o cerne do modelo CARS permaneça consistente, essas evoluções ajudam a torná-lo mais relevante e útil para os pesquisadores contemporâneos.

2.3.5 As metáforas de Swales

No ano de 2004, John Swales revisitou seus conceitos sobre gêneros textuais, elaborados inicialmente nos anos de 1990, propondo uma abordagem mais flexível e metafórica para compreender a complexidade dos gêneros e seus contextos de aplicação. Essa mudança reflete um esforço do autor em ampliar a compreensão do que é gênero, sugerindo que ele não deve ser visto como um conceito estático, mas como um fenômeno dinâmico e multifacetado. Swales propôs que os gêneros textuais podem ser compreendidos a partir de metáforas como padrão, frame, família, espécie biológica, atos de fala e instituição (Swales, 2004).

O gênero como padrão, segundo Swales (2004), reflete a ideia de que os gêneros textuais fornecem um modelo estrutural para a comunicação, servindo como uma ferramenta organizadora dentro de contextos sociais específicos. O teórico destaca que os gêneros não apenas oferecem uma base para a produção e interpretação de textos, mas também estabelecem regularidades que auxiliam na interação entre os membros de uma comunidade discursiva. Contudo, ele enfatiza que essa regularidade não implica rigidez. Pelo contrário, os padrões dos gêneros são dinâmicos e podem ser ajustados conforme as necessidades e os contextos mudam. Swales (2004, p. 65) afirma também que “os gêneros devem ser vistos como normas flexíveis, adaptáveis aos propósitos de comunicação e às variações contextuais”.

De forma complementar, Bazerman (2005) discute como os gêneros, enquanto padrões, desempenham um papel crucial na estabilidade comunicativa. Para ele, esses padrões ajudam a organizar a produção textual em ambientes institucionais, fornecendo consistência e

previsibilidade, sem os quais a comunicação seria caótica. Além disso, ele ressalta que essa estabilidade é sempre mediada pelo contexto social, o que garante a relevância dos gêneros em situações específicas.

Em relação a metáfora do gênero como frame, Swales (2004) apresenta os gêneros como molduras conceituais que estruturam a comunicação dentro de uma comunidade discursiva específica. Assim como um quadro define os limites e organiza os elementos de uma imagem, os gêneros fornecem uma estrutura linguística e cognitiva que orienta a produção e a interpretação dos textos. Essa moldura não apenas organiza a forma do texto, mas também atua como um guia para os propósitos comunicativos e as expectativas sociais, facilitando a interação entre os membros da comunidade discursiva.

Swales (2004, p. 66) destaca que os gêneros, enquanto frames, não são fixos ou rígidos, mas flexíveis e adaptáveis às necessidades e ao contexto social, haja vista que “os gêneros textuais funcionam como molduras que delimitam e ao mesmo tempo moldam as escolhas discursivas, proporcionando tanto um senso de direção quanto espaço para inovação”. Essa flexibilidade permite que diferentes gêneros enfatizem aspectos distintos de uma mesma situação, dependendo dos objetivos comunicativos e do público-alvo.

Em contrapartida, Bazerman (2005) também discute os gêneros enquanto molduras discursivas, em seu ponto de vista, estes influenciam não apenas a produção textual, mas também a forma como as comunidades discursivas interagem e evoluem. O autor observa que os gêneros funcionam como “ferramentas que estabilizam a comunicação ao mesmo tempo que permitem variações criativas” (Bazerman, 2005, p. 23), garantindo que os textos sejam compreendidos dentro de suas expectativas contextuais. Bazerman (2005) ainda aponta que a adaptação dos frames ocorre naturalmente à medida que as práticas sociais mudam, permitindo que os gêneros permaneçam relevantes em contextos históricos e culturais diversos.

Miller (1984) também complementa essa visão ao argumentar que os gêneros, como frames, também são “formas de ação social”, pois moldam a maneira como os indivíduos percebem e interpretam a realidade. Segundo ela, os gêneros não apenas organizam a comunicação, mas também desempenham um papel ativo na construção de significados compartilhados dentro de uma comunidade. Essa abordagem enfatiza a relação dialógica entre os gêneros e seus usuários, na qual os textos são tanto produtos quanto

reflexos das práticas sociais.

Na metáfora do gênero como família, Swales (2004) sugere que os gêneros textuais podem ser vistos como membros de um grupo interconectado, no qual cada elemento desempenha um papel específico dentro de uma comunidade discursiva. Assim como em uma família, em que cada integrante possui características, responsabilidades e funções particulares, os gêneros coexistem com identidades próprias, mas ainda compartilham um vínculo comum. Segundo Swales, essa metáfora ajuda a entender a diversidade e a interdependência dos gêneros dentro de um sistema maior. Ele afirma que “os gêneros textuais interagem, se adaptam e evoluem, assim como as dinâmicas familiares mudam ao longo do tempo” (Swales, 2004, p. 71).

Essa analogia permite visualizar os gêneros como partes de um ecossistema discursivo, no qual gêneros formais e estruturados, como relatórios acadêmicos ou resumos científicos, coexistem e interagem com gêneros mais informais, como e-mails ou mensagens instantâneas. Swales (2004, p. 73) observa que, assim como em uma família, “as relações entre os gêneros não são lineares ou hierárquicas, mas colaborativas, permitindo a troca e a integração de características entre diferentes formas textuais”.

No que se refere ao gênero como espécie biológica proposta por Swales (1990), nota-se uma analogia que busca descrever a relação entre os diferentes gêneros, que assim como as espécies biológicas coexistem em um ecossistema. Porém, os gêneros de comunicação coexistem em uma comunidade discursiva, cada um desempenhando um papel específico e contribuindo para a comunicação dentro desse ambiente. Nessa metáfora, cada gênero é comparado a uma espécie biológica, com características distintas e adaptadas para sobreviver em um meio particular de comunicação.

Portanto, da mesma forma que as espécies biológicas se especializam em diferentes nichos ecológicos para evitar a competição direta, os gêneros de comunicação se especializam em distintos contextos comunicativos e funções discursivas para atender às necessidades específicas daquela comunidade. Sob esse aspecto, como as espécies biológicas podem evoluir ao longo do tempo em resposta às mudanças no ambiente, os gêneros de comunicação também podem evoluir e se adaptar às mudanças nas práticas comunicativas e nas demandas da comunidade discursiva, fazendo com que novos gêneros possam surgir, enquanto outros possam se tornar obsoletos ou menos utilizados.

A metáfora do gênero como atos de fala, apresentada por John Swales (2004), é fundamentada na teoria dos atos de fala desenvolvida por J. L. Austin e John Searle. Austin (1990) propõe que a linguagem não se limita a descrever a realidade, mas também realiza ações, introduzindo a ideia de que certos enunciados possuem uma dimensão performativa, como em expressões do tipo “eu prometo”, que não apenas informam, mas também executam uma ação ao serem proferidas. Posteriormente, Searle (1990) expandiu essa teoria, classificando os atos de fala em categorias como assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos e declarativos, enfatizando como esses atos são usados em interações sociais para alcançar objetivos específicos.

Com base nessa perspectiva, Swales (2004) argumenta que os gêneros textuais também podem ser vistos como ações performativas realizadas por meio da linguagem. Assim como um ato de fala, como “prometer” ou “ordenar”, têm o poder de influenciar o comportamento e moldar as interações, os gêneros textuais organizam as práticas comunicativas e realizam ações específicas dentro de uma comunidade discursiva. Para o teórico, “os gêneros funcionam como os atos de fala de uma comunidade discursiva coletiva, realizando ações que vão além da simples transmissão de informações” (Swales, 2004, p. 76).

Um exemplo disso é o gênero projeto de pesquisa, que não apenas descreve um plano de estudo, mas também estabelece a credibilidade do autor que busca persuadir uma banca, por exemplo, em um contexto de seleção de pós-graduação, acerca da relevância da investigação proposta. De maneira semelhante, um editorial de jornal não se limita a expressar uma opinião, também busca influenciar a opinião pública e, em alguns casos, promover mudanças sociais significativas. Essa performatividade intrínseca aos gêneros, segundo Swales (2004), destaca seu papel como ferramentas poderosas para moldar interações e alcançar objetivos retóricos dentro das comunidades discursivas.

Swales (2004) também enfatiza que, assim como os atos de fala, os gêneros textuais possuem uma dimensão intencional, sendo criados para cumprir finalidades específicas e, ao mesmo tempo, alinhar-se às expectativas sociais e culturais. Ele observa que os gêneros, enquanto atos de fala coletivos, incorporam a dinâmica interativa das comunidades discursivas, permitindo que elas realizem ações como “definir normas”, ‘estabelecer conhecimento’ ou ‘negociar acordos’” (Swales, 2004, p. 78).

Por fim, a metáfora do gênero como instituição, Swales (2004) explora a

dimensão social e histórica dos gêneros discursivos, enfatizando seu papel como elementos estruturantes das interações dentro de uma comunidade discursiva. O autor argumenta que os gêneros são institucionalizados por meio de seu uso reiterado, sendo reconhecidos e validados pelos membros da comunidade ao longo do tempo. Essa institucionalização confere aos gêneros um caráter normativo, funcionando como um marco regulador que organiza e estabiliza a comunicação em contextos específicos.

Nesse sentido, Swales (2004, p. 85) observa que “os gêneros não apenas refletem as práticas institucionais, mas também desempenham um papel ativo na construção e manutenção das próprias instituições”. Nesse sentido, ele reforça que os gêneros são tanto produtos quanto produtores das práticas sociais e comunicativas de uma comunidade. Outro aspecto central dessa metáfora é o reconhecimento de que os gêneros, ao serem institucionalizados, passam a ser ensinados, aprendidos e replicados, tornando-se parte de um processo contínuo de socialização dentro da comunidade discursiva.

Swales (2004, p. 88) aponta que “a repetição e o uso sistemático dos gêneros não apenas perpetuam as normas institucionais, mas também criam um espaço para inovação e adaptação às novas demandas sociais”. Essa capacidade de evolução permite que os gêneros se ajustem às mudanças históricas e contextuais, mantendo sua relevância em diferentes épocas e situações. Além disso, Swales (2004) destaca ainda que os gêneros institucionais não atuam isoladamente. Eles interagem e influenciam outros gêneros dentro da comunidade, criando redes discursivas que conectam diferentes práticas e propósitos. Por exemplo, em uma universidade, gêneros como relatórios acadêmicos, formulários de inscrição e atas de reuniões estão interligados e contribuem para a sustentação da estrutura institucional. Essa interdependência ilustra como os gêneros são elementos essenciais para a organização social e a manutenção das relações de poder e autoridade dentro das instituições.

A visão de Swales (2004) sobre metáforas foi debatida e ampliada por diversos autores, entre os quais destaca-se Biasi-Rodrigues (1998), para a qual a utilidade dessas analogias é ilustrar as funções sociais e comunicativas dos gêneros. A autora supracitada ressalta a relevância das metáforas propostas por Swales (2004), como recursos fundamentais para a compreensão das comunidades discursivas. De acordo com ela, essas metáforas funcionam como ferramentas conceituais que permitem visualizar de forma mais clara as complexas interações sociais e retóricas que ocorrem dentro dessas comunidades. Ao

descrever as comunidades discursivas em termos de “teias” ou “redes”, por exemplo, Swales (2004) facilita a compreensão dos múltiplos níveis de interdependência e da dinâmica relacional que caracterizam os gêneros textuais (Biasi-Rodrigues, 1998).

Assim, para Biasi-Rodrigues (1998), as metáforas não são apenas ilustrações teóricas, mas também refletem a natureza viva e em constante transformação das práticas discursivas. Ela observa que “Swales utiliza essas analogias para mapear como os membros de uma comunidade interagem, compartilham conhecimentos e moldam os gêneros de acordo com suas necessidades comunicativas” (Biasi-Rodrigues, 1998, p. 32). As metáforas contribuem, dessa forma, para uma análise mais intuitiva, facilitando a identificação dos propósitos comunicativos subjacentes e das funções sociais desempenhadas pelos gêneros dentro das comunidades

Além de Biasi-Rodrigues, Motta-Roth (2009) comenta acerca das metáforas empregadas por John Swales em sua teoria sobre comunidades discursivas, especificamente sobre as metáforas “rede” e “teia”. Segundo a autora, Swales (2004) utiliza tais metáforas para descrever a complexidade e a interconexão das práticas discursivas em comunidades específicas. Para a autora, essas imagens metafóricas ajudam a visualizar a comunidade discursiva como um sistema dinâmico e interdependente, onde os membros estão continuamente negociando significados, valores e objetivos comuns.

Motta-Roth (2009), acrescenta ainda que as metáforas de Swales destacam a natureza colaborativa e fluida das comunidades discursivas. Ao empregar termos como “teia” para descrever as relações sociais, Swales (2004) sugere que cada membro contribui para a estrutura coletiva de significados. Essa metáfora reforça a ideia de que a comunidade discursiva não é um conjunto fixo de regras, mas sim um espaço de constante interação e transformação. “As comunidades discursivas são organismos vivos, moldados pela interação contínua entre os membros e os gêneros que eles produzem” (Motta-Roth, 2009, p. 45).

Além disso, observa ainda que a metáfora da “rede” ilustra como os membros de uma comunidade não operam isoladamente, mas dependem de conexões interpessoais e textuais para criar e manter práticas discursivas. Essa rede de interações possibilita a circulação de gêneros e discursos, facilitando a adaptação e a inovação dentro da comunidade. Conforme destaca a autora, “as redes discursivas não apenas sustentam a comunicação, mas também determinam as formas de poder e os papéis sociais dentro do grupo” (Motta-Roth,

2009, p. 47).

Swales (2004) amplia a discussão sobre gêneros textuais ao enfatizar que as metáforas e analogias são recursos fundamentais para entender as dimensões institucionais e sociais que envolvem os gêneros. O autor também destaca que os gêneros não apenas cumprem funções comunicativas, mas também refletem as relações de poder e as dinâmicas sociais dentro das comunidades discursivas. Para Swales (2004), essas representações metafóricas ajudam a desvendar como os textos operam em contextos específicos e moldam o comportamento discursivo dos indivíduos.

Além disso, Swales (2004, p. 213) revisita a questão do propósito comunicativo, destacando sua centralidade, mas reconhecendo que nem sempre é fixo ou evidente, bem como sugere que “os gêneros podem ter múltiplas interpretações, dependendo das circunstâncias contextuais e das intenções dos membros da comunidade”. Essa visão dinâmica contribui para a compreensão da variação e adaptação dos gêneros textuais dentro das comunidades discursivas contemporâneas, especialmente em contextos acadêmicos e institucionais.

2.4 A ABORDAGEM DE VIJAY KUMAR BHATIA

Vijay K. Bhatia (1993), associado à tradição sociorretórica de John Swales (1990), ampliou os estudos de gênero, concentrando-se em gêneros textuais empregados em contextos profissionais e acadêmicos. Embora inspirado pelo modelo CARS de Swales (1990), Bhatia (1993) aplicou essa estrutura a gêneros próprios do mundo dos negócios e do direito, e propôs métodos para explorar o contexto comunicativo e os aspectos retóricos dos textos. Segundo ele, o conceito de gênero inclui, além da estrutura, um conjunto de práticas e processos que refletem as realidades institucionais de uma comunidade. Bhatia (1993, p. 9) observa que “o discurso acadêmico, bem como o profissional, não se dá entre iguais”, uma vez que as relações de poder são frequentemente evidentes, com membros experientes explorando as convenções de gênero para “efeitos especiais” que estão além da capacidade dos iniciantes.

Bhatia (1993) descreve a análise de gêneros como um processo metodológico em

sete etapas: (1) inserir o gênero em um contexto situacional, considerando tanto as experiências pessoais quanto às informações internas do texto; (2) revisar a literatura existente para entender teorias e métodos prévios aplicáveis; (3) realizar uma análise detalhada do contexto, avaliando as condições culturais e históricas que cercam a comunidade discursiva; (4) selecionar um corpus de exemplares do gênero com critérios rigorosos de representatividade; (5) examinar o contexto institucional, já que “instituições estão subordinadas a regras e convenções” que influenciam a elaboração dos gêneros (Bhatia, 1993, p. 22); (6) realizar uma análise linguística em três níveis, desde o léxico-gramatical até a estrutura retórica; e, finalmente, (7) consultar especialistas para validar a análise.

Em cada um desses passos, Bhatia (1993) orienta que o pesquisador vá além da mera análise textual para interpretar o gênero em sua função comunicativa dentro de uma comunidade específica. Ele ressalta que os elementos centrais de um gênero incluem propósitos, produtos, práticas e atores, que ele define como objetivos, artefatos textuais, procedimentos discursivos e os membros da comunidade discursiva, respectivamente. Esses aspectos, segundo Bhatia (2002, p. 6), “são indispensáveis para elucidarmos o uso do gênero pelos membros de uma comunidade disciplinar” e possibilitam entender como o gênero é construído e adaptado de acordo com as práticas sociais e comunicativas da comunidade.

A análise linguística, presente na etapa seis, é detalhada em três níveis: léxico-gramatical, textual e estrutural. A análise léxico-gramatical avalia a frequência e o uso de formas verbais e sintáticas; a análise textual se concentra em padrões linguísticos que revelam o vínculo entre forma e função, como o uso do pronome “nós” para reforçar o pertencimento em contextos empresariais; e, finalmente, a análise estrutural examina a organização e os movimentos retóricos do texto. Bhatia (1993, pp. 22-23) destaca que “a análise de movimentos de Swales, por exemplo, pode ajudar a entender a lógica e a organização de um gênero textual dentro de uma comunidade”.

Além dos aspectos metodológicos, Bhatia (2009) propõe uma classificação do conhecimento sobre gêneros, dividindo-a em três pilares fundamentais: o conhecimento convencionalizado, a versatilidade genérica e a integridade vs. inovação do gênero. Em relação ao conhecimento convencionalizado, ele observa que os gêneros são sustentados pela “recorrência de situações retóricas”, que estabelece um propósito comunicativo compartilhado e padrões estruturais reconhecíveis pelos membros da comunidade (Bhatia, 2009, p. 103).

Esse conhecimento “confere a cada gênero sua integridade” e o torna identificável no contexto de uso (Bhatia, 2009, p. 161).

A versatilidade genérica refere-se à flexibilidade que o gênero apresenta, adaptando-se aos propósitos comunicativos, aos participantes e ao contexto. Segundo Bhatia (2009, p. 163), a análise da versatilidade genérica explora o relacionamento entre “texto e contexto em sentido estrito; [...] o uso que as pessoas fazem da linguagem e o que torna isso possível [...] e língua e cultura, em sentido amplo”. Esse aspecto permite que o gênero se adapte a novas demandas sem perder suas características essenciais.

O terceiro pilar, integridade vs. inovação, descreve o equilíbrio entre a consistência e a capacidade de evolução dos gêneros. Bhatia (2009) explica que, embora os gêneros mantenham certas convenções para preservar a “prototipicidade comum”, a prática social permite ajustes para responder a novos contextos. Ele destaca que os membros experientes de uma comunidade são particularmente habilidosos em usar o gênero de forma criativa, enquanto iniciantes tendem a seguir normas rígidas. A inovação ocorre, portanto, sem que o gênero perca sua identidade, uma vez que as adaptações respeitam os limites do gênero original (Bhatia, 2002; 2009).

A abordagem de Bhatia (1993) também se diferencia pela incorporação de elementos sociológicos e psicológicos na análise de gêneros. Em sua perspectiva sociológica, ele vê o gênero como reflexo de práticas comunicativas em contextos profissionais específicos, onde “o texto não deve ser visto como um artefato significativo por si só, mas significativo em sua relação com os papéis sociais, objetivos do grupo social, preferências e pré-requisitos profissionais e aspectos culturais” (Ramos, 2011, p. 38). A dimensão psicológica, por outro lado, envolve a análise das estratégias cognitivas dos autores, considerando “a eficiência do texto, o meio (impresso, televisivo, etc.), o perfil e as exigências do público-alvo” (Ramos, 2011, p. 39).

A análise de Bhatia (1993) é, portanto, uma fusão da teoria swalesiana com uma perspectiva cognitiva e institucional. Segundo ele, os gêneros são socialmente construídos e “intimamente controlados pelas práticas sociais” (Bhatia, 2002, p. 109), servindo como mecanismos para que os membros de uma comunidade interajam e expressem conhecimentos e valores compartilhados. Sua abordagem enfatiza que a análise de gênero vai além do nível linguístico, sendo necessária uma compreensão das normas culturais e institucionais para

capturar a complexidade dos gêneros em contextos profissionais e acadêmicos.

2.5 A ABORDAGEM DE CAROLYN MILLER

Carolyn Miller, em seu clássico ensaio “*Genre as Social Action*” (1984), estabelece uma perspectiva inovadora sobre gêneros, integrando elementos sociais e linguísticos para explicar como as pessoas interagem com diferentes tipos de textos. Miller (2009a) argumenta que os gêneros funcionam como molduras interpretativas que orientam nossas reações e ações em contextos sociais específicos, destacando que a prática de comunicação não se resume ao conteúdo formal de um texto, mas sim à sua função em situações retóricas distintas. Em sua visão, o gênero é uma resposta social que se manifesta e adapta conforme as demandas do contexto, permitindo que os participantes compreendam, interpretem e atuem nos espaços sociais.

Ao criticar a tendência de classificar gêneros apenas com base em aspectos sintáticos e semânticos, Miller (2009a) enfatiza que isso desconsidera a variabilidade e a complexidade da prática retórica. Segundo a autora, essa classificação, por vezes formalista, ignora a dinâmica e a diversidade das situações sociais que caracterizam a comunicação humana. Sua teoria é fundamentada na noção de que o gênero deve ser interpretado como ação social recorrente e tipificada, o que significa que ele depende de uma percepção social compartilhada sobre como agir em determinados contextos.

Miller (2009a) também explora a ideia de “recorrência” como base para a tipificação dos gêneros. Para ela, a recorrência implica a existência de padrões interpretativos que, diante de uma situação indeterminada, ajudam os indivíduos a compreender e definir o ambiente, permitindo-lhes responder de maneira adequada. Esse processo, segundo Miller (2009a, p. 30), consiste em “relacionar novas experiências com conhecimentos pré-existentes, possibilitando a transição de uma situação desconhecida para uma conhecida, o que facilita futuras respostas retóricas semelhantes”.

A abordagem de Miller (2009a) ressalta que os gêneros são fenômenos fluidos e pragmáticos, respondendo a necessidades específicas de interação dentro das comunidades.

Eles são meios pelos quais os indivíduos “agem juntos” na sociedade, e isso explica por que gêneros mudam, evoluem e desaparecem conforme as sociedades se tornam mais complexas e diversificadas. Miller afirma que, à medida que uma sociedade cresce em complexidade política, econômica e tecnológica, também cresce o número e a variedade de gêneros necessários para atender às demandas comunicativas de seus membros.

Outro aspecto central em sua teoria é a visão do gênero como um “artefato cultural”, que representa o raciocínio e os objetivos de uma cultura específica. Comparando os gêneros a artefatos arqueológicos, Miller (2009a) sugere que eles não apenas cumprem uma função retórica, mas também incorporam e preservam o conhecimento cultural, possibilitando caracterizar uma sociedade por meio de seu conjunto de gêneros. Na obra “Comunidade retórica: a base cultural dos gêneros”, Miller (2009b) ela reforça essa ideia, explicando que os gêneros funcionam como construções culturais que refletem as práticas, valores e modos de organização de uma sociedade, além de desempenharem um papel essencial na formação da identidade cultural coletiva.

De acordo com Souza (2013), ao longo de suas obras, Miller identifica cinco princípios fundamentais para a compreensão de gêneros como ações sociais retóricas:

Quadro 4 – Princípios fundamentais para a compreensão de gêneros, segundo Miller

Categoria Convencional	Gêneros representam uma categoria discursiva convencional fundamentada na tipificação de uma ação social que se molda às condições sociais de seu surgimento.
Ação Interpretável	Os gêneros seguem regras que os tornam interpretáveis em uma hierarquia de interação simbólica.
Distinção de Forma	Os gêneros, embora baseados em formas textuais, se distinguem de meras formas, pois representam ações sociais em um nível específico.
Patrimônio Cultural	Eles constituem padrões recorrentes que fundamentam e organizam a vida cultural de uma comunidade.
Mediação entre Esfera Privada e Pública	Os gêneros ligam as intenções privadas às exigências sociais, mediando o individual com o coletivo de forma pragmática.

Fonte: elaboração própria com base em Souza (2013).

Portanto, a teoria de Miller (2009a; 2009b; 2015) posiciona os gêneros como

construções culturais que estão em constante mudança, ajustando-se às novas exigências e aos diferentes contextos. A autora destaca que esses gêneros não devem ser vistos como padrões rígidos, mas como “[...] formas de ação social em evolução, que possibilitam aos membros de uma comunidade entender e responder às suas necessidades comunicativas e culturais” (Miller, 2015, p. 56-57). Assim, sua contribuição vai além da simples classificação formal dos gêneros, propondo uma compreensão do gênero como parte integrante da sociedade e como um elemento essencial para a continuidade e a organização das práticas culturais e sociais.

2.6 A ABORDAGEM DE CHARLES BAZERMAN

Charles Bazerman (2020), assim como Carolyn Miller (1984), adota uma perspectiva sociorretórica que compreende o gênero como uma forma de ação social com propósito, que ajuda a coordenar atividades e construir significados dentro de uma comunidade discursiva. O teórico afirma que “os gêneros emergem nos processos sociais em que pessoas tentam compreender umas às outras suficientemente bem para coordenar atividades e compartilhar significados com vistas a seus propósitos práticos” (Bazerman, 2020, p. 52). Além disso, para ele, os gêneros não são apenas estruturas textuais fixas, mas também partes fundamentais de como os seres humanos moldam e organizam suas práticas sociais.

Bazerman (2020) estrutura sua teoria sobre gêneros em três conceitos interligados: conjunto de gêneros, sistema de gêneros e sistema de atividades. O conjunto de gêneros inclui todos os textos que um indivíduo produz para cumprir um papel específico, como os vários tipos de documentos que um estudante elabora durante o curso de pós-graduação. O sistema de gêneros é um agrupamento dos diferentes conjuntos de gêneros que se relacionam de forma interdependente para a realização de atividades organizadas, refletindo padrões de comunicação dentro de uma organização ou comunidade. Já o sistema de atividades constitui o quadro mais amplo que orienta o trabalho, a atenção e os objetivos das pessoas, o que se torna especialmente importante à medida que os membros ingressam em contextos profissionais e acadêmicos, onde “o sistema de gêneros escritos se torna especialmente importante” (Bazerman, 2020, p. 56).

Para Bazerman (2020), a análise de gêneros não deve se limitar a aspectos formais, uma vez que a simples observação dos traços textuais ignora a dimensão dinâmica dos gêneros e o papel dos indivíduos na construção de significados. O autor sugere que a identificação de gêneros apenas pela aparência pode resultar em uma compreensão limitada, que não leva em conta a interpretação variável dos leitores, as interações dentro da comunidade discursiva e as transformações dos gêneros ao longo do tempo.

Para uma análise profunda dos gêneros, Bazerman (2020) propõe quatro abordagens que ultrapassam a descrição de características formais, buscando uma compreensão mais rica das funções e variações dos gêneros em contextos específicos, a saber:

A primeira é intitulada “Exame de uma Coleção de Textos do Mesmo Gênero”, e envolve o uso de conceitos analíticos provenientes de linguística, retórica e teoria organizacional para investigar uma coleção de textos do mesmo gênero. Essa análise comparativa busca identificar consistências internas que vão além dos traços óbvios, como a estrutura textual e o vocabulário comum. Bazerman (2020) recomenda observar o estilo, as escolhas léxico-gramaticais e as convenções retóricas aplicadas, para revelar como o gênero é construído e utilizado de forma padronizada por membros de uma comunidade. Essa análise permite uma compreensão das normas implícitas que regem o gênero, ajudando a identificar elementos que mantêm a estabilidade e a integridade do gênero ao longo do tempo.

A seguinte, “Consideração das Variações em Diferentes Contextos e Períodos”, foca nas variações que ocorrem quando um gênero é usado em diferentes situações ou em momentos históricos distintos. Com uma análise retórica, o pesquisador busca entender como as mudanças contextuais afetam as práticas discursivas e, consequentemente, as estruturas dos textos. Esse método considera que, embora o gênero possa manter uma identidade central, ele é flexível e se adapta a novos contextos, resultando em padrões variados mesmo dentro de uma “mesma” categoria de gênero. Por exemplo, Bazerman (2020) aponta que o mesmo gênero, como um relatório corporativo, pode adotar estruturas e focos distintos em diferentes departamentos ou em períodos históricos específicos, dependendo das necessidades comunicativas e das pressões institucionais de cada momento.

Na terceira abordagem, intitulada “Coleta de Dados sobre a Interpretação dos Textos pelo Público”, Bazerman (2020) sugere que a análise de gêneros deve incluir as percepções e interpretações dos leitores sobre os textos, indo além da análise textual objetiva.

Isso envolve a coleta de informações sobre como os membros de uma comunidade discursiva entendem e respondem a esses textos, considerando fatores como experiência, conhecimento prévio e contexto cultural. Com essa abordagem, é possível compreender não apenas como o gênero é construído, mas também como ele é recebido e utilizado pelos leitores. Esse processo ajuda a identificar as expectativas dos usuários e o grau de efetividade do gênero em comunicar seus propósitos, contribuindo para uma compreensão mais holística do impacto do gênero na comunidade.

Finalmente, na última abordagem, chamada de “Pesquisa Etnográfica no Local de Produção e Uso dos Textos”, é enfatizada a importância de observar o gênero em ação em seu ambiente natural. Esse método envolve conduzir uma pesquisa etnográfica no local onde os textos são produzidos, distribuídos e utilizados, como uma sala de aula, um escritório ou uma fábrica. Durante essa investigação, o pesquisador observa como os textos são criados, modificados e interpretados no cotidiano, captando os propósitos específicos para os quais cada gênero é usado. Além disso, esse método revela as práticas sociais e as dinâmicas interacionais que moldam o uso do gênero, fornecendo uma visão detalhada do papel dos gêneros nas atividades diárias. Bazerman (2020) defende que essa abordagem permite uma análise mais profunda das funções sociais dos gêneros, revelando como eles contribuem para a organização das atividades e para a construção de significados compartilhados.

Essas quatro abordagens metodológicas visam fornecer uma visão abrangente dos gêneros, indo além da observação de características formais e explorando os processos interativos e as funções sociais dos gêneros dentro de uma comunidade. Em resumo, Bazerman (2020) vê os gêneros como ferramentas de agência e ação social, que não apenas facilitam a comunicação, mas também estruturam e organizam as práticas sociais. Ao seguir essas abordagens, o pesquisador consegue mapear as variações e o dinamismo do gênero, compreendendo-o como um elemento essencial para a construção e sustentação das relações sociais dentro de um sistema de atividades.

Bazerman também vê a escrita como uma ferramenta essencial do agir social, que cria fatos sociais e facilita a comunicação dentro de uma comunidade. Ele argumenta que, ao produzir um texto, um indivíduo não apenas organiza suas ações, mas também torna suas intenções inteligíveis para os outros, estabelecendo “uma presença social num campo letrado de ação social” (Bazerman, 2007, p. 53-54). Em suas palavras, a “escrita, através da

antecipação retórica de nossa audiência e do efeito de nossas palavras, provê oportunidades para que nos tornemos mais reflexivos e ponderados em nossas relações com nossos ouvintes e com as interpretações sociais das palavras que pronunciamos” (Bazerman, 2007, p. 117). Esse processo torna-se particularmente importante em ambientes profissionais e educacionais, onde a comunicação escrita é um meio fundamental para a interação e a afirmação social.

Por meio de sua abordagem, Bazerman (2006) eleva o conceito de gênero a um “fato social”, indo além da concepção de gênero como uma estrutura textual fixa. Ele afirma que textos bem-sucedidos são capazes de criar fatos sociais, ou seja, ações significativas expressas em formas textuais padronizadas e amplamente reconhecidas. Com isso, os gêneros não apenas facilitam a comunicação, mas também desempenham um papel ativo na construção da realidade social compartilhada, ajudando a organizar e a estruturar as interações em uma comunidade.

De tal modo, em sua teoria, Bazerman (2006) entende o gênero como um processo ativo e dinâmico, que reflete e molda as práticas sociais em diferentes níveis. Sua perspectiva enxerga os gêneros como ferramentas de agência e de ação social, pois, segundo ele, “a abordagem social de gênero transforma-o em uma ação social, e assim em uma ferramenta de agência” (Bazerman, 2006, p. 19). Dessa forma, o autor reforça que, ao utilizarmos a escrita para expressar nossas intenções e necessidades, nós nos afirmamos como agentes no contexto social, e os gêneros se tornam elementos essenciais para organizar e compreender as relações humanas.

3 O GÊNERO DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Neste capítulo, são apresentados alguns conceitos relacionados ao gênero dissertação de mestrado, com base nos estudos de Munhoz (2014). Em seguida, discute-se a definição desse gênero conforme as orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que serve como referência para a estruturação e formatação de trabalhos acadêmicos. Além disso, o capítulo inclui reflexões sobre a seção de introdução, fundamentadas nos pressupostos teóricos de Motta-Roth e Hendges (2010), que exploram de forma detalhada os objetivos e a organização textual dessa parte do trabalho.

3.1 A DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Os gêneros textuais representam ferramentas essenciais para atender às variadas necessidades comunicativas da sociedade. Marcuschi (2010, p. 19) destaca que os gêneros surgem de um esforço coletivo, desempenhando um papel central na estabilização das interações sociais, atendendo demandas específicas de comunidades discursivas distintas, funcionando como guias para a ação em contextos sociais diversos. Dentro dessa perspectiva, a dissertação de mestrado é um gênero que reflete as práticas discursivas da comunidade acadêmica, sendo moldada por padrões e convenções que garantem sua compreensão e aceitação no meio científico.

Bazerman (2006, p. 23) aprofunda essa compreensão ao definir os gêneros como “formas de vida” e “modos de ser”, que funcionam como espaços onde o significado é construído coletivamente. A dissertação de mestrado, nesse sentido, representa um terreno comum para a construção e disseminação do conhecimento acadêmico. Como gênero específico, ela não apenas organiza o saber produzido, mas também facilita a inserção dos mestrandos na comunidade científica, estabelecendo critérios que orientam a produção e a avaliação desse tipo de texto.

Embora a dissertação apresente características estruturais bem definidas — como a necessidade de explicitar objetivos, metodologias e resultados —, ela não é estática. Miller

(2009a) ressalta que os gêneros funcionam como ferramentas retóricas que organizam as interações sociais, mas também são dinâmicos e adaptáveis. Essa capacidade de transformação permite que o gênero se mantenha relevante, equilibrando estabilidade e mudança. Assim, a dissertação de mestrado, apesar de seguir normas estabelecidas pela comunidade discursiva acadêmica, pode variar em formato e abordagem, refletindo as particularidades de diferentes áreas do conhecimento e contextos institucionais.

Marcuschi (2010) reforça essa visão ao afirmar que os gêneros são flexíveis e sujeitos a transformações, uma vez que evoluem para atender às demandas sociais. No contexto das dissertações, essa flexibilidade possibilita a incorporação de novas perspectivas teóricas, metodológicas e discursivas, contribuindo para o avanço do conhecimento científico. Essa maleabilidade não compromete a estrutura básica do gênero, mas permite a inovação e a adaptação às exigências contemporâneas do campo acadêmico.

A dissertação de mestrado é, portanto, um gênero discursivo construído coletivamente pela comunidade acadêmica, que estabelece e regula suas convenções. Munhoz (2014, p. 18) destaca que esse gênero “aborda temas científicos complexos, sendo produzido em um ambiente acadêmico que visa gerar e disseminar saberes”. Para a autora, a escrita da dissertação exige não apenas o domínio do conteúdo técnico, mas também das normas e convenções discursivas que regem a produção do conhecimento científico. Esse domínio é essencial para que o mestrando possa se inserir na comunidade científica e contribuir com originalidade e rigor ao diálogo acadêmico.

Além disso, a dissertação exige o desenvolvimento de competências discursivas que favorecem a construção de argumentos sólidos e bem estruturados. Essas competências são fundamentais para que o pesquisador em formação articule sua voz no campo acadêmico, demonstrando criticidade e promovendo a continuidade do debate científico. Assim, a dissertação de mestrado não é apenas um requisito formal, mas uma expressão concreta do funcionamento da comunidade discursiva acadêmica.

A dissertação de mestrado, enquanto gênero discursivo, reflete as práticas e os valores compartilhados pela comunidade acadêmica. Sua estrutura é moldada por convenções estabelecidas coletivamente, mas permanece flexível o suficiente para incorporar novas abordagens e perspectivas. Como destacam Marcuschi, Bazerman e Miller, os gêneros não são estáticos; eles evoluem com o contexto social e se adaptam às demandas da comunidade

que os utiliza. A dissertação, portanto, não só representa o conhecimento científico consolidado, mas também funciona como um espaço de inovação e diálogo contínuo, reafirmando a importância da comunidade discursiva na construção do saber acadêmico.

3.2 A DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SEGUNDO A ABNT

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define a dissertação de mestrado como “um documento acadêmico-científico, elaborado com base em pesquisa original e submetido à apreciação de uma banca examinadora, visando à obtenção do título de mestre” (ABNT/NBR 6023, 2011). De acordo com a NBR 14724:2011, que regula a apresentação de trabalhos acadêmicos no Brasil, a dissertação deve seguir uma estrutura formal composta por elementos pré-textuais e elementos pós-textuais. Assim, a ABNT explica que a dissertação é:

[...] um documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor), visando à obtenção do título de mestre (ABNT/NBR 6023, 2011, p. 2).

Assim, a dissertação é entendida como um documento que apresenta os resultados de pesquisas científicas realizadas sob a supervisão de um professor doutor. Esse orientador tem a função de auxiliar o mestrando, sugerindo metodologias adequadas e leituras relevantes para o objeto de estudo. Na construção desse gênero acadêmico, o estudante busca analisar um tema específico com base nas contribuições de diferentes autores, que enriquecem e fundamentam as ideias desenvolvidas na dissertação. De acordo com as diretrizes da ABNT/NBR 6023, a estrutura da dissertação de mestrado é composta pelos seguintes elementos:

Quadro 5 – Estrutura da dissertação

Elementos	Descrição	Uso
Pré-textuais	Elementos que antecedem o conteúdo principal e introduzem o trabalho.	Obrigatórios
Capa	Contém o título, nome do autor, instituição, local e ano.	Sim
Folha de rosto	Inclui as informações da capa, mais dados sobre o orientador e o objetivo do trabalho.	Sim
Errata	Lista de correções, caso necessário.	Opcional
Folha de aprovação	Documento com as assinaturas da banca examinadora após a defesa.	Sim
Dedicatória	Mensagem pessoal do autor.	Opcional
Agradecimentos	Reconhecimento de contribuições recebidas durante o processo.	Opcional
Epígrafe	Citação relacionada ao tema do trabalho.	Opcional
Resumo em português	Breve síntese do trabalho, destacando os objetivos, métodos, resultados e conclusões (até 250 palavras).	Sim
Resumo em língua estrangeira	Tradução do resumo para outro idioma, geralmente inglês.	Sim
Palavras-chave	Termos que identificam os principais temas abordados (3 a 5 palavras).	Sim
Lista de ilustrações	Relação de figuras, tabelas, gráficos, etc., com suas respectivas páginas.	Opcional
Lista de abreviaturas e siglas	Explicação de termos abreviados usados no trabalho.	Opcional
Sumário	Relaciona as partes do trabalho com suas respectivas páginas.	Sim
Textuais	Parte principal, onde o trabalho é desenvolvido.	Obrigatórios
Introdução	Apresenta o tema, objetivos, justificativa e estrutura do trabalho.	Sim
Desenvolvimento	Parte central, com fundamentação teórica, metodologia, análise e discussão dos resultados.	Sim
Conclusão	Síntese das contribuições do trabalho e considerações finais.	Sim
Pós-textuais	Elementos que complementam ou detalham o trabalho.	Obrigatórios/ Opcionais
Referências	Relação das obras citadas no trabalho, conforme normas da ABNT.	Sim
Apêndices	Textos ou documentos elaborados pelo autor que complementam o conteúdo.	Opcional

Anexos	Documentos não elaborados pelo autor, mas que auxiliam no entendimento do texto.	Opcional
Índice	Relação detalhada de termos ou assuntos abordados no trabalho.	Opcional

Fonte: ABNT/NBR 6023 (2011).

No Quadro 5, estão listados todos os elementos que compõem a dissertação de mestrado, conforme estabelecido pela ABNT/NBR 6023 (2011). Esses elementos são organizados em três categorias principais: pré-textuais, textuais e pós-textuais. A estrutura textual da dissertação inclui introdução, desenvolvimento e conclusão, organizados em seções que cumprem funções específicas. A introdução é responsável por apresentar o tema, delimitar o escopo do estudo, justificar sua relevância, definir os objetivos, formular a hipótese (quando aplicável) e descrever a estrutura do trabalho. Em seguida, na fundamentação teórica, são expostas as principais abordagens conceituais e referenciais teóricos que embasam a análise dos dados. A metodologia descreve os procedimentos utilizados, caracterizando o tipo de pesquisa realizada e detalhando as etapas e estratégias adotadas para alcançar os objetivos propostos.

Por fim, nas considerações finais, o pesquisador sintetiza as respostas à questão central do estudo, avaliando os objetivos inicialmente traçados, a validade da hipótese (se for o caso) e a pertinência das justificativas apresentadas. Essa seção também permite ao autor refletir sobre as implicações dos resultados obtidos e sugerir perspectivas para futuras pesquisas, destacando a contribuição do trabalho para o campo acadêmico.

3.3 ALGUNS ESTUDOS ACERCA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO NO BRASIL

Muniz-Oliveira e Barricelli (2009) realizaram uma análise das características da dissertação de mestrado, com foco nas áreas de linguagem e educação, com o objetivo de desenvolver um material didático destinado ao curso de extensão Atividades de Linguagem: elaboração de atividades didáticas para o ensino de gêneros, oferecido pela COGEAE/PUC-SP. A pesquisa realizada pelos autores forneceu subsídios para a criação de sequências didáticas voltadas ao ensino de gêneros textuais, além de servir como base para a

descrição das principais características do gênero dissertação de mestrado, que também é objeto desta pesquisa.

Com base nos trabalhos de Dolz, Pasquier e Bronckart (1993) e de Muniz-Oliveira (2004), Muniz-Oliveira e Barricelli (2009) identificaram as capacidades de linguagem e as operações envolvidas na produção textual acadêmica. Essas capacidades, foram organizadas em um quadro em sua pesquisa e servem como ponto de referência para a análise de textos acadêmicos, especialmente no que diz respeito à gestão das vozes textuais e ao posicionamento autoral. É destacado pelos autores que as capacidades linguístico-discursivas, abordadas no quadro, oferecem suporte para as análises de excertos textuais, pois permitem identificar como o autor da dissertação articula vozes, constrói seu posicionamento e interpreta o conteúdo que apresenta. Esses elementos são cruciais para revelar a individualidade autoral no contexto acadêmico, enfatizando o diálogo entre o autor e as fontes utilizadas em sua argumentação.

Segundo Muniz-Oliveira e Barricelli (2009), essas capacidades podem ser organizadas em três níveis principais. No nível das ações, o autor mobiliza conhecimentos sobre o contexto físico, sócio-subjetivo e de mundo, além de adotar as convenções do gênero, situando o texto nas expectativas da comunidade discursiva. No nível discursivo, destaca-se a escolha e organização do conteúdo, incluindo os tipos de discurso e sequências textuais que estruturam o texto. Por fim, no nível linguístico-discursivo, são realizadas operações como o estabelecimento de coesão, a inserção de vozes, o posicionamento crítico e a escolha de itens lexicais adequados, que garantem clareza e precisão à argumentação.

Essas capacidades e operações demonstram que a dissertação de mestrado é mais do que um trabalho técnico; ela é uma prática discursiva que articula habilidades analíticas, críticas e comunicativas. Além de atender às normas institucionais, o autor precisa construir um texto fluido, argumentativo e alinhado aos propósitos do gênero, dialogando com a literatura científica e posicionando-se criticamente. Assim, o processo de produção da dissertação reflete tanto a inserção do autor na comunidade acadêmica quanto sua capacidade de contribuir para o avanço do conhecimento.

Em sua pesquisa, Muniz-Oliveira e Barricelli (2009) mapearam as seções ou capítulos que compõem e exploram o conteúdo de uma dissertação, destacando as principais estruturas e suas funções, as quais apresentamos no Quadro 6.

Quadro 6 – Estrutura da dissertação segundo Muniz-Oliveira e Barricelli (2009).

Seção ou Capítulo	Objetivo
Capa: Autor e Título	Indicar o autor, título da obra, universidade, programa em que a pesquisa se insere e o ano.
Catálogo	Descrever a referência bibliográfica da dissertação, estabelecendo informações para identificar a obra.
Epígrafe	Introduzir o tema com uma frase curta, relacionada ao assunto do texto.
Agradecimentos	Reconhecer as contribuições de pessoas envolvidas na produção do trabalho.
Sumário ou Índice	Indicar capítulos e seções com a devida paginação.
Lista de Quadros/Figuras/Esquemas	Listar quadros, figuras e esquemas com numeração, título e página correspondente.
Introdução: Contexto da Pesquisa	Apresentar o contexto da pesquisa, a problemática abordada e o objetivo do estudo.
Capítulo de Fundamentação Teórica	Discutir os fundamentos teóricos que embasam a pesquisa.
Capítulo de Metodologia	Descrever os procedimentos metodológicos, incluindo coleta e análise de dados, e o objeto da pesquisa.
Capítulo de Interpretação dos Dados	Apresentar e discutir os resultados obtidos a partir das análises realizadas.
Considerações Finais	Refletir sobre os resultados, destacando descobertas e sugerindo possíveis desdobramentos futuros.
Referências Bibliográficas	Relacionar os autores e obras citados no texto, geralmente conforme normas da ABNT ou da instituição.
Anexos	Apresentar materiais complementares usados na análise de dados ou que oferecem suporte ao estudo.

Fonte: Muniz-Oliveira e Barricelli (2009, p. 90).

Quanto ao texto, Muniz-Oliveira e Barricelli (2009) explicam que este é estruturado, principalmente, por meio de discurso teórico e interativo, com uso de sequências argumentativas, explicativas e descritivas. Segundo as autoras, as sequências argumentativas e explicativas predominam no capítulo que aborda os pressupostos teóricos, enquanto a sequência descritiva se destaca no capítulo de metodologia, no qual são detalhados os procedimentos da pesquisa. Em relação à coesão nominal, a retomada dos referentes é feita

por pronomes pessoais (como “ele”), sintagmas nominais (como “o estudioso”) e anáforas e catáforas (como “essa reflexão” e “a reflexão seguinte”). Quanto à coesão verbal, o presente é o tempo mais utilizado, com algumas ocorrências de pretérito e futuro. No que se refere aos elementos de conexão, são usadas conjunções para estabelecer várias relações de sentido (como contraste, consequência, causa, finalidade, entre outras). Além disso, são encontrados dêiticos que sinalizam as seções do texto, como “no próximo capítulo” e “na última seção” (Muniz-Oliveira; Barricelli, 2009).

Ainda segundo as autoras, quanto à introdução de vozes, o texto faz uso de discurso direto, indireto, modalização em discurso segundo, além de aspas e itálico ao citar outros autores. Em relação à postura do autor, predominam as modalizações deônticas, que envolvem uma avaliação dos elementos temáticos com base em valores, opiniões e normas sociais, apresentando-os como questões de direito, obrigação ou conformidade com as normas vigentes. Ademais, a primeira pessoa do plural (“nós”) é a forma mais comum, transmitindo um tom de modéstia ou formalidade, além do uso de construções impessoais (como “espera-se”).

Já na obra “Metodologia do Trabalho Acadêmico”, Tafner et al. (2006) explicam que a dissertação de mestrado é um gênero acadêmico fundamental que visa comunicar os resultados de uma investigação científica realizada pelo estudante na fase inicial de pesquisa. Ademais, é ainda um requisito essencial para a obtenção do título de mestre. Seu propósito é explorar e debater um tema específico, fundamentado em diferentes autores e em dados analisados, apresentando os resultados obtidos ao leitor. Além disso, é importante que a dissertação escolha temas que não sejam amplamente abordados ou já esgotados pela literatura da área. Para isso, é crucial que o trabalho inclua, além das perspectivas de autores reconhecidos, as contribuições e pontos de vista próprios do pesquisador.

Outrossim, a elaboração da dissertação deve seguir diretrizes metodológicas e lógicas próprias do trabalho científico, abordando o tema com seriedade e rigor técnico. Quanto a sua estrutura, esta é composta por três partes principais: introdução, desenvolvimento e conclusão. Na introdução, conforme explica Medeiros (2010), são apresentados o tema da dissertação, o enfoque escolhido, o objetivo e a delimitação do trabalho, além de uma breve descrição da metodologia e da abordagem teórica adotada. No desenvolvimento, segundo o autor, são expostos fatos, argumentos, provas, exemplos e

ilustrações, sendo a seção em que se sustentam as propostas iniciais apresentadas na introdução. Já a conclusão resume as ideias discutidas ao longo do texto. Enquanto a introdução expõe os problemas, a conclusão reflete a posição do autor em relação a eles.

Em relação às partes de uma dissertação, identificamos diferentes seções e suas respectivas funções, de acordo com Tafner et al. (2006), como se pode observar no Quadro 7, a seguir:

Quadro 7 – Estrutura da Dissertação de Mestrado: Principais Partes e Suas Funções

Parte	Função
Capa	Identifica o título do trabalho, o nome do autor, a instituição de ensino, o programa de pós-graduação e a data de apresentação.
Página de rosto	Repete as informações da capa e acrescenta dados específicos, como o tipo de trabalho (dissertação) e o grau pretendido (mestre).
Página de dedicatória	Espaço reservado para o autor homenagear pessoas que contribuíram para sua formação e para a elaboração do trabalho.
Página de aprovação	Contém as assinaturas dos membros da banca examinadora e a data de aprovação, confirmando a validação da dissertação.
Sumário	Apresenta uma lista organizada das partes principais e subseções da dissertação com as respectivas páginas para fácil localização dos conteúdos.
Lista de tabelas e/ou figuras	Relaciona todas as tabelas e/ou figuras do trabalho, indicando as páginas em que cada uma se encontra para facilitar a consulta.
Resumo	Fornece uma visão geral do trabalho, incluindo objetivo, metodologia, principais resultados e conclusões, permitindo uma compreensão rápida do conteúdo.
Introdução	Apresenta o tema, os objetivos, a justificativa, a metodologia e a delimitação do trabalho, situando o leitor no contexto do estudo.
Desenvolvimento	Desdobra o tema principal com análise, argumentação e suporte teórico, apresentando fatos, exemplos, dados e análises que sustentam o estudo.
Conclusão	Sintetiza os principais resultados e discute suas implicações, respondendo aos objetivos iniciais e sugerindo possíveis desdobramentos.
Apêndices	Documentos elaborados pelo autor que complementam a compreensão do trabalho, como questionários e transcrições de entrevistas.
Anexos	Material de autoria externa que auxilia na compreensão do trabalho, como leis, documentos oficiais, ou gráficos de outras

	fontes.
Bibliografia	Lista completa das referências consultadas e citadas no trabalho, organizada conforme as normas de citação e referências da instituição.
Página de créditos do autor	Espaço destinado a informações adicionais sobre o autor, como formações e projetos desenvolvidos, que podem valorizar seu perfil acadêmico.
Capa (final)	Protege fisicamente o trabalho finalizado, preservando as informações e facilitando o manuseio do documento.

Fonte: Tafner et al. (2006).

De acordo com Tafner et al. (2006), quanto à escrita do texto, a primeira pessoa do singular (“eu”) também pode ser utilizada em certas pesquisas, como estudos de caso. De qualquer modo, os autores argumentam que a escolha da forma de expressão cabe ao autor, mas deve contar com a aprovação do orientador, o qual é o principal destinatário do texto.

Em termos de estrutura, cada capítulo é dividido em seções e subseções, com parágrafos introdutórios e conclusivos em cada seção. Além disso, o texto contém quadros que sintetizam as descobertas e citações no corpo do trabalho. No que diz respeito ao formato físico, a depender do Programa Acadêmico o texto impresso costuma ser encadernado de acordo com as respectivas normas, em brochura, com apenas uma face impressa, poucas ilustrações, tamanho padrão de página e cerca de 150 páginas, com variações, e anexo aos dados coletados.

Além do orientador, o público-alvo da dissertação também inclui os professores da banca examinadora de qualificação e defesa, bem como outros professores, pesquisadores com interesse no tema e estudantes da área. Dessa forma, no que se refere ao contexto social, a dissertação circula no meio acadêmico, ou seja, em universidades e instituições de pesquisa, e pode ser acessada tanto em formato impresso quanto digital. Com o crescimento da internet, o acesso digital tornou-se mais frequente, geralmente por meio dos sites das universidades ou de agências de pesquisa, como a CAPES.

Desse modo, diferentemente de uma tese de doutorado, que exige um grau mais elevado de originalidade e contribuição para o avanço da ciência, a dissertação de mestrado é um exercício orientado, uma espécie de introdução à prática científica. Ainda que a originalidade seja importante, a dissertação não precisa trazer um avanço científico inédito. O

objetivo principal é demonstrar a capacidade do estudante de desenvolver uma investigação aprofundada e organizada, apresentando e defendendo uma proposição com base em argumentos e evidências.

Portanto, o propósito de uma dissertação é, acima de tudo, interpretar e analisar o material coletado, gerando conhecimento e contribuindo para o desenvolvimento científico na área. Quanto aos objetivos do texto, a dissertação visa abordar e analisar um tema específico, fundamentando-se em diferentes autores, com a intenção de persuadir os leitores sobre o ponto de vista apresentado. Para Almeida, Tadeu e Varella (2019, p. 1), espera-se que uma dissertação de mestrado:

[...] cubra temas não corriqueiros, ou seja, que ele represente algum esforço próprio do mestrando em abordar seu objeto com alguma elaboração diferente daquela que existe na literatura da área. Temas de fronteira entre o direito e outras áreas do conhecimento são bem vistos e incentivados. O tratamento dado nas fases de pesquisa e de redação da monografia dissertativa ou o objeto não precisa ser totalmente original ou inédito, mas a dissertação não pode ser a compilação dos “text-books” doutrinários ou dos livros mais conhecidos existentes na área, nem uma sistematização puramente descritiva da legislação.

Portanto, Almeida, Tadeu e Varella (2019) ressaltam a importância da originalidade e do aprofundamento no contexto de dissertações de mestrado, de modo que o trabalho do pesquisador não deve se limitar a uma mera compilação de obras já existentes ou à simples descrição da legislação vigente. Em vez disso, é necessário que este demonstre esforço intelectual para abordar o objeto de estudo de forma criativa e crítica, indo além das abordagens convencionais encontradas na literatura da área. Essa postura envolve a exploração de temas que dialoguem com outras disciplinas e desafiem as fronteiras tradicionais do conhecimento, algo particularmente valorizado em áreas como o direito.

A interdisciplinaridade, nesse sentido, permite uma análise mais rica e multifacetada, trazendo perspectivas que ampliam o entendimento sobre o objeto de estudo. Embora a dissertação não precise apresentar ideias completamente inéditas, ela deve oferecer uma contribuição significativa, seja na forma de uma nova interpretação, aplicação metodológica ou análise contextual. Assim, o trabalho acadêmico se torna mais do que um exercício de sistematização: ele passa a ser um espaço para o desenvolvimento de ideias que possam dialogar com as questões contemporâneas de forma relevante e inovadora.

Nesse sentido, defende-se que a dissertação mantenha uma estrutura demonstrativa e argumentativa. Como evidenciou-se, com base em Almeida, Tadeu e Varella (2019), ela não se limita apenas a expor um tema, mas busca comprovar uma hipótese ou propor uma visão específica sobre o assunto. Desse modo, exige-se do autor uma argumentação sólida e bem estruturada, sustentada tanto por raciocínios dedutivos quanto por inferências indutivas baseadas na observação e experimentação. A dissertação de mestrado deve, portanto, combinar dados empíricos e reflexão crítica para apresentar um trabalho científico completo e coerente.

Em consonância com esse pensamento, de acordo com Tafner et al. (2006), por vezes, quando o pesquisador enfoca-se apenas na coleta de dados e na análise quantitativa acaba por reduzir a dissertação a um levantamento puramente experimental. Por isso, os autores explicam que sem uma reflexão interpretativa e uma análise crítica dos resultados, o trabalho perde seu valor acadêmico, pois uma monografia científica deve ir além da mera apresentação de dados; ela precisa apresentar uma interpretação fundamentada. A reflexão racional e a pesquisa experimental devem se complementar, oferecendo um entendimento mais profundo do tema. (Tafner et al., 2006).

3.4 DISSERTAÇÃO DE MESTRADO NO CONTEXTO DA UNILAB

A partir do exposto, nota-se que a dissertação de mestrado é um trabalho acadêmico que exige rigor na estruturação e respeito às normas técnicas para garantir sua qualidade e uniformidade. No contexto específico da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), o seu Manual de Normalização apresenta diretrizes que se alinham às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), particularmente a ABNT/NBR 6023:2011, a qual regulamenta trabalhos acadêmicos no Brasil, e as orientações práticas descritas por Tafner et al. (2006). Esses documentos apontam que a dissertação deve ser estruturada em elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, garantindo uma organização lógica e sistemática do conteúdo.

Nesse sentido, os elementos pré-textuais têm como objetivo identificar e contextualizar o trabalho, incluindo a capa e a folha de rosto, que devem conter informações

como o nome da instituição, do autor, o título e subtítulo, local e ano de publicação, além do nome do orientador na folha de rosto. A ficha catalográfica é inserida no verso da folha de rosto, seguindo padrões bibliotecários. Também fazem parte dessa seção, o resumo e o abstract, escritos em português e em outro idioma, respectivamente, com até 500 palavras e acompanhados de palavras-chave. Ademais, outro elemento obrigatório é o sumário, que apresenta de forma ordenada os capítulos e subcapítulos, indicando suas respectivas páginas.

No que se refere à parte textual, a qual constitui o corpo do trabalho, esta é composta por três seções principais: a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Enquanto a introdução apresenta o tema, os objetivos, a justificativa e a delimitação da pesquisa, o desenvolvimento, por sua vez, é a parte mais extensa e detalhada do trabalho, na qual são apresentados o referencial teórico, a metodologia utilizada, os resultados e a discussão dos dados. Já na conclusão, o autor sintetiza os principais achados da pesquisa e os relaciona com os objetivos inicialmente propostos, oferecendo reflexões finais e possíveis contribuições para a área de estudo.

Em relação aos elementos pós-textuais, estes incluem as referências bibliográficas, que devem ser organizadas conforme a ABNT/NBR 6023:2011, seguindo uma ordem alfabética e respeitando o formato adequado para cada tipo de fonte consultada. Além disso, podem ser incluídos apêndices e anexos, que oferecem material suplementar relevante, como questionários, documentos e dados brutos utilizados na pesquisa.

Ainda segundo o Manual de Normalização da UNILAB, a apresentação gráfica da dissertação também é regida por normas rigorosas. O trabalho deve ser produzido em papel tamanho A4, com margens de 3 cm à esquerda e no topo, e 2 cm à direita e na parte inferior. A fonte utilizada deve ser Times New Roman ou Arial no tamanho 12 para o texto principal, com espaçamento de 1,5 entre as linhas. Citações longas, notas de rodapé e legendas utilizam fonte menor e espaçamento simples. As páginas são numeradas em algarismos romanos nos elementos pré-textuais e em algarismos arábicos a partir da introdução, no canto superior direito. As citações seguem as orientações da ABNT/NBR 10520:2002, com diferenciação entre citações curtas, inseridas no corpo do texto, e longas, destacadas em blocos recuados.

Contudo, apesar de alinhado às normas da ABNT, o Manual da UNILAB apresenta especificidades institucionais, como a exigência de modelos de capa e a inclusão de elementos adicionais, como a folha de aprovação.

3.5 A SEÇÃO DE INTRODUÇÃO EM DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

A introdução é uma parte essencial presente em diversos gêneros acadêmicos, como artigos científicos, projetos de pesquisa, teses de doutorado e dissertações de mestrado, que é o foco deste estudo. Motta-Roth e Hendges (2010) analisam as características dessa seção, destacando que seu objetivo principal é contextualizar o tema da pesquisa, demonstrando sua relevância e estabelecendo as bases teóricas compartilhadas com o leitor. As autoras afirmam que a introdução normalmente apresenta a importância do estudo, revisa pesquisas anteriores e destaca lacunas ou dificuldades relacionadas ao tema investigado.

Além disso, é importante destacar que as convenções do gênero dissertação condicionam diretamente a organização retórica das introduções, uma vez que esse gênero acadêmico, por sua natureza extensa, analítica e orientada à construção de conhecimento original, exige movimentos retóricos mais amplos e detalhados do que aqueles encontrados em outros gêneros acadêmicos, como artigos ou projetos de pesquisa. Por ser um texto que documenta um percurso investigativo completo, a dissertação demanda que a introdução não apenas apresente o tema, mas também ofereça um panorama mais aprofundado do problema, explicita enquadramentos teóricos, situe o leitor na área, evidencie lacunas, justifique o estudo e antecipe a estrutura do trabalho. Assim, a introdução funciona como um microcosmo do gênero: os movimentos retóricos que ela apresenta, como contextualizar, revisar literatura prévia, enfatizar relevância, delimitar o problema e formular objetivos, refletem as expectativas da comunidade discursiva que reconhece a dissertação como um gênero de pesquisa robusto, justificadamente minucioso e orientado à demonstração de rigor científico. Dessa forma, a forma da introdução não é apenas uma escolha individual do autor, mas uma prática discursiva moldada pelo próprio gênero e pelas normas institucionais e disciplinares que regulam sua produção.

De acordo com Motta-Roth e Hendges (2010), a relevância do tema é frequentemente evidenciada por trechos que apontam falhas no conhecimento existente ou problemas que ainda não foram resolvidos. Além disso, ressaltam a necessidade de inserir o problema de pesquisa no contexto da área acadêmica pertinente, concentrando-se nos

objetivos e na justificativa. Ao justificar o estudo, o autor deve explicar por que escolheu determinado tema, destacando sua relevância para a comunidade científica e a contribuição que pretende trazer.

D'Assunção Barros (2008) complementa essa perspectiva ao identificar dois tipos principais de introdução em projetos de pesquisa. A primeira combina a delimitação do tema e a exposição do problema diretamente na introdução, aprofundando esses aspectos em um único capítulo. Esse formato é útil quando não há capítulos separados para esses elementos, permitindo uma apresentação detalhada. A segunda abordagem é mais resumida, funcionando como um panorama geral do projeto em uma ou duas páginas. Esse tipo é particularmente útil em situações formais, como a submissão de projetos a instituições que podem fornecer apoio ou financiamento, onde a concisão ajuda a captar a atenção de leitores que dispõem de pouco tempo.

Independentemente do formato, uma introdução bem escrita deve oferecer uma descrição clara dos principais aspectos da pesquisa. É nela que o autor apresenta os objetivos geral e específicos, delimita o tema ou o objeto de estudo, expõe o problema a ser tratado, justifica a relevância do trabalho, sugere uma hipótese (quando aplicável), explica a metodologia e organiza textualmente o conteúdo do trabalho. Uma introdução bem estruturada motiva o leitor a continuar a leitura, facilitando a compreensão do que está sendo proposto e assegurando o interesse no desenvolvimento da pesquisa.

Segundo Swales (1990), a introdução cumpre uma função retórica ao apresentar o tema, demonstrar sua relevância, delimitar o problema de pesquisa e indicar os objetivos do estudo. Essa estrutura pode ser observada em diversos gêneros, como artigos, teses e dissertações, sendo fundamental para orientar o leitor sobre o propósito do trabalho. Além disso, a introdução deve contextualizar a pesquisa dentro do estado da arte da área de estudo, fornecendo uma visão panorâmica sobre as discussões existentes e apontando como o estudo em questão dialoga com elas. Já Bazerman (2006) destaca que a introdução tem um papel fundamental na construção da credibilidade do autor, pois é nesse momento que ele demonstra conhecimento sobre o campo de investigação e justifica a relevância de seu trabalho.

No Brasil, autores como Bernardino e Pacheco (2017) investigaram a organização retórica da introdução de artigos na área de Nutrição e identificaram dois movimentos principais: a apresentação do tema, que pode incluir referência a estudos anteriores e aos

principais problemas de pesquisa, e a apresentação dos objetivos do estudo. De maneira semelhante, Silva, Bernardino e Valentin (2020) analisaram artigos de Linguística Aplicada, reforçando a importância da introdução como espaço para contextualizar a investigação e justificar sua relevância. No contexto das dissertações de mestrado, a introdução segue uma estrutura similar, mas pode incluir elementos adicionais, como justificativa detalhada da pesquisa e definição mais aprofundada dos objetivos.

Na dissertação intitulada “A organização retórica das introduções de dissertações em Mestrados Profissionais nas áreas de Letras e Matemática”, Sousa (2023) investigou a construção retórica das introduções de dissertações dessas duas áreas, com foco nos Mestrados Profissionais. O autor identificou três passos retóricos recorrentes: a vivência em sala de aula, a indicação de problemas de pesquisa e a apresentação dos objetivos do estudo. A pesquisa revelou que os dois últimos passos eram mais frequentes, enquanto o primeiro aparecia de forma menos recorrente. Sousa (2023) também verificou que há uma diferença significativa entre as introduções das duas áreas analisadas. No campo das Letras, a presença de relatos de experiências pedagógicas e justificativas fundamentadas em perspectivas teóricas é mais comum, enquanto na Matemática há uma tendência maior a apresentar diretamente a problemática sem um aprofundamento inicial em experiências didáticas. Essa diferença evidencia como as práticas discursivas são moldadas pelas tradições de escrita de cada área do conhecimento.

A pesquisa de Sousa (2023) teve como objetivo compreender como os mestrados dessas duas áreas organizam retoricamente suas introduções, considerando as especificidades dos Mestrados Profissionais. Além disso, buscou-se identificar padrões discursivos e estratégias utilizadas para introduzir o tema e justificar a pesquisa. As análises mostraram que, apesar da adoção de estruturas similares, há diferenças entre as culturas disciplinares, como a maior tendência dos mestrados em Matemática a apresentar problemas de pesquisa sem contextualizar a vivência em sala de aula, ao passo que, em Letras, essa prática era mais comum. Outra conclusão relevante foi a influência das práticas de letramento acadêmico na formação dos mestrados. Os resultados dos questionários aplicados indicaram que muitos alunos enfrentam dificuldades na escrita acadêmica devido à falta de experiência prévia com gêneros acadêmicos. Dessa forma, a pesquisa reforça a necessidade de um maior suporte para o desenvolvimento da escrita acadêmica no ensino superior.

O estudo de Sousa (2023) amplia a compreensão sobre a organização retórica das introduções em dissertações de Mestrados Profissionais, contribuindo para a análise de gêneros acadêmicos sob a perspectiva sociorretórica. Ele também evidencia como diferentes culturas disciplinares influenciam a escrita acadêmica, o que pode ser um ponto de ancoragem para futuras pesquisas comparativas entre diferentes áreas do conhecimento. Para nossa pesquisa, que analisa introduções de dissertações do programa de pós-graduação Mestrado em Antropologia da UNILAB-UFC, os achados deste estudo são extremamente relevantes. Primeiramente, eles fornecem uma base teórica para a análise da estrutura retórica, permitindo que utilizemos as categorias identificadas para comparar os textos da UNILAB. Além disso, a identificação de dificuldades na escrita acadêmica reforça a importância de investigar não apenas a estrutura das introduções, mas também as estratégias que os autores utilizam para construir seus textos. Considerando essas reflexões, nosso estudo pode se beneficiar dos métodos e achados da dissertação de Sousa (2023) para ampliar a compreensão sobre a produção acadêmica na UNILAB, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias que auxiliem os alunos na escrita de introduções mais eficazes e alinhadas às convenções científicas.

No capítulo 4, será apresentada a metodologia adotada para a análise das introduções de dissertações do programa de pós-graduação escolhido por nós. Partindo da abordagem sociorretórica de Swales (1990; 2004), esse capítulo detalha como os dados foram coletados, codificados e analisados para compreender a organização retórica desses textos acadêmicos. A pesquisa combina métodos quantitativos e qualitativos para identificar padrões e recorrências nos movimentos discursivos das introduções, buscando entender como os pesquisadores estruturam esse momento crucial do texto acadêmico. Além disso, serão discutidos os critérios de seleção do corpus, a aplicação do modelo CARS (*Create A Research Space*) na análise das introduções e as etapas seguidas para garantir uma investigação rigorosa e fundamentada. Esse capítulo, portanto, oferece o alicerce metodológico para compreender as convenções retóricas presentes nos textos analisados e suas implicações para o ensino e a prática da escrita acadêmica.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, será descrito todo o caminho metodológico que adotamos neste trabalho, de modo que possam ser analisadas, de maneira sociorretórica, as introduções das dissertações do Mestrado em Antropologia UFC-UNILAB, oferecido pela Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), publicado no repositório da instituição, entre os anos de 2020 a 2024.

Além disso, serão apresentadas as questões conceituais utilizadas na metodologia do trabalho, os critérios de constituição do *corpus* desta pesquisa, bem como será realizado um trabalho de codificação dos dados, e de que modo se dará os procedimentos de coleta e análise dos dados. Por fim, explicaremos quais as etapas de constituição deste trabalho.

4.1 A ABORDAGEM DA PESQUISA

Esta pesquisa segue uma abordagem sociorretórica fundamentada no modelo de Swales (1990; 2004) e nas contribuições de Motta-Roth (2010), com o intuito de identificar e analisar os movimentos retóricos presentes nas introduções das dissertações. A escolha dessa perspectiva se justifica pela compreensão da escrita acadêmica como uma prática situada em comunidades discursivas específicas, nas quais os textos são produzidos e interpretados segundo convenções compartilhadas.

A investigação adota um caráter misto, combinando abordagens quantitativa e qualitativa. A abordagem quantitativa é aplicada para mensurar a ocorrência dos movimentos e passos retóricos, baseando-se na categorização proposta por Swales (1990) no modelo CARS (*Create a Research Space*). Esse modelo analisa a estrutura retórica das introduções em três movimentos principais: (i) estabelecer um território; (ii) estabelecer um nicho; e (iii) ocupar o nicho. A quantificação dos movimentos permite identificar tendências gerais e possíveis variações estruturais nas dissertações analisadas.

Por sua vez, a abordagem qualitativa busca explorar os sentidos e as estratégias

subjacentes à construção textual, indo além da identificação de frequências para examinar como os autores estruturam seus textos para atender às expectativas da comunidade discursiva a que pertencem (Bazerman, 2006; Motta-Roth, 2010). Esse exame detalhado é essencial para interpretar as escolhas retóricas feitas pelos autores, considerando tanto o contexto disciplinar quanto às normas institucionais implícitas nas práticas de escrita acadêmica (Hyland, 2000).

Dessa forma, a pesquisa não se limita a descrever a frequência dos elementos retóricos, mas busca compreender criticamente como esses elementos contribuem para a construção da credibilidade do autor, a negociação de significados com a audiência e a inserção dos pesquisadores nos debates acadêmicos relevantes. A triangulação dos dados quantitativos e qualitativos fortalece a validade da análise, oferecendo uma visão abrangente e interpretativa das estratégias retóricas adotadas nas introduções das dissertações.

4.2 NATUREZA DA PESQUISA

Esta pesquisa possui um caráter explicativo, conforme definido por Gil (2002), pois busca compreender os fatores que influenciam a organização retórica das introduções das dissertações. No que se refere aos objetivos de nosso trabalho, o viés adotado será a pesquisa explicativa, definida por Gil (2002, P. 42) como:

Essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente.

Desse modo, de acordo com Gil (2002), a pesquisa explicativa aprofunda o conhecimento da realidade ao tentar explicar as razões, os motivos e as relações de causa e efeito dos fenômenos investigados. Essa abordagem é especialmente relevante para a análise retórica, pois permite explorar as intenções subjacentes e os processos de construção textual que orientam a elaboração das introduções acadêmicas.

Além de explicativa, a pesquisa caracteriza-se como documental, uma vez que se fundamenta em dissertações acadêmicas publicadas no repositório institucional da

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Segundo Gil (2002), a pesquisa documental se vale de materiais que não receberam tratamento analítico, como documentos institucionais, registros oficiais e produções textuais formais, permitindo ao pesquisador um contato direto com fontes originais. Esse caráter documental reforça a autenticidade dos dados, pois as dissertações analisadas representam produções textuais genuínas, elaboradas segundo as normas acadêmicas estabelecidas pela comunidade discursiva da instituição.

A pesquisa documental também apresenta desafios interpretativos, especialmente no que se refere à análise dos elementos retóricos subjacentes aos textos. Nesse contexto, Cellard (2008) destaca a necessidade de considerar o contexto de produção dos documentos, sua intencionalidade e a audiência a que se destinam. Isso é particularmente relevante quando se analisam introduções de dissertações, uma vez que tais textos se configuram como espaços de negociação discursiva, nos quais os autores tentam posicionar-se academicamente e legitimar sua pesquisa.

4.3 MÉTODO DA PESQUISA

Este estudo baseia-se no método hipotético-dedutivo, conforme descrito por Marconi e Lakatos (2003). Esse método é caracterizado pela formulação de hipóteses a partir de um problema identificado, seguidas da dedução lógica de consequências testáveis e da análise empírica para a validação ou refutação das hipóteses propostas. Para Marconi e Lakatos (2003), o método hipotético-dedutivo é essencial em pesquisas explicativas, pois permite estabelecer relações causais e validar teorias de forma sistemática.

A aplicação desse método, no presente estudo, segue uma lógica estruturada: partimos da problematização inicial sobre a variação e a estrutura dos movimentos retóricos nas introduções de dissertações, formulamos hipóteses relacionadas a essa organização retórica e procedemos à análise dos dados empíricos para testá-las. Nesse sentido, o método hipotético-dedutivo não se limita à verificação de hipóteses, mas também permite revisá-las e refiná-las com base nas evidências coletadas.

Ademais, a combinação do método hipotético-dedutivo com a abordagem sociorretórica de Swales (1990; 2004) possibilita uma análise mais robusta, considerando tanto os aspectos estruturais dos textos quanto as práticas discursivas da comunidade acadêmica. Para Bortoni-Ricardo (2008), a articulação entre métodos quantitativos e qualitativos na pesquisa documental favorece uma análise mais abrangente, pois combina descrição objetiva e interpretação crítica dos dados.

Dessa forma, o método adotado assegura uma análise criteriosa e coerente, alinhada aos objetivos da pesquisa e à compreensão dos processos retóricos que permeiam a construção das introduções acadêmicas.

4.4 O CENÁRIO DE PRODUÇÃO DOS TEXTOS

As dissertações analisadas foram produzidas no contexto acadêmico da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), uma instituição pública de ensino superior cuja missão é promover a formação de profissionais capacitados para atuar em contextos interculturais, especialmente nos países de língua portuguesa da África e do Brasil. Fundada em 2010, a UNILAB busca integrar ensino, pesquisa e extensão em uma perspectiva de cooperação internacional e solidariedade, valorizando a diversidade cultural e o desenvolvimento sustentável nas nações lusófonas.

O repositório institucional da UNILAB é utilizado como fonte de acesso aos textos analisados, constituindo-se como um espaço de divulgação científica acessível e de preservação da produção acadêmica. Este ambiente reflete a diversidade temática e metodológica dos programas de pós-graduação, evidenciando tanto a especificidade dos campos de estudo quanto às preocupações sociais e culturais dos pesquisadores. Nesse sentido, o repositório não apenas armazena os textos, mas também representa um reflexo da identidade acadêmica da instituição e de sua comunidade discursiva (Swales, 1990).

4.4.1 Descrição do Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Para compreender o contexto de produção das dissertações analisadas, faz-se necessário descrever o Programa de Pós-Graduação em Antropologia UFC-UNILAB, responsável pela formação dos autores dos trabalhos que compõem o corpus desta pesquisa. O programa é resultado de uma parceria entre a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), configurando-se como uma iniciativa singular no cenário acadêmico brasileiro por articular saberes, trajetórias e experiências provenientes tanto do contexto nacional quanto internacional, sobretudo dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Seu foco central é o estudo das dinâmicas culturais e sociais, privilegiando temas como identidade, relações étnico-raciais, patrimônio cultural imaterial e processos migratórios, questões que dialogam de maneira direta com a vocação institucional da UNILAB, marcada pelo compromisso com a integração Sul-Sul, em especial entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa.

A proposta do programa busca conjugar teoria antropológica clássica e contemporânea, incentivando uma perspectiva crítica e interdisciplinar na análise das complexidades sociais. Tal abordagem se reflete no modo como as dissertações produzidas demonstram sensibilidade às desigualdades históricas, sociais e culturais, além de promoverem um diálogo intercultural capaz de tensionar e ressignificar categorias tradicionais de análise antropológica. Nesse sentido, a produção acadêmica vinculada ao programa revela não apenas um esforço teórico e metodológico, mas também um posicionamento político e ético diante da realidade social, reafirmando o compromisso da Antropologia com a crítica das assimetrias de poder e com a valorização das múltiplas vozes e experiências que compõem a diversidade cultural.

4.5 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DA PESQUISA

Nosso *corpus* era inicialmente formado por 49 introduções presentes nas

dissertações de três Programas de Pós-Graduação oferecidos pela UNILAB: 15 do Mestrado em Antropologia UFC-UNILAB; 18 do Mestrado Acadêmico em Estudos da Linguagem e Mestrado Profissional; 16 do Matemática em Rede Nacional – PROFMAT. Contudo, como já foi explicado na introdução deste trabalho, após análise da Banca na Qualificação II, decidimos acatar a sugestão de concluir apenas as análises do Programa de Antropologia, o qual, após nova análise, é composto por 22 textos.

Selecionamos as introduções de dissertações do Mestrado em Antropologia UFC-UNILAB, publicadas no repositório da UNILAB, dos cinco anos mais recentes (2020 a 2024), considerando o critério de avaliação quadrienal da CAPES de publicações nos últimos 5 anos. Assim, contamos com um total de 22 introduções, as quais podem ser visualizadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade de textos publicados

ANO	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
QTE.	1	7	6	5	3	22

Fonte: elaboração própria.

4.6 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

As dissertações do Mestrado em Antropologia podem ser acessados no Sistema de Bibliotecas da Unilab¹, na aba “Repositório Institucional da Unilab”; na barra de pesquisa, realizamos uma busca com a palavra-chave “mestrado”. Em seguida, uma lista de nomes dos cursos de Pós-Graduação oferecidos pela instituição pôde ser visualizada. Após determinarmos qual seria o *corpus*, foi necessário copiar e colar todos os textos em documento do *word* no drive para salvá-los em nuvem. Para efeito de codificação dos dados, foi dada uma legenda de identificação: Sigla do Curso de Pós-Graduação + Ano de Publicação + Ordem que Aparece o Trabalho no Repositório da UNILAB. A exemplo disso, para o primeiro trabalho visto no repositório do Mestrado em Antropologia de 2020 será dada a legenda MEA202001.

As introduções serão analisadas uma a uma a partir do modelo de organização

¹ Disponível em: <https://unilab.edu.br/biblioteca-universitaria-unilab/>

retórica estipulado por Swales (1990), conhecido como modelo CARS:

-
- Movimento 1 – Estabelecendo um território
 - Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para
 - Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou
 - Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores

 - Movimento 2 – Estabelecendo um nicho
 - Passo 1A - Contra-reivindicação ou
 - Passo 1B - Indicando uma lacuna ou
 - Passo 1C - Levantamento de questões ou
 - Passo 1D - Continuando uma tradição

 - Movimento 3 – Ocupando o nicho
 - Passo 1A - Delineando os propósitos ou
 - Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual
 - Passo 2 - Anunciando as principais conclusões
 - Passo 3 - Indicando estrutura do Artigo de Pesquisa
-

Fonte: Swales (1990, p. 141).

É necessário destacar que realizamos uma mudança no Passo 3, do Movimento 3, o qual chamaremos de “Passo 3 - Indicando a estrutura da dissertação”. Vale destacar que todo o *corpus* da pesquisa foi analisado utilizando um sistema de cores, conforme apresentado nos anexos desta dissertação. Importante explicarmos ainda que essa metodologia faz parte dos procedimentos metodológicos de codificação de dados das pesquisas do Grupo de Pesquisa em Texto, Discurso e Ensino, realizadas pelo projeto de Pesquisa Argumentação, Coerência e Organização Retórica em gêneros textuais, em diferentes esferas da comunicação.

Os mesmos procedimentos foram realizados, por exemplo, no trabalho de Sousa (2024), que desenvolveu uma pesquisa sobre a organização retórica de resenhas acadêmicas produzidas por estudantes do primeiro semestre do Curso de Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), e teve como objetivo

principal desenvolver um trabalho didático-metodológico, com base em Swales (1990) e Motta-Roth (1995), para o ensino do gênero; e no trabalho de Clemente (2025), que analisou os movimentos retóricos em 238 resumos acadêmicos em dissertações de mestrado da Unilab.

Quadro 8 – Legenda de cores utilizadas para identificação dos passos das introduções que compõem o *corpus*

Movimento Retórico/Passo	Descrição
Movimento 1: Estabelecendo um território	Introduz o tema de pesquisa, destaca sua relevância e fornece informações gerais para contextualizar o estudo.
Passo 1: Reivindicando centralidade	Apresenta a importância e relevância do tema, justificando seu estudo.
Passo 2: Fazendo generalizações de tópicos	Realização de declarações amplas sobre o tema para estabelecer contexto e destacar seu valor acadêmico.
Passo 3: Revendo itens de pesquisas anteriores	Discussão crítica de pesquisas relevantes para destacar o estado atual do conhecimento.
Movimento 2: Estabelecendo um nicho	Identifica lacunas, limitações ou problemas na pesquisa anterior para justificar a investigação proposta.
Passo 1A: Contra-reivindicação	Contesta ou desafia abordagens, resultados ou interpretações de pesquisas anteriores.
Passo 1B: Indicando uma lacuna	Identifica áreas pouco exploradas ou insuficientemente investigadas no campo de estudo.
Passo 1C: Levantamento de questões	Levanta questionamentos sobre problemas não resolvidos ou pontos conflitantes na literatura existente.
Passo 1D: Continuando uma tradição	Propõe a continuidade ou ampliação de linhas de pesquisa já estabelecidas.
Movimento 3: Ocupando o nicho	Apresenta os objetivos específicos do estudo, descreve sua contribuição e estrutura a pesquisa.
Passo 1A: Delineando os propósitos	Declara claramente os objetivos e propósitos da pesquisa.
Passo 1B: Apresentando a pesquisa atual	Descreve a pesquisa realizada, destacando sua originalidade, metodologia e relevância.
Passo 2: Anunciando as principais conclusões	Apresenta uma visão geral das principais descobertas ou contribuições do estudo.
Passo 3: Indicando a estrutura da	Explicita a organização do texto ou a estrutura geral da dissertação.

dissertação	
--------------------	--

Fonte: elaboração própria.

Para assegurar uma abordagem sistemática, os dados foram organizados em uma tabela que registra a presença de cada movimento e de cada passo nas introduções analisadas. A etapa quantitativa da pesquisa permitiu mapear a frequência e a recorrência desses elementos no Programa de Antropologia, enquanto a análise qualitativa buscou interpretar as escolhas discursivas dos autores, levando em conta aspectos como a coesão textual, as estratégias argumentativas e as variações decorrentes das especificidades disciplinares. Ao final, será apresentada uma tabela síntese que indicará a quantidade de ocorrências de cada passo em cada introdução. Nos casos em que determinado passo não estiver presente, a ausência será registrada de forma explícita. Assim, uma a uma, todas as introduções serão examinadas e sistematizadas, possibilitando a construção de um panorama abrangente da organização retórica que caracteriza o conjunto das produções acadêmicas investigadas.

4.7 ETAPAS DE CONSTITUIÇÃO DA PESQUISA

Neste trabalho, as etapas da pesquisa ocorreram da seguinte maneira:

- **Etapa 1 – Planejamento Estratégico da Pesquisa:** nesta primeira parte do trabalho, após delimitarmos a temática, foi necessário fazer leituras acerca do gênero adotado, bem como conhecer mais sobre os autores os quais já pesquisaram sobre movimentos retóricos. Assim, aprofundar mais sobre o que foi publicado, sendo possível apreender acerca da retórica de introduções. Nessa primeira etapa, houve algumas mudanças no que se refere ao gênero a ser adotado pela pesquisa, até que foi decidido sobre a introdução de dissertação de mestrado.
- **Etapa 2 - Definição dos Critérios de Seleção das Introduções:** nessa fase, foi estabelecido os critérios de delimitação do *corpus*, os quais foram pensados com a intenção de fazer um corte temporal - 2020 a 2024 - a fim de ser considerado pelos critérios de pesquisa da CAPES, bem como um corte

quantitativo, delimitando assim a análise em Programas de mestrado que tivessem uma boa quantidade de dissertações. Foi ainda nesta etapa que salvamos os textos em um documento, separando-os de acordo com a dissertação e o ano, construindo então uma etiqueta de forma que facilite o momento da análise retórica.

- **Etapa 3 - Análise e Discussão dos Dados:** nesta fase, iniciamos a descrição e interpretação dos movimentos retóricos presentes nas introduções coletadas, tomando como referência a abordagem sociorretórica de Swales (1990). Essa etapa foi fundamental, pois foi nela que as hipóteses propostas foram testadas, seguindo o percurso metodológico definido:
 - a) Leitura inicial – Realizar uma leitura exploratória das introduções do curso em análise (Mestrado em Antropologia UFC-UNILAB), de modo a obter uma visão geral do *corpus*.
 - b) Análise quantitativa – Organizar, em uma tabela, os movimentos retóricos identificados, indicando sua frequência e distribuição. Essa sistematização permitirá visualizar a presença ou ausência de cada movimento nas introduções analisadas.
 - c) Análise qualitativa – Interpretar a organização retórica das introduções, investigando os padrões de recorrência, as semelhanças e as diferenças em comparação ao Modelo CARS de Swales (1990), bem como as estratégias discursivas utilizadas pelos autores. Nesta etapa, ocorreu também a Qualificação II da Dissertação em andamento e, como mencionamos anteriormente, a banca sugeriu que o foco deste trabalho fosse dado para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia.
- **Etapa 4 - Resultados da Pesquisa:** a última fase correspondeu à produção da dissertação, na qual foram apresentados os resultados obtidos a partir das etapas b e c. Nesse momento, foram discutidas as convergências e disparidades identificadas em relação ao modelo de Swales (1990), articulando os dados quantitativos e qualitativos para oferecer uma visão

crítica sobre a organização retórica das introduções no Programa de Antropologia da UNILAB.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados os resultados da análise das introduções de dissertações do programa de Antropologia da UNILAB, com base na identificação e na descrição dos movimentos retóricos propostos por Swales (1990). Primeiramente, será analisado como as introduções do Programa de Antropologia realizam a construção do espaço para a pesquisa, observando a maneira como os textos estabelecem o contexto do estudo, indicam lacunas no conhecimento e apresentam os objetivos da investigação.

5.1 ANÁLISE DAS INTRODUÇÕES DO MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

Devido à extensão e à quantidade de textos a serem analisados, adotaremos uma abordagem sistemática, realizando a análise separadamente para cada movimento retórico, conforme a estrutura proposta por Swales (1990). Para isso, especificaremos os passos identificados em cada caso. Antes de apresentarmos essas análises detalhadas, forneceremos um panorama geral das principais observações resultantes do estudo. Esse panorama permitirá uma visão abrangente das tendências e padrões encontrados nos textos. No Quadro 9, abaixo, estão descritos todos os movimentos retóricos e seus respectivos passos, conforme identificados nos 22 textos analisados no âmbito do Mestrado de Antropologia.

Quadro 9 – Descrição sintetizada dos Movimentos e Passos encontrados nas introduções dos Programa de Antropologia por ordem de aparição

Texto	Movimento	Passo	Descrição do Passo
	Movimento 0 - Repertório Sócio-cultural contextualizador	-	O pesquisador inicia o texto com uma narrativa para contextualizar o tema.

	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para	O texto inicia ressaltando a relação entre vivos e mortos em diversas sociedades, estabelecendo a relevância do tema.
		Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos	A dissertação apresenta a prática de oferendas mortuárias como fenômeno cultural amplo, destacando a água como elemento simbólico.
		Passo 3 - Reverendo itens de pesquisas anteriores	O texto referencia estudos sobre morte, ritos fúnebres e oferendas, dialogando com autores clássicos e contemporâneos.
	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1B - Indicando uma lacuna	O autor menciona a ausência de registros escritos sobre a prática específica, justificando a necessidade de documentá-la.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	O estudo é apresentado como uma etnografia sobre o culto aos mortos em Cariré, com ênfase na água como elo entre vivos e mortos.
		Passo 3 - Indicando a estrutura da dissertação	A dissertação é organizada em três capítulos: a relação com os mortos, o contexto geográfico e as mitologias envolvidas.
MEA202101	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para	O texto destaca a moda afro fortalezense como um fenômeno sociocultural relevante.
		Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos	A dissertação discute o afroempreendedorismo e sua relação com a identidade negra.
	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1D - Continuando uma tradição	O estudo se insere no debate sobre identidades diaspóricas e afroempreendedorismo, dialogando com autores como Asante (2016).
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1A - Delineando os propósitos	A pesquisa busca descrever as dinâmicas da moda afro e seu impacto identitário.
		Passo 3 - Indicando a estrutura da dissertação	A dissertação é organizada em três capítulos: itinerários, processos de individuação e a relação entre indumentária e negritude.

		Passo 2 - Anunciando as principais conclusões	A dissertação conclui explicando as contribuições do estudo.
MEA202102	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para	O texto enfatiza a relevância da análise de espaços de lazer LGBTQI+.
		Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos	A pesquisa amplia a discussão para questões de gênero, sexualidade e espaço urbano.
		Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores	O texto referencia estudos sobre lazer, identidade e marginalidade.
	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1D - Continuando uma tradição	O texto referencia outros trabalhos no mesmo contexto.
		Passo 1B - Indicando uma lacuna	A dissertação questiona dinâmicas de exclusão e aceitação de corpos dissidentes em espaços urbanos, atualizando conceitos antigos.
		Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais	A pesquisadora explica sua relação com a pesquisa usando aspectos pessoais como argumento.
		Passo 1B - Indicando uma lacuna	A pesquisadora aponta uma lacuna na pesquisa de gênero e raça, além da falta de produções nas regiões norte e nordeste.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	A pesquisadora detalha o corpus e sua localização, com a mescla de relato pessoal e acadêmico.
		Passo 1A - Delineando os propósitos	O estudo visa analisar os circuitos de lazer e resistência LGBTQI+ em Fortaleza.
MEA202103	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para	O estudo analisa a vulnerabilidade das pessoas em situação de rua e sua mobilização política.

		Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos	O texto discute a luta do Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua no Ceará (MNPR-CE).
	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais	O pesquisador explica sua relação pessoal com a pesquisa.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 3 - Indicando a estrutura da dissertação	O pesquisador apresenta a estrutura da dissertação, detalhando as partes e capítulos.
		Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	O texto detalha a construção da pesquisa, com explicações metodológicas.
		Passo 3 - Indicando a estrutura da dissertação	O pesquisador aborda detalhes do capítulo 2, com o conteúdo da dissertação.
	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1D - Continuando uma tradição	O pesquisador explica como seu trabalho dá continuidade ao que já vem sendo feito na área.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 3 - Indicando a estrutura da dissertação	O texto detalha aspectos do capítulo 3.
	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1C - Levantamento de questões	O pesquisador discute a exclusão histórica das pessoas em situação de rua e a persistência da marginalização.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 3 - Indicando a estrutura da dissertação	O texto detalha aspectos do capítulo 4.
		Passo 1A - Delineando os propósitos	O texto conclui destacando a luta das pessoas em situação de rua em Fortaleza, com foco na militância transformadora.
MEA202104	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para	O estudo analisa o processo de interiorização do ensino superior no Ceará e seus impactos sociais. Descrição das localidades e história dos municípios de Acarape e Redenção, focando na emancipação política e sua importância histórica. Argumenta sobre as

			dificuldades enfrentadas pelos moradores do Maciço de Baturité, relacionando a criação da UNILAB com o desenvolvimento regional e a cooperação com os PALOP e Timor-Leste.
	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1C - Levantamento de questões	Apresenta questões sobre a recepção da UNILAB em Acarape e Redenção, discutindo a convivência entre estudantes africanos e brasileiros e as contradições da interiorização do ensino superior.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1A - Delineando os propósitos	A pesquisa busca compreender as transformações sociais e econômicas trazidas pela UNILAB.
		Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	Explicação detalhada sobre os aspectos metodológicos da pesquisa.
	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais	O autor relata que sua vivência de cerca de cinco anos em Acarape e Redenção, intensificada por vínculos acadêmicos e sociais na Unilab, possibilitou-lhe construir relações diversas e um conhecimento aprofundado sobre a vida, a história e os costumes locais.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	Explicação adicional sobre os procedimentos para coleta de dados.
	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 3 - Reverendo itens de pesquisas anteriores	As festas em Redenção e Cumbuco, sejam religiosas, culturais, acadêmicas ou estudantis, funcionam como espaços de sociabilidade que fortalecem laços comunitários e intergeracionais, embora os mais jovens nem sempre compreendam plenamente seus significados históricos.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	O autor ressalta a diferença entre pesquisadores viajantes e residentes/nativos, destacando que estes últimos vivenciam o campo de forma contínua e intensa, o que exige delimitar o momento de encerrar a coleta, enquanto os primeiros têm experiências mais limitadas no tempo.

		Passo 3 - Indicando a estrutura da dissertação	A dissertação é dividida em três capítulos: histórico da universidade, impactos econômicos e tensões socioculturais.
		Passo 2 - Anunciando as principais conclusões	Conclui que o foco na expansão e interiorização do ensino superior não considerou adequadamente a adaptação dos antigos moradores à nova realidade.
MEA202105	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 1 - Reivindicando centralidade	A pesquisa explora as experiências de mulheres negras no ensino superior em Redenção-CE, destacando as interseções entre gênero, raça e o impacto da UNILAB.
		Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos	Adota uma abordagem antropológica para compreender as trajetórias das mulheres negras universitárias e suas percepções sobre gênero, opressão e marginalização.
	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais	A pesquisa é motivada pelo engajamento da autora nas lutas feministas e antirracistas, sublinhando a necessidade de mulheres negras ocuparem espaços acadêmicos.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1A - Delineando os propósitos	A pesquisa busca compreender como jovens mulheres negras acessam o ensino superior e como esse acesso influencia suas lutas por igualdade.
	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos	A presença de mulheres negras na universidade rompe com uma história de exclusão imposta pelo racismo estrutural e evidencia, a partir de uma perspectiva decolonial e interseccional, o potencial transformador do feminismo negro na luta por direitos, políticas públicas e justiça social.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1A - Delineando os propósitos	A presente pesquisa indaga como o acesso e a permanência na universidade impactam a trajetória de mulheres negras, permitindo que, ao se deixar afetar por suas narrativas, possamos construir juntas conhecimentos sobre racismo, preconceito e desigualdade social.

	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1C - Levantamento de questões	Esta pesquisa questiona até que ponto a vida de mulheres negras é valorizada em uma sociedade que, mesmo após o colonialismo, perpetua práticas racistas por meio da omissão do Estado e da manutenção de hierarquias de gênero e raça.
		Passo 1B - Indicando uma lacuna	Reflexão sobre a falta de políticas públicas eficazes e o reconhecimento do racismo estrutural na educação.
		Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais	A partir de vivências pessoais, diálogos com interlocutoras e do ingresso na UNILAB, esta pesquisa reflete sobre como mulheres negras ressignificam suas trajetórias por meio da educação superior, enfrentando o racismo estrutural e construindo, pela antropologia, uma visão crítica sobre gênero, raça e pertencimento no contexto local e transnacional.
	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos	O olhar e a escuta são instrumentos fundamentais na antropologia, especialmente para compreender, a partir de uma perspectiva crítica de gênero, como as experiências de mulheres negras no ensino superior revelam construções sociais que perpetuam desigualdades e relações de poder.
		Passo 3 - Reverendo itens de pesquisas anteriores	Refletir sobre gênero na academia a partir das vivências de mulheres negras é um gesto político e epistemológico que revela as intersecções entre raça, classe e gênero, denunciando a exclusão histórica dessas mulheres pelo Estado e reivindicando seu lugar como produtoras de conhecimento e resistência.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	Esta pesquisa qualitativa, realizada durante a pandemia, articula teoria decolonial, interseccionalidade e etnografia para dar visibilidade às narrativas de mulheres negras universitárias, revelando suas experiências, resistências e produções de conhecimento a partir de seus lugares de fala.

		Passo 3 - Indicando estrutura da dissertação	A dissertação estrutura-se em cinco capítulos que percorrem desde os fundamentos metodológicos e teóricos até a apresentação das narrativas e reflexões de mulheres negras sobre acesso à universidade, destacando o papel da educação superior como marcador de resistência frente às opressões estruturais.
MEA202106	Movimento 0 - Repertório Sócio-cultural contextualizador		A trajetória de Tatiana Ramalho, estudante quilombola, simboliza a resistência histórica da comunidade e sua luta pela educação.
	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para	A pesquisa explora a inserção de quilombolas no ensino superior, refletindo a persistente desigualdade educacional e a luta do Movimento Quilombola.
		Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos	A luta quilombola é histórica e política, focando na resistência e na garantia de direitos territoriais e educacionais.
		Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores	A resistência quilombola é abordada como um símbolo de luta contra a exclusão histórica, conectando-se com políticas afirmativas e inclusão educacional.
	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1C - Levantamento de questões	Questiona os desafios que quilombolas ainda enfrentam no acesso ao ensino superior, especialmente nas regiões rurais do Nordeste.
	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais	A pesquisa está vinculada à trajetória pessoal e militância política do autor, que contribui para a produção acadêmica sobre a luta quilombola.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 3 - Indicando estrutura da dissertação	A dissertação é dividida em quatro capítulos que abordam teoria-metodologia, contexto histórico das lutas quilombolas, políticas afirmativas no ensino superior e análise etnográfica.

MEA202107	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para	A pesquisa investiga a caça como ferramenta de autoafirmação étnica para o povo indígena Kanindé.
		Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos	Reflete sobre como a identidade indígena se fortalece através da relação com o território e a luta pelo direito às terras tradicionais.
	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais	O estudo é pessoal e histórico, misturando a vivência do autor como indígena e caçador, contribuindo para o conhecimento sobre a caça e suas implicações culturais.
	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores	A pesquisa se fundamenta em uma base teórica de estudos anteriores, destacando a dissertação “EM BUSCA DA LIBERTAÇÃO, Fernandes uma Comunidade Eclesial de Base” (1981), que documenta a história e luta contínua do povo indígena Kanindé na comunidade Fernandes, valorizada também pelo apoio recebido em 2020.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 3 - Indicando estrutura da dissertação	A dissertação está dividida em quatro capítulos que abordam a história, afirmação étnica, relação com a natureza e a caça como ciência.
	Movimento 0 - Repertório Sócio-cultural contextualizador	Passo 2 - Anunciando as principais conclusões	Conclui que a caça é essencial para os Kanindé, sendo transmitida entre gerações, com homens e mulheres desempenhando papéis complementares.
	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	A pesquisa qualitativa, com base em estudo de caso, busca entender a caça como elemento de autoafirmação e resistência.
	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais	Pesquisando sobre seu próprio povo, o pesquisador vive a tensão entre ser indígena, caçador e mestrandor, reconhecendo que a caça é parte vital da identidade e resistência Kanindé, transmitida por uma linhagem familiar que preserva essa prática ancestral entrelaçada à cultura, alimentação e territorialidade, enquanto se posiciona como um caçador em formação diante

			das complexidades e segredos dessa tradição.
MEA202201	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para	A pesquisa explora o ativismo de travestis em Fortaleza, destacando as resistências por direitos e reconhecimento social.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1A - Delineando os propósitos	A pesquisa busca compreender como travestis constroem redes de ativismo e resistência para garantir seus direitos em Fortaleza.
		Passo 3 - Indicando estrutura da dissertação	A dissertação explora a trajetória do pesquisador, teoria, experiências das travestis ativistas, suas lutas e homenagens institucionais.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	Propõe romper com o pensamento colonizador na universidade e explorar novas metodologias no estudo das travestilidades.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 2 - Anunciando as principais conclusões	Conclui que o diálogo com travestis revelou a invisibilização de suas trajetórias e a importância do transfeminismo como marco de resistência.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores	A pesquisa revisa a construção do transfeminismo no Brasil, destacando a atuação digital e acadêmica das travestis na luta por direitos.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1C - Levantamento de questões	O ativismo travesti em Fortaleza desafia a invisibilidade e a violência, questionando se a cidadania plena para essa população está sendo realmente garantida.
MEA202202	Movimento 0 - Repertório Sócio-cultural contextualizador		A frase de Carolina de Jesus introduz a centralidade da negritude como identidade, vivência e território.
	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para	A pesquisa busca amplificar vozes negras, conectando memória, território e decolonialidade.
	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos	O pesquisador contextualiza sua trajetória e identidade negra, enfatizando sua decisão de estudar mídias negras como um ato de resistência e

		pessoais	pertencimento.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	A pesquisa é interdisciplinar e qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas para explorar as mídias negras no Brasil.
		Passo 3 - Indicando estrutura da dissertação	A dissertação analisa as mídias negras, sua trajetória histórica e seu papel na resistência racial, através de conceitos como etnocomunicação.
		Passo 1A - Delineando os propósitos	O estudo investiga a relação entre mídia, racismo estrutural e comunicação negra, contrapondo-se à branquitude hegemônica e analisando o jornalismo negro como ferramenta de resistência e construção de identidade.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1C - Levantamento de questões	A pesquisa busca compreender as motivações e reivindicações das mídias negras ao longo do tempo, explorando suas relações com movimentos sociais e suas estratégias para romper o apagamento histórico imposto pelo jornalismo hegemônico.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores	A interseção entre Jornalismo e Antropologia é fundamental para compreender a mídia negra, destacando a experiência do pesquisador como insider-outsider e a necessidade de desafiar epistemologias brancas que perpetuam o epistemicídio negro.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho -	Passo 1B - Indicando uma lacuna	A Comunicação ainda negligencia o debate sobre decolonialidade, com poucos grupos de pesquisa no Brasil, o que reforça a importância desta dissertação em contribuir para a agenda antirracista e a valorização das narrativas das mídias negras.
	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 1A - Delineando os propósitos	A pesquisa busca recentralizar a negritude e as mídias negras como categorias históricas e protagonistas do debate sobre si mesmas, contrapondo-se ao "Jornalismo de efeméride" e promovendo um afrofuturo.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1D - Continuando uma tradição	O estudo adota um conceito de mídias negras como plataformas criadas por e para pessoas negras, fundamentando-se

			em intelectuais negros para analisar criticamente o racismo como sistema ideológico e estrutural.
MEA202203	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1E (Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais)	O interesse da pesquisadora pelo tema ultrapassa a academia e está profundamente enraizado em sua trajetória pessoal e identidade.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 2 (Fazendo generalizações de tópicos)	A maior parte das produções acadêmicas sobre sexualidade no Brasil se concentra nas sociabilidades homoeróticas masculinas, deixando as experiências lésbicas em segundo plano.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1C (Levantamento de questões)	A pesquisa questiona a predominância de estudos sobre homossexualidade masculina e investiga como a academia pode produzir conhecimento sobre as vivências sociais de mulheres lésbicas.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 2 (Fazendo generalizações de tópicos)	A epidemia de HIV-Aids foi acompanhada por preconceito e marginalização, reforçando associações entre homossexualidade masculina e perigo social.
		Passo 3 (Reverendo itens de pesquisas anteriores)	O estigma social relacionado à homossexualidade masculina pode ser comparado à noção de impureza e intocabilidade em outras sociedades, como demonstrado por estudos antropológicos.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1C (Levantamento de questões)	A pesquisa reflete sobre a ausência de mulheres lésbicas no protagonismo da luta contra a AIDS e questiona se essa exclusão reflete padrões sociais de invisibilização da sexualidade feminina.
	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 1A (Delineando os propósitos)	O estudo busca entender como o sofrimento e a dor das mulheres lésbicas negras podem se tornar linguagem política na luta por justiça.
		Passo 1B (Anunciando a pesquisa atual)	A pesquisa analisa as narrativas construídas em torno do assassinato de Luana Barbosa como motor para a mobilização política e a luta por reparação.
	Movimento 2 – Estabelecendo um	Passo 1E (Justificando a	A experiência da pesquisadora branca ao se deparar com a dor coletiva das

	nicho	pesquisa por meio de aspectos pessoais)	mulheres negras enlutadas por Luana Barbosa a levou a refletir sobre sua própria posição na luta antirracista e sua responsabilidade como pesquisadora.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 3 (Reverendo itens de pesquisas anteriores)	A pesquisa se baseia na literatura acadêmica sobre o ativismo LGBTQ+ e na experiência da Coletiva Luana Barbosa, um grupo de mulheres negras lésbicas e bissexuais que luta pelo reconhecimento da violência sofrida por Luana Barbosa.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1B (Indicando uma lacuna)	O estudo busca compreender como a dor coletiva pode se transformar em um instrumento de mobilização política e de reivindicação de direitos para vítimas da violência.
	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 1B (Anunciando a pesquisa atual)	A pesquisa investiga os efeitos políticos da memória e do compartilhamento de falas sobre violência dentro da Coletiva Luana Barbosa, analisando como a figura da vítima se constrói no ativismo lésbico negro.
		Passo 3 (Indicando estrutura da dissertação)	A dissertação está estruturada em três capítulos que abordam a lesbofobia e o racismo no caso de Luana Barbosa, as vivências das ativistas da Coletiva, e a construção da "memória sapatão" como forma de resistência e identidade coletiva.
MEA202204	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 1 (Reivindicando centralidade)	A pauta étnico-racial tem ganhado destaque globalmente devido a eventos de grande repercussão e ao papel das novas tecnologias na disseminação do debate.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 2 (Fazendo generalizações de tópicos)	O Ministério Público Federal (MPF) é um campo relevante para o estudo das políticas afirmativas, pois atua tanto na fiscalização do cumprimento das leis de cotas quanto na implementação de ações internas antirracistas.
		Passo 3 (Reverendo itens de pesquisas anteriores)	Apesar dos esforços institucionais, os dados revelam que o MPF continua sendo predominantemente branco, indicando que as políticas afirmativas ainda não resultaram em uma distribuição racialmente equitativa no

			órgão.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1B (Indicando uma lacuna)	A pouca diversidade racial nas instâncias que executam as ações afirmativas do MPF levanta questionamentos sobre a relação entre capacitação técnica, trajetória de vida e percepção racial nos processos de heteroidentificação.
	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 1A (Delineando os propósitos)	A pesquisa busca compreender como a história de vida e o conhecimento teórico influenciam a percepção da identidade racial, impactando os processos de autodeclaração e heteroidentificação.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1B (Anunciando a pesquisa atual)	Para atingir os objetivos, a pesquisa utilizou métodos etnográficos, análise documental e entrevistas, além da técnica da participação observante, considerando a atuação do próprio pesquisador no MPF.
		Passo 3 (Indicando estrutura da dissertação)	A dissertação está organizada em quatro capítulos que apresentam o contexto do MPF, a metodologia, a fundamentação teórica e os resultados da pesquisa.
		Passo 2 (Anunciando as principais conclusões)	A conclusão reflete sobre as categorias analisadas ao longo da pesquisa e a relevância do estudo para o aperfeiçoamento das políticas afirmativas, além de detalhar os critérios gráficos adotados no texto.
MEA202205	Movimento 0 – Repertório Sócio-Cultural Contextualizador	-	O tribalismo na Guiné-Bissau vai além dos períodos eleitorais, sendo uma prática cotidiana que pode, ao longo do tempo, aprofundar divisões na sociedade.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 1 (Reivindicando centralidade)	O tribalismo é percebido como um tabu na sociedade guineense, presente nas relações sociais diárias e influenciando desigualdades entre diferentes grupos.
		Passo 2 (Fazendo generalizações de tópicos)	A problemática do tribalismo na Guiné-Bissau se intensificou após o golpe de 1980 e tem se manifestado de forma crescente nos processos eleitorais, sendo vista de maneira naturalizada no cotidiano.

	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1B (Indicando uma lacuna)	O texto analisa o tribalismo na Guiné-Bissau, demonstrando como ele transcende o período eleitoral e se manifesta em diferentes aspectos da vida social, política e linguística, influenciando relações étnicas, religiosas e de pertencimento na sociedade guineense.
	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 1B (Anunciando a pesquisa atual)	A pesquisa baseia-se em análise bibliográfica e pesquisa de campo virtual nas redes sociais para investigar as formas de tribalismo na Guiné-Bissau.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 3 (Indicando estrutura da dissertação)	A dissertação se organiza em três capítulos que abordam a construção metodológica, as interpretações do tribalismo na sociedade guineense e seu uso político nas eleições de 2019-2020.
MEA202206	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 1 (Reivindicando centralidade e/para)	A pesquisa é um reflexo da trajetória da autora no espaço acadêmico, abordando questões de gênero, raça, feminismos e sexualidade a partir de inquietações pessoais e acadêmicas.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1C (Levantamento de questões)	O estudo explora a falta de representatividade e a invisibilidade de determinadas narrativas dentro do feminismo, questionando ausências e buscando espaços decoloniais para novos diálogos.
	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 1B (Anunciando a pesquisa atual)	A pesquisa investiga as interseccionalidades de corpos racializados, femininos e LGBTQIA+ no contexto do Ceará, analisando suas resistências em um país estruturalmente racista e opressor.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 3 (Indicando estrutura da dissertação)	A dissertação se organiza em capítulos que abordam o percurso metodológico, o impacto do colonialismo na construção das desigualdades, a trajetória dos movimentos feministas no Brasil e no Ceará, culminando na análise de coletivos feministas em Fortaleza.
MEA202301	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 1 (Reivindicando centralidade e/para)	O crescimento das discussões acadêmicas sobre transgeneridade reflete tanto avanços científicos quanto embates políticos impulsionados por

			mobilizações sociais.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 2 (Fazendo generalizações de tópicos)	A sociedade brasileira historicamente estrutura desigualdades que afetam grupos subalternizados, incluindo a população transgênera, enquanto a academia fortalece diálogos com os movimentos sociais.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 3 (Reverendo itens de pesquisas anteriores)	As ciências humanas, especialmente a antropologia, têm produzido novas narrativas sobre transgeneridade, desafiando perspectivas biológicas e médicas que patologizaram essas identidades.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1B (Indicando uma lacuna)	A pesquisa busca compreender as experiências de pessoas transgêneras na universidade, analisando relações interpessoais e institucionais que moldam sua vivência acadêmica.
	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 1B (Anunciando a pesquisa atual)	O estudo parte da vivência da própria pesquisadora para definir transgeneridade como um conceito social e político, adotando o termo trans* para abranger múltiplas identidades dissidentes do binarismo de gênero.
MEA202302	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 1 (Reivindicando centralidade e/para)	Este trabalho narra a trajetória pessoal, acadêmica e política de uma mulher indígena Truká, marcada pela luta contra o patriarcado e a colonialidade, que por meio da escrita e da pesquisa sobre gênero e educação, busca ressignificar a escola e afirmar a presença e a voz das mulheres indígenas na história e na sociedade.
	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 1B (Anunciando a pesquisa atual)	Esta dissertação analisa como as mulheres indígenas Truká utilizam a educação escolar como estratégia de resistência e existência frente ao patriarcado, investigando suas motivações históricas, registrando suas trajetórias de luta e identificando os mecanismos de silenciamento e suas formas de ruptura.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1E (Justificando a pesquisa por	Neste trecho, a autora relata sua chegada solitária e desafiadora ao mestrado na UNILAB, destacando as dificuldades de

		meio de aspectos pessoais)	adaptação, a ausência de representatividade indígena e a complexidade de estudar questões de gênero em seu território, reafirmando a importância da educação como espaço de resistência para mulheres indígenas frente às marcas do colonialismo e do patriarcado.
	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 3 (Indicando estrutura da dissertação)	A dissertação é estruturada em três capítulos que abordam a trajetória pessoal da autora e das mulheres Truká na luta contra a colonialidade de gênero, o histórico e os desafios da educação escolar indígena com foco nas experiências femininas, e a construção de narrativas de resistência a partir de vozes de mulheres indígenas e pensadoras decoloniais.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 2 (Fazendo generalizações de tópicos)	A dissertação, desenvolvida na linha de pesquisa Diferença, Poder e Epistemologias, adota a etnografia participativa e de campo como metodologia, valorizando o envolvimento sensível e existencial da pesquisadora com sua própria comunidade, reconhecendo os sujeitos como protagonistas concretos e dialogando profundamente com seus modos de vida e saberes.
	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 1B (Anunciando a pesquisa atual)	A coleta de dados desta dissertação será feita por meio de diálogos, rodas de conversa e observação participante na aldeia, priorizando o envolvimento sensível e profundo com a comunidade em vez de entrevistas formais, valorizando os significados e estratégias de resistência das mulheres indígenas a partir de uma abordagem qualitativa e etnográfica.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 2 (Fazendo generalizações de tópicos)	A autora analisa como as categorias coloniais de raça, gênero, patriarcado e machismo invisibilizam e oprimem os corpos indígenas, especialmente os femininos, e defende o uso do termo "indígena" como afirmação identitária e política, destacando a resistência das mulheres diante dessas violências

			históricas e atuais.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1B (Indicando uma lacuna)	A autora destaca o papel das indígenas mulheres como guardiãs de saberes tradicionais e agentes de resistência frente às violências coloniais, defendendo o uso do termo “indígenas mulheres” como um posicionamento político e identitário que reafirma a centralidade da etnia na construção de gênero e da luta coletiva por território, memória e existência.
	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 1B (Anunciando a pesquisa atual)	Esse trecho destaca o corpo como um elemento central nas narrativas indígenas, simbolizando não só a materialidade, mas também as marcas da colonização, a resistência ancestral e a ressignificação política que vincula corpo, território e luta contra a invisibilidade.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 3 (Reverendo itens de pesquisas anteriores)	Esse trecho reforça a ideia de que, para as mulheres quilombolas e indígenas, o corpo é um território vivo que carrega histórias, lutas e ancestralidades, sendo um espaço central de resistência coletiva e ressignificação que se diferencia do feminismo contemporâneo por sua ligação profunda e coletiva com os territórios.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1B (Indicando uma lacuna)	O trecho mostra como as mulheres indígenas enfrentam dupla opressão pela colonialidade e patriarcado, invisibilizadas na história, e destaca a emergência de um feminismo indígena coletivo, distinto do ocidental, que une luta por território, ancestralidade e comunidade.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 1 (Reivindicando centralidade e/para)	Mulheres indígenas Truká enfrentam violência e desigualdade de gênero, mas desenvolvem uma luta coletiva pelo território e pela vida, com um feminismo comunitário que envolve toda a aldeia e busca superar a lógica colonial.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1B (Indicando uma lacuna)	O feminismo indígena é recente e ligado à luta coletiva pelo território, enfrentando violências semelhantes às das mulheres não indígenas, mas

			buscando diálogo comunitário e resistência contra o sistema patriarcal que afeta toda a aldeia.
	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 2 (Anunciando as principais conclusões)	O feminismo indígena Truká, ainda em construção, se aproxima do feminismo comunitário, mas busca desenvolver suas próprias lógicas que reconheçam a diversidade e as especificidades das mulheres indígenas dentro do movimento nacional.
MEA202303	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 1 (Reivindicando centralidade e/para)	Esta pesquisa se inspira na proposta de bell hooks, que defende a retomada das experiências do povo marginalizado e oprimido por meio da linguagem para curar as fissuras da mente e do corpo.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1B (Indicando uma lacuna)	A pesquisa, feita por pessoas dissidentes de gênero em diálogo com o Coletivo Tambores de Safo, valoriza experiências coletivas e desafia o conhecimento tradicional, promovendo um feminismo antirracista, inclusivo e baseado em redes de resistência e afetos dissidentes.
	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 1A (Delineando os propósitos)	Esta dissertação analisa as práticas políticas, artísticas e de produção de conhecimento do coletivo Tambores de Safo, investigando suas influências teóricas, construção identitária, resistência à colonialidade e imaginação de novos mundos, a partir das trajetórias das integrantes, incluindo a autora, em diálogo com a Antropologia, o feminismo lésbico e o feminismo decolonial.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1B (Indicando uma lacuna)	A escolha do coletivo Tambores de Safo como campo de pesquisa está profundamente ligada à trajetória pessoal da autora como integrante e ativista do grupo, o que torna impossível a neutralidade científica tradicional; essa imersão afetiva e política é vista como uma força que enriquece a pesquisa, ampliando a compreensão do cotidiano e fortalecendo a produção epistemológica a partir de uma perspectiva íntima e comprometida.

	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 3 (Reverendo itens de pesquisas anteriores)	A autora adota a perspectiva da “pesquisa encarnada” de Suely Aldir Messeder (2020), que valoriza o encontro entre pesquisadora e interlocutores marcados por gênero, raça, classe, colonialidade e sexualidade, enfatizando a corporeidade, o saber situado, as trocas culturais e a descolonização do conhecimento como base para a produção epistemológica.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1E (Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais)	A noção de pesquisadora encarnada propõe uma produção de conhecimento que supera dicotomias tradicionais e desafia a colonialidade do poder, saber e ser, adotando a etnografia como método fundamental para construir narrativas científicas a partir das relações estabelecidas no campo, alinhando-se às contribuições da Antropologia e ao compromisso da autora como pesquisadora e artista.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 3 (Reverendo itens de pesquisas anteriores)	A pesquisa se apoia em um diálogo epistemológico com autoras da Antropologia Feminista, feminismo negro, feminismo lésbico e feminismo decolonial, integrando também epistemologias do sul e teorias decoloniais para analisar as dinâmicas do coletivo Tambores de Safo. Essas perspectivas críticas ajudam a entender as categorias de gênero, poder e conhecimento dentro do contexto colonial, enquanto o coletivo inspira-se na “política dos comuns” e na construção de outros mundos possíveis, dialogando com pensadores comprometidos com o bem-viver e o reencantamento do mundo.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1E (Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais)	A pesquisa nasce da trajetória da autora como pessoa dissidente, periférica e de origem interracial, buscando resgatar saberes ancestrais marginalizados pelo colonialismo através do coletivo Tambores de Safo, unindo arte, política e conhecimento anticolonial.

	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 3 (Indicando estrutura da dissertação)	A dissertação está organizada em quatro capítulos que abordam metodologias etnográficas, a inserção do coletivo Tambores de Safo no ativismo feminista decolonial, suas práticas e discursos políticos-artísticos, e a conexão do seu ativismo com um projeto de reencantamento do mundo baseado em ancestralidade, espiritualidade e bem-viver.
MEA202304	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para	O fenômeno religioso, compreendido como produto social, tem mobilizado diferentes campos do saber na tentativa de entendê-lo para além da experiência individual, destacando sua capacidade de influenciar ações e dinâmicas sociais.
	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos	A religião, entendida como sistema simbólico que molda sentidos, identidades e comportamentos, transforma-se ao longo do tempo e do espaço, articulando práticas culturais e sociais em constante movimento, especialmente no meio urbano, onde fenômenos como hibridismos, trânsitos e disputas por legitimidade revelam a dinâmica complexa dos grupos religiosos na contemporaneidade.
		Passo 3 - Revedo itens de pesquisas anteriores	O fenômeno religioso no Brasil, marcado pela pluralidade, hibridismo e disputas simbólicas, tem se configurado como um mercado religioso em que grupos como a IURD se destacam por estratégias de apropriação simbólica, uso midiático e expansão pragmática voltada às classes populares, evidenciando a tensão entre tradição e inovação no campo religioso contemporâneo.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1B (Indicando uma lacuna)	O trecho destaca a relevância dos estudos sobre as disputas simbólicas e fronteiras religiosas entre a IURD e as religiões de matriz africana, especialmente em Juazeiro do Norte, onde a apropriação e ressignificação de símbolos populares como o Padre Cícero evidenciam conflitos religiosos, enquanto a cidade vizinha do Crato ainda carece de pesquisas acadêmicas

			sobre o tema, justificando a importância da investigação proposta.
		Passo 1E (Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais)	O trecho justifica a pesquisa a partir da experiência pessoal do pesquisador no meio evangélico e de sua vivência entre dois sistemas religiosos, utilizando a reflexividade como ferramenta metodológica para investigar criticamente a atuação da IURD, especialmente sua guerra simbólica contra as religiões de matriz africana, dentro de um campo que lhe é ao mesmo tempo familiar e estranho.
		Passo 1A - Contra-reivindicação ou	O trecho analisa como a IURD, ao adaptar-se ao contexto religioso do Cariri, se apropria simbolicamente dos arquétipos afro-brasileiros (exus e pombagiras), invertendo seus significados nos cultos de libertação para construir uma prática religiosa que demoniza essas entidades e, ao mesmo tempo, as utiliza como ferramentas de cura, controle moral e promessa de transformação de vida para seus fiéis.
	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 1B (Anunciando a pesquisa atual)	O objetivo da pesquisa é compreender como a IURD em Crato-CE se apropria simbolicamente dos arquétipos de exus e pombagiras nos cultos de libertação, reinterpretando-os dentro de um repertório híbrido e religiofágico, com base em uma abordagem teórico-metodológica qualitativa e etnográfica voltada à análise simbólica e semiótica das práticas religiosas e seus significados para os fiéis.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para	Este trabalho analisa a atuação de mulheres negras que, como trancistas profissionais em Fortaleza, preservam e valorizam um saber ancestral afrodescendente ao transformar o trançar em fonte de sustento.

	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1E (Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais)	O interesse por este estudo surgiu da experiência pessoal da autora como mulher negra buscando uma trancista em Fortaleza, o que a levou a perceber um mercado ativo de tranças no Instagram — protagonizado por jovens negras — e a investigar como essa rede social funciona não só como vitrine profissional, mas também como espaço de afirmação política e étnica.
	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 1B (Anunciando a pesquisa atual)	Este estudo busca compreender como mulheres negras trancistas em Fortaleza constroem suas identidades e saberes no Instagram, usando o ciberespaço não apenas como espaço de divulgação profissional, mas como território político e educativo, onde produzem e compartilham conhecimentos que contribuem para a descolonização de corpos e mentes.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos	No Brasil, o trançar de cabelos, preservado e reinventado principalmente por mulheres negras, carrega uma herança ancestral africana onde os penteados simbolizavam status social e identidade, e, mesmo sob a opressão da escravidão, essa prática manteve-se como forma de resistência, vaidade e afirmação identitária afro-brasileira.
	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 1B (Anunciando a pesquisa atual)	Reconhecendo as dificuldades enfrentadas pelos africanos na preservação de seus símbolos culturais no Brasil, este estudo articula uma abordagem sócio-histórica e anticolonial para analisar os penteados afros, apoiando-se em pesquisas sobre cabelos negros e salões étnicos no contexto brasileiro.
MEA202401	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para	A Escola é entendida como um espaço de múltiplas experiências, onde, além de transmitir saberes formais, atua na formação dos sujeitos escolares ao mediar relações sociais, culturais e econômicas que influenciam suas aprendizagens e identidades.

	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos	Até recentemente, a Escola brasileira foi analisada prioritariamente sob a ótica das classes sociais, sem problematizar as questões raciais, embora hoje se reconheça, como apontam Dayrell e Sodré, que a diversidade cultural e os conflitos étnicos na educação não podem ser reduzidos apenas às relações de classe.
		Passo 3 - Reverendo itens de pesquisas anteriores	Diante da necessidade de enfrentar o racismo e valorizar a diversidade cultural, a Lei nº 10.639/03 foi criada para incluir o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, buscando promover uma educação antirracista e a representação positiva das identidades negras no ambiente escolar.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1E (Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais)	Este estudo analisa a Escola Rachel de Queiroz, em Quixadá-CE, a partir de uma perspectiva antropológica e da experiência profissional da autora como educadora, refletindo criticamente, com base em Geertz e Velho, sobre o desafio de estranhar o familiar e compreender como a história e cultura escolares moldam as práticas pedagógicas.
	Movimento 3 – Ocupando o nicho	Passo 1B (Indicando uma lacuna)	Este estudo parte da hipótese de que a identidade afro-brasileira é trabalhada de forma insuficiente na Escola Rachel de Queiroz, investigando como seus docentes abordam — ou negligenciam — conteúdos relacionados à diversidade e à Lei nº 10.639/03, a partir de uma perspectiva antropológica que combina distanciamento analítico e experiência profissional da pesquisadora como “nativa etnógrafa”.

Fonte: elaboração própria.

Além da síntese dos movimentos retóricos, elaboramos também uma segunda tabela, destinada a descrever, de forma minuciosa, as ocorrências de cada passo identificado, em cada um dos textos analisados. O objetivo dessa sistematização não se restringe apenas ao mapeamento dos movimentos retóricos presentes nas introduções, mas busca igualmente

quantificar a frequência de cada passo, permitindo observar sua distribuição ao longo do *corpus*. Dessa forma, torna-se possível visualizar tanto os padrões de recorrência quanto as ausências significativas, o que contribui para uma compreensão mais ampla da organização retórica dos textos. A seguir, na Tabela 2, são apresentados os resultados dessa análise detalhada.

Tabela 2 – Contabilização de todos os Passos Retóricos encontrados nas introduções de dissertação de mestrado do Programa de Antropologia UFC-UNILAB

Movimento 0 - Repertório Sócio-cultural contextualizador		Movimento 1 - Estabelecendo um Território			Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho					Movimento 3 - Ocupando o Nicho			
Texto	-	Passo 1	Passo 2	Passo 3	Passo 1A	Passo 1B	Passo 1C	Passo 1D	Passo 1E	Passo 1A	Passo 1B	Passo 2	Passo 3
MEA202001	1	1	1	1		1					1		1
MEA202101		1	1					1		1		1	1
MEA202102		1	1	1		2		1	1	1	1		
MEA202103		1	1				1	1	1	1	1		6
MEA202104		1		1			1			1	3	1	1
MEA202105		1	1			1	1		1	1	1		
MEA202106	1	1	1	1			1		1				1
MEA202107		1	1						1		1	1	1
MEA202201		1		1			1			1	1	1	1
MEA202202	1	1		1		1	1	1	1	2	1		1
MEA202203			2	2		1	2		2	1	2		1
MEA202204		1	1	1		1				1	1	1	1
MEA202205	1	1	1			1					1		1
MEA202206		1					1				1		1
MEA202301		1	1	1		1					1		
MEA202302		1	2	1		3			1		3	1	1
MEA202303		1		2		2			2	1			1
MEA202304		1	1	1	1	1			1		1		
MEA202305		1	1						1		2		
MEA202401		1	1	1		1			1		1	1	1
MEA202402		1							1		1		
MEA202403		1							1		1		
TOTAL	4	21	17	15	1	16	9	4	16	11	25	7	20

Fonte: elaboração própria.

Diante das análises realizadas, foi possível observar que, além dos Movimentos e Passos propostos por Swales (1990), encontramos elementos que não estavam previstos em seu modelo, mas que nomeamos de maneira similar à sua teoria. Entendemos, contudo, que tais recursos argumentativos, embora distintos do que encontramos no modelo CARS, não podem ser considerados de fato como *movimentos* ou *passos*, tal como descreve Swales (1990), mas como ocorre de maneira consistente nas introduções analisadas, resolvemos nomear e explicar o fenômeno.

As dissertações analisadas apresentam certas similaridades, indicando um padrão compartilhado dentro da Comunidade Discursiva, embora algumas sejam mais prototípicas do que outras. Um dos aspectos que se destaca nesse padrão é o tom pessoal presente nos textos, que mesclam características do estilo narrativo, quase como se as introduções fossem relatos pessoais. Além disso, há um tom íntimo em que os pesquisadores se colocam como protagonistas de seus trabalhos, e não apenas como observadores.

Infere-se que essa característica seja uma especificidade do Programa de Antropologia, que se alinha a teorias que defendem a importância de o pesquisador analisar sua própria influência sobre o objeto de estudo, e vice-versa. Esse princípio é conhecido como Reflexividade, que se refere às relações circulares entre causa e efeito, especialmente dentro das estruturas de crenças humanas. No contexto sociológico, a Reflexividade representa a capacidade dos agentes de reconhecer e modificar as forças de socialização, variando entre um baixo nível, onde os indivíduos são moldados pela sociedade, e um alto nível, onde eles moldam suas próprias normas (estruturas e agências). Esse conceito é essencial para a compreensão das ciências sociais, pois reconhece que os observadores afetam os sistemas que analisam, tornando a Reflexividade uma questão metodológica central, conforme discutido na sociologia do conhecimento científico. Como afirmaram Thomas e Thomas (1928), “se os homens definem situações como reais, elas são reais em suas consequências”, princípio que Merton (1948, 1949) expandiu na teoria da profecia autorrealizável. Popper (1957) também abordou essa questão, descrevendo o efeito Édipo, onde as previsões influenciam os resultados previstos.

Na Antropologia, a Reflexividade surgiu como uma crítica à objetividade científica, reconhecendo a influência do pesquisador no processo de pesquisa. Clifford Geertz

(1973), ao desenvolver o conceito de “descrição densa”, destacou que a interpretação cultural é mediada pela subjetividade do antropólogo, tornando a Reflexividade essencial na etnografia. Gregory Bateson (1972), ao estudar a comunicação e a metacomunicação, introduziu a ideia de “loops reflexivos”, em que padrões culturais se auto-reproduzem e influenciam as interpretações dos indivíduos. Pierre Bourdieu (1977) incorporou a Reflexividade à sua teoria da prática, sugerindo que os pesquisadores devem analisar suas próprias disposições e estruturas sociais para evitar reproduzir vieses inconscientes. Na Antropologia pós-moderna, autores como James Clifford e George Marcus (1986) argumentaram que o trabalho etnográfico é um ato interpretativo e narrativo, no qual a reflexividade deve ser explícita para questionar as relações de poder entre observador e observado. Assim, a Reflexividade na Antropologia não apenas problematiza a neutralidade do pesquisador, mas também redefine a produção do conhecimento etnográfico.

Com base nesse entendimento, observamos que as dissertações analisadas utilizam a Reflexividade de forma evidente, com foco na relação entre o pesquisador e o campo de estudo, a ética envolvida e a construção do conhecimento. Como explica Swales (1990), a comunidade discursiva é composta por um grupo que compartilha propósitos comunicativos e normas textuais específicas, essenciais para a construção do conhecimento especializado. Em *Research Genres*, Swales (2004) destaca as variações nos textos acadêmicos entre disciplinas, apontando que, enquanto áreas como as ciências exatas seguem padrões mais rígidos, as ciências humanas demonstram maior flexibilidade argumentativa. Essas diferenças refletem, não apenas tradições epistemológicas distintas, mas também a forma como cada comunidade discursiva organiza e valida seu conhecimento.

Em nossa análise, nossa hipótese central foi confirmada, posto que as introduções das dissertações seguem uma estrutura padronizada, respeitando os movimentos retóricos previstos pelo modelo CARS (*Create a Research Space*). Como já foi explicado, esse modelo propõe que as introduções devem passar por três etapas essenciais: estabelecer um território, destacar um nicho e, finalmente, ocupar esse nicho, justificando a relevância e a necessidade da pesquisa. A análise das introduções das dissertações revelou que a maioria seguiu essa estrutura de maneira consistente, respeitando as convenções retóricas do gênero acadêmico. O primeiro movimento, de estabelecer o território, geralmente foi feito por meio de uma breve revisão do estado da arte, proporcionando uma visão geral do campo de estudo. O segundo movimento, de destacar o nicho, envolveu a identificação de lacunas ou problemas não

resolvidos na área, com a justificativa para o estudo sendo também de caráter pessoal. Finalmente, o terceiro movimento, de ocupar o nicho, foi claro na apresentação da proposta de pesquisa, dos objetivos e da contribuição esperada para o campo.

Entretanto, ao analisarmos as dissertações do Programa de Antropologia, notamos que os textos dessa área possuem características próprias que influenciam a estrutura retórica das introduções. Embora a maioria siga os movimentos gerais do modelo CARS, observamos a presença de recursos argumentativos que entendemos como típicos Comunidade Discursiva. A construção do território, por exemplo, frequentemente focou nas questões culturais e sociais, com uma contextualização mais profunda dos processos estudados. O nicho foi destacado com ênfase nas relações humanas e nas especificidades dos grupos sociais, refletindo a natureza qualitativa e interpretativa da Antropologia. Esses aspectos indicam que, ainda que as dissertações do Programa de Antropologia sigam a estrutura do modelo CARS, elas apresentam variações e especificidades ligadas à abordagem própria da disciplina. A seguir, analisaremos a ocorrência do Movimento 1 e de cada um de seus passos.

5.2 ANÁLISE DO MOVIMENTO 1

Na Tabela 3, abaixo, está registrado o Movimento 1 - Estabelecendo um território, especificando-se a quantidade de vezes que aparecem os passos propostos por Swales (1990).

Tabela 3 – Frequência dos Movimentos 1 e dos Passos propostos por Swales (1990)

Movimentos e Passos	
Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Quantidade
Passo 1 - Reivindicando centralidade	21
Passo 2 - Fazendo generalizações	18
Passo 3 - Revendo pesquisas anteriores	15

Fonte: elaboração própria.

Desde o início da análise, observa-se que o Movimento 1 está presente em todos os 22 textos examinados, evidenciando sua centralidade na organização textual. Quanto aos Passos, contabilizamos todas as ocorrências ao longo dos textos, independentemente de sua posição. Isso inclui tanto aqueles que aparecem logo no início das introduções quanto aqueles que surgem em trechos intermediários, como ocorreu em algumas ocasiões. Essa abordagem

permite uma visão mais precisa da recorrência e da distribuição dos Passos nos textos analisados.

5.2.1 Passo 1 - Reivindicando centralidade

De acordo com Swales (1990), o “Passo 1 - Reivindicando centralidade” é um movimento essencial nas introduções de artigos acadêmicos, em que o autor justifica a relevância do tema da pesquisa dentro do contexto da área de estudo. Nesse passo, o objetivo é demonstrar que o tópico é central e pertinente, destacando sua importância para o desenvolvimento da disciplina e conectando-o com questões teóricas ou práticas significativas.

Motta-Roth (1995) e Biasi-Rodrigues (1998) aprofundam essa ideia ao apontarem que, ao reivindicar centralidade, o autor não apenas destaca a importância do tema no âmbito da área, mas também constrói sua pesquisa como uma contribuição relevante para o desenvolvimento do conhecimento científico. Para essas autoras, o processo de "reivindicação" é também um ato de inserção no campo científico, em que o pesquisador se posiciona de maneira crítica e estratégica dentro do debate acadêmico, alinhando sua pesquisa com questões que possuem relevância atual e impacto potencial. Dessa forma, o “Passo 1 - Reivindicando Centralidade” configura-se não apenas como uma justificativa da escolha do tema, mas como uma argumentação que coloca o estudo dentro de um diálogo contínuo e relevante para a comunidade científica, marcando a sua contribuição para o avanço do campo.

Diante do exposto, nossas análises revelaram que o “Passo 1 – Reivindicando Centralidade” foi o mais fácil de identificar, uma vez que, na maioria dos casos, ocorre logo no início do texto. Observamos que esse passo esteve presente em quase todas as introduções, embora sua extensão variasse tanto em número de linhas e palavras quanto em função do tamanho total do texto. Além disso, notamos diferenças na ênfase atribuída a esse passo: enquanto alguns pesquisadores dedicaram mais atenção e desenvolvimento à sua formulação, outros optaram por uma abordagem mais breve e objetiva. Entre os textos analisados, destacamos quatro casos específicos nos quais os pesquisadores reservaram poucas linhas para esse passo:

MEA202105

Essa pesquisa etnográfica parte do meu interesse em ouvir mulheres negras que têm acesso às políticas de educação superior efetivadas no município de Redenção – CE, a partir da implantação da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O foco do estudo são as intersecções entre gênero e raça, tendo como mote da reflexão o acesso ao ensino superior. O universo estudado é a UNILAB e as interlocutoras são mulheres negras jovens e adultas, ativistas e estudantes em Redenção, pertencentes às camadas de baixa renda que conseguiram adentrar no ensino superior.

MEA202206

Esta pesquisa pretende ser registro, de uma trajetória ainda em movimento, de contatos com espaços e olhares acerca do ser mulher. Trata-se de um reflexo e resultado do meu caminhar no espaço acadêmico, enquanto pesquisadora de gêneros, raça, feminismos, sexualidade, e de tudo que o atravessa, de tudo aquilo que ficou preso na garganta e que exigiu ser cuspidor, de todos os porquês não respondidos, e de todas as angústias antecipadas.

MEA202206

Essa pesquisa surge alinhada à proposta de bell hooks, onde “para cicatrizar a fissura da mente e do corpo, nós, povo marginalizado e oprimido, tentamos retomar nós mesmos e nossas experiências na linguagem” (hooks, 2008, p. 863).

MEA202107

A presente pesquisa é um recorte do processo de luta e resistência do povo indígena Kanindé de Aratuba, situado na aldeia Fernandes no município de Aratuba no estado do Ceará, tendo como ponto principal a caça como ferramenta de autoafirmação étnica, através da ótica de um indígena e caçador pertencente ao povo Kanindé.

Notamos que, embora os pesquisadores tenham dedicado poucas linhas ao Passo 1, conforme definido por Swales (1990), ele cumpriu bem sua função de estabelecer a relevância e a centralidade do tema de pesquisa. De acordo com Swales (1990), o “Passo 1 – Reivindicando centralidade” – tem a função de contextualizar o estudo dentro de um território mais amplo, demonstrando a importância do tema no campo científico e justificando sua investigação. De tal modo, esse passo busca convencer o leitor de que a pesquisa proposta é relevante e merece atenção, evidenciando como o estudo contribui para o avanço do conhecimento na área.

Assim, ainda que os trechos destacados não dediquem uma grande extensão ao Passo 1, ele ainda desempenha essa função essencial, mesmo que de forma sucinta. Inferimos

que a abordagem breve pode ser uma estratégia dos pesquisadores para evitar redundâncias, indo direto ao ponto ao evidenciar a lacuna de pesquisa ou a relevância do estudo. Em alguns casos, a utilização de poucas linhas pode refletir um estilo mais objetivo e focado, mas, ainda assim, o Passo 1 cumpre sua função de estabelecer a importância do tema e contextualizar a pesquisa, alinhando-se aos requisitos do modelo CARS e assegurando que o estudo esteja adequadamente posicionado dentro do campo acadêmico. Assim, mesmo de forma concisa, a função de “reivindicar centralidade” é realizada de maneira eficaz, garantindo a contextualização e justificativa da pesquisa.

Além desses casos, destacamos também um trecho de uma das introduções em que tivemos dificuldade em identificar claramente o “Passo 1 – Reivindicando Centralidade”. Isso ocorreu porque o texto se mesclava com a apresentação de uma pesquisa etnográfica conduzida pelo próprio autor, tornando a delimitação do passo menos evidente. Essa fusão entre a introdução e a descrição do estudo etnográfico gerou uma estrutura menos convencional, o que exigiu uma análise mais cuidadosa para distinguir os elementos característicos do movimento retórico.

MEA202104

Esta pesquisa se volta à análise do processo de interiorização do Ensino Superior em uma região pobre e necessitada, com uma população inserida em um contexto social, educacional e geográfico historicamente precário e localizado no interior do Estado do Ceará, Nordeste brasileiro. Falo dos habitantes dos municípios de Acarape e Redenção onde esta pesquisa se localiza geograficamente. Ou seja, de uma população que já vem situada em um contexto histórico e social de precariedade – caso do Nordeste brasileiro e do Estado de Ceará. Segundo o resultado da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), entre as regiões brasileiras o Nordeste é aquela que concentra o maior número de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica. Para Araújo (1997), esta região é taxada com a desigualdade de distribuição de renda social e econômica, o que resulta em altos índices de pobreza e de marginalidade nessa região (ARAÚJO, 1997). Segundo os dados de IBGE (2010), Ceará é um dos Estados nordestinos que se encontra entre os sete (7) com maior número das pessoas em estado de vulnerabilidade ou extrema pobreza no Brasil. Acarape e Redenção são dois Municípios vizinhos, situados no Maciço do Baturité, interior do Estado de Ceará, que antes da fragmentação municipal os dois municípios eram territórios que pertenciam à vila do Baturité (atual município Baturité). Com o tempo, as duas cidades se desmembraram e tornaram municípios autônomos no interior do Ceará. Nessas localidades (Maciço do Baturité) localiza espacialmente esta investigação, concretamente nos bairros do Centro de Acarape e Redenção. Em seguida situaremos breve história/trajetória dos dois municípios. O município de Acarape situa-se a 56 km da capital Fortaleza, medidos em linha reta. A referida cidade possui aproximadamente 15.338 habitantes distribuídos em um território geográfico de 155.169km (Fonte: IBGE, 2010). Historicamente, Acarape pertencia à vila de Baturité (1868). Passou por distrito de Cala Boca para distrito de Acarape. Depois, tornou-se distrito de Redenção em 1933. Em 1963, desmembrou de Redenção. Pouco tempo depois, em 1965, novamente tornou-se distrito de Redenção. E recentemente se emancipou e tornou-se um Município do Estado cearense independente em 1987, com a lei de criação 11.308 que decretou no artigo 1º que: “é criado o Município de Acarape, constituindo-se do território do atual distrito, com sede e na vila de igual nome, que passará da categoria de cidade, desmembrando do Município de Redenção”. Dessa forma até então, Acarape é um município de Ceará. Já o Município de Redenção, antes conhecido como Acarape (antigo distrito policial), foi criado em 1842. Separou-se de Baturité e tornou-se vila em 1868. Por ser primeira cidade brasileira a libertar homens e mulheres escravizados das senzalas, em 25 de março de 1884, foi renomeado/homenageada de Redenção por meio da lei nº 2167/1889 (Unilab, 2013). A cidade se distancia da capital Fortaleza-CE por 62 km, medido

No trecho destacado acima, percebe-se que o autor da introdução procurou situar sua pesquisa no campo de estudo, mas o fez por meio de uma imersão mais profunda nas especificidades culturais e sociais do grupo investigado, caracterizando um esforço de contextualização etnográfica. Esse procedimento, embora valioso para a compreensão do contexto da pesquisa, acabou por diluir o foco principal do “Passo 1 – Reivindicando Centralidade”, que, segundo Swales (1990), deve enfatizar de maneira clara e direta a relevância do tema dentro da área acadêmica.

A tentativa de integrar a discussão sobre a etnografia à justificativa do estudo resultou em uma abordagem mais ampla e rica, mas, por vezes, dificultou a delimitação precisa da centralidade do tema. Isso ocorreu porque a contextualização cultural e social se sobrepôs à argumentação retórica que tradicionalmente fundamenta a importância da pesquisa no campo científico. Essa escolha estilística pode ser vista como uma estratégia do autor para estabelecer uma ponte entre a relevância acadêmica e as particularidades etnográficas do trabalho, mas, ao mesmo tempo, tornou menos evidente a função específica do Passo 1.

Além desse caso, observamos que essa forma mais fluida de organização textual foi relativamente comum entre os textos analisados. Muitos pesquisadores adotaram um tom intimista, conferindo aos textos um caráter mais espontâneo, como se deixassem o

pensamento fluir livremente. Essa liberdade estilística impactou diretamente a estruturação dos movimentos retóricos, que nem sempre apareceram na ordem convencional proposta por Swales (1990): primeiro o Movimento 1, para situar a pesquisa; depois o Movimento 2, para destacar o nicho; e, por fim, o Movimento 3, para apresentar a contribuição do estudo. Em alguns textos, por exemplo, o Movimento 1 reaparecia após a introdução de passos do Movimento 2 e até mesmo do Movimento 3, demonstrando uma organização mais dinâmica e menos linear do que a tradicionalmente esperada. Essa variação estrutural sugere que os pesquisadores buscaram adaptar os movimentos retóricos às necessidades discursivas e ao gênero textual específico de suas pesquisas, evidenciando diferentes formas de articular a centralidade do estudo dentro do discurso acadêmico. Os textos nos quais identificamos tal variação estrutural correspondem aos seguintes documentos: MEA202104, MEA202201, MEA202202, MEA202203, MEA202302, MEA202303 e MEA202305.

Queremos ainda destacar uma introdução singular entre os textos analisados: a única em que o “Passo 1 – Reivindicando Centralidade” não foi identificado. Em vez de seguir a estrutura tradicional proposta por Swales (1990), o autor optou por iniciar o texto com uma abordagem mais pessoal, distanciando-se da estratégia convencional de justificar a pesquisa a partir da relevância acadêmica do tema. Durante nossa análise, categorizamos essa escolha como uma variação específica, que denominamos “Passo 1E – Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais”. Nesse caso, o pesquisador constrói sua introdução a partir de experiências, motivações ou envolvimento individuais com o objeto de estudo, conferindo ao texto um tom subjetivo e reflexivo, como pode-se observar no trecho abaixo:

MEA202203

De antemão, gostaria de afirmar que, em relação ao ritmo de desenvolvimento das demais partes deste trabalho, a artesanaria da escrita para a presente introdução demorou para ser tecida. O motivo pareceu ser simples no início: o interesse pela temática da minha pesquisa ultrapassava, em muitos sentidos, a minha vida na academia. Movida por fatores notoriamente autobiográficos, que envolvem desde minha orientação afetiva e sexual até a relação em curso que construo com minha própria identidade de gênero, posso dizer que a partir dos anos de graduação em Ciências Sociais (2014-2018), pela UFC, sempre me interessei pelas disciplinas cujas ementas me permitiam o acesso para as literaturas acerca das homossexualidades.

Essa estratégia, embora menos comum no contexto acadêmico tradicional, evidencia a influência de perspectivas autorais na formulação da justificativa da pesquisa,

aproximando-se de práticas discursivas típicas de estudos etnográficos e autobiográficos. Entretanto, de acordo com Swales (1990), o “Passo 1 – Reivindicando Centralidade” se caracteriza por enunciar a relevância do tema dentro do campo acadêmico, geralmente apresentando evidências de que o assunto investigado é amplamente estudado, debatido ou possui importância consolidada na área. Esse passo tem a função essencial de situar a pesquisa dentro de um contexto maior, demonstrando por que ela merece atenção da comunidade científica.

Como foi observado, no trecho extraído do texto MEA202203, no entanto, essa estratégia não é evidenciada, pois, em vez de apresentar justificativas baseadas na importância do tema para a academia, o autor inicia sua introdução enfatizando uma relação pessoal e subjetiva com o objeto de estudo. De tal forma, o foco recai sobre sua trajetória individual e as motivações autobiográficas que o levaram a desenvolver a pesquisa, mencionando sua orientação afetiva e sexual, bem como sua identidade de gênero. Essa abordagem desloca o eixo da argumentação da centralidade acadêmica para uma justificativa de ordem pessoal, o que justifica sua categorização como “Passo 1E – Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais” (tal recurso argumentativo será melhor detalhado nos próximos tópicos).

Ainda que essa estratégia possa ser uma forma legítima de introduzir o trabalho, ela não cumpre a função estabelecida pelo “Passo 1 – Reivindicando Centralidade”, pois não busca demonstrar, por meio de referências acadêmicas ou discussões teóricas, a relevância da pesquisa dentro do campo científico. Em vez disso, há uma ênfase na experiência do autor, destacando como seu interesse pelo tema se desenvolveu ao longo dos anos, especialmente durante a graduação. Portanto, à luz do modelo de Swales (1990), a ausência de uma justificativa acadêmica explícita e a ênfase em aspectos subjetivos fundamentam a recategorização desse trecho como o que denominamos de Passo 1E, evidenciando uma abordagem mais autoral e intimista na construção da introdução.

Nesse contexto, destacamos igualmente o documento MEA202302, no qual foi possível identificar uma situação análoga a esta:

MEA202302

Este trabalho percorre um grande caminho até essa escrita, o caminho das observações, das rodas de conversas, dos diálogos na comunidade, do meu corpo com marcas da colonialidade,

que sofreu com as tentativas de silenciamentos instrumento de um patriarcado que adentrou o mundo da aldeia se ancorando nos corpos masculinos e esses, por sua vez, reproduzem a violência em corpos femininos. Dos trabalhos acadêmicos que me propus a escrever na trajetória enquanto indígena, mulher e professora e principalmente desse lugar de questionar e questionar os processos históricos que vão escrevendo e definindo o lugar sociedade. Dissertar sobre a construção da pedagogia Truká e a ressignificação da escola vai me possibilitar um caminho de percepção da trajetória dessas indígenas mulheres na concretização das suas próprias pautas coletivas e individuais. Quando resolvi entrar no mestrado não conseguia imaginar o quanto desafiador é estar nesse espaço, e se manter nele. Sempre foi dito para mim nas diversas situações visíveis e invisíveis que este espaço não me cabia, o meu inconsciente sempre esteve à frente me dizendo que eu não sabia escrever ou o que escrevo não seria tão interessante assim. Quando entrei pela primeira vez em uma universidade foi no curso de licenciatura intercultural (2009 - 2013) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – campus Caruaru. Não foi difícil estar ali, porque eu não estava sozinha, éramos 16 Truká junto com 135 indígenas de outros povos. Sofremos com deslocamento, com a procura de hospedagem e até mesmo com os processos de estudo, aquele espaço parecia um tanto estranho para todas/os nós, o tempo foi nos colocando lugar e construindo a partir da nossa presença o processo de demarcação devido desse espaço.

Como se pode observar, o excerto analisado revela uma articulação entre o movimento estrutural acadêmico proposto por Swales e uma narrativa pessoal e subjetiva da pesquisadora, que assume simultaneamente o papel de protagonista da experiência investigada e autora da reflexão teórica. Embora o texto reivindique a centralidade do tema ao abordar questões como colonialidade, gênero, educação indígena e epistemologias marginalizadas, tal reivindicação não se constrói apenas a partir do aparato técnico-científico tradicional, mas emerge da vivência encarnada da autora-pesquisadora. Entretanto, diferentemente do texto MEA202203, analisado anteriormente, o excerto em questão cumpre a função de reivindicar a centralidade do tema a partir da problematização das experiências concretas da pesquisadora no campo, marcadas por processos de colonialidade, silenciamento e resistência enquanto mulher indígena. Entendemos que a partir desse percurso pessoal, a autora propõe uma reflexão crítica sobre os processos históricos que delimitam os lugares sociais e epistêmicos das populações indígenas, com atenção particular às mulheres indígenas em contextos educacionais. Nesse sentido, a narrativa posiciona a construção da pedagogia Truká e a ressignificação da escola não apenas como uma questão institucional, mas como uma pauta de afirmação de sujeitos historicamente marginalizados. Diante disso, defendemos que o trecho em análise introduz a temática com ênfase em sua relevância social, política e epistêmica, ancorando a discussão em uma trajetória de vida que denuncia estruturas de exclusão e sugere

caminhos de transformação.

Por outro lado, o trecho anteriormente analisado, embora também utilize o recurso textual dos elementos autobiográficos, não reivindica a centralidade do tema em termos sociais ou políticos. Nele, a ênfase recai sobre aspectos pessoais ligados à identidade de gênero e à orientação sexual da autora, estabelecendo uma relação subjetiva com o objeto de pesquisa, sem articular diretamente essas vivências a processos históricos, institucionais ou coletivos. Assim, sua construção textual não delimita o campo problemático como uma questão social compartilhada, mas como uma experiência individual que atravessa sua trajetória acadêmica.

De igual modo, o texto MEA202403 também estabelece o território da pesquisa, apresentando o contexto pessoal do pesquisador como elemento-chave.

MEA202403

A presente dissertação é fruto da pesquisa de um indígena Tapeba, que se descobriu como ser indígena durante o percurso no ensino médio, final da adolescência e início da juventude. Tendo como forma de ingresso na militância do movimento indígena a participação no momento comemorativo de quinhentos anos da chegada dos portugueses ao litoral brasileiro, no ano 2000, na praia de Coroa Vermelha na Bahia, nesta ocasião, tive meu corpo marcado por bala de borracha e bomba de gás, e, para nós indígenas, o momento era de lutar por “Outros 500 anos”.

Observa-se que o autor, indígena Tapeba, utiliza sua trajetória pessoal como ponto de partida para a construção do campo de pesquisa. Ele narra seu processo de autodescoberta identitária durante a juventude e sua entrada no movimento indígena, especialmente em um momento simbólico, a manifestação pelos “Outros 500 anos”. Ao relatar experiências pessoais de luta e resistência, o pesquisador não apenas contextualiza o tema, mas posiciona sua própria experiência como elemento legítimo de acesso ao campo. Esse primeiro movimento, portanto, funciona como um mecanismo de aproximação e legitimação, evidenciando a relevância histórica e social do povo Anacé frente ao avanço de grandes empreendimentos econômicos, articulando outras temáticas além de sua vivência pessoal.

5.2.2 Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos

De acordo com Swales (1990), o “Passo 2 – Fazendo generalizações de tópicos” consiste na apresentação de informações gerais sobre o tema da pesquisa, fornecendo um panorama do conhecimento já produzido na área. Esse passo pode incluir discussões sobre tendências, abordagens teóricas, lacunas no conhecimento e relevância do assunto dentro do campo acadêmico. Sua principal função é estabelecer um contexto mais amplo para a investigação, situando o estudo dentro de um quadro conceitual e demonstrando sua conexão com debates já existentes. No gênero introdução de dissertação de mestrado, esse passo é essencial para orientar o leitor, pois oferece um percurso inicial que conduz à delimitação do problema de pesquisa. Além disso, ao organizar informações de forma progressiva, ele contribui para a construção de um encadeamento lógico entre a justificativa do estudo e os objetivos propostos.

Biasi-Rodrigues (1998), ao aprofundar a análise da estrutura retórica da introdução em textos acadêmicos, ressalta que esse passo pode variar em termos de extensão e grau de detalhamento, dependendo do contexto disciplinar e das escolhas discursivas do autor. De acordo com Swales (1990), em algumas introduções, as generalizações de tópicos aparecem como uma revisão sintética da literatura, destacando ponto-chaves que sustentam a relevância do estudo. Em outros casos, esse passo pode se sobrepor a elementos do “Passo 1 – Reivindicando Centralidade”, especialmente quando o autor utiliza dados ou referências para reforçar a importância do tema. No entanto, diferentemente do “Passo 3 – Ocupando o Nicho”, que estabelece diretamente a contribuição do estudo, o Passo 2 mantém um tom mais panorâmico, funcionando como uma transição entre a justificativa inicial e a explicitação do problema de pesquisa.

De tal modo, o “Passo 2 – Fazendo Generalizações de Tópicos” apareceu nas introduções analisadas de forma fragmentada, distribuindo-se não apenas no início dos textos, mas também em trechos intermediários. Essa ocorrência entrecortada sugere uma flexibilidade na estrutura retórica das introduções, possivelmente influenciada pelo estilo do autor e pela natureza do estudo. Em alguns casos, a organização do texto não seguiu a

linearidade tradicional proposta por Swales (1990), resultando em uma apresentação menos evidente desse passo.

Nos 22 textos analisados, identificamos 18 ocorrências do Passo 2. No entanto, essas ocorrências não correspondem necessariamente a 18 textos distintos, pois contabilizamos todas as vezes em que o Passo 2 aparece, mesmo que ocorra múltiplas vezes dentro de um mesmo texto. Dessa forma, na prática, o Passo 2 esteve ausente em 7 dos 22 textos analisados: MEA202104, MEA202201, MEA202202, MEA202206, MEA202303, MEA202402 e MEA202403. Essa distribuição sugere que, embora o Passo 2 seja amplamente recorrente, sua presença não é obrigatória em todos os textos analisados. Esse dado reforça a observação de Biasi-Rodrigues (1998), segundo a qual a estruturação dos Passos pode variar conforme as estratégias discursivas adotadas pelos autores, resultando em variações tanto na presença quanto na forma de realização do Passo dentro do Movimento 1.

Além disso, observamos que, em determinadas introduções, o Passo 2 esteve diluído, sendo substituído por elementos mais subjetivos, como experiências pessoais dos pesquisadores. Em outros casos, sua presença foi tão sutil que se tornou difícil determinar se realmente havia uma generalização de tópicos ou se o trecho analisado correspondia a uma narrativa etnográfica ou a reflexões baseadas em observações sem fundamentação teórica explícita. Essa dificuldade de identificação pode estar relacionada ao tom mais intimista adotado por alguns autores, como já observamos, que optaram por estruturar suas introduções de forma menos formal e mais exploratória, desviando-se do modelo retórico tradicional das introduções acadêmicas.

Destacamos, como exemplo, um trecho de uma dessas introduções em que foi difícil identificar qual Passo da teoria de Swales (1990) estava presente. Essa dificuldade evidencia possíveis desafios na estruturação do texto acadêmico e na aplicação dos movimentos retóricos previstos pelo autor.

MEA202104

Nessa condição para a sobrevivência diária, os estudos acadêmicos e outras atividades que precisam de investimento, como mostra este trabalho nem sempre configuram a prioridade dos moradores, haja vista a necessidade de encontrar meios para a própria subsistência. Por outro lado, sendo cidades interioranas, as suas habitantes se encontravam numa situação de carência tanto de instituições públicas quanto de privadas. O quadro se agrava mais com a

falta de profissionais qualificados naquela altura, o que tinha implicações negativas quanto ao acesso de quase todas as instituições tanto educacionais, de saúde e de outra natureza para referida população. O que motivava mais a esperança que, em algum momento da história, aquelas precariedades institucionais e sociais sejam amenizadas. Foi nesse contexto espacial, econômico e social onde se instalou um ambicioso projeto de criar uma Universidade Federal de Integração Internacional, tendo como foco principal a cooperação com os Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e o Timor Leste. O referido projeto ambicionava contribuir na redução da desigualdade social e no desenvolvimento da região do Maciço do Baturité por meio do Ensino Superior (UNILAB, 2010).

Embora tenhamos categorizado este trecho como Passo 1, houve certa dificuldade nesse processo, pois algumas informações apresentadas pelo autor podem, à primeira vista, ser interpretadas como parte do Passo 2. Essa ambiguidade ocorre devido à maneira como o autor estrutura suas ideias, o que exige uma análise mais cuidadosa para determinar com precisão em qual etapa cada informação se encaixa. A distinção entre os passos, portanto, não é totalmente clara. No entanto, categorizamos esse trecho como pertencente ao “Passo 1 – Reivindicando Centralidade”, pois entendemos que o autor ainda está enfatizando a relevância do tema de sua pesquisa, em vez de apresentar informações gerais sobre o campo de estudo ou realizar generalizações de tópicos, conforme definido por Swales (1990). Porém, o foco principal do trecho está na construção de um contexto que justifica a importância da investigação, destacando desafios estruturais enfrentados pelas comunidades interioranas e a carência de instituições públicas e privadas na região. Essa abordagem reforça a necessidade da pesquisa dentro de um panorama mais amplo, alinhando-se à função central do Passo 1, que é demonstrar a pertinência do estudo e legitimar sua realização dentro do discurso acadêmico.

Ainda que o autor mencione aspectos relacionados às cidades interioranas e à ausência de infraestrutura adequada, tais informações não configuram uma generalização de tópicos no sentido proposto por Swales (1990). Isso porque no “Passo 2 – Fazendo Generalizações de Tópicos”, o autor deveria apresentar um panorama mais amplo da área de estudo, com informações que extrapolam o contexto específico da pesquisa, baseando-se em tendências, debates acadêmicos ou literatura consolidada sobre o tema. No entanto, no trecho analisado, os dados apresentados refletem uma contextualização específica do objeto de estudo, sendo organizados de modo a justificar a centralidade do problema investigado. Além disso, o trecho culmina na apresentação do projeto da Universidade Federal de Integração

Internacional, UNILAB, reforçando a relevância social e acadêmica da pesquisa, o que confirma sua inserção no Passo 1 em vez de no Passo 2.

Outro aspecto observado em nossas análises foi a ocorrência do Passo 2 apresentadas de forma abrupta ou superficial, comprometendo a precisão e a profundidade da argumentação. Um exemplo disso pode ser visto a seguir:

MEA202101

A temática da autoinscrição se conecta aos modos como se demarcam a noção de pessoa presente na moda afro, na figura das produtoras de uma rede colaborativa, que mapeio, de produção e comércio de indumentárias. A rede da moda afro, em Fortaleza, comporta em suas auto-inscrições um espaço de mobilização de signos de negritude derivados das pessoas negras, que se posicionam e se situam, por isso, a partir de uma perspectiva afrocentrada, conforme discutido por Asante (2016).

Desse modo, o trecho apresentado, embora categorizado como “Passo 2 - Generalizações de Tópicos”, não cumpre totalmente essa função conforme descrito por Swales (1990), pois não estabelece um panorama amplo e fundamentado sobre o campo de estudo antes de se concentrar em um recorte específico. No modelo de organização textual proposto por Swales (1990), esse passo exige que o autor apresente uma visão geral do tema, destacando tendências, debates e desenvolvimentos relevantes na área, a fim de contextualizar a pesquisa dentro de um quadro teórico mais abrangente.

No entanto, a formulação dada inicia diretamente com um recorte particular — a rede colaborativa de moda afro em Fortaleza — sem fornecer uma contextualização mais ampla sobre a temática da autoinscrição, seus principais conceitos e como esse fenômeno tem sido abordado em estudos anteriores. Além disso, o trecho não mobiliza um conjunto diversificado de referências acadêmicas que sustentem a generalização necessária para esse momento do texto. A menção a Asante (2016), embora relevante, aparece de forma restrita, sem situar sua contribuição dentro de um panorama maior da literatura sobre afrocentrismo e autoinscrição. Para cumprir integralmente o propósito do Passo 2, seria necessário apresentar um mapeamento mais extenso das pesquisas que discutem esses conceitos, demonstrando a evolução do debate e as diferentes abordagens teóricas que dialogam com a análise proposta.

Ademais, outro aspecto que compromete a efetividade do trecho como um exemplo adequado de generalização de tópicos é a ausência de uma construção argumentativa que articule de maneira mais explícita as conexões entre os conceitos discutidos. A afirmação de que a autoinscrição se manifesta na moda afro por meio da rede colaborativa não é precedida por uma problematização mais ampla que introduza o tema e suas implicações teóricas. Dessa forma, o trecho já antecipa uma especificidade da pesquisa sem antes demonstrar como o conceito de autoinscrição tem sido discutido de maneira mais geral no campo acadêmico.

Assim, defendemos que para que essa passagem cumpra plenamente a função de generalização de tópicos dentro da estrutura textual proposta por Swales (1990), seria necessário expandi-la, inserindo um panorama mais amplo sobre a relação entre autoinscrição e práticas culturais, mobilizando um repertório mais extenso de referências e estabelecendo uma linha argumentativa que conduza do geral para o particular. Isso permitiria ao leitor compreender melhor o contexto da pesquisa antes de ser introduzido ao recorte específico da análise.

Nesse mesmo texto, após empregar outros Movimentos e Passos propostos por Swales (1990), o autor da introdução retoma o processo de generalização de tópicos. Essa retomada pode indicar um esforço para reforçar o panorama conceitual previamente estabelecido, ampliando a contextualização do tema ou articulando novas conexões com debates mais abrangentes. A reincidência desse passo sugere, ainda, a possibilidade de que o autor esteja buscando reafirmar a relevância do objeto de estudo ou introduzir novas perspectivas que sustentem a argumentação subsequente.

MEA202101

O afroempreendedorismo pode ser lido de maneira semelhante ao que dispõe Carneiro da Cunha (2001) a respeito do uso de citações culturais, como meio de estipular traços diacríticos próprios a determinados grupos, como forma de reiterar afirmativamente e traduzir a grupos exógenos seus modos de existência, bem como promover pontes entre pares. Assim como tal categoria pode ser percebida como uma indigenização da diferença, de acordo com o proposto por Sahlins (1997) sobre a ressignificação de socialidades tidas como marginais introduzidas no seio do capitalismo tardio, em que se produzem respostas singulares e plurais na direção contrária à contaminação, por assim dizer, produzida por esse modelo. A moda afro se capilariza, ainda, conectando pontos na cidade de Fortaleza, mas também em países

africanos, como Beni, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e Cabo Verde, de sorte que se estabelecem diálogos entre os sentidos de negritude instituídos entre pessoas negras de modo assemelhado e diverso, tornando o panorama a respeito dos temas abordados mais amplo e rico, além de ser um elemento constituinte da seara da moda afro as constantes relações entre pessoas negras em várias partes do mapa. Dessa forma, entram também como elementos constitutivos dessa rede as noções de itinerância e mobilidade, na medida em que se faz necessário que as afroempreendedoras permaneçam em constante movimento em busca de matérias-primas em vários locais e com várias pessoas fornecedoras, concomitantemente à formação contínua de alianças para acessar percursos de compra-venda e também para fortalecimento mútuo entre as/os partícipes e colaboradores na/da rede.

O trecho analisado se mostra mais alinhado ao “Passo 2 – Generalizações de Tópicos”, conforme proposto por Swales (1990), do que o anteriormente discutido, pois cumpre de maneira mais eficaz a função de situar o tema em um contexto amplo antes de avançar para recortes específicos. Uma das características centrais desse passo é a necessidade de apresentar um panorama geral sobre o assunto, estabelecendo conexões com debates teóricos relevantes e evidenciando sua inserção em um campo mais abrangente de estudos.

Neste caso, a discussão do afroempreendedorismo não se restringe a um contexto local imediato, mas é posicionada dentro de uma estrutura conceitual mais ampla, mobilizando referências teóricas como Carneiro da Cunha (2001) e Sahlins (1997). Ao conectar o afroempreendedorismo com a ideia de citações culturais e a indigenização da diferença, o autor estabelece um arcabouço teórico que permite ao leitor compreender como esse fenômeno se insere em dinâmicas sociais, culturais e econômicas mais extensas. Essa abordagem é fundamental para o Passo 2, pois fornece uma visão de conjunto que antecede a especificação do problema de pesquisa.

Além disso, o trecho amplia a escala da discussão ao apontar para as conexões da moda afro não apenas em Fortaleza, mas também em países africanos, destacando a capilaridade desse fenômeno e suas implicações transnacionais. Essa estratégia contribui para reforçar a legitimidade e a relevância do tema ao demonstrar sua presença em diferentes contextos e sua articulação com fluxos globais de mercadorias, significados e relações sociais. Diferentemente do primeiro trecho analisado, que rapidamente se direcionava a um recorte específico sem estabelecer um contexto mais amplo, este texto constrói um percurso argumentativo mais consistente, conduzindo do geral para o particular.

Outro aspecto que fortalece a adequação desse trecho ao Passo 2 é a maneira como ele incorpora noções de itinerância e mobilidade, situando-as como elementos estruturantes da rede de afroempreendedoras. Esse movimento evita uma delimitação precoce do fenômeno e, ao contrário, amplia sua compreensão dentro de uma dinâmica mais complexa. Essa construção reforça a ideia de que a generalização de tópicos não se trata apenas de apresentar um conceito de forma isolada, mas de articulá-lo com diferentes perspectivas e debates teóricos que sustentam sua relevância.

Dessa forma, o trecho mostra-se mais alinhado ao que Swales (1990) propõe, pois oferece uma introdução mais robusta ao tema, contextualizando-o teoricamente, ampliando seu escopo e evitando um recorte prematuro que limitaria a compreensão do fenômeno.

Além desse texto, há ainda outros dois exemplos que apresentam o Passo 2 de forma diluída: os textos MEA202102, MEA202105 e MEA202203. Estes incorporam as teorias características desse passo entre outros Movimentos e Passos no decorrer do texto, o que dificulta a categorização precisa. No entanto, optamos por classificá-los como parte do Passo 2, considerando tanto suas funções no discurso quanto a provável intenção dos pesquisadores ao estruturá-los dessa maneira. Essa escolha se baseia na identificação de elementos-chave que correspondem às características do Passo 2, ainda que distribuídos de forma menos explícita ao longo dos textos.

Nesse mesmo contexto de introduções que não apresentam o “Passo 2 – Generalizações de Tópicos”, de maneira totalmente prototípica, mas que, ainda assim, foram categorizadas dentro desse passo devido à sua função discursiva no texto, podemos destacar os seguintes trechos:

MEA202103

O “movimento” é o termo êmico empregado para se referir ao coletivo social organizado na capital cearense. Procuro trabalhar, em pormenor, a dinâmica política e as nem sempre evidentes articulações a ela subjacentes, no que diz respeito a elaboração de políticas públicas junto ao Estado, ente legitimamente constituído.

MEA202205

Para os meus interlocutores, a discussão em torno do tribalismo não é de hoje, visto que ela é uma problemática que ganhou força desde o primeiro golpe do Estado de 1980 que separou a

Guiné-Bissau e Cabo Verde e deu a origem à abertura democrática em 1994, ano da realização da primeira eleição legislativa e presidencial na Guiné-Bissau e seu uso e visibilidade nos processos eleitorais se extrapolou na eleição de 2019-2020, assim como também nas convivências guineenses que possuem alguns aspectos muito fortes e são vistas de uma forma naturalizada (tabu).

MEA202106

O município de Horizonte está localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, aproximadamente 43 km de distância da capital. A comunidade quilombola de Alto Alegre foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2005. Sobre a temática ver Santos (2012) e Ferreira (2017). 3 A comunidade Quilombola de Bastiões está localizada no município de Iracema, na mesorregião do Vale do Jaguaribe, aproximadamente 304 km de distância da capital, Fortaleza. Ver Silva (2016). 21 Portanto, para Souza (2016), a luta quilombola é histórica e política haja vista que se busca assegurar por intermédio de uma atuação —político-organizativa a sua sobrevivência física, social e cultural em meio a cenários historicamente adversos (SOUZA, 2016). Esse percurso de resistência quilombola tem sido construído ao longo dos séculos na perspectiva de enfrentar as forças hegemônicas, principalmente nos períodos do Brasil Colônia e Império, onde se empreendeu esforços na tentativa de erradicar as estratégias de resistência ao escravismo traçadas pelos povos africanos em condição cativa, tanto no plano individual como coletivo.

MEA202301

Operada e ressignificada a partir de mecanismos simbólicos, morais, culturais e reguladores, a sociedade brasileira carrega consigo um histórico estrutural de desigualdades e de problemas sociais críticos que afetam sua massa populacional. Nesta, refiro-me às ditas "minorias", que opto por sinalizá-las como populações/grupos sociais subalternizados historicamente, especialmente a população transgênero. Ainda sobre a amplitude e a força política que o tema da transgeneridade vêm ganhando nos últimos anos, destaca-se, também, a interlocução da academia com os movimentos sociais que pautam e reivindicam demandas e direitos humanos para essa população.

Embora esses exemplos atendam parcialmente aos critérios estabelecidos por Swales (1990), eles apresentam certas limitações em sua formulação, seja pela falta de um panorama mais amplo sobre o campo de estudo, seja pela ausência de referências teóricas diversificadas, seja pela maneira como estruturam a relação entre o tema específico e o contexto acadêmico mais abrangente.

5.2.3 Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores

O “Passo 3 – Revendo itens de pesquisas anteriores”, do “Movimento 1 – Estabelecimento do Território”, segundo Swales (1990), é um elemento essencial para a introdução de trabalhos acadêmicos, pois permite situar a pesquisa no contexto do conhecimento já produzido. Esse passo tem como função demonstrar a relevância do estudo ao estabelecer um diálogo com investigações anteriores, identificando tendências, lacunas e contribuições relevantes para a área. No contexto das introduções de dissertações de mestrado do Programa de Antropologia da UNILAB, o Passo 3 deve refletir o caráter interdisciplinar da Antropologia, integrando referências de diferentes tradições teóricas e metodológicas. A partir dessa revisão, o pesquisador não apenas legitima sua investigação dentro da comunidade acadêmica, mas também justifica a necessidade de seu trabalho ao apontar como ele se insere no panorama das pesquisas já desenvolvidas na área.

Além da formulação original de Swales (1990), outros estudiosos exploraram esse aspecto da organização retórica dos textos acadêmicos, como Biasi-Rodrigues (1998), que analisou a estrutura de resumos acadêmicos, e Andrade e Mesquita (2016), que aplicaram o modelo CARS à introdução de relatórios de estágio supervisionado. Ambos os estudos evidenciam que o Passo 3 pode aparecer com variações na estrutura composicional do texto, dependendo do gênero e do contexto discursivo em que é utilizado. No caso das dissertações de mestrado em Antropologia na UNILAB, é esperado que esse passo cumpra um papel central na construção da argumentação científica, destacando tanto os debates clássicos quanto as perspectivas emergentes no campo. Assim, a presença do Passo 3 na introdução é fundamental para consolidar a base teórica do estudo e para articular a relação entre o objeto de pesquisa e o conhecimento acumulado na disciplina.

No entanto, dos 22 textos analisados, nove introduções não apresentam o Passo 3 – Revendo itens de pesquisas anteriores. Embora tenham sido contabilizadas quinze ocorrências desse passo, elas aparecem mais de uma vez em dois textos, indicando que a revisão de pesquisas anteriores pode ser retomada em diferentes momentos da introdução. Os textos que não apresentam esse passo são: MEA202101, MEA2022103, MEA202105 e MEA202107, MEA202205, MEA202206, MEA202305, MEA202402 e MEA202403 o que sugere variações na organização retórica das introduções analisadas e possíveis lacunas na

ancoragem teórica dos estudos.

Nessa perspectiva, a ausência do “Passo 3 – Revendo itens de pesquisas anteriores”, conforme proposto por Swales (1990), pode comprometer significativamente a estrutura da introdução, uma vez que esse passo desempenha um papel essencial na construção do espaço retórico da pesquisa. Segundo Swales (1990), o “Movimento 1 – Estabelecimento do Território” deve não apenas introduzir a temática do estudo, mas também demonstrar como ela se insere no conhecimento já consolidado na área. Sem a revisão de pesquisas anteriores, o texto pode carecer de um embasamento teórico explícito, dificultando a justificativa da pesquisa e a identificação da lacuna que ela pretende preencher (Swales, 1990).

Ao retomarmos o estudo de Andrade e Mesquita (2016), os quais reforçam essa perspectiva, ao aplicarem o modelo CARS na análise de introduções de relatórios de estágio supervisionado, percebemos que a ausência desse passo pode prejudicar a profundidade do texto. Isso porque, como é destacado pelos autores, a falta de um mapeamento claro da literatura pode levar à fragmentação argumentativa, tornando menos evidente a relevância do estudo e sua contribuição para a área. Além disso, Biasi-Rodrigues (1998), ao analisar resumos acadêmicos, observa que a retomada de pesquisas anteriores é um dos elementos fundamentais para legitimar um estudo dentro da comunidade científica. Dessa forma, a ausência do Passo 3 nos textos pode indicar uma fragilidade argumentativa nessas introduções, dificultando a construção de um espaço retórico eficaz para a pesquisa.

De igual modo, os textos que apresentam o “Passo 3 – Revendo itens de pesquisas anteriores” de maneira sintetizada, com poucas informações, podem ser considerados insuficientes ou até mesmo ineficazes no cumprimento do propósito deste passo. A revisão de pesquisas anteriores deve permitir ao leitor compreender o estado da arte sobre o tema, identificando debates relevantes, consensos e lacunas que justificam a nova investigação (Swales, 1990). Quando essa etapa é reduzida a poucas referências ou apresentada de forma superficial, a introdução perde em consistência argumentativa, tornando-se pouco prototípica e comprometendo a inserção do estudo no campo científico. A exemplo dessa limitação, destacamos dois textos que, embora mencionem pesquisas anteriores, o fazem de modo reduzido e sem aprofundamento analítico.

MEA202102

Ao analisar o estudo de gênero, sexualidade e raça percebi que não é algo novo para a antropologia, tão pouco a análise sobre lazer e cidade; há diversos trabalhos, sejam eles nacionais ou não, sobre os temas que se tornam cada vez mais importantes, dentro de um conhecimento antropológico, com a proposta de estar atento às demandas discursivas no mundo atual.

Como podemos observar, o trecho apresentado não cumpre de maneira eficaz a função retórica do “Passo 3 – Revendo itens de pesquisas anteriores”, conforme proposto por Swales (1990), pois não apresenta uma revisão estruturada e fundamentada da literatura acadêmica. Swales (1990) destaca que esse passo deve oferecer um panorama do conhecimento já produzido, situando a pesquisa em relação a estudos anteriores de maneira explícita e analítica. No entanto, o trecho analisado apresenta apenas uma afirmação genérica sobre a existência de pesquisas na área, sem mencionar autores, obras ou abordagens específicas, o que dificulta a compreensão do leitor sobre quais são esses estudos e de que forma dialogam com a pesquisa em questão.

Além disso, a argumentação vaga e a ausência de referências comprometem a função do Passo 3 de estabelecer conexões diretas com a literatura acadêmica e de identificar lacunas a serem preenchidas. Embora, nós tenhamos categorizado o trecho dentro deste passo, com base na provável intenção do autor, que parece buscar situar sua pesquisa no contexto acadêmico já existente o trecho analisado falha em cumprir a função retórica esperada para esse passo, tornando-se pouco prototípico dentro da estrutura de introduções acadêmicas eficazes.

Além deste, destacamos outro trecho cujo autor não fez o aprofundamento necessário:

MEA202301

Não diferente, observa-se o papel da ciência enquanto agência de contribuição ao desenvolvimento social e político das sociedades, além disso, percebe-se o esforço de pesquisadores/as e de acadêmicos/as de diversas áreas, em especial das áreas de ciências humanas, sociais e da educação na contribuição desse jogo político que gera debates, embates, avanços e novas perspectivas sobre o tema em questão. No caso das ciências humanas, de onde falo com um pouco mais de propriedade por ter tido uma formação-base e agora em especial na antropologia, tem-se percebido a crescente presença de debates públicos e de

produções científicas sobre o tema da transgeneridade numa perspectiva humanizadora, indo numa espécie de contramão do que as ditas ciências duras (médicas e biológicas) já produziram e afirmaram sobre o tema. Nesse percurso, é possível perceber, por exemplo, que as ciências sociais, e mais especificamente a antropologia, têm se esforçado para produzir narrativas outras que emergem a partir das relações, ou seja, buscando compreender a transgeneridade enquanto uma questão social, política e cultural, que compreende relações humanas, subjetivas e sociais, e não perspectivas naturalizantes, desde a biologia e a medicina que outrora definiram-na como patologia.

Como pode-se perceber, o trecho analisado apresenta algumas limitações que comprometem sua adequação na construção de uma introdução bem estruturada. Em primeiro lugar, observa-se que o texto introduz uma discussão relevante sobre o papel das ciências humanas, particularmente da Antropologia, na construção de narrativas sobre a transgeneridade. Contudo, essa argumentação não se ancora explicitamente em referências acadêmicas que sustentem as afirmações feitas. Segundo Swales (1990), um dos aspectos essenciais do Movimento 1, Passo 3 é a apresentação de um panorama da literatura científica existente, por meio da citação direta de autores e estudos relevantes. No caso do trecho analisado, a menção a um crescente debate público e científico sobre a transgeneridade na Antropologia não é acompanhada por referências concretas, o que fragiliza a argumentação.

Além disso, a revisão da literatura deve articular diferentes perspectivas e abordagens sobre o tema, de modo a fornecer uma visão estruturada do campo de estudo. Como aponta Bazerman (2009), um dos desafios na escrita acadêmica é organizar a apresentação das pesquisas anteriores de forma coerente, demonstrando como se articulam e dialogam entre si. No trecho analisado, há uma contraposição entre as ciências humanas e as chamadas “ciências duras”, mas essa distinção é feita de forma ensaística, sem mobilizar estudos que sustentem essa dicotomia ou exemplifiquem o tratamento da transgeneridade nesses diferentes campos do conhecimento.

Outro aspecto que merece atenção é a progressão argumentativa do trecho. Como demonstrado por Bhatia (1993), introduções acadêmicas eficazes apresentam um encadeamento lógico de ideias, conduzindo o leitor da apresentação geral do tema até a problematização específica. No caso do texto analisado, há uma introdução ao papel das Ciências Humanas e Sociais na discussão da transgeneridade, seguida de uma valorização da Antropologia nesse debate. Entretanto, a construção discursiva ocorre de forma mais

argumentativa do que expositiva, aproximando-se de um estilo ensaístico e menos de uma revisão sistemática da literatura.

Por fim, a presença de um tom pessoal na escrita, como em “de onde falo com um pouco mais de propriedade”, pode comprometer a objetividade exigida na revisão da literatura. Embora a antropologia reconheça a Reflexividade como elemento metodológico importante, como já explicamos, em uma introdução acadêmica, pensamos ser fundamental que a revisão seja estruturada a partir da literatura existente, e não baseada na experiência individual do autor.

Defendemos que para que o trecho analisado se alinhe melhor ao Movimento 1, “Passo 3: Revendo itens de pesquisas anteriores”, seria necessário incluir referências diretas a pesquisas acadêmicas sobre transgeneridade na Antropologia, estruturar a revisão de forma mais sistemática e evitar subjetividades que possam comprometer a objetividade científica.

Em nossa análise do “Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores”, observamos que, em algumas das introduções examinadas, essa função retórica não ocorre imediatamente após o “Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos”, como é proposto no modelo de Swales (1990). Essa variação na estrutura sugere diferentes estratégias discursivas adotadas pelos autores, possivelmente para alinhar a revisão da literatura à construção argumentativa e às especificidades de cada pesquisa.

No texto MEA202104, identificamos que o Passo 3 ocorre apenas após o uso do Movimento 3 e do passo de anúncio da pesquisa, conforme destacado no Quadro 10, abaixo.

Quadro 10 – Descrição sintetizada dos Movimentos e Passos encontrados na introdução MEA202104

EA202104	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para	O estudo analisa o processo de interiorização do ensino superior no Ceará e seus impactos sociais. Descrição das localidades e história dos municípios de Acarape e Redenção, focando na emancipação política e sua importância histórica. Argumenta sobre as dificuldades enfrentadas pelos moradores do Maciço de Baturité, relacionando a criação da UNILAB com o desenvolvimento regional e a cooperação com os PALOP e Timor-Leste.
	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1C - Levantamento de questões	Apresenta questões sobre a recepção da UNILAB em Acarape e Redenção, discutindo a convivência entre estudantes africanos e brasileiros e as contradições da interiorização do ensino superior.

	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1A - Delineando os propósitos	A pesquisa busca compreender as transformações sociais e econômicas trazidas pela UNILAB.
		Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	Explicação detalhada sobre os aspectos metodológicos da pesquisa.
	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores	O pesquisador relata outras pesquisas etnográficas que têm relação com seu trabalho
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	Explicação adicional sobre os procedimentos para coleta de dados.
		Passo 3 - Indicando a estrutura da dissertação	A dissertação é dividida em três capítulos: histórico da universidade, impactos econômicos e tensões socioculturais.
		Passo 2 - Anunciando as principais conclusões	Conclui que o foco na expansão e interiorização do ensino superior não considerou adequadamente a adaptação dos antigos moradores à nova realidade.

Fonte: elaboração própria.

Esse deslocamento pode indicar que o autor, ao apresentar seu estudo, percebeu a necessidade de inserir um parágrafo de revisão de literatura, talvez como um ajuste posterior à estrutura inicial da introdução. Essa inserção tardia sugere que a revisão das pesquisas anteriores não foi planejada como um elemento fundamental para estabelecer o território da pesquisa, mas sim como um complemento à explicação do próprio trabalho, o que pode comprometer a progressão discursiva esperada segundo Swales (1990).

Já no texto MEA202105, o Passo 3 ocorre somente após a terceira ocorrência do Passo 2, situando-se próximo ao final da introdução.

Quadro 11 – Descrição sintetizada dos Movimentos e Passos encontrados na introdução MEA202105

EA20210 5	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 1 - Reivindicando centralidade	A pesquisa explora as experiências de mulheres negras no ensino superior em Redenção-CE, destacando as interseções entre gênero, raça e o impacto da UNILAB.
		Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos	Adota uma abordagem antropológica para compreender as trajetórias das mulheres negras universitárias e suas percepções sobre gênero, opressão e marginalização.

	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais	A pesquisa é motivada pelo engajamento da autora nas lutas feministas e antirracistas, sublinhando a necessidade de mulheres negras ocuparem espaços acadêmicos.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1A - Delineando os propósitos	A pesquisa busca compreender como jovens mulheres negras acessam o ensino superior e como esse acesso influencia suas lutas por igualdade.
	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos	A presença de mulheres negras na universidade rompe com uma história de exclusão imposta pelo racismo estrutural e evidencia, a partir de uma perspectiva decolonial e interseccional, o potencial transformador do feminismo negro na luta por direitos, políticas públicas e justiça social.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1A - Delineando os propósitos	A presente pesquisa indaga como o acesso e a permanência na universidade impactam a trajetória de mulheres negras, permitindo que, ao me deixar afetar por suas narrativas, possamos construir juntas conhecimentos sobre racismo, preconceito e desigualdade social.
	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1C - Levantamento de questões	Esta pesquisa questiona até que ponto a vida de mulheres negras é valorizada em uma sociedade que, mesmo após o colonialismo, perpetua práticas racistas por meio da omissão do Estado e da manutenção de hierarquias de gênero e raça.
		Passo 1B - Indicando uma lacuna	Reflexão sobre a falta de políticas públicas eficazes e o reconhecimento do racismo estrutural na educação.
		Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais	A partir de vivências pessoais, diálogos com interlocutoras e do ingresso na UNILAB, esta pesquisa reflete sobre como mulheres negras ressignificam suas trajetórias por meio da educação superior, enfrentando o racismo estrutural e construindo, pela antropologia, uma visão crítica sobre gênero, raça e pertencimento no contexto local e transnacional.
	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos	O olhar e a escuta são instrumentos fundamentais na antropologia, especialmente para compreender, a partir de uma perspectiva crítica de gênero, como as experiências de mulheres negras no ensino superior revelam construções sociais que perpetuam desigualdades e relações de poder.
		Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores	Refletir sobre gênero na academia a partir das vivências de mulheres negras é um gesto político e epistemológico que revela as intersecções entre raça, classe e gênero, denunciando a exclusão histórica dessas mulheres pelo Estado e reivindicando seu lugar como produtoras de conhecimento e resistência.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	Esta pesquisa qualitativa, realizada durante a pandemia, articula teoria decolonial, interseccionalidade e etnografia para dar visibilidade às narrativas de mulheres negras universitárias, revelando suas

			experiências, resistências e produções de conhecimento a partir de seus lugares de fala.
		Passo 3 - Indicando estrutura da dissertação	A dissertação estrutura-se em cinco capítulos que percorrem desde os fundamentos metodológicos e teóricos até a apresentação das narrativas e reflexões de mulheres negras sobre acesso à universidade, destacando o papel da educação superior como marcador de resistência frente às opressões estruturais.

Fonte: elaboração própria.

Esse posicionamento sugere que o autor optou por apresentar sucessivas generalizações sobre o tema antes de inserir a revisão da literatura, intercalando esse passo no meio de outros movimentos. Além disso, após apresentar algumas pesquisas relevantes, o autor recorre ao Movimento 3 para anunciar sua pesquisa e finaliza a introdução com a apresentação da estrutura da dissertação. Esse deslocamento pode indicar que o autor viu a revisão da literatura como um elemento secundário na construção do território da pesquisa ou que sua estratégia foi a de manter uma progressão argumentativa focada na construção de um panorama mais amplo antes de situar sua investigação em relação aos estudos anteriores.

No caso do texto MEA202107, identificamos que a ocorrência do Passo 3 se dá após o Passo 1E do Movimento 2, um fenômeno que nomeamos dessa maneira ao percebermos que os autores faziam uso recorrente desse recurso, possivelmente influenciados pela teoria da Reflexividade.

Quadro 12 – Descrição sintetizada dos Movimentos e Passos encontrados na introdução MEA202107

EA20210 7	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para	A pesquisa investiga a caça como ferramenta de autoafirmação étnica para o povo indígena Kanindé.
		Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos	Reflete sobre como a identidade indígena se fortalece através da relação com o território e a luta pelo direito às terras tradicionais.
	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais	O estudo é pessoal e histórico, misturando a vivência do autor como indígena e caçador, contribuindo para o conhecimento sobre a caça e suas implicações culturais.

	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores	A pesquisa se fundamenta em uma base teórica de estudos anteriores, destacando a dissertação “EM BUSCA DA LIBERTAÇÃO, Fernandes uma Comunidade Eclesial de Base” (1981), que documenta a história e luta contínua do povo indígena Kanindé na comunidade Fernandes, valorizada também pelo apoio recebido em 2020.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 3 - Indicando estrutura da dissertação	A dissertação está dividida em quatro capítulos que abordam a história, afirmação étnica, relação com a natureza e a caça como ciência.
		Passo 2 - Anunciando as principais conclusões	Conclui que a caça é essencial para os Kanindé, sendo transmitida entre gerações, com homens e mulheres desempenhando papéis complementares.
		Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	A pesquisa qualitativa, com base em estudo de caso, busca entender a caça como elemento de autoafirmação e resistência.
	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais	Pesquisando sobre seu próprio povo, o pesquisador vive a tensão entre ser indígena, caçador e mestrando, reconhecendo que a caça é parte vital da identidade e resistência Kanindé, transmitida por uma linhagem familiar que preserva essa prática ancestral entrelaçada à cultura, alimentação e territorialidade, enquanto se posiciona como um caçador em formação diante das complexidades e segredos dessa tradição.

Fonte: elaboração própria.

Desse modo, ainda no início do texto, após o Passo 2 do Movimento 1, o autor emprega uma função retórica de cunho pessoal antes de introduzir a revisão da literatura. Consideramos essa variação uma das menos problemáticas, pois o Passo 3 ainda cumpre sua função dentro da tentativa de justificar a pesquisa e estabelecer um território, o que mantém sua proximidade com a estrutura preconizada por Swales (1990). Esse posicionamento indica que o autor compreendeu a importância da revisão da literatura dentro da introdução, mas optou por inseri-la de maneira que dialogasse com a construção argumentativa reflexiva de sua pesquisa.

O texto MEA202201 por outro lado, apresenta outra variação interessante, pois o Passo 3 surge após o uso do Movimento 3, Passo 2, no qual são apresentadas as principais conclusões do estudo.

MEA202201	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para	A pesquisa explora o ativismo de travestis em Fortaleza, destacando as resistências por direitos e reconhecimento social.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1A - Delineando os propósitos	A pesquisa busca compreender como travestis constroem redes de ativismo e resistência para garantir seus direitos em Fortaleza.
		Passo 3 - Indicando estrutura da dissertação	A dissertação explora a trajetória do pesquisador, teoria, experiências das travestis ativistas, suas lutas e homenagens institucionais.
		Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	Propõe romper com o pensamento colonizador na universidade e explorar novas metodologias no estudo das travestilidades.
		Passo 2 - Anunciando as principais conclusões	Conclui que o diálogo com travestis revelou a invisibilização de suas trajetórias e a importância do transfeminismo como marco de resistência.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores	A pesquisa revisa a construção do transfeminismo no Brasil, destacando a atuação digital e acadêmica das travestis na luta por direitos.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1C - Levantamento de questões	O ativismo travesti em Fortaleza desafia a invisibilidade e a violência, questionando se a cidadania plena para essa população está sendo realmente garantida.

Fonte: elaboração própria.

Inferimos que a escolha do autor foi estabelecer uma relação entre os achados da pesquisa e a literatura existente, sugerindo que a revisão da literatura serviu como um suporte para validar ou contrastar com suas descobertas. Embora essa estrutura não esteja alinhada ao modelo de Swales (1990), ela faz sentido dentro da estratégia discursiva adotada, na qual a revisão das pesquisas anteriores não serve apenas para justificar a pesquisa, mas também para reforçar sua relevância ao final da introdução.

Por fim, destacamos o texto MEA202202, cujo trecho do Passo 3 aparece após o uso do Passo 1C do Movimento 2, momento em que o autor levanta questões cruciais para sua pesquisa.

Quadro 14: Descrição sintetizada dos Movimentos e Passos encontrados na introdução MEA202202

MEA202202	Movimento 0 - Repertório Sócio-cultural contextualizado		A frase de Carolina de Jesus introduz a centralidade da negritude como identidade, vivência e território.
	Movimento 1 - Estabelecendo um Território	Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para	A pesquisa busca amplificar vozes negras, conectando memória, território e decolonialidade.
	Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais	O pesquisador contextualiza sua trajetória e identidade negra, enfatizando sua decisão de estudar mídias negras como um ato de resistência e pertencimento.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	A pesquisa é interdisciplinar e qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas para explorar as mídias negras no Brasil.
		Passo 3 - Indicando estrutura da dissertação	A dissertação analisa as mídias negras, sua trajetória histórica e seu papel na resistência racial, através de conceitos como etnocomunicação.
		Passo 1A - Delineando os propósitos	O estudo investiga a relação entre mídia, racismo estrutural e comunicação negra, contrapondo-se à branquitude hegemônica e analisando o jornalismo negro como ferramenta de resistência e construção de identidade.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1C - Levantamento de questões	A pesquisa busca compreender as motivações e reivindicações das mídias negras ao longo do tempo, explorando suas relações com movimentos sociais e suas estratégias para romper o apagamento histórico imposto pelo jornalismo hegemônico.
	Movimento 1 – Estabelecendo um território	Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores	A interseção entre Jornalismo e Antropologia é fundamental para compreender a mídia negra, destacando a experiência do pesquisador como insider-outsider e a necessidade de desafiar epistemologias brancas que perpetuam o epistemicídio negro.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho -	Passo 1B - Indicando uma lacuna	A Comunicação ainda negligencia o debate sobre decolonialidade, com poucos grupos de pesquisa no Brasil, o que reforça a importância desta dissertação em contribuir para a agenda antirracista e a valorização das narrativas das mídias negras.
	Movimento 3 – Ocupando o	Passo 1A - Delineando os propósitos	A pesquisa busca recentralizar a negritude e as mídias negras como categorias

	nicho		históricas e protagonistas do debate sobre si mesmas, contrapondo-se ao "Jornalismo de efeméride" e promovendo um afrofuturo.
	Movimento 2 – Estabelecendo um nicho	Passo 1D - Continuando uma tradição	O estudo adota um conceito de mídias negras como plataformas criadas por e para pessoas negras, fundamentando-se em intelectuais negros para analisar criticamente o racismo como sistema ideológico e estrutural.

Fonte: elaboração própria.

Interpretamos que, dentro da construção do texto, o autor tinha a intenção de apresentar todas as problemáticas relevantes da área antes de expor o que já havia sido investigado. Essa escolha possibilitou que, posteriormente, ele utilizasse novamente o Movimento 2, Passo 1B, para indicar lacunas que ainda persistem no campo de estudo. Esse tipo de organização evidencia uma estratégia discursiva mais planejada, na qual a revisão da literatura é utilizada para reforçar a necessidade da pesquisa, preparando o terreno para a apresentação das lacunas existentes.

Diante dessas análises, percebemos que a flexibilidade na disposição do Passo 3 dentro das introduções analisadas pode estar relacionada a diferentes concepções sobre sua função retórica. Enquanto alguns autores parecem inseri-lo de forma tardia e pouco planejada, outros demonstram uma intenção clara ao utilizá-lo como parte de uma construção argumentativa mais estratégica. Essas variações indicam que, embora Swales (1990) proponha uma estrutura prototípica para a escrita acadêmica, as escolhas discursivas individuais e as influências teóricas podem modificar a organização dos movimentos e passos dentro da introdução, refletindo diferentes abordagens na apresentação do território da pesquisa.

Para finalizar as observações sobre o “Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores”, destacamos a introdução MEA202203, na qual identificamos duas ocorrências desse passo. Inferimos que a presença de múltiplas instâncias desse elemento retórico pode indicar uma estratégia do autor para reforçar a fundamentação teórica da pesquisa em momentos distintos do texto.

Isto porque, como Manuela da Cunha (1996) comenta, o corpo é a base de enraizamento do eu, pelo menos no ocidente, onde a noção de pessoa é individuada (CUNHA, 1996, p. 93). Nesse contexto de associação do perigo iminente a um determinado tipo de corpo, também é possível fazer conexões com a visão de impureza bramânica que Nélia Dias (1996) traz em seu trabalho sobre o conceito de intocabilidade das mulheres indianas. Segundo a autora, a ideia de impureza, no caso das mulheres e de intocáveis na Índia, está associada ao contato regular com matérias resultantes da morte e da degradação humana, a exemplo da menstruação e do parto. Penso que podemos aqui fazer uma ponte entre esta situação que Nélia Dias nomeia de intocabilidade com o status que alcançaram os homossexuais a partir da década de 1970 no Brasil, condenados socialmente por transportar o estigma do perigo e da vergonha.

Em seguida, após levantar questões e delinear os propósitos de sua pesquisa, o autor apresenta e justifica seu estudo, incorporando elementos de sua trajetória pessoal como parte da construção argumentativa. Somente após esse percurso inicial, ele retoma a discussão sobre pesquisas anteriores em sua área, sugerindo uma estratégia não linear para a organização da introdução.

MEA202203

Tendo em vista o que já foi dito sobre as manifestações políticas do ativismo homossexual masculino brasileiro na década de 1980, em plena campanha pela prevenção da Aids, assim também como meu acesso a uma literatura, durante anos de graduação e pósgraduação, que me abriu canais a respeito dos acontecimentos trágicos expressivamente marcantes na vida social dos contaminados pelo vírus HIV, gostaria de relacionar os aspectos traumáticos registrados sobre este período, principalmente por Júlio Assis Simões (2018), a uma série de falas e descrições no decorrer deste trabalho analisadas pelas interlocutoras ligadas à Coletiva Luana Barbosa que me concederam entrevista. A Coletiva Luana Barbosa trata-se de um grupo autogerido por mulheres negras lésbicas e bissexuais em São Paulo, desde 2017, que, quando juntas sob formas plurais de protesto, são responsáveis pela ampla divulgação e luta pelo reconhecimento de Luana Barbosa como vítima do Estado - nesse caso, corporificado pela polícia. Doravante, com o espaço compromissado dos capítulos com o campo, trago mais detalhes sobre a importância da articulação deste grupo fundamental para a existência da presente pesquisa.

Essa escolha pode indicar uma tentativa de articular a revisão da literatura de forma mais integrada à construção da problematização e ao posicionamento do pesquisador dentro do campo acadêmico. No entanto, essa estrutura também gerou desafios em termos de coesão textual, uma vez que a revisão dos estudos anteriores ocorre de maneira intercalada a

outras funções retóricas da introdução, o que dificultou a nossa delimitação clara do “Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores”, conforme proposto por Swales (1990).

Nesse sentido, em nossa análise da introdução MEA202203, identificamos esses dois trechos classificados como pertencentes ao Passo 3, de acordo com o modelo de Swales (1990). Como já foi explicado, esse passo tem como principal função retórica revisar pesquisas anteriores relevantes ao tema investigado, situando a pesquisa dentro do estado da arte e estabelecendo um território acadêmico para a investigação. No entanto, ao analisarmos os dois trechos em separado, percebemos que ambos apresentam desafios em sua estrutura e argumentação, os quais podem comprometer sua adequação plena a essa função. Além disso, quando considerados conjuntamente, embora possam fornecer uma revisão mais ampla e diversificada, ainda carecem de um encadeamento mais fluido e estruturado.

O primeiro trecho apresenta referências a Manuela da Cunha (1996) e Nélia Dias (1996), estabelecendo conexões entre as noções de corpo, impureza e estigma. A argumentação parte da ideia de que, no Ocidente, a concepção de pessoa é individuada e de que certas categorias corporais são socialmente marcadas pelo perigo. A partir disso, traça um paralelo com a impureza bramânica discutida por Dias (1996), associada ao contato com substâncias corporais relacionadas à degradação e à morte, como a menstruação e o parto. Ao final, o autor sugere uma conexão entre essa noção de intocabilidade e o status social dos homossexuais no Brasil a partir da década de 1970, reforçando a ideia de que o corpo pode ser construído socialmente como perigoso e indesejado.

Embora o trecho apresente elementos de revisão da literatura, o que nos fez categorizá-lo dessa maneira, ele não explora de modo amplo o panorama das pesquisas sobre corpo, impureza e estigma, restringindo-se a dois autores específicos e a uma conexão interpretativa entre eles. Swales (1990) aponta que uma revisão eficaz deve ir além da simples menção a estudos anteriores, buscando articular um quadro mais abrangente que justifique a pesquisa em desenvolvimento. Além disso, a presença da expressão "penso que podemos aqui fazer uma ponte" indica uma estratégia argumentativa mais especulativa do que expositiva, o que pode enfraquecer a objetividade esperada para um Passo 3 mais prototípico. Idealmente, pensamos que a conexão entre as ideias apresentadas deveria ser melhor fundamentada, demonstrando como os conceitos mobilizados de fato dialogam com a questão central da pesquisa.

O segundo trecho, por sua vez, introduz uma nova camada de análise ao articular a discussão sobre o ativismo homossexual masculino na década de 1980 e os impactos da epidemia de HIV/Aids. O autor menciona seu próprio percurso acadêmico e o contato com uma literatura que lhe permitiu compreender as experiências traumáticas desse período, citando Júlio Assis Simões (2018) como uma referência central. Em seguida, estabelece uma conexão entre esses aspectos históricos e a atuação contemporânea da Coletiva Luana Barbosa, um grupo autogerido por mulheres negras lésbicas e bissexuais em São Paulo, que luta pelo reconhecimento de Luana Barbosa como vítima do Estado. O trecho conclui com a afirmação de que os capítulos seguintes aprofundarão essa temática, indicando um direcionamento para a estrutura da dissertação.

Em relação à função retórica esperada para o Passo 3, esse trecho apresenta uma maior conexão com a problemática da pesquisa, situando-a dentro de um debate acadêmico mais amplo, bem como apresenta desafios que podem comprometer sua categorização estrita dentro desse passo. Primeiramente, a menção ao percurso acadêmico do autor pode conferir um tom excessivamente autorreferencial à revisão da literatura, desviando-se da ênfase analítica esperada para essa seção. Além disso, ao introduzir detalhes sobre as interlocutoras da pesquisa e a estrutura da dissertação, o trecho antecipa elementos que seriam mais apropriados ao “Movimento 3 - Apresentando a pesquisa”, o que pode comprometer a linearidade argumentativa da introdução. Como já explicamos anteriormente, Swales (1990) sugere que a revisão da literatura deve focar na articulação de estudos anteriores de forma objetiva, sem misturar reflexões pessoais ou descrições do campo empírico antes do momento adequado.

Ao considerarmos os dois trechos em conjunto, percebemos que eles podem somar sentido à revisão da literatura ao fornecer diferentes perspectivas sobre o problema investigado. O primeiro trecho contribui com uma fundamentação teórica sobre corpo e estigma, enquanto o segundo amplia a discussão ao conectar esses conceitos a um contexto histórico e político específico. No entanto, para que funcionem de maneira mais eficaz dentro do Passo 3, seria necessário um maior alinhamento argumentativo entre eles. Entretanto, a transição entre os dois trechos não ocorre de maneira fluida, pois não há um encadeamento explícito que justifique a passagem da discussão teórica sobre impureza e intocabilidade para a questão da epidemia de HIV/Aids e da militância contemporânea. Essa falta de continuidade pode gerar a impressão de que se tratam de duas revisões fragmentadas, sem uma integração

clara ao longo do texto.

5.3 ANÁLISE DO MOVIMENTO 2

A tabela abaixo apresenta a quantificação das ocorrências do Movimento 2 – Estabelecendo um nicho e de seus respectivos passos nas introduções analisadas do Programa de Antropologia. Os dados refletem a frequência e a distribuição desses elementos retóricos, proporcionando uma visão detalhada sobre a organização textual nesse contexto acadêmico.

Tabela 4 - Frequência do Movimento 2 e dos Passos propostos por Swales (1990)

Movimento 2 - Estabelecendo um Nicho	Quantidade
Passo 1A - Contra-reivindicação	1
Passo 1B - Indicando uma lacuna	15
Passo 1C - Levantamento de questões	10
Passo 1D - Continuando uma tradição	4
Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais	16

Fonte: elaboração própria.

Logo de início, observa-se que o Movimento 2 está presente em todos os 22 textos examinados, o que evidencia sua relevância e caráter essencial na estrutura das introduções. Quanto aos Passos, adotamos a mesma metodologia utilizada para o Movimento 1, contabilizando todas as ocorrências ao longo dos textos, independentemente de sua posição. Isso inclui tanto aqueles que aparecem no início ou no meio das introduções quanto aqueles que surgem em trechos intermediários, como ocorreu em algumas ocasiões. Dessa forma, garantimos uma análise mais precisa da recorrência e da distribuição dos Passos nos textos analisados, possibilitando uma compreensão mais abrangente de seus padrões de uso.

De acordo com Swales (1990), com base em suas observações em pesquisas acadêmicas, o Movimento 2 tem a função de estabelecer um nicho, ou seja, delimitar para o leitor, dentro de um conjunto de possibilidades dentro de uma área, qual será a abordagem

escolhida para desenvolver a pesquisa. Os passos propostos por Swales (1990) são apresentados como alternativas, razão pela qual são todos nomeados como “Passo 1”, seguidos por uma letra e acompanhados da partícula "ou", indicando que os pesquisadores devem optar por um desses passos para afirmar seu nicho e situar-se dentro do campo de estudo.

Entretanto, na análise das introduções de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Antropologia UFC-UNILAB, observamos que, dos 22 textos examinados, em 11 deles foram utilizados pelo menos dois dos passos do Movimento 2, o que sugere uma preocupação ampliada dos autores em justificar e consolidar a relevância de suas pesquisas. Além disso, identificamos casos em que o Movimento 2 foi empregado para finalizar a introdução, o que pode indicar uma estratégia retórica distinta, em que a delimitação do nicho ocorre como fechamento da construção argumentativa inicial, reforçando a necessidade e a pertinência do estudo.

Nos tópicos seguintes, apresentaremos as ocorrências dos demais Passos propostos por Swales que foram identificados nas introduções analisadas, destacando seus padrões e funções na construção do espaço discursivo.

5.3.1 Passo 1A - Contra-reivindicação

Em nossas análises, identificamos apenas uma ocorrência do Passo 1B nas introduções do programa de antropologia, o que pode indicar uma tendência dessa comunidade discursiva a evitar contra-reivindicações explícitas, possivelmente devido à natureza colaborativa e eticamente sensível da Antropologia, que privilegia o diálogo respeitoso com os sujeitos pesquisados e a construção coletiva do conhecimento, diferentemente de áreas onde a contestação direta é mais comum. Segundo Swales (1990), o “Passo 1B – Contra-reivindicação” tem a função retórica de reconhecer limitações ou falhas em pesquisas anteriores, preparando o terreno para justificar a necessidade da nova investigação; ao apontar lacunas ou erros, o pesquisador estabelece a relevância e originalidade de seu estudo.

MEA202304

A hipótese é de que a IURD produz uma inversão arquetípica¹² dos exus e pombagiras por meio da apropriação desses bens simbólicos (que são bens de religiões mediúnicas mais consumidas e que atestam segurança em trabalhos ligados a situações amorosas, abertura de caminhos, limpeza e descarrego de energias negativas, bem como tudo relacionado ao cotidiano dos sujeitos e seus interesses pessoais). Nesse sentido, a IURD, por meio da apropriação da representação arquetípica desses bens, promove novos significados que, atrelados ao fator das experiências de libertação/liberdade, cria uma dinâmica que: 1) gera condições de atuação, consolidação e legitimação de seus serviços; 2) reafirma o sentido de uma ética cristã iurdiana por meio do controle de corpos femininos e masculinos; e, 3) possibilita novos horizontes e perspectiva de vida para os sujeitos que participam desse culto. As questões que direcionam a intenção da pesquisa concentram-se, portanto, em responder às seguintes perguntas: Quais arquétipos estão sendo inversamente construídos e ressimbolizados para satisfazer as demandas de serviços da IURD no Crato? Como os sujeitos dão sentido e significados a essas experiências no culto de libertação? Como esse tipo de produção simbólica cria condições, disposições e plausibilidades para novos horizontes de vida, para uma afirmação ética, bem como um meio para conquistar a cura, a libertação, a prosperidade?

Como se pode observar, o trecho em análise aponta para uma leitura amplamente difundida, ou no mínimo uma expectativa recorrente, de que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) demonizaria as entidades das religiões afro-brasileiras (como exus e pombagiras) exclusivamente como expressão de uma oposição simbólica maniqueísta. No entanto, o argumento apresentado desconstrói essa visão simplista ao revelar uma dinâmica mais complexa e contraditória: as mesmas entidades que são publicamente demonizadas são, ao mesmo tempo, apropriadas e ressignificadas como elementos funcionais dentro da lógica ritual da IURD. Entendemos que tal operação discursiva configura-se como um exemplo do “Passo 1B – Contra-reivindicação”, como propõe Swales (1990), pois rompe com uma interpretação hegemônica ao propor uma nova leitura que desafia o senso comum acadêmico ou social. A contra-reivindicação, nesse caso, atua como movimento estratégico de construção da relevância da pesquisa, ao confrontar uma concepção consolidada e propor uma interpretação alternativa. Nesse sentido, segundo a pesquisadora, no caso específico da IURD, a apropriação simbólica das entidades afro-brasileiras não apenas reforça o discurso de oposição ao “outro religioso”, mas também estrutura e legitima, de forma paradoxal, a performance ritual e a autoridade institucional da igreja em contextos locais.

5.3.2 Passo 1B - Indicando uma lacuna

No modelo de Swales (1990) para a estruturação retórica de introduções acadêmicas, o Passo 1B do Movimento 2, denominado “Indicando uma lacuna”, desempenha a função de justificar a necessidade do estudo ao evidenciar limitações ou aspectos negligenciados em pesquisas anteriores. Essa estratégia argumentativa está fundamentada na lógica de que a produção do conhecimento ocorre de maneira cumulativa e dialógica, sendo essencial demonstrar que há um espaço científico a ser preenchido. Conforme Motta-Roth e Hendges (2010), a indicação de lacunas não implica uma crítica destrutiva, mas sim uma construção discursiva que reforça a relevância do novo estudo dentro da tradição de pesquisa. Dessa forma, esse passo contribui para consolidar a argumentação científica ao posicionar o autor no debate acadêmico, conferindo legitimidade à sua investigação.

No caso das introduções das dissertações do Programa de Pós-Graduação em Antropologia UFC-UNILAB, a aplicação do Passo 1B foi observada 16 vezes na forma como os pesquisadores apontam lacunas relacionadas a questões culturais, étnicas e sociais de populações historicamente marginalizadas. A indicação dessas lacunas não apenas busca fortalecer a necessidade do estudo, mas também objetiva um diálogo com os pressupostos epistemológicos da Antropologia, que valoriza a diversidade de perspectivas e o aprofundamento crítico sobre dinâmicas socioculturais.

Em nossas análises, registramos a ocorrência do Passo 1B em 12 textos distintos, totalizando 16 ocorrências, dentro das 22 introduções analisadas, o que indica que esse passo foi reutilizado mais de uma vez dentro de uma mesma introdução. Além disso, o Passo 1B foi o mais frequente dentro do Movimento 2, empatando com o “Passo 1E – Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais”, o que reforça sua relevância no processo de construção do nicho da pesquisa. As introduções que continham esse passo foram: MEA202001, MEA202102, MEA202105, MEA202202, MEA202203, MEA202204, MEA202205 e MEA202301, MEA202302, MEA202303, MEA202304 e MEA202401.

A escolha recorrente desse passo pelos autores pode estar relacionada à necessidade de evidenciar lacunas em pesquisas anteriores como forma de justificar a

originalidade e a importância de seus estudos. No contexto do Programa de Pós-Graduação em Antropologia UFC-UNILAB, essa estratégia pode ser ainda mais significativa, considerando que a área se debruça sobre questões sociais, culturais e étnicas muitas vezes negligenciadas em pesquisas acadêmicas tradicionais. Dessa forma, ao indicar uma lacuna, os pesquisadores não apenas legitimam suas investigações, mas também reforçam o compromisso da Antropologia em dar voz a grupos historicamente marginalizados, e abordar temas pouco explorados na literatura científica.

Diante das nossas observações, constatamos que, em 7 dos 12 textos nos quais os autores utilizaram o Passo 1B, a sua ocorrência foi satisfatória tanto do ponto de vista retórico quanto funcional. Isso significa que a presença desse passo pôde ser identificada de maneira clara e objetiva, facilitando sua categorização dentro da estrutura do Movimento 2. Nesses casos, os autores empregaram estratégias discursivas que destacaram de forma explícita uma lacuna na literatura, cumprindo a função de justificar a necessidade da pesquisa.

Nos outros 5 textos, encontramos dificuldades na identificação desse passo, o que sugere variações na forma como os autores estruturaram seus argumentos. Esses desafios estão relacionados a construções discursivas menos diretas, em que a indicação da lacuna não foi feita de maneira evidente, ou mesmo a uma sobreposição com outros passos do Movimento 2 ou até do Movimento 3, dificultando a delimitação exata desse recurso retórico. A seguir, apresentaremos os textos em que essas problemáticas foram encontradas e discutiremos os aspectos que tornaram sua categorização mais complexa.

MEA202105

Entre as várias questões que me motivam à realização desta pesquisa, sinto-me desafiada a pensar ao longo da minha trajetória o quanto a ausência de políticas públicas que promovam o respeito racial e combatam a desigualdade social no nosso país têm deixado marcas. Comecei a compreender isso mais claramente durante o período em que pesquisei questões relacionadas ao currículo e a Lei 10.639/03 – foi nessa época que me reconheci como mulher negra e me dei conta de tantas situações de discriminação racial vivenciadas no ambiente escolar, ao estudar e compreender o quanto a figura do indivíduo negro sempre foi estigmatizada a partir dos livros didáticos e de uma sequência de relações de racismo e preconceito presentes nas escolas pesquisadas.

A categorização desse trecho como “Passo 1B – Indicando uma lacuna”, baseia-se na análise retórica de Swales (1990), que define esse passo como um recurso estratégico para evidenciar uma ausência ou limitação na literatura ou na realidade social, justificando a necessidade de um estudo. Nossa análise foi a de que, embora a autora do trecho faça referência a motivações pessoais, sua construção discursiva não se limita a uma perspectiva subjetiva. Pelo contrário, o relato de experiência pessoal serve como ponto de partida para uma problematização mais ampla, que evidencia uma lacuna na implementação de políticas públicas voltadas ao respeito racial e à redução das desigualdades sociais. O trecho ainda articula dois elementos essenciais do Passo 1B: a identificação de um problema concreto – a ausência de políticas eficazes e a perpetuação de práticas racistas no ambiente escolar – e a implicação dessa lacuna para a sociedade e para o campo de pesquisa.

Ainda que o uso da expressão “sinto-me desafiada a pensar” sinaliza uma inquietação pessoal, é seguido imediatamente por uma observação de caráter analítico e crítico sobre a realidade educacional, demonstrando que a pesquisa não se justifica apenas pela experiência individual da autora, mas pela necessidade de aprofundar o debate acadêmico sobre a estigmatização da população negra no contexto escolar. Assim, a ênfase na insuficiência de políticas públicas e nos impactos da discriminação racial corrobora a função retórica do Passo 1B, uma vez que apresenta um espaço de investigação ainda não plenamente explorado e que requer atenção da comunidade científica.

Além disso, a categorização desse trecho como Passo 1B apresentou certo grau de dificuldade em nossa análise devido a sua estrutura discursiva, que combina elementos de justificativa pessoal e apontamento de um problema social mais amplo. Inicialmente, o uso da expressão “entre as várias questões que me motivam à realização desta pesquisa” sugere uma aproximação com o “Passo 1E – Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais”, uma vez que a autora inicia sua argumentação destacando uma motivação individual para o estudo. Dessa forma, há ainda menção à experiência pessoal de reconhecimento racial e à percepção de práticas discriminatórias vivenciadas poderia reforçar essa categorização.

No entanto, ao aprofundarmos a análise retórica do trecho, percebe-se que a experiência pessoal não é o ponto central da justificativa, mas sim um recurso para introduzir uma problemática mais ampla, que envolve a ausência de políticas públicas efetivas no combate ao racismo e à desigualdade social. A maneira como o texto transita de um relato

peçoal para a denúncia de um problema estrutural demonstra que o objetivo principal da autora é destacar uma lacuna na implementação dessas políticas e em sua relação com o currículo escolar e os livros didáticos. Essa construção argumentativa justifica a categorização como Passo 1B, pois a pesquisa não se legitima apenas pela experiência individual da autora, mas pela necessidade de suprir uma deficiência no debate acadêmico e na atuação social sobre a questão racial no contexto educacional.

MEA202204

Assim, o problema de pesquisa emergiu a partir de uma inquietação em perceber como as instâncias de promoção das ações afirmativas do MPF são pouco heterogêneas do ponto de vista do parâmetro cor-raça/etnia. Compreender que esse fenômeno decorre de um privilégio material e epistêmico que produziu racismo, sexismo e classismo nas instituições, abriu para mim alternativas de enfrentamento da questão a partir dos estudos teóricos, práticos e políticos, simultaneamente. Do problema de pesquisa decorrem outras questões: basta capacitação técnica às pessoas que atuam na execução das políticas afirmativas, sobretudo nas comissões de heteroidentificação, para que elas se sintam verdadeiramente aptas a utilizar sua autopercepção e heteropercepção para aferir a autenticidade das autodeclarações nos processos seletivos para vagas reservadas a pessoas negras? Ou essa aptidão está mais relacionada à trajetória de vida desse indivíduo, sua socialização nas múltiplas dimensões em que interagiu ao longo da sua história de vida? Ou ainda, como as trajetórias interagem com as atividades formativas dentro das bancas de heteroidentificação?

Já nesse segundo trecho, a dificuldade em categorizar segundo a teoria retórica de Swales (1990) decorre da estrutura textual adotada pelo autor, que emprega perguntas para construir seu argumento. Inicialmente, essa escolha estilística nos deu impressão de que o trecho pertencia ao “Passo 1C – Levantando questões”. No entanto, uma análise mais detalhada revelou que a função primordial do trecho não é a formulação de questões para orientar a pesquisa, mas sim a identificação de uma lacuna na literatura.

Como já sabemos, o Passo 1B, segundo Swales (1990), consiste em demonstrar que há um vazio no conhecimento existente, justificando assim a necessidade do estudo. De tal forma, no trecho analisado, o autor começa identificando um problema empírico: a baixa heterogeneidade nas instâncias de promoção das ações afirmativas do Ministério Público Federal (MPF) em termos de cor, raça e etnia. Essa constatação sugere uma deficiência estrutural nas políticas públicas, particularmente no que concerne à execução das políticas afirmativas. O autor, então, relaciona essa problemática a um privilégio material e epistêmico

que reforça desigualdades de raça, gênero e classe nas instituições. Dessa forma, ele não apenas apresenta uma preocupação acadêmica, mas também demonstra que há um déficit na literatura ou na formulação dessas políticas que precisa ser investigado.

Desse modo, percebemos que o uso de perguntas no trecho analisado não indica, necessariamente, que o autor está apenas levantando questões para nortear a pesquisa (Passo 1C). Ao contrário, as perguntas são empregadas como um recurso retórico para ilustrar e enfatizar a existência de uma lacuna. Constatamos, portanto, que o autor questiona se a capacitação técnica das pessoas envolvidas nas políticas afirmativas é suficiente para garantir uma avaliação adequada nos processos de heteroidentificação ou se essa aptidão depende de outros fatores, como a trajetória de vida e as experiências de socialização dos avaliadores. Por isso, entendemos que ao apresentar essas questões, o pesquisador não está apenas delimitando seu problema de pesquisa, mas demonstrando a insuficiência das abordagens existentes, reforçando assim a necessidade de um estudo aprofundado sobre o tema.

O próximo texto que destacamos é o MEA202205, o qual não foi destacado por completo nesta análise devido à sua extensão.

MEA202205

Antes, eu tinha um entendimento de que o tribalismo é um fenômeno que se faz somente no período da eleição pelo fato de que a minha vivência, na Guiné-Bissau, percebi que, nesse período, as pessoas comentam com mais frequência a palavra do tribalismo, assim percebi o quão é complicada a convivência das populações guineense nesses períodos eleitorais; ficando ainda mais tensa por causa de alguns termos dos discursos tribalistas usados pelos políticos para ganhar votos do pertencimento étnico. Sendo um dos períodos mais conturbados da sociedade guineense, qualquer uso inapropriado do pertencimento étnico, acaba virando em uma problemática social e partidária que acaba deixando mágoas profundas na convivência entre os guineenses. Porém, o campo me deu outra concepção sobre a prática do tribalismo na Guiné-Bissau que também se faz nas conveniências entre os guineenses no dia a dia, mas que não gera conflito como nos períodos das eleições. Neste texto, durante a pesquisa de campo na rede social, identifiquei diferentes sentidos de fazer o tribalismo na relação social e política guineense.

Cabe ressaltar que o trecho completo da introdução pode ser conferido nos anexos para uma leitura integral e contextualizada. Dito isso, ressaltamos que a dificuldade em categorizar o trecho do MEA202205, segundo a teoria retórica de Swales (1990), decorre da abundância de informações sobre Guiné-Bissau, que visam contextualizar a realidade do país

para os leitores. Inicialmente, essa característica gerou dúvidas quanto ao seu enquadramento no Movimento 2, pensamos que poderia fazer mais sentido categorizá-lo como o Passo 2, do Movimento 1, o qual se caracteriza pela apresentação de generalizações. No entanto, uma análise mais aprofundada revelou que a principal função do trecho é demonstrar uma lacuna na literatura, inserindo-se, assim, no “Passo 1B – Indicando uma lacuna”.

Chegamos à conclusão da verdadeira categorização do trecho ao notarmos que a pesquisadora introduz uma discussão acerca do tribalismo em Guiné-Bissau, destacando sua relevância para a compreensão da problemática central da pesquisa. Embora o texto não explicitamente a problematização, é possível inferir que a autora busca investigar as múltiplas manifestações do tribalismo e suas implicações sociais. O trecho se alinha, portanto, ao Passo 1B, na medida em que evidencia um aspecto subexplorado na literatura existente, desafiando concepções consolidadas, e apontando a necessidade de aprofundamento teórico sobre o tema.

Outro aspecto apontando no texto refere-se à manifestação do tribalismo para além do contexto eleitoral, contrapondo-se à visão predominante que o restringe a esse período específico. Essa abordagem demonstra que o fenômeno extrapola a esfera política, perpassando o cotidiano social e revelando uma dimensão ainda pouco estudada, o que pode entender-se como uma lacuna implícita. Além disso, o texto destaca a naturalização do tribalismo nas relações sociais guineenses. O trecho analisado sugere que esse fenômeno ocorre de forma velada, permeando interações diárias e contribuindo para a diferenciação e segregação entre grupos religiosos e sociais. Essa invisibilidade reforça a lacuna na literatura, uma vez que o tribalismo costuma ser abordado prioritariamente em contextos de conflito explícito.

Além desses, a pesquisadora também explora as consequências do tribalismo linguístico, enfatizando como ele gera desigualdade e exclusão, especialmente no ambiente escolar e na interação entre indivíduos da capital e das regiões periféricas. Esse enfoque amplia o escopo da discussão ao relacionar o tribalismo à linguagem, um viés pouco explorado nas pesquisas tradicionais, que tendem a enfatizar apenas as divisões étnicas e religiosas. Dessa forma, ao compreendermos que a autora do texto buscava evidenciar a existência de lacunas na literatura e posicionar sua pesquisa como uma contribuição para suprir, ao menos parcialmente, essas deficiências, concluímos que o trecho se encaixa no

“Passo 1B – Indicando uma lacuna”. Essa categorização se justifica principalmente porque percebemos que o foco da argumentação não está apenas na apresentação do tema, mas na demonstração da necessidade de investigação e aprofundamento sobre aspectos ainda pouco explorados na área.

O próximo texto a ser analisado é o MEA202301, cujo trecho foi o mais desafiador de categorizar, pois, à primeira vista, poderia ser interpretado como pertencente ao Movimento 3, “Passo 1B – Apresentando a pesquisa atual”, dado que o autor inicia destacando um objetivo da investigação: “produzir uma compreensão sobre as relações – e como estas se configuram socialmente – a partir da presença de pessoas transgêneras em um contexto específico: na Universidade”. No entanto, ao analisarmos com maior profundidade, percebemos que o trecho não apresenta a pesquisa diretamente, mas sim aponta uma lacuna na literatura existente, o que nos leva a classificá-lo dentro do Movimento 2, “Passo 1B – Indicando uma lacuna”, conforme a estrutura retórica de Swales (1990) e as diretrizes sistematizadas por Motta-Roth e Hendges (2010).

MEA202301

O objetivo desta investigação ancora-se em produzir uma compreensão sobre as relações – e como estas se configuram socialmente – a partir da presença de pessoas transgêneras em um contexto específico: na Universidade. Para tanto, entendendo a vasta gama de reflexões e de estudos já produzidos em diversos campos do conhecimento sobre a transgeneridade, a presente pesquisa toma como ponto de partida o embasamento teórico desde a antropologia, buscando, assim, produzir um entendimento sobre as experiências sociais de pessoas transgêneras na educação, a partir das relações que são produzidas e vivenciadas com professores, colegas de curso, funcionários técnicos e, ainda, as relacionalidades em torno das regulações institucionais, como a burocracia, as normas e os regimentos internos ao contexto institucional, e os aparatos de poder e de controle que operam sob os corpos e as narrativas de pessoas trans* (BUTLER, 2022) presentes no espaço acadêmico-universitário.

Para chegarmos a essa conclusão, tivemos que voltar ao que explicou Swales (1990), ao declarar que o Movimento 2 tem como principal função criar um nicho para a pesquisa, geralmente por meio da identificação de lacunas, limitações ou questões não totalmente resolvidas dentro do campo de estudo. Podemos, portanto, observar isso no trecho analisado, quando o autor menciona que já existem “diversos estudos sobre a transgeneridade em diferentes áreas do conhecimento”, mas sinaliza que ainda há necessidade de investigar a

experiência social de pessoas transgêneras dentro do ambiente universitário, considerando não apenas suas interações interpessoais com professores, colegas e funcionários, mas também as implicações institucionais, como normas, burocracias e estruturas de poder. Esse apontamento indica que a pesquisa está respondendo a uma demanda ainda não suficientemente atendida na literatura, característica essencial do Movimento 2, Passo 1B.

Além disso, Motta-Roth e Hendges (2010) explicam que indicar uma lacuna frequentemente envolve estratégias discursivas que evidenciam uma continuidade da pesquisa anterior, ao mesmo tempo em que sugerem uma necessidade de aprofundamento. No trecho analisado, isso é perceptível em “entendendo a vasta gama de reflexões e de estudos já produzidos em diversos campos do conhecimento sobre a transgeneridade”, que reconhece a existência de pesquisas anteriores, mas também insinua a necessidade de uma nova abordagem. Essa formulação reforça a função do trecho dentro do Movimento 2, pois, em vez de introduzir diretamente os objetivos e a metodologia do estudo – como seria esperado no Movimento 3 –, o autor prepara o terreno para justificar a realização da pesquisa.

Dessa forma, entendemos que esse trecho não pertence ao Movimento 3, Passo 1B, mas sim ao Movimento 2, Passo 1B, pois sua função central é legitimar a necessidade da pesquisa, ao apontar um espaço acadêmico ainda não suficientemente explorado.

O último texto a ser destacado quanto à dificuldade de identificação do “Passo 1B – Indicando uma lacuna” é o MEA202302, no qual esse movimento retórico aparece de forma sutil, em três trechos da introdução. Em todas as ocorrências, a identificação do passo exigiu uma leitura inferencial mais atenta, uma vez que a autora opta por uma estratégia discursiva em que a lacuna não é explicitamente enunciada, mas sugerida de maneira indireta por meio da contextualização da problemática e da descrição detalhada do campo e dos objetos de estudo. Nesse caso, a construção do nicho de pesquisa é realizada de forma implícita, com a lacuna ocupando um lugar secundário no texto, em contraste com a ênfase conferida à ambientação teórica, histórica e empírica da pesquisa. Tal escolha retórica pode estar relacionada à tentativa da autora de inserir-se discursivamente de maneira mais sutil e respeitosa em relação à literatura pré-existente, prática comum em comunidades acadêmicas que valorizam o posicionamento colaborativo e o diálogo com as pesquisas anteriores.

Quando trago essas categorias para o diálogo no texto, quero evidenciar que as violências sofridas pelos povos indígenas, pelas indígenas mulheres deixaram marcas profunda em nossos territórios e consequentemente em nossos corpos seja ele feminino ou masculino. Quero refletir que essas marcas acionam um processo importantíssimos para a existência dos povos indígenas até aqui, os processos de RESISTÊNCIAS, sobre isso Neguinho vai dizer: Resistência é o que tem nos garantindo até aqui a nossa existência, quando falamos de resistir estamos falando luta, de muita batalha e em alguns momentos até perdas, porque nossas lideranças são assassinadas durante esse processo, mas nunca desistimos porque outras lideranças se levantam para lutar e assim continuamos nossa luta. Não é uma tarefa fácil resistir, porque a todo tempo tem alguém com poder nas mãos querendo tomar nossos territórios então precisamos estar em completa vigilância. [...] é importante dizer que a colonização não nos exterminou, mas ela tá aí por isso que é importante resistir. (Neguinho Truká, cacique do povo) Uma outra categoria que me atravessa durante esse processo de escrita e outros processos é “indígenas mulheres”. Quando leio artigos, entrevistas ou livros sempre encontrei “mulheres indígenas” aquela forma de escrever foi me chamando atenção, mesmo sem ler Paula Faustino Sampaio (2021) ainda isso já me incomodava de algum modo, quando resolvi escrever a dissertação fui escrevendo “indígenas mulheres” e não “mulheres indígenas”.

Como pode-se perceber, o texto MEA202302 apresenta um caso exemplar de realização implícita do Passo analisado, conforme proposto por Swales (1990), evidenciando uma escolha retórica que exige do leitor uma postura interpretativa mais ativa. Ao longo da introdução, a autora articula sua problematização de forma indireta, mobilizando categorias como “indígenas mulheres” e tematizando as marcas da violência colonial nos corpos e territórios dos povos originários, especialmente das mulheres indígenas. No trecho em que afirma “Quando leio artigos, entrevistas ou livros sempre encontrei ‘mulheres indígenas’ [...], quando resolvi escrever a dissertação fui escrevendo ‘indígenas mulheres’ e não ‘mulheres indígenas’”, é possível perceber que a lacuna não é declarada de modo explícito, mas sim construída por contraste e por deslocamento crítico em relação ao discurso dominante.

Desse modo, a autora sinaliza a insuficiência das categorias hegemônicas, mas o faz a partir de sua própria trajetória epistêmica e de sua experiência vivida enquanto indígena mulher, o que confere ao argumento um caráter situado e politicamente engajado. Nesse sentido, o texto indica uma ausência simbólica na literatura e nas práticas discursivas, ao mesmo tempo em que propõe uma alternativa construída a partir de dentro da comunidade pesquisada. A ênfase recai, portanto, na contextualização da problemática, com detalhamento do campo, da trajetória pessoal e das implicações políticas do uso das categorias, relegando a

explicitação da lacuna a um segundo plano.

Ainda na introdução, observa-se uma segunda manifestação do “Passo 1B – Indicando uma lacuna”, marcada por uma construção retórica sutil e indireta.

MEA202302

Sobre essa ausência nas escritas e nos debates Elisa Pankararu reafirma: Ao tratarmos da história do movimento indígena tanto no Brasil quanto no Nordeste, pouco se falou da presença das mulheres. No entanto elas estavam lá e tinham uma força de representatividade tão forte que seus nomes e suas ações estão gravados na história (RAMOS, 2015, p.19). O apagamento desses corpos femininos da história o que vai trazer PERROT (2005) em seu texto As mulheres ou os silêncios da história, problematizando o quanto o olhar dos homens sobre si mesma vai negar estes corpos na história, não só no cenário político e social, mas as escritas, fazendo uma crítica de como esse lugar no século XIX era representado apenas por homens brancos. O quanto os processos de ordem ocidental, eurocêntrico, patriarcal e colonial (GROSFOGUEL, 2007) vai invisibilizando e construindo o lugar da diferença para esses corpos. É preciso perceber que as indígenas mulheres sofrem duplo apagamento ou invisibilidade, o da etnia que também vai ferir seu corpo. E o fato de ser indígena mulher (gênero) essas duas categorias inferiorizadas que ao longo da história vai emergir em processos de autoafirmação, a etnia ou a luta pelo reconhecimento, pela retomada dos territórios vão nesse contexto ganhar o cenário maior dos discursos e pautas nesse país, as questões de gênero vão ficando para serem pensadas depois ou apenas são invisibilizadas.

O segundo trecho destacado apresenta, à primeira vista, maior clareza quanto à identificação do Passo, decorrente da predominância, nesse excerto específico, de elementos discursivos que favorecem a visibilidade da lacuna proposta pela autora. Cabe ressaltar, contudo, que o excerto analisado constitui apenas uma parte de um segmento mais extenso da introdução, cuja complexidade e extensão impossibilitam sua apresentação integral nesta análise. Ainda assim, é possível perceber, de modo mais evidente, uma intencionalidade por parte da autora em explicitar a ausência de determinadas abordagens ou perspectivas no campo, o que denota um esforço mais deliberado de construção do nicho de pesquisa a partir da identificação de uma lacuna relevante.

Assim, como podemos observar, a autora não explicita frontalmente a ausência ou a insuficiência de estudos anteriores, mas sugere tal lacuna por meio da forma como estrutura a problematização. Ao invés de enunciar diretamente o que falta na literatura ou nos debates

existentes, ela opta por construir o contexto de sua pesquisa com base em descrições detalhadas do campo empírico, das experiências vividas e dos conceitos que mobiliza, de modo a deixar que o leitor infira a insuficiência ou inadequação das abordagens prévias.

Trata-se, portanto, de uma estratégia discursiva na qual a lacuna é construída de maneira implícita, ancorada na apresentação do olhar situado da pesquisadora e na introdução de perspectivas teórico-metodológicas alternativas. Ao dar ênfase à contextualização do campo, às vivências que atravessam a escrita e à necessidade de deslocamento de referenciais, a autora sugere que as abordagens tradicionais não dão conta da complexidade do objeto em questão. Essa movimentação, ainda que não enunciada como uma “falha” da literatura existente, atua como um indicativo de lacuna, conforme proposto por Swales (1990), e serve como base para a justificativa de sua proposta investigativa.

Por fim, no último trecho analisado, a autora identifica e problematiza uma lacuna específica: a ausência de um conceito de feminismo indígena que faça sentido nos territórios. Ela afirma que o feminismo ocidental não é suficiente para explicar as experiências das mulheres indígenas, e começa a sugerir que há um processo em curso de construção de um feminismo próprio enraizado na coletividade, na espiritualidade, na luta pelo território e nos modos próprios de resolver conflitos.

MEA202302

A discussão sobre o feminismo é algo muito recente na vida das indígenas mulheres principalmente no estado de Pernambuco e em meu território, sempre estivemos lado a lado com nossas lideranças na luta pela terra, mesmo com os processos de educação ganhando o cenário estadual e com isso nós indígenas mulheres também ganhando visibilidade, não era sobre nós que falávamos ou lutávamos naquele momento é sobre nosso território, nossa história, nossa identidade. Na verdade, só vamos perceber algumas questões sobrenossoscorpos quando ocupamos os espaços das universidades, um espaço tão colonizador que vai nos provocar a pensar algumas questões dentro do nosso território, a parti de leituras diversas sobre diferentes temáticas que envolve nossos corpos que vamos parar para pensar no assunto. Se adentrarmos o campo da universidade coletivamente em 2009, isso mostra o quanto é recente algumas discussões em nossos territórios, o feminismo e as questões de gênero são discussões recentes que encontramos ainda dificuldade em dialogar com os nossos corpos masculinos e a própria comunidade. É nesse momento que observo o feminismo indígena e sua importância na discussão de diferentes temáticas que vai ferir corpos indígenas femininos, mas como bem disse minha parente não é um feminismo pautado na sua origem, mas pensar um feminismo que faça sentido na vida de aldeia e fora dela para as

indígenas mulheres.

De modo semelhante, tal aspecto não se apresenta de forma imediatamente explícita, sendo necessário um exercício interpretativo para sua inferência; por esse motivo, adotamos essa classificação.

5.3.3 Passo 1C - Levantamento de questões

Conforme já exposto anteriormente, no modelo CARS (*Create a Research Space*), desenvolvido por Swales (1990), o “Movimento 2 – Estabelecendo um nicho” exerce papel central na introdução de trabalhos acadêmicos, ao justificar a necessidade da pesquisa por meio da identificação de aspectos ainda pouco explorados ou insuficientemente desenvolvidos em um determinado campo do conhecimento. Dentre as estratégias possíveis para a realização desse movimento, destaca-se o “Passo 1C – Levantamento de questões”, que se refere à formulação de perguntas ou problemas não plenamente resolvidos pela literatura vigente.

Segundo o próprio Swales (1990), essa estratégia retórica tem como finalidade suscitar no leitor a percepção de que permanecem lacunas interpretativas, controvérsias ou zonas de incerteza no campo, mobilizando sua curiosidade e preparando o terreno para a apresentação do estudo. Trata-se, portanto, de uma forma de convocar o leitor a reconhecer que o conhecimento existente é ainda provisório ou parcial, não com o intuito de desqualificá-lo, mas de demonstrar a dinamicidade e a abertura contínua da produção científica.

É importante observar ainda que o Passo 1C guarda proximidade funcional com o “Passo 1B – Indicando uma lacuna”, o que pode, por vezes, dificultar a distinção entre ambos. Enquanto o Passo 1B se caracteriza por uma postura mais descritiva e objetiva, destacando ausências concretas, limitações teóricas, empíricas ou metodológicas nos estudos anteriores, o Passo 1C adota um tom mais reflexivo e problematizador. Neste último, o autor não se restringe a apontar o que falta, mas formula interrogações que tensionam o campo e propõem novos caminhos investigativos. Essas perguntas podem ser expressas de forma explícita, por meio de construções interrogativas diretas, ou de maneira implícita, através de proposições que sugerem dúvidas, hipóteses ou conflitos teóricos.

A partir da leitura atenta, da observação sistemática e da análise das introduções das dissertações do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), foi possível constatar que a presença do “Passo 1C – Levantamento de questões”, proposto por Swales (1990), revela-se particularmente significativa. As introduções analisadas demonstram uma preocupação recorrente na construção de um espaço discursivo situado, comprometido com as especificidades socioculturais e políticas dos grupos investigados.

Observa-se, ainda, que o levantamento de questões nessas introduções está fortemente articulado a uma contextualização densa e rigorosa do campo empírico, refletindo não apenas a relevância teórica da pesquisa, mas também um posicionamento ético e político por parte do pesquisador em relação aos sujeitos e às realidades com as quais se envolve.

Essa formulação de questionamentos, tal como verificada nas dissertações analisadas, vai além de um procedimento metodológico convencional. Ela configura-se como um gesto epistemológico engajado, que posiciona o pesquisador em diálogo crítico com a literatura especializada e com as experiências vividas em campo. Nessa perspectiva, os autores das dissertações frequentemente mobilizam esses questionamentos para evidenciar os limites das abordagens anteriores, tensionar categorias analíticas cristalizadas e propor novos caminhos interpretativos. Assim, a prática de levantar questões funciona como eixo estruturante para promover tanto o aprofundamento do conhecimento antropológico quanto o reconhecimento das demandas e lutas coletivas das populações com as quais os estudos se relacionam.

Em nossas análises, dos 22 textos lidos, identificamos a ocorrência do Passo 1C em 9 trechos, distribuídos entre 8 dissertações, a saber: MEA202103, MEA202104, MEA202105, MEA202106, MEA202201, MEA202202, MEA202203 e MEA202206, sendo que, no caso de MEA202203, há 2 ocorrências distintas desse passo. Esse dado revela que, embora nem sempre de forma explícita, a formulação de questionamentos permanece uma estratégia recorrente e significativa na constituição dos espaços discursivos dessas introduções, reafirmando o compromisso crítico-reflexivo que marca a produção acadêmica no programa.

Durante o processo de análise, observamos que, na maioria dos textos, a ocorrência do referido Passo manifestava-se de forma bastante explícita, permitindo sua

identificação de maneira relativamente direta. No entanto, também nos deparamos com textos cuja classificação apresentou considerável grau de complexidade, exigindo uma leitura mais atenta e interpretativa.

Neste trabalho, concentraremos nossa atenção nos casos em que a identificação do Passo mostrou-se mais desafiadora. Para esses textos, proporemos justificativas detalhadas para nossas escolhas analíticas, explicitando os critérios adotados e os elementos linguístico-discursivos que nos levaram a classificá-los como pertencentes ao Passo 1C. Ainda assim, não deixaremos de mencionar os exemplos em que o Passo se apresentou de maneira mais evidente. Todavia, por demandarem menor esforço interpretativo, esses casos serão tratados de forma mais concisa ao longo do texto.

O primeiro trecho que queremos destacar é da introdução MEA202103:

MEA202103

Não raras foram as vezes em que esse contingente ficou amontado (aglomerado) em um ambiente altamente concentrado, mas periférico ao Estado, configurando-se desse modo a negação do direito à cidade. Convém salientar que já naquele período, havia mobilizações políticas. Herdeiros diretos dessa indiscutível exclusão histórica perpetrada pelo Estado, atualmente as pessoas em situação e superação de rua também buscam se mobilizar, desde que antes resistam em seus espaços, a fim de garantir a sobrevivência em face das diversas formas de driblar a selva capitalista característica do contexto atual. Se o ontem foi marcado por um cenário de exclusão e negação, porque muitas pessoas nem mesmo tinham acesso à cidade – outras tantas ficaram presas em abarracamentos e campos de concentração –, no cenário atual, é evidenciada a chegada de pessoas à capital cearense, mas cuja vivência é uma vez mais baseada numa série de arranjos e rearranjos individuais, nomeadamente de urgências que dizem respeito a seus trajetos, seus códigos e um conjunto de regras específicas que regem a conduta na situação de rua e que constituem o sistema da rua, ou seja, termo usado pelos sujeitos para se referir as normas a serem seguidas e ao modo próprio de viver de cada um. Portanto, o hoje é formado por excluídos e os incluídos pela metade. A superação de rua é uma categoria em constante relação com a situação de rua. São pessoas que conseguem um teto temporário, mas que dependem dos trajetos anteriores para sobreviver. Indivíduos que são politicamente absorvidos pela metade e acabam frequentemente tendo que viver anos e anos na chamada categoria de situação e superação de rua.

Esse foi um dos textos que mais tivemos dificuldade para classificar, porém, após uma leitura mais precisa pudemos perceber que o trecho em questão pode ser adequadamente

classificado como pertencente ao “Passo 1C – Levantamento de questões” do modelo CARS, proposto por Swales (1990), uma vez que nele se observa a problematização de uma realidade social marcada por exclusões históricas e contemporâneas. Quando analisamos mais de perto percebemos que o autor chama atenção para um paradoxo central, o de que apesar das mobilizações políticas e das estratégias de resistência empreendidas pelas pessoas em situação e superação de rua, a lógica excludente do Estado persiste, criando novas formas de marginalização urbana.

Dessa forma, ao evidenciar que os sujeitos em situação de rua permanecem à margem do direito à cidade, sejam concentrados em espaços periféricos, sejam absorvidos apenas parcialmente pelas políticas públicas, o texto explicita um questionamento implícito sobre os limites da inclusão social e da efetividade das ações estatais. Além disso, ao apontar a existência de “incluídos pela metade” e destacar a complexidade das relações entre “situação” e “superação” de rua, o trecho não apenas descreve uma realidade, mas instiga a investigação sobre os mecanismos de reprodução da exclusão, os sentidos atribuídos à mobilização política nesse contexto e os arranjos subjetivos e coletivos que conformam o chamado “sistema da rua”.

Salientamos, portanto, que, segundo Swales (1990), essa postura crítica e investigativa é característica do Movimento 2, o qual se define justamente pelo levantamento de lacunas, tensões, contradições ou aspectos problemáticos que ainda carecem de análise aprofundada. No entanto, a decisão de classificar o trecho como pertencente ao Passo 1C se fundamenta na observação de que ele não apresenta a delimitação de um objetivo de pesquisa, tampouco se ocupa da revisão de estudos anteriores, elementos mais comumente associados aos Passos 1A e 1B. Em vez disso, destaca questões ainda em aberto, indicando a necessidade de investigação teórica e empírica acerca da vivência urbana de sujeitos em situação e superação de rua. Desse modo, considerando sua função de introduzir e problematizar uma temática ainda não suficientemente explorada, compreendemos o trecho como uma ocorrência representativa do Passo 1C, conforme a análise desenvolvida neste tópico.

Dando continuidade, a introdução analisada a seguir, MEA202201, apresenta uma ocorrência do “Passo 1C – Levantamento de questões”, posicionada ao final do texto introdutório, funcionando como o movimento que encerra a seção. Tal disposição nos chamou a atenção, uma vez que é relativamente incomum que o levantamento de questões que

justifiquem a pesquisa ocorra apenas nos momentos finais da introdução. Em geral, espera-se que tais elementos apareçam em posição mais central, organizando e antecipando o problema de pesquisa de maneira progressiva. Justamente por essa configuração atípica, surgiu a dúvida metodológica quanto à natureza do trecho, se estaríamos de fato, diante de uma ocorrência do Passo 1C, tal como descrito no Movimento 2 do modelo CARS de Swales (1990), ou se trataria-se apenas de uma estratégia retórica de fechamento, que busca concluir a introdução com um tom provocativo e instigante, sem necessariamente cumprir a função estrutural do Passo 1C.

MEA202201

Assim, os movimentos de travestis trouxeram suas pautas em defesa de seus direitos para o campo político da resistência e ativismo, buscando romper com a invisibilidade imposta sobre as suas demandas e com ciclo de violência de diversas ordens que se abatem sobre elas. Nos últimos anos, as travestis em Fortaleza passaram a construir contradiscursos para se pensar em novas possibilidades e significados de vivenciar suas experiências de travestilidades, estabelecendo um campo de disputa dentro do ativismo e resistência, criando estratégias para sobreviver, não só na pista, mas agora ocupando e lutando pela cidadania plena. Chegou “o tempo da cidadania travestis” (VERAS, 2019, p.199). Mas será que essa cidadania está sendo garantida de fato e de direito?

Após uma análise mais cuidadosa, consideramos que o trecho cumpre os critérios do Passo 1C, uma vez que, ao relatar a atuação das travestis no campo da resistência e do ativismo, o texto evidencia os esforços desses sujeitos na construção de contradiscursos e na busca por cidadania plena, rompendo com ciclos históricos de invisibilidade e violência. No entanto, ao final do parágrafo, a interrogação “Mas será que essa cidadania está sendo garantida de fato e de direito?” introduz uma problemática clara, embora ao final do texto, que se refere não apenas ao reconhecimento formal dessa cidadania, mas à sua efetivação prática nas esferas políticas, sociais e institucionais.

Entendemos, portanto, que essa formulação é emblemática do “Passo 1C – Levantamento de questões”, pois lança luz sobre um aspecto ainda em aberto no campo de estudo, questionando os limites e os obstáculos que cercam a realização plena dos direitos das travestis. Nesse sentido, ao propor uma indagação crítica sobre a efetividade da cidadania travesti, mesmo diante de avanços discursivos e mobilizações políticas, compreendemos que

o trecho cumpre exemplarmente a função de levantar uma questão central que motiva a investigação, estabelecendo, assim, o espaço de pesquisa em que o estudo se insere.

Embora tal formulação ocorra ao final da introdução, o que à primeira vista poderia sugerir uma simples estratégia retórica de encerramento, defendemos que sua posição não descaracteriza sua função estrutural dentro do modelo CARS proposto por Swales (1990). O Passo 1C pode legitimamente ocorrer em qualquer ponto da introdução, desde que seu conteúdo revele a problematização de um questionamento relevante e atue como base para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse caso, a indagação final não apenas provoca o leitor, mas também cumpre o papel fundamental de enunciar uma questão investigativa ainda não resolvida.

Na sequência, analisaremos as ocorrências do “Passo 1C – Levantamento de questões”, encontradas na introdução identificada como MEA202203. Nesse texto, foram identificadas duas ocorrências distintas desse passo, ambas correspondendo à problematização de aspectos ainda em aberto no campo temático da pesquisa. A primeira ocorrência apresentou-se de forma clara e direta, o que possibilitou sua identificação com relativa facilidade.

MEA202203

Debruçada sobre esse tema, fui tomando consciência de que este momento, de forma cruelmente interpelado pelo sentimento de trauma e de ruptura devido à circulação do vírus HIV, dispara entre nós, pesquisadoras e pesquisadores de estudos de gênero e sexualidade, uma nova forma de estar no mundo. Diante desse momento, questiono-me por que o lugar ao enfrentamento da mortalidade assumiu um protagonismo tão masculino, de modo tão consolidado não só em relação ao enfrentamento da Aids e de sua prevenção, mas em esferas mais amplas do sofrimento e do luto enfrentados pela comunidade LGBTQIA+. Por que, enquanto figuras representativas da contaminação ameaçadora, as lésbicas não foram julgadas da mesma forma que os homens gays naquele período de trevas? Seria a hipótese de Duarte (2004) também válida para essa questão, ou seja, por em nossa sociedade mulheres serem acostumadas, em níveis macroestruturais, a permanecerem “entranhadas” em termos de liberdade sexual?

Como pode ser observado, a formulação do trecho destacado evidencia uma questão relevante que justifica a investigação proposta, estando alinhada aos critérios definidos por Swales (1990) para a caracterização do Passo 1C, no Movimento 1 do modelo

CARS. Isso se deve ao fato de que o excerto articula, de forma clara e direta, um conjunto de interrogações centrais que ainda não foram plenamente exploradas no campo dos estudos de gênero e sexualidade. Ao refletir sobre os efeitos históricos e simbólicos da epidemia de HIV/Aids, a autora levanta questionamentos que revelam uma importante lacuna analítica, como, por exemplo, a ausência do protagonismo lésbico nos discursos e nas práticas sociais voltadas ao enfrentamento da mortalidade e do luto naquele contexto, bem como sua exclusão do imaginário coletivo relacionado à prevenção.

No entanto, a segunda ocorrência, por sua vez, a qual será discutida mais detalhadamente a seguir, exigiu uma análise interpretativa mais cuidadosa para fins de classificação.

MEA202203

Seria um tanto mais fácil admitir que minha intenção em abordar o caso de morte de uma mulher lésbica e, conseqüentemente, de me debruçar sobre os estudos das muitas lesbianidades, em ênfase da lesbianidade negra, periférica e ativista em São Paulo, fosse parte de uma estratégia pessoal e política para inverter um quadro dominado por pesquisas sobre homossexualidade masculina realizadas majoritariamente por homens acadêmicos. No entanto, essa não pode ser considerada uma conexão tão lógica como tentei insinuar para mim mesma. Devido a uma quantidade evidentemente maior de trabalhos antropológicos produzidos por homens sobre homossexualidades masculinas, quando comparados às femininas, enquanto estudante de pós-graduação em Antropologia sempre me questioneei de que forma e em que momento a academia poderia ser capaz de produzir e levar a sério materialidades mais objetivas sobre os modos em que mulheres lésbicas operam a vida social. No entanto, como uma espécie de orientação acadêmica mobilizada pelo desejo antagônico dessa perspectiva, interessei-me pelas formas de abordagem aos modos como mulheres lésbicas poderiam protagonizar a mortalidade em decorrência da violência de gênero e também daquela movida contra mulheres em razão de sua sexualidade.

Considerando a extensão do excerto analisado, optamos por destacar apenas um fragmento, por ser suficiente para ilustrar o ponto que buscamos demonstrar. O trecho selecionado pode ser adequadamente classificado como uma ocorrência do “Passo 1C – Levantamento de questões”, conforme a teoria de Swales (1990), uma vez que seu conteúdo evidencia, ainda que de forma implícita, uma postura investigativa voltada à problematização de lacunas e assimetrias persistentes no campo dos estudos sobre sexualidades. Trata-se de um movimento reflexivo e crítico, em que a autora manifesta um incômodo epistemológico diante

do predomínio da homossexualidade masculina como foco privilegiado da produção acadêmica, especialmente por parte de pesquisadores homens, em contraste com a escassez de estudos que abordem as experiências lésbicas, sobretudo aquelas atravessadas por marcadores sociais como raça, classe e territorialidade.

Observa-se, desse modo, que a questão central que mobiliza o trecho, embora não formulada diretamente em forma de pergunta, está enunciada de modo denso e articulado: “de que forma e em que momento a academia poderia ser capaz de produzir e levar a sério materialidades mais objetivas sobre os modos em que mulheres lésbicas operam a vida social?” Trata-se de um questionamento estruturante, que aponta para uma lacuna significativa nos estudos acadêmicos e que justifica, de maneira contundente, a relevância da pesquisa em questão. O excerto evidencia, portanto, não apenas uma inquietação de ordem pessoal e política, mas também a identificação de um espaço ainda não ocupado no campo de investigação, cumprindo assim a função central atribuída ao Passo 1C instituído por Swales (1990).

A seguir, serão destacados os trechos das introduções analisadas que apresentaram maior facilidade de identificação do Passo 1C.

MEA202104

Cumprir-se perguntar como é a recepção dessa universidade e a expectativa vivida nessa Região, principalmente em Acarape e Redenção? Por outro lado, tendo a Universidade a proposta de “integrar” os estudantes africanos⁴ de PALOP/Timor-Leste e os brasileiros, já imaginou como é a convivência desses estudantes pretos africanos numa sociedade altamente complexa racialmente, onde os pretos são julgados pela cor da pele que carregam e o passado histórico que marcou e ainda marca a existência do ser negro? Como ocorre esse encontro e o que ele suscita no seio desses espaços? Como as pessoas de Acarape e Redenção encaram a presença da universidade? Que tipo de contradições e complexidades está associado à realização prática do projeto de interiorização do ensino superior? Estas e outras questões levantadas, esta pesquisa intitulada “A interiorização do ensino superior e as experiências de mudanças nos interiores do Brasil: o caso de Acarape e Redenção” tenta respondê-las nos três capítulos que estruturaram essa dissertação.

MEA202106

Todavia, apesar dos avanços irrefutáveis e das mudanças significativas na esfera universitária, é possível levantar uma problematização, pois se por um lado mudanças substanciais podem

ser constatadas quanto ao acesso da população negra nas universidades brasileiras e que este tem ocorrido principalmente em contextos urbanos, haja vista que são nestes centros onde se concentram grande parte das instituições de ensino superior no país, como tem ocorrido à inserção da população negra em situação rural, especialmente as comunidades quilombolas que majoritariamente encontram-se nesse espaço? Que análises podem ser construídas se levarmos em consideração o cenário do nordeste brasileiro, particularmente o estado do Ceará? Objetivando compreender a questão-problema levantada, tomamos como referência para sua análise as vivências pessoais, os encontros polifônicos e as articulações político estudantis quilombolas, aliada a uma trajetória que une pesquisa científica e militância política experienciada pelo próprio pesquisador na aproximação com o movimento quilombola no Ceará, para analisar a temática do acesso e permanência de quilombolas nas universidades públicas cearenses.

MEA202105

Ao longo deste processo fui instigada a questionar até que ponto a vida de mulheres racializadas tem valor na sociedade atual? Qual o lugar reservado as mulheres negras no nosso país? Como o Estado, mesmo no período pós-colonial, continua a repercutir práticas coloniais através da ausência de políticas públicas? Desta forma, o que poderia ter ficado no passado, “permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão” (CARNEIRO, 2011, p. 1).

MEA202206

Em principal, fala sobre o encontro com espaços e leituras, de fato, decoloniais, a me auxiliarem a dar nome a tudo aquilo que permanecia inquieto, dentro, a enxergar fraturas, silêncios e ausências, tão significativas e direcionadas no campo da narrativa feminista. Trata-se, por fim, de um buscar sentidos nas presenças e ausências, entendendo que essas últimas também falam, e muito. A presença, sempre em constante, de autoras e autores brancos, assim como determinadas pautas embraquecidas dentro da minha vivência no movimento feminista, foram ponto de partida para me fazer questionar o outro lado, o das ausências. Porque há sempre as mesmas leituras, as mesmas discussões? Onde estava o outro lado? Quais discussões atravessam esse campo e quem estava falando sobre isso? Perguntas, inquietações, que só foram confrontadas no contato com espaços que buscavam dar conta delas. Potencializando, criticando e aprofundando discussões extremamente urgentes e profundamente necessárias. Esta, então, é uma narrativa sobre esses encontros, e os resultados que, longe de terem curto prazo, permanecem moldados ao corpo, à memória, impulsionando futuros caminhos, traçados dentro e fora do espaço acadêmico.

MEA202202

É um modo de ir contra o silenciamento de vozes às quais foi imposta a lógica das empresas de comunicação que, como indica Bonilla-Silva (2020), são parte de uma estrutura racial em funcionamento pleno para tão somente manter o privilégio branco. Ademais, a ancestralidade ensina: se não nos nomeamos, o racismo o faz. Todas essas estratégias são postas em prática no sentido de compreender o que levou à criação das mídias negras citadas neste estudo e como as histórias delas e de quem as compôs/compõe encontram-se, mesmo estando separadas no tempo em mais de 44 anos e no espaço em mais de 3.200 quilômetros. O que une essas trajetórias? O que exatamente essas pessoas e esses meios de comunicação reivindicavam e ainda reivindicam? As discussões são similares ou novos atores sociais invariavelmente suscitam outras causas? Os olhares e escritos estavam associados a movimentos sociais e deles decorriam ou eram constituições próprias dos indivíduos? É preciso ressaltar que, das 12 pessoas entrevistadas, duas não são comunicólogas. Apesar de, como já exposto, a formação profissional ter sido um dos critérios de escolha, optamos pela manutenção desses nomes por razões justificáveis.

Não nos alongaremos em explicações detalhadas, pois, em todos os excertos apresentados, o ponto central que permite identificá-los como exemplos de “Levantamento de Questões” está na presença de interrogações e problematizações, que apontam para aspectos ainda não totalmente esclarecidos ou resolvidos. De acordo com a teoria de Swales (1990), esse movimento é essencial para a construção do espaço retórico da pesquisa, já que apresenta ao leitor não apenas o que será investigado, mas também por que essa investigação é relevante. Assim, considerando que tanto a análise quanto à identificação e a classificação foram rápidas e objetivas, passaremos à discussão do próximo passo.

5.3.4 Passo 1D - Continuando uma tradição

O último passo proposto por Swales (1990), no Movimento 2 de seu modelo CARS, corresponde ao “Passo 1D – Continuando uma tradição”, que consiste em inserir a pesquisa em uma linha de investigação já existente, mostrando como ela se relaciona, amplia ou aprofunda estudos anteriores. Nessa etapa, o pesquisador demonstra que seu trabalho dialoga diretamente com uma tradição de pesquisa consolidada, contribuindo para a continuidade e o avanço do conhecimento na área.

No que se refere à análise das introduções das dissertações do Programa de

Pós-Graduação em Antropologia UFC-UNILAB, observamos que esse passo ocorreu em apenas quatro textos, os quais não tivemos tantos problemas para identificar, apenas um deles, segundo nossa análise, gerou certa dúvida. Em nossa interpretação, esse dado pode indicar que, no âmbito do programa, há uma tendência a enfatizar a apresentação de problemas e lacunas, muitas vezes em diálogo com perspectivas críticas e decoloniais, em vez de explicitar de forma direta a vinculação com uma tradição acadêmica específica, o que pode estar relacionado ao caráter interdisciplinar e à valorização de narrativas mais abertas, comuns em trabalhos etnográficos.

Assim, as introduções nas quais identificamos a ocorrência desse passo foram: MEA202101, MEA202102, MEA202103 e MEA202202. A seguir, comentaremos cada uma dessas ocorrências.

MEA202101

A moda afro fortalezense é composta por cerca de vinte pessoas negras auto organizadas em torno de ações em grupo, como feiras e eventos, e também da loja colaborativa CearAfro, com presença majoritária de mulheres, de modo que essa dissertação se situa partindo de pontos-de-vista de mulheres negras, as quais foram as colaboradoras para a realização da pesquisa de campo.

Como já explicado, de acordo com a tipologia proposta por Swales (1990), o “Passo 1D – Continuando uma tradição” caracteriza-se por inserir a pesquisa em uma perspectiva de investigação que já existe, estabelecendo vínculos com estudos, práticas ou movimentos prévios que conformam um campo de saber ou atuação. Nesse sentido, o trecho em análise menciona a moda afro fortalezense como um fenômeno social específico, composto por um grupo auto-organizado, e indica que a dissertação “se situa partindo de pontos de vista” relacionados a esse contexto. Tal formulação sugere, ainda que de forma embrionária, a vinculação do trabalho a um conjunto prévio de práticas culturais e experiências coletivas que podem ser compreendidas como parte de uma tradição de atuação e de produção de conhecimento sobre moda afro e organização comunitária.

A análise, entretanto, não foi simples. O trecho não apresenta, de maneira explícita, referências diretas a estudos anteriores, tampouco desenvolve plenamente a conexão com uma tradição acadêmica consolidada, o que dificulta a identificação inequívoca do passo.

Ainda assim, por não encontrarmos outra classificação que correspondesse melhor à função retórica desempenhada, optamos por enquadrá-lo no Passo 1D, entendendo que, mesmo de forma incipiente, o texto aponta para a continuidade de uma prática sociocultural que dialoga com um repertório mais amplo de experiências e pesquisas pré-existentes.

MEA202102

Esta pesquisa, nesse sentido, é uma análise qualitativa, que usa como metodologia a pesquisa etnográfica e foi inspirada, inicialmente, na etnografia de Néstor Perlongher (2008), no que tange a observação participante em um espaço considerado de lazer com várias camadas de diferenças. A inspiração do autor que cito vem de seu trabalho publicado primeiramente em 1986, com o título: “O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo”. Nele, o pesquisador está atento para pensar a pluralidade de histórias por trás de suposições sobre os michês, tendo como ponto central a ideia de consumo e lazer. Embora ele não consiga dar conta da discussão teórica de raça, reconhece e coloca como um fator que demarca a diferença. O antropólogo argentino que, devido a processos políticos, veio morar no Brasil em 1982, nacionalizando-se, morreu dez anos depois de complicações causadas pela AIDS. Néstor Perlongher apresenta as perambulações de michês, homens prostitutas profissionais, no intuito de ter uma visão mais ampla do negócio do michê, com um trabalho de campo que traz sujeitos diversos, debruçados sobre o mesmo tema (PERLONGHER, 2008).

Dando prosseguimento à análise, observa-se que, nesse segundo trecho, a relação esperada entre a pesquisa em questão e estudos anteriores está claramente explicitada. A autora não apenas apresenta a metodologia adotada, a pesquisa etnográfica, mas também indica de forma direta a inspiração no trabalho de Néstor Perlongher (2008), detalhando seu contexto, objeto de estudo e abordagem. Ao recorrer a esse referencial, evidencia que sua investigação se insere em uma trajetória já consolidada no campo da Antropologia, na qual a etnografia é empregada para compreender dinâmicas sociais complexas, neste caso, relacionadas a gênero, raça e sexualidade.

Além disso, ao situar sua perspectiva como “situada” (Haraway, 1995) e ao destacar que seu trabalho busca compreender questões “espinhosas” para as Ciências Sociais, a autora reforça o alinhamento com tradições teóricas e metodológicas específicas. Essa articulação, que conecta o estudo a práticas e debates prévios, cumpre de forma nítida a função retórica do “Passo 1D”, estabelecendo um elo direto entre a pesquisa atual e uma tradição de investigação que a antecede e fundamenta.

MEA202103

Uma outra corrente de autores opta por descrever as regras subjacentes à realidade dessas pessoas baseados naquilo que se convencionou chamar o sistema da rua. E há aqueles que enfatizam a interrelação da vida na rua e a militância, tal qual pode ser evidenciada pelos movimentos sociais, em particular, o MNPR da capital cearense. A partir destas correntes, mas não restrito a elas, no presente estudo não teço a mera reflexão sobre indivíduos ou os coletivos sociais, mas analiso a relação estabelecida entre as pessoas e o “movimento”. Não obstante apresentadas as condições e motivações atinentes ao estudo, procurei fazer uso de uma historiografia, a fim de articular o argumento histórico dos indesejáveis no Brasil, em particular, no Ceará, em razão dos frequentes deslocamentos de retirantes das secas para a capital, que foram preteridos pelo aparato estatal, fato esse que reverbera ainda hoje nas pessoas em situação e superação de rua. Apesar de gritantes e cada vez acentuadas, a exclusão e a desigualdade sociais no Brasil não são problemáticas recentes.

No trecho apresentado acima, há uma vinculação clara com trabalhos anteriores, conforme explicado por Swales (1990), pois o autor inicia mencionando “uma outra corrente de autores” que descrevem o chamado sistema da rua e outra que enfatiza a relação entre vida na rua e militância, exemplificada pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Ao recuperar e situar essas correntes, o autor demonstra conhecimento de referenciais teóricos e empíricos já consolidados, estabelecendo que seu estudo parte delas, ainda que vá além ao propor a análise da relação entre indivíduos e o “movimento” de forma mais abrangente.

Além disso, o uso da historiografia para articular o argumento sobre os “indesejáveis” no Brasil e no Ceará também reforça esse vínculo com uma tradição investigativa, pois insere o fenômeno estudado em um quadro histórico de exclusão e desigualdade social que já é objeto de pesquisas anteriores. Dessa forma, o texto cumpre a função retórica do “Passo 1D”, ao mostrar que a pesquisa atual dialoga com abordagens preexistentes, apropria-se de conceitos e perspectivas reconhecidas e, a partir delas, constrói sua própria contribuição, de modo que não tivemos dificuldade em identificá-lo.

MEA202202

Assim, nosso entendimento é de que mídias negras são plataformas feitas por pessoas negras para pessoas negras e cujo teor do conteúdo produzido é de valia para as populações negras. Interessante também ter como referência as discussões propostas por Araújo (2021), que dialoga sobre comunicação e negritude no Brasil. O autor agrupa as mídias negras como “meios de comunicação voltados para as discussões étnico-raciais”. Alerta, porém, que aqui a

atuação dessas plataformas acontece em contexto diferente dos Estados Unidos, país sempre apontado como referência no debate racial. Enquanto lá a chamada black media tem caráter comercial, nós as concebemos como alternativas, “ainda que nem todos os canais negros da atualidade possam ser classificados como alternativos, no sentido de contra-hegemônicos à imprensa tradicional” (ARAÚJO, 2021, p. 140 e 141). Com igual relevância, trazemos à apreciação o conceito de um regime político cuja existência é secular, datada de tempos coloniais, e que opera até os dias de hoje sem qualquer previsão de encerramento de ciclo. Para Ture & Hamilton (2021, p. 33), o racismo é “o estabelecimento de um padrão de decisões e políticas relacionadas à raça com o objetivo de subordinar um grupo racial e manter o controle sobre esse grupo”.

Quanto ao último trecho, a função retórica esperada também é cumprida de forma bastante evidente, pois o pesquisador inicia estabelecendo parâmetros conceituais centrais para o estudo, recorrendo a definições consagradas na literatura sobre imprensa/mídia negra, formuladas por autores, como Pinto (2010) e Araújo (2021). Esse gesto de ancorar o trabalho em definições reconhecidas evidencia o vínculo da pesquisa com uma tradição específica de estudos sobre comunicação e negritude no Brasil.

Ademais, a incorporação das reflexões de Ture & Hamilton (2021) e Almeida (2019) sobre racismo, ambas provenientes de intelectuais negros, reforça essa continuidade, pois o texto não apenas mobiliza conceitos, mas também se posiciona em uma tradição epistemológica que valoriza o protagonismo negro na produção de conhecimento. Ao explicitar que apenas intelectuais negros serão citados, se estabelece um alinhamento deliberado com uma perspectiva crítica e contra-hegemônica já existente, que reconhece esses sujeitos como legítimos produtores de teoria e análise.

Dessa forma, notamos que o trecho se enquadra de forma clara no “Passo 1D” porque não se limita a apresentar definições isoladas, mas insere o trabalho em um continuum discursivo e teórico que já vem sendo construído por pesquisadores e pesquisadoras negras/os, dando prosseguimento a uma tradição de reflexão e resistência no campo das relações raciais e da comunicação.

5.4 ANÁLISE DO MOVIMENTO 3

De acordo com Swales (1990), o Movimento 3, denominado “Ocupando o nicho”, tem como função central converter o espaço delineado no Movimento 2, em um campo de pesquisa que legitime o estudo em desenvolvimento. Há, portanto, uma relação direta e estreita entre ambos os movimentos. Assim, o Movimento 3 tende a se configurar como uma resposta estratégica, seja pela sustentação de uma contra-argumentação, pelo preenchimento de lacunas identificadas, pela proposição de respostas a questões específicas ou pela continuidade de uma tradição discursiva já estabelecida.

Com base em nossa observação, evidenciada na “Tabela 2 – Descrição sintetizada dos Movimentos e Passos encontrados nas introduções do Programa de Antropologia por ordem de aparição”, verifica-se que, na maioria das introduções analisadas, os pesquisadores seguiram justamente o que Swales (1990) descreve: após a ocorrência do Movimento 2, geralmente vinha o Movimento 3, funcionando como uma resposta. Assim, podemos concluir que, ainda que de forma intuitiva, os autores fizeram uso adequado do Modelo CARS proposto por Swales (1990).

A Tabela 5, a seguir, reúne a quantificação das ocorrências do “Movimento 3 — Ocupando o nicho” e de seus respectivos passos identificados nas introduções analisadas do Mestrado em Antropologia. Esses dados evidenciam não apenas a frequência com que cada elemento retórico é empregado, mas também a forma como se distribuem ao longo dos textos, permitindo uma compreensão mais precisa da estruturação das introduções nesse contexto acadêmico.

Tabela 5 – Frequência do Movimento 3 e dos Passos propostos por Swales (1990)

Movimentos e Passos	
Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Quantidade
Passo 1A - Delineando os propósitos ou	11
Passo 1B - Anunciando a pesquisa ou	24
Passo 2 - Anunciando as conclusões	7
Passo 3 - Indicando a estrutura da dissertação	18

Fonte: elaboração própria.

Logo de início, observa-se que o Movimento 3 está presente em todos os 22 textos analisados, configurando-se como um recurso amplamente mobilizado pelos autores das introduções. Entre os quatro passos propostos por Swales (1990), o “Passo 1B – Anunciando a pesquisa” revelou-se o mais recorrente, seguido pelo “Passo 3 – Indicando a estrutura da

dissertação”.

No que se refere à comparação entre os resultados obtidos nesta pesquisa e àqueles descritos por Swales (1990), destaca-se um dado relevante. Como já discutimos na análise do Movimento 2, enquanto o autor observou que os pesquisadores tendem a utilizar apenas um dos passos disponíveis para estabelecer um nicho, a nossa análise das dissertações do Mestrado em Antropologia evidencia um padrão distinto, muitos pesquisadores utilizaram pelo menos de dois dos passos em suas dissertações. De igual modo, no Movimento 3, Swales (1990) também postula o Passo 1A e o Passo 1B, como utilizados em alternância pelos autores dos artigos os quais analisou. Em contraponto, em nossas análises da Comunidade Discursiva específica, a qual estamos observando, também notamos, assim como percebemos em relação ao Movimento 2, que os autores optaram por mobilizar, em diversos casos, esses dois passos (Passo 1A e Passo 1B), ao construírem suas introduções. Essa estratégia foi identificada em 8 introduções, revelando não apenas uma ênfase particular na construção desse movimento, mas também um afastamento em relação ao padrão descrito no modelo canônico.

Outro aspecto a ser ressaltado é que a ocorrência do Movimento 3 não segue necessariamente a ordem sequencial prevista (Movimento 1 → Movimento 2 → Movimento 3). Em vez de aparecer apenas ao final das introduções, como sugere o modelo original, esse movimento foi encontrado, em algumas produções, já no início ou no desenvolvimento do texto. Tal fato indica que a Comunidade Discursiva dos mestrados em Antropologia apresenta características próprias no modo de estruturar suas introduções, apropriando-se do modelo de Swales (1990), mas também ajustando-o as suas necessidades discursivas e acadêmicas.

Diante desse panorama, a seguir, procederemos a uma análise detalhada de cada um dos passos que compõem o Movimento 3, conforme delineado por Swales (1990).

5.4.1 Passo 1A - Delineando os propósitos

De acordo com Swales (1990), o passo denominado “Delineando os propósitos”

desempenha um papel fundamental no Movimento 3 (Ocupando o nicho), uma vez que corresponde ao momento em que o pesquisador apresenta de forma explícita os objetivos e propósitos de sua investigação. Nesse estágio da introdução, o autor declara com clareza o que pretende alcançar, estabelecendo de modo direto a finalidade do estudo. Trata-se, portanto, de uma estratégia retórica recorrente que permite situar o trabalho em relação às necessidades previamente identificadas na literatura.

Swales (1990) observa que esse passo é um dos mais frequentes nas introduções de artigos acadêmicos, justamente por constituir uma maneira inequívoca de evidenciar a contribuição que a pesquisa busca oferecer à Comunidade Discursiva. Essa apresentação pode ser realizada por meio de diferentes recursos linguísticos, como a explicitação de objetivos gerais e específicos, a indicação do escopo investigativo ou a descrição da natureza do trabalho desenvolvido.

Além disso, ao explicitar os propósitos do estudo, o autor constrói uma ponte entre a lacuna apontada no Movimento 2 e a investigação apresentada no Movimento 3, consolidando o espaço de pesquisa que legitima sua produção científica. Assim, esse passo não se limita a introduzir a pesquisa, mas reafirma sua relevância no campo, demonstrando como o estudo dialoga com as discussões em curso e de que maneira se insere nas práticas discursivas de sua área.

No que se refere às análises desse passo, nas introduções das dissertações do Mestrado em Antropologia, verificou-se que, das 11 ocorrências identificadas, apenas 2 demandaram uma observação mais detida, por apresentarem particularidades dignas de destaque. Nas demais ocorrências, a identificação do passo não apresentou maiores dificuldades, uma vez que os autores recorreram a expressões claras e consistentes, que permitiram sua delimitação de forma precisa. Ademais, nesses casos, não foram constatados trechos embrionários nem sobreposição com características de outros passos, o que reforça a adequação retórica dos textos.

Entretanto, nos dois casos que merecem atenção específica, identificaram-se aspectos singulares que consideramos relevante comentar, tanto por revelarem nuances na aplicação do modelo, quanto por evidenciarem escolhas discursivas que destoam do padrão predominante.

Abaixo, destacamos um trecho do texto identificado como MEA202103:

MEA202103

O grupo ocupa junto com o movimento, os espaços de debate na capital cearense. A propósito, a expressão “Pessoal do Ceará”, que integra o título desta dissertação, recupera um importante movimento cultural cearense de meados dos anos 1960 denominado “Pessoal do Ceará”. Compunham-no grandes nomes do cenário artístico cearense, a saber: Belchior, Ednardo, Fagner, Amelinha além de compositores, universitários e notáveis artistas do contexto regional. Entretanto, no presente estudo, a expressão toma uma conotação diferente significando a luta das pessoas em situação e superação de Fortaleza. Apesar da maioria ser oriunda da capital cearense, nem todos os militantes são cearenses, mas sua atuação enquanto movimento social se construiu em solo cearense. O “Pessoal do Ceará” também é uma referência dada por militantes do MNPR de outros estados aos militantes do movimento social que atuam em solo cearense. Pessoas essas que são movidas à base de esperança por dias melhores para toda uma coletividade. Nos caminhos da sua militância, para o caminho de todo um segmento historicamente excluído, 15 muitos do “pessoal do Ceará” encontraram seu próprio caminho e motivações para a superação de rua.

Em nossa análise, identificamos esse trecho como pertencente ao Passo em destaque porque o autor, ao retomar a expressão “Pessoal do Ceará”, esclarece a forma como esse conceito foi mobilizado ao longo da dissertação, delimitando a perspectiva de análise e os objetivos do estudo. Ao explicar a ressignificação do termo, que deixa de se referir a um movimento artístico dos anos 1960 para designar a atuação de militantes em situação de rua em Fortaleza, o texto não apenas contextualiza o objeto empírico, mas também aponta a direção investigativa da pesquisa. Nesse sentido, a passagem delineia a intenção central do trabalho, evidenciando o propósito de compreender a militância social como espaço de resistência e superação, o que caracteriza precisamente o papel do Passo 1A, em Swales (1990).

Observa-se que esse trecho aparece deslocado para o final da introdução, atuando como o encerramento do texto. Essa escolha, que contraria o modelo proposto por Swales (1990), compromete, em nossa opinião, em certa medida a eficácia comunicativa do passo, pois, ao ser posicionado como conclusão, ele perde a força de orientar o leitor quanto aos propósitos da pesquisa, deixando a impressão de uma introdução inacabada ou fragmentada. Tal organização pode gerar certa dificuldade de legibilidade, uma vez que a função retórica esperada, a de apresentar de forma clara os objetivos do estudo, é atenuada pelo

posicionamento não convencional.

Ainda assim, é possível supor que, no planejamento discursivo do autor, essa opção tenha sido concebida como estratégica, ainda que sua realização não atenda plenamente ao padrão reconhecido pela comunidade acadêmica. Ressaltamos, por fim, que nosso intuito não é avaliar a escrita em termos de certo ou errado, mas evidenciar como determinados desvios em relação a um modelo consagrado podem impactar na clareza, na persuasão e na previsibilidade do texto acadêmico.

Em seguida, destacamos dois trechos da introdução MEA202202, localizados em momentos distintos do texto. Essa duplicidade indica que o autor dividiu em dois pontos diferentes a apresentação dos objetivos e propósitos da introdução. Entendemos que tal procedimento revela certa desorganização no planejamento textual, pois, caso desejasse acrescentar informações que haviam sido inicialmente esquecidas, poderia tê-las inserido no mesmo trecho em que já havia explicitado os objetivos, dando continuidade a partir dali. No entanto, optou por reiniciar esse movimento no ponto em que se encontrava, prosseguindo com o texto. Embora essa escolha retórica não comprometa a compreensão global, ela reforça uma característica recorrente nesta Comunidade Discursiva: a tendência a escrever de forma mais espontânea e fluida, permitindo que ideias e pensamentos surjam naturalmente, sem uma preocupação sistemática com a organização textual.

MEA202202

Pretende-se aqui focar em desdobramentos tensionados pelas mídias hegemônicas (CARNEIRO, 2011), que cumprem papel estratégico na manutenção do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) dentro de uma lógica de desigualdade racial midiática (SANTOS, 2018) e necropolítica (MBEMBE, 2018). Assim, vamos explorar o cenário maniqueísta da negritude (CÉSAIRE, 2022) e branquitude (CARDOSO & MÜLLER, 2017), cuja base é o pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2014), que está na centralidade da vivência desses corpos e que em um estado como o Ceará, no qual o apagamento da história negra é recorrente, desperta certo fetiche por um sangue nórdico (FERREIRA, 2020). No decorrer do estudo, discutiremos a emancipação pelo jornalismo (OLIVEIRA, 2017); uma comunicação atravessada pelo “pretuguês” de Gonzalez (1988) e que contribui sobremaneira para a construção de identidades (MUNANGA, 2020; BARROS, 2019). Numa analogia a Du Bois (2021), a mídia hegemônica funcionaria como um véu que impede quem está de um lado enxergar o outro. Iniciativas negras, então, seriam o romper deste véu? Muito embora saibamos das limitações da escrita, pois nenhuma, por mais extensa e bem estruturada que seja, abrange a pluralidade e a grandiosidade das vidas e experiências humanas, ainda mais

aquelas racializadas, esta pesquisa é uma forma de contribuir com a construção de uma nova geografia acadêmica para o meu povo. Por isso, cada nome negro aqui citado terá resgatado em notas um pouco da história que trilhou e da contribuição que deu/dá às negritudes.

MEA202202

A proposta aqui não é pautar a discussão sobre as narrativas dessas pessoas e das mídias negras nas quais elas atuaram ou ainda atuam a partir de referenciais da Comunicação como as teorias do espelho, do gatekeeper e do agendamento, por exemplo, todas de prevalência euroamericana (branca). O objetivo desta pesquisa é instituir o negro e as mídias negras enquanto categorias históricas na centralidade do debate sobre si mesmos, viabilizando uma “pedagogia da negritude” no que hooks (2017) chama de “pedagogia engajada”. Isso é o oposto do que tipificamos neste trabalho de “Jornalismo de efeméride”, prática das empresas de comunicação de produzir referenciais positivos sobre a população negra apenas em datas específicas do ano, sobretudo no 13 de maio e 20 de novembro, em alusão ao Dia da Abolição da Escravatura no Brasil e ao Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, respectivamente (e, no caso do Ceará, também em 25 de março, Data Magna do Estado). É por entender o racismo como experiência exclusiva de indivíduos não brancos que se faz aqui uma busca pela desconstrução de sentidos secularmente construídos em razão de uma lógica racista, e por ela deturpados, a começar pelo protagonismo de um povo que, em verdade, é a razão pela qual nosso país existe. Sem o suor e o sangue negro derramados desde a chegada do primeiro escravizado, o Brasil não seria Brasil nem Brazil. Entendemos que não basta apontar as violências da História, e elas são inúmeras. Ao bem e à justiça do povo negro, é preciso reescrevê-la. Tal qual fazem as mídias negras há quase 200 anos, damos aqui um passo adiante, para um futuro específico. Um afrofuturo. É um caminho sem volta.

5.4.2 Passo 1B - Anunciando a pesquisa

De acordo com Swales (1990), o “Passo 1B – Anunciando a pesquisa” é o mais recorrente e característico desta etapa introdutória em artigos acadêmicos. Não por acaso, em nossas análises do Movimento 3, esse passo se mostrou predominante, estando ausente em apenas três introduções. Nesse momento do texto, o autor apresenta a pesquisa que será discutida, explicitando seus objetivos, propósitos ou a natureza do estudo desenvolvido. Esse anúncio pode assumir diferentes formas, como exemplifica o próprio Swales: a explicitação direta da finalidade do trabalho (“este artigo tem como propósito...”), a indicação do escopo investigativo (“o presente estudo investiga...”) ou a declaração do caráter do estudo empreendido (“este trabalho apresenta uma análise comparativa de...”). Tais expressões também foram encontradas nas introduções que analisamos.

Assim como o Passo 1A, o Passo 1B também exerce um papel central no processo retórico descrito por Swales, uma vez que estabelece a transição entre a lacuna identificada no Movimento 2 e a contribuição apresentada pela pesquisa em questão. Por esse motivo, observa-se que alguns autores optam por empregar apenas um dos dois passos em seus textos.

Embora tenhamos registrado 25 ocorrências, é importante destacar que algumas delas se repetem no mesmo texto. Para esta análise, selecionamos as introduções cujos trechos chamaram nossa atenção por destoarem do padrão previsto no modelo CARS de Swales (1990). Em determinados casos, a mesma característica aparece em mais de um texto; por essa razão, optamos por agrupá-los em blocos, dos quais apresentaremos três a seguir. Há, contudo, uma introdução que se distingue por apresentar uma singularidade própria, motivo pelo qual iniciaremos por ela. As demais, que não serão comentadas, foram consideradas prototípicas.

Destacamos, inicialmente, o texto MEA202104, no qual a ocorrência do “Passo 1B – Anunciando a pesquisa”, segundo nossa análise, ultrapassa a simples apresentação da investigação para relatar, de forma bastante detalhada, os procedimentos metodológicos envolvidos. O autor descreve tanto as motivações que o levaram a escolher o tema quanto os processos desenvolvidos ao longo da execução do mestrado. Essa abordagem dificultou, em um primeiro momento, a identificação do passo, pois nos vimos divididos entre interpretá-lo como uma justificativa pessoal das motivações do trabalho ou como a explicitação efetiva do desenvolvimento da pesquisa. Após análise mais aprofundada, optamos pela segunda interpretação. Entretanto, há dois trechos situados entre o que consideramos as três ocorrências desse passo, em um dos trechos o autor se detém apenas em aspectos pessoais e no outro, o qual identificamos como sendo o “Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores”, do Movimento 1, o autor retrata a importância das festas locais para sua pesquisa. Por essa razão, optamos por tratar a manifestação do Passo 1B nesse texto como sendo três ocorrências distintas.

Abaixo, apresentamos, no Quadro 15, os movimentos retóricos encontrados no texto em questão.

Quadro 15 – Descrição sintetizada dos Movimentos e Passos encontrados na introdução MEA202104

MEA202104	Movimento 1 - Estabelecend o um Território	Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para	O estudo analisa o processo de interiorização do ensino superior no Ceará e seus impactos sociais. Descrição das localidades e história dos municípios de Acarape e Redenção, focando na emancipação política e sua importância histórica. Argumenta sobre as dificuldades enfrentadas pelos moradores do Maciço de Baturité, relacionando a criação da UNILAB com o desenvolvimento regional e a cooperação com os PALOP e Timor-Leste.
	Movimento 2 - Estabelecend o um Nicho	Passo 1C - Levantamento de questões	Apresenta questões sobre a recepção da UNILAB em Acarape e Redenção, discutindo a convivência entre estudantes africanos e brasileiros e as contradições da interiorização do ensino superior.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1A - Delineando os propósitos	A pesquisa busca compreender as transformações sociais e econômicas trazidas pela UNILAB.
		Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	Explicação detalhada sobre os aspectos metodológicos da pesquisa.
	Movimento 2 - Estabelecend o um Nicho	Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais	O autor relata que sua vivência de cerca de cinco anos em Acarape e Redenção, intensificada por vínculos acadêmicos e sociais na Unilab, possibilitou-lhe construir relações diversas e um conhecimento aprofundado sobre a vida, a história e os costumes locais.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	Explicação adicional sobre os procedimentos para coleta de dados.
	Movimento 1 - Estabelecend	Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores	As festas em Redenção e Cumbuco, sejam religiosas, culturais, acadêmicas ou estudantis, funcionam como espaços de

	o um Território		sociabilidade que fortalecem laços comunitários e intergeracionais, embora os mais jovens nem sempre compreendam plenamente seus significados históricos.
	Movimento 3 - Ocupando o Nicho	Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual	O autor ressalta a diferença entre pesquisadores viajantes e residentes/nativos, destacando que estes últimos vivenciam o campo de forma contínua e intensa, o que exige delimitar o momento de encerrar a coleta, enquanto os primeiros têm experiências mais limitadas no tempo.
		Passo 3 - Indicando a estrutura da dissertação	A dissertação é dividida em três capítulos: histórico da universidade, impactos econômicos e tensões socioculturais.
		Passo 2 - Anunciando as principais conclusões	Conclui que o foco na expansão e interiorização do ensino superior não considerou adequadamente a adaptação dos antigos moradores à nova realidade.

Fonte: elaboração própria.

Não apresentaremos o excerto na íntegra devido a sua extensão, mas ressaltamos que se encontra disponível integralmente nos anexos. Para fins de ilustração, selecionamos um trecho representativo das três ocorrências identificadas.

MEA202104 (Trecho 1)

Nesse contexto, sendo o fruto do projeto de Interiorização, Expansão e Internacionalização do ensino brasileiro (UNILAB, 2010), a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é considerada o elemento principal neste estudo e análise de mudanças sociais que estão ocorrendo nas referidas localidades. a) Procedimentos metodológicos e o percurso ao campo Para alcançar as informações que sustentem esta pesquisa foi necessária a realização do trabalho de campo (etnografia), utilizando suas técnicas como ferramentas indispensáveis que facilitaram a aproximação e a interação com os sujeitos desta pesquisa. Assim, as técnicas que nortearam todo o procedimento de busca ao campo 20 foram três, a saber: a) a observação participante, b) as entrevistas e c) os diálogos informais. Este último ponto foi muito útil no sentido que, uma boa parte das informações da pesquisa se deve a essas conversas informais que contribuíram em primeiro lugar, na

constatação e na percepção da estrutura do problema que envolveu os antigos e recém-chegados moradores de Acarape e Redenção. E em segundo lugar, as conversas informais inspiraram a construção de questionários aplicados nas entrevistas. Sendo assim, análise das entrevistas envolve o uso de informações ou comentários e opiniões informais e as informações reunidas nas observações participantes para chegar à base conclusiva. A interpretação das informações asseguradas foi feita de modo independente e cuidadosamente por meio de uma leitura crítica e auxiliada, aliás, fundamentada nas abordagens teóricas feitas por outros autores, principalmente os antropólogos.

MEA202104 (Trecho 2)

Pelo que foi exposto a propósito da minha proximidade e da rede de relação sociocultural estabelecidas com os meus interlocutores naqueles municípios, o leitor pode imaginar que o percurso ao campo foi muito fácil. Mas não foi tão simples como se pode esperar. Eu me deparei com algumas dificuldades ao estabelecer relações com os indivíduos selecionados para entrevista – principalmente os Antigos-moradores, que em várias circunstâncias desistiam de continuar entrevista sem me informar previamente o motivo. Quanto mais eu ia atrás, me parecia que alguns se distanciavam mais. Para não continuar incomodando, desistia de alguns que pareciam mais fechados para mim. Em alguns casos, percebi que vários convidados desistiram por causa do receio de serem interrogados, pensando que os seus relatos seriam irrelevantes para enriquecer a pesquisa ou que responderiam incorretamente às minhas perguntas. Ou seja, eles temiam falar de determinados assuntos por acreditarem que suas opiniões seriam irrelevantes diante do pesquisador que talvez para eles, é o detentor do conhecimento. Talvez por estas razões Pierre Bourdieu tenha razão ao afirmar que: Esta dissimetria é redobrada por uma dissimetria social todas as vezes que o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente do capital cultural.

MEA202104 (Trecho 3)

Enfim, para finalizar a apresentação do percurso metodológico, gostaria de acrescentar uma observação sobre a diferença entre os pesquisadores viajantes e os nativos ou que vivem no local da pesquisa. Os pesquisadores que viajam para um determinado lugar a fim de passar um determinado tempo (um mês, três meses ou mais), recolhendo as informações e voltam para suas cidades com o material alcançado para análise e a construção do texto etnográfico. Estes vivenciam pouco a realidade dos sujeitos/grupo ao qual pretendem compreender. Já o caso dos pesquisadores residente ou nativo do local da pesquisa, o campo é constante. Porque a cada momento, ele se atualiza com os fatos correntes no dia-a-dia do seu campo. Ele tem o dever de escolher por onde parar a compilação de informações e construir o texto, pois se não o fizer, o trabalho nunca terá fim, pois as novidades aparecem constantemente. O meu campo assume essa característica, e tive que parar o percurso no campo provisoriamente para a construção textual. Com essa pequena observação sobre os pesquisadores que residem ou não ao campo, a intensão não se trata de um modo de pesquisa de campo ser melhor que o outro,

mas realçando a diferença de intensidade das experiências vividas (PEIRANO, 1995) entre os dois grupos de pesquisadores.

Dando prosseguimento à análise, apresentamos o primeiro bloco de textos classificados como embrionários ou pouco detalhados, caracterizados por sua simplicidade e extensão reduzida em comparação ao restante do texto. Identificamos quatro ocorrências desse tipo nos seguintes trabalhos: MEA202102, MEA202103, MEA202105 e MEA202201. A seguir, destacamos os excertos dessas introduções:

MEA202102

Para este estudo escolhi como locus principal o bar The Lights, localizado no bairro Benfica, porém entendo que ele transcende esse espaço para a rua, para os muros do entorno e pelos percursos dos que constroem essa cidade em perspectiva. Como observado em campo, foi possível enxergar a ideia de “mancha” e “circuito” levantado por Magnani (2012) e de não lugar, de Michel Agier (2011), dois autores referência na antropologia urbana.

O trecho destacado acima apresenta uma descrição do locus de pesquisa, o bar The Lights, situando-o no bairro Benfica e ampliando a análise para incluir o entorno urbano e os percursos dos habitantes, sugerindo uma perspectiva que ultrapassa os limites físicos do espaço estudado. O autor ainda recorre a referências teóricas relevantes, como Magnani (2012) e Agier (2011), para fundamentar conceitualmente a observação de conceitos como “mancha”, “circuito” e “não-lugar”, inserindo a pesquisa em um diálogo com a antropologia urbana. No entanto, acreditamos que apesar dessas referências e do detalhamento contextual, o trecho não explicita de maneira clara os objetivos centrais do estudo, nem indica de forma objetiva a contribuição que a pesquisa pretende oferecer ao campo acadêmico. Falta para nós, portanto, uma articulação explícita entre a descrição do locus e a justificativa da investigação. Essa lacuna compromete o cumprimento pleno da função retórica do “Passo 1B – Anunciando a pesquisa”, que, segundo Swales (1990), deve apresentar a investigação de modo a legitimar sua relevância, e inserir o trabalho no debate acadêmico. Em razão disso, acreditamos que o trecho mantém um caráter embrionário, fornecendo informações preliminares e contextualizações teóricas, mas sem estruturar um anúncio da pesquisa suficientemente claro, funcional e completo dentro do modelo CARS.

A seguir destacamos o excerto do texto MEA202103:

MEA202103

Com efeito, mostrei seus nomes, lutas, desejos, dificuldades, lugares de atuação, e suas diversas formas de se mobilizar. Ocasionalmente os nomes ou relatos são ocultadas, mas de forma constante, busco “dar uma cara” ao coletivo social do Ceará, não pela mera ação de “dar voz”, mas multiplicá-las através da escrita, tanto quanto possível for. A pesquisa possuiu dois momentos totalmente distintos, nomeadamente o antes e ao longo da pandemia, pelo que havia constantes reuniões, sempre realizadas com as pessoas em situação e superação, mas que foram cessadas em razão das medidas de isolamento social propostas pela administração estadual, que criaram, por sua vez, uma inédita e nova dinâmica nas relações sociais.

Quanto a esse trecho, o autor relata detalhadamente suas ações e experiências durante a pesquisa, incluindo o acompanhamento de participantes antes e durante a pandemia e a forma como as reuniões e dinâmicas sociais foram impactadas pelas medidas de isolamento. Embora esse detalhamento seja rico e mostre o engajamento do pesquisador com o campo, fica a impressão de que o texto permanece descritivo e carece de explicitação dos objetivos centrais do estudo ou da contribuição teórica que a pesquisa oferece. Para nós, é como se a narrativa enfatizasse o percurso do pesquisador, mas não articulasse claramente a relevância do trabalho frente a uma lacuna acadêmica, característica central do Passo 1B. Dessa forma, acreditamos que o trecho se mantém simplório e embrionário, funcionando mais como um relato de campo do que como um anúncio estruturado da pesquisa.

MEA202105

Este trabalho de pesquisa também foi desenvolvido a partir do desejo de estudar gênero e procurar compreender como as tramas sociais estão presentes nas narrativas destas interlocutoras, provocando nos mesmos novos posicionamentos a partir do acesso à universidade. Todas as etapas da pesquisa, desde o levantamento bibliográfico, fundamentação teórica, trabalho de campo até a análise e interpretação dos resultados, tiveram como marcadores gênero e raça relacionados à política pública de educação.

Já esse excerto do texto MEA202105 apresenta o interesse do pesquisador em estudar gênero e compreender como as tramas sociais estão presentes nas narrativas das interlocutoras estudadas em sua pesquisa, relacionando essas análises às políticas públicas de educação. O texto até menciona etapas metodológicas, desde o levantamento bibliográfico até a análise de resultados, e aponta marcadores analíticos importantes, como gênero e raça. Apesar disso, nota-se que a explicitação dos objetivos específicos e da contribuição que o

estudo pretende oferecer ao campo permanece vaga. Por isso, pensamos que a função retórica do Passo 1B, de legitimar a pesquisa e posicioná-la dentro do debate acadêmico, não é plenamente cumprida.

A seguir destacamos o último trecho dessa análise específica:

MEA202201

Esta dissertação assenta-se no princípio de que repensar as nossas práticas dentro da universidade é romper com os limites do pensamento colonizador que está presente nas produções e em nossas experiências. Encontrar respostas e metodologias que rompam com esse pensamento também é uma tarefa importante desenvolvida aqui.

Nesse trecho, o autor apresenta os princípios orientadores da dissertação, destacando a necessidade de repensar práticas universitárias e romper com o pensamento colonizador. Notamos que o pesquisador evidencia uma preocupação conceitual relevante e mostra seu engajamento com questões teóricas e metodológicas críticas. No entanto, não nos parece que ele descreve claramente o objeto de estudo, os objetivos ou a contribuição esperada da pesquisa. Fica claro que a generalidade das afirmações impede que o texto funcione plenamente como um anúncio de pesquisa, fazendo com que o trecho seja considerado embrionário dentro do modelo CARS, pois oferece fundamentos e intenções teóricas, mas não articula de forma concreta o propósito investigativo.

Nota-se, portanto, que todos esses trechos fornecem informações contextuais, referências teóricas ou fundamentos conceituais, mas não desenvolvem de maneira completa a função do “Passo 1B – Anunciando a pesquisa”. Defendemos que a ausência de uma explicitação clara dos objetivos, da contribuição acadêmica e do vínculo com lacunas previamente identificadas no campo evidencia seu caráter embrionário ou simplório, funcionando mais como ponto de partida do que como uma apresentação consolidada da pesquisa, conforme prevê o Modelo CARS, de Swales (1990).

Dando prosseguimento à análise, o próximo bloco de textos corresponde àqueles nos quais identificamos múltiplas ocorrências do Passo 1B ao longo da introdução. O primeiro texto a ser examinado neste grupo é a introdução MEA202305:

MEA202305 (Trecho 1)

Assim, as reflexões propostas neste estudo levam a compreender: como esse mercado se desenvolveu na cidade; quem são essas mulheres, como elas tornaram-se transistas e como constroem suas identidades raciais; e por fim, que conhecimentos produzem, articulam e compartilham através da plataforma de rede social Instagram. Para tanto, o estudo se apoia em pesquisas já desenvolvidas nas ciências sociais que abordam a presença de mulheres negras e feministas no ciberespaço como agentes significativas na construção e ampliação de novos espaços de aprendizagens (BARROS, 2009; PAZ, 2019). Pois, como será possível observar, o trabalho desempenhado por minhas interlocutoras não pode ser analisado separadamente de seu propósito enquanto ação política e formativa. Assim, esta pesquisa propõe olhar para a atuação das transistas, a partir de fontes digitais provenientes do ciberespaço, que se caracteriza, segundo Lévy (1999, p. 92) como “um espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores”; um local de disponibilização de informações possibilitado pela internet e pelas novas tecnologias, que se constitui como uma dimensão virtual da realidade, onde os indivíduos interagem pela forma de imagens, textos, áudios e vídeos através de dispositivos conectados à internet (RABAÇA, BARBOSA, 2001). Nesse contexto, as narrativas analisadas estão relacionadas com as significativas mudanças produzidas pela universalização dos usos de aparatos tecnológicos, especialmente os smartphones, incorporados à vida cotidiana das pessoas. Destarte, pretendemos alimentar e atualizar a literatura produzida sobre transistas e penteados afros a partir da dimensão do ciberespaço; ao apresentar como este novo cenário está posto e que novos elementos trazem aos estudos sobre tranças e salões étnicos.

Como podemos perceber, o trecho analisado cumpre, de maneira relativamente clara, a função central do “Passo 1B – Anunciando a pesquisa”, ao explicitar o objeto de estudo, os objetivos e a relevância da investigação. Nota-se que o autor apresenta de forma direta o foco da pesquisa que é compreender o desenvolvimento do mercado de transistas na cidade, a trajetória das mulheres envolvidas, a construção de suas identidades raciais e os conhecimentos que produzem e compartilham através do Instagram. Além disso, ainda situa o estudo dentro de uma tradição de pesquisa nas ciências sociais que discute a atuação de mulheres negras e feministas no ciberespaço (BARROS, 2009; PAZ, 2019), legitimando a investigação e conectando-a com debates já consolidados na literatura.

O trecho também demonstra preocupação com a contribuição do estudo, ao explicitar que pretende atualizar e ampliar a literatura sobre transistas e penteados afros, destacando o papel formativo, político e social dessas práticas no contexto digital. A referência a Lévy (1999) e Rabaça & Barbosa (2001) fortalece a fundamentação conceitual e evidencia o enquadramento do estudo dentro da dimensão do ciberespaço como espaço de interação e produção de conhecimento.

MEA202305 (Trecho 2)

Pois não foi fácil para os grupos africanos manterem parte de seus valores culturais no território brasileiro, principalmente alguns símbolos étnicos aplicados aos cabelos (SANTOS, 2013, p. 30 e 31). Assim, consciente da longa e imbatível história dos penteados afros, neste estudo, também farei uma breve discussão sócio-histórica, acionando perspectivas e conceitos teóricos anticoloniais produzidos nas ciências sociais. Por conseguinte, a pesquisa também apoia-se nos estudos acerca dos cabelos dos negros e salões étnicos produzidos no Brasil (FIGUEIREDO, 1994; GOMES, 2002; COUTINHO, 2010; BOUZÓN, 2010; SANTOS, 2013; SILVA, 2013; SONGA, 2017; COSTA, 2017).

Após tratar de outras questões, logo antes de finalizar a introdução, esse trecho volta a apresentar elementos que se relacionam com o “Passo 1B – Anunciando a pesquisa”, ao indicar a intenção do estudo de discutir os cabelos afro e os salões étnicos a partir de uma perspectiva sócio-histórica e anticolonial, apoiando-se em referências teóricas relevantes (SANTOS, 2013; FIGUEIREDO, 1994; GOMES, 2002; entre outros). Nesse excerto, percebemos também que a intenção do autor era deixar claro o objeto de estudo, os símbolos étnicos aplicados aos cabelos e a preservação de valores culturais africanos no Brasil, além de mencionar o enquadramento conceitual que orienta a pesquisa.

Gostaríamos de enfatizar o fato de que esse trecho está finalizando a introdução, o que se configura como um desvio em relação à proposta original de Swales (1990). Já que, como se sabe, o Passo 1B, conforme o modelo CARS, deveria ocorrer logo após a identificação da lacuna no conhecimento (Movimento 2), funcionando como um anúncio claro e estruturado da pesquisa, de modo a legitimar sua relevância e posicioná-la no campo acadêmico.

Abaixo, analisaremos o texto MEA202301:

MEA202302 (Trecho 1)

Nesse entendimento busco com a construção dessa dissertação, analisar como os processos de educação escolar indígena Truká são tecidos na comunidade como espaços de estratégias usados pelas indígenas mulheres e professoras para resistirem e existirem dentro de um contexto patriarcal e machista. Como objetivos específicos, busco: a) perceber quais motivações históricas que levaram essas indígenas mulheres a protagonizar o educacional em seu território; b) contribuir para o registro de corpos femininos presentes no contexto de luta e resistência da educação escolar indígena; c) identificar os processos de silenciamento a esses corpos e suas estratégias de rupturas desse lugar.

O trecho destacado acima da introdução encontra-se imediatamente após a ocorrência do Movimento 1, “Passo 1 – Reivindicando centralidade”. Em outras palavras, o autor ainda não havia estabelecido uma lacuna em seu texto, limitando-se a iniciar a justificativa da relevância de seu estudo. Entretanto, já nesse ponto, passa a abordar diretamente aspectos específicos de sua pesquisa. Tal antecipação sugere, em nossa opinião, certa precipitação na apresentação do trabalho, o que pode ser interpretado como indício de um planejamento textual pouco estruturado.

MEA202302 (Trecho 2)

Os instrumentos de coleta que usarei para construção desse texto partirá dos diálogos com as/os parentes, as rodas de conversa, dos momentos de aldeia que sempre estive presente por não ser um corpo estranho, ser parte da comunidade e por esse motivo nesse momento não optei pelo método das entrevistas. Nesse sentido, MINAYO (1994) diz: se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (1994 p. 21-22). Caminharei através das observações para que dessa forma consiga perceber as diferentes estratégias usadas por essas mulheres para resistirem e existirem. O trabalho de campo etnográfico permanece como um método notavelmente sensível. A observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução. [...]; como meio de produzir conhecimento a partir de um intenso envolvimento intersubjetivo, a prática da etnografia mantém um certo status exemplar de estranhamento (CLIFFORD, 2002, p. 20).

Pouco depois, o autor da introdução retoma a mesma estratégia, reforçando novamente a centralidade de seu trabalho. Em seguida, após esse movimento, apresenta outros aspectos relacionados à forma como conduz sua pesquisa, o que configura uma nova ocorrência desse passo, conforme ilustrado acima.

MEA202302 (Trecho 3)

No percurso da escrita desse texto vou trazer sempre corpo como um dos elementos principais que se constrói as narrativas, os conhecimentos/saberes, as lutas, os processos de resistência, bem como resignificação e reelaboração de processos diversos da invisibilidade para visibilidade. Quando trago corpo para construir as narrativas dessa dissertação, não estou trabalhando apenas com a matéria, o concreto de possível contato, mas estou trabalhando o corpo a partir das escritas, de suas marcas que trazem todo processo da colonização, da

invasão e usurpação de seus territórios, bem como um corpo que se ressignifica, que carrega consigo toda luta e ancestralidade resistindo ao longo dos anos e reescrevendo novas narrativas, demarcando lugares de poder. A construção desse corpo é acima de tudo um ato político, quando as indígenas mulheres ocupam Brasília em 2019 usando como tema da marcha “meu corpo, meu território”, elas estão gritando essa ancestralidade, essa relação com o território, do seu corpo ferido porque o território está sendo ferido, mas também, dos processos construídos na colonização, no colonialismo e dá continuidade da colonialidade.

Finalmente, na última ocorrência identificada desse passo na presente introdução, o autor apresenta novos aspectos de sua pesquisa logo após a realização do Movimento 2, no qual aponta lacunas em estudos anteriores, em consonância com o que propõe Swales (1990). Nesse momento, sua intenção é justificar as escolhas metodológicas ao tratar da representação do corpo, concebido como elemento central para a construção de narrativas e para a ressignificação de processos relacionados à visibilidade e à invisibilidade humanas.

A seguir destacamos a última introdução que inserimos neste bloco:

MEA202203 (Trecho 1)

Assim, esta pesquisa reconhece que o ato de produzir versões compartilhadas sobre o assassinato de Luana Barbosa, em 2016, serve como um potente alicerce para ações de protesto e da luta por reparação. Quando submeti o primeiro esboço deste trabalho para a banca de qualificação, em maio de 2021, lembro que a prof. dra. Vera Rodrigues (Unilab/UFC) me convidou a tentar situar minha concretude enquanto pessoa relacionada ao tema dentro do meu próprio campo de pesquisa. Afinal de contas, para além das motivações puramente teóricas, seria interessante algum comentário sobre a minha relação com o assunto abordado. Uma pista, uma origem? Fiquei pensando em como começaria a escrever sobre isso, o que veio a se tornar, temporariamente, um desafio. No entanto, não me lembro exatamente onde eu estava e como me impactou a notícia da forma truculenta que Luana Barbosa, a pessoa a quem dedico este trabalho e pela qual cheguei ao tema da minha pesquisa, morreu pela ação da polícia militar de São Paulo. Provavelmente o distanciamento dessa dor se conecte à posição que eu ocupo, sob um consenso de identidade social branca no Brasil, podendo ser explicada da seguinte forma por Frankenberg (1999). A autora definiria esta posição como um lugar estrutural de onde o sujeito branco tem acesso à alteridade e a si próprio, uma posição de poder demarcada pelo conforto do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si (FRANKENBERG, 1999, p. 70).

Antes de apresentarmos comentários sobre o excerto em questão, consideramos relevante destacar a dificuldade encontrada na identificação dos passos que compõem esta

introdução, sobretudo no que diz respeito ao Movimento 3. Após sucessivas leituras, contudo, foi possível reconhecer a primeira ocorrência, a qual se mostrou relativamente mais acessível à identificação e situa-se logo após o “Passo 1A – Delineando propósitos”. Nesse ponto, inferimos que a intenção do autor possivelmente tenha sido enfatizar o trabalho desenvolvido em sua pesquisa, articulando, em sequência, seus propósitos e alguns aspectos metodológicos.

O segundo excerto foi identificado logo após a ocorrência de um apontamento de lacuna referente ao Movimento 2. Trata-se, contudo, do trecho cuja classificação se mostrou mais complexa, sendo possível apenas a partir da percepção de que, após contextualizar teoricamente a questão da memória com base em Pollack (1992) e relacioná-la à experiência das participantes do documentário, a autora passa a explicitar seu próprio objeto de investigação. Tal movimento torna-se evidente quando afirma que, a partir desse contexto, iniciou a análise do que as colaboradoras denominavam de “memória sapatão”, delimitando, assim, o foco específico de sua pesquisa.

MEA202203 (Trecho 2)

Próximo a essa questão de memória, existência e identidade, Michael Pollack (1992) contribui com sua análise do conceito de memória coletiva. Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLACK, 1992, p. 204) Ao som da música “Máquina que Gira”, composta pela rapper Bê-O (Beatriz D’Oxum), a integrante Nathalia Dezoti falou que, apesar de muito nervosa para naquele dia falar em público, estava também muito orgulhosa de ver o documentário ser lançado em primeira mão e na presença de “gente tão importante” (referindo-se às outras participantes da Coletiva Luana Barbosa). “Afinal de contas”, ela continuou, “tudo o que Luana passou mexe com a nossa vida e com a nossa morte.” Desse modo, conectando ao que Pollack (1992) considerou como reconstrução de si, a introdução ao tema do documentário se convergia em razões políticas suficientes para quebrar o silêncio. Entendi que naquele instante as mulheres se viam como possíveis vítimas não só da violência lesbofóbica, mas do desaparecimento de si. No momento em que as integrantes previam a possibilidade de desaparecer em breve, sentiam-se na obrigação de inscrever as lembranças do que viviam como uma forma de lutar contra o esquecimento. E é a partir daí, cercada dos olhares de mulheres negras colaboradoras para meu pensamento, que pude começar a investigar o que nomeavam de “memória sapatão”.

Para concluir a análise deste passo, destacamos as introduções em que houve

maior dificuldade de identificar e enquadrar os trechos no Passo 1B. Nesse sentido, as introduções que se enquadram nessa situação são: MEA202301, MEA202402 e MEA202403.

MEA202402

Essas coletividades podem ser compreendidas como grupos de apoio, nos quais é possível adquirir um conhecimento mais acessível, isto é, com pessoas que compartilham experiências e conversam sobre diagnósticos e tratamentos com uma linguagem menos técnica se comparada às informações geralmente repassadas pelos médicos e profissionais do meio clínico/hospitalar. As pacientes oncológicas entrevistadas neste trabalho são de diferentes idades e fazem tratamento em Brasília –DF. Destas, cinco residem na capital federal e uma em Goiás. Obtive contato com elas a partir da ONG “Vencedoras Unidas”, que conheci por meio do Instagram. A ONG mantém desde 2017 um canal no Youtube com intuito de apoiar e ajudar mulheres com diagnóstico de câncer. Acompanhando as postagens já há algum tempo, decidi entrar em contato por via de uma mensagem direta na página do Instagram, me apresentei como pesquisadora e estudante de mestrado e perguntei se havia alguma paciente interessada em participar. Como resposta, me encaminharam o número de celular de Ilma Gomes uma das diretoras da associação, que, de forma bastante atenciosa e receptiva me conectou a Lileuda e Janetty, integrantes veteranas da ONG que já foram pacientes oncológicas e, atualmente, estão em remissão. Elas me receberam com muito entusiasmo, gerando um vínculo especial e de extrema importância, pois, por meio delas consegui entrar em contato com as seis interlocutoras e protagonistas deste trabalho.

Esse trecho é apenas um excerto do que delimitamos como pertencente ao Passo 1B nesta introdução, e o texto na íntegra pode ser encontrado nos anexos. Logo de início, a nossa dificuldade em enquadrar o trecho apresentado no “Passo 1B – Anunciando a pesquisa” reside, sobretudo, no caráter híbrido da construção textual. Isso é perceptível porque, por um lado, o excerto tem forte presença de elementos descritivos e narrativos, voltados à caracterização das interlocutoras, à apresentação de suas trajetórias médicas e às estratégias metodológicas adotadas pela pesquisadora. Tais aspectos poderiam, a princípio, aproximá-lo de uma seção metodológica ou de contextualização empírica, até mesmo de uma justificativa por meio de aspectos puramente pessoais, afastando-o da função típica de anúncio da pesquisa. Por outro lado, ao longo da exposição, notamos que a autora explicita de forma indireta a natureza de sua investigação ao detalhar o processo de seleção das participantes, justificar a pertinência do método de histórias de vida e articular referenciais teóricos que sustentam sua escolha metodológica, ela acaba, ainda que de maneira diluída, delineando o objeto e a proposta investigativa.

Foi justamente essa articulação que fundamentou nossa decisão de classificá-lo no Passo 1B. Entendemos que embora não ocorra uma formulação direta e objetiva do tipo “esta pesquisa busca...”, o trecho cumpre, em essência, a função de anunciar a pesquisa, pois apresenta as interlocutoras, contextualiza os caminhos percorridos para a constituição do corpus, fundamenta teoricamente a escolha metodológica e insere o estudo no campo da antropologia digital e das narrativas de vida. Desse modo, para nós, ainda que a retórica se afaste do padrão mais sucinto previsto por Swales (1990), o excerto realiza a função de tornar visível ao leitor qual é a investigação em curso, como ela se estrutura e de que modo se insere no quadro teórico e metodológico adotado. Por isso, o enquadramento no Passo 1B foi considerado o mais adequado, ainda que de forma não convencional.

MEA202403

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem antropológica dinâmica, participativa e comprometida, levando em consideração os pensamentos e fazeres antropológicos de autores como por exemplo Bruno Latour, renomado sociólogo e pensador, que desafia a dicotomia tradicional entre natureza e cultura, argumentando que devemos reconhecer e explorar as redes complexas de relações entre humanos e não humanos. Ele enfatiza a importância de considerar os “atores não humanos” como participantes ativos e influentes nas sociedades e nas interações sociais. Latour sugere que devemos abraçar uma abordagem simétrica, na qual humanos e não humanos são considerados igualmente importantes na formação do mundo social. Ele nos convida a pensar em termos de conexões, mediações e agenciamentos, em vez de separações rígidas entre o natural e o social. Essas perspectivas fornecem novas maneiras de entender e analisar os fenômenos culturais e sociais, desafiando as noções tradicionais de objetividade e universalidade, que valoriza a reflexividade e a desconstrução dos discursos e representações culturais. A metodologia utilizada foi a etnografia, que consiste na observação integrante e na coleta de dados por meio de entrevistas, grupos focais e análise documental, como bem realizou Bronisław Malinowski, renomado antropólogo que contribuiu significativamente para o campo da etnografia. Suas ideias-chave giram em torno da importância da pesquisa de campo intensiva e da participação direta na vida das comunidades estudadas. Ele enfatizou a necessidade de compreendermos as práticas culturais em seu contexto social e enfatizou a importância dos aspectos práticos da vida cotidiana.

Devido a sua extensão, mais uma vez não reproduzimos aqui o trecho integral, mas apenas um excerto de forma ilustrativa. Para uma consulta mais aprofundada, o texto está completo nos anexos. De maneira bastante semelhante ao trecho anteriormente analisado, nesta introdução tivemos um certo grau de dificuldade para classificar também por conta da

densidade de informações metodológicas, teóricas e contextuais que se entrelaçam no excerto. Para nós, em grande parte, o texto assume características próprias de uma seção metodológica, já que descreve a abordagem adotada, a inspiração em autores de referência (como Latour, Malinowski, Geertz e Marcus), as técnicas de coleta de dados (observação participante, entrevistas, análise documental) e até os princípios éticos que nortearam a pesquisa, como se o pesquisador tivesse se adiantado ao trazer tantos detalhes para sua introdução.

A despeito desse caráter metodológico mais amplo, nota-se que o trecho também cumpre funções centrais de anúncio da pesquisa. Isso se verifica, sobretudo, no momento em que o autor explicita sua pergunta norteadora (“como se deu o processo de adaptação da população idosa da Reserva Indígena Tabá dos Anacé...”), bem como nos pontos em que delimita o campo empírico (a comunidade Anacé) e a perspectiva teórica escolhida (Antropologia Histórica, associada a referenciais pós-modernos). Desse modo, embora a enunciação não seja sucinta nem linear, a pesquisa é claramente apresentada ao leitor, pois identifica-se o objeto, localiza-se o recorte temporal e social, e justificam-se as escolhas metodológicas e epistemológicas que sustentam a investigação. Por essa razão, optamos por enquadrar o trecho no Passo 1B. Ainda que ele vá além do padrão proposto por Swales (1990).

MEA202301

Antes de adentrarmos efetivamente o presente estudo, penso ser importante e também norteador o entendimento do termo transgeneridade. Para sustentar tal entendimento, eu poderia citar autoras, assim como produções diversas que já discutiram essa questão anteriormente. No entanto, enquanto uma pessoa transgênera e presente no espaço acadêmico-universitário, produtora de conhecimento, penso ser mais prudente eu mesma, a partir da minha vivência e da minha perspectiva, sustentar tal argumento e entendimento sobre o termo, sem deixar de, nas entrelinhas deste trabalho, mencionar teórica e socialmente as raízes de tal entendimento em contexto macro social. Para os estudos de gênero e sexualidades, o conceito transgeneridade está imbricado numa discussão maior que trata das reflexões em torno da identidade de gênero. Tal discussão está presente neste trabalho, todavia, em termos sociais e políticos, a transgeneridade indica uma identidade de gênero oposta à cisgeneridade (RODOVALHO, 2017). Nesse sentido, parece-me relevante pontuar o que estarei me referindo à transgeneridade desde o início deste trabalho. Pois bem, transgeneridade será acionada para se referir à identidade de sujeitos sociais transgêneros. Por sua vez, pessoas transgêneras são aquelas compreendidas enquanto transgressoras da

normatividade de gênero imposta pelas regulações sociais e morais (BUTLER, 2022). Importante também destacar que transgênero é compreendido como um termo guarda-chuva capaz de abarcar a pluralidade existente de transidentidades.

Assim como os outros dois trechos, este é apenas um recorte do excerto que delimitamos em nossa análise como sendo uma ocorrência do Passo 1B. Dessa vez, a dificuldade em enquadrar este trecho no “Passo 1B – Anunciando a pesquisa” decorre do fato de que a autora não anuncia diretamente seu objeto de investigação, mas se dedica, sobretudo, à explicitação conceitual e política do termo transgeneridade. O excerto parece mais preocupado na delimitação terminológica, que poderia ser entendido como parte de um esforço de contextualização teórica ou de fundamentação conceitual prévia. A escolha da autora por definir o termo a partir de sua vivência, em diálogo com aportes teóricos e políticos, dá ao texto um caráter híbrido, pois de um lado, é um exercício de construção conceitual; de outro, atua como uma forma de demarcar a perspectiva e o recorte analítico que nortearão a pesquisa.

Foi justamente esse caráter demarcador que fundamentou a nossa decisão de classificá-lo no Passo 1B. Para nós, ao estabelecer desde o início como utilizará o termo transgeneridade, quais sentidos privilegiará (políticos, sociais e científicos) e qual será a abrangência semântica da expressão “trans” no trabalho, a autora efetivamente anuncia ao leitor a orientação e o foco de sua investigação. Assim, ainda que o trecho não apresente explicitamente a formulação de objetivos ou hipóteses, ele cumpre a função retórica de tornar visível qual é o objeto central do estudo, ao circunscrevê-lo conceitualmente e indicar as bases de sua abordagem.

Para finalizar, destacamos que, além dos aspectos já mencionados, as introduções MEA202403 e MEA202301 apresentam ocorrências do Passo 1B posicionadas ao final da seção introdutória, fenômeno também observado na introdução MEA202305. Esse padrão sugere que, dentro da comunidade discursiva analisada, há uma ênfase recorrente na utilização dos passos do Movimento 3 para encerrar os textos, em especial o Passo 1B, que se mostra mais frequente e marcante nesse ponto estratégico da introdução. Em contraste, os Passos 2 e 3 aparecem de forma residual, quase como exceções. Essa configuração pode indicar que, quando empregados, esses dois últimos passos tendem a assumir uma realização prototípica, possivelmente em função da influência de outras comunidades discursivas, cujas

convenções retóricas orientam a escrita acadêmica de forma mais normativa.

5.4.3 Passo 2 - Anunciando as principais conclusões

Segundo Swales (1990), no segundo passo do Movimento 3, denominado “Anunciando as principais conclusões”, o autor pode optar por antecipar os principais resultados de sua investigação já na introdução do artigo. Swales (1990) observa que essa estratégia, embora não seja obrigatória em todos os campos, ocorre com frequência em áreas científicas em que é comum sinalizar desde o início a relevância dos achados. Assim, esse passo confere ao texto um caráter persuasivo imediato, pois evidencia ao leitor não apenas o objetivo do estudo, mas também sua contribuição efetiva para o avanço do conhecimento na área.

MEA202101

Por meio desse estudo, torna-se possível demonstrar como se entrelaçam temas de cunho sociopolítico, como as práticas comerciais, os marcadores raciais, o protagonismo feminino, os cenários econômicos, as relações sociais na contemporaneidade, bem como estes são mobilizados, a partir da tradução antropológica, para que se instaure um debate sobre as formas de conhecimento e práticas em torno de um mercado, que a um só tempo configura meios e modelos de trocas, assim como modos de existência e sociabilidade que partem, nutrem e projetam um mundo de mulheres negras, cujas ciências e criatividade têm muito a nos oferecer. Logo, cruzando pontos e desenrolando fios dessa trama, somos capazes de enxergar irromper uma superfície, como um campo semântico repleto de significações próprias, análoga às indumentárias costuradas com os tecidos manuseados pelas mulheres que nos conduziram através da realização desta obra.

No exemplo acima podemos perceber justamente isso já que o autor não apenas apresenta os temas centrais da pesquisa, práticas comerciais, marcadores raciais, protagonismo feminino, entre outros, mas também antecipa ao leitor a relevância de seus achados, ao destacar o papel das mulheres negras como produtoras de saberes e modos de existência. Dessa forma, o excerto assume um caráter persuasivo, pois sinaliza já na introdução a contribuição efetiva da investigação, articulando resultados e significados de maneira a reforçar a importância do estudo.

Além disso, ainda segundo Swales (1990), o anúncio preliminar dos resultados cumpre a função de fortalecer a legitimidade do trabalho, uma vez que demonstra, de forma explícita, a pertinência da pesquisa em relação às lacunas apontadas no Movimento 2. Ao revelar descobertas ou conclusões de maneira concisa, o pesquisador cria uma expectativa positiva no leitor e estabelece a relevância de sua voz dentro da Comunidade Discursiva. Esse procedimento, portanto, contribui para consolidar a posição do estudo, situando-o como resposta concreta às necessidades identificadas no campo investigado.

MEA202101

Concluo o presente trabalho tentando responder à inquietação levantada sobre o lugar dos antigos moradores no projeto da Expansão e Interiorização do Ensino Superior em Acarape e Redenção. Por meio de várias investigações de documentos e outros trabalhos relacionados ao mesmo assunto, constata-se que não foi pensado o lugar dos antigos moradores de Acarape e Redenção no projeto de constituição da universidade. Constatado que o projeto que se efetivou nas universidades interiorizadas ambicionou somente proporcionar o desenvolvimento dessas localidades sem preparar os anfitriões para a nova realidade ou o rumo que estas cidades seguiriam.

A exemplo disso, destacamos o excerto acima, no qual o autor antecipa ao leitor os principais resultados de sua análise, demonstrando a pertinência de sua pesquisa frente à lacuna identificada. Tal como aponta Swales (1990), esse procedimento fortalece a legitimidade do estudo, criando expectativa positiva e situando a investigação como resposta concreta às necessidades do campo.

Em nossas análises, identificamos 7 ocorrências desse passo nas introduções do Mestrado em Antropologia (MEA202101, MEA202104, MEA202107, MEA202201, MEA202204, MEA202302 e MEA202401), o que o posiciona como o terceiro menos recorrente dentro desta Comunidade Discursiva. Apesar de sua baixa frequência, observa-se que, quando mobilizado, os pesquisadores demonstram domínio dos recursos linguísticos característicos dessa estratégia retórica. Entre as marcas mais evidentes, destacam-se expressões, como “Concluo que” e “Torna-se possível demonstrar”, presentes nos exemplos já discutidos, as quais se somam outras formulações encontradas nos seguintes excertos:

MEA202204

Por fim apresento a conclusão do trabalho. Cabe destacar que os termos colocados em *itálico*, nesta dissertação, sugerem que o conceito imediato da palavra será problematizado ou explicado *amiúde*. Com efeito, buscarei considerar esses termos como conceitos em construção ou como categorias que estão com suas formulações sob análise. O emprego do *itálico* será adotado em tais termos e expressões, bem como para os títulos de publicações e termos em língua estrangeira, como habitual. Outros marcadores de grafia utilizados foram as aspas nas citações, indicando expressões referidas ao longo do texto e para dar destaque a alguma ponderação específica quanto a algum aspecto no qual foram empregadas; e o **negrito**, utilizado para dar ênfase em trechos citados ou em expressões próprias do texto, indicados com a designação **grifo próprio**.

MEA202302

Depois de todas as observações, conversas e percebimentos posso compreender que o feminismo indígena Truká, assim como a nível estadual e nacional ainda está em processo de construção e entendimento, sabemos o quanto ele converge com o feminismo comunitário, mas as indígenas mulheres do Brasil querem construir suas próprias logicas sobre o feminismo existente no movimento indígena brasileiro. O que me parece é que ele está no seio do movimento das indígenas, lógico que com suas interseccionalidade porque não existe uma mulher universal, mas diferentes mulheres com vivencias, especificidades e diferenças que precisam ser compreendidas e respeitadas.

MEA202401

Deste modo, a presente dissertação nos oferece o apoio consciente de um trabalho sério que se move para a tarefa na qual nos propomos a investigar. Além disso, assumimos o lugar do engajamento antirracista dentro do ambiente escolar, embasados no pensamento de Nilma Lino Gomes (2002), que acredita que uma das possibilidades para combater o racismo deva partir dos/das educadores. Assim, partimos da Escola Rachel de Queiroz, que aqui, pode ser traduzida como um lugar possível para esta reflexão.

Esse padrão sugere que, ainda que não seja uma prática generalizada, o Passo 2 do Movimento 3 é acionado de maneira consciente e alinhada às convenções retóricas reconhecidas, o que reforça a capacidade dos autores de articular antecipadamente a relevância e a contribuição de suas pesquisas.

As demais introduções, além de não recorrerem explicitamente a expressões como as anteriormente mencionadas, apresentam indicativos contextuais e discursivos claros de ocorrência desse passo, de modo que não houve dificuldade em identificar o “Passo 2 – Anunciando as principais conclusões”, nos textos analisados. Cumpre ressaltar que, entre as 7

ocorrências identificadas, apenas em dois casos, MEA202107 e MEA202201, o passo não foi utilizado como estratégia para encerrar a introdução. Nos demais exemplos, observa-se uma tendência consistente, na qual os autores finalizam suas introduções com a apresentação das principais conclusões. Chama-nos a atenção o fato de a maioria dos autores posicionarem esse passo ao final da introdução, escolha retórica que desvia-se da ordem prototípica descrita por Swales (1990), mas pode ser interpretada como uma estratégia de ênfase, pois ao encerrar a introdução com a apresentação dos resultados, o pesquisador confere maior peso argumentativo à relevância de suas conclusões, reforçando a função persuasiva e legitimadora do passo e consolidando a importância do estudo antes da transição para o desenvolvimento do trabalho. Esse padrão evidencia a consciência retórica dos pesquisadores em mobilizar o passo de forma estratégica, alinhando a estrutura do texto às convenções reconhecidas dentro da Comunidade Discursiva

5.4.4 Passo 3 - Indicando a estrutura da dissertação

Baseado em Swales (1990), sabe-se que no Passo 3 do Movimento 3, denominado “Indicando a estrutura”, o autor dedica-se a apresentar a forma como o texto acadêmico está organizado, fornecendo ao leitor um verdadeiro roteiro de leitura, que antecipa a sequência das seções que compõem o trabalho. Trata-se, portanto, de um recurso retórico que orienta a recepção do texto, conduzindo o leitor ao longo do percurso argumentativo delineado pelo autor. Tradicionalmente, esse passo tende a aparecer ao final da introdução, funcionando como um fechamento que projeta as etapas subsequentes da pesquisa.

Em nossas análises das introduções das dissertações do Mestrado em Antropologia, identificamos 20 ocorrências desse passo. Contudo, apenas em 6 delas, ele aparece em sua posição considerada mais prototípica, isto é, no encerramento da introdução. Nas demais ocorrências, a explicitação da estrutura do texto surge de maneira deslocada, estando localizada no início, no meio, ou mesmo logo antes do encerramento, configurando-se como o penúltimo passo empregado.

Para nós, esse resultado revela particularidades da Comunidade Discursiva do Mestrado em Antropologia estudado. Entendemos que o fato de a maioria dos textos não

situar esse passo, na posição tradicionalmente prescrita pela retórica acadêmica internacional, sugere uma relativa flexibilização, ou mesmo uma ressignificação desse recurso dentro da prática local. Desse modo, é possível interpretar essa variação como um reflexo das condições formativas e institucionais da comunidade, que, por um lado, reconhece a importância de organizar o texto em seções claras, mas, por outro, não se mostra rigidamente atrelada às convenções de posicionamento propostas por Swales (1990).

Do ponto de vista crítico, acreditamos que tal fenômeno pode ser lido como indício de um processo de apropriação criativa das normas do gênero acadêmico, algo que também é estudado por Swales (1990). Nesse sentido, em vez de simplesmente reproduzir padrões consagrados em centros hegemônicos de produção científica, os discentes e orientadores do Mestrado em Antropologia UFC-UNILAB parecem adotar uma postura que tensiona essas normas, ajustando-as as suas próprias práticas discursivas e contextos socioculturais. Isso revela tanto a heterogeneidade quanto a vitalidade da Comunidade Discursiva, que se caracteriza por uma combinação entre o reconhecimento de convenções globais da escrita acadêmica e a legitimação de modos locais de estruturar, e apresentar o conhecimento antropológico.

No que se refere à identificação e classificação deste passo em nossas análises, constatamos que tal procedimento pôde ser realizado de maneira relativamente hábil, uma vez que observamos construções textuais claras que nos permitiram reconhecê-lo. De acordo com Swales (1990), esse recurso discursivo costuma manifestar-se em expressões do tipo “na próxima seção discutiremos” ou “primeiro descrevemos a metodologia, depois apresentamos os resultados”, que funcionam como marcadores explícitos da organização interna do texto.

Dentro desse padrão, encontramos todos os textos analisados. Para exemplificar, apresentamos, a seguir, trechos extraídos das dissertações, nos quais se evidencia a função retórica do passo em questão.

MEA202001

O texto está dividido em três capítulos. Inicialmente, no capítulo O culto aos mortos, procuro transpor o imaginário post mortem para os acontecimentos no sertão, observando o dinamismo de interlocuções entre culturas diversificadas que culminaram na religiosidade popular, permitindo o caminhar em paralelo e produzindo ideias de vínculo entre vivos e

mortos, compreendidas e mantidas por populares ao longo do tempo, numa religiosidade pública e, de certa forma, mestiça. No segundo capítulo, intitulado As relações com os mortos no povoado de Almas, apresento a localização geográfica e sociocultural de Cariré, município que abriga o povoado em estudo; elenco os personagens desta etnografia e sua importância para a compreensão das ações empreendidas entre vivos e mortos.

MEA202104

Nessa circunstância, o trabalho foi estruturado em três (3) capítulos, além da Introdução e Considerações finais. O primeiro capítulo analisou a trajetória da expansão do Ensino Superior brasileiro, partindo no contexto nacional e terminou na questão local, com o caso da Unilab em Acarape e Redenção. O capítulo demonstra que o Ensino Superior Universitário começou tardiamente no Brasil e que o seu início foi marcado pela distribuição desigual das universidades segundo as regiões. Digno de nota é que as regiões Sul e Sudeste tiveram e ainda tem maior contração das instituições em relação ao Norte e o Nordeste do país.

MEA202205

O texto se organiza em três capítulos, além da introdução e da conclusão: o primeiro capítulo pretende analisar os caminhos percorridos para a construção desta dissertação através da pesquisa etnográfica nas redes sociais em tempos da pandemia do Covid-19. Destacamos a minha experiência na definição do objeto ao trazer a categoria discursos étnicos como objeto de estudo e categoria tribalismo como conceito definido durante o percurso da pesquisa nas redes sociais, como também analisar os desafios da construção metodológica. O segundo capítulo explora as diferentes formas de fazer o tribalismo na relação social e política guineense em suas várias formas de interpretação pelo povo guineense.

Como se pode observar, os três trechos evidenciam a preocupação dos autores em apresentar a estrutura de suas dissertações, explicitando de que forma o trabalho está dividido e o que o leitor encontrará em cada capítulo. Expressões como “o texto está dividido”, “o trabalho foi estruturado” e “o texto se organiza”, exemplificam de modo claro como essa organização retórica se manifesta, estando presentes em todas as ocorrências desse passo identificadas em nosso *corpus*.

Segundo Swales (1990), a utilização desse recurso retórico cumpre uma dupla função, pois além de facilitar a leitura e orientar o percurso interpretativo do leitor, sinaliza o cuidado do pesquisador com a organização do discurso científico, evidenciando planejamento e clareza na exposição das ideias. Ao explicitar a arquitetura textual de sua investigação, o autor reafirma seu domínio sobre as convenções retóricas próprias da comunidade discursiva à qual se dirige, projetando uma imagem de competência acadêmica e de alinhamento com os

padrões do gênero. Nesse sentido, entendemos que este passo pode ser considerado prototípico dentro da Comunidade Discursiva do Mestrado em Antropologia UFC-UNILAB, uma vez que comparece de forma consistente e recorrente nos textos analisados.

Ressalte-se a ocorrência de um caso específico que merece destaque, não pela dificuldade de identificação do passo, mas pela singularidade de seu tratamento. Nesse texto, o Passo 3 não aparece de forma concentrada em um trecho delimitado, e sim diluído ao longo da introdução, sendo incorporado de maneira mais orgânica à progressão do discurso. Essa escolha sugere um estilo autoral diferenciado, que, embora se mantenha dentro dos limites da convenção, tensiona a rigidez estrutural comumente associada ao gênero, revelando, assim, uma dimensão criativa nas práticas retóricas da comunidade. Abaixo, destacamos três trechos de nossa análise dividida por cores e com a delimitação dos Movimentos e Passos, nos quais aparecem as 6 ocorrências identificadas:

MEA202103 (Trecho 1)

(Movimento 3 – Ocupando o nicho) (Passo 3 - Indicando estrutura da Dissertação) No início de cada capítulo utilizo fotografias para que sejam mostrados os rostos do “Pessoal do Ceará”. **(Movimento 1 – Estabelecendo um território) (Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou)** O “movimento” é o termo êmico empregado para se referir ao coletivo social organizado na capital cearense. Procuro trabalhar, em pormenor, a dinâmica política e as nem sempre evidentes articulações a ela subjacentes, no que diz respeito a elaboração de políticas públicas junto ao Estado, ente legitimamente constituído. **(Movimento 3 – Ocupando o nicho)(Passo 3 - Indicando estrutura da Dissertação)** Desse modo, no segundo capítulo, além de estabelecer um diálogo com alguns teóricos que se ocuparam com a temática dos chamados movimentos sociais, também exponho minha propositada condição de “estar no meio”. **(Movimento 2 - Estabelecendo um nicho) (Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais)** Na condição de antropólogo periférico, fui de tal forma “afetado” pelos discursos e dificuldades pelas quais passam pessoas em situação de rua, que assumi um posicionamento de igual modo militante na luta.

MEA202103 (Trecho 2)

(Movimento 3 – Ocupando o nicho)(Passo 3 - Indicando estrutura da Dissertação) Nas páginas seguintes, almejo uma análise explícita do MNPR – CE baseada nos relatos expressos a mim pelos representantes do “movimento” e nas orientações, de caráter 1 Ao longo do texto, duas são as denominações referentes ao Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua no Ceará: “movimento” ou o acrônimo MNPR – CE. 13 institucional como se vê, que concomitantemente recebia de minha orientadora. **(Passo 1B - Anunciando a pesquisa**

atual) Com efeito, mostrei seus nomes, lutas, desejos, dificuldades, lugares de atuação, e suas diversas formas de se mobilizar. Ocasionalmente os nomes ou relatos são ocultadas, mas de forma constante, busco “dar uma cara” ao coletivo social do Ceará, [...]. **(Passo 3 - Indicando estrutura da Dissertação)** Com efeito, ao longo do segundo capítulo, distingo teóricos que constituem a Antropologia clássica, isto é, a vertente na qual pode ser desenvolvido o estudo da condição humana de uma dada população em situação de rua. Alguns analisam aspectos associados a tal fenômeno nomeadamente os modos de existência e resistência, bem como as individualidades permeadas nos espaços urbanos.

MEA202103 (Trecho 3)

(Movimento 3 – Ocupando o nicho) (Passo 3 - Indicando estrutura da Dissertação) No capítulo três, faço uma retrospectiva histórica na qual evidencio a exclusão como modus operandi de uma elite nacional e regional, dos históricos excluídos retirantes das secas no Ceará, que durante anos e anos de estiagem, buscaram abrigo em Fortaleza. **(Movimento 2 – Estabelecendo um nicho) Passo 1C - Levantamento de questões ou)** Não raras foram as vezes em que esse contingente ficou amontoadado (aglomerado) em um ambiente altamente concentrado, mas periférico ao Estado, configurando-se desse modo a negação do direito à cidade. [...] **(Movimento 3 – Ocupando o nicho) (Passo 3 - Indicando estrutura da Dissertação)** No quarto capítulo, destaco a militância em prol daqueles que se movimentam em Fortaleza, que exige da parte do Estado a garantia da superação plena de todas as pessoas em situação de rua. Também neste capítulo, falo do que chamo de rede de proteção a pessoas em situação de rua no Ceará. Um grupo muito bem articulado, que alinhado ao “movimento”, busca mudanças nas políticas públicas para as pessoas em situação e superação na capital cearense.

Como se pode perceber, o autor recorreu a expressões retóricas típicas do Passo 3, como “ao longo do segundo capítulo”, “no capítulo três faço” e “no quarto capítulo, destaco”. Contudo, em vez de apresentar esse passo de maneira concentrada e exclusiva, ele o entrelaçou a outros elementos da introdução. Assim, ao mesmo tempo em que indicava a organização estrutural da dissertação, o autor intercalava comentários sobre termos ou expressões, justificava escolhas conceituais, explicitava aspectos metodológicos e levantava questões analíticas.

Dessa forma, interpretamos essa prática como uma sobreposição de funções retóricas, uma vez que a apresentação da estrutura do texto se articulou com movimentos característicos de outros passos. O resultado foi uma ocorrência em que o “Passo 3 – Indicando a estrutura da dissertação” não se configurou como um bloco isolado, mas como um recurso diluído ao longo da introdução. Essa escolha autoral revela uma nuance relevante

da comunidade discursiva do Mestrado em Antropologia UFC-UNILAB.

Embora, nesse passo específico, tenha sido identificado apenas esse tipo de “desvio” em relação à configuração prototípica, nossas análises mostram que, de modo mais amplo, os autores das dissertações não se limitam a seguir mecanicamente as convenções globais do gênero. Pelo contrário, evidenciam uma flexibilidade na forma de mobilizar os recursos retóricos, mesclando a função organizativa com um exercício reflexivo e crítico, próprio da escrita antropológica. Entendemos que tal prática constitui um indício de identidade discursiva local, na qual o rigor acadêmico se articula com estratégias de escrita mais criativas e integradas, reafirmando a vitalidade e a singularidade dessa comunidade.

5.5 FENÔMENOS OBSERVADOS PARA ALÉM DO MODELO CARS

Em nossas análises, identificamos que, além dos Movimentos e Passos propostos por Swales (1990), emergem outros fenômenos retóricos recorrentes nas introduções das dissertações do Programa de Pós-Graduação em Antropologia UFC-UNILAB. Conforme o autor, cada Comunidade Discursiva apresenta características próprias que orientam a construção de recursos retóricos, os quais passam a ser apropriados e replicados dentro daquele ambiente acadêmico.

Nesse sentido, inferimos que os discentes do referido mestrado compartilham não apenas um repertório comum de textos acadêmicos de referência, mas também a orientação de um mesmo corpo docente. Esse conjunto de fatores contribui para a consolidação de práticas retóricas específicas, configurando uma maneira particular de estruturar e apresentar suas introduções.

No interior desse quadro, identificamos a presença de dois fenômenos que se destacam por sua recorrência nas introduções analisadas, os quais diante da ausência de uma nomenclatura melhor, optamos por nomeá-los como: “Movimento 0 – Repertório sociocultural contextualizador” e o “Passo 1E – Justificando por aspectos pessoais”. A seguir, detalharemos os aspectos retóricos que caracterizam esses recursos.

5.5.1 Movimento 0 – Repertório sociocultural contextualizador

A identificação da ocorrência desse fenômeno mostrou-se particularmente surpreendente em nossas análises das introduções das dissertações do Mestrado em Antropologia UFC-UNILAB. Isso porque, à luz dos Movimentos e Passos propostos por Swales (1990), a sua utilização revelou-se relativamente distinta dos recursos retóricos previstos no modelo. Nossa surpresa foi intensificada pela experiência prévia como docente de Redação no ensino médio, em que o gênero textual mais trabalhado é a dissertação argumentativa típica da prova do Enem. Nesse contexto, a estratégia observada nas dissertações nos remeteu de imediato à prática recorrente entre candidatos desse exame, uma vez que em ambos os casos há a finalidade de introduzir o tema e justificar a relevância da discussão a partir de repertórios socioculturais amplamente reconhecidos.

À primeira vista, tal ocorrência poderia ser interpretada como um caso isolado, caracterizando um possível desvio estilístico de um único autor. Entretanto, à medida que avançamos nas análises, verificamos sua presença em quatro introduções distintas. Essa recorrência constitui, a nosso ver, um indício robusto de que se trata de um recurso retórico que, mais do que um elemento pontual, configura-se como característico da Comunidade Discursiva do Mestrado em Antropologia UFC-UNILAB.

Deste modo, este resultado ganha maior relevância quando articulado à identidade institucional da UNILAB, cuja missão acadêmica, como sabemos, está diretamente vinculada à valorização da diversidade cultural, ao diálogo intercultural e ao fortalecimento de práticas sociais plurais, especialmente no contexto afro-brasileiro. Assim, o recurso retórico identificado pode ser compreendido não apenas como uma escolha estilística dos discentes, mas como reflexo da inserção dessa comunidade em um espaço acadêmico que estimula a construção do conhecimento a partir de repertórios socioculturais situados. Nesse sentido, a prática retórica em questão evidencia a forma como a Comunidade Discursiva da UNILAB ressignifica o modelo de Swales (1990), apropriando-se dele de modo criativo e adaptado às suas condições institucionais e culturais específicas.

(Movimento 0 - Repertório Sócio-cultural contextualizador) Era manhã de domingo, o sol ardia na pele mesmo à sombra das carnaubeiras. Crianças corriam pela estrada ao lado do trilho da Boa Esperança. Para Ítalo e seu pai os passeios pelos povoados vizinhos já faziam parte de suas rotinas, mas dessa vez não saiu como esperado. Quando um dos populares resolve guardar seu caminhão, os garotos correm para segui-lo em marcha lenta, como de costume; o motorista não percebe a situação e atropela o garotinho, que vai a óbito de imediato. “Ele tinha quatro anos, quatro meses e quatro dias de nascido. Um absurdo de meninos, pegou logo ele”, diz a mãe com os olhos lacrimejando. Tristeza para a família de Dona Sofia e Senhor Paixão, que há mais de vinte anos têm ido ao local de seu descanso, junto ao padrinho que vem de Groaíras trazendo dindin e brinquedos para ofertar ao garotinho. Hoje o local encontra-se nos limites do cemitério do povoado de Almas, aonde se costuma levar água, doces, brinquedos e roupinhas ao tão amado filho. “Meu pai morreu, minha mãe, um monte de gente da família e tudo, meu filho morreu e eu nunca mais me esqueci, um pedaço que tira da gente. É a coisa pior que tem”, diz o pai. **(Movimento 1 – Estabelecendo um território) - (Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para)** As relações entre vivos e mortos são comuns em diversas sociedades, tendo ocorrido em todo o mundo ao longo do tempo [...].

Como se pode observar no exemplo acima, o autor, ao introduzir a temática da morte na sociedade, recorre a um recurso literário que apresenta o assunto ao leitor de maneira singular. Em vez de construir sua introdução a partir de linhas de pesquisa consolidadas ou de referências científicas diretas, o pesquisador opta por adotar um tom que se aproxima do poético, conferindo ao texto uma densidade estética que transcende a objetividade tradicionalmente esperada em textos acadêmicos. Essa escolha retórica, ao mesmo tempo em que surpreende, estabelece um viés interpretativo que não apenas conduz o leitor ao longo da introdução, mas também antecipa a perspectiva teórica e sensível que o autor pretende sustentar em sua dissertação.

MEA202106

Movimento 0 - Repertório Sócio-cultural contextualizador) Tatiana Ramalho foi a primeira estudante quilombola da comunidade a entrar em uma Universidade Federal. Tatiana representa a 6ª geração do Negro Cazuya, escravo que conseguiu fugir de seus opressores e fundar o quilombo de Alto Alegre. Hoje, como estudante universitária, representa o fruto da esperança. —Quando eu me formar e voltar para a comunidade, vou aplicar todo o conhecimento que estou adquirindo. (QUILOMBOLAS..., 2018, p. 01)

(Movimento 1 – Estabelecendo um território) - (Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para) O presente excerto, que além de epígrafe serve-nos como fio condutor para descortinar a temática sob a qual esta dissertação versa, foi extraído da matéria jornalística intitulada —Quilombolas comemoram conquista de espaço na universidade federal,

publicada pela Nordestv Notícias/CE em 02 de julho de 2018 [...].

Já no exemplo destacado acima, observa-se que a escolha da trajetória de Tatiana Ramalho, primeira estudante quilombola de sua comunidade a ingressar em uma universidade federal, estabelece uma ponte entre a experiência individual e o legado coletivo de resistência e luta de sua ancestralidade. Ao resgatar a memória do Negro Cazusa, escravizado que conseguiu escapar da opressão e fundar o quilombo de Alto Alegre, o texto aciona referências históricas e identitárias que situam o objeto de estudo em um horizonte de significados partilhados social e culturalmente. Dessa forma, a narrativa da aluna quilombola não é apenas ilustrativa, mas atua como elemento de legitimação do tema, contextualizando-o em um cenário de luta e conquista que dialoga diretamente com os propósitos da pesquisa.

Na sequência, o autor articula esse recurso ao “Movimento 1 – Estabelecendo um território” (Passo 1 – Reivindicando centralidade e/ou relevância), ao informar que o excerto, além de figurar como epígrafe, funciona como fio condutor da dissertação. Assim, o “Movimento 0”, como nomeamos, funciona como uma base contextual e simbólica que abre caminho para o “Movimento 1”, permitindo ao autor reivindicar a relevância social e acadêmica do tema tratado.

MEA202202

Movimento 0 - Repertório Sócio-cultural contextualizador - Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro” (Carolina de Jesus). **Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 1 - Reivindicando centralidade e/ou relevância** Este capítulo apresenta o percurso de definição do tema e da metodologia desta pesquisa, que se propõe a ser local de ressonância de vozes negras em um pesquisador negro cujo desejo é aproximar áreas do conhecimento para preservar memória, demarcar territórios e colaborar com o debate interdisciplinar da decolonialidade. Serão propostas reflexões sobre relações raciais, comunicação e identidades.

Já nesse outro exemplo citado, o autor mobiliza inicialmente um recurso por meio da epígrafe de Carolina de Jesus: “Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro”. Nota-se que a escolha dessa referência literária e social inscreve o texto em uma tradição de denúncia e resistência que ultrapassa o âmbito individual e conecta o leitor a um repertório cultural coletivo, marcado pelas experiências de marginalização e, ao mesmo tempo, pela afirmação identitária da população negra no Brasil. Trata-se, portanto, de um recurso que não

apenas introduz a temática da pesquisa, mas a ancora em um horizonte simbólico de legitimidade histórica e cultural.

Em seguida, assim como no exemplo anterior, o autor transita para o “Movimento 1 – Estabelecendo um território” (Passo 1: Reivindicando centralidade e/ou relevância), explicitando o percurso de definição do tema e da metodologia adotada. De tal modo, o pesquisador posiciona seu trabalho como um espaço de ressonância das vozes negras, assumindo sua própria identidade de pesquisador negro como ponto de partida e como compromisso ético e epistemológico.

Por fim, trazemos a última ocorrência identificada deste fenômeno:

MEA202205

Movimento 0 - Repertório Sócio-cultural contextualizador - Aqui, na Guiné-Bissau, todo mundo fala do tribalismo nos períodos das eleições e esquecemos que nós fazemos o tribalismo no dia após dia com os outros, não só no período da eleição. Eu sempre digo que o tribalismo que nós fazemos, na nossa relação do dia a dia, pode até não trazer o problema entre nós, mas, para mim, é, de facto, que pode trazer a divisão do povo guineense no decorrer do tempo. (Malam, 08 de abril de 2018). **Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 1 - Reivindicando centralidade e/ou relevância** Malam explicou assim na participação na live da joana sob o tema: o tribalismo é um tabu que ninguém fala, mas existe na nossa relação social do dia a dia.³ Nessa live, tinham participações de várias convidadas, entre elas, cada uma trouxe diferentes interpretações do tribalismo e seu efeito na relação social e política na Guiné-Bissau. O tribalismo, nas relações sociais guineenses, é interpretado, pelos interlocutores, como um tabu que ninguém fala, mas existe.

No presente trecho, o autor utiliza o “Movimento 0 – Repertório sociocultural contextualizador”, ao introduzir o tema do tribalismo na Guiné-Bissau por meio da fala de Malam. A citação evidencia que o tribalismo não se restringe aos períodos eleitorais, mas permeia as interações do dia a dia, podendo gerar divisões sociais ao longo do tempo. Ao incorporar essa perspectiva, o pesquisador estabelece uma conexão direta entre o fenômeno social e a experiência concreta dos sujeitos, permitindo que o leitor compreenda a relevância e a complexidade do tema a partir de um contexto cultural específico.

Posteriormente, ao avançar para o “Movimento 1 – Estabelecendo um território” (Passo 1: Reivindicando centralidade e/ou relevância), constrói-se um detalhamento do cenário, em que Malam expressou suas ideias, uma live organizada por Joana, na qual

diversas participantes discutiram diferentes interpretações sobre o tribalismo e seus impactos sociais e políticos. Nesse momento, o autor amplia a discussão, mostrando que o fenômeno é reconhecido coletivamente como um tabu e que suas implicações vão além de uma experiência individual. Ao situar a temática nesse contexto mais amplo, o pesquisador afirma a pertinência do estudo e evidencia a centralidade do tema tanto para compreender a dinâmica social guineense quanto para subsidiar a investigação acadêmica.

Em nossas análises, do ponto de vista metodológico, consideramos pertinente tratar dessa recorrência, pois como observamos nos exemplos acima, a funcionalidade retórica desempenhada por esse recurso reforça sua autonomia em relação ao modelo original, uma vez que não se trata de mera variação formal, mas de uma estratégia que introduz a pesquisa a partir de repertórios socioculturais amplos, frequentemente vinculados ao contexto histórico, cultural e comunitário em que os pesquisadores estão inseridos. Assim, esse fenômeno antecede e complementa o Movimento 1 do CARS, razão pela qual o denominamos “Movimento 0”.

5.5.2 Passo 1E - Justificando por aspectos pessoais

De igual modo, identificamos outro recurso retórico que, a princípio, interpretamos apenas como um desvio em relação a um dos Passos do “Movimento 2 – Estabelecendo um nicho”. Tratava-se da mobilização de elementos da vida pessoal dos autores, como forma de justificar determinadas escolhas metodológicas. No entanto, à medida que aprofundamos nossa análise, percebemos que tais referências extrapolavam o âmbito de simples decisões individuais, mas se tratava, na verdade, da utilização de marcadores identitários, tais como etnia, orientação sexual ou local de origem, como fundamento legitimador para a forma como as pesquisas foram conduzidas. Assim, tornou-se mais adequado compreender essa prática não como uma digressão, mas como uma estratégia retórica própria do Movimento 2, uma vez que o objetivo dos autores, ao expor aspectos pessoais, era precisamente o de sustentar a relevância e a justificativa de suas investigações.

Por esse motivo, optamos por alocar o referido fenômeno dentro do Movimento 2, denominando-o de “Passo 1E”. Considerando que Swales (1990) identificou, em sua proposta original, os passos até a letra “D”, entendemos pertinente acrescentar este novo subitem, ao

qual atribuímos a alcunha de “Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais”. Compreendemos que não se trata de um Passo, mas de um recurso retórico argumentativo.

Em nossas análises, identificamos 16 ocorrências do “Passo 1E”, distribuídas em 13 introduções, o que indica que, em alguns textos, essa estratégia retórica foi mobilizada mais de uma vez. Para fins de organização, optamos por sistematizar nossas observações segundo as temáticas recorrentes encontradas nas análises. Dessa forma, verificamos que os autores justificam suas pesquisas a partir de sete eixos principais: Narrativas de Trajetória Acadêmica; Narrativas de Escolhas Ideológicas; Narrativas de Afirmação Étnica; Narrativas de Relações Familiares, Étnicas e de Orientação Sexual; Narrativas de Experiência Profissional; Narrativas de Enfrentamento de Doenças; e Narrativas de Relações Pessoais. Com base nessa divisão, teceremos os comentários a seguir.

Identificamos duas ocorrências relacionadas à temática Narrativas de Trajetória Acadêmica, nas quais os pesquisadores mobilizaram aspectos de sua formação como elementos relevantes para a pesquisa, seja na escolha da temática, seja na experiência adquirida ao longo do percurso, considerada necessária para a conclusão do trabalho. Cabe destacar que, nesses casos, os autores não se limitaram a breves comentários, mas dedicaram espaço significativo para detalhar suas trajetórias, conferindo-lhes caráter de justificativa para a pesquisa realizada. A seguir, apresentamos os excertos correspondentes:

MEA202102

Comecei a estudar tais temáticas no começo de minha trajetória acadêmica. Tais questões me inquietam; acredito que sempre fui questionadora das. Presentemente é muito comum as boates e bares não se utilizarem mais do termo “GLS”. Em vez disso se usa o termo “LGBT” e suas variantes. Tal dado que podemos notar pode refletir anos de luta identitária da população LGBTQI+. 4 Fiz parte, de 2012 até 2015, do Programa Interdisciplinar de Iniciação à Docência – PIBID, com a temática de “Direitos Humanos: Gênero e Sexualidade na Escola”, na Universidade Federal do Ceará, único PIBID com esse recorte no país, fechado após o golpe presidencial de 2016, em que a presidente Dilma Rousseff perdeu o cargo pela justificativa de ter feito “pedalada fiscal”, sendo substituída pelo vice-presidente da época, Michel Temer. Os 13 normas heteronormativas, por não compreender e não ver sentido na maioria delas.

MEA202203

De antemão, gostaria de afirmar que, em relação ao ritmo de desenvolvimento das demais

partes deste trabalho, a artesanaria da escrita para a presente introdução demorou para ser tecida. O motivo pareceu ser simples no início: o interesse pela temática da minha pesquisa ultrapassava, em muitos sentidos, a minha vida na academia. Movida por fatores notoriamente autobiográficos, que envolvem desde minha orientação afetiva e sexual até a relação em curso que construo com minha própria identidade de gênero, posso dizer que a partir dos anos de graduação em Ciências Sociais (2014-2018), pela UFC, sempre me interessei pelas disciplinas cujas ementas me permitiam o acesso para as literaturas acerca das homossexualidades.

No que se refere à próxima temática identificada, as Narrativas de Escolhas Ideológicas, localizamos quatro ocorrências. Nesses casos, os pesquisadores recorreram à explicitação de posicionamentos políticos, filosóficos ou teóricos que orientam suas perspectivas, de modo a sustentar a relevância social, crítica ou transformadora de seus trabalhos. Em um dos textos, a justificativa foi construída a partir da condição de antropólogo periférico, que, ao ser “afetado” pelos discursos e pelas dificuldades enfrentadas por pessoas em situação de rua, assumiu um posicionamento igualmente militante na luta e defesa desse grupo que o acolheu.

MEA202103

Na condição de antropólogo periférico, fui de tal forma “afetado” pelos discursos e dificuldades pelas quais passam pessoas em situação de rua, que assumi um posicionamento de igual modo militante na luta e defesa do grupo que facilmente me abraçou. A adesão à luta política envolve componentes que incluem a dor, as narrativas impactantes e desencadeadoras de um profundo senso de luta, não obstante faz brotar o ideal de florescimento humano refletido nos parceiros e nas inevitáveis alianças norteadoras do jogo político da vida. Essa miríade aspectual estava ali diante de mim, construída pelos sujeitos por intermédio do movimento social do qual passei, naquele momento, a fazer parte.

Em outra ocorrência, a narrativa se apoiou em lutas feministas e antirracistas, destacando que o acesso à pós-graduação só foi possível por meio de políticas afirmativas para negros e negras, o que por si só já configurava um elemento de legitimação da pesquisa.

MEA202105

Foi o entusiasmo pelas lutas feministas e antirracista que me trouxe até aqui: “o fato é que, enquanto mulheres negras sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais” (GONZALEZ, 1984, p. 223). Na minha visão, é necessário que nós mulheres negras ocupemos este espaço que nos foi negado ao longo dos tempos, e que, através das nossas pesquisas acadêmicas, possamos criar a possibilidade para que isso

aconteça na nossa sociedade.

Também identificamos um relato em que a dimensão política se explicitava na participação em mobilizações cotidianas, pela garantia de acesso e permanência quilombola na Unilab, conectando experiência pessoal e engajamento coletivo. Além disso, essa articulação se desloca para o plano acadêmico, quando o autor aproximava sua trajetória pessoal da militância política, atribuindo sentido à produção de um conhecimento científico distinto, justamente por ser “nascido nas lutas”.

Por fim, encontramos ainda uma narrativa em que a justificativa da pesquisa se enraizava na experiência pessoal de conversão religiosa, relatando o ingresso em uma igreja pentecostal na Cidade de Iguatu-CE, em 2000, como um marco formativo que orientou o olhar investigativo da pesquisadora.

MEA202304

Proponho essa pesquisa em razão, primeiro, da minha experiência pessoal, que começou no ano 2000, quando “aceitei à Cristo”⁹ em uma igreja pentecostal, na Cidade de Iguatu-CE¹⁰, a saber, Assembleia de Deus Templo Central¹¹; e, segundo, por questões que faziam-me entrar num estado de desavença com minha própria religiosidade, principalmente, em relação a algumas práticas simbólicas que ora fazia-me crítica do neopentecostalismo, ora fazia-me sentir que não era igual mas era familiar. Logo, “estranhar o familiar” (VELHO, 2003, p.15) é um desafio, sendo a “reflexividade” e “auto-reflexão” (RODRIGUES, 1997, p.39) um caminho nessa tentativa de observar o familiar e comparar dois sistemas religiosos já vivenciados por mim em uma situação de trânsito de um universo a outro: o novo e o diferente.

MEA202106

Diante dessa especificidade, assumo diante da pesquisa a condição particular enquanto um —pesquisador-militante ou militante-pesquisador (BARONE, 1995, p. 53). Tendo em vista estas circunstâncias, ao longo desse estudo está entrelaçado sistematicamente os —relatos subjetivos, auto-percepções e narrativas biográficas (KILOMBA, 2019, p. 29) que ao final subsidiam escolhas, posicionamentos e a própria construção de um campo analítico, destacando elementos advindos da minha trajetória pessoal, acadêmica e política que estreitam laços em relação à temática discutida. Esse tripé é atravessado pelo cruzamento de diferentes fatores. Em primeiro lugar, por estar inserido na discussão acerca das ações afirmativas não apenas como observador ou tão somente um pesquisador/teórico, mas enquanto um sujeito que acessou o ensino superior público por meio de políticas afirmativas para negros e negras, tanto na graduação como agora na pós-graduação. Política, pois também me insiro nas mobilizações cotidianas quanto à reivindicação do acesso e da permanência

quilombola na Unilab. E, por fim, acadêmico, ao aproximar a trajetória pessoal e a militância política trazendo-as para o âmbito acadêmico, dando sentido à produção de um tipo de conhecimento científico que se diferencia ao ser nascido nas lutas.

Também foram identificadas quatro ocorrências relacionadas às Narrativas de Afirmação Étnica, nas quais os autores articularam aspectos identitários diretamente ligados à legitimação de suas pesquisas. Em uma delas, o pesquisador explicita a complexidade de pesquisar o próprio povo, afirmando-se simultaneamente como indígena, caçador e antropólogo, em uma posição que exige constante negociação interna. Ele destacou que essas dimensões nem sempre podem estar conectadas, uma vez que o que se mostra relevante para o pesquisador pode ferir segredos culturais preservados pelo caçador indígena, revelando o permanente tensionamento entre proximidade e distanciamento.

MEA202107

Assim, trazendo para o contexto da caça, faremos essa viagem do “Museu ao Monde”, compreendendo os fatos históricos através deste recorte e mostrando como a afirmação étnica do povo Kanindé de Aratuba pode ser representada através da caça. A pesquisa parte de uma referência cultural, familiar, comunitária, alimentar e prática. Caçador, filho e neto de caçador, me fez delinear por este caminho, não apenas para descrever ou registrar meus conhecimentos e o que o trabalho de campo me propiciou, mas para fazer uma reflexão sobre a compreensão do que realmente a caça representa para mim, enquanto indígena, e para o povo indígena Kanindé de Aratuba. Para fazer esse percurso foi necessário voltar no tempo, tanto no aspecto pessoal como no contexto histórico, social e cultural do povo indígena Kanindé. Relembrar memórias, sentar e ouvir histórias dos caçadores, aprofundar os conhecimentos sobre o território, a organização social, a genealogia dos que praticam a caça através da minha própria história e da minha família, me fez compreender quem me tornei, tanto intelectualmente como culturalmente, sempre aprendendo e praticando os costumes e tradições do povo ao qual pertencço, fazendo conexões da caça com as vivências cotidianas de luta e resistência dentro e fora da aldeia. A pesquisa possui uma estrutura que leva em consideração minha própria história como indígena e caçador envolvendo o processo de luta e afirmação étnica do povo Kanindé de Aratuba, baseada nos conhecimentos dos caçadores, lideranças e mulheres indígenas que são os interlocutores.

Identificamos ainda um relato que enfatizou o processo de reconhecimento da negritude como um marco na trajetória pessoal e acadêmica. O autor descreveu o longo percurso de “embranquecimento” simbólico que atravessou antes de se afirmar como negro, passando por uma série de eufemismos — “moreno, mulato, cor de jambo, bronzeado” — que mascaravam o pertencimento racial. Essa tomada de consciência, inspirada por intelectuais

negros, como Aimé Césaire, foi apresentada como diretamente vinculada à motivação da pesquisa, constituindo uma afirmação étnica que ultrapassa o plano individual, para se inscrever em uma luta coletiva.

MEA202202

Quando a negritude aflorou em mim, eu já havia caminhado 32 anos no tempo. Antes disso, eu embranqueci. Ou “desenegreci”, se tenho a permissão aqui para um neologismo. Fui toda sorte de eufemismos para disfarçar uma cor de pele cuja verdade é um pertencimento. Um modo de estar e permanecer no mundo. Uma condição humana. Césaire (2020) me ensinou isso. Até compreender a dimensão do que ele e tantos outros/as intelectuais pretos/as defendiam, porém, eu fui tudo: moreno, mulato, cor de jambo, bronzeado. Menos negro. E isso tem ligação direta com a motivação desta pesquisa. As identidades eram diversas e também uma só: a negação. Porque ser negro não era bom. Nunca foi. E o mundo dizia isso a todo momento: nas novelas, gente como eu ocupava papéis de subserviência e/ou ameaça, nunca de poder e ascensão; no jornal, a ideologia do colorismo (DEVULSKY3 , 2021) expunha brancos como “empresários” e “estudantes”, enquanto negros eram “traficantes” e “bandidos”, embora tivessem todos (supostamente) cometido o mesmo crime; na literatura, os protagonistas eram brancos, as histórias era contadas por pessoas brancas, notadamente por homens brancos, e até os autores eram brancos , mesmo os negros . Na divisão invisível das funções sociais, havia um lugar predeterminado para o meu povo. Para mim. E não era o de uma vida com sonhos. Justo o contrário. Era o de ser um problema.

Em outro excerto, a narrativa de afirmação étnica foi articulada à condição de mulher indígena negra, que relaciona sua trajetória acadêmica às questões de gênero e poder no território. A autora destacou que pensar tais relações não só fere seu próprio corpo, mas também a faz refletir sobre os corpos indígenas na luta contra estruturas colonizadoras. Nesse sentido, sua identidade múltipla, como mulher, indígena de pele negra, mãe, professora e integrante ativa da comunidade e do movimento indígena, o que confere sentido à pesquisa e reforça sua dimensão político-coletiva.

MEA202302

Cheguei à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) tão perdida que não sabia para onde caminhar. Gostaria de ter naquele momento um manual das etapas e escolhas que se deve fazer durante o processo do mestrado. [...] Meu tempo de aldeia também consome o pouco tempo que temos para se dedicar aos estudos. Agora eu estou sozinha na construção de mais um caminho que tem relação com as questões de gênero no território; trajetória essa que, ao mesmo tempo, é coletivo, ao mesmo tempo, individual. Para dissertar sobre um tema que hora e outra me parece tão complexo

não só porque pensar essas relações de poder fere violentamente meu corpo, mas também me faz pensar esses corpos indígenas na trajetória de luta que reproduz e obedece a essas estruturas colonizadoras. Por esse e tantos outros motivos é que essa temática é de suma importância para as indígenas mulheres, para as meninas no processo de formação da identidade coletiva individual e para mim que sou mulher, indígena de pele negra, mãe de uma menina, professora e ativa na comunidade e no movimento indígena. Ela me inquieta, me tira da minha zona de conforto por querer não só compreender o processo histórico que vai tecer esse lugar da indígena mulher, mas também querer compreender as mazelas deixadas pelo processo de colonização na minha comunidade e questionar algumas posturas enraizadas até os dias atuais, que percebida ou não, vai dizer o lugar da mulher Truká no movimento.

Por fim, encontramos uma narrativa em que a afirmação étnica se expressa na experiência de uma mulher negra, em busca de uma trancista em Fortaleza, no ano de 2020. A escolha de trançar o cabelo, motivada pelo contato com perfis de profissionais no Instagram, é relatada como um gesto de reencontro com a identidade negra, e como experiência que atravessa corpo, estética e pertencimento. A narrativa demonstra como elementos da vida cotidiana podem se transformar em fundamento legitimador da pesquisa, atribuindo-lhe significado pessoal e político.

MEA202305

O interesse por estudar esta temática nasceu da minha experiência de mulher negra à procura de uma trancista na cidade de Fortaleza no ano de 2020. Ao tomar a decisão de que trançaria meus cabelos com uma profissional, busquei através do aplicativo Instagram a oferta do serviço, pois já havia tomado conhecimento da existência de perfis de trancistas neste aplicativo de rede social. O Instagram foi criado no ano de 2010, e opera através da instalação gratuita do aplicativo em aparelhos celulares capazes de hospedá-lo (Android e IOS). Em 2020, a plataforma de rede social contava com mais de 1 bilhão de usuários ativos no mundo; sendo o Brasil o segundo país com maior número de usuários, atrás apenas dos Estados Unidos da América. Esta busca despertou-me o olhar para tal panorama na capital cearense, que eu desconhecia: a existência de um movimentado mercado de tranças fomentado, majoritariamente, por mulheres negras e jovens, usuárias do Instagram. Tal desconhecimento em minha trajetória como mulher negra, aponta inicialmente, para o fato de em minha família não haver trancistas; e de eu não ter tido as experiências com tranças na infância como as que crianças negras de cabelos cacheados e crespos costumam ter – como primeira técnica de manipulação dos cabelos.

No que diz respeito à Narrativa de Experiência Profissional, identificamos uma

ocorrência nas introduções analisadas. Nesse caso, a pesquisadora recorreu à própria trajetória como educadora para construir a justificativa da pesquisa, articulando sua experiência profissional e pessoal com o objeto de estudo. A narrativa se estrutura a partir da atuação docente na Escola Rachel de Queiroz, em Quixadá (CE), onde trabalhou durante cinco anos, vivenciando os desafios cotidianos do fazer pedagógico. Esse vínculo é apresentado não apenas como um dado biográfico, mas como elemento central para compreender a escola em sua dimensão histórica, social e cultural.

Notamos que ao transformar sua vivência em campo de pesquisa, a autora evidencia o que denomina de “duplo papel”, tanto de pesquisadora, como de docente, em um movimento de constante tensionamento entre proximidade e distanciamento.

MEA202401

Neste trabalho, estudamos a Escola Rachel de Queiroz do ponto de vista antropológico, mas também nos dedicamos à observação da Escola brasileira em sua conjuntura histórica e sociocultural para entendermos como algumas ideias afetaram o fazer pedagógico dos educadores. Adiante, apresentamos a Escola de Ensino Fundamental-II Rachel de Queiroz, situada na cidade de Quixadá – Ceará. A referida escola compõe o Distrito Educacional, também denominado, Rachel de Queiroz, onde durante cinco anos, desempenhamos o papel de educadora. Por isso, explicamos que este trabalho transporta uma bagagem de observações respaldadas em nossa experiência profissional. Esta, transformada em campo fez surgir constantes sentimentos causados pelos desafios vivenciados. Assim, entendemos com Clifford Geertz (1978) que ao refletir sobre o exercício de conhecer primeiro à sua cultura, expressou a necessidade de um estranhamento, que por si só, já carrega o grande desafio, o de estranhar-se a si mesmo(...). Por conseguinte, acreditamos que nossa experiência pode ser refletida como o duplo papel no campo, quando analisada pela perspectiva da pesquisadora, mas também pela própria consciência docente. No tocante a nossa experiência, atentamos para Velho (2013, p. 72) quando descreve: “O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido, e 11 o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto desconhecido”.

No eixo das Narrativas de Enfrentamento de Doenças, identificamos uma ocorrência em que a pesquisadora estabelece uma relação direta entre sua experiência pessoal e a escolha do objeto de estudo. O interesse em investigar a vida de mulheres em tratamento contra o câncer é apresentado como consequência de seu próprio diagnóstico, ocorrido no início da vida adulta, por volta de 2011. Essa vivência, marcada por incertezas quanto à

qualidade de vida com a doença, motivou a busca por pessoas e grupos que enfrentavam situações semelhantes, sobretudo em espaços virtuais.

A partir desse ponto, a autora constrói uma narrativa em que sua experiência se entrelaça à trajetória da pesquisa, mostrando que o engajamento com redes sociais, ONGs e coletivos femininos voltados ao enfrentamento do câncer não se limita a uma dimensão pessoal, mas se transforma em base legitimadora para a investigação acadêmica. O acompanhamento contínuo de atividades, oficinas, palestras e rodas de conversa com mulheres diagnosticadas, em tratamento ou em remissão, é apresentado como prática que ampliou sua compreensão sobre o tema e, ao mesmo tempo, consolidou a relevância da pesquisa. Dessa forma, a experiência com a doença é ressignificada como fundamento epistemológico e retórico, justificando o recorte da investigação e reforçando o vínculo entre vida pessoal, engajamento social e produção de conhecimento.

MEA202402

O interesse pelas vidas de mulheres em terapia contra o câncer se conecta a minha própria experiência pessoal com a doença no início da vida adulta. Pouco tempo após meu diagnóstico, por volta de 2011, muitas dúvidas surgiram com relação à qualidade de vida com o câncer. Então, tive a ideia de procurar por pessoas e/ou grupos virtuais que estivessem em situações similares. Desde então, tenho sempre acompanhado redes sociais, páginas, pessoas ou ONGS que trabalham informando e promovendo atividades, palestras, oficinas e rodas de conversa para o público feminino, especialmente para as mulheres com diagnóstico de câncer, em tratamento ou remissão.

No eixo das Narrativas de Relações Pessoais, encontramos uma ocorrência em que a justificativa da pesquisa é construída a partir do envolvimento familiar e comunitário do pesquisador com o povo Anacé. A narrativa tem início com o relato do relacionamento estabelecido em 2008 com uma mulher indígena Anacé, vínculo que possibilitou não apenas a construção de uma família, mas também a inserção na comunidade localizada em Matões. Essa experiência direta é apresentada como determinante para o olhar investigativo, uma vez que o pesquisador pôde acompanhar de perto os impactos da expansão do Porto do Pecém e da prometida construção da Refinaria Premium II sobre a vida coletiva da comunidade.

O relato evidencia que, por meio dessa vivência, o autor presenciou a ruptura de laços de amizade e de vínculos familiares, além de acompanhar as tensões internas diante da

possibilidade de remoção para outra localidade. Questões como a permanência em terras cercadas por indústrias, a possibilidade de autoidentificação como indígena dos que permaneceriam, e os impactos sobre saúde e educação escolar indígena são trazidas como elementos que justificam a pertinência do estudo.

Por fim, a narrativa ainda destaca o processo de realocação da comunidade, inicialmente acompanhado de promessas de apoio psicológico, jurídico e logístico, mas posteriormente marcado pelo descumprimento dessas garantias após a retirada da Petrobras do empreendimento. Ao expor esses aspectos, o pesquisador demonstra que sua experiência pessoal e familiar não apenas o aproxima do objeto de estudo, mas se torna elemento central para legitimar a pesquisa, revelando como vínculos afetivos e comunitários podem constituir fundamento retórico para a produção acadêmica.

MEA202403

Em 2008, conheci uma indígena Anacé, com quem construí família, passando a morar e conviver com a comunidade indígena Anacé da localidade de Matões, podendo com este meu relacionamento experienciar a expansão do Porto do Pecém, a promessa de construção da Refinaria Premium II, a chegada do grupo de estudo da Terra Indígena Anacé, na Região, e com isso, muitas relações de amizade e enlace familiares serem desfeitos. Acompanhei a discussão sobre a permanência em uma terra indígena cercada por indústrias ou a saída para uma localidade, sem saber qual ou onde seria esta nova terra. Quando se teve a certeza para onde seria removida a comunidade indígena Anacé, inicia-se aí outro debate: quem vai? E os que ficam poderão se auto identificar como indígena? E a relação dos que ficarão com a saúde indígena? Com a educação escolar indígena Anacé? Mais pontos de tensão entre os familiares estavam postos. Superado mais este problema, inicia-se o processo de realocação que fora prometido acompanhamento psicológico, jurídico e o apoio de caminhões nas mudanças, mas, com a retirada da Petrobras do processo da implantação da Refinaria Premium II, todas as promessas foram esquecidas ou negadas pelos atores que continuaram no processo de realocação do Povo Anacé de Matões e Bolso.

Por fim, na temática da Narrativa de Relações Familiares, Étnicas e de Orientação Sexual, encontramos uma ocorrência particularmente significativa. A pesquisadora relata que, ao se deparar com a notícia da morte de Luana Barbosa, em 2016, não experimentou de imediato a dor como dimensão coletiva de luta, mas apenas anos mais tarde, já no mestrado em Antropologia, e, em contato com seu campo de pesquisa, passou a elaborar esse acontecimento como um marco em sua trajetória pessoal e acadêmica. A narrativa revela o

processo pelo qual o sofrimento, antes percebido como experiência subjetiva, é ressignificado como pano de fundo político capaz de articular a vida individual com a ação pública, transformando-se em fundamento de mobilização acadêmica e militante.

Dessa forma, essa reflexão, embora inicialmente situada no plano pessoal, é elevada pela autora ao nível de empreendimento empírico e teórico, resultando na compreensão de uma primeira experiência de racialização branca. Nesse processo, a pesquisadora, identificando-se como mulher, lésbica, ativista e branca, reconhece a distância em relação à gramática social da dor compartilhada por mulheres negras enlutadas, ao mesmo tempo em que reflete criticamente sobre sua própria posição de privilégio e sobre os comportamentos internalizados que a vinculam à estrutura racista da sociedade brasileira.

Assim, a narrativa atua em dupla dimensão, já que, por um lado, inscreve-se no campo da afirmação étnica, ao tematizar o reconhecimento de pertencimentos raciais e a tomada de consciência de privilégios; e, por outro lado, vincula-se às relações pessoais e de orientação sexual, ao articular a experiência de dor, de identidade sexual e de militância à formação acadêmica e ao engajamento político. A autora transforma sua vivência em justificativa legítima da pesquisa, demonstrando que o espaço da introdução pode acolher reflexões que, ainda que nasçam no íntimo, adquirem relevância coletiva e acadêmica ao serem narradas como fundamento da investigação.

Diante das análises realizadas, é possível afirmar que o “Passo 1E – Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais” constitui-se como uma estratégia retórica recorrente e significativa nas introduções examinadas. Como pode-se observar, ao longo das ocorrências identificadas, observamos que os autores recorrem a elementos de suas vidas para legitimar suas pesquisas, o que confere densidade existencial ao trabalho acadêmico.

Esse conjunto de narrativas evidencia um movimento de hibridização entre o pessoal e o acadêmico, no qual a vida do pesquisador deixa de ser apenas pano de fundo biográfico e se torna argumento central na constituição da relevância da pesquisa. A diversidade temática encontrada, que vai do engajamento em lutas feministas, antirracistas ou quilombolas, à experiência com o adoecimento, passando por vínculos familiares, afetivos e comunitários, demonstra que a legitimidade da produção científica, nesses textos, é frequentemente sustentada pela inscrição explícita da subjetividade no processo investigativo.

Dessa forma, defendemos que o fenômeno “Passo 1E” revela a potência de introduções que assumem o lugar do pesquisador como parte constitutiva da pesquisa, transformando a narrativa pessoal em estratégia argumentativa. Para nós, em vez de fragilizar a cientificidade, acreditamos que essas narrativas operam como recurso de fortalecimento da investigação, pois mostram que o conhecimento produzido nasce de experiências situadas, atravessadas por afetos, tensões identitárias, militância política e enfrentamentos concretos da vida.

5.6 PRINCIPAIS CONCLUSÕES DAS ANÁLISES

Concluimos que a análise das introduções das dissertações do Programa de Pós-Graduação em Antropologia UFC-UNILAB revelou um quadro complexo e plural de estratégias retóricas, que ao mesmo tempo dialogam com o modelo CARS, de Swales (1990), e o expandem de modo significativo. Desse modo, o conjunto dos 22 textos examinados permitiu identificar tendências consolidadas, inovações retóricas e padrões que expressam as especificidades do contexto acadêmico e sociocultural em que essas pesquisas são produzidas.

Em primeiro lugar, constatou-se a presença de um fenômeno retórico, que denominamos “Movimento 0 – Repertório sociocultural contextualizador”, um recurso não previsto no modelo original, mas recorrente nos textos. Tal fenômeno apareceu quando os autores iniciaram suas introduções com narrativas pessoais, históricas ou socioculturais, buscando construir um espaço de enunciação que conecta a pesquisa ao cotidiano, às tradições culturais ou às experiências de vida do pesquisador. Entendemos, portanto, que é um indício de que, no contexto da UNILAB, as introduções desempenham também um papel de mediação entre a vida prática e a reflexão científica, reafirmando a imbricação entre experiência social e produção acadêmica.

No que diz respeito ao “Movimento 1 – Estabelecendo um território”, verificou-se que este se mantém como eixo estruturador das introduções. Os autores, de modo sistemático, reivindicam a relevância de seus objetos de estudo (Passo 1 – Reivindicando centralidade e/para), produzem generalizações de tópicos que situam a pesquisa em fenômenos mais amplos (Passo 2), e realizam revisões de literatura (Passo 3), que articulam tanto autores

clássicos, quanto produções contemporâneas. Esses três passos, amplamente distribuídos entre os textos, indicam uma preocupação em legitimar os objetos de pesquisa dentro da tradição antropológica, mas também em tensionar debates atuais como raça, gênero, sexualidade, territórios, educação e movimentos sociais.

Já no “Movimento 2 – Estabelecendo um nicho”, observou-se uma variedade de estratégias. Em alguns textos, predominou a indicação de lacunas (Passo 1B), revelando preocupações com a ausência de estudos sobre determinados grupos ou regiões; em outros, destacou-se o levantamento de questões (Passo 1C), em que os autores formulam problematizações críticas sobre as desigualdades sociais, as contradições do Estado ou a invisibilização de determinados sujeitos. Também houve casos em que os trabalhos se inseriram na continuidade de tradições de pesquisa (Passo 1D), dialogando com produções já consolidadas, mas buscando acrescentar novas perspectivas.

O resultado mais expressivo foi a identificação e a sistematização de outro fenômeno retórico, o qual chamamos de “Passo 1E – Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais”. Esse recurso apareceu em 16 ocorrências, distribuídas em 13 introduções, evidenciando que não se trata de um recurso pontual, mas de uma prática consistente no Programa. Foram reconhecidos sete eixos narrativos principais: Narrativas de Trajetória Acadêmica; Narrativas de Escolhas Ideológicas; Narrativas de Afirmação Étnica; Narrativas de Relações Familiares, Étnicas e de Orientação Sexual; Narrativas de Experiência Profissional; Narrativas de Enfrentamento de Doenças; Narrativas de Relações Pessoais.

Em cada um desses eixos, os autores articulam dimensões biográficas, políticas e identitárias como fundamento de legitimidade para suas pesquisas. Assim, trajetórias acadêmicas são narradas como motores para a escolha do objeto; experiências de militância feminista, antirracista ou quilombola aparecem como justificativa de pertinência; processos de afirmação étnica são mobilizados como estratégia de reconhecimento coletivo; vivências de adoecimento ou vínculos pessoais com comunidades se tornam elementos retóricos que reforçam a relevância e a autenticidade da investigação. Esse conjunto demonstra a centralidade da subjetividade do pesquisador como critério de validação do conhecimento antropológico, expandindo os limites previstos por Swales (1990).

Por fim, no “Movimento 3 – Ocupando o nicho”, constatou-se que os autores lançam mão de diferentes estratégias para consolidar a posição de sua pesquisa. O

delineamento de propósitos (Passo 1A) e o anúncio da pesquisa atual (Passo 1B) aparecem de forma recorrente, assim como a apresentação da estrutura da dissertação (Passo 3), que orienta o leitor quanto ao percurso analítico. Em alguns casos, há ainda o anúncio prévio das principais conclusões (Passo 2), recurso relativamente pouco frequente, mas que demonstra uma postura de antecipação argumentativa e de valorização do produto final já no início do texto.

De forma geral, os resultados permitem concluir que as introduções analisadas reproduzem, de modo consistente, os movimentos previstos por Swales (1990), ao mesmo tempo em que inovam ao incluir recursos retóricos não contemplados no modelo original. Essas inovações revelam um alargamento da estrutura retórica clássica, conferindo às introduções uma densidade particular que conecta o texto acadêmico à experiência concreta do pesquisador. Além disso, os dados mostram que a relação entre vida pessoal, identidade e militância política é recorrentemente mobilizada como fundamento legítimo da produção acadêmica, o que evidencia uma valorização da subjetividade como critério de legitimidade científica.

Nesse sentido, percebe-se que o espaço introdutório é compreendido não apenas como um momento de formalização acadêmica, mas como lugar de autoria e de inscrição de subjetividades, no qual os pesquisadores tornam visíveis suas trajetórias, experiências e engajamentos sociais. Esse aspecto reforça a dimensão singular das introduções analisadas, que extrapolam a função tradicional de apresentação do tema para também inscreverem o sujeito que pesquisa no interior do texto. Assim, pode-se afirmar que os resultados apontam para a constituição de um perfil discursivo específico das dissertações produzidas no Mestrado em Antropologia da UFC-UNILAB, no qual a experiência de vida e o engajamento social dos pesquisadores não se configuram como elementos acessórios, mas como parte constitutiva da retórica acadêmica.

Desse modo, concluímos que a principal contribuição desta análise é evidenciar que o modelo CARS, embora útil como referência, precisa ser expandido para contemplar práticas discursivas situadas em contextos de produção de conhecimento marcados pela diversidade, pela militância e pela valorização das narrativas pessoais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como propósito analisar a organização retórica das introduções de dissertações de mestrado produzidas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), à luz do modelo CARS de Swales (1990), ampliado pelas contribuições de outros autores e pelo próprio *corpus* aqui constituído. O objetivo central consistiu em compreender de que modo as introduções desse gênero acadêmico, situadas em um contexto institucional e sociocultural específico, articulam estratégias discursivas para legitimar a pesquisa, demarcar objetos de estudo e inserir o pesquisador em uma comunidade discursiva.

No percurso investigativo, foram delineados objetivos específicos que orientaram a análise: (i) mapear os movimentos e passos retóricos mais recorrentes nas introduções do corpus; (ii) identificar variações e inovações que ampliam o modelo de Swales (1990); e (iii) discutir as particularidades das introduções de dissertações de mestrado produzidas no Mestrado em Antropologia da UFC-UNILAB, relacionando-as ao contexto social, cultural e institucional da universidade.

Os resultados evidenciaram um quadro complexo e plural. Em primeiro lugar, constatou-se a emergência de um fenômeno alcunhado por nós como “Movimento 0 – Repertório sociocultural contextualizador”, ausente no modelo original, mas fortemente presente em nosso *corpus*. Esse recurso, ao mobilizar narrativas pessoais, históricas e culturais, constitui uma estratégia de enraizamento da pesquisa na experiência concreta dos autores, revelando a indissociabilidade entre vivências sociais e produção científica. Tal achado sugere que, na UNILAB, o texto acadêmico é frequentemente atravessado por dimensões de pertencimento, identidade e engajamento político, o que amplia as fronteiras do discurso acadêmico tradicional.

Quanto ao “Movimento 1 – Estabelecendo um território”, verificou-se sua centralidade na legitimação dos objetos de pesquisa. Os autores mobilizaram sistematicamente os passos de reivindicação de centralidade, generalização de tópicos e revisão de literatura, articulando referências clássicas e contemporâneas. Observou-se ainda que tais estratégias não se limitam a cumprir exigências formais do gênero, mas são

tensionadas por preocupações sociais, como as questões de raça, gênero, sexualidade, território e movimentos sociais, confirmando o caráter situado da produção acadêmica analisada.

No “Movimento 2 – Estabelecendo um nicho”, identificou-se uma pluralidade de recursos retóricos. A indicação de lacunas, o levantamento de questões e a contra-reivindicação aparecem de forma expressiva, demonstrando que os autores não apenas inserem suas pesquisas em um campo existente, mas também tensionam ausências, deslocamentos e invisibilidades. Um destaque importante foi o fenômeno nomeado por nós como “Passo 1E – Justificando a pesquisa por aspectos pessoais”, que, ao inscrever a experiência subjetiva do pesquisador, como fundamento da legitimidade acadêmica, amplia o escopo do modelo de Swales (1990), e propõe uma hibridização entre narrativas pessoais e argumentação científica.

O “Movimento 3 – Ocupando o nicho” revelou-se heterogêneo. Embora o delineamento de propósitos e o anúncio da pesquisa tenham sido frequentes, chamou a atenção a utilização estratégica do “Passo 2 – Anunciando as principais conclusões” para encerrar introduções, conferindo peso persuasivo ao texto e deslocando a ordem prototípica prevista no modelo. Esse dado sugere que os autores recorrem a escolhas retóricas criativas e ajustadas ao *ethos* discursivo da Comunidade Discursiva analisada.

De modo geral, os achados confirmam a hipótese de que as introduções das dissertações analisadas não apenas dialogam com convenções acadêmicas amplamente reconhecidas, mas também as expandem e ressignificam, revelando a marca de um contexto institucional singular, caracterizado pela valorização de experiências sociais, pela centralidade das narrativas identitárias e pelo compromisso político com as comunidades envolvidas.

É importante reconhecer, contudo, algumas limitações do estudo. O *corpus* aqui analisado, embora representativo, abrangeu apenas dissertações de um programa específico e de uma universidade com características particulares. Assim, os resultados não podem ser generalizados para todas as Comunidades Discursivas acadêmicas. Além disso, o enfoque restrito à seção de introdução não permitiu observar como tais estratégias se articulam com outras partes do texto dissertativo.

Essas limitações abrem espaço para pesquisas futuras, como estudos comparativos

entre diferentes programas de pós-graduação ou áreas disciplinares que poderiam revelar em que medida as tendências observadas aqui são específicas da Antropologia na UNILAB ou se também se verificam em outros contextos. Investigações que considerem outras seções da dissertação, como a revisão de literatura, a metodologia ou as considerações finais, também poderiam enriquecer a compreensão do gênero como um todo.

Por fim, este trabalho contribui para o campo da Análise de Gêneros, ao demonstrar a plasticidade do modelo CARS, quando aplicado em contextos socioculturais específicos, evidenciando tanto sua capacidade de descrição, quanto seus limites. Ademais, oferece-se subsídios para reflexões sobre práticas de letramento acadêmico, ressaltando a importância de reconhecer e valorizar estratégias retóricas que emergem de experiências localizadas, identitárias e políticas. Nesse sentido, reafirma-se que a escrita acadêmica é, simultaneamente, um espaço de legitimação científica e de construção de subjetividades, constituindo-se como prática discursiva atravessada por múltiplas vozes, pertencimentos e resistências.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. **Les textes**: types et prototypes. Paris: Nathan, 1992.

ALMEIDA, P. R.; ABREU, L. E.; VARELLA, M. D. O que se espera de uma dissertação de mestrado? **Uniceub**, [S.l.], p. 1-7, 2019. Disponível em: https://www.uniceub.br/arquivo/86ng_20190128114649*pdf?AID=2442 Acesso em: 07 dez. 2024.

ANDRADE, V.; MESQUITA, E. A introdução do relatório de estágio supervisionado: uma análise retórica. **Dominios de Lingu@gem**, v. 10, n. 1, p. 68-88, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/32249>. Acesso em: 21 mar. 2024.

ARAÚJO, A. D. **Lexical Signalling**: a study of unspecific nouns in book reviews. 1996. Tese (Doutorado em Letras/Língua Inglesa e Linguística Aplicada), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 274 f.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moedas, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028: Informação e documentação: resumo, resenha e revisão – apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Editora: Artes Médica, 1990.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

BAWARSHI, Anis S; REIFF, Mary Jo. **Gênero**: história, teoria, pesquisa, ensino. São Paulo. Parábola, 2013.

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005.

BAZERMAN, C. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2006

BAZERMAN, C. **Escrita, gênero e interação social**. São Paulo: Cortez, 2007.

BAZERMAN, C. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: DIONISIO, Angela Paiva; HOFFNAGEL, Judith Chambliss. (Org). **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Recife: Pipa Comunicação, Campina Grande, 2020. p. 33-75.

BERNARDINO, C. G.; PACHECO, J. T. S. Uma análise sociorretórica de introduções em artigos originais da cultura disciplinar da área de nutrição. **Fórum linguístico**, v. 14, n.1, p. 1749-1766, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2017v14n1p1749> Acesso em: 23 ago. 2024.

BIASI-RODRIGUES, B. **Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações**. 1998. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 307 f.

BIASI-RODRIGUES, B.; HEMAIS, B.; ARAÚJO, J. C. Análise de gêneros na abordagem de Swales: princípios teóricos e metodológicos. In: BIASI-RODRIGUES, B.; ARAÚJO, J. C.; SOUSA, S. T. **Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 17-32.

BHATIA, V. K. **Analysing genre: language use in professional settings**. London: Longman, 1993.

BHATIA, V. K. Applied genre analysis: a multi-perspective model. **Ibérica**, n. 4, p. 3-19, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28185101_Applied_genre_analysis_A_multi-perspective_model Acesso em: 23 mai. 2024.

BHATIA, V. K. A análise dos gêneros hoje. In: BEZERRA, Benedito Gomes; BIASI-RODRIGUES, Bernadete; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. (org.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009. p. 159-195.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola, 2008.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008. p. 295-316.

CLEMENTE, A. S. **Análise dos movimentos retóricos em resumos de dissertações dos Programas de Pós-Graduação da UNILAB**. 2025. Dissertação (Mestrado), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção. 345 f.

D'ASSUNÇÃO BARROS, J. O projeto de pesquisa: aspectos introdutórios. **Travessias**, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/7020/702078539090.pdf> Acesso em: 23 ago. 2024.

FREITAS, T. L. **Uma análise comparativa entre áreas disciplinares da grande área de Ciências Humanas: semelhanças e diferenças sociorretóricas em artigos acadêmicos**. 2023. Tese (Doutorado), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. 299 f.

GIDDENS, A. Elementos da teoria da estruturação. In: GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 1-41.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo. Atlas. 2002.

HEMAIS, B.; BIASI-RODRIGUES, B. A proposta sócio-retórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 108-129.

HYLAND, K. **Disciplinary discourses: social interactions in Academic Writing**. Singapore:

Pearson Education Limited, 2000.

MARCONI, M. A. ; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. ; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2010.

MEDEIROS, J.B. 2010. **Redação Científica**: A Prática de fichamento, resumos e resenhas. 13a ed. São Paulo. Atlas.

MILLER, C. R. Genre as Social Action. **Quarterly Journal of Speech**, n. 70, p.151-176, 1984. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00335638409383686> Acesso em: 23 ago. 2024.

MILLER, C. R. Gênero como ação social. In: DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (org.). **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Universitária da UFPE, 2009a. p. 21-44.

MILLER, C. R. Comunidade retórica: a base cultural de gênero. In: DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (org.). **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Universitária da UFPE, 2009b. p. 45-48.

MILLER, C. R. Genre as Social Action (1984), Revisited 30 Years Later (2014). **LETRAS & LETRAS**, v. 31, n. 3, p. 56-72, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/30580> Acesso em: 03 mai. 2024.

MOTTA-ROTH, D. **Rhetorical features and disciplinary cultures**: a genre-based study of academic book reviews in linguistics, chemistry and economics. 1995. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 356 f.

MOTTA-ROTH, D.. **The role of context in academic text production and writing pedagogy**. In: BAZERMAN, Charles; BONINI, Adair; FIGUEIREDO, Débora. (Org.). **Genre in a Changing World**. Colorado: Clearinghouse, 2009.

MOTTA-ROTH; D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MUNIZ-OLIVEIRA, S.; BARRICELLI, E. Uma análise do gênero dissertação de mestrado: o modelo didático. **Raído**, v. 3, n. 6, p. 85-93, 2009. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/Raído/article/view/431> Acesso em: 29 ago. 2024.

MUNHOZ, M. V. M. P. G. **Marcas de autoria no gênero acadêmico dissertação de mestrado**. 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

RAMOS, W. C. **Um roteiro para a escrita de abstracts de artigos de pesquisa:** estrutura retórica e técnicas de argumentação. 2011. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa), Universidade Estadual Paulista, São Paulo. 345 f.

SANTOS, M. B. **Academic abstracts:** a genre analysis. 1995. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 119 f.

SEARLE, John. **Actos de habla:** Ensayo de filosofía del lenguaje. Barcelona: Planeta-Agostini, 1990.

SILVA, A.; BERNARDINO, C.; VALENTIM, D. A construção sociorretórica da seção de Introdução em artigos acadêmicos de Linguística Aplicada. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 59, n. 1, p. 686–714, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8655611>. Acesso em: 26 out. 2024.

SILVA, C. R. B. **Movimentos retóricos da seção de justificativa de pré-projetos de pesquisa da subárea de Linguística.** Teresina: Pibic, 2015.

SOUSA, L. C. **Organização retórica da seção de metodologia de dissertações de Mestrado Profissional nas áreas de Letras e Matemática.** 2023. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual do Piauí, Teresina. 178 f.

SOUZA, E. C. A. de. **O gênero requerimento na perspectiva sociorretórica:** análise da produção de graduandos no ambiente acadêmico-administrativo da UFRN. 2013. 418 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

SWALES, J. Research into the structure of introductions to journal articles and its application to the teaching of academic writing. In: WILLIAMS, R.; SWALES, J.; KIRKMAN, J. (org.). **Common ground:** shared interests in ESP and communication studies. Oxford: Pergamon, 1984.

SWALES, J. **Genre analysis:** english in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SWALES, J. **Re-thinking genre:** another look at discourse community effects. Ottawa: Carleton University, 1992.

SWALES, J. **Other Floors, Other Voices:** A Textography of a Small University Building. Front Cover. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1998.

SWALES, J. **Research genres:** exploration and applications. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SWALES, J. ; NAJJAR, H. The Writing of Research Article Introductions. **Written**

Communication, v. 4, n. 2, p. 175-191, 1987. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/43119192_The_Writing_of_Research_Article_Introductions Acesso em: 18 mai. 2024.

SOUSA, A. K. O. de. **Organização retórica do gênero resenha acadêmica: trabalho didático com recém-ingressos no Curso de Letras da Unilab**. 2024. Dissertação (Mestrado), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção. 247 f.

TAFNER, M. A.; FISCHER, J.; TAFNER, E. P.; SILVA, E. **Metodologia do trabalho acadêmico**. Curitiba: Juruá, 2006.

ANEXO A – INTRODUÇÃO MEA202001

(Movimento 0 - Repertório Sócio-cultural contextualizador) Era manhã de domingo, o sol ardia na pele mesmo à sombra das carnaubeiras. Crianças corriam pela estrada ao lado do trilho da Boa Esperança. Para Ítalo e seu pai os passeios pelos povoados vizinhos já faziam parte de suas rotinas, mas dessa vez não saiu como esperado. Quando um dos populares resolve guardar seu caminhão, os garotos correm para segui-lo em marcha lenta, como de costume; o motorista não percebe a situação e atropela o garotinho, que vai a óbito de imediato. “Ele tinha quatro anos, quatro meses e quatro dias de nascido. Um absurdo de meninos, pegou logo ele”, diz a mãe com os olhos lacrimejando. Tristeza para a família de Dona Sofia e Senhor Paixão, que há mais de vinte anos têm ido ao local de seu descanso, junto ao padrinho que vem de Groaíras trazendo dindin e brinquedos para ofertar ao garotinho. Hoje o local encontra-se nos limites do cemitério do povoado de Almas, aonde se costuma levar água, doces, brinquedos e roupinhas ao tão amado filho. “Meu pai morreu, minha mãe, um monte de gente da família e tudo, meu filho morreu e eu nunca mais me esqueci, um pedaço que tira da gente. É a coisa pior que tem”, diz o pai. **(Movimento 1 – Estabelecendo um território) - (Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para)** As relações entre vivos e mortos são comuns em diversas sociedades, tendo ocorrido em todo o mundo ao longo do tempo. A forma empregada pode variar de acordo com o que se espera que seja o post mortem. As crenças na imortalidade da alma e no mundo dos espíritos têm motivado os vivos a prepararem seus mortos, suprimindo-os com objetos que supõem necessários, preces e encantamentos, alimentos e cuidados especiais com o corpo do morto. Em alguns casos, o corpo do morto ganha o status de sagrado, atribuem-lhe poderes e ele se torna relíquia que pode servir como objeto de sacralização de templos ou mesmo como item de devoção em igrejas, como ocorre entre os cristãos. No sertão do semiárido cearense é possível observar, em algumas localidades, sobre túmulos ou monumentos em memória dos mortos, flores, brinquedos, objetos de uso pessoal e garrafas pet com água como oferenda. Vale ressaltar que a escolha do tipo de oferenda ou a seleção de itens utilizados na mesma é realizada, sobretudo, com base na memória que se tem do morto. Contudo, nas relações que apresentarei nesta dissertação, a água é o elemento mais comum, sendo ofertado com diversas finalidades. Pondero sobre as adversidades enfrentadas pelo camponês, sobretudo a escassez de água, que é ressignificada e passa a refletir de forma direta no trato com os mortos, em especial, os que têm uma morte por “causa desconhecida”, ocasiões em que se aponta como causa real do falecimento a sede enquanto o indivíduo se deslocava de uma comunidade a outra, tendo em vista a distância, resultando em uma morte agonizante e solitária. A água assume caráter de maior valor votivo ao ser ofertada ao morto, tendo em vista sua importância entre os vivos de determinada localidade, que enfrentam cotidianamente sua falta. O falecimento à beira da estrada pode dar origem a covas simples com cruzeiros ou, o que é mais comum, à edificação de pequenos monumentos onde não há corpo sepultado, mas são espaços sacralizados para homenagem aos mortos. Nesses espaços sagrados, miniaturas de capelas ou com aparência de túmulo, sinalizados por uma cruz, onde também se acendem velas ou se depositam flores ou onde são cultivadas, às vezes, plantas ornamentais, as pessoas do povoado colocam garrafinhas de água na tentativa de saciar uma sede que, segundo elas, seria uma “sede eterna”.

Figura 1 – Oferta de água sobre a cova. Fonte: Renaldo Gomes (Almas, Cariré, 2018).

As ressignificações são possíveis dentro de um sistema cultural, pois tais sistemas compreendem a “participação de agentes humanos conscientes e volitivos e de relações

continuadas e potencialmente cambiantes dos homens uns com os outros” (TURNER, 2008, p. 28). 14 No decorrer da pesquisa, o espaço sagrado para a oferta de água e outros objetos aos mortos se estende, ao tempo em que a pesquisa de campo se desenvolve e passo a observar a ocorrência de oferendas em cemitérios. **(Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou)** Pela forma que se constitui o ritual, minha hipótese inicial é de que essa tradição seja o resultado do hibridismo entre culturas indígenas, europeias e africanas, que ao longo do tempo se solidificaram no imaginário, reconstruindo a memória coletiva local e, hoje, apresenta-se como um evento original, posto que se desenvolve em um ambiente geograficamente diferenciado, habitado por um povo singular imbuído numa religiosidade expressivamente plural, do qual surgiram ramificações dentro do próprio culto, sendo possível verificar óticas distintas sobre o papel da água no ritual. Segundo Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1986), las significaciones simbólicas del agua pueden reducirse a tres temas dominantes: fuente de vida, médium de purificación y centro de regeneración. Estos três temas [...] forman las combinaciones imaginarias más variadas, al mismo tiempo que las más coherentes (p. 52). A partir da perspectiva apresentada pelos autores citados, pode-se, mesmo que de forma superficial, compreender a importância dada ao elemento água nos rituais mortuários para a manutenção de vínculo com os mortos na tentativa de reparar algum sofrimento vivenciado pelo indivíduo nos seus últimos momentos. Abordo questões relativas a esse tipo de culto aos mortos, dentre as quais têm destaque aquelas que se referem à ressignificação e elevação do elemento água ao nível máximo como oferenda dentro do ritual e o que motiva os devotos a realizarem tal feito. Saliento que esse costume tornou-se comum entre as representações e ideias sobre a morte e aos poucos se solidificou entre as práticas mortuárias dos sertões do semiárido. **(Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores)** Pesquisar um universo como o da morte é um desafio, embora muitos já tenham adentrado aos estudos referentes à morte, aos mortos e às relações entre vivos e mortos – seja por um viés histórico, sociológico, antropológico ou literário. A tarefa apresenta, na maioria do tempo, um árduo caminho a ser percorrido. Se esse universo de signos e representações parece ser comum a todos, ao tratá-los percebo que é um conjunto de informações difícil de apurar, já que as pessoas irão evocar memórias de entes queridos que passaram pela experiência de morte e de suas próprias vivências em relação ao cuidado que se dá aos mortos durante os ritos fúnebres e dos rituais mortuários que se realizam ou de que ouviram falar. Posto que, para muitas sociedades, a morte não é o fim, perde-se a matéria física e permanece a energia; tal 15 energia, ao longo dos tempos, tem sido denominada alma ou espírito (PEREIRA, 2020, p. 104). A “morte é, portanto, um corpo insubstancial, algo que existe em um estado material estranho a tudo o que concebemos em vida. Uma vez que são necessários tantos eufemismos para substituir ou amenizar o termo morte, fica explicitado o mal-estar em torno dele” (DE FRANCO, 2010, p. 15). Tratar desta temática “é um esforço que demanda uma atitude de compreensão íntima e de observação externa” (GOLDBERG, 2017, p. 9). Dessa forma, abordar o tabu da morte é, por vezes, solitário, assim como o ato de morrer. Verdade que a própria palavra morte, não sendo bela, tem, contudo a sua dignidade; tanto ela como as que dependem do seu radical: morto, mortal, mortalidade. Porém, todos os demais vocábulos que com a morte se relacionem, quando não são o simplesmente horrível, são ligeira ou pesadamente sobre o grotesco (QUEIROZ, 2002, on-line). Por diversas vezes me deparei com pessoas que se dispõem a conversar sobre as tradições e crenças locais, mas quando o assunto morte/ofereças aos mortos vem à tona, elas preferem não comentar sobre o tema. Para superar os desafios, na falta de interlocução para o desenvolvimento do presente trabalho e das reflexões baseadas nas leituras, o trabalho de campo surge como solução. De acordo com Pereira, não é fácil tratar da temática com as pessoas que dedicam certo tempo do seu dia para manter algum tipo de relação com os mortos, sobretudo porque esses mortos são

parentes e mesmo que tenham vivenciado o luto, a superação da perda não foi completa, então os vínculos são mantidos a fim de, primeiro de tudo, sentir o ente querido como um ser que permanece consigo. Embora não seja humano, esse ente querido vive na memória dos vivos, e sua forma espiritual é capaz de agenciar benesses aos vivos que porventura dediquem parte de seu tempo e atenção a eles, agenciando um conjunto de atividades que visam satisfazer o espírito do morto (2020, p. 105). Em campo pude observar o quanto essas relações se apresentam como necessárias e importantes, considerando que alguns praticantes realizam tais atividades desde que “se entendem por gente” e desejam que ao morrer, outros membros da família dediquem tais oferendas em favor da sua alma. **(Movimento 2 – Estabelecendo um nicho) (Passo 1B - Indicando uma lacuna ou)** O objetivo deste trabalho é etnografar o culto aos mortos na comunidade de Almas, compreendendo-o a partir da relação mediada pela água, que se constitui em atividade votiva. Tais relações possuem linguagem e significados particulares em sua complexidade, que se relacionam diretamente com o que está posto nas relações culturais que se estabelecem entre vivos e mortos, seus afetos, desejos, memórias e tradições. Para tanto, faz-se necessário analisar aspectos da vida do sertanejo refletidos no sagrado e amparados, de certa forma, numa religiosidade popular que possui características híbridas e traços plurais. A proposta, já dita, visa contribuir com os estudos sobre comunidades sertanejas por um viés antropológico. De modo mais específico, trato de elaborar uma reflexão sobre um dos tantos rituais de veneração aos mortos que ocorrem no sertão brasileiro, a partir de estudos bibliográficos e incursões etnográficas. Inicialmente, como também já adiantei, o tema da minha pesquisa está voltado para as relações entre vivos e mortos no semiárido. Quando me ocorreu o assunto, procurei de imediato entender o que se passava. Em primeira mão, sem pretender formalizar a curiosidade exploratória como trabalho acadêmico, conversei com pessoas que têm conhecimento dessas relações e, porventura, tenham-nas praticado ou as pratiquem. Posteriormente, busquei na literatura geral as formas utilizadas para apresentar tal prática aos leitores. Até então, nenhuma das formas de culto aos mortos que pude encontrar na literatura se encaixava com a prática que observei em campo exploratório realizado por acaso em setembro de 2016. Daí percebi a necessidade de documentar e refletir sobre tal ritual mortuário. A intenção de trabalhar a dissertação sobre os rituais mortuários praticados no semiárido cearense surge a partir de reflexões e estudos que empreendi ao longo do ano de 2017 com base nos conhecimentos adquiridos nas atividades práticas e teóricas das disciplinas de Antropologia da Religião, no Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC) e vivências em terreiros de religiões de matriz africana, que possibilitaram um olhar diferenciado sobre as práticas sociais e culturais relacionadas às ofertas votivas realizadas para a manutenção das relações entre vivos e mortos no sertão cearense. A construção da reflexão foi possível ao verificar os modos de ver, classificar e gerenciar o rol de possibilidades de oferendas a serem utilizadas no ritual a fim de estabelecer um contato em duas vias, tendo em vista que em alguns casos são realizados pedidos de intervenções aos mortos. Até agora, não tínhamos registros escritos sobre essa reflexão, mas posso adiantar que ela pertence a um universo de história oral, pois como recordam alguns dos meus sujeitos da pesquisa, a realização de tal atividade ocorre desde os antigos, permanecendo sua execução firmemente situada na memória. Esta dissertação se justifica também pelo esforço de contribuir com os estudos da Antropologia da Morte. E pela busca de uma tradução do modo pelo qual o pensamento do sertanejo permite e engendra o mundo espiritual paralelo ao mundo material, concebendo a possibilidade de benefícios produzidos por elementos materiais em um mundo não-material. O esforço nessa reflexão está em entender como o sertanejo olha, descreve, define e classifica as ideias de vida e morte. De acordo com Carneiro da Cunha (1978, p. 112), o conjunto de representações relativas ao destino post mortem do homem faz parte de uma herança cultural, de um acervo

da sociedade. É partilhando desse ponto de vista analítico que essa pesquisa transcorre, ou seja, abordarei o culto aos mortos enfatizando o tipo de oferenda empreendida no ritual. Os trabalhos canônicos da Antropologia da Morte apontam para as mais diversificadas formas de culto aos mortos sobre as quais se realizam análises de um ponto de vista amplo em relação às normas, meios de realização e oferendas. Entre as oferendas mais comuns, estão os grandes banquetes ora ofertados como última refeição a fim de despedir-se da alma do morto e fazê-lo entender que sua permanência no seio familiar encerra-se ali e que deverá seguir outro caminho, reconhecendo, assim, sua condição de finado (VIERTLER, 1991) ou uma refeição final com o intuito de saciar a fome que o morto passou nos seus últimos dias em vida e porventura tenha motivado o encerramento da mesma (CARNEIRO DA CUNHA, 1978). Neste trabalho, indico a prevalência do uso da água como principal e, por vezes, único elemento ofertado ao falecido na ânsia de “matar a sede do morto”. A água é uma preocupação diária do sertanejo, tanto que sua falta vai além da vida, ou mesmo torna-se o motivo pelo qual a vida esvaiu-se. Em pesquisa exploratória realizada nos municípios de Cariré, Ibiapina² e Meruoca³, ao ser consultada sobre o motivo de haver garrafinhas de água sobre a sepultura, túmulo ou cova de alguém, uma interlocutora diz que “as pessoas colocam água porque acreditam que a morte tenha ocorrido devido à sede no momento em que o indivíduo se deslocava de uma comunidade a outra”. Embora saibamos que não se morre de sede tão repentinamente, entendo que a falta de água foi uma das necessidades pelas quais o indivíduo passou nos últimos instantes de vida e por isso, apresenta-se como principal elemento votivo e por vezes único e insubstituível. Compreender como se constrói e se mantém esse tipo de relações com os mortos por gerações no sertão do semiárido, nas quais a água serve de elo entre os mundos possibilitando, inclusive, matar a sede do morto, está entre os objetivos específicos. Para tanto, analisarei a constituição do ritual votivo a fim de entender as motivações das pessoas ao praticarem tal forma de culto, o que se justificaria pela pouca atenção até então dedicada a essa problemática nas Ciências Sociais. A compreensão desse ritual votivo que expõe, de certa forma, as relações com os mortos no sertão do semiárido cearense, tem sua importância na medida em que produz um trabalho original sobre um tema e uma área de estudos tão pouco visitados pelas Ciências Sociais no Ceará. Explicar e interpretar dados sistematizados a partir das memórias dos praticantes, situadas num sistema de representações que pode traduzir práticas expressivas da objetivação das formas de ser da vida social, captadas e compreendidas num âmbito muito particular, são etapas importantes dessa pesquisa. Autores de diferentes orientações discutiram este tema, todavia, cada um o fez a partir de interesses e realidades particulares. Émile Durkheim (2003) demonstra que os ritos fúnebres e as práticas mortuárias se dedicam ao fortalecimento da estrutura social de cada grupo, afirmando que o sistema religioso converge para a preservação do próprio social. Philippe Ariès (2017), por seu turno, teoriza sobre a “morte do outro”, quando o homem ocidental procura um novo sentido para a morte. A partir de então, o indivíduo se desprende um pouco mais de seu fim; dessa forma, a „morte do outro” entra em cena. Sentimentos de saudade e lembrança propiciam um novo culto à morte, o culto aos túmulos e cemitérios, que passam a ser o espaço dos enterramentos modernos. Destaco a afinidade teórica e metodológica com essa reflexão, pois o autor alega que a morte, a partir do século XVI, ganha o mundo do imaginário e passa a ser erotizada, associada ao amor literário, ao querer o outro para sempre consigo – a imortalidade. Marcel Mauss (2005), em *A expressão obrigatória dos sentimentos*, trata dos rituais funerários nos cultos australianos e demonstra que todos esses rituais são fenômenos sociais “marcados eminentemente pelo signo da não- 19 espontaneidade e da obrigação mais perfeita” (p. 325). Esses signos, entendidos como formas de socialização da morte nos ritos fúnebres e rituais mortuários realizados no sertão nordestino estão expressos no choro diante do cadáver, nos cânticos apresentados como

ladainhas e “incelências”, nos rituais de beber o morto, nas sentinelas, nos cortejos fúnebres, nas oferendas, dentre outros. Carneiro da Cunha (1978) versa sobre o ritual funerário e o tratamento que se dá ao morto seguido pelas oferendas ao karô entre os indígenas Krahó. Alcinéia Rodrigues dos Santos (2005) se dedica ao estudo do imaginário, das atitudes diante da morte, representações e práticas mortuárias no Seridó. Nos trabalhos mencionados acima, há um ponto de convergência que pode ser entendido na reflexão de Alcinéia Rodrigues dos Santos ao afirmar que “as atitudes e representações em torno da morte são concepções de uma sociedade particular com costumes que se coletivizaram” (2005, p. 59). Essa síntese vai ao encontro do que observo ao centrar-me no estudo das relações com os mortos no município de Cariré, onde a água serve de elo entre os mundos. A originalidade da análise está no esforço de perceber quais elementos são relevantes dentro do ritual e como isso reflete no cotidiano e vice-versa. **(Movimento 3 – Ocupando o nicho) - (Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual)** Essa pesquisa, por fim, visa descrever e sistematizar as relações entre vivos e mortos ocorridas no povoado de Almas, Cariré, considerando diferentes formas de pensar a ação, a fim de traduzir, dar visibilidade e significado aos conhecimentos sobre tais práticas mortuárias. Os aspectos metodológicos foram se reconstruindo ao longo do percurso e das necessidades em campo. Sua dinâmica se deve às observações e surgimento de novas propostas de campo que resultaram na readequação da ótica empreendida por mim, focada no espaço utilizado pelos praticantes para a realização do ritual. Para a execução do objetivo geral da pesquisa – ou seja, etnografar o culto aos mortos no povoado de Almas, Cariré, no qual a água serve de elo entre os mundos –, as principais técnicas de que me servi foram a incursão etnográfica e a realização de entrevistas semiestruturadas com praticantes desse tipo específico de culto aos mortos. Interessa-me apreender, através da experiência etnográfica criteriosa e planejada, as circunstâncias, temporalidades e motivações, a fim de pôr aos sujeitos questões que me possibilitem descrever e interpretar as particularidades de um culto aos mortos no qual a água tornou-se o elemento capaz de atender a diversas 20 expectativas, como saciar uma „sede eterna“, pacificar um espírito ou até mesmo purificar o ambiente em que o cenotáfio⁴ está localizado. A delimitação do campo foi um ponto crucial. Não pensei sobre isso até o momento da construção do projeto de pesquisa. No entanto, foi necessário um conhecimento prévio do território, de alguns sujeitos e informações obtidas anteriormente. Sobre isso, Rosana Guber (2013, p. 99) sinaliza que “el campo ya esta acotado en la concepción del investigador, en los conceptos teóricos que emplea y en su objecto de investigación, pues se parte de ciertos conocimientos provisórios sobre el ámbito y los eventuales interlocutores”. Jean Pierre Bayard (1996, p. 7) afirma que “todas as vezes que a significação de um ato reside mais em seu valor simbólico do que em sua finalidade mecânica, já estamos no caminho do procedimento ritual”. Apoiado nas considerações do autor, chego à conclusão de que posso tratar tais relações como um „ritual de culto aos mortos no semiárido cearense“. A partir dos relatos e acompanhamento das atividades de culto aos mortos no sertão cearense, em especial os que são realizados no município de Cariré, durante os anos de 2016 a 2020 foi possível apresentar questões aos interlocutores que possibilitassem a compreensão e análise de suas determinações em dedicar tempo aos mortos ofertando água e outros objetos. Destaco a vertente teórica apreendida na disciplina de Métodos de Pesquisa Antropológica, sobretudo os apontamentos de Rosana Guber (2011; 2013) acerca do trabalho de campo etnográfico e as reflexões empreendidas pela autora sobre “participar para observar” e “observar para participar”, alinhada ao que Teresa Caldeira (1988) discorre sobre a transformação do antropólogo ao entrar em outra cultura e a reelaboração de sua experiência ao sair dela. “Se muito da escrita etnográfica é produzida no campo, a real elaboração de uma etnografia é feita em outro lugar” (CLIFFORD, 1998, p. 41). Inspirado nessas reflexões, procurei relacionar-me com as comunidades do município de Cariré onde as pessoas 4

Cenotáfio é um memorial fúnebre erguido para homenagear alguma pessoa ou grupo de pessoas cujos restos mortais estão em outro local ou estão em local desconhecido. Segundo Benedict Anderson (2008, p. 35), “os gregos antigos tinham cenotáfios, mas para indivíduos específicos, de identidade desconhecida, e cujos corpos, por uma razão ou outra, não puderam receber um enterro normal”. Utilizo o termo cenotáfio no decorrer da escrita deste trabalho ao identificar locais em que não há a certeza de que os restos mortais estejam sob o solo onde se encontra o memorial, pois o que importa é “a evocação da entidade do defunto e não o reconhecimento do lugar exato da colocação do corpo” (ARIÈS, 2017, p. 63). 21 realizam o culto aos mortos e traçar um perfil dos praticantes no intuito de conhecer algumas variáveis, como sexo, idade, orientação religiosa, formação escolar etc., a fim de perceber o envolvimento e o conhecimento sobre a realização do ritual de culto aos mortos. Segundo Paulino (2012, p. 55), a etnografia pode ser compreendida como “recurso que proporciona, a partir do olhar por dentro de uma microesfera, a provocação de reflexões mais amplas, inclusive sobre questões que não são determinadas exclusivamente no campo da cultura”. Dessa forma, um olhar voltado para algo específico pode produzir conhecimentos que se adequem a uma esfera maior. Para a construção deste trabalho, realizei cinco curtas viagens de campo, de dezembro de 2018 a janeiro de 2020, de seis ou sete dias cada, quando tratei de rever alguns questionamentos resultantes das anotações que fiz durante as primeiras visitas a povoados da região em setembro de 2016. A partir desse momento, o contato via internet e/ou telefone tem ocorrido periodicamente a fim de esclarecer indagações que surgem no decorrer das análises e reflexões. Minhas vivências em espaços religiosos e as discussões empreendidas nas disciplinas de Teoria Antropológica, Antropologia da Religião e Antropologia da Morte possibilitaram melhor entendimento de questões que fundamentam ideias recorrentes dentro do culto aos mortos que apresento neste trabalho. De acordo com Pereira (2020), a entrevista realizada por um desconhecido chama a atenção do sujeito podendo limitar suas falas e para que se obtenham informações espontâneas e de profundidade, faz-se necessário criar um clima de tranquilidade e confiança entre os sujeitos da pesquisa. Pensando nas implicações relacionadas à inserção do sujeito pesquisador em campo, estive acompanhado, em maior parte do tempo, de alguém conhecido das pessoas da localidade ou mesmo por algum interlocutor que comigo seguia pelas ruas e me apresentava outras pessoas, a fim de me tornar “menos estranho” a outros possíveis interlocutores. Observar e entender um pouco do universo do sertanejo é crucial para pôr em pauta assuntos ligados ao seu cotidiano, tais como o artesanato produzido na comunidade, o tipo de plantio que costumam fazer, a religiosidade ou mesmo o clima, para dar início às conversas. A temática morte seria incluída em seguida, logo que o fluxo de informações adquirisse consistência e confiabilidade. As informações colhidas e observações do campo deram suporte para a preparação das entrevistas, que permitiram entender o significado das relações com os mortos na vida do sertanejo e como o cotidiano afeta e/ou influencia a constituição do ritual, desde o ambiente em que se realiza até os elementos ofertados no processo. Pensando a partir das reflexões empreendidas por Cláudia Fonseca (2010), optei pelo não anonimato dos meus interlocutores. Para tanto, considere que nem tudo que foi dito por eles em entrevistas formais, observações de campo, relatos e/ou conversas ao longo do nosso convívio deve ir a público. Ciente de que isso exige maior atenção na escrita, sinto que devo dar nomes reais aos personagens que colaboram na construção deste trabalho. Portanto, mantive nomes de lugares e pessoas tais quais são conhecidos pela comunidade em geral, não pelo medo de estar a escrever uma ficção, na aceção de falsidade ou algo que se opõe a verdade, pois “os escritos etnográficos podem ser adequadamente chamados de ficções no sentido de algo feito ou modelado” (CLIFFORD, 2016, p. 37). Devo observar e refinar bastante as interpretações realizadas a partir das interpretações empreendidas pelos meus interlocutores e outros sujeitos

envolvidos (GEERTZ, 1978), reelaborando minha experiência em campo, “de modo a transformá-la em uma descrição objetiva (científica) da cultura” (CALDEIRA, 1988, p. 137), a fim de levar a público somente o necessário, de forma que não haja danos a eles, primeiramente. Os interlocutores deste trabalho foram, principalmente, Dona Gleidiane, Seu Paixão, Dona Sofia, Seu Barreirinha, Seu João Elísio, Dona Gláucia, Dona Rosita e Mocinha, mas não posso deixar de fora Dona Marlene, que por tempos idealizei como interlocutora até tomar conhecimento de seu falecimento, ocorrido meses antes de minha primeira visita. A escolha dos informantes levou em consideração suas práticas em relação aos mortos, o acesso, o reconhecimento da comunidade local como pessoas que realizam oferendas aos mortos e, principalmente, a disponibilidade para conversar sobre o tema. Os locais de realização das entrevistas foram suas casas – onde fui muito bem recebido – ou caminhando pelas ruas do povoado, cemitérios, praças, biblioteca e museu. Utilizo como base para interpretação das informações colhidas no campo o conceito de ritual, e demais elementos que o norteiam, através da visão de Victor Turner (2005; 2008), aliando sua teoria ao trabalho etnográfico; Le Breton (2016), com seus apontamentos e análises sobre as performances rituais e as sensorialidades do corpo ao mundo a que estamos expostos, para entender o sentido simbólico aplicado aos elementos votivos. Turner (2005, p. 49) define ritual como “o comportamento formal prescrito para ocasiões não devotadas à rotina tecnológica, tendo como referência a crença em seres ou poderes místicos”, enquanto Le Breton (2016, p. 49) afirma que “os rituais são memórias em ação”. Verifiquei pela primeira vez a ocorrência de garrafa pet com água em oferta aos mortos em setembro de 2016, em decorrência de um trabalho de pesquisa sobre “acesso e qualidade da água no semiárido cearense”, realizado para Alicia Cooperman, doutoranda da Columbia University. O que avistei me deixou curioso. Em uma estrada de barro vermelho e paisagem árida, a caminho de uma comunidade rural do município de Ibiapina, um amontoado de garrafa pet verde sobre uma pequena elevação de terra com uma cruz ao topo e ao investigar, vem me a resposta de um senhor que nos acompanhava pela cidade; ele diz tratar-se de “água para os mortos”, “para matar a sede dos mortos”. A partir daí, essa pesquisa tem início. **(Passo 3 - Indicando estrutura da Dissertação)** No tocante à textualização das informações e o sentido gerado pela organização das ideias apresentadas, adianto que elas têm suas bases no campo, incluindo-se, ainda, a ordem dos capítulos e outras informações pertinentes. Se o escritor/pesquisador/etnógrafo tem a liberdade de escolha ao produzir um texto reelaborando as interpretações de seus interlocutores para apresentar ao público geral, resolvi fazê-lo de acordo com o que o campo me forneceu e à medida que isso foi ocorrendo. Então, cada capítulo e subcapítulo apresentados fazem parte de um tempo específico compreendido nas interações entre pesquisador, interlocutor e campo. O texto está dividido em três capítulos. Inicialmente, no capítulo O culto aos mortos, procuro transpor o imaginário post mortem para os acontecimentos no sertão, observando o dinamismo de interlocuções entre culturas diversificadas que culminaram na religiosidade popular, permitindo o caminhar em paralelo e produzindo ideias de vínculo entre vivos e mortos, compreendidas e mantidas por populares ao longo do tempo, numa religiosidade pública e, de certa forma, mestiça. No segundo capítulo, intitulado As relações com os mortos no povoado de Almas, apresento a localização geográfica e sociocultural de Cariré, município que abriga o povoado em estudo; elenco os personagens desta etnografia e sua importância para a compreensão das ações empreendidas entre vivos e mortos; explano sobre a presença do ritual no povoado no qual cada oferenda aos mortos institui categorias de sujeitos e de como ele se configura em atividades que se distribuem entre o público e o privado em uma rede de significações compreendidas a partir das ideias religiosas do devoto; explico algumas considerações sobre ritos fúnebres e práticas mortuárias, nas quais considero ritos fúnebres todas as relações que se estabelecem entre vivos e mortos no período que compreende as fases

de moribundo, quando ocorre, até o luto, inclusive as que fazem parte dessas fases; e as práticas mortuárias como atividades que compreendem o tratamento dos restos mortais e ações ou relações que se mantêm para ou com os mortos, podendo perpetuarem-se por gerações; a oferenda de água apresenta-se como item central nas atividades votivas e ocupa como cenário: túmulos, sepulturas e cenotáfios, conferindo à oferenda votiva uma miríade de significados e; por fim, trato de explicar sobre as origens do povoado de Almas e como ele se alinha e/ou compreende às manifestações de adoração às almas. No último capítulo, As mitologias e outras práticas mortuárias, apresento ideias, representações da figura da morte em algumas sociedades, causas e imposições sobre as sociedades, o trato para com os mortos e as relações baseadas na crença de uma vida post mortem. Exponho algumas concepções sobre a morte e os mortos instituídas ao longo do tempo, compreendendo a importância desses estudos para a construção sociocultural de cada região, povo ou cultura. Exponho algumas ideias sobre as práticas mortuárias elencadas nas mitologias atreladas a uma visão antropológica do culto aos mortos e de suas características, iniciando nos rituais realizados em culturas antigas, e por fim, apresentando estudos sobre práticas mortuárias inusitadas que ocorrem na contemporaneidade, para situar as relações entre vivos e mortos no povoado de Almas como um exemplo de traço cultural que, assim como outros, tem resistido aos avanços da modernidade.

ANEXO B – INTRODUÇÃO MEA202101

(Movimento 1 – Estabelecendo um território) - (Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para) Esta dissertação é um estudo sobre os modos de inscrição presentes na moda afro fortalezense. Seguindo a ideia de Mbembe (2001) acerca das formas de autoinscrição que indivíduos empregam na sua vida diária para conformar sua identidade de modo situacional e relacional - e, portanto, múltiplo - com relação às suas identificações e às experiências pelas quais são atravessados, bem como pelas demais alteridades com as quais entra em contato ao longo das suas trajetórias, levando-se em consideração a profusão de signos e as inúmeras circunstâncias sociais, políticas, geográficas, morais e estéticas que permeiam seu cerne.

(Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou) A temática da autoinscrição se conecta aos modos como se demarcam a noção de pessoa presente na moda afro, na figura das produtoras de uma rede colaborativa, que mapeio, de produção e comércio de indumentárias. A rede da moda afro, em Fortaleza, comporta em suas auto-inscrições um espaço de mobilização de signos de negritude derivados das pessoas negras, que se posicionam e se situam, por isso, a partir de uma perspectiva afrocentrada, conforme discutido por Asante (2016).

(Movimento 2 – Estabelecendo um nicho) (Passo 1D - Continuando uma tradição) A moda afro fortalezense é composta por cerca de vinte pessoas negras auto organizadas em torno de ações em grupo, como feiras e eventos, e também da loja colaborativa CearAfro, com presença majoritária de mulheres, de modo que essa dissertação se situa partindo de pontos-de-vista de mulheres negras, as quais foram as colaboradoras para a realização da pesquisa de campo.

(Movimento 3 – Ocupando o nicho)

(Passo 1A - Delineando os propósitos ou) Desde entrevistas em profundidade com três das produtoras de moda afro, Lita Stéphanie, Yasmin Djalo e Patrícia Bittencourt, e de observação participante na loja CearAfro, em companhia da produtora de moda afro Aliciane Barros, entenderemos como os processos de individuação atravessados pelas pessoas negras na rede da moda afro constituem o debate acerca da noção de pessoa negra diaspórica, considerando as circunstâncias de multissituacionalidade em que estamos inseridos na contemporaneidade (MARCUS, 2001). Assim também, poderemos compreender o uso da categoria êmica afroempreendedorismo, acionada pelas interlocutoras para se referir ao seu fazer enquanto produtoras e comercializadoras de moda afro desde uma concepção afrocentrada e que se estabelece na contramão, embora invariavelmente inserido neste, do modelo de produção da fast fashion balizada pelo sistema capitalista e neoliberal de produção e consumo.

(Movimento 1 – Estabelecendo um território) (Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou) O afroempreendedorismo pode ser lido de maneira semelhante ao que dispõe Carneiro da Cunha (2001) a respeito do uso de citações culturais, como meio de estipular traços diacríticos próprios a determinados grupos, como forma de reiterar afirmativamente e traduzir a grupos exógenos seus modos de existência, bem como promover pontes entre pares. Assim como tal categoria pode ser percebida como uma indigenização da diferença, de acordo com o proposto por Sahlins (1997) sobre a resignificação de socialidades tidas como marginais introduzidas no seio do capitalismo tardio, em que se produzem respostas singulares e plurais na direção contrária à contaminação, por assim dizer, produzida por esse modelo. A moda afro se capilariza, ainda, conectando pontos na cidade de Fortaleza, mas também em países africanos, como Beni, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e Cabo Verde, de sorte que se estabelecem diálogos entre os sentidos de negritude instituídos entre pessoas negras de modo assemelhado e diverso, tornando o panorama a respeito dos temas abordados mais amplo e rico, além de ser um elemento constituinte da seara da moda afro as constantes relações entre pessoas negras em várias partes do mapa. Dessa forma, entram também como elementos constitutivos dessa rede as noções de itinerância e mobilidade, na medida em que

se faz necessário que as afroempreendedoras permaneçam em constante movimento em busca de matérias-primas em vários locais e com várias pessoas fornecedoras, concomitantemente à formação contínua de alianças para acessar percursos de compra-venda e também para fortalecimento mútuo entre as/os partícipes e colaboradores na/da rede. **(Passo 3 - Indicando estrutura da Dissertação)** Assim, tomando como guia as noções brevemente apontadas nos parágrafos acima, a dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Itinerários”, realizo uma caminhada teórico conceitual, entrelaçando com minha trajetória até a delimitação do tema, em que, na última seção, apresento a loja colaborativa CearAfro, como nó central de onde se ramificam outros tantos, mediados pela afroempreendedora Aliciane Barros, por meio dos sentidos de negritude e de afroempreendedorismo presentes na sua constituição de pessoa, em meio ao comércio de alfaiataria local, dentro da rota da moda autoral em que está situada a moda afro em estudo. Essa parte da pesquisa se dá de maneira a privilegiar as interações microsociais, de modo a problematizar os modos de circulação econômica da moda afro, que está indissociavelmente inserida no modelo do capitalismo tardio, mas que se vale de maneiras alternativas de manobrar ações, no sentido de coexistir e demarcar sua existência afrocentrada na contramão do sistema macro, exploratório e que dispõe as subjetividades e as pessoas, de devires minoritários, em relações assimétricas de subalternidade. No capítulo seguinte, intitulado “Processos de Individuação: Nascer e Tornar-se Negra”, será apresentada breve contextualização histórica da presença negra na cidade de Fortaleza, para em momento posterior refletirmos sobre o modo como se dá na atualidade essa presença e como ela reflete na adoção de marcadores diacríticos da negritude. Tais marcadores, para além de traços físicos, incluem e se baseiam fortemente no uso do corpo a partir das indumentárias que foram e continuam sendo feitas pelas pessoas negras. Assim também, neste capítulo será tratada a produção do afroempreendedorismo enquanto noção êmica que se liga ao tema dos processos de individuação porque passam as pessoas negras, revelando como algumas trajetórias individuais para a auto identificação como pessoa negra perpassam pelo acionamento de signos, modos de ação e de criação conectados a coletividades situadas geograficamente, sociopoliticamente e corporalmente. Por fim, no capítulo intitulado “A Indumentária Afro: Mediando Relações Entre Negritude e Afroempreendedorismo” seguiremos e concluiremos a discussão iniciada no capítulo anterior, salientando a produção do cenário da moda afro fortalezense, por meio das narrativas coletadas na loja colaborativa CearAfro, protagonizadas pela afroempreendedora Aliciane Barros, contrastando modos de circulação das indumentárias afro fabricadas de modo autoral pelas afroempreendedoras que fazem parte da loja com as noções de negritude, de mercado e de diáspora que se desenvolvem ao seguir as linhas desse fazer. **(Passo 2 - Anunciando as principais conclusões)** Por meio desse estudo, torna-se possível demonstrar como se entrelaçam temas de cunho sociopolítico, como as práticas comerciais, os marcadores raciais, o protagonismo feminino, os cenários econômicos, as relações sociais na contemporaneidade, bem como estes são mobilizados, a partir da tradução antropológica, para que se instaure um debate sobre as formas de conhecimento e práticas em torno de um mercado, que a um só tempo configura meios e modelos de trocas, assim como modos de existência e sociabilidade que partem, nutrem e projetam um mundo de mulheres negras, cujas ciências e criatividade têm muito a nos oferecer. Logo, cruzando pontos e desenrolando fios dessa trama, somos capazes de enxergar irromper uma superfície, como um campo semântico repleto de significações próprias, análoga às indumentárias costuradas com os tecidos manuseados pelas mulheres que nos conduziram através da realização desta obra.

ANEXO C – INTRODUÇÃO MEA202102

(Movimento 1 – Estabelecendo um território) - (Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para) Esta pesquisa é parte tanto de um ponto de vista antropológico, como subjetivo; minhas análises são tanto frutos da minha vida acadêmica, como partes de quem eu sou, meus desejos e meu corpo social, minha família, minha comunidade. Os atravessamentos narrados aqui buscam a ciência que se propõe “humana”, afetiva e viva; e não “máquina”, fria, inerte, neutra. Busquei analisar o bar “The Lights”, na cidade de Fortaleza-Ceará, olhando para as sexualidades e corpos intitulados muitas vezes como abjetos e divergentes, corpos fora de uma norma de aceitação geral, ou seja, corpos negros, queers, LGBTQI+1, corpo periféricos. Encontrei primeiramente na pesquisa camadas de histórias não narradas pelas palavras; entre os muros de concreto, vi a produção artística marcando o campo e outras formas narrativas de mostrar corpos em (re)existências sobre os quais reflito na escrita. Busquei, contudo, uma etnografia que pensa pessoas, relações e as produções que se formam a partir de um espaço físico e virtual. Chegar a este trabalho foi um caminho de inquietação. Estudei sobre a cidade na graduação, os textos me inquietaram; por muitas vezes não enxergava as pessoas com as quais convivo nas pesquisas das grandes metrópoles. A divisão entre o urbano/cidade e o campo/interior não eram óbvias para mim, por acreditar que na periferia sempre existia um tanto de “interior”. As relações sociais eram outras que essa área produtiva me mostrava. Aqui faço referência aos textos que acessei na primeira graduação em Ciências Sociais. Por essas questões, meu corpo sempre me levou a querer identificar aquilo que eu não acessava por meio dos textos e estava tão perto fisicamente de mim; por isso, na minha primeira pesquisa trabalhei com um texto monográfico sobre mulheres, política e periferia. Enxergava as figuras femininas bastante ativas nesse espaço micro social, ao passo que em espaços macros e legitimados via poucas mulheres. **(Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou** Essa pesquisa foi primordial para estabelecer um aporte reflexivo sobre as questões de gênero. 1 Utilizo o termo LGBTQI+ (Lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queer, interssexual, etc.), pois resolvi me alinhar com o campo que adota de forma geral tal sigla. Optei por aderir a sigla utilizada pelo bar que pesquiso, ressaltando uma postagem do Dia Internacional contra a Homofobia, Dia 28 de junho, Dia do Orgulho LGBTQI+ (Lésbica, gays, bissexuais, travestis, queer, intersexo, e todos os sujeitos não binários e não heteronormativos que não se sentem encaixados nessas categorias anteriores). Segue um trecho da postagem do bar que pesquiso no dia 28 de junho: “Hoje é o dia do orgulho lgbtqi+ (...) queremos agradecer pela nossa existência sapatão, pela existência de cada gay, de cada bissexual, de cada pansexual, pela existência dos assexuais e pela a existência e resistência de cada transexual. Sintam-se todos orgulhosos, amem e estejam do lado dos seus” (@thelightsbar, 2020).) Como a leitura de George Simmel (1903) e Louis Wirth (1956), pertinentes para a época e o lugar referência da análise. Escritores clássicos para pensar o modo de vida urbano e suas implicações nas primeiras cidades. No início do mestrado o intuito era continuar a investigação sobre o assunto, porém fui levada a entender outras questões, dessa vez, sobre espaços de lazer onde a comunidade LGBTQI+ frequentasse, de forma a vivenciar seu corpo e sua sexualidade. Tanto a primeira pesquisa como essa colocam em questão a raça e a classe, levantando questões que me atravessam. Tais imbricamentos levaram-me a questionar as divisões invisíveis dos espaços, o motivo pelo qual um corpo era aceito em um determinado lugar e outro não ou o motivo de nos sentirmos confortáveis em determinados espaços e em outros só querermos ir embora. **(Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores** Ao analisar o estudo de gênero, sexualidade e raça percebi que não é algo novo para a antropologia, tão pouco a análise sobre lazer e cidade; há diversos trabalhos, sejam eles nacionais ou não, sobre os temas que se tornam cada vez mais importantes, dentro

de um conhecimento antropológico, com a proposta de estar atento às demandas discursivas no mundo atual. **(Movimento 2 – Estabelecendo um nicho) (Passo 1D - Continuando uma tradição)**

Esta pesquisa, nesse sentido, é uma análise qualitativa, que usa como metodologia a pesquisa etnográfica e foi inspirada, inicialmente, na etnografia de Néstor Perlongher (2008), no que tange a observação participante em um espaço considerado de lazer com várias camadas de diferenças. A inspiração do autor que cito vem de seu trabalho publicado primeiramente em 1986, com o título: “O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo”. Nele, o pesquisador está atento para pensar a pluralidade de histórias por trás de suposições sobre os michês, tendo como ponto central a ideia de consumo e lazer. Embora ele não consiga dar conta da discussão teórica de raça, reconhece e coloca como um fator que demarca a diferença. O antropólogo argentino que, devido a processos políticos, veio morar no Brasil em 1982, nacionalizando-se, morreu dez anos depois de complicações causadas pela AIDS. Néstor Perlongher apresenta as perambulações de michês, homens prostitutas profissionais, no intuito de ter uma visão mais ampla do negócio do michê, com um trabalho de campo que traz sujeitos diversos, debruçados sobre o mesmo tema (PERLONGHER, 2008). Visto que há diversas possibilidades de enfrentamentos e análises em cada especificidade, esse trabalho traz os imbricamentos encontrados no campo sobre questões emaranhadas na cidade de Fortaleza-Ceará no bairro do Benfica. Ou seja, buscando para além de atualizações feitas nas teorias acadêmicas, a importância do trato da etnografia que se torna uma abordagem única. A minha perspectiva é, assim, situada (HARAWAY, 1995) em um determinado tempo e espaço, narrados por mim, abrangendo temas por vezes considerados espinhosos para as Ciências Sociais (gênero, raça, sexualidade), por tocarem nas feridas estruturais no mundo. **(Passo 1C - Levantamento de questões ou)** Escrever sobre tais assuntos é sempre um compromisso com o mundo em que vivemos e queremos viver. Ao analisar as pesquisas realizadas na cidade de Fortaleza sobre minha temática são encontradas evidências de trabalhos feitos, principalmente no Centro da cidade alencarina. Um dos termos que aparece para referenciar lugares onde permeiam as sexualidades dissidentes é a sigla “GLS” (gays, lésbicas e simpatizantes), utilizada para referenciar boates dentro da linguagem da população homoafetiva (CIRQUEIRA, 2010; PAIVA, 2010; COELHO, 2009; VALE, 1997). Já o termo “LGBT’s” aparece sendo colocado como termo político e/ou institucional nessas pesquisas³. A pesquisa de Cirqueira (2010) é a que mais se aproxima deste estudo. O autor faz uma análise dos circuitos de lazer e consumo de jovens “LGBT”, como coloca, levantando também a questão de classe, pois seu pólo de pesquisa é acessado principalmente pela classe baixa no Centro da cidade. Há em sua análise o termo atualmente repensado de “opção sexual”. Utiliza-se hoje “orientação sexual” dentro das pesquisas e movimentos políticos engajados na bandeira ao se referir às relações afetivas, pois se entende que não se escolhe sentir “desejo” por determinado gênero e sexo, mostrando que os discursos sobre sexualidade(s) demandam análises em níveis psicanalítico, social, médico, etc., e a heterossexualidade é tão digna de problematizações quanto as orientações colocadas em xeque por ela (LAURETIS, 2010; CARRARA, 2007; LOURO, 2008; SCOTT, 1995). Os bares e lugares que aparecem nas pesquisas locais, como de Cirqueira (2010) e de autores como Coelho (2009) e Vale (1997), focam no Centro da cidade, citam como lócus de pesquisa a boate “Divine”, o bar “Metanol”, Cine “Jangada” e “Majestick”. Nenhum desses eu conheci, seja como pesquisadora ou como LGBTQI+, porém ouvi falar dentro do círculo de pessoas da pesquisa e/ou amigos/as. Observo que há dez anos o Benfica, bairro vizinho, aparece enquanto um lugar acadêmico, um lugar onde se faz “créditos extras” nos bares ao redor da universidade, onde esse público específico costuma se reunir pós-aula. O estudo de gênero e sexualidade é um desafio atual, uma vez que há uma constante atualização nesse campo de estudo, o que demonstra o quanto temos avançado com relação a entender “novas”

identidades nessa área. **(Movimento 2 - Estabelecendo um nicho) (Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais)** Comecei a estudar tais temáticas no começo de minha trajetória acadêmica. Tais questões me inquietam; acredito que sempre fui questionadora. Presentemente é muito comum as boates e bares não se utilizarem mais do termo “GLS”. Em vez disso se usa o termo “LGBT” e suas variantes. Tal dado que podemos notar pode refletir anos de luta identitária da população LGBTQI+. 4 Fiz parte, de 2012 até 2015, do Programa Interdisciplinar de Iniciação à Docência – PIBID, com a temática de “Direitos Humanos: Gênero e Sexualidade na Escola”, na Universidade Federal do Ceará, único PIBID com esse recorte no país, fechado após o golpe presidencial de 2016, em que a presidente Dilma Rousseff perdeu o cargo pela justificativa de ter feito “pedalada fiscal”, sendo substituída pelo vice-presidente da época, Michel Temer. Os 13 normas heteronormativas, por não compreender e não ver sentido na maioria delas.

Porém, foram as leituras pertinentes ao assunto que me ajudaram a entender e explicar como poderiam funcionar essas questões no cotidiano, fazendo com que eu percebesse cada vez mais o quanto o assunto atravessava a minha vida e de qualquer pessoa, tanto quanto às questões de raça no Brasil. Com a graduação em Ciências Sociais, em licenciatura e bacharelado, aprendi que o mundo é bem mais complexo do que parece a priori, possibilitando-me conhecer diferentes áreas de pesquisa e diferentes perspectivas teóricas. Tais conhecimentos se complementam e, agregados ao fazer antropológico no presente texto por meio do trabalho de campo e descrição etnográfica, levam-me a buscar como algumas sociabilidades são tramadas na perspectiva de raça, gênero e sexualidade na cidade de Fortaleza-Ceará, de modo a entender as relações dos sujeitos entre si e com o espaço de lazer. A escolha da pesquisa se deu no próprio processo de mestrado acadêmico, ao fazer a disciplina optativa de Antropologia Urbana, no primeiro semestre do curso. Tomando como desafio o debate com as discussões teóricas que ocorrem a nível macro (nacional) sobre marcadores sociais e subjetivos, pesquisar um tema familiar, porém em um contexto diferente textos para a formação dos bolsistas do programa que fazia parte sobre as temáticas tinham base nas teorias ocidentalizadas. Líamos clássicos da filosofia e da história, como Michelle de Perrot e Foucault, porém a Coordenadora, Ana Rita Fonteles, juntamente com sua apoiadora, Raquel Caminha, faziam questão de trazer para as formações que ocorriam toda semana, pessoas de movimentos sociais ou estudiosos/as da cidade. O contato com a Universidade também me proporcionou conhecer movimentos sociais de base (apartidários e partidários), como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) estudando, assim, de forma geral, sobre as questões de classe, raça e gênero em perspectiva micro e macro social. Questionar práticas impostas sempre demandou retaliações, seja dos pais, da escola ou dos(as) amigos(as); com o tempo fui me calando e aceitando, até começar a fazer o caminho de volta, porém com amorosidade na busca de saber quem eu sou. Fui criada na periferia e estudei a vida toda em escola pública. Sempre levantei perguntas sobre a prática versus o discurso e as contradições presentes nesses lugares. 6 Embora a grade curricular do curso na época fosse clássica, este me abriu a possibilidade de vivências em diálogo com outros cursos do Centro de Humanidades. **(Movimento 2 – Estabelecendo um nicho) (Passo 1B - Indicando uma lacuna ou)** Sobre lazer existe uma vasta bibliografia, como por exemplo: Oliven (1985), França (2012), Almeida e Tracy (2003) e Magnani (2012), essas duas últimas pesquisas nacionais. Pelas bibliografias observamos que o seio da antropologia urbana nasce ainda enquanto uma produção da sociologia, no que foi chamado de produção da “Escola de Chicago” (OLIVE, 1985; MAGNANI, 2012; HANNERZ, 2015; AGIER, 2011). Observando os/as autores que citei e tive acesso, percebi que eles vêm de uma historicidade acadêmica hegemônica, influenciando a antropologia

urbana feita no Brasil. Embora essas pesquisas sejam feitas em diversas cidades diferentes do globo, elas não aprofundam sobre as questões de gênero e raça. 8 Ministrada pelo professor Martinho Tota Filho Rocha de Araújo, no mestrado em Antropologia UFC-UNILAB, em 2018.2. Em seu programa foram abordadas as teorias antropológicas clássicas e contemporâneas, as dinâmicas socioculturais e formas de apropriação do espaço na cidade, de forma a focar em etnografias e na diversidade de experiências em campo. Na disciplina foi observada uma lacuna de temas que trabalhassem questões de gênero, mulheres negras, mulheres lésbicas e raça, assim como um vácuo em produções feitas nas regiões norte e nordeste do país. **(Movimento 2 - Estabelecendo um nicho) (Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais)**

O ponto positivo para mim foi a possibilidade de ver autores tanto de fora quanto daqui do Brasil, mostrando as perspectivas de estar em diferentes lugares e como isso pode interferir na pesquisa. Já produzi alguns trabalhos sobre cidade, gênero e sexualidade em disciplinas acadêmicas: na monografia (em que trabalhei mulheres e liderança política na periferia), como também fiz pequenos trabalhos enquanto bolsista 14 dos que eu pesquisava e estava inserida nos anos anteriores, foi também algo desafiador, pois me deslocou do meu lugar de conforto, já que pesquisava anteriormente a trajetória de mulheres do bairro em que morei a vida toda, muitas que já me conheciam; fora a experiência de frequentar um bar que se assemelha a uma boate, sendo uma pessoa que gosta de dormir cedo e possui dificuldade de estar em locais com muita gente. A adaptação que aconteceu durante toda a pesquisa foi graças ao afeto que possuo pela pesquisa de campo na rua. A primeira vez que entrei em contato com o campo de pesquisa, especificamente o bar e as experiências vivenciadas por seus frequentadores, ainda não sabia que tomaria o local como o gerador de minha análise. Ao mudar de objeto e tema, acreditei inicialmente que continuaria em minha zona de confortos teórico do gênero. Entretanto, o campo vindo antes do projeto me mostrou que precisava repensar minhas articulações teóricas e inserção enquanto pesquisadora em campo. Coube o aprofundamento da discussão sobre cidade e teoria queer, pensando questões de raça, sexualidade e gênero. Foi um desafio teórico pensar cada questão em diálogo, por isso não me coloco enquanto pensadora de nenhuma teoria em si, queer, feminista, interseccional ou decolonial, já que converso com diversos/as teóricos/as, mas entendo meu comprometimento ético, que é primordialmente com as pessoas da/na pesquisa (SEGATO, 2006). **(Movimento 3 – Ocupando o nicho) (Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual)**

Para este estudo escolhi como lócus principal o bar The Lights, localizado no bairro Benfica, porém entendo que ele transcende esse espaço para a rua, para os muros do entorno e pelos percursos dos que constroem essa cidade em perspectiva. Como observado em campo, foi possível enxergar a ideia de “mancha” e “circuito” levantado por Magnani (2012) e de não lugar, de Michel Agier (2011), dois autores referência na antropologia urbana.

(Movimento 2 - Estabelecendo um nicho) (Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais)

Por ser uma pesquisa produzida no âmbito urbano, que aciona marcadores políticos identitários¹¹ e feita por uma mulher bissexual, periférica, afro-indígena¹², demanda-se uma problematização durante a escrita nos “relatos do processo de investigação e pesquisa centrada em uma reflexão sobre o campo” (GROSSI, 2008, p. 13). Considero ter/ser um corpo afroindígena latino-americano, fator que acaba por influenciar minhas escolhas e meu olhar na do PIBID de Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade na Escola, para os encontros universitários. Além de ter feito parte do grupo de estudos “Rastros Urbanos”, que trata sobre o tema da cidade, na Universidade Federal do Ceará. **(Movimento 1 – Estabelecendo um território) (Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou)**

Alguns desses autores(as) são: Hannerz (2015), Magnani (2012), França (2012), Almeida e Tracy (2003), Velho (2002), Williams (1989), Louis (1987), Oliven (1985), etc. Entendo aqui a identidade como uma construção política que não dá conta da realidade subjetiva, mas que é

de suma importância para garantir direitos sociais. Categoria política que é acionada no próprio campo, como meio de pensar corpos negros em suas múltiplas formas e identidades. pesquisa. A construção de minha identidade enegrecida partiu do contato e amizade com outras mulheres negras depois dos 20 anos de idade. Porém, é necessário reconhecer a parte branca do que me cabe, em um lugar em que o colorismo é forte (perspectiva que defende que quanto mais retinta for a cor da pele, mais preconceito racial se sofre), onde corpos mais retintos são mais estigmatizados. De todo modo, racismo sempre será violência e demarca uma relação de poder entre grupos sociais. Assim, tomo como uma escolha ética a política do posicionamento, localizando-me, corporal e politicamente diante do campo e do meu trabalho de escrita. Haraway (1995, p. 40) contribui para essa reflexão, afirmando que “os corpos como objetos de conhecimento são nódulos gerativos e materiais semióticos”. Suas fronteiras se materializam na interação social. Fronteiras são desenhadas através de práticas de mapeamento; ‘objetos’ não preexistem enquanto tais. Reflito que os sujeitos com os quais mais estive em contato durante a pesquisa, cada trilha, encontro etc. e como eles aconteceram em cada ato foram, também, reverberações do meu próprio corpo físico e relacional, substancialmente marcado pela história e a política no mundo. A reflexão sobre estar na cidade se dá na medida em que coloco meu próprio corpo nela, respeitando as corporeidades que nela habitam e se constituem, estruturam e desestruturam essa cidade, incluindo a minha. Procurei perceber cada contexto do campo como possuidor de seus próprios significados. Observo, desta feita, o espaço que pesquiso como um lugar que também possui sua própria forma de “estar vivo”¹⁴, emaranhados únicos de uma narrativa trilhada em favor da diversidade. Cada passo a passo e quebra-cabeça foi montado na pesquisa. Os corpos ganham significados sociais por meio da interação, podendo esses significados ser modificados. Neste sentido, a produção de conhecimento acaba por ser uma perspectiva de um olhar tentando 13 Clifford nos ajuda a entender a teia de significados construída em campo em sua introdução de “Verdades Parciais”, do livro “Writing Culture” (1986), onde o autor discorre sobre os problemas relacionados ao fazer antropológico e ao trabalho etnográfico. Para ele, a etnografia é um gênero narrativo, mesmo que científico; nesse sentido é feita de “verdades parciais” construídas por meio de um processo criativo na escrita. Desta forma, trabalha-se ativamente com sistemas poderosos de significados culturais de modo a traduzi-los de maneira artesanal no escrever antropológico, sendo preciso entender o contexto em que se escreve sobre cultura, percebendo tanto a dimensão poética, como política e que “a ciência está nos processos históricos e linguísticos, e não acima deles” (CLIFFORD, 2016, p. 32). Nessa configuração é importante compreender a complexidade ao se escrever um texto que objetiva sempre uma produção de conhecimento. Sendo importante entender que a etnografia tem um caráter interdisciplinar, pois se difunde pelas áreas em que a “cultura” é um “objeto” a se pensar, de forma a (re)codificar e decodificar estruturas sociais ou “poderosos sistemas de significado” (CLIFFORD, 2016, p. 33). 14 “Estar vivo”, de Tim Ingold nos envolve em uma malha de palavras e conceitos, criando um mecanismo de afetação do outro, para o outro, as linhas da escrita, dos objetos, pessoas, da natureza, etc. formam redes de conexão para pensar a antropologia de forma a ela mesma ganhar vida, em um processo criativo que não se limita (INGOLD, 2015). 16 entender variados olhares, ou seja, algo pode ter múltiplos sentidos, modificando-se na escrita e mais uma vez na leitura, um constante movimento dado a partir do ato de olhar. Desta feita, concordo com Haraway (1995) sobre a ideia de perspectiva parcial, pois não podemos dar conta de todos os significados e atravessamentos em campo, e mesmo se déssemos, provavelmente o tempo se encarrega de modificar as coisas. Compreendo que foi a partir do meu corpo e do meu lugar no mundo que meu tema e recorte empírico se fez presente; pensar sobre esse outro a quem eu estranho e familiarizo é também pensar sobre mim, com um corpo socialmente marcado, no espaço noturno em uma cidade

considerada estatisticamente violenta, principalmente para mulheres (trans e cis), negr@s e sujeitos LGBTQI+. Tal marcador atravessa minha ida e volta a campo, sempre tentando buscar companhia para não ter que ir e voltar sozinha, seja que tipo de locomoção fosse, Uber15, a pé ou de bicicleta, todos os meios que já usei para ir. Para a antropologia o conhecimento se dá a partir de uma relação, levando casualmente a uma transformação (CASTRO, 2002). **(Movimento 3 – Ocupando o nicho) (Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual (Há uma presença bastante expressiva de pessoalidade e narração))** É nesse sentido que, por meio do compromisso antropológico de fazer uma análise, uma tradução dos fenômenos sociais estabelecidos na(s) relação(ões), bordo neste trabalho a relação, levando a sério a metodologia e a prática da pesquisa social. Sabemos que, embora um tema nos seja distante e estranho, podemos encontrar as semelhanças e as distâncias com as nossas próprias vivências; assim é com um tema que nos atravessa subjetivamente, mas, como pesquisadora, é meu dever ter novos olhos e aguçar os meus sentidos para ser possível entender os dos(as) outros(as), enxergando um mundo desconhecido a ser desvendado e traduzido aos termos antropológicos. Escolho, nesse caminho, fazer de meu trabalho etnográfico uma constante de reflexão entre a teoria e a prática. Como diz Peirano (2014)16, ao fazer uma análise da produção de conhecimento da etnografia, para ir a campo você precisa possuir uma leitura prévia sobre o assunto, culminando em uma prática que também contribua teoricamente. Lembro que estar em campo continua, muitas vezes, mesmo quando saímos do local, por isso é importante se utilizar de recursos técnicos como o caderno de campo e a utilização de gravador, quando e se Marca de aplicativo de celular para transporte coletivo via carro particular. Ainda como tece Peirano (1995, p. 122): “A pesquisa etnográfica é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticada quando desafia os conceitos estabelecidos pelo senso comum no confronto entre a teoria que o pesquisador leva para o campo e a observação entre os (...) que estuda”. Concordo com ela, ainda, quando afirma que as leituras etnográficas possuem três condições essenciais: a primeira de considerar “a comunicação no contexto da situação”; a segunda de traduzir de forma escrita a experiência, o “que foi vivo e intenso na pesquisa de campo”; e, por último, detectar “a eficácia social das ações de forma analítica” (PEIRANO, 2014, p. 306). Ou seja, fazer etnografia é estar em um trabalho denso, autorizado, nas entrevistas realizadas (GOLDMAN, 2003). Penso especificamente o campo concordando com Silva (2000, p. 26) quando afirma: O ‘campo’ não é somente a nossa experiência concreta (...) que se realiza entre o projeto e a escrita etnográfica. Junto a essa experiência, o ‘campo’ (...) se forma através dos livros que lemos sobre o tema, dos relatos de outras experiências que nos chegam por diversas vias, além dos dados que obtemos de ‘primeira-mão’. Silva (2000, p. 39) acrescenta, ao fazer pesquisa na cidade onde há bastante heterogeneidade, por conta do número de pessoas e pela multiplicidade dos universos dos sujeitos, que: “a observação participante e a coleta de informação são atividades relativamente mais complexas em termos da definição de quantas e quais as pessoas com quem estabelecer contato, quais os contextos mais adequados para essa observação etc.”. Essa definição ou predefinição foi importante para minha primeira ida a campo, foi assim que fui encontrando as escolhas que deveria fazer diante do que eu procurava. Percebi que frequentar as festas, ter contato com as donas do bar The Lights e com os(as) frequentadores(as) mais usuais era de suma importância para a percepção e a conceitualização do espaço. Recordando também que fazer pesquisa etnográfica é sempre estar aberto para possibilidades que vão de encontro com o que você quer na pesquisa, mesmo quando são coisas não esperadas (PEIRANO, 2014). Uriarte (2012) contribui para a discussão abordada, ao pensar o trabalho etnográfico e escrever o seguinte: (...) fazer etnografia não consiste apenas em ‘ir a campo’, ou ‘ceder a palavra aos nativos’ ou ter um ‘espírito etnográfico’. Fazer etnografia supõe uma vocação de desenraizamento, uma

formação para ver o mundo de maneira descentrada, uma preparação teórica para entender o ‘campo’ que queremos pesquisar, um ‘se jogar de cabeça’ no mundo que pretendemos desvendar, um tempo prolongado dialogando com as pessoas que pretendemos entender, um ‘levar a sério’ a sua palavra, um encontrar uma ordem nas coisas e, depois, um colocar as coisas em ordem mediante uma escrita realista, polifônica e inter-subjetiva (URIARTE, 2012, p. 10). Nesse sentido, penso a escrita etnográfica como um lugar de afetação; porém, ao mesmo tempo, é preciso entender o meu lugar na escrita. Acredito que não dou voz ao outro e muito menos devo tomar a narrativa do outro como minha, sou como uma narradora de histórias. Ou seja, apenas coloco histórias em evidência e reflito sobre elas de forma. Tomo como referência a ideia de Walter Benjamin, para me situar uso Ourique (2009) ao refletir – tomando como aporte o pensamento Benjaminiano – em seu artigo sobre o ato de “contar histórias” no processo educacional, que as narrativas de vida são tão cruciais que podem evocar histórias sociais. Destaca que em Benjamin, para narrar temos que: “Observar o mundo nos seus mais brilhantes momentos, mas, principalmente, construirmos uma narrativa que estabeleça uma relação conosco mesmos” (OURIQUE, 2009, p. 5-6). metodologicamente antropológica. Por isso, aqui, a polifonia se insere como uma forma de não apagar as diferentes perspectivas no texto. Entendo cada personagem, ator, protagonista, sujeito e espectador por meio da perspectiva de mundo que trazem consigo, de forma relacional, conforme Ingold (2015, p. 344): “antropólogos (...) pensam, falam e escrevem no e com o mundo”, por meio de afetações e afecções possíveis de serem vividas e assim devem ser traduzidas no texto dissertativo. Em campo, para complementar minha busca pelo conhecimento e prática etnográfica, tomei de empréstimo a ideia de afetação de Favret-Saada (2005), que propõe o “Ser afetado” como um colocar em risco o próprio projeto de produção do conhecimento; passando o risco se terá passado pelo processo de entender variadas formas de comunicação: a verbal e intencional é a mais pobre delas. Deve-se reconhecer a mudança durante o processo de registrar a experiência na escrita; saber que o tempo de análise é posterior ao da afetação e recolher materiais particularmente densos. Aceita-se, assim, um lugar: o da pesquisadora que se abre para estar presente com o “ser”, participar desse/nesse lugar de forma intensa e esses atos perpassam tanto o campo quanto a escrita. Ademais, para pensar certas questões éticas na antropologia, Segato (2006) nos ajuda a compreender a questão do outro na atualidade. Segundo ela, o outro: (...) já não é nem objeto, nem tema, sequer interlocutor abordado de fora e unilateralmente em um processo progressivo de inclusão pela modernidade ocidental avançada. (...) o Estado nacional começa a render-se às modificações impostas pelas novas juridicidades legitimadas no interior das nações e se expõe ao impacto de uma nova concepção pluralista de nação. (...) as escolas e universidades, cada vez mais, abrem-se ao acesso dos outros da Nação, já não mais para transformá-los em sujeitos dóceis ao Ocidente e de mentalidade branqueada, mas para que eles retro alimentem e transformem as instituições educativas, mostrando o rumo em direção a uma instrução que não padeça de fobia da localidade. (...). A antropologia, portanto, terá de se expor e se curvar à demanda e à interpelação daquilo que outrora fora seu ‘objeto’ e deixar-se interpelar. O estudo de outras culturas não garante a interculturalidade, a exposição radical à transformação demandada pelo outro. (SEGATO, 2006, p. 228). Segato (2006) aciona em seu texto a “ética da insatisfação” como uma forma de pensar a atualidade, estabelecendo uma análise das questões éticas que busca parear por mudanças, estabelecendo e construindo uma prática e moral coerente para os diversos grupos e culturas em diálogo com os direitos humanos universais e as práticas culturais em alteridade(s). Assim, mesmo que hoje a conjuntura brasileira se mostre mais em tensão acirrada comparada com os últimos governos recentes, pensando os grupos minoritários em questão de direito e 19 Estado¹⁸, analiso a mudança do pensamento antropológico brasileiro como de suma importância, pois existe a possibilidade

de entender as nuances da pesquisa e a “si mesmo”. Por meio desses imbricamentos percebemos que a alteridade se mostra em qualquer situação, nos grupos mais homogêneos e coesos possíveis. Observa-se, então, que o mais importante na pesquisa, neste sentido, é o caminho que o(a) antropólogo(a) escolhe e possui o cuidado de estabelecer. Isso me leva a refletir sobre afetação na antropologia; observo que ela se colocou como uma disciplina para o estudo do outro, sendo seu caminho marcado pela busca das diferenças e da análise das formas diversas de habitar no mundo. Atualmente, cada vez mais, se coloca como uma disciplina que quebra com os preconceitos e com os pontos de vista colonizadores, inclusive da/na própria disciplina/ciência. Pensando nisso foi que o bar “The Lights” se mostrou um “objeto” de estudo importante. Lá observei essas rasuras sociais, outras possibilidades que não aquelas enquadradas e normativas. Vi que os sujeitos permanecem procurando suas formas de estar no mundo, por mais difícil que seja. Não enxerguei uma diferença, enxerguei diferenças e agenciamentos pelos corpos que lá transitaram e transitam, corpos estes que possuem, além de seus marcadores políticos identitários de raça, sexualidade, classe e gênero, histórias de vida únicas que levaram a uma intersecção comum, que é o local que pesquiso. A pesquisa etnográfica deste trabalho objetivou: 1. Por meio da observação participante, compreender a pluralidade dos sujeitos que se encontram no bar The lights; 2. Observar as possíveis formas transgressoras para a heteronormatividade, para além das práticas homossexuais masculinas, porém sem excluí-las; 3. Analisar a cartografia do espaço por meio da arte feita pelas pessoas que habitam a cidade e transitam no espaço de minha pesquisa; e, por último, 4. Pensar o lúdico, o consumo e o lazer como formas de estabelecer mecanismos políticos de resistência. Desde o começo do trabalho até o final, utilizo as redes sociais, em suas possibilidades on-line e off-line, como um instrumento para acessar o espaço físico do bar e como um campo de pesquisa próprio, parte da minha pesquisa etnográfica (MILLER, 2020). O trabalho etnográfico foi realizado entre o final de 2018 e o final de 2020. Até janeiro de 2020 consegui ir ao bar, porém, com o processo pandêmico e de isolamento social, realizei a pesquisa no espaço das redes sociais no decorrer do último ano. Mesmo o bar tendo 18 Considerando o governo de Bolsonaro (2019-2022), sujeito com discurso autoritário e um líder marcado pelas suas inúmeras falas homofóbicas, machistas e racistas, tido como negligente no âmbito internacional em relação principalmente às políticas sociais em geral, e as de segurança, saúde e meio ambiente, em específico. 20 feito uma reabertura no mês de outubro enquanto restaurante e cumprindo as medidas sanitárias do Estado, optei por continuar evitando sair de casa. Na primeira vez que fui ao bar “The Lights”, no início da noite, por volta das 21h, a Rua do Instituto estava com pessoas, em torno de umas 20, bebendo nas calçadas, poucos carrinhos de bebidas compunham o cenário e nenhum de comida; havia carros estacionados no final da rua, em direção à Av. Carapinima, e algumas bicicletas que descansavam nas paredes. Fui junto com uma amiga da época para conhecer o bar “das luzes” ou “The Lights”. Nesse primeiro contato achei o lugar tranquilo e divertido, diferente do que eu me lembrava, comparado ao período em que fui estudante da graduação, momento em que vez ou outra frequentava a rua. Nesse período, por volta de 2012, não existia o bar “The Lights”, apenas o “Gato Preto”; era comum parte do movimento estudantil da época frequentar o espaço depois das reuniões ou mesmo de estudantes em geral irem para o local depois de uma calourada, para um bar que ainda estivesse aberto. O “Gato Preto” era uma dessas opções que se mantinha a noite inteira em funcionamento. Já em 2018 não senti o lugar repleto de estudantes universitários; naquele momento visualizei muitos artistas do teatro, que conheço de vista por ter conhecidos desse espaço; vi jovens que pareciam estar no ensino médio e uma multiplicidade de sujeitos. De início, o ambiente parecia outro, diferente de seis anos, talvez de 20 anos atrás, ao mesmo tempo que tudo parecia igual; lazer, bares, diversão. Para tentar trazer um pouco dessas modificações, segue um relato de um

frequentador de alguns anos daquele espaço. Conversei um pouco pelas redes sociais; decidi conversar com ele por ser um sujeito LGBTQI+, que teve sua história atravessada pelo espaço da pesquisa. Minha questão para ele foi “contar sobre sua experiência quando começou a frequentar a Rua do Instituto”. Segue o relato de “B”¹⁹(2020). Eu andei ali pelo Gato Preto no começo dos anos de 2010. Não vou lembrar ao certo o ano. Mas lembro que eu estava com uns 20 e poucos anos e eu andava muito com um grupo de amigos da Faculdade de Direito e da Comunicação Social da UFC. Eu vinha de Quixadá para Fortaleza na sexta de noite e já ia de bar em bar com meus amigos, carregando a mala e tudo rs. Mas enfim, ali era uma rua que eu sinceramente nem andava antes. Faço até esforço para lembrar que o nome dela é Rua Instituto do Ceará, porque pra mim sempre foi a rua do Gato Preto. Mal notava sua existência, apesar de andar na Av. Universidade semanalmente por conta da faculdade. Só sabia que tinha a FEAACS²⁰ ali e pronto. O Gato Preto deu uma dinamizada. Virou um point para galera alternativa do Benfica (e de Fortaleza) que não curtia aquele circuito manjado de Cantinho Acadêmico, Pitombeira, nem ali aqueles bares mais lá pra baixo (Assis, Chaguinha e o antigo 19 Optou-se por usar nome fictício. ²⁰ Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade – UFC. ²¹ Feitosa). Mas a gente andava em todos rs. Quando surgia alguma denúncia de LGBTfobia ou machismo, a gente parava. Depois a gente boicotou alguns por casos de racismo. Eu conheci o Gato Preto saindo de uma Calourada ali no CH²¹. Naquele tempo todo fim de semana tinha uma festa gratuita por ali na universidade. E era a época boa de Luxo da Aldeia no Benfica²², por exemplo. Lotado, mas gostoso. Enfim, quando acabava a calourada ou o Luxo às sextas, cedinho mesmo, por volta de 22h ou 23h, o povo descia em procissão pro Gato Preto para esticar a noite. Sexta era o dia certo ali do Gato Preto! Acho que não tinha um nome, aí batizaram por conta da imagem de um gato preto lá na parede. Era um bar minúsculo. A gente entrava lá pra pedir uma bebida e pagava logo se não fosse sentar na mesa. Como o volume de pessoas foi aumentando, a gente se juntava e bebia em pé na rua mesmo, onde dava. Implorava por um litrão gelado e alguns copos (de plástico mesmo). O bar virou basicamente a rua. Teve um tempo que botaram mesinhas na calçada, mas não comportava. Agora era muita gente! Sempre. Antes não tinha nada ali funcionando. Digo por que antes eu andava da 13 até a Toca do Javali nessa época e era esquisito na avenida, um breu. Depois, com esse movimento, melhorou um pouco a situação nos arredores. O Mansur era o dono. Um cara branco, barbudo, charmoso, mas com uma cara meio amarrada e de primeira não curti muito ele, pra ser sincero. Mas depois percebi que era por conta do elevado número de pessoas que chegavam e ele não conseguia controlar, dar atenção, mesmo com um ajudante. Tinha uma vitrola lá e tocava umas paradinhas alternativas, de MPB²⁴. A Verônica (da banda Verônica Decide Morrer) aparecia por lá, era presença cativa, cantava às vezes. No começo era mais essa galera alternê: universitários, povo das artes, LGBT, maconheiros, intercambistas argentinos e espanhóis... Depois virou uma muvuca infernal. Parece com o relato de outros locais em Fortaleza, como o Fafi, o Lions e o Mambembe. Quando lota, estraga. Nem com a abertura do bar do Seu Domingos, em frente ao Mansur, dava conta da clientela. Esse novo bar foi chamado Gato Branco por causa da parede branca haha. A vantagem de lá é que tinha churrasco <3. O Seu Domingos era um senhor branco, já idoso e gostava de conversar com jovens, estar no meio. Mas aí de quem quebrasse um copo dele haha. Por ser na rua, era bom, mais livre, não tinha pressão de pagar comanda, ter que sair pra fumar (no caso de meus amigos que fumavam), corria ventinho, a gente apreciava as paredes cheia de grafites, transitava mais entre rodinhas diferentes. Bar fechado reforçava umas panelinhas de mesas e lá no Gato Preto parecia ser mais fluida a coisa. Apesar de não ser abertamente LGBT, muitas iam pra lá, se sentiam seguras em grupo. O fato de não precisar pagar entrada pra dar uns beijos na boca e ficar com alguém também animava muitas delas hehe. Mas logicamente tinha suas desvantagens. O Banheiro vivia lotado, era uma lenda!

Também começou a ficar perigoso, porque qualquer um ia, com boas ou más intenções. Talvez por isso meu grupo de amigos começou a parar de andar lá, por conta dos assaltos e brigas que passaram a ficar constantes. Lembro que anos depois teve até operação policial pesada lá, por conta de drogas. Zero problema com erva e pó, mas a situação ficou insustentável. O ambiente ficou pesado demais. Altos casos de machismo e LGTfobia. Tem essa história de que gato preto dá azar né? Pois é. Centro de Humanidades. Bloco e banda de Carnaval de Fortaleza-CE. 23 Escuro. 24 Música popular brasileira. Alternativa. Bares de lazer, circuito Centro - Praia de Iracema. Algo moroso. 22 “B” cita vários lugares da cidade de Fortaleza, espaços de lazer. Há atravessamentos comuns de sua fala com relação a minha pesquisa, os de diversão, sexualidade e raça. Toda sua fala é permeada por questões a debates sobre a rua, como drogas, tipos de violência, mercado, desejo, grupos sociais. Entrelaçando seu relato com a pesquisa, acabei por não aprofundar sobre a problemática das drogas, sua agência e consequência nesse ambiente ou no lugar da cidade que também moro; foi uma escolha que fiz ética e de autopreservação. O relato mais sério que escutei em campo sobre tal questão envolvia ameaças e briga de território do tráfico, algo que pode custar a vida de alguém ou muitas vidas; nesse sentido deixei tal questão obscura. De todo modo, nas idas a campo o que mais visualizava eram pessoas bebendo cerveja e fumando cigarro, drogas lícitas, uma roda de maconha vez ou outra perdida e, em nenhum momento, presenciei venda ou compra de drogas ilícitas em campo. A partir de seu relato enxergamos parte dos habitantes da cidade que buscam por lugares que sejam livres de preconceitos e fazem do boicote e do “não frequentar”, parte de uma atitude política, mostrando que mesmo nos momentos de diversão, paquera e encontro com os amigos/as, há escolhas que podem ser tomadas diante do contexto e do que se quer. A Rua do Instituto ou a Rua do Gato Preto faz parte do seu relato e a presença do bar, da festa ser nas calçadas é algo presente e, de certo modo, comum. Foi por meio desses olhares sobre o diverso que se acionou o político que a minha pesquisa se encaminhou. Nesse sentido, no primeiro capítulo desta dissertação é feita uma revisão bibliográfica dos conceitos abordados, trazendo um pouco da pesquisa de campo de forma a imbricar esses conceitos. Tal construção narrativa possibilitou entender da melhor forma a minha pesquisa, que possui marcadores políticos, culturais e sócio subjetivos que se ressignificam a cada avanço no debate sobre as questões de raça, gênero, sexualidade e classe. Foi com a observação participante e conversas informais que acessei, logo no início, essa gama de informações e atravessamentos. Em seguida, é narrado sobre questões sócio culturais históricas do bairro do Benfica, como forma de inserir o contexto do campo. Descrevo o espaço de maneira a entender as possíveis noções dadas como a de “bar”, “rua”, “cidade” e as corporeidades dos(as) sujeitos(as) que transitam à noite para se divertir e/ou trabalhar. Faço uma espécie de desemaranhamento para traduzir a minha experiência em campo; aciono sempre marcadores políticos, marcadores estes que o campo trouxe para mim e que eu vi desde a primeira vez que coloquei os pés no local; apreensões que se tangenciam para as redes sociais e os outros bares próximos. Tomo como principal referência e experiência para sentir e pensar a cidade de Fortaleza-Ceará o processo dissertativo de Altermar Di Monteiro, quando escreve em 23 “caminhares periféricos” o processo da potência teatral da rua da companhia “Nóis de Teatro”²⁸, na área do Grande Bom Jardim, cuja teoria interdisciplinar é usada para pensar seu campo e a alteridade construída na rua. Segundo ele: Se é realmente possível reformular o corpo a partir da experiência de alteridade urbana, do choque com o outro e com a diferença, a questão que surge é saber o que pode o corpo interessado em desconstruir sua experiência de mundo a partir de uma corporeidade própria. (...) Ao superar as cegueiras do simples ver, ‘os diversos ângulos usados para olhar o espaço urbano irão nos levar, necessariamente, a captar no espaço brechas, fissuras, desníveis, descontinuidades, vazios, passagens num espaço inicialmente visto, como homogêneo’ (MONTROYA URIARTE, 2013,

p. 9). Corpo e olhar livre dos preconceitos da lógica ‘orgânica’, atuando enquanto matéria que agencia corporeidade, alterando o espaço visto e as narrativas que surgem nessa experiência errante (DI MONTEIRO, 2016, p. 222). É com esse olhar que busco os significados sociais, políticos e simbólicos dos corpos na cidade para minha pesquisa, como uma maneira de trazer para a análise antropológica o percurso que traço do campo para a palavra texto. Aciono aqui o que o campo me traz no primeiro impacto; as imagens do bar, que incluem a paisagem sempre em articulação com a arte urbana e os frequentadores dali que articulam para mim questões de classe, raça, sexualidade e gênero, questões essas trabalhadas ao longo do segundo capítulo. No terceiro capítulo é feita uma narrativa sobre a cidade e os corpos ou “corpas” que a habitam, de forma a entender como se inserem questões de gênero, classe e raça no contexto do lazer, pensando a cidade de Fortaleza-Ceará. É nesse capítulo que também reflito sobre a violência policial, algo tão comum de ser pensado nas grandes cidades do mundo. No último capítulo entro com a análise de campo na pandemia, realizando uma netnografia (MILLES, 2020), por meio da observação relato uma live online e trago uma entrevista feita via whatsapp, com uma pessoa chave para entender as relações inseridas em campo. Com a técnica de entrevista qualitativa semiestruturada, de forma a entender as possibilidades subjetivas, quais conflitos pertinentes e que diálogos tecem com as discussões

28 Com um viés do teatro de rua Contemporâneo, o coletivo de atores negros(as) tem sua sede social geograficamente na Granja Portugal, periferia de Fortaleza-Ceará; tangenciam suas peças por toda a cidade e expandem sua peça “Todo camburão tem um pouco de Navio Negreiro” nacionalmente. Área periférica a sudoeste de Fortaleza-CE que congrega cinco bairros: Canindezinho, Granja Portugal, Granja Lisboa, Bom Jardim e Siqueira. Ainda nesses bairros existem inúmeras comunidades, que os moradores reivindicam como bairro, com sua própria identidade. “Segundo dados sobre o perfil demográfico e domiciliar (IBGE, 2010) o Grande Bom Jardim- GBJ representa 8% do total dos domicílios da cidade de Fortaleza que são ao todo 710.066. O perfil disponibilizado também pelo IBGE 2010 revela que o GBJ se caracteriza por ser um local com baixa renda média, devido a possuir em sua maioria setores censitários (Censo 2010) com renda mensal inferior a R\$ 500,00. Infere-se daqui, no acesso à renda, o perfil de pobreza dos domicílios, consequentemente de sua população, que concentra 43.732 domicílios, ou seja, 70% do total dos seus domicílios com até 1 salário mínimo per capita” (JARDIM, 2018, p. 1).

24 da pesquisa. Converso com a metodologia da narrativa etnográfica ou história de vida (KOFES, 2015)³⁰ para pensar questões sistemáticas, para refletir a partir disso os imbricamentos com o local enquanto um espaço de habitação³¹. Observo, de forma geral na minha escrita e construção do texto, que ele é um reflexo da minha afetação em campo, como se aos poucos eu visse uma camada do espaço que estudo e paulatinamente resolvesse destrinchar. A primeira coisa que vi e pela qual fui afetada foram as imagens da rua, do bar, da rede social; depois senti a música tocada no bar e cada ritmo e letra me afetou de forma diferente; posteriormente resolvi observar o que estava o tempo todo ali, mas que eu só estava pronta para ver depois, que foram os conflitos existentes dentro de um espaço com tantas maneiras diversas de se viver. Minha visão sem experiência, por vezes encantada, foi sendo substituída no caminhar do texto por uma visão com experiência, que abraça as contradições como inerentes a um lugar de diversidade e de desconstrução. **(Passo 1A - Delineando os propósitos ou)** Nesse sentido, esta dissertação, cujo título faz uma tradução do inglês para o português de “The Lights Bar” para “Bar da Luzes”, é uma análise de corpos em reexistência, na medida em que tenta, de forma etnográfica, presentificar e corporificar um corpo social cheio de singularidades. Pensando as narrativas biográficas, a antropóloga Suely Kofes (2015) contribui para o campo antropológico afirmando que o relato de vida se constitui enquanto um documento significativo, para percebermos nas narrativas de pessoas ímpares os atravessamentos culturais. Segundo ela, “a alteridade (no encontro)

explicaria a expressão narrativa, acionaria a presença do outro abstrato, imaginariamente recriando os personagens da interação concreta e a narrativa como ficção produzida do encontro” (KOFES, 2015, p. 28). Nesse sentido, o relato evidencia um conjunto de relações, comportamentos, experiências e alteridades, criando também uma relação entre o narrador e o(a) pesquisador(a), indivíduo a ser afetado pela ação da fala. Assim afirma: “A biografia e etnografia são respostas às (mesmas) aflições: o problema de ambas é que são muitas e diversas as aflições as quais são chamadas a responder” (KOFES, 2015, p. 37). A etnografia e as narrativas, dessa forma, exigem da pesquisadora-escritora uma complexa análise e doação de si para com o outro. Tensionando as “verdades” colocadas, desconcertando-as, buscando um paralelo lógico e coerente. As duas formas de tomar o campo contribuem uma com a outra, agregando valor para a pesquisa, que terá informações mais completas (PEREIRA; ANDRADE, 2015; ANDRADE, 2018, p. 32-33).

(Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual)

Tomo ainda, aqui, os caminhos metodológicos de Stéphane (2007, p. 21-23) para a entrevista: “1. Ter o cuidado para não fugir do tema; 2. Possibilidade de divagar por outros lugares – como um caminho para se chegar tanto na perspectiva do entrevistado, como do pesquisador, indo de encontro ao ponto chave anunciado no início do roteiro; . Ter controle e calma, pois é importante um ouvido de escuta paciente;. Flexibilidade às demandas do entrevistado;. Estar preparado mentalmente para abordar algumas questões tema, podendo anotá-las anteriormente. Bem como suas sugestões adicionais: recapitular as informações da pessoa da entrevista; levar um bloco de anotações com os temas a lidar e adaptar com o caminhar do próprio campo se necessário; levando um gravador que funcione no momento e nunca se esquecer de pedir autorização para esse recurso” (STÉPHANE, 2007, p. 21-23).

ANEXO D – INTRODUÇÃO MEA202103

(Movimento 1 – Estabelecendo um território) - (Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para) Neste trabalho analiso a situação de vulnerabilidade a que estão submetidas as pessoas em situação de rua na cidade de Fortaleza e a consequente superação desta condição por intermédio da mobilização política. Em particular, no âmbito do Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua no Ceará (MNPR – CE), inquire-se como um movimento composto por pessoas em situação de rua realiza suas reivindicações na capital cearense? O que leva as pessoas em situação de rua vincular-se ao “movimento” 1 ? Importa aqui salientar minha vivência de campo na companhia dos militantes que representam entidades atuantes na defesa das pessoas em situação de rua. Da relação pessoas – “movimento”, procuro esclarecer conceitos e fragmentos das experiências dessas pessoas, a fim de observar a importância do MNPR-CE no seio de um segmento social cuja história é marcada pela exclusão, razão pela qual recorre ao Estado por mudanças. Ou seja, desenvolvi um estudo via observação participante e militante, seguindo os atores, por vezes na rua, nas praças de Fortaleza e, em outros momentos, nos espaços destinados ao debate. **(Movimento 3 – Ocupando o nicho)(Passo 3 - Indicando estrutura da Dissertação)** No início de cada capítulo utilizo fotografias para que sejam mostrados os rostos do “Pessoal do Ceará”. **(Movimento 1 – Estabelecendo um território) (Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou)** O “movimento” é o termo êmico empregado para se referir ao coletivo social organizado na capital cearense. Procuro trabalhar, em pormenor, a dinâmica política e as nem sempre evidentes articulações a ela subjacentes, no que diz respeito a elaboração de políticas públicas junto ao Estado, ente legitimamente constituído. **(Movimento 3 – Ocupando o nicho)(Passo 3 - Indicando estrutura da Dissertação)** Desse modo, no segundo capítulo, além de estabelecer um diálogo com alguns teóricos que se ocuparam com a temática dos chamados movimentos sociais, também exponho minha propositada condição de “estar no meio”. **(Movimento 2 - Estabelecendo um nicho) (Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais)** Na condição de antropólogo periférico, fui de tal forma “afetado” pelos discursos e dificuldades pelas quais passam pessoas em situação de rua, que assumi um posicionamento de igual modo militante na luta e defesa do grupo que facilmente me abraçou. A adesão à luta política envolve componentes que incluem a dor, as narrativas impactantes e desencadeadoras de um profundo senso de luta, não obstante faz brotar o ideal de florescimento humano refletido nos parceiros e nas inevitáveis alianças norteadoras do jogo político da vida. Essa miríade aspectual estava ali diante de mim, construída pelos sujeitos por intermédio do movimento social do qual passei, naquele momento, a fazer parte. **(Movimento 3 – Ocupando o nicho)(Passo 3 - Indicando estrutura da Dissertação)** Nas páginas seguintes, almejo uma análise explícita do MNPR – CE baseada nos relatos expressos a mim pelos representantes do “movimento” e nas orientações, de caráter 1 Ao longo do texto, duas são as denominações referentes ao Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua no Ceará: “movimento” ou o acrônimo MNPR – CE. 13 institucional como se vê, que concomitantemente recebia de minha orientadora. **(Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual)** Com efeito, mostrei seus nomes, lutas, desejos, dificuldades, lugares de atuação, e suas diversas formas de se mobilizar. Ocasionalmente os nomes ou relatos são ocultadas, mas de forma constante, busco “dar uma cara” ao coletivo social do Ceará, não pela mera ação de “dar voz”, mas multiplicá-las através da escrita, tanto quanto possível for. A pesquisa possuiu dois momentos totalmente distintos, nomeadamente o antes e ao longo da pandemia, pelo que havia constantes reuniões, sempre realizadas com as pessoas em situação e superação, mas que foram cessadas em razão das medidas de isolamento social propostas pela administração estadual, que criaram, por sua vez, uma inédita e nova dinâmica nas relações sociais. **(Passo 3**

- Indicando estrutura da Dissertação) Com efeito, ao longo do segundo capítulo, distingo teóricos que constituem a Antropologia clássica, isto é, a vertente na qual pode ser desenvolvido o estudo da condição humana de uma dada população em situação de rua. Alguns analisam aspectos associados a tal fenômeno nomeadamente os modos de existência e resistência, bem como as individualidades permeadas nos espaços urbanos. **(Movimento 2 – Estabelecendo um nicho) (Passo 1D - Continuando uma tradição)** Uma outra corrente de autores opta por descrever as regras subjacentes à realidade dessas pessoas baseados naquilo que se convencionou chamar o sistema da rua. E há aqueles que enfatizam a interrelação da vida na rua e a militância, tal qual pode ser evidenciada pelos movimentos sociais, em particular, o MNPR da capital cearense. A partir destas correntes, mas não restrito a elas, no presente estudo não teço a mera reflexão sobre indivíduos ou os coletivos sociais, mas analiso a relação estabelecida entre as pessoas e o “movimento”. Não obstante apresentadas as condições e motivações atinentes ao estudo, procurei fazer uso de uma historiografia, a fim de articular o argumento histórico dos indesejáveis no Brasil, em particular, no Ceará, em razão dos frequentes deslocamentos de retirantes das secas para a capital, que foram preteridos pelo aparato estatal, fato esse que reverbera ainda hoje nas pessoas em situação e superação de rua. Apesar de gritantes e cada vez acentuadas, a exclusão e a desigualdade sociais no Brasil não são problemáticas recentes. **(Movimento 3 – Ocupando o nicho) (Passo 3 - Indicando estrutura da Dissertação)** No capítulo três, faço uma retrospectiva histórica na qual evidencio a exclusão como *modus operandi* de uma elite nacional e regional, dos históricos excluídos retirantes das secas no Ceará, que durante anos e anos de estiagem, buscaram abrigo em Fortaleza. **(Movimento 2 – Estabelecendo um nicho) Passo 1C - Levantamento de questões ou)** Não raras foram as vezes em que esse contingente ficou amontado (aglomerado) em um ambiente altamente concentrado, mas periférico ao Estado, configurando-se desse modo a negação do direito à cidade. Convém salientar que já naquele período, havia mobilizações políticas. Herdeiros diretos dessa indiscutível exclusão histórica perpetrada pelo Estado, atualmente as pessoas em situação e superação de rua também buscam se mobilizar, desde que antes resistam em seus espaços, a fim de garantir a sobrevivência em face das diversas formas de driblar a selva capitalista característica do contexto atual. Se o ontem foi marcado por um cenário de exclusão e negação, porque muitas pessoas nem mesmo tinham acesso à cidade – outras tantas ficaram presas em abarracamentos e campos de concentração –, no cenário atual, é evidenciada a chegada de pessoas à capital cearense, mas cuja vivência é uma vez mais baseada numa série de arranjos e rearranjos individuais, nomeadamente de urgências que dizem respeito a seus trajetos, seus códigos e um conjunto de regras específicas que regem a conduta na situação de rua e que constituem o sistema da rua, ou seja, termo usado pelos sujeitos para se referir as normas a serem seguidas e ao modo próprio de viver de cada um. Portanto, o hoje é formado por excluídos e os incluídos pela metade. A superação de rua é uma categoria em constante relação com a situação de rua. São pessoas que conseguem um teto temporário, mas que dependem dos trajetos anteriores para sobreviver. Indivíduos que são politicamente absorvidos pela metade e acabam frequentemente tendo que viver anos e anos na chamada categoria de situação e superação de rua. **(Movimento 3 – Ocupando o nicho)(Passo 3 - Indicando estrutura da Dissertação)** No quarto capítulo, destaco a militância em prol daqueles que se movimentam em Fortaleza, que exige da parte do Estado a garantia da superação plena de todas as pessoas em situação de rua. Também neste capítulo, falo do que chamo de rede de proteção a pessoas em situação de rua no Ceará. Um grupo muito bem articulado, que alinhado ao “movimento”, busca mudanças nas políticas públicas para as pessoas em situação e superação na capital cearense. **(Passo 1A - Delineando os propósitos ou)** O grupo ocupa junto com o movimento, os espaços de debate na capital cearense. A propósito, a expressão “Pessoal do Ceará”, que

integra o título desta dissertação, recupera um importante movimento cultural cearense de meados dos anos 1960 denominado “Pessoal do Ceará”. Compunham-no grandes nomes do cenário artístico cearense, a saber: Belchior, Ednardo, Fagner, Amelinha além de compositores, universitários e notáveis artistas do contexto regional. Entretanto, no presente estudo, a expressão toma uma conotação diferente significando a luta das pessoas em situação e superação de Fortaleza. Apesar da maioria ser oriunda da capital cearense, nem todos os militantes são cearenses, mas sua atuação enquanto movimento social se construiu em solo cearense. O “Pessoal do Ceará” também é uma referência dada por militantes do MNPR de outros estados aos militantes do movimento social que atuam em solo cearense. Pessoas essas que são movidas à base de esperança por dias melhores para toda uma coletividade. Nos caminhos da sua militância, para o caminho de todo um segmento historicamente excluído, 15 muitos do “pessoal do Ceará” encontraram seu próprio caminho e motivações para a superação de rua.

ANEXO E – INTRODUÇÃO MEA202104

(Movimento 1 – Estabelecendo um território) - (Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para) Esta pesquisa se volta à análise do processo de interiorização do Ensino Superior em uma região pobre e necessitada, com uma população inserida em um contexto social, educacional e geográfico historicamente precário e localizado no interior do Estado do Ceará, Nordeste brasileiro. Falo dos habitantes dos municípios de Acarape e Redenção onde esta pesquisa se localiza geograficamente. Ou seja, de uma população que já vem situada em um contexto histórico e social de precariedade – caso do Nordeste brasileiro e do Estado de Ceará. Segundo o resultado da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), entre as regiões brasileiras o Nordeste é aquela que concentra o maior número de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica. Para Araújo (1997), esta região é taxada com a desigualdade de distribuição de renda social e econômica, o que resulta em altos índices de pobreza e de marginalidade nessa região (ARAÚJO, 1997). Segundo os dados de IBGE (2010), Ceará é um dos Estados nordestinos que se encontra entre os sete (7) com maior número das pessoas em estado de vulnerabilidade ou extrema pobreza no Brasil.

Figura-1: Imagem do IPECE (2019).

(Aporte etnográfico de caráter descritivo e interpretativo)

Acarape e Redenção são dois Municípios vizinhos, situados no Maciço do Baturité, interior do Estado de Ceará, que antes da fragmentação municipal os dois municípios eram territórios que pertenciam à vila do Baturité (atual município Baturité). Com o tempo, as duas cidades se desmembraram e tornaram municípios autônomos no interior do Ceará. Nessas localidades (Maciço do Baturité) localiza espacialmente esta investigação, concretamente nos bairros do Centro de Acarape e Redenção. Em seguida situaremos breve história/trajetória dos dois municípios. O município de Acarape situa-se a 56 km da capital Fortaleza, medidos em linha reta. A referida cidade possui aproximadamente 15.338 habitantes distribuídos em um território geográfico de 155.169km (Fonte: IBGE, 2010). Historicamente, Acarape pertencia à vila de Baturité (1868). Passou por distrito de Cala Boca para distrito de Acarape. Depois, tornou-se distrito de Redenção em 1933. Em 1963, desmembrou de Redenção. Pouco tempo depois, em 1965, novamente tornou-se distrito de Redenção. E recentemente se emancipou e tornou-se um Município do Estado cearense independente em 1987, com a lei de criação 11.308 que decretou no artigo 1º que: “é criado o Município de Acarape, constituindo-se do território do atual distrito, com sede e na vila de igual nome, que passará da categoria de cidade, desmembrando do Município de Redenção”. Dessa forma até então, Acarape é um município de Ceará.

Figura-2: Mapa de zona urbana do município de Acarape, disponível no google maps.

Já o Município de Redenção, antes conhecido como Acarape (antigo distrito policial), foi criado em 1842. Separou-se de Baturité e tornou-se vila em 1868. Por ser primeira cidade brasileira a libertar homens e mulheres escravizados das senzalas, em 25 de março de 1884, foi renomeado/homenageada de Redenção por meio da lei nº 2167/1889 (Unilab, 2013). A cidade se distancia da capital Fortaleza-CE por 62 km, medido em linha reta. Possui uma parcela populacional estimada em 26.423 habitantes, espalhados em uma área geográfica de 225.626 km (IBGE, 2010).

Figura-3: Mapa de zona urbana do município de Redenção, disponível no google maps.

Um pouco mais da metade da população desses municípios vive na zona urbana e, para a sobrevivência, a principal atividade econômica é a agricultura – principalmente o plantio de cana-de-açúcar com a qual produzem a cachaça ou cana bordão e rapadura plantio de bananas nas Serras, milho, feijão, pecuária – criação bovina, suína, avícola, e, etc. Nos bairros centrais, este modo de sobrevivência vem sendo substituído com o crescimento das atividades comerciais (supermercados, lojas, restaurantes, lanchonetes, etc.), pequenas indústrias de costura e outras formas de trabalho com baixo salário. Dessa forma, a maior parte da população dessa área vive em pobreza ou extrema pobreza (IBGE, 2010). **(Movimento 1 – Estabelecendo um território) - (Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para)** Nessa condição para a sobrevivência diária, os estudos acadêmicos e outras atividades que precisam de investimento, como mostra este trabalho nem sempre configuram a prioridade dos moradores, haja vista a necessidade de encontrar meios para a própria subsistência. Por outro lado, sendo cidades interioranas, as suas habitantes se encontravam numa situação de carência tanto de instituições públicas quanto de privadas. O quadro se agrava mais com a falta de profissionais qualificados naquela altura, o que tinha implicações negativas quanto ao acesso de quase todas as instituições tanto educacionais, de saúde e de outra natureza para referida população. O que motivava mais a esperança que, em algum momento da história, aquelas precariedades institucionais e sociais sejam amenizadas. Foi nesse contexto espacial, econômico e social onde se instalou um ambicioso projeto de criar uma Universidade Federal de Integração Internacional, tendo como foco principal a cooperação com os Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e o TimorLeste. O referido projeto ambicionava contribuir na redução da desigualdade social e no desenvolvimento da região do Maciço do Baturité por meio do Ensino Superior (UNILAB, 2010). **(Movimento 2 – Estabelecendo um nicho) (Passo 1C - Levantamento de questões ou)** Cumprir-se perguntar como é a recepção dessa universidade e a expectativa vivida nessa Região, principalmente em Acarape e Redenção? Por outro lado, tendo a Universidade a proposta de “integrar” os estudantes africanos⁴ de PALOP/Timor-Leste e os brasileiros, já imaginou como é a convivência desses estudantes pretos africanos numa sociedade altamente complexa racialmente, onde os pretos são julgados pela cor da pele que carregam e o passado histórico que marcou e ainda marca a existência do ser negro? Como ocorre esse encontro e o que ele suscita no seio desses espaços? Como as pessoas de Acarape e Redenção encaram a presença da universidade? Que tipo de contradições e complexidades está associado à realização prática do projeto de interiorização do ensino superior? Estas e outras questões levantadas, esta pesquisa intitulada “A interiorização do ensino superior e as experiências de mudanças nos interiores do Brasil: o caso de Acarape e Redenção” tenta respondê-las nos três capítulos que estruturaram essa dissertação.. **(Movimento 3 – Ocupando o nicho) (Passo 1A - Delineando os propósitos ou)** Lembrando que a intenção não é homogeneizar ou ignorar as diversidades culturais que cada nacionalidade, etnia e/ou grupo social possui dentro da Unilab. O presente texto é um estudo etnográfico que traz à tona a dinâmica da vida e a convivência entre antigos moradores (brasileiros) e os recém-chegados estudantes internacionais a partir do momento que a Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – Unilab iniciou as suas atividades sociais, culturais e acadêmicas em Acarape e Redenção. Em particular, esta investigação objetiva compreender o modo como o processo dinâmico de mudança tem interferido no cotidiano dos antigos moradores. E em outra vertente, por meio de um olhar crítico, pretendemos analisar o lugar dos anfitriões (antigos moradores) no processo da Interiorização e Expansão e as políticas destinadas à sua participação e acesso a esses espaços. O motivo da inclusão desta última análise se deve ao quadro do discurso que se

originou no seio dos antigos moradores. Segundo os quais a Unilab foi criada para beneficiar os filhos da região (se referindo também à questão local de Acarape e Redenção), mas é ‘ocupada’ pelos indivíduos que vêm de fora. Esse discurso revela que é corrente a referência à Universidade como aquela que dá mais privilégios aos estudantes internacionais (TÉ, 2017) do que aos nacionais, principalmente os moradores locais. **(Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual)**

Acreditamos que esse discurso tem a origem no desconhecimento (por parte dos Antigos-moradores) da estrutura política que configurou a origem, o estabelecimento e o funcionamento da Unilab em Redenção e com campus em Acarape e no Estado da Bahia (Malês). Ela foi fundada no seio das políticas de Internacionalização e Cooperação Internacional que o Brasil protagonizou para sedear a universidade, visando fortalecer os laços com os países africanos através da Educação Superior e Cooperação Sul-sul (HELENO, 2014). Sustenta as diretrizes da Unilab que, ela teve sua gênese nesse quadro, com perspectiva de servir o interesse dos países membros a compõem, (UNILAB, 2010). Ainda nas diretrizes constam que seria uma Universidade composta de até aproximadamente 50% das vagas para os estudantes brasileiros e a outra metade ou mais seria dividida entre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – especialmente, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste (país asiático) (TÉ, 2017; MOURÃO e ABRANTES, 2020). A ênfase do teor dessa investigação se acentua no tema da mudança social, a qual foi classificada em três eixos temáticos constatados como base da disposição da vida em Acarape e Redenção após a instalação da UNILAB, a saber: a) Educação Superior e Mudanças sociais e urbanas, b) a dinâmica das relações de trocas e dificuldade de sobrevivência nos bairros centrais e c) o diálogo sociocultural entre os brasileiros e os estudantes internacionais africanos e Timorenses (não trabalharei com os timorenses pelo fato de estarem cada vez menos presentes na Unilab, alegando falta de condição dos dois municípios). Segundo as informações do campo, antes mesmo da instalação da UNILAB o processo de mudança social já vinha ocorrendo passos lentos em Acarape e Redenção. Mas a presença da Unilab e seus agentes foram fundamentais ou são principais agentes catalizadores dos rápidos processos dinâmicos de transformações de vivência sociais, culturais, de infraestruturas e econômicos que os dois municípios experimentam. E para tratar com nitidez tais circunstâncias, a pesquisa percorre algumas das várias frentes das ações da Expansão e Interiorização do Ensino Superior e suas políticas regionais (regiões polos) de desenvolvimento. Baseamo-nos em fontes documentais, em sites, em artigos e ainda optamos por ouvir as opiniões dos sujeitos alvos, priorizando os antigos moradores de Acarape e Redenção: sobre o que pensam ou o que a Universidade representa para eles? Consideramos estas ferramentas imprescindíveis para compreensão do processo de mudança e de relação social que ocorrem nos municípios de Acarape e Redenção. Nesse contexto, sendo o fruto do projeto de Interiorização, Expansão e Internacionalização do ensino brasileiro (UNILAB, 2010), a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é considerada o elemento principal neste estudo e análise de mudanças sociais que estão ocorrendo nas referidas localidades.

a) Procedimentos metodológicos e o percurso ao campo Para alcançar as informações que sustentem esta pesquisa foi necessária a realização do trabalho de campo (etnografia), utilizando suas técnicas como ferramentas indispensáveis que facilitaram a aproximação e a interação com os sujeitos desta pesquisa. Assim, as técnicas que nortearam todo o procedimento de busca ao campo foram três, a saber: a) a observação participante, b) as entrevistas e c) os diálogos informais. Este último ponto foi muito útil no sentido que, uma boa parte das informações da pesquisa se deve a essas conversas informais que contribuíram em primeiro lugar, na constatação e na percepção da estrutura do problema que envolveu os antigos e recém-chegados moradores de Acarape e Redenção. E em segundo lugar, as conversas informais inspiraram a construção de questionários aplicados nas entrevistas. Sendo

assim, análise das entrevistas envolve o uso de informações ou comentários e opiniões informais e as informações reunidas nas observações participantes para chegar à base conclusiva. A interpretação das informações asseguradas foi feita de modo independente e cuidadosamente por meio de uma leitura crítica e auxiliada, aliás, fundamentada nas abordagens teóricas feitas por outros autores, principalmente os antropólogos. Baseando na obra de Roberto Cardoso de Oliveira – o trabalho do antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever, a pesquisa toma como pressuposto que a descrição é uma característica que não pode ser dissociada da etnografia, pois é por meio dela que as informações observadas e anotadas no diário de campo são costuradas e servindo de base para análise e produção textual (o trabalho final) etnográfico. Segundo o autor, é no ato de escrever “(...) que surge como o momento mais fecundo da interpretação; e é por meio dele... se textualiza a realidade sociocultural - que o pensamento se revela em sua plena criatividade” (OLIVEIRA, 1996, p. 13). O mesmo autor percebe que tanto o “Ouvir quanto o Olhar não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação” (idem, p. 15). Ele considera que ambos consistem na “função básica na pesquisa empírica” (idem, p.16). Isto é, são os primeiros passos em que o etnólogo se familiariza com a realidade empírica, observando, escutando e anotando todo o cenário social e cultural que acontece ao seu redor ao campo. Para ele, essa conjuntura “pode aumentar a eficiência do trabalho antropológico” (OLIVEIRA, 1996, p. 22). Inspirado na obra de Roberto Cardoso de Oliveira, os primeiros passos desta pesquisa foram aperfeiçoados a partir do momento que surgiu o interesse em realizá-la. Como um estudante internacional da Unilab, eu já vinha me familiarizando com a realidade desses municípios desde 2014, o ano que cheguei ao Brasil e residi em Baturité. Porém, no mesmo ano mudei-me para a cidade Universitária (Redenção). Mais tarde, em 2015, mudei-me para Acarape, onde residi mais tempo. Foi nessas localidades 21 que eu já havia habitado que fiz o campo e tive uma experiência de pesquisa anterior nas cidades de Redenção e Acarape. Assim sendo, a primeira pesquisa realizada foi sobre a Integração e diferença na Unilab e nas comunidades de Acarape e Redenção (trabalho de conclusão de curso na graduação), inspirou a continuidade do presente trabalho. Nesse sentido, essa pesquisa nasceu em 2018, num contexto em que o pesquisador já vinha se familiarizando com essa realidade a alguns anos anterior, o que facilitou mais no desenvolvimento da observação participante e na escolha dos indivíduos para a realização das entrevistas. Ainda que muitos dos sujeitos da pesquisa fossem pessoas com as quais convivi anteriormente, eu me deparei com algumas dificuldades como o receio por parte dos entrevistados e o desinteresse pela aderência à pesquisa – principalmente no momento das entrevistas com os antigos moradores. Apesar disso, em maior circunstância, a pesquisa explorou as oportunidades e o círculo de amizades construído no período anterior naquelas comunidades. Para contornar as reticências quanto à participação na pesquisa, eu recorri ao modelo de entrevista semiestruturada, por acreditar que este permite um campo maior de interação entre pesquisador e pesquisado. Eduardo J. Manzini sustenta essa concepção ao afirmar que, “esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas” (MANZINI, 2012, p. 2). Vale ressaltar que o receio pode depender do nível da relação do pesquisador e de seu interlocutor e do assunto em questão (se é de interesse ou não sujeitos), lugar ou nível da pessoa ou grupo que vai lidar com tal. Nessas circunstâncias, muitas vezes quando o assunto é de interesse da pessoa ou do grupo, o receio pode diminuir ou desaparecer. b) Trajetória e as entrevistas em Acarape e Redenção Discutir e refletir sobre o percurso realizado ao campo é fundamental para compreensão do teor, da forma e do local onde e como a pesquisa foi desenvolvida. Nesse sentido, tentaremos situar ao leitor o desdobramento das etapas da pesquisa, ou seja, a forma como as informações etnografadas foram alcançadas no campo. **(Movimento 2 - Estabelecendo um nicho)**

(Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais) Nessa perspectiva, como já observei acima, antes mesmo de iniciar a corrente pesquisa em Acarape e Redenção, o campo já fazia parte do meu percurso diário pelo fato de habitar e conviver com os habitantes daquelas localidades por cerca de cinco (5) anos. Tratava-se do período no qual que eu cursava o Bacharelado Interdisciplinar em (ciências) Humanidades e a Licenciatura em Sociologia na Unilab. Após a mudança para Fortaleza em agosto 2018, passei a frequentar as referidas cidades duas ou mais vezes por semana. Em outras ocasiões, permanecia cerca de uma semana, dormindo na casa do colega com quem eu partilhava despesas (antes de mudar para Fortaleza), para resolver meus assuntos acadêmicos. Essa conjuntura permitiu-me constituir um círculo de amizades com pessoas de diferentes classes sociais, idades, concepções religiosas, políticas de orientação sexual, pertencimento étnico, raça, cor e línguas . Entre nacionais e internacionais (africanos e timorenses) que compõem a Unilab. Esse fato contribuiu para dinamizar o meu percurso ao campo, principalmente no meio acadêmico. De forma geral, todo esse período da minha estada nesses municípios interioranos me permitiu conhecer um pouco da história, os lugares, a forma da vida e o comportamento dos cidadãos – principalmente nos bairros Centrais.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual. Pelo que foi exposto a propósito da minha proximidade e da rede de relação sociocultural estabelecidas com os meus interlocutores naqueles municípios, o leitor pode imaginar que o percurso ao campo foi muito fácil. Mas não foi tão simples como se pode esperar. Eu me deparei com algumas dificuldades ao estabelecer relações com os indivíduos selecionados para entrevista – principalmente os Antigos-moradores, que em várias circunstâncias desistiam de continuar entrevista sem me informar previamente o motivo. Quanto mais eu ia atrás, me parecia que alguns se distanciavam mais. Para não continuar incomodando, desistia de alguns que pareciam mais fechados para mim. Em alguns casos, percebi que vários convidados desistiram por causa do receio de serem interrogados, pensando que os seus relatos seriam irrelevantes para enriquecer a pesquisa ou que responderiam incorretamente às minhas perguntas. Ou seja, eles temiam falar de determinados assuntos por acreditarem que suas opiniões seriam irrelevantes diante do pesquisador que talvez para eles, é o detentor do conhecimento. Talvez por estas razões Pierre Bourdieu tenha razão ao afirmar que: Esta dissimetria é redobrada por uma dissimetria social todas as vezes que o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente do capital cultural. O mercado dos bens linguísticos e simbólicos que se institui por ocasião da entrevista varia em sua estrutura segundo a relação objetiva entre o pesquisador e o pesquisado ou, o que dá no mesmo, entre todos os tipos de capitais, em particular os linguísticos, dos quais estão dotados, (BOURDIEU, 1997, p. 695). Por conta dessa assimetria e que na observação de Bourdieu, o pesquisador ocupa “posição superior” e que os interlocutores atribuem ao pesquisador, eu lhes mostrava que a questão não se tratava do certo ou errado, nem a questão de falar bem ou mal, mas que o interesse da pesquisa é tão somente ouvir a opinião que eles têm em relação à presença da Universidade, as rápidas mudanças sociais, culturais e de relação de troca em Acarape e Redenção. Ou seja, segundo o Bourdieu, “é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual da se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que o levam a aceitar de participar da troca”, (BOURDIEU, 1997, p. 695). O receio se convertia em um comportamento mais irredutível quando desconfiavam que eu quisesse gravar, então alguns justificavam para se eximir da pesquisa. Para aceitar, alguns precisavam de muitas explicações sobre o teor da pesquisa. Regina Weber levantou indagações reflexivas sobre essa aproximação do pesquisador e o sujeito, onde demonstra que “o pesquisador chegou até o informante; em que termos ele vai explicar-lhe os motivos da pesquisa? Em que medida o informante compreende do que se trata?” (WEBER, 1996, p.10).

Através de explicações detalhadas e paciência lidava com cada convidado (URIARTE, 2012), mas, mesmo assim, muitos não aceitaram fazer parte da entrevista. Apesar disso uns “concordam em falar sem pedir muitas explicações” (WEBER, 1996, p.10). Mas era notável o receio e a insegurança que pairava no pensamento/palavras da maioria dos interlocutores aceitaram fazer parte do estudo se haveria gravação ou filmagem. Tive então que mudar o mecanismo, antecipando com a pergunta, se o entrevistado estaria a vontade para gravação de voz. Porém, em vez de gravar as falas dos que não sentiam à vontade, escrevia os principais destaques de suas falas e gravava os que aceitaram. Também mudei a forma de nomear entrevista: ao invés de dizer entrevista, passei a utilizar os termos “conversa” ou “diálogo”, o que pesava menos nos ouvidos dos entrevistados. James Clifford, a propósito da etnografia, tem toda a razão ao afirmar que “o processo é complicado pela ação de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor” (CLIFFORD, 2002, p. 21). Na tentativa de convencer os entrevistados nos primeiros momentos, utilizava o termo de consentimento para lhes dar a confiança, mas supostamente, acredita-se que a minha condição de ser estrangeiro e preto africano influenciou mais o medo aos antigos moradores e a suspeita que o termo não lhes garantisse a segurança. Nessas circunstâncias, assumindo a postura de interrogá-los, alguns desconfiavam que fossem questionadas sobre o racismo ou sobre outras situações pessoais que poderiam leva-los às instâncias judiciais. Essas conjunturas lhes criavam um certo desconforto, caso do entrevistado Pedro, residente de Redenção e técnico de uma instituição X foi o único que solicitou o termo de consentimento para sua segurança, entreguei a ele, mas não o assinou e preferiu que as informações relatadas não fossem gravadas. Com a entrevistada Camila, moradora da cidade de Acarape, proprietária de imóveis alugados aos estudantes, chegou a exclamar que, se a pesquisa fosse sobre “preconceito ou racismo”, ela não saberia falar sobre isso, só sabe que ela não é racista. Com essa postura, se o trabalho fosse sobre o “racismo e preconceito” certamente que tornaria difícil derrubar a barreira psicológica de falar sobre esse determinado assunto. Esse fato nos relembra a reflexão sobre o racismo sem racistas ou disfarce racial à brasileira de Kabengele Munanga (1996), Nunes (2006), Grosfoguel e Figueiredo (2009), que sustentaram que a postura brasileira em relação ao preconceito racial e racismo na sociedade brasileira foram escondidos sob o mito da igualdade/democracia racial, da cordialidade e mais tarde quando esse disfarce foi desmascarado e comprovado que o preconceito e racismo são de fato uma realidade no país, o discurso oscilou, aliás, a realidade foi reconhecida, mas ninguém o assume além de apontar o outro como racista. Apesar de o meu campo ser um lugar onde residia até em agosto de 2018, pouco tempo antes de iniciar o desenvolvimento desta pesquisa. Iniciei as atividades etnográficas formalmente no dia dez (10) de maio (sexta-feira) de 2019. Com caneta e caderno preparados para anotações, explorei as estruturas antes familiarizadas anos atrás e, em seguida, prossegui com anotações diárias ao campo. Às vezes não registrava certos atos no momento de sua ocorrência e só os anotava no final do dia ou quando estava completamente isolado. Faço isso principalmente nas conversas informais (que considero fundamentais nesta pesquisa) para não constranger o indivíduo com qual converso ou para não quebrar o ritmo do acontecimento no momento. Enquanto desenvolvia a observação participante, paralelamente selecionava as pessoas para entrevistas formais. Priorizei aquelas que eu não conhecia, aliás, os que não tinham muita amizade comigo. Por entender que à relação amigável existente com primeiro grupo, alguns não dariam muita relevância à pesquisa. Assim, conversei com muitos desses amigos como informantes informais e pedi indicações a outros. Alguns me indicaram pessoas com quem posteriormente criei laços de amizade e fiz entrevistas com alguns. Não foi fácil convencer a todos para a entrevista formal – principalmente os antigos moradores tanto da cidade de Acarape quanto de Redenção, mas consegui conversar com vinte e duas (22) pessoas e

aproveitei algumas partes de duas entrevistas feitas na pesquisa anterior (consultei os dois sobre a possibilidade de utilizar suas entrevistas anteriormente em 2016/2017 e eles aceitaram). Somando vinte e quatro (24) pessoas entrevistadas de diferentes perfis e classes sociais: nível social e econômico, cor, gênero, idade e status. Eles se encontram na faixa etária variada entre 23 a 74 anos de idade. Sendo nove (09) homens e quinze (15) mulheres de múltiplas orientações e concepção sexuais. a) Dezesseis (16) são moradores de Acarape e Redenção, quatro (4) destes são estudantes e um (1) funcionário da Unilab; b) Seis (06) são estudantes internacionais dos países que compõem a Unilab, excepto os estudantes de nacionalidade moçambicana que não consegui entrevistar – entrevistei angolano, guineenses, são-tomenses e timorenses. c) Em relação às duas entrevistas anteriores consideradas, os seus autores já não se encontram na Unilab. Um está noutro estado e outro voltou ao seu país de origem no final de 2019. Entre as ocupações e status sociais dos entrevistados nota-se a presença de estudantes, alfaiates/costureiros, agricultores, empresários, uma diretora de uma escola de ensino fundamental, a vice-prefeita e a secretária da educação de um dos Municípios. O nível de formação varia da quarta série (ano) do ensino básico ao estudante de doutorado, com a exceção de dois entrevistados (a Lourdes e o Nicândro), que relataram não ter passado pela escolarização formal. A Lourdes me explicou que vivia na zona rural de Redenção com seus pais, mas se mudou para o Centro da cidade quando se casou. Naquela altura ela já tinha idade avançada, motivo que a levou a não estudar. A conheci por intermédio da sua filha (ex-aluna da Unilab), que a sugeriu como uma boa opção para entrevista por ela nascer, crescer e ter trabalhado em Redenção. O outro é Nicândro, morador da cidade de Acarape que o seu pai não o permitiu estudar. Segundo ele, para o pai, trabalhar no campo era o fundamental e quem não cumpria com esse dever sofria muita consequência. Nessa circunstância cresceu e a agricultura se tornou a sua profissão até os dias atuais e é hoje a sua forma de sustento. Segundo ele, foi um dos primeiros moradores da cidade de Acarape, antes mesmo de ter muitas casas no Centro. O conheci quando erámos vizinhos no Centro de Acarape. Como divertíamos e algumas vezes eu o ajudava descascar feijão, algumas vezes ele (o agricultor) me doou batatas doces, feijão e fava do seu labor. Uma vez ele me convidou para conhecer o campo de sua produção agrícola. Tratava-se de um lugar que ele considera sinónimo de sua existência, ao afirmar: “este lugar que me mantém, fui ensinado a respeitá-lo desde minha infância. Não tenho estudo como vocês. Meu pai nos mostrou trabalho como fizeram também outros pais com seus filhos”. Apesar de sinais da dificuldade da vida e de solidão, é um homem forte e divertido. Toda manhã ele sai bem cedo na sua mota (moto) para o local da lavoura. Devido o compromisso de sigilo expresso no momento das entrevistas e levando em conta que, alguns dos meus interlocutores não desejam que suas identidades fossem expostas, razão pela qual utilizamos pseudônimo para manter em sigilo suas identidades. Respeitando esse acordo, os dois entrevistados referidos (Lourdes e Nicândro), Eliza, Camila e Pedro (nomes fictícios) as entrevistas foram muito negociadas. Antes não aceitaram, alegando não saber o que falar ou não terem nada de importante para enriquecer a pesquisa. Depois de muita persistência lhes explicando que o importante de sua fala não consistia na correção do que me diziam, mas reforcei a importância de que falassem do que sabiam, já que cada entrevistado contribui um pouco, finalmente, aceitaram. Sobre as entrevistas, devo lembrar que alguns negaram diretamente, enquanto outros até marcaram dias, horas e locais, mas não compareceram. Algumas vezes fui atrás deles, mas criaram justificativas até eu desistir. Após aceitar ou não prestar entrevista, uma das primeiras questões que me colocavam era relativa à gravação: – “você vai filmar ou gravar”? – “Claro, a prioridade minha é gravar se me permitir”, eu respondia. Na maioria das vezes, os antigos moradores preferiram não gravar, apesar de outros permitirem para eu fazer “anotação” como o mínimo. Em seguida, vem a questão: a pesquisa “é sobre o racismo”? Ainda respondem –

“não sou racista!” Mas destacam que há muita gente que não gosta de estudantes internacionais naquelas cidades, (MUNANGA, 1996; GROSGOUEL E FIGUEIREDO, 2009). Nessas circunstâncias, apesar de, nas palavras de Pierre Bourdieu, “é o pesquisador que inicia o jogo e estabelece a regra do jogo, é ele quem, geralmente, atribui à entrevista, de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos, às vezes mal determinados, ao menos para o pesquisado” (BOURDIEU, 1997, p. 695). Ou seja, ele situou a dissimetria que existe entre o pesquisador e interlocutor, mas o pesquisador não obriga o sujeito a aceitar participar da entrevista e, muito menos direcioná-lo a falar o que quis entender. Ali entra a compreensão antropológica de que é o campo que “direciona” a pesquisa. Apesar de o pesquisador ter um papel fundamental na preparação dos questionários, suas aplicações e a interpretação do que o campo lhe ofereceu, ou seja, o pesquisador que manejará a palavra após o momento da gravação da entrevista. Nesse sentido, concordaria com o comentário da Regina Weber a obra de Kenny (1987) sobre a forma que o pesquisador tenta convencer o sujeito a aceitar o convite para participar da pesquisa como informante, mas o pesquisador não deve incitar o entrevistado a falar o que quis ouvir. Antes de solicitar a gravação para os interlocutores, costumo-me olhar fatores como a disposição, a circunstância sociocultural na qual o entrevistado se encontra e o próprio ‘nível de formação’, pois esses fatores podem influenciar na tomada da decisão de aceitar ou não. Pois olham para o pesquisador como o detentor de um determinado conhecimento superior. A imagem que sempre tentei minimizar perante os informantes, apesar disso, nem sempre os interlocutores olha da mesma forma que o pesquisador. O que às vezes provoca constrangimento, o sentimento de inferioridade e até de medo ao narrador/a. O que leva uns a questionar a si mesmos: o que posso falar? Que importância tem a minha fala para essa pesquisa? No finalzinho das entrevistas, muitos costumam perguntar: ajudei em alguma coisa? Vale ressaltar que o ato de entrevista com gravador de som, imagem ou com papel e caneta na mão é agressivo (TÊ, 2017). Isso deixa o entrevistado que não tem esse hábito inseguro no que falar, pois será gravado! Isso se assemelha com o que Weber (1996) constatou na obra chamada relatos de quem colhe os relatos de GOMES et AL (1988), no qual afirmaram que “além da desconfiança, outro sentimento predominante é o da insegurança em relação ao valor e à importância do que pode ser narrado” (WEBER, 1996, p. 14. Apud GOMES ET AL, 1988, p. 13). Ainda na mesma obra, Regina Weber (1996, p.14) trouxe Aron-Schnapper e Hanet que mostram que, a relação de entrevista é uma relação social entre dois indivíduos socialmente definidos. Ora, a vida social se resume a uma perpétua avaliação dos indivíduos uns pelos outros. Assim, toda relação onde um está em posição e em direito de interrogar o outro, cria, nela mesma, uma situação de desigualdade, mais ou menos sensível segundo o sentido da diferença social entre o entrevistador e o entrevistado. (apud ARON-SCHNAPPER e HANET, 1980, p. 187). Outra questão relacionada a este comentário percebida na aproximação com os entrevistados é o uso do ‘termo de consentimento’ da participação na pesquisa para lhes garantir a segurança de sigilo sobre a sua identidade. Infelizmente não utilizei nenhum, ou seja, ninguém assinou. Nos primeiros momentos, quando percebia alguma resistência do entrevistado, eu lhe propunha o termo e falava de sua importância. Três deles questionaram a garantia do mesmo e simplesmente nunca compareceram às entrevistas. Apesar de não ter total convicção que isso se deu por causa do termo, foi clara a sua influência. Essas circunstâncias me motivaram a parar de sugeri-lo após explicar o teor da pesquisa. A não ser se houver caso de alguma insegurança no que se refere ao sigilo, é lhe sugerido o termo de consentimento que garante o sigilo de identidade em relação a tudo que ele me falou. Enfim, cabe à decisão da pessoa se interessar em assinar ou não, mas ninguém o solicitou. Fiz isso porque percebi que em vez de garantir a segurança aos entrevistados, o procedimento terminava criando mais dúvida para algumas pessoas, como foi o caso dos três

interlocutores referidos. Uma deles questionou “se vocês não vão identificar meu nome, porque assinar esse termo que comprova meu consentimento?” (Eliza, empresária que conheci por intermédio de um colega que mora no mesmo apartamento que ela alugou no Centro de Acarape). Por um momento fiquei sem palavras, mas expliquei detalhadamente que era para a própria segurança dela. Thompson (1992) fez uma observação importante em relação à interferência que esse pacto pode suscitar no sentido de limitar a narração dos entrevistados, quando diz, “a insistência numa transferência formal de direitos legais mediante consentimento explícito por escrito pode não só preocupar o informante, como também irá, concretamente, diminuir a proteção mais adequada contra a exploração” (WEBER, 1996, p.19 apud Thompson, 1992, p. 288). Weber ainda comenta que “alguns autores vêem a diferença de classe entre pesquisador e informante como um fator, assim como as diferenças de sexo, idade e raça, que interfere na relação intersubjetiva da pesquisa” (WEBER, 1996, p.14). Apesar da familiaridade com as cidades e as pessoas, a preocupação esperada sobre o que aconteceria no campo era a dificuldade de me reunir com os entrevistados – como exatamente aconteceu. Isso é frequente na pesquisa de campo. As entrevistas aconteceram nos horários, lugares e datas diferentes, – isto é, de acordo com as preferências e o tempo disponibilizado pelos interessados. A maior parte ocorreu nas residências dos entrevistados. As conversas informais aconteceram, na maioria das vezes, de forma espontâneas em diferentes momentos e lugares. Acredito que os momentos de diversão e as conversas particulares com amigos (principalmente antigos moradores) foram as ocasiões mais importantes para me informar, pois nessas situações os receios, a insegurança e a preocupação com o que falar não aparecia. Ali eu aproveitava e provocava certas discussões, colocando questões que uso nas entrevistas formais para ouvir opiniões de cada indivíduo. No final de cada conversa relevante, avisava a pessoa que utilizaria suas informações para minha dissertação. Admiravelmente, alguns perguntavam se o que falaram era importante para utilidade na pesquisa da Universidade. Um amigo brasileiro, mestrando em Sociologia profissional na Universidade Federal do Ceará, residente em Redenção, uma vez brincou e me chamou de explorador e disse que vou ter que pagá-lo pela informação. 30 Após cada entrevista formal ou informal realizada, perguntava se o entrevistado conhecia outra pessoa que pudesse me indicar para entrevista. Essa técnica, sugerida pelo meu orientador, resultou em várias entrevistas que ocorreram com mais tranquilidade e confiabilidade. Encontramos exemplo dessa natureza no comentário da Regina Weber (1996, p. 7) sobre a experiência/obra de Yves Lequin e Jean Métral (1980, p. 151). Segundo a autora: para encontrar metalúrgicos aposentados em Givors, uma pequena cidade industrial ao sul de Lyon, Yves Lequin e Jean Métral contaram inicialmente com indicações dos serviços culturais da Prefeitura, principalmente de uma arquivista, e depois com a ação do método “bola de neve”: cada informante enviava a equipe a outros novos informantes. Alguns interlocutores têm dificuldades de falar ao serem interrogados. Este é o caso dos que me indagavam: “O que falar”? “Não sou bom de falar” e indicavam outra/s pessoa/s ou, simplesmente, decidiam não fazer parte da entrevista. Além disso, existia dificuldade para se reunir com interlocutores. Por exemplo, sempre que combinávamos horários e locais, a maioria deles não aparecia ou criavam justificativas quando eu ia até as suas residências. Tive que remarcar com alguns mais de quatro vezes e outros até eu mesmo desistir. Um amigo (de 41 anos, morador de Acarape) chegou a afirmar que o colega dele com quem eu tinha marcado a entrevista por mais de (3) vezes não tinha informação relevante, motivo que o fazia fugir, pois “não estudou”, concluiu ele. Mas logo eu o informei que não era necessário estudar para ter algo a dizer. Para esta pesquisa, tomei o método clássico da Antropologia (observação participante) como um instrumento central de investigação. Pois no surgimento do fazer etnográfico e no uso de suas técnicas/métodos protagonizou-se a Observação Participante e a realização de Entrevistas como meios cruciais para os fins informativos. Assim, compreende a

observação participante como o elo que permite aos seus praticantes familiarizar-se e experimentarem física, emocional e intelectualmente a realidade empírica do seu campo de pesquisa. Podendo observar e registrar todas as atividades diárias dos seus sujeitos. Nesse aspecto, Tim Ingold chamou atenção para um importante fator na observação participante, ao afirmar que “observar não é necessariamente objetificar, é perceber o que as pessoas estão dizendo e fazendo, é a pessoa sugerida pelo entrevistado muitas vezes se sente importante e, às vezes, é explicado o teor da pesquisa por quem a sugeriu. O que lhe garantia mais segurança e confiabilidade na pesquisa. Isso, obviamente, ajudava na realização da entrevista. olhar e ouvir, e é responder conforme a sua própria prática” (INGOLD, 2015, p. 225). E antes do Ingold, no prefácio do livro de William Foote Whyte (2005), Gilberto Velho realça que, participando das atividades do pesquisado, evita-se o senso comum, preconceito e estereótipo. Para ele, viver e conviver com os universos pesquisados, participando de suas dificuldades e dramas, por períodos de tempo mais extensos, representava, de saída, um esforço para não ficar no senso comum, estereótipos e preconceitos, estudando as situações em que matizes, ambiguidades e contradições são características inescapáveis (VELHO, 2005, p.13). Neste sentido, para construir a pesquisa, o pesquisador precisa estar munido de ferramentas que facilitem o desenvolvimento do seu percurso ao campo. Tome-se como exemplo a experiência em Cornerville de William Foote-Whyte (1990), descritas no capítulo introdutório da obra, cujo título é ‘Treinando a observação participante’. No referido capítulo, o autor explicou o modo como desenvolveu a sua relação interpessoal com os moradores do bairro através de um acompanhante nos momentos iniciais e, posteriormente, não dependia do acompanhante para envolver com os sujeitos, pois construiu a esfera de relação amigável com habitantes daquela localidade. Esse esforço construído para se aproximar dos sujeitos viabilizou o seu acesso junto aos moradores, o que lhe permitiu realizar a etnografia. Já o Malinowski relata ter sido aceito em meio aos trobriandeses em razão de sua insistência de se aproximar diariamente dos nativos, que, então, teriam se “acostumado” com a sua presença. Apesar da existência da diferença da experiência - pois a minha pesquisa se configurou num contexto espacial e em uma rede de relação social antes constituída com os antigos moradores e recém-chegados estudantes internacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) a estas cidades - tive que enfrentar certas dificuldades como já referi. Esses fatos contribuíram de uma ou outra forma no aperfeiçoamento do meu percurso ao campo. Ainda a propósito da observação participante, Urpi Uriarte (2012, p.5-6) tinha a razão quando afirmou que o trabalho de campo é uma “atividade construtiva ou criativa”, no sentido que o pesquisador chega ao campo com muita teoria, métodos e técnicas para etnografar as informações. A surpresa é que essas ferramentas podem não funcionar ou as pessoas em 12 Apesar de, antropologia contemporânea realizar uma crítica do contexto colonial no qual se produziram as etnografias clássicas inglesas, aproveitamos esses exemplos de relatos de efetivação no campo para realização das etnografias. 32 campo podem não abrir as portas. É então que chega a frustração e até mesmo tem-se vontade de abandonar o trabalho. Deve-se ainda ponderar que a “observação participante pode ser desconfortável, e não devemos começar a pensar que tudo o que as pessoas nos disserem será verdadeiro ou maravilhoso. De fato, elas podem dizer coisas que consideramos horríveis ou abomináveis” (INGOLD, 2015, p. 226). É nessa hora que o pesquisador precisa ser criativo, precisa criar caminhos para se adequar ao lugar e construir a sua pesquisa. No meu caso, percebi que o primeiro desafio no campo não era a questão de aproximação (VELHO, 2003) e tampouco os desconfortos exemplificados (de Cornerville ou da ilha trobriandesa), pois os habitantes destas cidades já estavam acostumados com a presença de estudantes, tanto nacionais quanto internacionais. Deste último grupo, eu fiz parte desde a primeira metade de ano 2014 e residi nas duas cidades, como já referi anteriormente Além de conhecer as cidades, tenho muitos conhecidos (amigos)

e alguns destes têm filhos estudando na Unilab – alguns destes conduziram-me aos seus pais. De mesmo jeito, os pais me indicaram seus filhos que estudam na Unilab como sugestão para entrevista. Isto ajudou a minimizar o desconforto por parte de antigos-moradores. Em relação aos estudantes internacionais, estar no seio deles não tem nada absolutamente de estranheza. Um pouco antes de começar as anotações que resultariam na presente dissertação, participei de várias atividades no campo, como as festas organizadas no Município pela prefeitura de Acarape, festas dos estudantes internacionais e outras atividades que se realizavam nos finais de semana na Praça Matriz. Recentemente participei da esperada festa da padroeira Santa Rita, que acontece todo o ano no mês de setembro, em Redenção. Segundo as explicações dos moradores desta cidade, essa festa remonta aos tempos passados e tem uma conotação muito relevante para as famílias e para a espiritualidade da população local e internacional. Ela é realizada em homenagem a Santa Rita de Cássia e, na ocasião, todos os que fizeram promessas voltam para agradecer e/ou pedir bênçãos a esta ‘santa’. Referindo a esta comemoração, um artigo publicado no Diário do Nordeste pela Maria José (2017) salienta que, “segundo os devotos a festa de Santa Rita é uma das maiores do Maciço de Baturité. Neste período muitos retornam de outros estados para reverem familiares e amigos, além de pagarem promessas e receberem bênçãos” (JOSÉ, 2017). Ainda a mesma autora sustenta que este festejo também tem um caráter internacional, no sentido que, outros 33 países mantêm contato com a Paróquia “pelo padre Francisco das Chagas Soares Rodrigues” (JOSÉ, 2017). O que demonstra a grande relevância da festa que dura dez (10) dias no mês de setembro. Comemorações desta natureza acontecem em vários lugares do Brasil.

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores A semelhança do que constatei em Redenção, Francisco Willams Lopes (2019) demonstrou em sua pesquisa realizada sobre as mudanças que marcaram a vida dos nativos da antiga Vila de pescadores, na atual Cumbuco, que as festas desta natureza são “instituições ou eventos que fortalecem os laços de solidariedades” tanto dos pescadores locais, quanto dos visitantes que na maioria das vezes são as famílias e amigos, como é notável no caso de Redenção. O autor também destacou dois eventos que têm uma conotação excepcional na vida dos nativos da Vila e que representam uma ampla rede de relações entre a população. Primeiro, as Regatas Marítimas e segundo, os festejos de São Pedro. A Regata Marítima é comemorada com variadas atrações e competições na praia entre os pescadores do Cumbuco. E o segundo são os festejos do São Pedro que são organizados pela mesma população na igreja local. Trata-se de uma festa “religiosa e cultural” voltada à devoção ao santo que eles acreditam que lhes protege e proporciona uma boa pescaria. Analogamente, nas festas da padroeira de Redenção os seus participantes são de diferentes partes do Brasil, sendo que a maioria é proveniente de famílias que mudaram para outras cidades ou Estados. (LOPES, 2019, p.193-200). Outros momentos de encontro são as Atividades organizadas pelos estudantes da Unilab, principalmente as festas das independências dos países que fazem parte da Universidade. Nelas é frequente observar a participação dos moradores das duas comunidades para acompanhar as apresentações culturais e acadêmicas. Por outro lado, é frequente encontrar os jovens organizando as festas nos finais de semanas para diversões estudantis ou outras, referentes às comemorações de aniversário ou Chás de Bebês/Fraldas. Já as festas de prefeituras ou das cidades onde fiz a pesquisa têm mais a ver com as datas importantes e de significados na memória local. Por vezes, só os mais velhos sabem do significado daquelas datas. Afirmo isso porque, constatei que muitos jovens até participam dessas comemorações, mas nem todos sabem explicar o motivo ou os seus significados (Diário de campo, 2019). Um exemplo foi quando perguntei a vários amigos brasileiros sobre a festa de Santa Rita, resposta gravitou simplesmente em torno do tema ‘festa da família ou reverência à Santa. (Movimento 3 – Ocupando o nicho) (Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual) Enfim, para finalizar a

apresentação do percurso metodológico, gostaria de acrescentar uma observação sobre a diferença entre os pesquisadores viajantes e os nativos ou que vivem no local da pesquisa. Os pesquisadores que viajam para um determinado lugar a fim de passar um determinado tempo (um mês, três meses ou mais), recolhendo as informações e voltam para suas cidades com o material alcançado para análise e a construção do texto etnográfico. Estes vivenciam pouco a realidade dos sujeitos/grupo ao qual pretendem compreender. Já o caso dos pesquisadores residente ou nativo do local da pesquisa, o campo é constante. Porque a cada momento, ele se atualiza com os fatos correntes no dia-a-dia do seu campo. Ele tem o dever de escolher por onde parar a compilação de informações e construir o texto, pois se não o fizer, o trabalho nunca terá fim, pois as novidades aparecem constantemente. O meu campo assume essa característica, e tive que parar o percurso no campo provisoriamente para a construção textual. Com essa pequena observação sobre os pesquisadores que residem ou não ao campo, a intensão não se trata de um modo de pesquisa de campo ser melhor que o outro, mas realçando a diferença de intensidade das experiências vividas (PEIRANO, 1995) entre os dois grupos de pesquisadores.

(Passo 3 - Indicando estrutura da Dissertação) Nessa circunstância, o trabalho foi estruturado em três (3) capítulos, além da Introdução e Considerações finais. O primeiro capítulo analisou a trajetória da expansão do Ensino Superior brasileiro, partindo no contexto nacional e terminou na questão local, com o caso da Unilab em Acarape e Redenção. O capítulo demonstra que o Ensino Superior Universitário começou tardiamente no Brasil e que o seu início foi marcado pela distribuição desigual das universidades segundo as regiões. Digno de nota é que as regiões Sul e Sudeste tiveram e ainda tem maior contração das instituições em relação ao Norte e o Nordeste do país. A mesma situação se verifica entre capitais em relação a seus interiores. Para a construção do primeiro capítulo, trabalhamos com as perspectivas dos entrevistados sobre a presença da universidade no Maciço do Baturité. Segundo eles, a universidade é bem-vinda no Maciço e contribuiu na amenização do problema da ausência de acesso ao ensino superior. Mas os mesmos entrevistados demonstraram também as suas percepções em relação a alguns problemas sociais catalisados pela presença da universidade. Com base nas observações feitas no campo e entrevistas dos antigos moradores de Acarape e Redenção, o segundo capítulo traz reflexões sobre a questão das mudanças, do alto custo de vida e das novas dinâmicas que as duas cidades experimentam a partir de momento que a Universidade foi instalada nas duas comunidades. Já o capítulo três explora as configurações dos conflitos e tensões socioculturais que brotaram na relação/interação entre os estudantes internacionais e os brasileiros em Acarape e Redenção, através dos confrontos discursivos e agressivos.

(Passo 2 - Anunciando as principais conclusões) Concluo o presente trabalho tentando responder à inquietação levantada sobre o lugar dos antigos moradores no projeto da Expansão e Interiorização do Ensino Superior em Acarape e Redenção. Por meio de várias investigações de documentos e outros trabalhos relacionados ao mesmo assunto, constata-se que não foi pensado o lugar dos antigos moradores de Acarape e Redenção no projeto de constituição da universidade. Constatamos que o projeto que se efetivou nas universidades interiorizadas ambicionou somente proporcionar o desenvolvimento dessas localidades sem preparar os anfitriões para a nova realidade ou o rumo que estas cidades seguiriam

ANEXO F – INTRODUÇÃO MEA202105

(Movimento 1 – Estabelecendo um território) - (Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para) Essa pesquisa etnográfica parte do meu interesse em ouvir mulheres negras que têm acesso às políticas de educação superior efetivadas no município de Redenção – CE, a partir da implantação da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O foco do estudo são as intersecções entre gênero e raça, tendo como mote da reflexão o acesso ao ensino superior. O universo estudado é a UNILAB e as interlocutoras são mulheres negras jovens e adultas, ativistas e estudantes em Redenção, pertencentes às camadas de baixa renda que conseguiram adentrar no ensino superior. **(Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou)** Focalizo, a partir de uma abordagem de escuta antropológica, o relato de mulheres dos cursos de graduação, sobre suas experiências e lutas cotidianas, envolvendo os nexos entre gênero, raça e educação. É objeto de investigação trajetórias femininas de mulheres negras que tiveram acesso ao ensino superior, convergindo para identificar, com isso, a percepção das relações de gênero e raça presentes nas relações locais. Esse trabalho tem como pergunta impulsionadora: “Como o acesso à educação superior através da UNILAB impactou a vida de jovens mulheres negras, sendo capaz de despertar o seu olhar para o Estado a partir dos corpos femininos?”. Assim, busco investigar o lugar da Universidade na sua percepção das relações de gênero, de modo a identificar, em suas narrativas, conjunturas que envolvam opressão e marginalização, bem como tensionamento e reposicionamento, em suas lutas e vidas cotidianas. **(Movimento 2 - Estabelecendo um nicho) (Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais)** Foi o entusiasmo pelas lutas feministas e antirracista que me trouxe até aqui: “o fato é que, enquanto mulheres negras sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais.” (GONZALEZ, 1984, p. 223). Na minha visão, é necessário que nós mulheres negras ocupemos este espaço que nos foi negado ao longo dos tempos, e que, através das nossas pesquisas acadêmicas, possamos criar a possibilidade para que isso aconteça na nossa sociedade. **(Movimento 3 – Ocupando o nicho) (Passo 1A - Delineando os propósitos ou)** A pergunta instigadora se desdobra em objetivos específicos aqui detalhados: Obter informações sobre como jovens mulheres negras numa região marcada por uma história de escravização, racismo e sexismo conseguem perceber e acessar a política pública de ensino superior a partir da instalação da UNILAB?; observar até que ponto o acesso à educação é um marcador de suas lutas por igualdade de gênero e raça, levando-as ao questionamento de seus lugares desiguais; entender como as interlocutoras interagem com as narrativas e os mitos locais em reflexões sobre igualdade de gênero e étnico-racial. **(Movimento 1 – Estabelecendo um território) (Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou)** Vivemos numa sociedade racista, não podemos continuar morrendo em silêncio, ao longo da história o Estado vem sujeitando a população negra a uma situação de exclusão e desigualdade social. Ao chegar à universidade, essas mulheres quebram com um padrão de negligência e negação de tantos direitos impostos pelo capitalismo e racismo presentes através do poder do Estado. Conseguirão elas conquistar mais espaços de direitos na sociedade brasileira? Compreendo que, no Brasil de hoje, estamos vivendo tempos de retrocesso em relação à aplicação de políticas para mulheres, porém, percebo que a presença da universidade é um espaço que fomenta o ato de pensar e discutir sobre como devemos ter o direito e acesso à saúde, emprego e renda, educação, enquanto advogamos pelo combate à violência contra mulher, igualdade racial, discussões sobre o aborto e tantas outras questões do universo feminino. Vejamos: Essa é a lição a ser tirada da eleição para presidente do Brasil, em outubro de 2018, de um homem branco apoiado por grandes proprietários de terra, pelo mundo dos

negócios e por Igrejas evangélicas; um homem que declarou abertamente sua misoginia, sua homofobia, sua negrofobia, seu desprezo pelos povos indígenas, sua vontade de vender o Brasil ao melhor pagador, de violar as leis sociais voltadas às classes mais pobres e as leis de proteção à natureza, de voltar atrás nos acordos assinados com povos indígenas, e tudo isso alguns meses após o assassinato da vereadora queer e negra Marielle Franco. (VERGÊS, 2020, p. 38). É necessário que esses temas sejam percebidos a partir do diálogo com as interlocutoras e alcançados através de suas narrativas, possibilitando o debate numa perspectiva decolonial através das relações interseccionais de gênero e raça a partir de um olhar antropológico, criando, desta forma, uma perspectiva interpretativa que analisa e reflete relacionando mulher, feminismos, raça e política pública. A história indica que, a partir do feminismo negro, é possível que “notemos que mulheres negras, na condição de Outro, propuseram ação, pensamento e sensibilidade interpretativa contra a ordem patriarcal racista, capitalista, sem nenhuma convivência subjetiva com a dominação masculina.” (AKOTIRENE, 2019, p. 20). **(Movimento 3 – Ocupando o nicho)**

(Passo 1A - Delineando os propósitos ou) Desejo indagar até que ponto o acesso e a permanência na universidade marcam a trajetória destas mulheres, fazendo com que discutam sobre racismo, preconceito, violência simbólica e oportunidades sociais. Quero me deixar ser afetada e, a partir do diálogo com minhas interlocutoras, construir conhecimentos, sabendo que “aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assume o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o 16 projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada.” (FAVRET-SAADA, 1990, p. 6). **(Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual)** Este

trabalho de pesquisa também foi desenvolvido a partir do desejo de estudar gênero e procurar compreender como as tramas sociais estão presentes nas narrativas destas interlocutoras, provocando nas mesmas novos posicionamentos a partir do acesso à universidade. Todas as etapas da pesquisa, desde o levantamento bibliográfico, fundamentação teórica, trabalho de campo até a análise e interpretação dos resultados, tiveram como marcadores gênero e raça relacionados à política pública de educação. **(Movimento 2 – Estabelecendo um nicho)**

(Passo 1C - Levantamento de questões ou) Ao longo deste processo fui instigada a questionar até que ponto a vida de mulheres racializadas tem valor na sociedade atual? Qual o lugar reservado as mulheres negras no nosso país? Como o Estado, mesmo no período pós-colonial, continua a repercutir práticas coloniais através da ausência de políticas públicas? Desta forma, o que poderia ter ficado no passado, “permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão.” (CARNEIRO, 2011, p. 1). **(Passo 1B - Indicando uma lacuna ou)** Entre as

várias questões que me motivam à realização desta pesquisa, sinto-me desafiada a pensar ao longo da minha trajetória o quanto a ausência de políticas públicas que promovam o respeito racial e combatam a desigualdade social no nosso país têm deixado marcas. Comecei a compreender isso mais claramente durante o período em que pesquisei questões relacionadas ao currículo e a Lei 10.639/03 – foi nessa época que me reconheci como mulher negra e me dei conta de tantas situações de discriminação racial vivenciadas no ambiente escolar, ao estudar e compreender o quanto a figura do indivíduo negro sempre foi estigmatizada a partir dos livros didáticos e de uma sequência de relações de racismo e preconceito presentes nas escolas pesquisadas. **(Movimento 2 - Estabelecendo um nicho)** **(Passo 1E - Justificando a**

pesquisa por meio de aspectos pessoais) Consideremos que, a partir do ponto de vista conceitual, “o que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.” (ALMEIDA, 2019, p. 33). Foi possível encontrar a mim mesma e ver o quanto passei por situações de

racismo e preconceito a partir dos depoimentos das adolescentes, principalmente por conta do meu cabelo crespo, o que doeu muito, porém foi o início de uma visão crítica sobre como a branquitude quer impor a nós negros papéis determinados, e cheguei à conclusão de que muito ainda havia a ser feito. Como nós, mulheres negras que acessam a educação superior, nos posicionamos na luta pelo respeito de gênero e raça? Essa é uma das minhas motivações enquanto antropóloga e feminista negra: “perspectivas feministas têm sido centrais para os estudos pós-coloniais desde seu momento inicial, compartilhando muitas das preocupações gerais do pós-colonialismo, mas também revisando, questionando e complementando-as.” (BAHRI, 2013, p. 600). Entretanto, em meio a essa construção, destaco a chegada da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasil (UNILAB) a partir de um contexto geopolítico entre Brasil e África, instalada oficialmente em 2010 na cidade de Redenção, na qual eu nasci, e conhecida historicamente por ser a primeira cidade do Brasil a “libertar os escravizados”. Após a instalação, muitas pessoas que, por inúmeras questões, não tinham acesso ao ensino superior, entre elas o fato de residirem no interior do Nordeste Brasileiro, vislumbram a possibilidade de ingressar na universidade, e entre elas se destacam mulheres negras. Foi neste processo que também tive a oportunidade de entrar na UNILAB através do curso de Antropologia, e, posteriormente, no Mestrado de Antropologia, aprofundando minhas reflexões e escolhendo como universo da pesquisa a UNILAB por entender que “é importante que as questões de raça e de localização sejam consideradas ao lado da questão do gênero.” (BAHRI, 2013, p. 667). Assim, a universidade é o espaço onde eu poderia trabalhar com os marcadores de gênero e raça. Durante essa caminhada, e num processo de autorreflexão, defini como tema desta pesquisa: Mulheres Negras e Resistência: Uma Análise Antropológica de Narrativas sobre o Acesso à Educação Superior em Redenção, CE. Pouco ouvi ou fiz leitura a respeito da luta das mulheres no processo Abolicionista no Brasil e particularmente em Redenção, e, desta forma, ao ultrapassar as barreiras que envolvem o acesso ao ensino superior, essas mulheres ousam ocupar espaços destinados antes a branquitude, elas têm oportunidades de pensar sobre o papel da mulher negra na nossa sociedade e debater questões latentes como a presença da mulher negra nas lutas desde a Abolição aos nossos dias atuais, partindo do local para o global a partir da presença de um equipamento de educação internacional como a UNILAB. É importante referendar que as interlocutoras são mulheres do contexto sul-sul que buscam estabelecer-se e resistir. Nessa perspectiva, “a globalização oferece oportunidades sem precedentes para o ativismo feminista transnacional, mas aproveitar essas oportunidades dependerá da capacidade de leitura das feministas sobre a semelhança e a diferença em uma escala global.” (BAHRI, 2013, p. 683). Neste contexto, a Antropologia me mudou enquanto pessoa pois passei a estranhar e ver com um outro olhar a cidade de Redenção, sua história e as relações de gênero presentes nela através dos seus atores sociais, ou melhor, através da escuta das narrativas de minhas interlocutoras foi possível aprofundar o objeto de estudo da pesquisa. **(Movimento 1 –**

Estabelecendo um território) (Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou) Segundo Oliveira (2000, p. 21), o olhar e o ouvir tem um importante papel no trabalho do antropólogo: Evidentemente tanto ouvir como olhar não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação. Ambas completam-se e servem para o pesquisador como duas muletas - que não nos percamos com essa metáfora tão negativa - que lhe permitem caminhar, ainda que tropeçadamente, na estrada do conhecimento. A metáfora, propositalmente utilizada, permite lembrar que a caminhada da pesquisa é sempre difícil, sujeita a muitas quedas. É nesse ímpeto de conhecer que o ouvir, complementando o olhar, participa das mesmas pré-condições desse último, na medida em que está preparado para eliminar todos os ruídos que lhe pareçam insignificantes, isto é que não façam nenhum sentido no corpus teórico de sua disciplina ou para o paradigma no interior do qual o

pesquisador foi treinado. Este trabalho é pautado nas discussões de gênero, tema esse que surge na Antropologia através do clássico trabalho etnográfico de Margaret Mead intitulado “Sexo e Temperamento”. Ao pontuar que os comportamentos masculino e feminino estão relacionados não a questões biológicas, mas a aspectos culturais, a antropóloga estabelece as bases para as considerações a respeito de gênero feitas nos estudos atuais. Desta forma, mesmo sendo alvo de muitas críticas, consideremos a importância dos estudos de Mead na Antropologia relacionados a gênero e sexualidade e seus impactos e influências nas lutas feministas. Mead é clara quando destaca, através de sua etnografia: não há nada de natural nas supostas agressividade “masculina” e docilidade “feminina”. Em muitas sociedades e em especial naquelas que estudou, os padrões comportamentais seguem outros modelos culturais, evidenciando que eles são uma construção de contextos específicos, envolvendo história, cultura, cenários sociais. Vejamos suas palavras a esse respeito: “Este estudo não se ocupa da existência ou não de diferenças reais e universais entre os sexos, sejam qualitativas ou quantitativas. Não se trata de saber se a mulher é mais instável que o homem, como se pretendeu antes que a doutrina da evolução exaltasse a variabilidade, ou menos instável, como se afirmou depois. Não é um tratado sobre os direitos da mulher, nem uma pesquisa das bases do feminismo. É, muito simplesmente um relato de como três sociedades primitivas agrupam suas atitudes sociais em relação ao temperamento em torno dos fatos realmente evidentes das diferenças dos sexos [...]. Cada uma dessas tribos dispunha como toda sociedade humana, do ponto de diferença de sexo para empregar como tema na trama da vida social que cada um desses três povos desenvolveu de forma diferente. Comparando o modo como dramatizaram a diferença de sexo, é possível perceber melhor que elementos são construções sociais, originalmente irrelevantes aos fatos biológicos do gênero de sexo. (MEAD, 2000, p. 22).” O interesse em estudar mulheres negras, ativistas e seu acesso ao ensino superior, visa contribuir com a sociedade através da construção de um trabalho etnográfico que traga em suas falas as dores, alegrias e superações das interlocutoras. Expressa um lugar de enunciação destas mulheres e seus pensamentos, principalmente em relação à ideia de gênero nas tramas sociais e como esse imaginário atravessa as relações de poder da nossa sociedade produzindo uma profunda desigualdade social. **(Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores)** É fundamental que mulheres negras também reflitam através de debates e pesquisas questões relacionadas a gênero na academia. Na diáspora africana, “irmã” pode ser considerada aquela intelectual cuja experiência atlântica fez viagens teóricas pelo feminismo decolonial proposto por Maria Lugones, precursora do enfoque moderno colonial de gênero. Irmã também pode ser a mulherista, a mais nova do barco das ialodês a publicar pontos de vistas de mulheres subalternizadas. (AKOTIRENE, 2019, p. 45). Sobre o papel de estudos relacionados a gênero na antropologia, Corrêa (2010, p. 126) destaca: De fato, creio que foi o feminismo que mudou a antropologia – e as ciências em geral. Há um belo artigo de uma cientista muito respeitada, Evelyn Fox Keller (cadernos pagu, 27, 2006) que mostra como, depois da emergência dos movimentos feministas contemporâneos, mudaram as perguntas nas ciências biológicas – que é o que realmente transforma a ciência. A noção de gênero foi uma consequência disso, da busca de um conceito mais amplo para tratar das desigualdades entre homens e mulheres, percebidas em várias sociedades, a partir dos movimentos sociais de mulheres no século passado. Na antropologia não foi diferente: a partir dessa percepção das desigualdades, de que a existência dessas desigualdades não é ‘natural,’ é que teve início uma lenta caminhada, recém iniciada, e que a agenda de questões feministas foi sendo incorporada às pesquisas. A pesquisa também indaga como, a partir da educação, essas mulheres negras olham para o Estado, detentor do poder de execução de políticas públicas. Seria a educação para essas mulheres sinal de resistência ao poder de exclusão do Estado? Para Adorno (2008), mesmo após a constituição de 1988 e seus avanços no campo dos direitos humanos, o poder ainda

continua monopolizado por grupos restritos das elites brasileiras, seja no Executivo, no Legislativo ou no Judiciário. Desta forma, ao olhar para o Estado brasileiro, estamos debatendo privilégios de uma elite branca, falta de acesso das pessoas negras a educação, saúde e justiça. O que dizer das mortes de pessoas negras e de situações como “misoginia e homofobia ainda representam poderosas fontes de preconceito que resultam; não raro, em mortes, mutilações e agressões de toda ordem”? (ADORNO, 2008, p. 215). 20 A estrutura do Estado brasileiro diariamente submete à morte e à exclusão aqueles que não têm acesso às políticas públicas. No momento em que escrevo esta introdução, estamos vivendo no Brasil a segunda onda da pandemia de COVID-19, muitas pessoas são atingidas, e, entre elas, merece destaque a situação das mulheres negras, trabalhadoras, mães, que no momento não têm de onde tirar o seu sustento e dependem da renda do auxílio emergencial de aproximadamente R\$250,00 reais, ou do Programa Bolsa Família, que disponibiliza auxílio para a manutenção de famílias em situação de vulnerabilidade. Um exemplo disso é a situação da cuidadora Vanusa, desempregada, moradora da periferia, com uma família de quatro pessoas que se sustentam com R\$ 500,00 do Bolsa Família. Sobre a fome, Vanusa fala : “Eu apertava a barriga pra amenizar a dor, parece que você tá morrendo. Passei dia e noite bebendo água porque não tinha o que comer. Nunca pensei que passaria por isso, já desejei minha própria morte.” (Diário do Nordeste, 6 de abril de 2021). A “dor da fome” afeta a muitas dessas mulheres e seus filhos. Assim, sinto que pesquisar as questões de gênero é ir além do visível num debate amplo, afinal, “[...] tomamos as relações de gênero como relações de poder complexas que necessariamente estão atravessadas por outros marcadores sociais de diferença – classe, cor, etnia, idade, orientação sexual, etc..” (CARRARA e VIANA, 2008, p. 343).

(Movimento 3 – Ocupando o nicho) (Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual) Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa é um trabalho qualitativo no qual busquei aprofundar as leituras teóricas, levantar documentos que considere importantes, participar de círculos de convivência com mulheres fazendo o registro de tudo que achei relevante para o trabalho em meu diário de campo. O ato de registrar me fez acalmar um pouco a angústia que hora sentia e encontra as respostas que buscava. O interessante é que, mesmo falando a mesma língua, e estando em um campo de estudo com o qual eu estava familiarizada, confesso que houve horas em que me sentia como o próprio Malinowski (1978) quando relatava sua solidão ao se ver apenas com seu equipamento e deixado na praia pela navegação que o levou. Sentia-me tão pequena diante de tantos que fizeram a história da Antropologia, mas, ao mesmo tempo, sabia em meu peito da responsabilidade em relação ao ato de ouvir, olhar e escrever o que foi narrado por minhas interlocutoras. Sobre a atuação do antropólogo, Geertz (2012, p. 11) destaca: Organizar meus relatos sobre as mudanças observadas – em minhas cidades, na minha profissão, no meu mundo e em mim mesmo – não demanda, assim, uma narrativa bem tramada, cálculos, reminiscências ou uma progressão estrutural e, certamente, não requer a utilização de gráficos - embora esses tenham os seus empregos (assim como os modelos e a teorização) no estabelecimento de estruturas e na definição de questões. A tarefa exige que se mostrem como determinados eventos e ocasiões únicos – um encontro aqui, um projeto ali – podem ser tecidos em conjunto com uma variedade de fatos e uma bateria de interpretações, a fim de se produzir uma percepção de como as coisas andam, de como andaram e provavelmente andarão. O mito, isso foi dito penso que por Northrop Frye, descreve não o que aconteceu, mas o que acontece. Com a ciência – a ciência social, de qualquer maneira – é quase a mesma coisa, salvo o fato de que suas descrições pedem uma base mais sólida e uma reflexão mais fundamentada e aspiram, por vezes, a certo desapego. Para a realização deste trabalho etnográfico, defini como técnicas a pesquisa documental, a observação-participante, registros no diário de campo e entrevistas semiestruturadas que abordaram tópicos relacionados à história familiar, relações de gênero, religião, relações raciais, ativismo, acesso

à educação, etc. Dentro desta perspectiva, ouvi das interlocutoras suas narrativas a partir do seu lugar de fala, “assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugar de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater política criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade.” (RIBEIRO, 2017, p. 86). O universo do trabalho é a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e as interlocutoras são mulheres negras, estudantes em Redenção e ativistas, matriculadas em cursos de graduação da UNILAB. Desta forma, assumindo uma postura de alteridade, entendo a relevância de suas histórias de vida, que a princípio revelam pontos subjetivos, porém, encontram intersecções no imaginário coletivo. Saliento a importância destes relatos, destacando o pensamento de Queiroz (1997, p. 20) sobre a história de vida: A história de vida, por sua vez, como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos, que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear dos acontecimentos que nele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros dos seus grupos, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. Desta forma, o interesse deste último está em captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e se insere nas coletividades a que o narrador pertence. Portanto, após todas essas definições em relação à pesquisa, foi necessário estabelecer o contato com as mulheres negras que participaram da mesma – neste ponto, gostaria de destacar que as escutas das narrativas foram feitas através da rede social de forma individual pelo WhatsApp, todas foram acolhedoras e demonstraram interesse em participar. É importante o registro de que o campo ocorreu de forma inusitada, afinal, o mundo todo passava neste momento pela pandemia do Novo Coronavírus, que impossibilitou o contato presencial entre as pessoas por medidas de segurança para se evitar a transmissão do vírus. 22 Assim, seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), procedi os encontros com as participantes de forma virtual, os mesmos foram realizados nos dias marcados com a utilização do telefone e gravador para os registros dos diálogos. O fato é que, na fase final em que essa pesquisa é realizada, o mundo se apresenta entre certezas e incertezas, doença e cura, ordem e desordem, e isso me faz lembrar o próprio exercício de fazer antropologia, o quanto existe uma linha tênue que envolve o ouvir, olhar e escrever com ética e respeito às interlocutoras, principalmente em plena pandemia. O antropólogo Taussig (2020, p. 9) fala sobre isso, argumentando que: Os componentes que selecionei foram à ordem e a desordem que o nosso trabalho como antropólogo, cientista social particularmente, era buscar a razão, dar explicações, colocar fatos heterogêneos em algum tipo de ordem homogênea. Mas assim que o fizer você precisa ter auto percepção, você precisa ter a inteligência de perceber que essa é uma coisa arbitrária, e pode entrar em colapso e retornar à desordem. Mas então, assim que você aceita a desordem, você diz: essa é a natureza da realidade, essa é a natureza do mundo, essa é a natureza da história. Aí o mundo vai falar com você e dizer “não, eu enganei você, aquele mundo até tem uma ordem”, pode ser Deus, talvez seja “a economia.” Enfim, então você volta correndo para o polo da ordem só para então atingir um limite e ser jogado de volta, e então dizer: não, não há ordem, essa é uma pretensão, é tudo desordem. Então se caminha, talvez de forma patética ou divertida, entre esses dois polos. Isso, eu acho, resume o jogo de copos. Participaram da pesquisa, ao todo, cinco mulheres negras, as quais descreverei melhor ao longo da análise e da apresentação das narrativas. Por questões de ética, optei pelo anonimato das participantes, considerando que “a partir desse lugar que ocupo no campo [...] o anonimato das personagens no texto etnográfico não implica necessariamente numa atitude politicamente omissa do pesquisador. Muito pelo contrário.” (FONSECA, 2005, p. 210). Desta maneira, atribui a cada uma um nome de mulher utilizado no continente africano por nossas irmãs ancestrais. Este trabalho também resulta de uma construção antropológica que

aborda gênero numa perspectiva teórica decolonial. Segundo Péludio (2012, p. 402, apud BELTRAME, 2018, p. 3), trata-se de uma nova epistemologia que dar vez e voz aos que foram de alguma forma silenciados: [...] é neste contexto descrito que surgem as chamadas teorias decoloniais, que podem ser entendidas enquanto as teorias feitas pelos Outros ou ainda pelos subalternos, os não brancos e europeus, majoritariamente homens que desenharam boa parte das ferramentas teórico-analíticas das ciências humanas. Um dos objetivos principais deste esforço teórico é refletir criticamente a respeito dos conhecimentos advindos dos grandes centros de produção a fim de construir novas categorias analíticas e teóricas para a análise de contextos sociais distintos, mas, ao mesmo tempo, refletindo criticamente sobre os construtos advindos do norte global no sentido de perceber quais são adequados e quais são possíveis de serem usados após releituras. Ao falar de pensamento decolonial, lembramos de Gonzalez (1988), ao destacar que, mesmo diante do racismo dominante em nosso país, a produção científica de intelectuais negros brasileiros é marcada por crescimento, autonomia e um espírito de intensa coragem em se opor aos obstáculos colocados pelo racismo. É o conhecimento dessa dominação e de suas atitudes cruéis que nos faz avançar contra as forças opressoras e racistas, como comunidade negra, na luta por desencarcerar e afirmar a capacidade de um grupo étnico considerado “inferior”. Este trabalho também se orienta dentro de uma perspectiva interseccional, tendo um comprometimento com trajetórias de mulheres negras, estudantes e oriundas de famílias de baixa renda pertencentes a grupos historicamente invisibilizados e silenciados pela branquitude. “De pronto, a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classegênero e esteja em um patamar de igualdade analítica.” (AKOTIRENE, 2019, p. 23). **(Passo 3 - Indicando estrutura do Artigo de Pesquisa)** O trabalho está dividido em cinco capítulos. Após a introdução, no primeiro capítulo, esclarecerei melhor o caminho metodológico percorrido, dando ênfase à descrição etnográfica das relações estabelecidas dos documentos levantados, e os conceitos fundamentais dos discursos de gênero e poder pelos quais se orienta essa tese. No segundo, abordarei a cidade e seus mitos, a implantação da UNILAB, dando aos leitores uma melhor visão do universo do trabalho falando ainda do direito ao acesso por mulheres negras. Compõem terceiro capítulo as mulheres e seus movimentos relacionados às políticas sociais e por fim, abordo o papel do feminismo negro na luta e resistência das mulheres negras. No quarto, apresentarei detalhadamente o perfil de cada entrevistada, às narrativas e suas reflexões sobre si e sobre o acesso à Universidade, concluindo no seguinte capítulo pontuando considerações das narrativas realizadas e desenvolvendo, ideias relacionadas ao objetivo da pesquisa a partir da hipótese sustentada de que a política de acesso à educação superior é um marcador nessas trajetórias, oportunizando reflexões pessoais sobre formas de exclusão, opressão, preconceito e discriminações vividas.

ANEXO G – INTRODUÇÃO MEA202106

(Movimento 0 - Repertório Sócio-cultural contextualizador) Tatiana Ramalho foi a primeira estudante quilombola da comunidade a entrar em uma Universidade Federal. Tatiana representa a 6ª geração do Negro Cazuza, escravo que conseguiu fugir de seus opressores e fundar o quilombo de Alto Alegre. Hoje, como estudante universitária, representa o fruto da esperança. —Quando eu me formar e voltar para a comunidade, vou aplicar todo o conhecimento que estou adquirindo. (QUILOMBOLAS..., 2018, p. 01)

(Movimento 1 – Estabelecendo um território) - (Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para) O presente excerto, que além de epígrafe serve-nos como fio condutor para descortinar a temática sob a qual esta dissertação versa, foi extraído da matéria jornalística intitulada —Quilombolas comemoram conquista de espaço na universidade federal, publicada pela Nordestv Notícias/CE em 02 de julho de 2018. Seu enfoque foi o de captar distintas trajetórias de universitários e universitárias quilombolas que ingressaram no ensino superior público no Ceará, com ênfase nas instituições federais, delineando os desafios de acessar e permanecer nesse espaço. Dentre as experiências apresentadas está a trajetória de Tatiana Ramalho da comunidade quilombola de Alto Alegre em Horizonte, que havia ingressado recentemente no curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (doravante, Unilab) e também a de Sâmia Paula, do Quilombo de Bastiões em Iracema 3, doutoranda pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (FACED/UFC). A matéria, ao pôr em contraste percursos que estão em pontos extremos de um mesmo pleito formativo – que vai da graduação ao doutorado –, revela em suas entrelinhas pelo menos dois aspectos fundamentais que subsidiam esta pesquisa, portanto, a assimetria que perdura quanto à formação educacional quilombola em seus diferentes níveis e a luta e organização do Movimento Quilombola no Ceará. Tomando como base a concepção da antropóloga Bárbara Oliveira Souza (2016), neste estudo compreendemos o — movimento quilombola enquanto uma categoria analítica que circunscreve as múltiplas —dimensões político-organizativas estabelecidas entre as comunidades [...] e suas respectivas relações estabelecidas com o Estado (SOUZA, 2016, p. 23).

(Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou) O município de Horizonte está localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, aproximadamente 43 km de distância da capital. A comunidade quilombola de Alto Alegre foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2005. Sobre a temática ver Santos (2012) e Ferreira (2017). 3 A comunidade Quilombola de Bastiões está localizada no município de Iracema, na mesorregião do Vale do Jaguaribe, aproximadamente 304 km de distância da capital, Fortaleza. Ver Silva (2016). 21 Portanto, para Souza (2016), a luta quilombola é histórica e política haja vista que se busca assegurar por intermédio de uma atuação —político-organizativa a sua sobrevivência física, social e cultural em meio a cenários historicamente adversos (SOUZA, 2016). Esse percurso de resistência quilombola tem sido construído ao longo dos séculos na perspectiva de enfrentar as forças hegemônicas, principalmente nos períodos do Brasil Colônia e Império, onde se empreendeu esforços na tentativa de erradicar as estratégias de resistência ao escravismo traçadas pelos povos africanos em condição cativa, tanto no plano individual como coletivo.

(Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores) Essa, por sinal, é uma característica que marca a trajetória das comunidades quilombolas no Brasil, qualificando-as, sob a ótica da historiadora Beatriz Nascimento, enquanto um —símbolo de resistência étnica e política (NASCIMENTO, 1985, p. 48) do povo negro em terras além-mar. Nas palavras de Clóvis Moura (1993), a atuação dos Quilombos enquanto —nódulos de resistência, como assim designa esse tipo específico de organização, levou à desestruturação do sistema

escravista (MOURA, 1993). Para tanto, as estratégias forjadas no decurso da história do Brasil continuam reverberando no tempo presente, porém, adquirindo novos contornos e pautas. O que se tem visto ao longo das últimas décadas é que o Movimento Quilombola vem construindo arranjos e embates políticos que denunciam a exclusão histórica no acesso às políticas públicas, em especial à titularização de seus territórios. Já no que diz respeito às políticas educacionais, este vem tencionando sua (re)formulação, efetivação e democratização, como ocorrido no caso da Educação Escolar Quilombola (EEQ) e do Ensino Superior. A trajetória de Tatiana, como apresentada na epígrafe, sendo uma das primeiras estudantes quilombolas da sua comunidade a ingressar em uma universidade federal, em 2018, nos mostra com nitidez essa assimetria e os efeitos arraigados da negação de direitos educacionais às comunidades quilombolas na atualidade. Destarte, é no bojo dessa discussão que se encontra o escopo central desta dissertação, portanto, analisar o trajeto de luta e articulação quilombola pelo acesso e permanência no ensino superior público cearense. Para isso, elegemos como recorte empírico, diga-se, enquanto campo de investigação, as mobilizações ocorridas especificamente no âmbito da Unilab. Quanto ao delineamento desse locus de pesquisa há um marcador temporal que o define. No dia 22 de dezembro de 2017, a Pró-Reitoria de Graduação da Unilab (PROGRAD), através das articulações impulsionadas pelo movimento quilombola concomitante aos esforços de docentes e da coordenação do curso de Licenciatura em Pedagogia, publicou o 22 Edital nº 33/20174 estabelecendo as diretrizes para a realização de um Processo Seletivo Específico para Quilombolas e Indígenas, no semestre 2017.2 com ingresso previsto para janeiro de 2018, onde foram ofertadas 11 vagas exclusivas para o curso de Licenciatura em Pedagogia, sendo estas distribuídas entre quilombolas (06 vagas) e indígenas (05 vagas). A publicação deste edital além de ter representado o marco inicial para a implementação efetiva de uma política afirmativa pioneira para quilombolas em meio às instituições públicas de ensino superior no Ceará, realça uma importante conquista por parte do Movimento Quilombola – e também indígena –, que tecendo uma ampla rede de articulação, diálogo e alianças internas e externas à Unilab, aspectos sob os quais nos debruçamos, teve como resultado a efetivação de uma reserva de vagas direcionada a este segmento tanto nos cursos de graduação como também, mais tarde, na pós-graduação. Esse pleito, por sua vez, está concatenado aos debates acalorados que ganharam projeção nacional nas últimas décadas sobre temas como a democratização do ensino superior, o estabelecimento de ações afirmativas e o acesso de negros e negras, indígenas, pessoas com deficiências e estudantes oriundos de escolas públicas e de baixa renda nas instituições de ensino superior no país, temática sob a qual há uma extensa e diversificada produção bibliográfica (MOEHLECKE, 2002; DOMINGUES, 2005; CARVALHO, 2005; FERES JÚNIOR et al., 2018). Há de se destacar que no início dos anos 2000 ocorreu uma expansão significativa das demandas e pressões por parte de diferentes movimentos étnico-raciais e sociais pelo acesso à universidade. O Movimento Negro, por exemplo, foi um dos grandes expoentes no levante dado a essa questão, tendo em vista a sub-representação de negros e negras nessa esfera. Assim, no livro —O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação!, Nilma Lino Gomes (2017) enfatiza que a atuação do Movimento Negro trouxe à baila importantes discussões à esfera social, desde o entendimento acerca do racismo, desigualdades raciais, ações afirmativas, questões quilombolas e outros temas que foram se inserindo tanto no campo acadêmico como na esfera jurídica. Após a implementação da reserva de vagas em cursos de graduação na Unilab, o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades (POSIH) criou, de forma independente, um Processo Seletivo Específico voltado à seleção de Quilombolas e Indígenas com a reserva de 02 (duas) vagas para cada segmento, sendo uma em cada linha de pesquisa. Para ter acesso ao último edital publicado no ano de 2021, acessar: Todo esse debate e

mobilização ganhou destaque tanto nacional como internacionalmente, sendo essa última marcada pela participação do Brasil, em setembro de 2001, na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata – também conhecida como Conferência de Durban – realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Durban, África do Sul (SILVÉRIO e MOEHLECKE, 2019). A Conferência de Durban foi pensada para ser o evento de maior envergadura realizado sob os auspícios da ONU com o objetivo de discutir os problemas gerados pelo racismo na contemporaneidade. [...] A delegação enviada para Durban pelo governo brasileiro contava com mais de 200 membros de organizações não-governamentais ligadas, sobretudo, ao movimento negro (FERES JÚNIOR et al., 2018, p. 72). O Movimento Negro, enquanto protagonista nesse pleito, levou dentre tantas questões que envolvem a população negra brasileira um argumento central quanto à sub-representação negra no ensino superior. Esse argumento teve como base o texto para discussão nº 807, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de autoria de Ricardo Henriques, intitulado —Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90l. Um dos objetivos do estudo foi analisar as formas como as desigualdades raciais impactam os meios socioeconômicos e, neste caso, no âmbito educacional. Ao tratar do ensino superior, a pesquisa constatou que em 1999 jovens negros entre 18 e 25 anos não dispuseram —do direito de acesso ao ensino superior, na medida em que 98% deles não ingressaram na universidade (HENRIQUES, 2001, p. 30). Em síntese, segundo Henriques (2001), na década de 90 apenas 2% da população negra acessou a esfera universitária no Brasil. Contrastando o dado apresentado com o cenário mais recente, compreendendo ainda que a população negra corresponde a 51% do povo brasileiro, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que em 2005 apenas 5,5% dos jovens pretos ou pardos em idade universitária estavam no ensino superior. Já em 2015, 12,8% com idades entre 18 e 24 anos tiveram acesso à educação superior. Esse crescimento significativo na porcentagem de negros e negras na universidade é atribuído à implementação de políticas afirmativas, a exemplo da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, também conhecida como —Lei de Cotas, que dispôs sobre o ingresso nas universidades federais. **(Movimento 2 –**

Estabelecendo um nicho) (Passo 1C - Levantamento de questões ou) Todavia, apesar dos avanços irrefutáveis e das mudanças significativas na esfera universitária, é possível levantar uma problematização, pois se por um lado mudanças substanciais podem ser constatadas quanto ao acesso da população negra nas universidades brasileiras e que este tem ocorrido principalmente em contextos urbanos, haja vista que são nestes centros onde se concentram grande parte das instituições de ensino superior no país, como tem ocorrido à inserção da população negra em situação rural, especialmente as comunidades quilombolas que majoritariamente encontram-se nesse espaço? Que análises podem ser construídas se levarmos em consideração o cenário do nordeste brasileiro, particularmente o estado do Ceará? Objetivando compreender a questão-problema levantada, tomamos como referência para sua análise as vivências pessoais, os encontros polifônicos e as articulações político estudantis quilombolas, aliada a uma trajetória que une pesquisa científica e militância política experienciada pelo próprio pesquisador na aproximação com o movimento quilombola no Ceará, para analisar a temática do acesso e permanência de quilombolas nas universidades públicas cearenses. **(Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais)** Diante dessa especificidade, assumo diante da pesquisa a condição particular enquanto um —pesquisador-militante ou militante-pesquisador (BARONE, 1995, p. 53). Tendo em vista estas circunstâncias, ao longo desse estudo está entrelaçado sistematicamente os —relatos subjetivos, auto-percepções e narrativas biográficas (KILOMBA, 2019, p. 29) que ao final subsidiam escolhas, posicionamentos e a própria construção de um campo analítico, destacando elementos advindos da minha trajetória pessoal, acadêmica e política

que estreitam laços em relação à temática discutida. Esse tripé é atravessado pelo cruzamento de diferentes fatores. Em primeiro lugar, por estar inserido na discussão acerca das ações afirmativas não apenas como observador ou tão somente um pesquisador/teórico, mas enquanto um sujeito que acessou o ensino superior público por meio de políticas afirmativas para negros e negras, tanto na graduação como agora na pós-graduação. Política, pois também me insiro nas mobilizações cotidianas quanto à reivindicação do acesso e da permanência quilombola na Unilab. E, por fim, acadêmico, ao aproximar a trajetória pessoal e a militância política trazendo-as para o âmbito acadêmico, dando sentido à produção de um tipo de conhecimento científico que se diferencia ao ser — nascido nas lutas (SANTOS, 2017, p. 09). Sobre esse tipo de produção de conhecimento Grada Kilomba (2019) afirma que: Qualquer forma de saber que não se enquadre na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada, sob o argumento de não constituir ciência credível. A ciência não é, nesse sentido, um simples estudo apolítico da verdade, mas a reprodução de relações raciais de poder que ditam o que deve ser considerado verdadeiro e em quem acreditar. Devido ao racismo, pessoas negras experienciam uma realidade diferente das brancas e, portanto, questionamos, interpretamos e avaliamos essa realidade de maneira 25 diferente. Os temas, paradigmas e metodologias utilizados para explicar tais realidades podem diferir dos temas, paradigmas e metodologias das/os dominantes. Essa —diferença no entanto, é distorcida do que conta como conhecimento válido. (KILOMBA, 2019, p. 53-54, grifo da autora). Na mesma perspectiva do debate elencado por Kilomba (2019), acerca da construção do conhecimento a partir de temáticas, paradigmas e metodologias não-hegemônicas no âmbito dessa relação de poder estabelecida no campo científico, Gomes (2017) pontua que todo conhecimento válido tem um contexto e que pode se diferir em termos culturais e políticos (GOMES, 2017). Segundo a autora, citando Boaventura de Sousa Santos (2009), toda experiência social é capaz de produzir conhecimento, a exemplo do próprio Movimento Negro, também Quilombola, que ao —agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social (GOMES, 2017, p. 28). Isso significa dizer que essas relações políticas, sociais e culturais subsidiam a construção de diferentes tipos de epistemologias que corroboram para a produção de um conhecimento que nasce da e na luta quilombola sendo, portanto, um —conhecer-com (SANTOS, 2017, p. 09), dialógico e polifônico que atravessa os quatro capítulos deste estudo.

(Movimento 3 – Ocupando o nicho) .(Passo 3 - Indicando estrutura da Dissertação) Para descortinar esse cenário explanamos no primeiro capítulo as confluências teórico metodológicas que alicerçam o interesse e os caminhos que levam à construção desta pesquisa. Neste capítulo, entrecruzam-se elementos empíricos, subjetivos e teóricos que se entrelaçam à minha própria trajetória pessoal, acadêmica e política, delineando a luta quilombola no Ceará e a inserção da pauta do acesso ao ensino superior, com especial destaque à Unilab. Compreendo que antes de avançar na análise proposta, faz-se necessário descortinar as conexões e a própria experiência do vivido que agora, sob uma perspectiva etnográfica, passa a ser interpretada e emoldurada teoricamente (LAPLANTINE, 2003; INGOLD, 2018, 2019; GROSSI, 1992). Assim, descortino a trajetória de quem foi preterido do espaço educacional e universitário e que, por sua vez, conecta-se a uma perspectiva fincada no cenário da desigualdade social e racial brasileira. Ainda neste capítulo, desenvolvo algumas ponderações em relação à produção científica no que concerne à temática do acesso quilombola nas instituições públicas de ensino superior no Brasil. Através de um balanço bibliográfico minucioso, realizado em diferentes repositórios institucionais e na rede geral de internet, aponto como a produção acadêmica sobre a temática desta dissertação ainda é incipiente, apresentando lacunas tanto no que diz respeito aos aspectos regionais como também nas abordagens que circunscrevem a análise da questão. No segundo capítulo, trago à

baila aspectos teóricos que buscam enfatizar a trajetória histórica das comunidades quilombolas no Brasil, no intuito de não perder de vista que as desigualdades que se reverberam no cotidiano quilombola estão enraizadas ao cenário histórico, social e político brasileiro. Desde o período colonial até a (re)democratização do país, as demandas quilombolas continuam em segundo plano, apesar da forte articulação e da frente política construída pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), juntamente com as lideranças quilombolas espalhadas por quase todo o país. No Ceará, por exemplo, a Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará (CEQUIRCE), aponta a existência de aproximadamente 90 comunidades que se autoidentificam como quilombolas. No entanto, apenas 53 delas são reconhecidas pelo Estado brasileiro por meio da Fundação Cultural Palmares. Isso é um reflexo, inclusive, da postura histórica vivida no plano social, político e científico com a diversidade étnico-racial cearense. Como discutiremos, o Ceará cristalizou em sua historiografia a ideia da —ausência e —invisibilidade da negra e indígena (RATTS, 1998) na sua composição étnica. Logo, esse senso comum tem sido reproduzido implícita e explicitamente no tratamento dado às reivindicações por acesso às políticas públicas, como no caso da educação básica e ensino superior. No capítulo seguinte, apresento o recorte teórico sobre o conceito de ação afirmativa e as disputas políticas no cenário nacional, as lutas do movimento negro e quilombola por educação e um mapeamento que aponta as universidades públicas brasileiras que possuem modalidades de políticas afirmativas possibilitando o acesso de quilombolas. Para finalizar a pesquisa, no último capítulo, nos debruçamos sobre os elementos etnográficos que dão conta de destacar as mobilizações do movimento quilombola cearense frente à pauta do acesso e permanência no ensino superior. Com enfoque principal, discutimos a criação da Unilab e seu papel na cooperação Sul-Sul e de integração entre povos, concomitantemente às duas frentes de abordagens que vão desde as alianças, diálogos e mobilizações quilombolas em âmbito institucional, como também a experiência do acesso e os desafios da permanência na universidade, elementos que atravessam continuamente a trajetória de vida e a identidade quilombola.

ANEXO H – INTRODUÇÃO MEA202107

(Movimento 1 – Estabelecendo um território) - (Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para) A presente pesquisa é um recorte do processo de luta e resistência do povo indígena Kanindé de Aratuba, situado na aldeia Fernandes no município de Aratuba no estado do Ceará, tendo como ponto principal a caça como ferramenta de autoafirmação étnica, através da ótica de um indígena e caçador pertencente ao povo Kanindé. **(Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou)** Cada povo indígena possui suas características específicas e de acordo com suas vivências, práticas sociais e culturais, se diferenciam e aproximam-se uns dos outros, em laços que se concretizam na palavra “parente”. É notório compreender que todos buscam o mesmo objetivo, o direito às terras tradicionalmente ocupadas que servem para usufruto e sobrevivência. Dessa forma, é preciso compreender que o território pode ser caracterizado pelas práticas culturais de um determinado povo. **(Movimento 2 – Estabelecendo um nicho)(Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais)** Assim, trazendo para o contexto da caça, faremos essa viagem do “Museu ao Monde”, compreendendo os fatos históricos através deste recorte e mostrando como a afirmação étnica do povo Kanindé de Aratuba pode ser representada através da caça. A pesquisa parte de uma referência cultural, familiar, comunitária, alimentar e prática. Caçador, filho e neto de caçador, me fez delinear por este caminho, não apenas para descrever ou registrar meus conhecimentos e o que o trabalho de campo me propiciou, mas para fazer uma reflexão sobre a compreensão do que realmente a caça representa para mim, enquanto indígena, e para o povo indígena Kanindé de Aratuba. Para fazer esse percurso foi necessário voltar no tempo, tanto no aspecto pessoal como no contexto histórico, social e cultural do povo indígena Kanindé. Relembrar memórias, sentar e ouvir histórias dos caçadores, aprofundar os conhecimentos sobre o território, a organização social, a genealogia dos que praticam a caça através da minha própria história e da minha família, me fez compreender quem me tornei, tanto intelectualmente como culturalmente, sempre aprendendo e praticando os costumes e tradições do povo ao qual pertenço, fazendo conexões da caça com as vivências cotidianas de luta e resistência dentro e fora da aldeia. A pesquisa possui uma estrutura que leva em consideração minha própria história como indígena e caçador envolvendo o processo de luta e afirmação étnica do povo Kanindé de Aratuba, baseada nos conhecimentos dos caçadores, lideranças e mulheres indígenas que são os interlocutores. **(Movimento 1 – Estabelecendo um território) (Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores)** Para isso, também se recorreu a uma base teórica através de outras pesquisas que se debruçaram sobre temas relacionados com a presente pesquisa. No contexto da pesquisa bibliográfica foi necessária uma bela caminhada em busca de arquivos que pudessem me fazer compreender que a história do meu povo ultrapassou limites. Assim, trago juntamente com meu trabalho a dissertação intitulada “EM BUSCA DA LIBERTAÇÃO, Fernandes uma Comunidade Eclesial de Base”, dissertação apresentada a Universidade Federal da Paraíba no ano de 1981 pela senhora Nely de Lima e Melo (in memoria) (Ver Anexo A). Um trabalho que mostra a realidade da comunidade nos anos 80 fazendo um panorama com dados e depoimentos que revelam que a luta do povo Kanindé e seu processo organizacional permanecem vivos na atualidade. Neste sentido, deixo diante meus agradecimentos a senhora Adiléa Faria Lima que na data de 17/09/2020 me presenteou com esse maravilhoso trabalho que marca e afirma mais ainda a presença do povo indígena Kanindé na aldeia Fernandes. **(Movimento 3 – Ocupando o nicho) .(Passo 3 - Indicando estrutura da Dissertação)** O capítulo I traz o histórico do povo Kanindé de Aratuba, através de relatos orais, documentos históricos, marcos temporais e territoriais, reafirmando a chegada dos Kanindé no município de Aratuba e sua fixação na aldeia Fernandes. No capítulo II disserto sobre a afirmação étnica do povo Kanindé, a luta

pelo território da Gia e a abertura ao público do Primeiro Museu Indígena do Ceará e o segundo do Brasil, tendo como referência a representação da caça no museu em seus vários aspectos, que perpassa pelos doadores, forma de exposição, conservação, classificação etc. No capítulo III trago à tona uma questão inteiramente ligada a relação ser humano x natureza, através de ligações simbólicas e espirituais, compreendendo que esta ligação é fundamental no contexto da caça, através dos conhecimentos e das relações com os encantados que habitam as florestas, assim também com os astros que delimitam tempos e marcos. No capítulo IV abordo a compreensão da caça como uma ciência através dos conhecimentos e técnicas artesanais utilizadas pelo povo indígena Kanindé. **(Passo 2 - Anunciando as principais conclusões)** Assim, conhecer como os antigos caçavam e como se caça hoje, chegamos à compreensão de muitas mudanças ocorridas. Para traçar uma descrição das várias armadilhas e técnicas utilizadas pelo povo Kanindé fez-se necessário uma autobiografia descrevendo a formação de um caçador Kanindé. A caça para o povo Kanindé, através das pesquisas realizadas, é exclusivamente prática dos homens, porém as mulheres possuem um papel fundamental neste processo. Elas dominam as técnicas de limpeza e tratamento das caças, não sendo dessa forma também restrita aos homens. Todas essas técnicas são perceptíveis nos relatos trazidos por elas, referentes a algumas caças que necessitam de técnicas especiais que vão além da imaginação de quem não conhece determinados animais e suas especificidades. Vale salientar que as mulheres possuem um domínio maior, pois na grande maioria das caçadas os homens chegam cansados, cabendo essa limpeza para elas. **(Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual)** Metodologicamente foi realizada uma pesquisa qualitativa priorizando os conhecimentos materiais e imateriais existentes na aldeia. A abordagem qualitativa permitiu a interpretação de dados que não são quantificáveis. De acordo com as ideias de Minayo (2004), a pesquisa qualitativa integra o universo de simbologias e significados, dialogando, portanto, com fenômenos e processos complexos, como a autoafirmação indígena. A investigação de natureza qualitativa foi desenvolvida por meio do estudo de caso. De acordo com as ideias de Yin (2001, p. 18), “o estudo de caso é uma estratégia adequada ao se examinar acontecimentos contemporâneos”, priorizando as seguintes estratégias de aproximação com a realidade: observação direta e entrevistas. Escolhi trabalhar com o estudo de caso, pois assim consegui compreender vários aspectos que ao mesmo tempo que eram individuais se tornavam coletivos, fazendo assim as conexões necessárias para a pesquisa. Dessa forma a observação in loco e as entrevistas narrativas deram a tônica da coleta de dados. Porém, primeiramente, foi necessária uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2002, p. 44) é “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” assim realizei várias pesquisas e busquei materiais que dialogam com o tema proposto, trazendo uma grande variedade de documentos, registros e marcos, documentos importantes que relatam a luta e o processo de autoafirmação étnica do povo Kanindé principalmente as peças contidas no museu indígena que fazem referência à caça. No processo de coleta de dados; relatos, histórias, depoimento foi necessário utilizar o método de entrevistas que é compreendido como o “encontro de duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 195). Porém, para o trabalho, não utilizei uma forma tão direta, fazendo com que as narrativas fossem expressas de uma maneira bem tranquila onde os interlocutores não me transmitissem apenas respostas, mas também sensações e emoções através de suas falas, seus relatos e até mesmo o seu silêncio em alguns momentos, pois para além de uma metodologia havia uma conexão entre pesquisador e interlocutor sobretudo que neste processo não estava na condição de ser o “outro” o desconhecido mas sim também um conhecedor e praticante das técnicas de caça do povo indígena kaninde todavia na posição de pesquisador.

As entrevistas foram realizadas com o cacique, o pajé, lideranças indígenas da comunidade e principalmente com os caçadores e suas esposas. Foram entrevistadas 12 pessoas, sendo, 8 caçadores 2 lideranças e 2 mulheres, tendo todos um grau de parentesco muito próximo, pois o povo Kanindé é constituído basicamente de uma só família, como se costuma dizer na aldeia. Para este fim foi necessária a utilização de um celular para fazer o registro das narrativas, registros fotográficos assim como caderno de campo para os registros manuscritos que trazem acontecimentos, lendas, fatos históricos e todos os elementos que envolvem a simbologia da caça, a espiritualidade indígena e as encantarias das matas, concluindo que a “[...] observação tem um papel essencial no estudo de caso. Quando observamos, estamos procurando apreender aparências, eventos e/ou comportamentos” (GODOY, 1995, p. 27). A pesquisa foi realizada durante o período da pandemia da COVID – 19, que afetou o mundo inteiro. Assim, foi necessário tomar todos os cuidados possíveis para salvaguardar os interlocutores no processo da pesquisa, realizando contatos online com os mesmos ou com familiares para poder organizar um cronograma que facilitasse o contato de acordo com a segurança de cada um, inclusive a minha como pesquisador. O diálogo com estes conhecedores da cultura indígena Kanindé em meio a tudo isso se tornou um desafio que foi sendo superado a cada dia. Assim, torna-se necessário a apresentação destes importantes interlocutores para o processo da pesquisa, através de suas contribuições fatos e relatos, fazendo conexões com o social, cultural, espiritual e conhecimentos próprios do povo Kanindé.

SEQUÊNCIA DE FOTOS DE PESSOAS INDÍGENAS

Toda pesquisa foi baseada no processo de afirmação étnica com base no processo histórico, analisando também as mudanças ocorridas e verificando com isso a importância da preservação de algumas espécies/caças que podem estar em processo de declínio populacional da fauna local dentro da própria aldeia, realizando assim também um estudo biogeográfico do território que compreende a terra indígena Kanindé, levando em conta as delimitações e as áreas específicas para cada atividade dentro da aldeia, diferenciando as áreas de habitação, plantio, caça e reserva indígena, analisadas também outras áreas utilizadas para caça que são importantes e não estão dentro da delimitação feita pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Destaco aqui o processo de refinamento de todo o material coletado vindo a estabelecer diálogos com os interlocutores e com o referencial teórico, ressaltando também a importância da preservação da cultura indígena do povo Kanindé a qual pertencço, me enquadrando na pesquisa também como caçador, reforçando e resguardando algumas informações, que no decorrer da pesquisa não recebi autorização para sua divulgação, que consistem em conhecimentos passados de geração para geração, ficando restrito aos conhecimentos do povo. Haja visto que o conhecimento indígena deve ser usado pelos indígenas e a salvaguarda desses conhecimentos persiste na forma de como são repassados, na forma oral e prática, principalmente para aqueles que praticam a caça. Reforço aqui a importância da pesquisa para o povo Kanindé em seu percurso de luta e resistência. Pensando também que, segundo Laburthe-Tolra, P.; Warnier, J.-P (2010) O pesquisador beneficiou-se de informações que lhe foram dadas pelos seus hospedeiros. Pode tirar daí benefícios substanciais em termos de prestígio e carreira. não está livre de sua dívida pela remuneração de seus informantes. Deve assegurar o retorno da informação a sua fonte (LABURTHE-TOLRA P.; WARNIER, J-P; p. 440, 2010). Esse é um ponto importante, pois o conhecimento registrado ao longo da pesquisa reforça ainda mais a luta pelo território e a afirmação enquanto indígenas. Afinal, continuamos na luta por nossos direitos e principalmente nosso território, preservando nossa cultura apesar de dias após dias

continuarmos sendo atacados das mais diversas formas possíveis. **(Movimento 2 – Estabelecendo um nicho)(Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais)** Neste sentido, é preciso primeiramente compreender que, ao mesmo tempo que pesquiso e escrevo sobre meu próprio povo, me encontro em três posições que convergem para uma questão pessoal, sendo pesquisador, indígena e caçador, realizando uma pesquisa sobre a própria caça e o processo de afirmação étnica do meu povo. Assim, preciso brigar comigo mesmo internamente e me posicionar em cada momento voltado para cada um desses aspectos. O indígena, o caçador e o antropólogo não podem estar na mesma conexão, pois o que pode ser bom para o pesquisador pode representar algo ruim para o indígena caçador como, por exemplo, segredos que o caçador tem e não pode revelar por questões históricas e culturais. Assim, ao mesmo tempo que há uma proximidade, há um distanciamento. Desta forma, é preciso viajar um pouco na minha própria história, compreendendo o que destaco no trabalho como eu sendo um caçador em formação. Assim ressalto a importância neste contexto enquanto pesquisado que o caçador também é um pesquisador, que no seu contexto de estudo apenas não utiliza referências bibliográficas e sim experimentos e conhecimentos de suas vivências cotidianas, históricas e culturais. Abordar uma genealogia dos caçadores Kanindé fazendo uma ligação entre seus laços parentais demonstra que a prática da caça continua viva no “sangue” indígena do povo Kanindé de forma individual ou coletiva. Todos os caçadores têm em suas memórias, histórias que muitas vezes são vivenciadas por eles mesmos ou histórias passadas de geração em geração. Assim, os fatos e relatos dessas histórias continuam no imaginário e no cotidiano sendo contadas e recontadas e vivenciadas ao longo dos tempos. No processo genealógico, a pesquisa toma uma abordagem pessoal, buscando compreender quem sou. Em meu processo de formação como um caçador, apesar de ter várias experiências com caça, me considero um caçador em formação, pois compreendi, no decorrer da pesquisa, que há muito ainda a ser aprendido e até mesmo há “coisas” que são incompreensíveis. Assim, parto do pressuposto que minha família faz parte de uma linhagem de caçadores, uma árvore genealógica tendo por base minha avó e meu avô paterno, Maria Felipe dos Santos e Manoel Constantino dos Santos, Dona Julia e seu Maciel, atual pajé, hoje com 89 anos e ela com 85. Segundo meu avô em seus relatos, ele nasceu na aldeia Fernandes no dia 06/03/1932, sendo filho de Maria da Conceição e Júlio Constantino. Conta que ainda era pequeno quando seu pai chegou em casa com um peixe chamado pirarucu e sua mãe, nessa época, estava doente de sarampo. Seu pai falou para sua mãe não comer o peixe, afirmando que ele seria “reimoso”. Enquanto isso, ele foi na cacimba buscar água e quando voltou sua esposa havia passado o peixe no óleo e já havia A palavra conhecida como reimoso, na aldeia significa que o alimento não pode ser consumido, principalmente quando a pessoa está enferma. Segundo a tradição, pode piorar a situação de saúde da pessoa. Isso ocorre também com várias caças que servem de alimentação na aldeia. comido e assim ela veio a falecer dias depois. Com esse ocorrido, seu pai foi morar em outra localidade com sua tia e suas duas irmãs e faz uma analogia bastante interessante, relacionada a essa partida. – “Era assim: minha tia levava eu e minhas irmãs como uma cachorra carrega seus cachorrinhos: levava dois, deixava lá na frente, embaixo de uma moita; e voltava pra pegar o outro. E foi assim até chegar na casa dela”. Passou muito tempo morando com a tia e depois foi morar com o pai e a madrasta. Apanhou muito dela e das irmãs por parte de pai, porém, depois foi embora de casa porque levou uma pisa e levantou um talo de milho para seu pai. Conheceu sua esposa, se casaram e ficaram morando no assentamento Santa Helena no Município de Canindé. Depois de alguns anos, ele volta para a aldeia Fernandes para reivindicar seu pedaço de terra por parte da herança de sua mãe. Após muitas conversas voltou para a terra onde nasceu, construiu sua casa no quebra faca, onde reside até hoje. O casal teve 11 filhos, que para a época era comum essa quantidade. Desses, 9 homens e 2

mulheres. Dos homens, todos praticam a caça e até hoje ainda são caçadores ativos, tanto na caça com armadilhas quanto com cães e armas de fogo. Todos os filhos hoje são pais e vai surgindo uma nova ramificação de caçadores: dos 11 filhos, incluindo as 2 mulheres, destacam-se 5 famílias de caçadores onde os netos do casal seguem dando continuidades a prática da caça. Pajé Maciel e sua esposa Dona Julia, buscam relatar o nome do filho e os netos que são caçadores: “O Zé tem 3, o chico (Francisco) tem 4, a Fatima tem 3 e a Maria 2”. Pelos dados informados a linhagem passa para 12 netos caçadores sendo que alguns deles não residem na aldeia, existindo também uma porcentagem do sexo feminino que neste contexto não praticam o ato da caça.

FIGURA

Assim inicia-se a minha trajetória, filho de Terezinha da Silva Santos e Jose Constantino dos Santos, nascido no dia 28/05/1986, o segundo filho de um total de 5, 3 homens e 2 mulheres. Nasci muito pequeno e assim minha mãe, por ser devota de São Francisco das Chagas de Canindé, fez uma promessa e colocou meu nome de Francisco Reginaldo, com referência ao santo. Neto do Pajé Maciel e dona Julia, sendo meu pai um dos 9 filhos homens do casal. Desde pequeno, por volta de 5 anos de idade, minha mãe e meu pai agricultores, já levavam eu e meu irmão para o roçado e nos colocavam debaixo de uma loca de pedra onde ficávamos brincando, assim aprendendo algumas coisas. Com o passar do tempo passamos a armar quixó e matar pequenos pássaros. Enquanto nossos pais trabalhavam, fomos aprendendo a caçar e quando íamos para o roçado levávamos os cachorros e íamos caçando, matávamos mocó, peba, tatu, tamanduá, girita entre outros animais. Os roçados também eram coletivos, o que favorecia a caça, juntamente com nossos primos através de nossos pais passamos a conhecer o território e assim também andarmos sozinhos pelo mesmo, aprendíamos e praticávamos muito, principalmente a caça de preá e tejo, com a utilização de cachorros. Assim, fui aprendendo várias técnicas e passei a caçar com meu pai, armando quixó e monde; depois, passei a compreender e aprender técnicas de caça, caçando sozinho. Das formas de caça, até o momento só não pratiquei a caça com armas de fogo, mas as outras todas pratiquei. Por isso me considero um caçador em formação, além de outras experiências que ainda não passei no ato da caça. Hoje, percebo a importância da caça para o povo Kanindé, através dos seus processos de luta e resistência. Principalmente se referindo às questões alimentares, territorial e cultural, há todo um contexto que engloba estes três aspectos interligados com a natureza. Isto é refletido nos relatos dos caçadores da aldeia. Manoel Santos faz a seguinte reflexão, sobre a relação da caça com a identidade indígena “Eu acredito que eu me achando indígena, aí eu não caço um caça pra mim comer, eu não caço um peixe pra mim comer eu não vou no mato tira uma abelha pra mim comer o mel... que indígena sou eu? se eu sou do mato se eu vivo no mato”. Almeida, Galindo & Silva Luiz (1999) afirmam que “a alimentação básica dos tarairiús compunha-se de caça, pesca, mel silvestre, frutos e alguns produtos de roça. Apreciavam muito as cobras e lagartos”. Essa reflexão deixa bem clara a importância da caça para o povo Kanindé. Como afirmam Carneiro e Rossi, (2018), “o índio, o sintoma indígena de bem viver com seus ecossistemas não mudou e nunca mudará, porque ele é parte integral da Mãe Terra. Algo intrínseco. Se um vive o outro também vive, se um morre o outro morrerá”

ANEXO I – INTRODUÇÃO MEA202201

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para Esta pesquisa antropológica parte do meu interesse em investigar as alianças, resistências e as múltiplas formas de ativismo de travestis na busca por garantia e defesa de seus direitos sociais, civis e políticos em Fortaleza, Ceará. As interlocutoras são travestis ativistas que de alguma forma são “herdeiras” de Janaína Dutra e de Thina Rodrigues, que atuaram junto ao Movimento Social de Travestis em Fortaleza. Janaína e Thina juntas fundaram a Associação de Travestis do Ceará (Atrac), atuaram no Grupo de Resistência Asa Branca (Grab) e ocuparam outros espaços na cidade de Fortaleza, no Nordeste e no cenário nacional. A escuta antropológica contribuiu profundamente para a escrita aqui apresentada. Os relatos das travestis, suas narrativas, experiências diante do ativismo, lutas coletivas e alianças em grupos nos fazem entender e nos envolver em uma discussão sobre as relações de opressão de gênero e raça que subjagam suas identidade sexualidade e corporeidade, fragilizando seus direitos enquanto cidadãs. es de gênero, **Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1A - Delineando os propósitos ou** Este trabalho tem como pergunta norteadora a seguinte questão: Como travestis têm criado mecanismos de resistência, alianças e ativismos para garantir seus direitos em Fortaleza Ceará? Assim, tendo como objetivo geral investigar o ativismo de travestis em Fortaleza, narrando suas trajetórias de vida, cruzando suas histórias dentro do campo das resistências e das alianças em defesa dos direitos das Travestis. Ao longo da pesquisa nossos objetivos específicos foram sendo atingidos. Entre eles, compreender como as travestis têm criado um campo de possibilidades de uma rede de ativismos em Fortaleza; investigar como o ativismo de travestis tem reivindicado a defesa dos seus direitos e estabelecido alianças em torno de suas pautas políticas; analisar trajetórias de vida de travestis ativistas em Fortaleza. **Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 3 - Indicando estrutura da dissertação** Esta dissertação está organizada da seguinte forma. No primeiro capítulo partimos para o campo das experiências e do lugar deste pesquisador. Aqui recorremos ao encontro do autor com a temática, partindo pela sua trajetória pessoal, acadêmica e profissional, ressaltando seu “lugar de fala” e a importância da construção de uma pesquisa pautada em uma rede de afeto com travestis e uma antropologia por demanda (SEGATO, 2021). Apresentamos o percurso teórico metodológico e o impacto da pandemia do Covid-19 no primeiro momento da pesquisa. No segundo capítulo utilizamos a discussão teórica empreendida a partir do pensamento da teoria do transfeminismo baseado no pensamento das pesquisadoras travestis Leticia Nascimento (2021) e Jaqueline Gomes de Jesus (2019), entre outras/os, debatendo sobre as mudanças em torno do termo travesti e a construção das experiências de travestilidades. Seguimos para uma discussão entre as teorias do feminismo negro e decolonial (MIGNOLO, 2018), dialogando com o transfeminismo. Finalizamos esse capítulo com o conceito de imagem de controle de Patricia Hill Collins (2019) e demonstramos a partir dele como as imagens de travestis foram associadas à marginalidade, à criminalidade e à prostituição. No terceiro capítulo apresentamos as histórias das travestis Janaína Dutra, Thina Rodrigues, Dediane Souza e da mulher transexual Andrea Rossati. A trajetória de Janaína foi alicerçada a partir do documentário “Janaína Dutra: uma dama de ferro” produzido pelo Grupo Asa Branca em 2011 e de reportagens do Jornal O Povo. As trajetórias de Thina, Dediane e Andrea foram contadas a partir das entrevistas que elas concederam à Revista Entrevistas do curso de Comunicação da Universidade Federal do Ceará. Dessa maneira, suas trajetórias nos possibilitam compreender a emergência do movimento das travestis na cidade de Fortaleza. No quarto capítulo apresentamos as nossas interlocutoras e suas experiências diante do ativismo, de suas vivências e experiências no campo da travestilidade. Marcadas pela conjuntura de reivindicação junto ao ativismo e pela

garantia de direitos, essas travestis ocupam/ocuparam diversos espaços no bojo da universidade, de instituições oficiais do Estado e do movimento social. Assim, inter cruzando suas trajetórias de vida, suas experiências no ativismo, suas alianças e resistências demonstramos como nossas interlocutoras rompem com as imagens de controle construídas historicamente, resistindo as normas de padrão de gênero impostas, garantindo e defendendo seus direitos. No quinto capítulo são descritas duas sessões solenes voltadas para as pautas dos movimentos sociais nos quais as travestis de Fortaleza estão engajadas. A primeira aconteceu na Câmara de Vereadores de Fortaleza e a segunda na Assembleia Legislativa dos Deputados do Ceará. As duas sessões homenagearam os 20 anos da Associação das Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará (Atrac) e a travesti ativista Thina Rodrigues. Em seguida, apresentamos o Ato por Sofia, uma manifestação organizada pela Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará reivindicando políticas de segurança pública para a população trans do estado. Finalizamos o capítulo com os dados de violação de direitos de travestis em Fortaleza a partir dos relatórios do Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual Esta dissertação assenta-se no princípio de que repensar as nossas práticas dentro da universidade é romper com os limites do pensamento colonizador que está presente nas produções e em nossas experiências. Encontrar respostas e metodologias que rompam com esse pensamento também é uma tarefa importante desenvolvida aqui.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 2 - Anunciando as principais conclusões O diálogo realizado com travestis com diferentes profissões, entre elas estudante, gestora pública, cantora, atriz, jornalista, cientista social, entre outras, me permitiu perceber o quão suas trajetórias são invisibilizadas e apresentadas muitas vezes dentro de um espectro universal de conceitos, como um projeto generificado. Escrever com travestis me encaminhou para diversos marcos teóricos e práticas de pesquisa, inclusive com a teoria do transfeminismo.

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores Essa concepção teórica e política vem se estruturando no Brasil desde a segunda década do século XXI, a partir do pensamento de Hailey Alves (2012) em “Introdução ao Transfeminismo” (JESUS, 2013). Para a travesti e pesquisadora Maria Clara Araújo Passos (2022) o transfeminismo como teoria-prática “surge revisando os processos institucionais até então vividos.” (p.87). Desse modo, passa a questionar a incidência política-institucional que o Movimento Social de Travestis estabelecia com o Estado, apresentando outras propostas possíveis para a conquista de direitos para essa categoria. Com o crescimento, uso e acesso das tecnologias, “a internet serviu como o espaço de construção e difusão de saberes construídos por uma nova geração de travestis e mulheres transexuais.” (PASSOS, 2022, p.88). Se fazendo presente nas universidades e na internet, a terceira onda (COACCI, 2018) do movimento de travestis conquista o espaço virtual em sites como o transfeminismo.com, em seminários e eventos nacionais e internacionais. Conforme afirmou Berenice Bento, “[a] visibilidade dos movimentos sociais trans e de ativistas de direitos humanos colocaram em cena [...] a necessidade de desvincular o planejamento e execução de políticas públicas para o gênero considerado como dado a presença de uma determinada genitália (BENTO, 2017a, p. 172).

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1C - Levantamento de questões ou Assim, os movimentos de travestis trouxeram suas pautas em defesa de seus direitos para o campo político da resistência e ativismo, buscando romper com a invisibilidade imposta sobre as suas demandas e com ciclo de violência de diversas ordens que se abatem sobre elas. Nos últimos anos, as travestis em Fortaleza passaram a construir contradiscursos para se pensar em novas possibilidades e significados de vivenciar suas experiências de travestilidades, estabelecendo um campo de disputa dentro do ativismo e resistência, criando estratégias para sobreviver, não só na pista, mas agora ocupando e lutando pela cidadania plena. Chegou “o tempo da cidadania travestis”

(VERAS, 2019, p.199). Mas será que essa cidadania está sendo garantida de fato e de direito?

ANEXO J – INTRODUÇÃO MEA202202

Movimento 0 - Repertório Sócio-cultural contextualizador Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.” (Carolina de Jesus) Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para Este capítulo apresenta o percurso de definição do tema e da metodologia desta pesquisa, que se propõe a ser local de ressonância de vozes negras em um pesquisador negro cujo desejo é aproximar áreas do conhecimento para preservar memória, demarcar territórios e colaborar com o debate interdisciplinar da decolonialidade. Serão propostas reflexões sobre relações raciais, comunicação e identidades.

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - (Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais 1.1 Eu, Negro: Motivações Introdutórias

Quando a negritude aflorou em mim, eu já havia caminhado 32 anos no tempo. Antes disso, eu embranqueci. Ou “desenegreci”, se tenho a permissão aqui para um neologismo. Fui toda sorte de eufemismos para disfarçar uma cor de pele cuja verdade é um pertencimento. Um modo de estar e permanecer no mundo. Uma condição humana. Césaire (2020) me ensinou isso. Até compreender a dimensão do que ele e tantos outros/as intelectuais pretos/as defendiam, porém, eu fui tudo: moreno, mulato, cor de jambo, bronzeado. Menos negro. E isso tem ligação direta com a motivação desta pesquisa. As identidades eram diversas e também uma só: a negação. Porque ser negro não era bom. Nunca foi. E o mundo dizia isso a todo momento: nas novelas, gente como eu ocupava papéis de subserviência e/ou ameaça, nunca de poder e ascensão; no jornal, a ideologia do colorismo (DEVULSKY3, 2021) expunha brancos como “empresários” e “estudantes”, enquanto negros eram “traficantes” e “bandidos”, embora tivessem todos (supostamente) cometido o mesmo crime; na literatura, os protagonistas eram brancos, as histórias eram contadas por pessoas brancas, notadamente por homens brancos, e até os autores eram brancos, mesmo os negros. Na divisão invisível das funções sociais, havia um lugar predeterminado para o meu povo. Para mim. E não era o de uma vida com sonhos. Justo o contrário. Era o de ser um problema. Algo a ser solucionado. Havia ainda o componente regional da invisibilidade. Mesmo que ser negro fosse algo bom, eu não poderia sê-lo. O Ceará, meu nascedouro e lugar onde está localizado o município no qual escravizados conquistaram a liberdade quatro anos antes do resto do país, é também palco de uma narrativa que refuta a existência do povo negro. Não é que negros foram desimportantes para o contexto socioeconômico e para a realidade sociopolítica locais. Eles não existiram. Essa é a construção há séculos perpetuada até pelo Estado, cuja maior comenda e sede administrativa, por exemplo, têm o nome de “Abolição”, em alusão ao pioneirismo da libertação de negros, mas quase exclusivamente são os homens brancos tanto quem ocupam o alto escalão do palácio quanto quem recebem medalhas de reconhecimento “por terem ajudado a construir a história do Ceará”, como define o Governo a honraria. Na escola, nenhuma referência negra. Lidei com professores brancos reproduzindo perspectivas brancas. Nem mesmo a Lei nº 10.639/1996, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras nos ensinos Fundamental e Médio, me permitiu acesso a informações honestas sobre meu povo. Os livros didáticos abordavam os “registros oficiais”. E deles fazia parte apenas o discurso do colonizador. O negro, como avalia Fanon (2020), é desprezado e odiado nesses relatos, que apenas reforçam o imaginário de negros serem raça inferior ou extinta. Afinal, só existe quem tem história. Pensar na máxima “no Ceará não tem negro” me

leva a outra importante instituição: a família. Em casa, o debate racial não existia. Sobre sexualidades, sim; raça, não. Era como se não houvesse o que falar, muito embora vivêssemos num estado com população em maioria autodeclarada preta ou parda, tivéssemos conhecimento de diversas relações intrafamiliares interracialis e eu tenha sido alvo de incontáveis comentários nos quais minha cor era conflito e piada, como prática de um racismo recreativo (MOREIRA, 2019), antes até de minha orientação sexual. Mas nem esses embates racializaram os ensinamentos. É preciso considerar ainda o quanto eu transitava por espaços frequentados só por pessoas brancas. O entendimento de meu pai sobre os processos educacionais serem decisivos no traçado do meu destino profissional me fez estudar em escolas particulares durante toda a vida. Isso me blindou de acessar realidades de mais pessoas negras. Em contrapartida, me expôs a outras vulnerabilidades. De 60 alunos da sala, eu e mais dois estudantes éramos negros. Todos os demais eram brancos. Eu, de periferia; eles, de classe A ou AA. Em busca de aceitação, eu, um negro de trejeitos afeminados, gay e de pele não tão escura, me clareava ainda mais. Roupas, vocabulários, hábitos, tudo o que aquele universo (branco) me demandava, eu buscava. Me embranqueci. Mas também fui embranquecido. Eu não era negro. “É aquele moreno. É até bonito, ele”. Moreno sim; negro, não. E olhe que moreno nem cor é. Essa sentença de “morenização” solapava minha negritude, exposta e apontada apenas em momentos de tensão. No sumiço de algo na cantina, por exemplo, não havia presunção de inocência. “Foi o escurinho ali”. Na suspeita de uma agressão, também não. “Foi o negrinho acolá”. Ainda assim, mesmo diante de componentes tão explícitos de racismo, eu atribuí todas essas assimetrias a questões de classe, não de raça. Me faltava letramento racial. Entender que esses e outros episódios tiveram a raça como motivação só ocorreu em agosto de 2018. Reagir ao racismo, nos moldes de algo próximo à proposta de Lorde (2020) para mulheres negras e os usos da raiva decorrente do preconceito, até então dava-se pelo furor generalista diante da constatação das desigualdades. A fúria era filha da percepção de quantas oportunidades eu não teria por vir de uma família distante do poder econômico de todas com as quais convivi. Eu sequer dispunha de ferramentas teórico-metodológicas para dimensionar a influência secular da minha própria área de atuação profissional na formação de um imaginário coletivo desfavorável à população a qual eu pertencia. Os tradicionais veículos de comunicação não querem que as mulheres, especialmente as brancas, reajam ao racismo. Querem que o racismo seja aceito como fato imutável da estrutura da nossa existência, como o anoitecer ou um resfriado comum. Estamos trabalhando, portanto, em um contexto de oposição e ameaça, cuja causa certamente não é a raiva que há entre nós, mas sim o ódio virulento direcionado contra todas as mulheres, contra pessoas de cor, lésbicas e gays, contra pessoas pobres - contra todas nós que procuramos examinar as particularidades de nossas vidas ao mesmo tempo que resistimos às opressões e avançamos em direção a uma coalização e a mudanças concretas. [...] O ódio é a fúria daqueles que não compartilham os nossos objetivos, e a sua finalidade é a morte e a destruição. A raiva é um sofrimento causado pelas distorções entre semelhantes, e a sua finalidade é a mudança. (LORDE, 2020, P. 161). A raça e a raiva na perspectiva acima conceituada tornam-se elementos norteadores de leituras sociais, compreensões de contextos e tomada de posicionamentos quando, em 2018, participo da formação “Abdias Nascimento - Comunicação e Igualdade Racial”. Oferecida pelo Sindicato dos Jornalistas no Ceará (Sindjorce), a capacitação reuniu 45 comunicólogos profissionais e estudantes, atuantes no mercado ou não, brancos e negros, e um público em geral interessado no tema. Os nomes foram definidos após uma seleção pública com quase 200 inscritos. Esse grupo fez leituras e dinâmicas, debateu relações raciais a partir de experiências pessoais e relatos de intelectuais negros, vivenciou palestras ministradas por facilitadores negros e, ao fim de 11 encontros semanais noturnos, elaborou produtos de comunicação para promoção da igualdade racial.

Dez projetos foram apresentados, dentre os quais o portal Ceará Criolo, idealizado por mim, três publicitárias pretas e um jornalista branco. Naquele ano, nossa iniciativa foi eleita o melhor projeto do gênero no Estado. Cada experimento do curso era uma descoberta, um atravessamento de tornar-me um homem negro similar ao conceito cunhado por Souza (2021, p. 46): “saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas”. E, mais ainda, quando a autora fala desse processo como uma libertação: “mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.” Foi, portanto, um caminho doloroso, muitas vezes contraditório e edificador, aquele iniciado ali, numa formação coletiva, após mais de três décadas de vida. Abri os olhos para a urgência da pauta racial tanto no âmbito privado, dos afetos e das relações interpessoais, quanto na esfera pública, o que, por consequência, me fez ter condições de voltar, enfim, a atenção para meus campos, a Comunicação e o Jornalismo, e utilizar minha matéria-prima de trabalho, as palavras, na perspectiva de ressignificar o possível. E o impensável também.

1.2 Teoria, Afeto e Política

Quando hooks (2017; 2020) me apresentou o amor e a teoria enquanto práticas de cura e libertação, eu senti como se ela, hoje ancestral, validasse algo em mim. Para mim. Sobre mim. Era julho de 2019, eu, há pouco, havia despertado para a grandiosidade da minha raça e também acabado de concluir um processo intenso de escrita, um exercício pra dentro de minha inteireza pela literatura e cujo início deu-se na busca de enxergar uma possibilidade de vida a partir da dor de outra pessoa. Eu tentava, pelos dizeres, edificar um futuro, algum futuro, qualquer futuro possível e diferente do sentenciado por três homens brancos, de jalecos brancos num quarto branco para minha mãe, uma mulher sertaneja, cerca de dois anos antes. Uma mulher dos afetos, até então eterna aos meus olhos, perdia ares de divindade. Morreria. Dali a pouco, diziam os médicos. Eu, então, escrevi: “tudo, no fim, finda”. Ainda não findou. Ela derramou-se, transbordou em si mesma numa manhã de setembro, e inaugurou em nós, para nós, o desejo - ou a necessidade - de reconstruir(mos) o mundo no qual vivíamos. Na impossibilidade de mudar o que estava posto, me atrevi a narrar histórias. Dela. Minhas. Nossas. Arrisquei escrever palavras por dentro, as mais bonitas que pudesse. Ressignifiquei o possível. E me curei um pouco. Se cura é ressignificação e liberdade, o Jornalismo que eu praticava no Ceará Criolo também o seria. As falas da pensadora feminista norte-americana atravessaram meu corpo e o portal ganhou em mim outra proporção. Era como se as palavras de bell hooks abraçassem o que escrevi para minha mãe logo após todas aquelas nossas histórias me levarem ao principal prêmio de literatura do país e, assim, eu compreendesse a importância de ocupar quantos espaços fossem necessários para falar sobre o que me move. Entendi que era preciso discutir negritudes como uma prática de afeto, uma forma de assegurar a mim e ao outro, também negro, representatividades. Mas tratava-se, sobretudo, também de um posicionamento político. De contribuir com uma causa coletiva e garantir a quem ainda vem uma vida melhor do que a minha, propiciada pela luta dos tantos que já foram. E, considerando a trajetória que trilhei, isso passava necessariamente pelo Jornalismo. Observei o entorno, me percebi sozinho nas equipes brancas das quais fazia parte e iniciei tensionamentos e movimentos de ocupação, o que me levou de volta à academia, ambiente no qual já havia estado em outras quatro oportunidades e, em todas elas, tive apenas professores brancos sem qualquer compromisso com questões raciais. O desejo da docência e a consciência de, enfim, enxergar a intelectualidade como um lugar para mim resultaram em dois anseios: pesquisar mídias negras em um programa de pós-graduação de universidade

pública com políticas afirmativas para pessoas negras e ser orientado por uma mulher negra. O primeiro desejo era fruto de um engajamento político. De perceber o quão elitizado é o espaço acadêmico, cujo corpo docente em instituições federais é apenas 15% negro e cujos currículos insistem em ignorar a questão racial, a despeito de desde 2018 mais de 50% dos alunos de graduação dessas mesmas universidades federais serem pretos ou pardos. Eu queria, portanto, enegrecer espaços, simbólica e fisicamente, numa tentativa de ser mais um instrumento a colaborar com a qualificação e aperfeiçoamento de uma política afirmativa tão fundamental à reparação ao povo negro e, ao mesmo tempo, tão tardia e ameaçada por ondas de ultraconservadorismo, negacionismo, anticiência e contra qualquer demanda de direitos humanos que envolvam minorias. Meu desejo era ser parte do aumento da quantidade, ainda irrisória, de pretos e pardos cursando mestrados e doutorados. Estudo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) indica que, em 2019, apenas 29% dos estudantes de pós-graduação no Brasil eram negros. Um atestado, portanto, do quão necessária ainda é a vigência das cotas raciais no país. Já ter uma mulher negra como orientadora implicava em algo determinante para mim, enquanto homem negro estudando mídias negras, e à pesquisa em si. Pelos posicionamentos em pautas relacionadas às negritudes, pelo envolvimento em bancas de heteroidentificação, pela dinâmica aplicada em sala de aula, no tocante às epistemologias, inclusive, privilegiando intelectuais negros, e tantos outros qualificadores, eu tinha certeza de que a professora Vera Rodrigues compreenderia a proposta de metodologia deste estudo. E assim o fez, ao aceitar meu convite à orientação, dizendo no primeiro e-mail que trocamos: “o seu interesse em fazer uma dissertação comprometida me parece sincero, assim como o reconhecimento pelo trabalho que desenvolvo dentro e fora da universidade. Isso me leva a acreditar que possamos construir uma parceria afetiva, teórica e política.” Ingressei, pois, no Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/ UFC-Unilab) em edital específico para pessoas negras e, de pronto, passei a contar como companheira de caminhada com uma mulher negra cuja tonalidade escura da pele incidiu diretamente na percepção e vivência dos mundos. Ao referir-se a um episódio da infância, Rodrigues (2021, p. 18) sintetiza desta forma a experiência: “eu era negra. Não havia lugar para dúvida ou mesmo um entrelugar, um limbo social. E ser negra implicava em pele preta. E, portanto, em rejeição. Em solidão. Em não ser bem-vinda em diferentes espaços de socialização”. Ela reúne, portanto, três dos principais marcadores sociais: é mulher, é negra e é de origem pobre. Opressões que se encontram, se interseccionam, gerando diversos e complexos eixos de subordinação, como primeiro definiu Crenshaw (2020) e, depois, popularizou Collins (2021). Ter como orientadora uma mulher negra, consciente de si e posicionada em defesa da desconstrução dos históricos arquétipos negativos do povo negro me absteve de experienciar estava posta. E eu não precisaria listar os porquês. Pelo fato de ser quem é, a professora Vera Rodrigues alcançou a dimensão dessa decisão metodológica. Era adepta dela, pagando um preço alto por isso, ao ser demandada - às vezes, de modo discreto, mas nem sempre - a citar os cânones. Retorno, então, a hooks (2017; 2020) para dizer o quanto as palavras que moram nestas páginas são tentativa de cura. Um desejo de utilizá-las para desdobramentos coletivos, mesmo sendo a produção um trabalho individual. Entendo cada expressão deitada no papel com uma razão de ser. Escolha. Afetiva, teórica e política. Mas, sobretudo, de perpetuação. Para contribuir com a preservação de uma memória muito específica do meu povo, o negro. Uma memória pelos dizeres. Um jeito de resistir.

1.3 Escurecendo a Pesquisa:

Eu com os nossos Falo nesta pesquisa não só a respeito dos meus, mas através dos meus. Não

apenas sobre eles, mas ao lado deles. Com eles. Sou eu com os nossos. Ancestrais e ainda vivos. De negro para negro. Por isso, a espinha dorsal deste estudo é o traço metodológico “study up”, trazido por Kilomba (2019) para detalhar aquele/a pesquisador/a que analisa o grupo social ao qual pertence. Para a realidade desta investigação, isto aplica-se em múltiplas perspectivas, visto que sou negro, comunicólogo, integrante de uma mídia negra e pesquiso mídias negras a partir do relato de outras pessoas negras, em sua maioria comunicólogos que, por sua vez, são majoritariamente jornalistas, que atuaram ou ainda atuam em alguma mídia negra brasileira. Trata-se de um pressuposto tal qual sintetiza Kilomba (2020, p. 12): “como é que se pode escrever sobre a negritude num espaço onde não há um único livro escrito por autorxs negrxs?”. Faço este movimento por hoje discernir que antes de ser comunicólogo, jornalista, escritor, pesquisador, militante dos direitos humanos, membro de um programa de mestrado e homem-cis-periférico-antirracista, sou negro. Sou um corpo negro repleto de atravessamentos de/em um mundo embranquecido. Há, antes da titulação, qualquer que seja ela, o que sou. Fazer disso uma determinante da pesquisa é criar conexões opostas ao modelo ocidental. É estabelecer elos para uma prática da continuidade da palavra, como quem vive dela/nela (RAMOSE, 1999). Ecoar vozes de autores negros e autoras negras nestas páginas torna-se conduta decolonial - outra característica deste trabalho. Porque minha decolonialidade vem do que eu significo.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual A construção da discussão desta pesquisa é feita toda a partir de teorias e reflexões de intelectuais negros/as da Antropologia, da Sociologia e da Comunicação, em especial do Jornalismo, assim como também são negros todos os interlocutores/as. Logo, este trabalho se propõe a uma abordagem interdisciplinar de caráter qualitativo e composto de entrevistas semiestruturadas abertas. Foram, ao todo, mais de 17 horas de diálogos transcritos e usados como matéria-prima para a tessitura de histórias negras de quem fez/faz da palavra instrumento de resistência e tecnologia de sobrevivência. Aconteceram 12 entrevistas com produtores/as de mídias negras que se autodefinem negros/as. Tudo de maneira remota, dado o contexto de pandemia, utilizando-se a plataforma Google Meet e captando-se apenas o áudio das conversas para consulta posterior. A definição dos nomes deu-se a partir de nove dimensões, nesta ordem de importância: raça, idade, período histórico de existência da mídia negra em questão, relevância dessa mídia negra, região do Brasil na qual essa mídia foi/é produzida, tipo de conteúdo produzido por essa mídia, gênero, função exercida na mídia e formação profissional. O ponto de partida para análise dos nomes foram indicações feitas por colegas de profissão de Fortaleza e de vários estados brasileiros integrantes da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira), após provocação nossa. Foi essa rede de contatos, acionada, em primeira instância e tentativa, a partir de uma referência familiar, que me levou a uma liderança jornalística e sindical negra do Sul. Vera Daisy Barcellos não só tornou-se uma das interlocutoras da pesquisa, como intermediou processos junto à Cojira e me apresentou a membros daquele grupo que foram essenciais para muitos como “capacitista” por inviabilizar a leitura por softwares para pessoas cegas das palavras nas quais ele é aplicado. **O ideal, segundo apontam os movimentos, seria o uso do “e.”** que a rede de contatos se transformasse em uma rede de apoio, na qual sempre fui acolhido quando precisei de suporte, que me levou a outros interlocutores. O estabelecimento desses vínculos se consolidou na evolução da pesquisa e foi primordial para a captação de credenciais dos possíveis entrevistados e feitura de pesquisas prévias às entrevistas. Ou seja: definiu os rumos deste estudo e colaborou sobremaneira para a consolidação da metodologia aplicada. A técnica “bola de neve” marca, portanto, a maneira como foram identificados esses profissionais para a construção da amostra desta pesquisa. Considerando a sobrevida de cada mídia negra, em especial o ano de criação delas, os 12 participantes/meios de comunicação foram distribuídos em grupos, por recortes temporais.

Isso foi necessário para melhor localização e contextualização geopolítica de cada narrativa e por crermos essencial o destaque de três marcos históricos e suas vicissitudes, determinantes ao exercício da Comunicação: a Ditadura Militar, a vigência da Constituição Federal de 1988 e a Internet como principal plataforma de produção noticiosa do mundo. Desse modo, temos uma cartografia formada por três grupos de quatro interlocutores cada, sendo seis homens e seis mulheres, todos/as negros/as, de três gerações distintas e oriundos de seis estados de quatro regiões diferentes do Brasil.

Figura 1 – Cartografia da pesquisa. Fonte: Bruno de Castro Brito (2022).

Cinco dessas pessoas falam a partir de São Paulo (41% do total). Trata-se de uma escolha consciente, justificada pelo fato de a maior cidade do país ser, historicamente, local de criação e atuação da maior quantidade de mídias negras brasileiras. Temos, então, este cenário

Tabela 1 – Interlocutoras e interlocutores.

O primeiro grupo de interlocução é formado por quatro jornalistas atuantes no fim dos anos 1970 e a toda a década de 1980, período no qual a liberdade da imprensa foi cerceada e a censura, corporificada pelos fiscais do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), incidia sem descanso sobre as mídias negras até pelo menos 1985, quando o Regime Militar teve fim e o país iniciou o percurso rumo ao Estado Democrático de Direito, que vige até hoje. Essa primeira representação é composta por duas mulheres e dois homens com idade média de 70 anos. Um homem e uma mulher falam de experiências vividas em jornais impressos publicados na capital paulista, enquanto outra mulher apresenta o contexto de uma revista elaborada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e outro homem traz relatos de um jornal rodado no município do Rio de Janeiro. O segundo grupo de interlocutores retrata o período compreendido entre todos os anos 1990 e a primeira década de 2000. Nesta época, o Brasil respira ares de democracia por conta da promulgação da Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã pela garantia de paradigmas inclusivos e de respeito à dignidade humana após 21 anos de uma Ditadura que rifou centenas de vidas daqueles que se opunham a ela, inclusive de jornalistas. As/os entrevistadas/os falam das realidades nordestina e sudestina, sendo um homem de Fortaleza, no Ceará, uma mulher de Salvador, na Bahia, e um homem e uma mulher da cidade de São Paulo. São pontos de vista de quem era criador/membro de uma mídia negra, seja ela jornal ou revista, ou de uma mídia negra que erigiu de/em um contexto hegemônico, maior, de uma empresa de comunicação de grande porte (e, por isso, lida com uma dinâmica muito particular das forças internas da corporação e dos processos noticiosos). O terceiro e último grupo de interlocutores contempla todos os anos a partir de 2010 até hoje, 2022, cujos principais marcos são: num contexto macro, o advento da Internet e das mídias sociais digitais como ponto de inflexão a um novo modo de expressão e Comunicação; e, num contexto endógeno às mídias negras, o aumento nunca antes registrado do surgimento de plataformas do gênero, favorecidas exatamente por esse cenário digital. Essa é a geração mais jovem de entrevistadas(os). Os dois homens e as duas mulheres têm entre 24 e 36 anos. Elas e eles atuam em portais de notícias cujas pautas são racializadas desde a concepção até a composição visual. O representante de São Paulo fala sobre a maior mídia negra brasileira da atualidade. Um jornalista de Salvador (BA) revela as formulações de uma revista que virou portal. E as duas demais interlocutoras, encerrando o rol de entrevistas, detalham o trabalho desenvolvido por elas em mídias negras de Manaus (AM) e Fortaleza (CE), sendo o produto da capital cearense o primeiro da história do estado em caráter virtual e composto exclusivamente por comunicólogos e comunicólogas.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 3 - Indicando estrutura da dissertação De forma a proporcionar uma melhor experiência de leitura, optamos pela distribuição intercalada das entrevistas e do construto do referencial teórico desta pesquisa. Assim, quem dedicar algum tempo às próximas páginas será sempre apresentado a narrativas de vida sobre mídias negras brasileiras e, em seguida, às discussões sócio-históricas de temáticas sensíveis à existência dessas mídias, questões que as atravessam, determinam posicionamentos e são ponto nevrálgico para a repercussão dos conteúdos que produziram/produzem. Para consolidar a discussão feita no segundo capítulo pelo grupo de interlocutores(as) atuantes em mídias negras brasileiras na Ditadura Militar, o momento seguinte deste trabalho, intitulado Sankofa, se propõe a um exercício de olhar para trás, nos termos de Lopes (2011). Assim, exporemos o quanto a articulação do povo negro pelo Jornalismo deu-se na história nacional não de forma episódica e sim como resistência programática (ARAÚJO³⁴, 2021; PINTO³⁵, 2010) e alcance continental (DOMINGUES, 2007), sendo a comunicação um direito também do povo preto e não privilégio de um grupo. O capítulo põe em diálogo Mullings (2005), Ramos (1995) e Nascimento (2016). Os autores falam sobre a relação entre meios de comunicação, negros e hegemônicos, e questões sociais, tais como a construção de significados e simbolismos que afetam sobremaneira a vida de populações marginalizadas/negras. Além disso, a seção debate etnocomunicação (BORGES, 2019) e poder da linguagem (NASCIMENTO, 2019; KI-ZERBO, 2010; FANON, 2020; E KILOMBA, 2019). Há ainda uma demonstração do quão desértico é até hoje o território brasileiro (ATLAS DA NOTÍCIA/PROJOR, 2021) para as mídias negras. Em seguida ao momento dedicado aos/às interlocutores(as) do período pósDitadura, esta pesquisa se deterá no binômio Comunicação/relações raciais.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1A - Delineando os propósitos ou Pretende-se aqui focar em desdobramentos tensionados pelas mídias hegemônicas (CARNEIRO, 2011), que cumprem papel estratégico na manutenção do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) dentro de uma lógica de desigualdade racial midiática (SANTOS, 2018) e necropolítica (MBEMBE, 2018). Assim, vamos explorar o cenário maniqueísta da negritude (CÉSAIRE, 2022) e branquitude (CARDOSO & MÜLLER, 2017), cuja base é o pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2014), que está na centralidade da vivência desses corpos e que em um estado como o Ceará, no qual o apagamento da história negra é recorrente, desperta certo fetiche por um sangue nórdico (FERREIRA, 2020). No decorrer do estudo, discutiremos a emancipação pelo jornalismo (OLIVEIRA⁴⁹, 2017); uma comunicação atravessada pelo “pretuguês” de Gonzalez (1988) e que contribui sobremaneira para a construção de identidades (MUNANGA, 2020; BARROS, 2019). Numa analogia a Du Bois (2021), a mídia hegemônica funcionaria como um véu que impede quem está de um lado enxergar o outro. Iniciativas negras, então, seriam o romper deste véu? Muito embora saibamos das limitações da escrita, pois nenhuma, por mais extensa e bem estruturada que seja, abrange a pluralidade e a grandiosidade das vidas e experiências humanas, ainda mais aquelas racializadas, esta pesquisa é uma forma de contribuir com a construção de uma nova geografia acadêmica para o meu povo. Por isso, cada nome negro aqui citado terá resgatado em notas um pouco da história que trilhou e da contribuição que deu/dá às negritudes.

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1C - Levantamento de questões ou Além de uma metodologia, esse é um ato político de nomear correta e honestamente quem os “registros oficiais” invisibilizam ou mesmo negam a relevância. É um modo de ir contra o silenciamento de vozes às quais foi imposta a lógica das empresas de comunicação que, como indica Bonilla-Silva (2020), são parte de uma estrutura racial em funcionamento pleno para tão somente manter o privilégio branco. Ademais, a ancestralidade ensina: se não nos nomeamos, o racismo o faz. Todas essas estratégias são postas em prática no sentido de compreender o que levou à criação das mídias negras citadas neste estudo e como as histórias

delas e de quem as compôs/compõe encontram-se, mesmo estando separadas no tempo em mais de 44 anos e no espaço em mais de 3.200 quilômetros. O que une essas trajetórias? O que exatamente essas pessoas e esses meios de comunicação reivindicavam e ainda reivindicam? As discussões são similares ou novos atores sociais invariavelmente suscitam outras causas? Os olhares e escritos estavam associados a movimentos sociais e deles decorriam ou eram constituições próprias dos indivíduos? É preciso ressaltar que, das 12 pessoas entrevistadas, duas não são comunicólogas. Apesar de, como já exposto, a formação profissional ter sido um dos critérios de escolha, optamos pela manutenção desses nomes por razões justificáveis. A primeira delas exige uma digressão: o fato de a atuação jornalística ter sido regulamentada no Brasil somente em 1969, mais de um século e meio depois da criação do primeiro jornal local e apenas 81 anos após o fim do sistema escravagista - que, como sabemos, não foi sucedido de políticas de inclusão do negro na sociedade. Isso empurrou os libertos para as periferias dos grandes centros urbanos, ocasionou a formação de bolsões de pobreza e prejudicou o acesso da negritude à educação formal. Some a isso o fato de o Jornalismo no Brasil ser, desde a sua fundação, uma área de atuação de pessoas brancas. Cabe pontuar o quão elitista sempre foi o exercício da profissão, cujo primeiro curso superior data de 1947, criado por um empresário que hoje dá nome a uma das principais faculdades de Comunicação do setor privado, localizada em São Paulo. Ressaltase que somente a partir de 2012, com a instituição das cotas raciais nas universidades públicas, os cursos de Jornalismo começam a receber alguma parcela de estudantes negros/as. Tempo esse ainda não possível de reverter a composição racial das redações hegemônicas. Elaborado por 13 instituições jornalísticas e acadêmicas no fim de 2021, o estudo “Perfil Racial da Imprensa Brasileira” expõe que só 20,1% dos jornalistas em atividade nas redações são negros, enquanto 77,6% são brancos, 2,1% são amarelos e 0,2% são indígenas. Diante disso, consideramos não ser prudente, portanto, abdicar das considerações a respeito dos jornais *Majoria Falante* (Rio de Janeiro) e *Malemba* (Fortaleza). Foi determinante também considerar o fato de um dos interlocutores ser doutor em Antropologia e atualmente pesquisar a imprensa, o que agrega valor às considerações feitas sobre a mídia negra na qual atuava, mesmo sem ser comunicólogo por formação. Ademais, é plausível o pragmatismo de ponderar que, a depender do recorte temporal ao qual nos refiramos, algumas dessas mídias negras não têm mais vivos seus fundadores. Logo, uma não formação específica invalidaria o serviço prestado ao debate público? Avaliamos que não. É preciso pontuar ainda algo que julgo imprescindível à compreensão do debate aqui proposto. Sempre que me referir à mídia hegemônica (ou seja: aos grandes conglomerados brasileiros de Jornalismo), poderei utilizar a expressão “empresas de comunicação” como sinônimo. Ao falar em “meios de comunicação”, apresentarei questões alusivas às mídias negras (historicamente posicionadas fora de conglomerados e, muitas vezes, apagadas dos “registros oficiais”).

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores
1.4. Jornalismo e Antropologia se encontram

A costura de todas essas narrativas me mostrou o quão próximo é o Jornalismo, minha formação base, da Antropologia, esse terreno novo no qual ousou caminhar. Há, por óbvio, saberes muito particulares em ambos os campos do conhecimento. Mas há também técnicas e fazeres que se interseccionam quando minha trajetória de comunicólogo negro antirracista e integrante de um coletivo antirracista faz parte do ethos que analiso - do Jornalismo, no caso -, como acontece neste estudo. Em dada medida, considero que esta pesquisa me projeta como um *outsider within*, considerando uma adaptação livre do conceito de Collins (2016) à realidade de mulheres negras, já que pertencço ao universo jornalístico e, ao mesmo tempo,

estou fora dele por também atuar numa mídia negra com hábitos, diretrizes e ideologias conflitantes com tudo o que molda a mídia hegemônica. Ao mesmo tempo, este estudo pode ter alguma característica autoetnográfica, pois, em dada medida, demanda de mim a minha própria implicação de saber que ser comunicólogo com um perfil como o meu condiciona os referenciais e encaminhamentos deste experimento. A autoetnografia não é, porém, o método que conduz este trabalho. Neste sentido, a Antropologia tem muito a oferecer à Comunicação, que insiste em ignorar a discussão racial no ambiente acadêmico, há décadas reproduzindo epistemologias brancas e praticando epistemicídio negro (CARNEIRO, 2011), e no mercado, que tem todo dia a chance de contribuir com a descolonização de saberes e poderes, e, em vez disso, via de regra, integra, como ponta de lança, um sistema de opressões desumanizador das pessoas negras, impondo às negritudes estereótipos quase atávicos, como defeitos de cor.

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1B - Indicando uma lacuna ou Enquanto as diversas terminologias das Ciências Sociais alimentam há décadas o debate e têm consistente produção científica sobre decolonialidade, a Comunicação dispõe de apenas de cinco dos 209 grupos de pesquisa que estudam o assunto em todo o país e têm registro no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nenhum deles pertence às duas instituições associadas do PPGA/UFC-Unilab, programa de pósgraduação para o qual produz este trabalho. Só agora, em 2022, a UFC, maior e principal universidade federal do Ceará, ensaia a criação do Retomada, um núcleo de estudos em decolonialidade e comunicação insurgente. Isso após 67 anos de existência enquanto estabelecimento de ensino e 57 anos de curso de Jornalismo. E, ainda assim, o grupo surge em caráter embrionário e experimental, catalisado por alunos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom). Como vê-se, há muito ainda a discutir. E é esta imensa lacuna no debate acadêmico sobre comunicação e decolonialidade que me move a pesquisar narrativas de mídias negras e, assim, contribuir com a agenda antirracista para, como defende Hurston (2019), deixarmos de ser retratados “na literatura e outras artes”, onde está localizado o Jornalismo (e mais: a mídia hegemônica), como “excepcionais” e “pitorescos”, de forma fragmentada e pejorada. Enquanto isso persistir, diz a antropóloga (idem, p. 111), “uma imagem verdadeira da vida dos negros não pode surgir”. Eis a relevância deste estudo.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1A - Delineando os propósitos ou A proposta aqui não é pautar a discussão sobre as narrativas dessas pessoas e das mídias negras nas quais elas atuaram ou ainda atuam a partir de referenciais da Comunicação como as teorias do espelho, do gatekeeper e do agendamento, por exemplo, todas de prevalência euroamericana (branca). O objetivo desta pesquisa é instituir o negro e as mídias negras enquanto categorias históricas na centralidade do debate sobre si mesmos, viabilizando uma “pedagogia da negritude” no que hooks (2017) chama de “pedagogia engajada.” Isso é o oposto do que tipificamos neste trabalho de “Jornalismo de efeméride”, prática das empresas de comunicação de produzir referenciais positivos sobre a população negra apenas em datas específicas do ano, sobretudo no 13 de maio e 20 de novembro, em alusão ao Dia da Abolição da Escravatura no Brasil e ao Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, respectivamente (e, no caso do Ceará, também em 25 de março, Data Magna do Estado). É por entender o racismo como experiência exclusiva de indivíduos não brancos que se faz aqui uma busca pela desconstrução de sentidos secularmente construídos em razão de uma lógica racista, e por ela deturpados, a começar pelo protagonismo de um povo que, em verdade, é a razão pela qual nosso país existe. Sem o suor e o sangue negro derramados desde a chegada do primeiro escravizado, o Brasil não seria Brasil nem Brazil. Entendemos que não basta apontar as violências da História, e elas são inúmeras. Ao bem e à justiça do povo negro, é preciso reescrevê-la. Tal qual fazem as mídias negras há quase 200 anos, damos aqui um passo adiante, para um futuro específico. Um afrofuturo. É um caminho sem volta.

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1D -

Continuando uma tradição É imperioso, porém, estabelecer parâmetros conceituais sobre questões que, de forma recorrente, serão abordadas nesta pesquisa ou mesmo são o cerne dela. A começar pelo que se entende como imprensa negra (ou mídia negra). Para os fins deste estudo, que contempla desde produtos impressos até versões digitais, adaptaremos à definição elaborada por Pinto (2010, p. 19 e 20) de serem “jornais feitos por negros; para negros; veiculando assuntos de interesse das populações negras”. Assim, nosso entendimento é de que mídias negras são plataformas feitas por pessoas negras para pessoas negras e cujo teor do conteúdo produzido é de valia para as populações negras. Interessante também ter como referência as discussões propostas por Araújo (2021), que dialoga sobre comunicação e negritude no Brasil. O autor agrupa as mídias negras como “meios de comunicação voltados para as discussões étnico-raciais”. Alerta, porém, que aqui a atuação dessas plataformas acontece em contexto diferente dos Estados Unidos, país sempre apontado como referência no debate racial. Enquanto lá a chamada black media tem caráter comercial, nós as concebemos como alternativas, “ainda que nem todos os canais negros da atualidade possam ser classificados como alternativos, no sentido de contra-hegemônicos à imprensa tradicional” (ARAÚJO, 2021, p. 140 e 141). Com igual relevância, trazemos à apreciação o conceito de um regime político cuja existência é secular, datada de tempos coloniais, e que opera até os dias de hoje sem qualquer previsão de encerramento de ciclo. Para Ture & Hamilton (2021, p. 33), o racismo é “o estabelecimento de um padrão de decisões e políticas relacionadas à raça com o objetivo de subordinar um grupo racial e manter o controle sobre esse grupo.” Em horizonte semelhante, Almeida (2019, p. 32) afirma que [...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. Para ele, racismo é ideologia. É convicção. É sistema. Por isso, somente intelectuais negros são citados nesta pesquisa. Compreendemos que apenas eles conseguem dimensionar os efeitos perversos do racismo. Porque sentem-no na pele, o que nenhum pesquisador branco, por mais aliado que seja, terá condição de mensurar. Essa é uma decisão tomada não para fomentar o caráter dicotômico, oposicionista, historicamente construído entre o branco e o negro. Muito menos é sinal de desprezo às contribuições dadas por estudiosos brancos à causa antirracista e ao debate das relações raciais. É uma posição deliberada para reconhecer pensadoras/es negras/os como legítimas/os que são, assim como são intelectuais e produtores de conhecimento os interlocutores e as interlocutoras desta pesquisa, a quem abrimos espaço já a partir do próximo capítulo

ANEXO K – INTRODUÇÃO MEA202203

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - (Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais De antemão, gostaria de afirmar que, em relação ao ritmo de desenvolvimento das demais partes deste trabalho, a artesanaria da escrita para a presente introdução demorou para ser tecida. O motivo pareceu ser simples no início: o interesse pela temática da minha pesquisa ultrapassava, em muitos sentidos, a minha vida na academia. Movida por fatores notoriamente autobiográficos, que envolvem desde minha orientação afetiva e sexual até a relação em curso que construo com minha própria identidade de gênero, posso dizer que a partir dos anos de graduação em Ciências Sociais (2014-2018), pela UFC, sempre me interessei pelas disciplinas cujas ementas me permitiam o acesso para as literaturas acerca das homossexualidades. Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ouO que foi percebido ao decorrer dessa formação voltada aos estudos sociais de gênero e de sexualidade é que, de fato, a maioria das produções literárias se detinham no foco das sociabilidades homoeróticas masculinas, principalmente sobre o contexto brasileiro. Já depois da minha entrada no Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia (UFC-Unilab), conheci com mais profundidade o debate promovido sobre a questão da escassez de produções acadêmicas acerca dos desejos e das práticas homoeróticas femininas, como também estreitei relações com a hipótese de Tota (2021) em relacionar o tema desta (in)visibilidade literária de modo proporcional à característica da sexualidade masculina ser largamente mais “desentranhada” que a feminina que, por sua vez, permaneceria mais “entranhada” por diversas razões macroestruturais e históricas. Entre elas, por exemplo, as rígidas noções dualistas de público e privado e as ligações por elas atribuídas ao binarismo de gênero masculino e feminino (ver também Duarte, 2004). Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1C - Levantamento de questões ouSeria um tanto mais fácil admitir que minha intenção em abordar o caso de morte de uma mulher lésbica e, conseqüentemente, de me debruçar sobre os estudos das muitas lesbianidades, em ênfase da lesbianidade negra, periférica e ativista em São Paulo, fosse parte de uma estratégia pessoal e política para inverter um quadro dominado por pesquisas sobre homossexualidade masculina realizadas majoritariamente por homens acadêmicos. No entanto, essa não pode ser considerada uma conexão tão lógica como tentei insinuar para mim mesma. Devido a uma quantidade evidentemente maior de trabalhos antropológicos produzidos por homens sobre homossexualidades masculinas, quando comparados às femininas, enquanto estudante de pós-graduação em Antropologia sempre me questioneei de que forma e em que momento a academia poderia ser capaz de produzir e levar a sério materialidades mais objetivas sobre os modos em que mulheres lésbicas operam a vida social. No entanto, como uma espécie de orientação acadêmica mobilizada pelo desejo antagônico dessa perspectiva, interessei-me pelas formas de abordagem aos modos como mulheres lésbicas poderiam protagonizar a mortalidade em decorrência da violência de gênero e também daquela movida contra mulheres em razão de sua sexualidade. Sendo assim, a disciplina "Antropologia das Sexualidades", ministrada pelo professor, amigo e orientador desta pesquisa, professor dr. Martinho Tota, em 2019, trazia à tona, atravessando o escopo intelectual de muitos autores brasileiros - com ênfase, em termos de grande importância para a minha trajetória na universidade, os estudos de Duarte (2004), Trevisan (2018) e de Simões e Carrara (2014) -, a mudança radical e sem precedentes das normas públicas discursivas acerca das práticas homoeróticas devido à explosão da epidemia de HIV-Aids no Brasil, na década de 1980. Como ressaltou Trevisan (2018), a doença física da AIDS em pouco tempo foi associada, pelo senso comum, à homossexualidade masculina, tornando-se enfim o que chamou de “doença moral”. Muitas vezes, durante as aulas, eu refletia silenciosamente sobre

a ironia da chegada da Aids ter coincidido com a prosperidade do período em que a homossexualidade ganhava grande visibilidade nacional, tanto pela experiência antecedente da militância política pelos direitos civis dos homossexuais - mobilizada, principalmente, pelo Grupo Gay da Bahia -, quanto pela ampliação do mercado voltado ao público assumidamente gay e masculino. **Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou** De toda forma, a mobilização de prevenção e combate à doença no Brasil organizou-se sobre o plano de fundo do preconceito e da recusa às identidades de gênero e de sexualidade dissidentes, fazendo da militância em convivência com a crítica acadêmica dos anos de 1970 e 1980, uma grande base para importantes alianças políticas com agências governamentais e organizações internacionais. Embora a descoberta do vírus HIV e a dispersão do conhecimento científico acerca das vias de transmissão tenham questionado profundamente as categorias iniciais de grupos de risco, muito associadas à comunidade homossexual masculina na época, a estreita relação da enfermidade com práticas sexuais entre homens permaneceu e continuou a justificar mortes e outros acontecimentos ligados aos usos da violência. O estilo de vida - ou seja, as diversas formas de sociabilidade homoerótica - começou, então, a ser encarado como uma hipótese de desencadeamento de patologias e acontecimento de violência voltados aos sujeitos homens identificados como gays, de modo a sustentar a associação entre ameaça e determinados tipos de corpo e, portanto, de sujeitos. **Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores** Isto porque, como Manuela da Cunha (1996) comenta, o corpo é a base de enraizamento do eu, pelo menos no ocidente, onde a noção de pessoa é individuada (CUNHA, 1996, p. 93). Nesse contexto de associação do perigo iminente a um determinado tipo de corpo, também é possível fazer conexões com a visão de impureza bramânica que Nélia Dias (1996) traz em seu trabalho sobre o conceito de intocabilidade das mulheres indianas. Segundo a autora, a ideia de impureza, no caso das mulheres e de intocáveis na Índia, está associada ao contato regular com matérias resultantes da morte e da degradação humana, a exemplo da menstruação e do parto. Penso que podemos aqui fazer uma ponte entre esta situação que Nélia Dias nomeia de intocabilidade com o status que alcançaram os homossexuais a partir da década de 1970 no Brasil, condenados socialmente por transportar o estigma do perigo e da vergonha. **Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1C - Levantamento de questões ou** Debruçada sobre esse tema, fui tomando consciência de que este momento, de forma cruelmente interpelado pelo sentimento de trauma e de ruptura devido à circulação do vírus HIV, dispara entre nós, pesquisadoras e pesquisadores de estudos de gênero e sexualidade, uma nova forma de estar no mundo. Diante desse momento, questiono-me por que o lugar ao enfrentamento da mortalidade assumiu um protagonismo tão masculino, de modo tão consolidado não só em relação ao enfrentamento da Aids e de sua prevenção, mas em esferas mais amplas do sofrimento e do luto enfrentados pela comunidade LGBTQIA+. Por que, enquanto figuras representativas da contaminação ameaçadora, as lésbicas não foram julgadas da mesma forma que os homens gays naquele período de trevas? Seria a hipótese de Duarte (2004) também válida para essa questão, ou seja, por em nossa sociedade mulheres serem acostumadas, em níveis macroestruturais, a permanecerem “entranhadas” em termos de liberdade sexual? **Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1A - Delineando os propósitos ou** Com esta ideia, ampliei meu interesse para as questões acerca da mortalidade, do sofrimento e das afirmações de um tempo marcado, como Das (1999) aponta, pelo sentimento extraordinário de ruptura, mas também de união e de solidariedade entre mulheres lésbicas que encarnam o protagonismo das dores do luto e da vitimização imposta. Comecei a pensar em como determinadas experiências traumáticas de profunda consternação e solidão, como as que inundam as produções acerca da experiência social da homossexualidade masculina e da epidemia de HIV-Aids, podem se aproximar - em realidades comparadas aos dramas

experenciados por um “corpo perigoso” e por um grupo vitimado e enlutado - da vida de mulheres lésbicas negras em movimento social pela busca por justiça nas periferias de São Paulo. Dessa maneira, tento neste trabalho compreender a dor como uma linguagem política com força simbólica suficiente para criar laços sociais entre pessoas diversas e, finalmente, produzir entre elas uma espécie de compartilhamento da “verdade” a respeito de uma violência ocorrida. **Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual** Assim, esta pesquisa reconhece que o ato de produzir versões compartilhadas sobre o assassinato de Luana Barbosa, em 2016, serve como um potente alicerce para ações de protesto e da luta por reparação. Quando submeti o primeiro esboço deste trabalho para a banca de qualificação, em maio de 2021, lembro que a prof. dra. Vera Rodrigues (Unilab/UFC) me convidou a tentar situar minha concretude enquanto pessoa relacionada ao tema dentro do meu próprio campo de pesquisa. Afinal de contas, para além das motivações puramente teóricas, seria interessante algum comentário sobre a minha relação com o assunto abordado. Uma pista, uma origem? Fiquei pensando em como começaria a escrever sobre isso, o que veio a se tornar, temporariamente, um desafio. No entanto, não me lembro exatamente onde eu estava e como me impactou a notícia da forma truculenta que Luana Barbosa, a pessoa a quem dedico este trabalho e pela qual cheguei ao tema da minha pesquisa, morreu pela ação da polícia militar de São Paulo. Provavelmente o distanciamento dessa dor se conecte à posição que eu ocupo, sob um consenso de identidade social branca no Brasil, podendo ser explicada da seguinte forma por Frankenberg (1999). A autora definiria esta posição como um lugar estrutural de onde o sujeito branco tem acesso à alteridade e a si próprio, uma posição de poder demarcada pelo conforto do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si (FRANKENBERG, 1999, p. 70).

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - (Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais Todavia, no caso desta pesquisa de mestrado, considero que me ocorreu o contrário. Ao me deparar com a notícia de morte de Luana Barbosa, em 2016, não atribuí imediatamente a outrem o que poderia, um dia, atribuir a mim mesma: a dor como pano de fundo político para luta coletiva. Aliás, enquanto agora escrevo, tento recordar-me se um dia, antes de mergulhar no universo concreto do campo desta pesquisa, alguma vez o sofrimento foi convertido em um emblema de reivindicação de direitos, como uma característica peculiar que permite reunir o subjetivo com a ação pública. Onde residiam, em mim, as razões para uma ativa mobilização acadêmica em congressos ou para formação de espaços coletivos na universidade? Sei que provavelmente estas últimas perguntas beiram a uma reflexão digna de divã em uma sessão de psicoterapia, mas, na verdade, estou tentando elevar um questionamento aparentemente pessoal a um empreendimento empírico e teórico que só compreenderia cinco anos depois, em 2020, já em processo para formação o corpo textual deste trabalho. Desta maneira, é possível dizer que por causa da entrada no mestrado em Antropologia e, enfaticamente, pela introdução ao meu campo de pesquisa, iniciei uma forma de primeira experiência de racialização branca enquanto mulher, lésbica, ativista e pesquisadora. Ao viver o impacto de não me perceber parte daquele modo de compartilhamento de uma gramática social da dor entre mulheres negras enlutadas por Luana Barbosa, atentei para o cerne da maneira como nós, pessoas brancas, somos capazes de reproduzir racismo no Brasil. Como pesquisadora branca, até então eu não assumia, de muitas maneiras, os muitos comportamentos internalizados que me relacionavam com os benefícios concedidos por uma estrutura racista. Durante a minha entrada no primeiro encontro digital, por meio da plataforma Google Meeting, realizado pela Coletiva Luana Barbosa - possível apenas por meio de um formulário onde devíamos publicar nossa etnia, orientação sexual, definições de gênero, idade e cidade -, lembro da sensação impactante de culpa e de fragilidade em abrir a câmera ou iniciar uma fala. A paralisia diante dessas primeiras situações de convivência, à distância, com o grupo

me impulsionou, durante os meses seguintes, a elaborar de melhor forma o significado simbólico daquele sentimento. As “perguntas do divã”, como comparei ironicamente acima, pareceram se diferenciar nesse momento. Em vez de me questionar “onde estão meus motivos para continuar pesquisando lesbianidades negras, sendo eu uma mulher branca?” passaram para “quais as responsabilidades que necessito estabelecer, enquanto pesquisadora que não compartilha as mesmas experiências da dor e do luto de mulheres negras, diante da experiência de quem sofre racismo?”. Por dentro do escopo de diálogos realizados com as interlocutoras desta pesquisa, de fato, como demais pessoas brancas, eu era lida como um alvo de desconfiança em termos do meu real compromisso com a luta antirracista e com a memória de Luana Barbosa, ou seja, com a minha intenção pessoal de lutar para que o caso vá a júri popular e a condenação dos réus seja realizada o mais rápido possível. Tomar consciência crítica da branquitude e adotar um comportamento combativo contra o racismo conjugado à lesbofobia exige, realmente, certa resistência contra os limites frágeis pelos quais nós, mulheres brancas, podemos ir e vir de maneira até mesmo inconsciente (ACCIOLY; MATTOS; 2021, p. 9). Em resumo, creio que meu comprometimento, sobretudo, se consolidou ao perceber que, apesar de ser consciente que a estrutura racista tem em nós, pessoas brancas, raízes complexas e profundas, ela deve, ao contrário de nos afastar do interesse pela pesquisa acerca das consequências do racismo, convidar-nos a ocupar uma posição de escuta e imersão em uma prática efetivamente antirracista, mesmo sabendo que jamais encontraremos, por nós mesmos, uma resolução final, muito menos para diminuir qualquer vestígio do que DiÂngelo (2018) chamou de fragilidade branca. Segundo a autora, a fragilidade branca trata-se de um estado no qual qualquer mínima proporção de estresse racial, ou seja, de assumir uma posição racial de privilégios, torna-se intolerável, podendo estimular uma série de comportamentos defensivos. Desta forma, creio que trata-se de compreender que esta posição, que aqui procuro ocupar, de uma luta compromissada contra o racismo (com ênfase quando conjugado à lesbofobia), trata-se de um projeto com continuidade direcionada para minha vida inteira. E, não menos importante, que essa continuidade precisa atravessar visões, revisões e construções críticas de minha própria trajetória, desde que sempre acompanhada por colaborações de pessoas que sofrem racismo antinegro.

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores Tendo em vista o que já foi dito sobre as manifestações políticas do ativismo homossexual masculino brasileiro na década de 1980, em plena campanha pela prevenção da Aids, assim também como meu acesso a uma literatura, durante anos de graduação e pósgraduação, que me abriu canais a respeito dos acontecimentos trágicos expressivamente marcantes na vida social dos contaminados pelo vírus HIV, gostaria de relacionar os aspectos traumáticos registrados sobre este período, principalmente por Júlio Assis Simões (2018), a uma série de falas e descrições no decorrer deste trabalho analisadas pelas interlocutoras ligadas à Coletiva Luana Barbosa que me concederam entrevista. A Coletiva Luana Barbosa trata-se de um grupo autogerido por mulheres negras lésbicas e bissexuais em São Paulo, desde 2017, que, quando juntas sob formas plurais de protesto, são responsáveis pela ampla divulgação e luta pelo reconhecimento de Luana Barbosa como vítima do Estado - nesse caso, corporificado pela polícia. Doravante, com o espaço compromissado dos capítulos com o campo, trago mais detalhes sobre a importância da articulação deste grupo fundamental para a existência da presente pesquisa.

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1B - Indicando uma lacuna ou Como apontou Fassin e Rechman (2009), a ideia de que episódios dolorosos deixam marcas psicológicas equivalentes a cicatrizes corporais na mente de pessoas que, portanto, são capazes de mobilizar grupos sociais em demanda de direitos de reparação por aquelas percebidas como vítimas de violência. Com isso, uma nova categoria é produzida a partir do conceito de “trauma”, que, por sua vez, é deslocado a um novo estatuto político.

Em outras palavras, os maiores efeitos da dor compartilhada - como veremos a seguir, o principal tema dessa dissertação de mestrado - é torná-la parte desse estatuto, de modo a conceder, também, um novo parâmetro de reconhecimento e de legitimidade à vitimização por uma experiência que suscita empatia e que merece, fundamentalmente, reparação. Como sabemos, a vítima é um lugar que abriga, sobretudo, uma queixa, e que pode a partir dela sofrer de modo preso e isolado na dor que experimenta. A vítima pode, também, não se queixar e apenas sofrer sem ruídos. O silêncio, nesse caso, também é um poderoso produtor subjetivo de lástima. Não esqueçamos que, como nos ensina Veena Das (2007), o silêncio pode ser compreendido como uma maneira pela qual sujeitos podem vir a habitar um mundo destruído e irrestituível à sua forma original (DAS, 2007, p. 2). Dessa forma, podemos entender que ele não significa, portanto, uma memória reprimida, uma interlocução não-dita sobre os fatos, mas uma espécie do que a autora chama de “conhecimento venenoso”, uma experiência subjetiva que só pode ser moldada e compreendida pelo que não é dito. No entanto, quando iniciei, em 2020, as visitas ao campo, no caso, possibilitadas apenas pelas plataformas digitais do google meeting e do Zoom, reconheci na experiência das mulheres que ali estavam presentes o lugar de vítimas em potencial. Falo das participantes da primeira reunião da Coletiva Luana Barbosa, da qual participei, no dia três de maio de 2020, para a exibição do filme “Eu sou a Próxima” (2017). Essa experiência me introduziu ao universo de quem, mesmo sem ter sofrido diretamente as violações do racismo e da lesbofobia, constrói em camadas de subjetividade o medo e, fundamentalmente, a sensação de que revidar deve ser, sempre, uma reação política de reabilitação. Além disso, nesse espaço compartilhado entre vítimas e vítimas em potencial da violência, percebi pela primeira vez a maior intenção do grupo, que se baseava na edificação do que todas as participantes entendiam como “memória sapatão”, uma espécie de elaboração do presente sedimentada em uma figura do passado, corporificada por Luana Barbosa, de quem o esquecimento se assemelharia a uma forma de destruição da existência de muitas que ainda vivem.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual

Próximo a essa questão de memória, existência e identidade, Michael Pollack (1992) contribui com sua análise do conceito de memória coletiva. Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLACK, 1992, p. 204). Ao som da música “Máquina que Gira”, composta pela rapper Bê-O (Beatriz D’Oxum), a integrante Nathalia Dezoti falou que, apesar de muito nervosa para naquele dia falar em público, estava também muito orgulhosa de ver o documentário ser lançado em primeira mão e na presença de “gente tão importante” (referindo-se às outras participantes da Coletiva Luana Barbosa). “Afinal de contas”, ela continuou, “tudo o que Luana passou mexe com a nossa vida e com a nossa morte.” Desse modo, conectando ao que Pollack (1992) considerou como reconstrução de si, a introdução ao tema do documentário se convergia em razões políticas suficientes para quebrar o silêncio. Entendi que naquele instante as mulheres se viam como possíveis vítimas não só da violência lesbofóbica, mas do desaparecimento de si. No momento em que as integrantes previam a possibilidade de desaparecer em breve, sentiam-se na obrigação de inscrever as lembranças do que viviam como uma forma de lutar contra o esquecimento. E é a partir daí, cercada dos olhares de mulheres negras colaboradoras para meu pensamento, que pude começar a investigar o que nomeavam de “memória sapatão”. Após uma rápida apresentação de si e do grupo, esta fala de Nathalia Dezoti torna evidente que estas duas posições, de vítima e de potencial vítima, criam em atos abertos ao público, ao contrário do silêncio, uma espécie de “trilha da palavra” ao seu modo, obtendo uma forma de convocação de solidariedade para com Luana Barbosa, mas também para consigo mesmas. Parece-me,

aparentemente, que a fusão entre as ideias de vítima e vítima em potencial não se estabelece para confundir posições, mas para fazer com que a categoria de vítima e, logo, de verdade sobre si se produza com legitimidade por meio da fala dessas pessoas. Por meio de testemunhos de histórias de vida, relatos de ex-relacionamentos abusivos, ou de situações já vividas e parecidas com as quais Luana Barbosa tenha passado, vi e ouvi naquele dia mulheres capazes de atingirem uma verdade que não é a jurídica e que, no entanto, fazia emergir um feixe de luz de entendimento sobre o que Giorgio Agamben (2002) denominou de “incompreensível do terror”. Em vias de concluir esta pequena introdução ao tema, aos meus caminhos e origens de pesquisa, quero expressar que este trabalho procurou analisar e compreender os efeitos políticos construídos quando mulheres têm poder de compartilhar falas sobre violência. O principal argumento que trago, de início, é que reconheço a produção destas versões como uma linguagem para movimentação de ações políticas de protesto e de reparação, visto que as vivências “faladas” funcionam como potentes mediações simbólicas entre subjetividade e a efetivação de transformação social. Sendo assim, o objetivo do texto que se adianta buscou refletir sobre o sofrimento gerado pelo assassinato de Luana Barbosa em uma comunidade lésbica, negra e periférica, atualmente ligada à Coletiva Luana Barbosa. Por meio da análise da construção de figuras significativas que perpassam o contexto sobre a violência contra mulher lésbica, negra e periférica em São Paulo, este trabalho propõe, com ênfase, evidenciar como se constituem, entre as mulheres interlocutoras ligadas ao grupo (Bárbara Medina, Mayana Vieira, Fernanda Gomes e Juliana de Borba), a categoria de vítima e a ideia exploratória de um Estado algoz, muitas vezes - como veremos adiante - antropomorfizado numa figura masculina, preguiçosa e negligente. Busquei, também, investigar como e o que essas mulheres pensam sobre a legitimidade das “formas” de reparação da violência sofrida e o que esperam do fim do 19 processo criminal que envolve a morte de Luana Barbosa. Para finalizar, basta ressaltar a importância da ideia de compromisso que o grupo estabelece com a memória da morte e da vida de Luana Barbosa, sempre mediada pelo modo que as periferias paulistanas, principalmente as localizadas no extremo sul da cidade, são habitadas no presente. A partir do reconhecimento da necessidade do que Cynthia Sarti (2014) chama de “políticas da memória e da reparação”, o sofrimento compartilhado por um grupo passa a ser relacionado como indissociável do reconhecimento público e oficial da violência que o gerou (SARTI, 2014, p. 78). Com isso, espero que com o desenvolvimento desta pesquisa, em colaboração com algumas mulheres que estão presentes, desde 2017, na produção de materialidade e conhecimento sobre o caso Luana, as possibilidades de elaboração da memória e do luto no plano subjetivo sejam diretamente associadas à posição de poder que os acontecimentos adquirem no plano político da esfera pública.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 3 - Indicando estrutura da dissertação O primeiro capítulo detém-se em traduzir uma possível leitura sobre os significados e impactos da lesbofobia no contexto da morte de Luana, apontando as justificativas que a torna inseparável do racismo no caso em específico. Por esse caminho, o capítulo traz a tônica da construção de um “corpo perigoso” do ser lésbico, negro e masculinizado enquanto um vetor de ameaça e representante do risco à reiteration moral heteronormativa e branca do Estado. Nos últimos subcapítulos, “Os sentidos de uma vida arrancada” e “Movimento em redes (digitais) de indignação e a luta política pela significação da vítima”, tentei me apropriar, em termos simbólicos, do complexo papel do Estado na produção das subjetividades das vítimas em potencial, da vítima em particular e também dos algozes. Para isso, o pensamento de autoras como Márcia Leite (2012), Adriana Viana e Juliana Farias (2011) ajudam no entendimento das manifestações civis, políticas e militares inculcadas sob os termos do que conceituam como “metáfora da guerra”. O segundo capítulo traz em seu horizonte as vivências de três mulheres ligadas à Coletiva Luana Barbosa (Juliana, Bárbara e Mayana), apresentando os modos como operam e contribuem de formas

plurais para a construção de um alicerce moral e jurídico pela honra da vítima. No início, de antemão é apresentada a estrutura básica da metodologia escolhida para este trabalho, considerando todos os aspectos da vida intelectual que o ofício de pesquisadora exige durante uma pandemia. Devido ao isolamento social rígido, muitos desses aspectos, como veremos adiante, serviram-me como garantia da minha presença em espaços coletivos e virtuais, com as plataformas online do Meeting Google e Zoom servindo como espaços para a realização de entrevistas. Dividido em duas partes, o capítulo surge com força necessária para pensar as marcas de diferenciação social no que diz respeito à personificação da “sapatão de 20 quebrada”, expressão êmica de intenso protagonismo autoreferencial que garante, em amplo sentido, valor e afeto para a categoria da identidade lésbica negra na periferia. Outro marco do mesmo capítulo é como essa mesma categoria autorreferenciada implica diretamente em um estado de alerta e pânico da ocorrência de mais casos parecidos com o de Luana, denominado por mim como “previsibilidade do futuro compartilhado”. É notório e proporcional que quanto mais perto de identificar-se com o perfil categórico de sapatão de quebrada – masculinizado, negro e lésbico –, maior é o vínculo com a sensação constante de assédio policial e, portanto, da morte como uma possibilidade a curto ou a médio prazo. O terceiro e último capítulo, que em si já carrega a potência de direcionar resultados, tem em foco a produção de subjetividade lésbica construída por meio da mobilização social de mulheres a partir da experiência da festa (Sarrada no Brejo) e da maternidade - o que coloca o Estado, enquanto uma fonte capital de subjetividade para o caso, em segundo plano. O capítulo tem concentração em uma entrevista sobre as experiências recentes de Fernanda Gomes, assistente social e gerenciadora assídua da Coletiva Luana Barbosa. A partir de uma conversa, e contando também com o acompanhamento de outras pesquisas de mestrado realizadas sobre a participação de Fernanda enquanto ativista sapatona de quebrada - em especial a de Raquel Martins (2021) sobre o impacto da festa Sarrada no Brejo -, acompanha-se a elaboração da noção específica e local de “memória sapatão”. Este último conceito, inculcado numa noção de memória que escapa à ideia habitual alinhada ao ato de resgatar lembranças do passado, firma-se como um conectivo poderoso entre os temas mais relevantes espalhados pelos três capítulos desta dissertação. Em poucas palavras, o capítulo assume a posição de identificar, como uma prévia de conclusão, o que as lesbianidades pretas e periféricas estão pensando sobre as formas de reparação da violência assumida pela história de morte de Luana Barbosa, a exemplo da condenação dos réus, da significação da vítima e da criação - ou ausência - de políticas públicas provedoras de segurança para a população LGBTQIA+ no Brasil, com ênfase na comunidade lésbica.

ANEXO L – INTRODUÇÃO MEA202204

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 1 - Reivindicando centralidade e/paraO debate sobre questões étnico-raciais na contemporaneidade tem ganhado relevância e destaque mundiais, haja vista acontecimentos que tiveram repercussão global e foram impulsionados pelas novas tecnologias, o que vem auxiliando a colocar a pauta étnicoracial na ordem do dia. O assassinato do norte-americano George Floyd em maio de 2020, a morte de três meninos negros na comunidade de Belford Roxo no Rio de Janeiro em dezembro do mesmo ano e o movimento Black Lives Matter que sucedeu a esses fatos, emergiu em decorrência de atos de violência contra população negra que geraram reações por todo o mundo. Esses eventos fizeram a sociedade ter um outro olhar para as questões étnico-raciais, incitando às instituições a ligar um sinal de alerta quanto a necessidade de promover ações antirracistas, pautadas num pacto civilizatório e em valores de respeito aos direitos humanos e à diversidade.

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ouO Ministério Público Federal (MPF), essencial à função jurisdicional do Estado e que existe para defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, é um campo de pesquisa muito profícuo e contributivo para o estudo dessa temática uma vez que se implica duplamente na questão. Primeiro no âmbito judicial e extrajudicial, no qual o órgão deve atuar garantindo que as instituições cumpram o que foi estabelecido nas leis de cotas e segundo nas suas próprias seleções, garantindo reserva de vagas as pessoas negras e coibindo a fraude no acesso dessas pessoas nos concursos para membros(as), servidores(as) e estagiários(as) da instituição. Na tentativa de cumprir o seu papel constitucional e atuar na implementação de uma política antirracista ativa, o MPF implementou em 2018, por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), o Grupo de Trabalho 1 (GT 1) de Combate ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial como resultado dos encaminhamentos traçados na Reunião de Coordenação da PFDC, realizada em Salvador/BA, nos dias 12 e 13 de março daquele ano. Depois a instituição aderiu ao Programa Pró-equidade, instituído pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR).

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anterioresComo consequência da adesão ao referido programa, em 2014 foi criado o Comitê Gestor de Gênero e Raça (CGGR/MPF) para coordenar a articulação das ações do Programa, o qual a instituição aderiu voluntariamente. O CGGR/MPF elaborou os Planos de Ações para o Pró-Equidade em âmbito nacional e ficou responsável por supervisionar a execução das ações planejadas nas unidades do MPF, assessorando a criação de Comissões Locais de Gênero e Raça nos estados, além de monitorar os processos e avaliar os resultados do que foi realizado. Após a execução das ações planejadas e o cumprimento do primeiro plano no biênio 2014-2015, o MPF foi premiado pela SPM/PR com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça da 5ª edição, em cerimônia realizada no dia 24 de novembro de 2015. Contudo, a adesão ao Programa, as ações executadas nos Planos de Ação e a premiação recebida, não foram suficientes para que o MPF conseguisse distribuir suas vagas de forma racialmente equitativa. Dados do perfil funcional, extraídos da Fichas de Perfil que são elaboradas desde 2014 até os dias atuais com o intuito de retratar o perfil do corpo funcional do MPF, mostram que houve diminuição, em 2016, do número de pessoas de cor preta e parda no órgão em relação a 2015 e 2014 (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2018, p. 7). Os dados empíricos revelaram ainda duas questões fundamentais para a formulação da problemática de pesquisa: a primeira é que há uma predominância da cor branca entre membros(as) da carreira de Procurador(a) da República do MPF. A segunda é que essa predominância também ocorre no conjunto geral do corpo funcional do órgão. Ou seja, o MPF é majoritariamente branco. Ademais, no 29º concurso

para Procurador/a da República (iniciado em agosto de 2016 e finalizado em 2018), cujos membros(as) foram empossados/as em 2019, apenas um homem preto tomou posse e assumiu a vaga reservada para as cotas raciais. O fato de que pessoas brancas são maioria no órgão implica na maior presença de brancos(as) tanto nos cargos com retribuição financeira, quanto naqueles sem retribuição, como é o caso dos assentos do CGGR/MPF, inclusive o de coordenação.

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1B - Indicando uma lacuna ou Assim, o problema de pesquisa emergiu a partir de uma inquietação em perceber como as instâncias de promoção das ações afirmativas do MPF são pouco heterogêneas do ponto de vista do parâmetro cor-raça/etnia. Compreender que esse fenômeno decorre de um privilégio material e epistêmico que produziu racismo, sexismo e classismo nas instituições, abriu para mim alternativas de enfrentamento da questão a partir dos estudos teóricos, práticos e políticos, simultaneamente. Do problema de pesquisa decorrem outras questões: basta capacitação técnica às pessoas que atuam na execução das políticas afirmativas, sobretudo nas comissões de heteroidentificação, para que elas se sintam verdadeiramente aptas a utilizar sua autopercepção e heteropercepção para aferir a autenticidade das autodeclarações nos processos seletivos para vagas reservadas a pessoas negras? Ou essa aptidão está mais relacionada à trajetória de vida desse indivíduo, sua socialização nas múltiplas dimensões em que interagiu ao longo da sua história de vida? Ou ainda, como as trajetórias interagem com as atividades formativas dentro das bancas de heteroidentificação?

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1A - Delineando os propósitos ou Nesse sentido, o objetivo geral desse trabalho é pesquisar, a partir de um estudo antropológico, como a história de vida dos(as) coparticipantes da pesquisa e a minha própria, combinadas ao conhecimento que adquirimos a partir das teorias raciais críticas, podem afetar a percepção que temos sobre a nossa própria identidade e a do Outro, interferindo nas autodeclarações e heteroidentificações. Os objetivos específicos são: analisar e interpretar o conjunto de arquivos, normas internas e externas que fundamentam a implementação das políticas afirmativas no MPF; analisar e interpretar os documentos produzidos nas instâncias executoras das políticas afirmativas e; narrar, analisar e interpretar minha própria história de vida e analisar e interpretar as histórias de vida das coparticipante da pesquisa, a partir de entrevistas etnográficas, com base no referencial teórico, metodológico e epistemológico desenvolvido ao longo da investigação.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual No intuito de atingir os objetivos propostos, desenvolvi uma pesquisa de caráter exploratório que se valeu de diversas estratégias e fontes de estudo do problema/questão. Foi feita uma breve revisão bibliográfica sobre a temática, além do levantamento de dados e informações sobre a organização, estrutura e atuação do MPF. Busquei também me aprofundar na atuação das instâncias de execução da política de promoção da equidade racial no órgão e nas atuações em Comissões de Heteroidentificação. Por fim, procedi uma etnografia de arquivos, na qual realizei uma análise dos documentos produzidos pelo Comitê Gestor de Gênero e Raça do MPF (CGGR/MPF) e pelas Comissões de Heteroidentificação, a partir de anotações, memorizações e percepções. A partir da metodologia da Autorreflexão e das Histórias de Vida (HV) busquei interpretar, pela análise das trajetórias de cada interlocutor(a), como cada percurso influenciou na autopercepção e heteropercepção racial de cada um(a). A pesquisa das HV se desenvolveu a partir da revelação das trajetórias pessoais das(os) interlocutoras(es), num processo reflexivo e de resgate de memórias, bem como os percursos individuais de cada participante. Na escolha do MPF como local de pesquisa considerei a minha atuação com servidor da instituição, onde atuo executando as políticas afirmativas, sobretudo em comissões de heteroidentificação para fins de cumprimento da lei de cotas raciais. Portanto adotei como técnica de investigação a participação observante, aproveitando a minha dupla posicionalidade. Ora como ator das tarefas designadas no campo, ora como pesquisador

analisando e refletindo dialeticamente sobre as próprias tarefas que executava. Desse modo, haja vista essa situação ao longo da pesquisa, os fundamentos teórico-metodológicos e as técnicas de pesquisa utilizadas foram se adequando às possibilidades que as circunstâncias de pesquisa ofereceram. De modo a complementar o meu olhar em relação à questão após o desenvolvimento da Autorreflexão, busquei realizar entrevistas etnográficas com pessoas selecionadas, preferencialmente atuantes nas instâncias de promoção da equidade racial do órgão. Inicialmente a ideia era realizar 5 entrevistas com pessoas autodeclaradas branca, preta, parda, indígena e amarela. Contudo, o contato com o campo revelou a dificuldade em mapear as pessoas autodeclaradas indígenas, primeiro devido ao baixo quantitativo numérico, 3 mulheres e 11 homens (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2021, p. 6), segundo pois a declaração de pertença étnico-racial indígena independe de critérios fenotípicos, o que dificulta a identificação dos(as) indígenas, uma vez que os dados de autodeclaração étnico-racial da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) são confidenciais. Haja vista a realidade apresentada pelo campo empírico optou-se por ampliar o número de entrevistas, com o objetivo de substituir a entrevista que seria realizada com a pessoa autodeclarada indígena. O que, de certo modo foi proveitoso, pois além de possibilitar captar mais visões de uma mesma identidade étnico-racial, também oportunizou o aparecimento de uma identidade étnico-racial fora do padrão classificatório do IBGE (preta, parda, branca, amarela e indígena). Uma das coparticipantes da pesquisa, a qual inicialmente foi pensada para atender à representatividade da cor-raça/etnia parda, se autodeclarou, com base no conceito elaborado por Gonzalez (1988), “amefricana”. Assim, foram realizadas 6 entrevistas com 2 pessoas autodeclaradas brancas, 1 autodeclarada preta, 1 autodeclarada negra, 1 autodeclarada amarela e 1 autodeclarada amefricana. Cada coparticipante participou de uma entrevista por videoconferência na plataforma Zoom Meetings, na qual foi respondido um roteiro de entrevista semiestruturada (APÊNDICE 1). Foi aplicado um modelo flexível, adaptado de maneira ajustada à cada coparticipante entrevistado(a). O roteiro foi elaborado com questões prévias e, ao longo da entrevista, as perguntas foram se ajustando a partir da história de vida informada por cada coparticipante, de modo a adequar a medida dos questionamentos às nuances pessoais que se percebeu influenciar na autopercepção e heteropercepção que cada entrevistado(a) tem de si e de outras pessoas. Durante as entrevistas adotei uma postura de pouca ou nenhuma intervenção na fala da(o) coparticipante. O intuito era que as histórias colhidas fossem aprofundadas na medida da necessidade explicativa do problema de pesquisa inicial: como nossa trajetória de vida, ao impactar na nossa percepção sobre identidades étnico-raciais, pode influenciar a heteroidentificação de outras pessoas? Em outras palavras, quanto a nossa história de vida impacta nosso juízo de valor em termos de atuação das políticas afirmativas e comissões de heteroidentificação, validando autodeclarações étnico-raciais de terceiros? A interpretação dos resultados das entrevistas, ou seja, a análise das falas registradas após transcrição dos áudios e vídeos dos encontros, se deram no intuito de compreender como ocorrem e quais relações existem entre a autopercepção e heteropercepção racial de cada pessoa, considerando sua cor-raça/etnia de identificação e sua trajetória de vida. As informações e falas utilizadas nesse texto, resultado da transcrição das entrevistas etnográficas, foram usadas com a expressa anuência dos(as) coparticipantes que receberam e assinaram os respectivos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme modelo do Apêndice 2. Considerando que atualmente os casos de fraude na execução das políticas de cotas tem se tornado cada vez mais comuns e notórios, é patente a importância de refletirmos sobre essa temática dentro do MPF, onde as múltiplas identidades étnico-raciais que compõem o universo pesquisado podem contribuir para um aperfeiçoamento dos critérios de aplicação das políticas afirmativas interna e externamente. **Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 3 - Indicando estrutura da dissertação**

Esse trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro aborda os aspectos relacionados ao campo de pesquisa. É feita uma análise situacional onde apresento a organização do Ministério Público (MP) brasileiro, pesquisas anteriores sobre o MP brasileiro, a estrutura do Ministério Público Federal (MPF), sua atuação e as instâncias de atuação nas políticas de ações afirmativas, combate à discriminação racial e promoção da equidade racial. No segundo capítulo são apresentados os fundamentos teórico-metodológicos e técnicas de pesquisa utilizadas na presente investigação. As metodologias da Autorreflexão e das Histórias de Vida (HV) são desenvolvidas, bem como as técnicas da etnografia de arquivos, participação observante e entrevista etnográfica. Nesse capítulo os métodos e técnicas de pesquisa são cotejados às categorias de base afrodescendente Sankofa e Ubuntu, devidamente explicadas em seção específica. No terceiro capítulo desenvolvo uma breve revisão bibliográfica sobre os conceitos raça, racismo, mestiçagem e identidade étnico-racial. Trago nas seções um conjunto de percepções de origem reflexiva, conceitual, teórica e epistemológica acerca dos temas e seus desdobramentos tais como pseudoteorias de pureza racial e eugenia, mito da democracia racial, ideologia da mestiçagem no Brasil e, por fim, uma reflexão sobre o conceito de identidade étnico-racial. No quarto capítulo apresento os resultados da aplicação da metodologia proposta. Finalizado o capítulo apresentando as narrativas autobiográficas dos(as) coparticipantes da pesquisa considerando suas percepções sobre autopercepção e heteropercepção racial. **Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 2 - Anunciando as principais conclusões** Por fim apresento a conclusão do trabalho. Cabe destacar que os termos colocados em *itálico*, nesta dissertação, sugerem que o conceito imediato da palavra será problematizado ou explicado *amiúde*. Com efeito, buscarei considerar esses termos como conceitos em construção ou como categorias que estão com suas formulações sob análise. O emprego do *itálico* será adotado em tais termos e expressões, bem como para os títulos de publicações e termos em língua estrangeira, como habitual. Outros marcadores de grafia utilizados foram as aspas nas citações, indicando expressões referidas ao longo do texto e para dar destaque a alguma ponderação específica quanto a algum aspecto no qual foram empregadas; e o **negrito**, utilizado para dar ênfase em trechos citados ou em expressões próprias do texto, indicados com a designação **grifo próprio**.

ANEXO M – INTRODUÇÃO MEA202205

Movimento 0 - Repertório Sócio-cultural contextualizador Aqui, na Guiné-Bissau, todo mundo fala do tribalismo nos períodos das eleições e esquecemos que nós fazemos o tribalismo no dia após dia com os outros, não só no período da eleição. Eu sempre digo que o tribalismo que nós fazemos, na nossa relação do dia a dia, pode até não trazer o problema entre nós, mas, para mim, é, de facto, que pode trazer a divisão do povo guineense no decorrer do tempo. (Malam, 08 de abril de 2018).

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para

Malam explicou assim na participação na live da joana sob o tema: o tribalismo é um tabu que ninguém fala, mas existe na nossa relação social do dia a dia.³ Nessa live, tinham participações de várias convidadas, entre elas, cada uma trouxe diferentes interpretações do tribalismo e seu efeito na relação social e política na Guiné-Bissau. O tribalismo, nas relações sociais guineenses, é interpretado, pelos interlocutores, como um tabu que ninguém fala, mas existe. Para Malam, o tribalismo que se faz nas relações sociais guineenses é mais forte do que o tribalismo que nós fazemos nos períodos eleitorais, porém, apesar que não trazer divisões como no período das eleições onde a sua prática se torna mais visível, tensa e comentada pelas populações guineenses em massa. De acordo com ele, alguns aspectos do fazer o tribalismo, na convivência guineense, geram desigualdade e diferenciação entre as pessoas que vivem no interior e centro da cidade de Bissau. Esta dissertação analisa as diferentes formas interpretativas de fazer o tribalismo na Guiné-Bissau, sendo elas, na relação social e política Guineense, como, também, compreender o seu impacto na divisão étnica no país.

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou

Para os meus interlocutores, a discussão em torno do tribalismo não é de hoje, visto que ela é uma problemática que ganhou força desde o primeiro golpe do Estado de 1980 que separou a Guiné-Bissau e Cabo Verde e deu a origem à abertura democrática em 1994, ano da realização da primeira eleição legislativa e presidencial na Guiné-Bissau e seu uso e visibilidade nos processos eleitorais se extrapolou na eleição de 2019-2020, assim como também nas convivências guineenses que possuem alguns aspectos muito fortes e são vistas de uma forma naturalizada (tabu).

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1B - Indicando uma lacuna ou

Antes, eu tinha um entendimento de que o tribalismo é um fenômeno que se faz somente no período da eleição pelo fato de que a minha vivência, na Guiné-Bissau, percebi que, nesse período, as pessoas comentam com mais frequência a palavra do tribalismo, assim percebi o quão é complicada a convivência das populações guineense nesses períodos eleitorais; ficando ainda mais tensa por causa de alguns termos dos discursos tribalistas usados pelos políticos para ganhar votos do pertencimento étnico. Sendo um dos períodos mais conturbados da sociedade guineense, qualquer uso inapropriado do pertencimento étnico, acaba virando em uma problemática social e partidária que acaba deixando mágoas profundas na convivência entre os guineenses. Porém, o campo me deu outra concepção sobre a prática do tribalismo na Guiné-Bissau que também se faz nas conveniências entre os guineenses no dia a dia, mas que não gera conflito como nos períodos das eleições. Neste texto, durante a pesquisa de campo na rede social, identifiquei diferentes sentidos de fazer o tribalismo na relação social e política guineense. Para os meus interlocutores, o tabu de tribalismo, na relação social, consiste em **raça fundinho ta barripadja (jabula) e raça bibidur ou raça polon**. Esse aspecto de fazer o tribalismo ocorre de uma forma naturalizada na convivência guineense, mas é uma expressão muito forte que traz diferenciação e divisão dos grupos sociais religiosos na Guiné-Bissau. Essa expressão, muitas vezes, é dirigida num tom de brincadeira, mas a sua natureza é completamente divisionista e diferencia as pessoas que fazem parte da etnia e religião islâmica e cristã. Uma vez que as populações guineenses são diferentes, em termos de religião

e etnias, mas iguais em termos da mistura e pertencentes de um território nacional, assim como o casamento é um fenômeno muito importante que fortalece a mistura e unidade entre as diferentes etnias. Segundo aspecto, o tribalismo como sotaque linguístico é um aspecto de tribalismo linguístico associado às pessoas que falam o crioulo misturado com suas línguas étnicas. É importante frisar que esse aspecto causa desigualdade, exclusão e divisão na escola, bem como também na sociedade entre indivíduos que vivem na capital e na região da Guiné-Bissau. Além disso, os guineenses que vivem no centro da cidade se acham superiores, civilizados e educados em contraponto aos que nasceram e moram no interior. Em outras palavras, o sotaque linguístico é um aspecto que faz com que muitas pessoas do interior abandonem escolas, na capital Bissau, perante a exclusão e os desconfortos na hora de falar na sala de aula. Lembrando que, para os meus interlocutores, esse aspecto é muito importante para pensar o tribalismo na relação dos guineenses do dia a dia. Uma vez, é fácil ser guineense nascendo e vivendo na capital, difícil é nascer no interior onde os privilégios sociais e linguísticos não são pauta para os políticos, ou melhor, o Estado-nação não chega em algumas comunidades do país e as características – tradicionais, linguísticas e culturais – ainda são praticadas e frequentes para essas pessoas que, muitas das vezes, são designados de não civilizados pelos que vivem na cidade em pleno século XXI. Terceiro aspecto do tribalismo como Inveja: configura-se como uma forma de fazer o tribalismo que consiste na generalização de raça, bem como no avanço e na progressão de uma pessoa de outra etnia. Nesse sentido, muita das vezes, o julgamento não vem direto dessa pessoa que conquistou um emprego ou uma vida melhor, mas é feito de uma forma genérica, referindo-se à etnia tal pois conseguem isso e mais aquilo porque gostam de ir ao Djambacus e murru. Quarto aspecto de tribalismo: Solidariedade étnica que é uma forma de representações e identificações identitárias, parentesco, política e vizinhança que consiste na relação social guineense. Esse aspecto do tribalismo deriva de uma solidariedade muito forte, uma vez que as pessoas nunca abandonam sua etnia, parente ou vizinhança em situação de conflito, política, na ajuda no emprego ou em qualquer que seja a situação no país. Quinto aspecto do tribalismo consiste em ataque político, generalização e ódio sobre um determinado político; constitui-se numa forma de acusações genéricas de um político que está no poder para com o seu grupo étnico. Muitas das vezes, os guineenses acusam um político pelo seu erro no poder e generaliza todos os membros da sua etnia, que, muitas das vezes, acabam gerando discussões e ódio entre as populações guineenses. Sexto aspecto do tribalismo: ignorância, que consiste em forma de representação identitária e religiosa na escolha do candidato. Uma vez que, algumas populações guineenses não votam pela capacidade política de organização de um político, mas sim pelas representações étnicas, religiosas e afinidade política. Também deriva da forma como cada indivíduo se orgulha da sua etnia, esquecendo da unidade. Esses são aspectos do tribalismo considerados, pelos meus interlocutores, como um tabu que ninguém fala. Mas são palavras do tribalismo muito forte que, às vezes, os guineenses expressam de forma inconsciente nas suas relações do dia após dia. Às vezes, causam discussões e conflitos entre pessoas de diferentes etnias, mas passam despercebidamente e sem ódio e divisão. Em segundo sentido, os meus interlocutores analisam os aspectos do tribalismo na relação política como primeiros aspectos, promessas dos partidos para conquistar os militantes e ter mais votos. De acordo com meus interlocutores, as promessas eleitorais não se configuram como um aspecto que veio somente pelas representações étnicas ou de parentesco, mas sim, hoje em dia, na Guiné-Bissau, as populações procuram mais os partidos políticos que possuem mais dinheiro e promessas para filiar e que, muitas das vezes, acabam nas acusações, intrigas, divisão pelo interesse dos militantes e dos políticos. Considere-se que, muitas das vezes, as disputas dos militantes para se beneficiar das promessas dos políticos, é baseada nas acusações e generalizações étnicas que consistem em um aspecto do tribalismo

muito comentado pelos interlocutores, pelo fato que extrapola a convivência guineense nos períodos das eleições, assim como também na legislação de um candidato no poder, em que as acusações e as críticas não derivam somente de um candidato, mas sim para com todo o seu grupo étnico. No terceiro aspecto, os meus interlocutores analisam o tribalismo étnico e religioso como acusações dirigidas pelas famílias e parentes a uma pessoa do mesmo grupo étnico e religião pelo fato de que possuem diferentes opiniões políticas, visões e partido político diferente. Alguns militantes são acusados, na eleição de 2019/2020, de não gostar da sua etnia e religião pelo fato que apoiou o partido de outra etnia e religião. Também é verificado, nas mudanças institucionais, no que tange à implementação da língua árabe no ensino guineense, pelo fato que o ministro da educação, no momento, é da etnia Fula e o Presidente também, fato que foi muito questionado pelos militantes do presidente Domingos Simões Pereira (DSP) e alegaram que isso é um suposto ato de tribalismo. Outro aspecto do tribalismo é a violência (abuso no poder na política) que foram considerados, para os meus interlocutores, como tribalismo e divisão. Na eleição de 2019/2020, aconteceram várias violências e raptos dos militantes que apoiam o DSP, após o anúncio dos resultados das eleições que deram a vitória do presidente Umaro Sissoco Embaló (USE). Neste momento, muitas pessoas estavam fazendo suas críticas à política na rede social sobre a vitória do presidente USE. Porém, essas pessoas acabaram sendo raptadas e torturadas por grupos de pessoas não identificadas. Esse ato causou um susto nas populações guineenses, em que a sociedade inteira estava acusando o presidente USE recentemente, legítimo de suposto autor do rapto das pessoas que fazem parte dos militantes do presidente DSP. Os meus interlocutores alegaram que esse é um ato de tribalismo, divisão e ódio que aconteceu na política guineense em 2020. Esses aspectos do tribalismo são considerados, para os meus interlocutores, como tribalismo visível, em que a sociedade começa a levar em consideração alguns discursos e acontecimentos nas campanhas eleitorais dos políticos e dos militantes para analisar os aspectos do tribalismo, o que, muitas vezes, acaba gerando conflitos e acusações. Nesse sentido, de acordo com a minha observação de campo, a eleição de 2019/2020 foi uma das eleições mais conflituosas que aconteceram na Guiné-Bissau, levando em conta a luta pelo poder, abraçando o simbolismo étnico e religioso, promovendo a divisão da sociedade em geral. O período eleitoral de 2019-2020, na Guiné-Bissau, causa a divisão ao extremo, em que os militantes dos partidos diferentes, famílias e vizinhos se rompem, por causa dos nervos aflorados dos discursos étnicos que incentivam o divisionismo étnico e fortalecem a categoria tribalismo. Entretanto, as últimas eleições presidenciais de 2019-2020, na Guiné-Bissau, tiveram doze candidatos à Presidência que marcaram a política guineense; entre os quais, está o candidato Domingos Simões Pereira (DSP), do Partido Africano para Independência - PAIGC e Umaro Sissoco Embaló (USE), do partido Movimento para Alternância Democrática - Madem-G15; esses acabaram passando pelo segundo turno das eleições presidenciais, que acabou por trazer mais incêndio dentro da sociedade guineense. Durante a campanha eleitoral de 2019, vários vídeos foram publicados nas redes sociais pelos simpatizantes e apoiantes dos dois candidatos, nos quais, usam das suas falas para atacar algumas etnias e religiões; isso acabou por mexer com problemas crônicos e resultou nos ataques, discriminação étnica e xenofobia contras alguns grupos étnicos. Nessa eleição, pude observar as questões de lado, lado que foi tanto comentado pelos meus interlocutores, agora as eleições da Guiné-Bissau é: [...] lado, lado, onde as populações se dividem pela religião, etnias, intelectualidade, línguas, promessas de dinheiro e do trabalho e todo mundo quer apoiar um presidente pela afinidade, representações e interesse. Essa terra nunca vai ter paz e nem desenvolvimento se a gente não parar com isso e optar pela unidade e escola certa do presidente e sem essas questões. (Presidente 1, 02 de Novembro de 2018.) Em outras palavras, pude observar que a escolha de um presidente, representante do Estado ou do

Governo, depende muito da educação formal e do falar bem a Língua Portuguesa, assim como foi questionado no debate eleitoral da eleição de 2019. Para os meus interlocutores, militantes da DSP, não faz sentido eleger um presidente que não tem a escola e nem sabe falar bem a Língua Portuguesa. Assim, pude observar que a Guiné-Bissau é um país onde “falar é existir absolutamente para o outro” (FANON, 2008, p. 33); os políticos utilizaram a língua portuguesa para agradar a comunidade internacional europeia. Como analisam os meus interlocutores: nossa língua oficial é o português e então devemos eleger um candidato que sabe falar muito bem o português para nos representar internacionalmente. De forma resumida, apresento-vos, nesta introdução, um breve histórico sobre a situação geográfica e histórica da Guiné-Bissau: é um país africano situado na costa ocidental da África com divisa ao norte pelo Senegal e ao sul pela Guiné - Conacri (antiga colônia francesa) e, ao sul e oeste, é banhada pelo Oceano Atlântico. Além do território continental, tem ainda a parte insular que compõe os arquipélagos de Bijagós, formados por mais de oitenta ilhas com superfície total de 36.125 km²; é, administrativamente, dividida em oito regiões e 37 setores, incluindo o setor autônomo de Bissau, a capital do país.

FIGURA

De acordo com os dados do Banco Mundial (2020), a Guiné-Bissau tem uma população de aproximadamente 1.874.309 pessoas, constituída por uma diversidade étnica e cultural muito ampla. O país possui um mosaico cultural diversificado, tanto no seu aspecto linguístico como na música, dança, artesanato e outras manifestações culturais. O crioulo é a língua nacional do país, tendo o português como a língua oficial da nação, além de integrar a mais de vinte línguas nacionais de acordo com os grupos étnicos. As regiões da Guiné-Bissau são compostas por muitas variedades étnicas e linguísticas espalhadas por todo território. Os grupos étnicos são: Balantas, os Fulas, os Mandingas, os Manjacos e os Papéis. Esses grupos étnicos são mais populares na Guiné, mas existem outros grupos que ocupam todas essas regiões, cuja denominação é pouco conhecida pelos habitantes. E existem ainda subdivisões dentro de cada grupo étnico. Tchernó Djaló (2012) afirma que: Existem outras pequenas minorias étnicas sem significado demográfico ou em vias de extinção enquanto grupo étnico distinto. Verificam-se, entre outros: os Bagas, os Bambaras, os Cobianas, os Conháguis, os Jacancas, os Jaloncas, os Landumas, os Padjadincas, os Quissincas, os Saraculés, e os Sossos. (DJALÓ, 2012, p. 21). Os grupos étnicos da Guiné-Bissau, espalhados por oito regiões do país, povoam-se de acordo com suas características de origem étnica, cultural e religiosa. Isso demonstra que cada região é habitada por uma ou mais etnias, o que não impede a convivência desses em um mesmo lugar.

TABELA

Segundo Namone (2014 apud INEC, p. 17), a Guiné-Bissau está dividida em três províncias: Leste, Norte e Sul ou Meridional, para além do Setor Autônomo de Bissau (SAB– Capital do país). Sendo assim, o SAB, com apenas 2,1% da superfície total, é ocupado por 20% da população total do país; a província Leste, composta pelas regiões de Bafatá e Gabu, ocupando maior superfície do território nacional, 42%, contém 28,7% da população; a província Norte, composta pelas regiões de Biombo, Cacheu e Oio, cuja superfície é de 31,6%, é a que comporta o maior contingente da população, 36,9%; a província Sul, que agrupa as regiões de Bolama, Quinara e Tombali, com extensão de 26,22% da superfície, abriga 14,4% da população total. No que diz respeito à percentagem dos grupos étnicos por região, a capital Bissau é a que concentra o maior mosaico étnico e cultural do país. Os grupos

étnicos mais numerosos da capital são os Balantas, com 19.8%, seguidos pelos Papéis, com 17, 6%. Na região de Bafatá, os grupos étnicos mais numerosos são os Fulas: 58,5%, seguidos pelos Mandingas, 23%. Na região de Gabu, os Fulas são a maioria: 77.1%; a seguir vêm os Mandingas: 17%. Na região de Biombo, os Papéis ocupam a primeira posição: 72%, seguidos pelos Balantas, 19.8%. Na região de Cacheu os primeiros são Manjacos: 41,7%, seguidos pelos Balantas: 26,7%, depois pelos Felupe: 11,8%, e Mandingas: 8,6%. Na região de Oio, os Balantas ocupam o primeiro lugar: 48%, seguido pelos Mandingas: 31%, e pelos Fulas: 9,5%. Na região de Bolama-Bijagós, os Bijagós são os grupos étnicos mais numerosos: 57,6%, seguido pelos Mancanhas: 8,2%, o restante saldo percentual é dividido entre seguintes grupos étnicos: Papéis, Beafadas, Balantas, Mandingas, Manjacos. Na região de Quinara, apesar de ser o território dos Beafadas, 29,2%, os grupos étnicos mais numerosos nela são os Balantas 41,2%, o saldo percentual restante é dividido entre seguintes grupos: Fulas, Papéis, Mandingas, Bijagós, Manjacos, etc. Finalmente, na região de Tombali, os Balantas ganham predominância: 48,7%, embora a história do povoamento desta região confira a este grupo o estatuto de imigrante, em busca de terra fértil para cultivo. A seguir, vêm os Fulas, com 17%, os Beafadas, com 5,3%, os Papéis, com 2,5%, os Manjacos, com 2,0%, e os Bijagó, com 1,4%. (NANONE, 2014 apud INEC).

MAPA

Todos esses grupos étnicos estão divididos em três grupos religiosos: grupos étnicos com a influência de Cristianismo, Islamismo e religião tradicional de matriz africana. Os grupos étnicos majoritários, com a influência Cristã, são: Balantas, Bijagós, Manjacos, Mancanhas, Papéis, Felupes, entre outros. Grupos étnicos majoritários com a influência de Islã são: Fulas, Mandingas, Biafada, entre outros. Para salientar, as influências do cristianismo e islamismo, nascida na colonização, há um contrassenso das populações que praticam. Uma vez que as etnias, com a influência cristã, são minorias que praticam o cristianismo são oito por cento, sendo que a maioria das populações praticam a religião tradicional de matriz africana. Enquanto que os grupos étnicos islamizados são trinta e oito por cento das populações que praticam o islã e os restantes praticam a religião tradicional africana, como afirma Augel (2007): No total da população do país, 54% são incluídos na categoria de adeptos das religiões chamadas de animistas, cuja crença está baseada no culto dos antepassados das forças da natureza e no poder da espiritualidade. Há cerca de 38% de muçulmanos, e uma minoria de cristão correspondente a cerca de 8% da população, concentrada nos núcleos urbanos, sobretudo na capital. Não há extremismo nem fundamentalismo no país, e a miscigenação tanto religiosa como étnica é muito grande. (AUGEL, 2007, p. 92). Entende-se que a resistência da religião tradicional demonstrou o seu papel importante na luta contra a dominação colonial na Guiné-Bissau, uma vez que nem todas as populações que praticam o islamismo e cristianismo são cem por cento fiéis e conservadoras das religiões ocidentais, mas também praticam a sua religião tradicional. Como reforça Pyter (1994). De facto, o papel da religião na luta contra o domínio europeu e as suas consequências foi substancial. Durante o período colonial, africanos tradicionalistas (chamados animistas) usaram a sua respectiva religião como arma contra a exploração e opressão. (MENDY, 1994, p. 59). Percebe-se que “a sociedade guineense atual é a resultante de uma “situação de contato” que se traduz numa dualidade cultural. É precisamente no domínio cultural que a clivagem entre estas duas componentes da sociedade – uma tradicional, a outra nascida de colonização”. (DJALÓ, 2012, p. 22). A sociedade guineense possui uma forte ligação com a cultura e a coletividade, uma vez que cada grupo étnico se

representa através da sua estrutura, comportamento e hábitos. Lembrando que cada grupo estabelece sua forma distinta de olhar o mundo e interpretar sua cultura e tradição. Note-se que, mesmo com a mudança imposta pelo regime colonial, a sociedade ainda se apegava à sua cultura tradicional/coletiva. Djaló (2012) defende que: [...] a sociedade tradicional guineense é uma sociedade estruturada integrada num sistema de valores e de comportamento muito rígidos, baseados na tradição e na ordem social estabelecida. A integração do indivíduo num tal sociedade faz-se através da família, do clã, do grupo étnico, do grupo etário e da classe social, considerando como normas que explicam a ausência de individualismo, porque cada indivíduo é obrigado a agir e a conformar-se com as normas sociais, como o sistema de valores e com a disciplina do grupo. (DJALÓ, 2012, p. 22). Note-se que a coletividade é um dos fenômenos importantes e existentes em cada etnia, então, é, na base disso, que os grupos étnicos constroem suas regras e manifestações culturais. Percebe-se que a coletividade também se faz na relação entre diferentes grupos étnicos que partilham o mesmo território. Isso fortifica os laços de intercâmbio e harmonia entre as etnias e mostram a importância dos valores culturais diversos no território guineense. Como aponta Candé Monteiro (2019): [...] entre os bissau-guineenses existem duas formas de identificação social: uma que se refere à identidade coletiva (nacional) e outra representação específica, isto é, aquela que remete o indivíduo à sua tradição cultural, nesse caso a origem étnica de cada sujeito. Mas há de se levar em consideração uma terceira via de afirmação identitária no que se refere aos assimilados, isto é, os cristãos de praça que também são resultantes do cruzamento de origens étnicas diversas, mas que no contexto urbano identificam-se como crioulos, e usufruem da dimensão étnica como estratégia para a sua manutenção no poder político. (CANDÉ MONTEIRO, 2019, p. 33). Nesse sentido, a diversidade étnica e a sua relação coletiva são uma das principais riquezas no território guineense. Porém, a construção do Estado, na Guiné-Bissau, propõe uma nova relação social entre os indivíduos no país, uma vez que a diversidade étnica é caracterizada como fenômeno englobante de caráter nacional, em que as fronteiras étnicas passaram a se identificar como uma única nação e identidade dominado pelo grupo crioulo. Augel (2007) conta que: As relações interétnicas são hoje em dia pacíficas, constatando-se um vínculo em geral positivo e interligando os vários grupos num sistema social englobante, controlado por um sistema estatal dominado pelo grupo, crioulo da capital, embora haja espaço para a diversidade cultural, sobretudo no que diz respeito às atividades religiosas e doméstica. Diferenças culturais persistem em harmonia. Há uma complementaridade relativa e certos traços culturais, por exemplo, por um lado, entre os Fulas, os Mandingas, os Biafadas, e os Nalus etnias muçulmanas; e, de outra parte entre os Papel, os Mancanha, e os Manjaco e até certo ponto os Balanta. (AUGEL, 2007, p.78). Vale ressaltar que a diversidade étnica, na sociedade guineense, possui uma ampla variedade linguística. Uma vez que as variedades das línguas também se encontram no mesmo grupo étnico de setores diferentes. Como, por exemplo, dentro da etnia manjaco, cuja denominação é comum, mas a cultura e pronúncia linguística diferem-se uma das outras; o mesmo acontece em outras etnias. Mesmo assim, os grupos étnicos conseguiram articular em conjunto e compreenderam-se umas das outras. As línguas mais faladas seriam em número de dez, destacando-se: [...] o balanta (estimando-se a existência de 245.000 falantes), o fula (estimativa de 200.000 falantes), o mandinga (100.000), o manjaco (80.000), o papel (72.000), o beafada (20.000), o bijagó (100.000), o mancanha (19.000), o felupe (15.000), o nalu (4.000), sendo todas essas cifras apenas estimativas. (AUGEL, 2007, p.78). Através dessa estimativa da Augel (2007), verificou-se que, dentro das organizações étnicas, existem várias línguas faladas pelos grupos étnicos, mas a sua consolidação é pouco dentro da capital e é mais falado nas regiões do país. O crioulo é uma das línguas mais faladas pelos habitantes da capital, quase noventa por cento da população fala devido à sua importância da resistência

colonial e da união entre os grupos étnicos, embora não seja uma língua oficial do país. Os linguistas definem os crioulos como um sistema linguístico em que o léxico é tomado na sua maioria de empréstimos da língua base, a língua do dominador e as estruturas são resultantes dos abstratos das línguas africanas. Foi no contato de português com as línguas étnicas mais carente naquele território que nasceu e se desenvolveu o crioulo guineense e acabou se tornando a língua da unidade nacional. (AUGEL, 2007, p.84). A língua crioula da Guiné-Bissau nasceu num contato comercial e político entre os portugueses e os grupos étnicos na costa da guiné no período da expansão do colonialismo europeu; vale frisar que, no período antes da chegada dos portugueses, a organização étnica, na costa da Guiné, possuía uma comunicação multilíngue, uma vez que, na tentativa de compreensão entre as línguas étnicas e o português, surgiu a língua crioula. Crioulo é uma língua mestiça com o português, que, hoje em dia, é falado pela maioria dos habitantes da Guiné-Bissau.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual O procedimento metodológico desta pesquisa foi mediante análise das fontes bibliográficas e pesquisa de campo virtual nas redes sociais da seguinte forma: em primeiro momento, fizemos levantamentos e revisões bibliográficas dos textos, livros, artigos, dissertações e teses. Pesquisa dos textos da Revista Soronda, vinculada ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) da Guiné-Bissau, que fornece os materiais importantes sobre assuntos culturais, políticos e socioeconômicos do país. Em segundo momento, fizemos pesquisa de campo virtual na qual coletamos vários vídeos, lives e notícias nas redes sociais, bem como nas diversas fontes eletrônicas do país, as quais contribuíram para o desenvolvimento do objeto desta dissertação. Atento o leitor: usamos itálico nesta escrita para diferenciar as falas dos interlocutores e trazer, para o texto, as afirmações sobre as diferentes formas de fazer o tribalismo na relação social e política guineense que estão envolvidos. Quando escrevo, por exemplo, o tribalismo não é só se faz na política, mas também se faz na relação social guineense no dia a dia, não sou eu que faço essa afirmação, são eles que interpretam diferentes práticas do tribalismo dessa maneira. Construí minhas análises a partir dessas formulações que constitui a principal teoria empregada nesta dissertação, uma teoria etnográfica, colocada em paralelo a teorias e formulações antropológicas, considerando, para isso, as minhas traduções da língua crioula para a língua portuguesa.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 3 - Indicando estrutura da dissertação O texto se organiza em três capítulos, além da introdução e da conclusão: o primeiro capítulo pretende analisar os caminhos percorridos para a construção desta dissertação através da pesquisa etnográfica nas redes sociais em tempos da pandemia do Covid-19. Destacamos a minha experiência na definição do objeto ao trazer a categoria discursos étnicos como objeto de estudo e categoria tribalismo como conceito definido durante o percurso da pesquisa nas redes sociais, como também analisar os desafios da construção metodológica. O segundo capítulo explora as diferentes formas de fazer o tribalismo na relação social e política guineense em suas várias formas de interpretação pelo povo guineense. Explica também a prática do tribalismo na relação social guineense como um tabu e se torna visível nos períodos das eleições que culminam com conflitos e divisões étnicas. O terceiro capítulo tenta explorar as formas de uso da categoria tribalismo, fomentado pelos políticos e militantes nas eleições de 2019-2020; para isso, trazemos para análise a questão do civismo, tribalismo e insurreição dos discursos de ódio conforme foram definidos nos vídeos, lives e notícias nas redes sociais. Em seguida, analisamos a expressão Viva Escola vs Escola ika nada e língua portuguesa versus língua portuguesa. As expressões viralizaram nas redes sociais no momento das campanhas eleitorais e do debate político, trazendo várias problemáticas e discussões entre as pessoas nas redes sociais. E, por último, analisa os usos dos símbolos visuais, étnicos e religiosos pelos políticos nos pleitos eleitorais de 2019-2020.

ANEXO N – INTRODUÇÃO MEA202206

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para Esta pesquisa pretende ser registro, de uma trajetória ainda em movimento, de contatos com espaços e olhares acerca do ser mulher. Trata-se de um reflexo e resultado do meu caminhar no espaço acadêmico, enquanto pesquisadora de gêneros, raça, feminismos, sexualidade, e de tudo que o atravessa, de tudo aquilo que ficou preso na garganta e que exigiu ser cuspidor, de todos os porquês não respondidos, e de todas as angústias antecipadas. **Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1C - Levantamento de questões ou** Em principal, fala sobre o encontro com espaços e leituras, de fato, decoloniais, a me auxiliarem a dar nome a tudo aquilo que permanecia inquieto, dentro, a enxergar fraturas, silêncios e ausências, tão significativas e direcionadas no campo da narrativa feminista. Trata-se, por fim, de um buscar sentidos nas presenças e ausências, entendendo que essas últimas também falam, e muito. A presença, sempre em constante, de autoras e autores brancos, assim como determinadas pautas embraquecidas dentro da minha vivência no movimento feminista, foram ponto de partida para me fazer questionar o outro lado, o das ausências. Porque há sempre as mesmas leituras, as mesmas discussões? Onde estava o outro lado? Quais discussões atravessam esse campo e quem estava falando sobre isso? Perguntas, inquietações, que só foram confrontadas no contato com espaços que buscavam dar conta delas. Potencializando, criticando e aprofundando discussões extremamente urgentes e profundamente necessárias. Esta, então, é uma narrativa sobre esses encontros, e os resultados que, longe de terem curto prazo, permanecem moldados ao corpo, à memória, impulsionando futuros caminhos, traçados dentro e fora do espaço acadêmico. **Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual** Proponho, a seguir, um mergulho nos caminhos que cruzam corpos racializados, femininos e LGBTQIA+, em suas interseccionalidades (CRENSHAW; 2004), vivenciando e resistindo em um país racista, heteronormativo e opressor no que tange aos tratos com as minorias, negando-lhes espaços, afetos e diversos modos próprios de viver. Especificamente pensando nas particularidades do estado do Ceará, em seu racismo regional (MENDES; 2010) que traz, em sua história, uma negativa em relação à identidade e a cultura negra (MENDES; 2010). Trata-se de ouvir as vozes que se propõe a quebrar os silêncios, as amarras históricas, que desafiam todo um sistema que foi construído para controlar seus corpos, de diversos modos. **Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 3 - Indicando estrutura da dissertação** Assim, trago no capítulo 2 “Percurso metodológico: escolhas teóricas, metodológicas e afetivas”, as construções metodológicas que desenham essa pesquisa. O seu subitem, “2.1 O caminho até aqui: narrando as escolhas, as ausências e os encontros no percurso”, carrega as memórias afetivas de momentos cruciais que construíram essa pesquisa. Falo sobre os porquês, as dúvidas, as contradições, os desafios e tudo que permeia a minha formação. Dos olhares que me mostraram direções, das falas que retumbaram em minha cabeça, resultando em uma proliferação de questionamentos, que logo levaram a outros, e a outros, e a outros ... Falo nessas linhas sobre todas as questões que me atravessam, e me exigem escrever sobre. No subitem “2.2 Teorias e metodologia em auxílio ao pensamento: escolhendo formas de dizer”, falo sobre as questões metodológicas, as ferramentas que me auxiliaram a entender e colocar para fora tudo aquilo que me arremetia o peito. Resgato um tempo não tão distante, que marca o início do agora, a proposta inicial e tudo aquilo que a rodeava. Falo, em seguida, de todas as dúvidas e dificuldades que marcaram a construção dessa pesquisa, em principal a pandemia do covid19, que modificou profundamente as minhas escolhas referente a esse projeto. Abordo também as leituras e o delinear metodológico que concedem uma silhueta a essa pesquisa. Autoras e autores que me marcaram profundamente e me transformaram, exigindo mudanças e propósitos outros enquanto pesquisadora. No

capítulo 3 “Um mundo colonial em xeque: os desdobramentos de uma cultura de exploração no Brasil e no mundo”, trago um contexto histórico crucial para que possamos entender a construção do cenário atual, discuto as práticas coloniais de exploração de corpos e modos de vida do povo de países colonizados e tudo que resulta, e tudo que segue a ecoar nos dias cotidianos, na cultura relacional e em como nos percebemos no agora. Busco abordar, sobretudo, os efeitos de uma imposição cultural hegemônica, aprofundadas no subitem “3.1 Narrativas, dicotomias e a construção do “outro”. Nele, busco falar sobre as narrativas construídas para a justificação de um cenário de escravidão e inferiorização de alguns povos, as categorias criadas em prol do benefício de quem estava no poder do sistema colonial. Especialmente pensando no lugar central da antropologia no ontem e as preocupações recorrentes hoje. Já no subitem “3.2 Olhares sobre corpos femininos racializados: perspectivas coloniais e suas teias”, adentro nas especificidades dessa narrativa nos corpos femininos racializados, nas diferenças que atravessam as mulheres em um cenário de hierarquias de gênero e raça, silenciando uns e dando vozes a outros. Seguindo o caminhar histórico, entro no terreno das resistências no capítulo 4 “Movimentos, tensões e rupturas: uma análise histórica sobre o movimento de mulheres no Brasil”, em seu subitem “4.1 Uma análise sobre os movimentos feministas: presenças e ausências em seus significantes”, pensando, sobretudo, nas ausências, na construção de um levantar feminista por mulheres brancas e todas as contradições e os outros vários lugares a surgirem e serem explorados dentro desse movimento, uma vez que a estrutura social, econômica, cultural e política atravessa de formas diferenciadas as diversas vivências femininas. Em posterior, no subitem 4.2 “História dos Movimentos de Mulheres no Brasil: impasses, vitórias e lutas”, adentro as próprias especificidades brasileiras e toda a sua construção identitária, destacando os processos que aqui se fortaleceram e o tipo de femininos que se construíram. Por fim, chego no capítulo 5 “Resistências feministas no Ceará: a construção histórica de vozes plurais no estado”, em seu subitem 5.1 “O antes e o agora: um mapeamento dos caminhos trilhados pelos femininos na capital Cearense”, busco resgatar a história do movimento aqui no estado, em todas as suas especificidades regionais, pensando nessa relação entre passado e presente, as construções e presentividade políticas que marcaram a capital cearense no que corresponde a questões feministas e aquelas que se apresentam na atualidade, que correspondem a pluralidade e diversidade das mulheres cearenses. Um olhar, por fim, de tudo aquilo que fora debatido anteriormente nos capítulos que, agora, recai sobre o nosso estado, a saber de todas as suas nuances próprias. Já no subitem 5.2 Tambores de safo e INEGRA: passos, pequenos passos, grandes ruídos, mergulho, em uma linha temporal crescente, no último ano vivido pelo INEGRA e

pelo Tambores de SAFO, pensando nesse período de março de 2021 à março de 2022. É aqui que aponto um olhar mais específico para o nosso estado, sobretudo para a nossa capital Fortaleza, uma vez que é aqui que esses espaços são construídos. Suas ações são pensadas e discutidas em conjunto a referências e discussões teóricas que me acompanham na escrita dessa pesquisa. Busco, assim, levantar quais são as pautas centrais, como se dão as construções plurais, nacionais e regionais, e o alcance de todas as suas particularidades. Nas últimas linhas, no tópico da conclusão, finalizo com tudo que aqui já fora posto, com os vários porquês que ainda seguem pairando sobre esses ares, com os novos questionamentos surgidos e todos os caminhos atravessados e descobertos, sobretudo aqueles que ainda precisam ser explorados. No fim, que na verdade é só mais um começo, proponho sintetizar o movimento plural, que começo a desenhar nas linhas a seguir.

ANEXO O – INTRODUÇÃO MEA202301

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 1 - Reivindicando centralidade e/paraAs discussões em torno da transgeneridade como tema em produções científicas e acadêmicas nas últimas décadas têm ganhado cada vez mais força e destaque, assim como embates e ataques. Esse cenário, pode-se dizer, tem sido possível já que, no campo dos ativismos políticos, as mobilizações e as demandas também têm alcançado destaque, ancoradas, sobretudo, pela dimensão social e cultural que compreende problemáticas estruturais que afetam a sociedade brasileira como um todo. Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ouOperada e ressignificada a partir de mecanismos simbólicos, morais, culturais e reguladores, a sociedade brasileira carrega consigo um histórico estrutural de desigualdades e de problemas sociais críticos que afetam sua massa populacional. Nesta, refiro-me às ditas "minorias", que opto por sinalizá-las como populações/grupos sociais subalternizados historicamente, especialmente a população transgênero. Ainda sobre a amplitude e a força política que o tema da transgeneridade vêm ganhando nos últimos anos, destaca-se, também, a interlocução da academia com os movimentos sociais que pautam e reivindicam demandas e direitos humanos para essa população. Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anterioresNão diferente, observa-se o papel da ciência enquanto agência de contribuição ao desenvolvimento social e político das sociedades, além disso, percebe-se o esforço de pesquisadores/as e de acadêmicos/as de diversas áreas, em especial das áreas de ciências humanas, sociais e da educação na contribuição desse jogo político que gera debates, embates, avanços e novas perspectivas sobre o tema em questão. No caso das ciências humanas, de onde falo com um pouco mais de propriedade por ter tido uma formação-base e agora em especial na antropologia, tem-se percebido a crescente presença de debates públicos e de produções científicas sobre o tema da transgeneridade numa perspectiva humanizadora, indo numa espécie de contramão do que as ditas ciências duras (médicas e biológicas) já produziram e afirmaram sobre o tema. Nesse percurso, é possível perceber, por exemplo, que as ciências sociais, e mais especificamente a antropologia, têm se esforçado para produzir narrativas outras que emergem a partir das relações, ou seja, buscando compreender a transgeneridade enquanto uma questão social, política e cultural, que compreende relações humanas, subjetivas e sociais, e não perspectivas naturalizantes, desde a biologia e a medicina que outrora definiram-na como patologia. Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1B - Indicando uma lacuna ou O objetivo desta investigação ancora-se em produzir uma compreensão sobre as relações – e como estas se configuram socialmente – a partir da presença de pessoas transgêneras em um contexto específico: na Universidade. Para tanto, entendendo a vasta gama de reflexões e de estudos já produzidos em diversos campos do conhecimento sobre a transgeneridade, a presente pesquisa toma como ponto de partida o embasamento teórico desde a antropologia, buscando, assim, produzir um entendimento sobre as experiências sociais de pessoas transgêneras na educação, a partir das relações que são produzidas e vivenciadas com professores, colegas de curso, funcionários técnicos e, ainda, as relacionalidades em torno das regulações institucionais, como a burocracia, as normas e os regimentos internos ao contexto institucional, e os aparatos de poder e de controle que operam sob os corpos e as narrativas de pessoas trans* (BUTLER, 2022) presentes no espaço acadêmico-universitário. Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1B - Anunciando a pesquisa atualAntes de adentrarmos efetivamente o presente estudo, penso ser importante e também norteador o entendimento do termo transgeneridade. Para sustentar tal entendimento, eu poderia citar autoras, assim como produções diversas que já discutiram essa questão anteriormente. No entanto, enquanto uma pessoa transgênera e presente no espaço

acadêmico-universitário, produtora de conhecimento, penso ser mais prudente eu mesma, a partir da minha vivência e da minha perspectiva, sustentar tal argumento e entendimento sobre o termo, sem deixar de, nas entrelinhas deste trabalho, mencionar teórica e socialmente as raízes de tal entendimento em contexto macro social. Para os estudos de gênero e sexualidades, o conceito transgeneridade está imbricado numa discussão maior que trata das reflexões em torno da identidade de gênero. Tal discussão está presente neste trabalho, todavia, em termos sociais e políticos, a transgeneridade indica uma identidade de gênero oposta à cisgeneridade (RODOVALHO, 2017). Nesse sentido, parece-me relevante pontuar o que estarei me referindo à transgeneridade desde o início deste trabalho. Pois bem, transgeneridade será acionada para se referir à identidade de sujeitos sociais transgêneros. Por sua vez, pessoas transgêneras são aquelas compreendidas enquanto transgressoras da normatividade de gênero imposta pelas regulações sociais e morais (BUTLER, 2022). Importante também destacar que transgênero é compreendido como um termo guarda-chuva capaz de abarcar a pluralidade existente de transidentidades. Em esferas políticas, como nos movimentos sociais, essa denominação do termo guarda-chuva foi – e ainda é – motivo de inúmeros embates e disputas de narrativas, todavia, em termos científicos – e longe de querer generalizar existências diversas – minha opção por utilizar o referido termo neste trabalho é reflexo daquilo que o campo me mostra. Ainda que em termos políticos existam embates acirrados sobre o que pode-se entender por identidades trans no Brasil, a autoafirmação é o ponto-chave da questão, uma vez que quando uma pessoa se reconhece – e, portanto, autoafirma-se – enquanto uma pessoa trans, não são admitidas posições ou narrativas contrárias que impeçam tal autoafirmação, afinal, a tutela e a avaliação de sujeitos cisgêneros sobre sujeitos transgêneros são históricas e, mesmo com conquistas e avanços, ainda hoje são imbricadas nas relações sociais cotidianas, se não pelo Estado, que regulam e ditam normas sociais que imperam uma hierarquização colonizadora sobre corpos e existências de pessoas trans*. Nesse sentido, utilizarei, neste trabalho, o termo guarda-chuva transgênero abreviado para trans seguido do asterisco (*) para me referir à gama de transidentidades que transgridem historicamente a lógica binária e cisnormativa que opera social e culturalmente sobre os corpos e as existências diversas. Entende-se, aqui, por pessoas trans* aquelas cuja identidade de gênero é denominada como travesti, transexual, transmasculino, transfeminina, mulher trans, homem trans, não-binária, transvestigênera, dentre outras transidentidades históricas e contemporâneas que rompem com a estrutura colonizadora de gênero vigente em nossa sociedade.

ANEXO P – INTRODUÇÃO MEA202302

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para Este trabalho percorre um grande caminho até essa escrita, o caminho das observações, das rodas de conversas, dos diálogos na comunidade, do meu corpo com marcas da colonialidade, que sofreu com as tentativas de silenciamentos instrumento de um patriarcado que adentrou o mundo da aldeia se ancorando nos corpos masculinos e esses, por sua vez, reproduzem a violência em corpos femininos. Dos trabalhos acadêmicos que me propus a escrever na trajetória enquanto indígena, mulher e professora e principalmente desse lugar de questionar e questionar os processos históricos que vão escrevendo e definindo o lugar sociedade. Dissertar sobre a construção da pedagogia Truká e a resignificação da escola vai me possibilitar um caminho de percepção da trajetória dessas indígenas mulheres na concretização das suas próprias pautas coletivas e individuais. Quando resolvi entrar no mestrado não conseguia imaginar o quanto desafiador é estar nesse espaço, e se manter nele. Sempre foi dito para mim nas diversas situações visíveis e invisíveis que este espaço não me cabia, o meu inconsciente sempre esteve à frente me dizendo que eu não sabia escrever ou o que escrevo não seria tão interessante assim. Quando entrei pela primeira vez em uma universidade foi no curso de licenciatura intercultural (2009 - 2013) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – campus Caruaru. Não foi difícil estar ali, porque eu não estava sozinha, éramos 16 Truká junto com 135 indígenas de outros povos. Sofremos com deslocamento, com a procura de hospedagem e até mesmo com os processos de estudo, aquele espaço parecia um tanto estranho para todas/os nós, o tempo foi nos colocando lugar e construindo a partir da nossa presença o processo de demarcação devido desse espaço. É na graduação que vai aflorar o interesse de pesquisar sobre questões de gênero no meu território: escrevi um texto sobre história de vida de Adilia Maria Selvina, carinhosamente apelidada de mãe Odila uma grande mulher na luta pela terra. É percorrendo o caminho dessa escrita que vou perceber os contextos do patriarcado que foram exercidos sobre seu corpo e consegui trazer algumas problemáticas à discussão. Trago nessa dissertação as narrativas da trajetória de vida dessa mulher, assim como de outras, que, ao mesmo tempo que tem seu corpo com marcas coloniais, vai em seu tempo demarcar seu nome na história de luta do povo.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual Nesse entendimento busco com a construção dessa dissertação, analisar como os processos de educação escolar indígena Truká são tecidos na comunidade como espaços de estratégias usados pelas indígenas mulheres e professoras para resistirem e existirem dentro de um contexto patriarcal e machista. Como objetivos específicos, busco: a) perceber quais motivações históricas que levaram essas indígenas mulheres a protagonizar o educacional em seu território; b) contribuir para o registro de corpos femininos presentes no contexto de luta e resistência da educação escolar indígena; c) identificar os processos de silenciamento a esses corpos e suas estratégias de rupturas desse lugar.

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - (Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais Cheguei à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) tão perdida que não sabia para onde caminhar. Gostaria de ter naquele momento um manual das etapas e escolhas que se deve fazer durante o processo do mestrado. Fui observando pedindo ajuda aos colegas de turma, que foram me ajudando nesse processo, mesmo assim hora e outra me sentia muito sozinha, na minha turma só tinha eu e outra companheira indígena do Ceará. Os textos não falavam minha linguagem, a princípio nada fazia sentido, procurei estar em disciplinas que se aproximavam da minha realidade, até para compreender melhor os textos e poder contribuir com as discussões. Lógico que conhecer outros universos é de suma importância, entretanto alguns universos não faziam sentido na minha vida. O conteúdo causado pela COVID-19

também não favorecia com que eu pudesse compreender melhor os textos e as aulas, extremamente reduzidas a uma tela de computador. Meu tempo de aldeia também consome o pouco tempo que temos para se dedicar aos estudos. Agora eu estou sozinha na construção de mais um caminho que tem relação com as questões de gênero no território; trajetória essa que, ao mesmo tempo, é coletivo, ao mesmo tempo, individual. Para dissertar sobre um tema que hora e outra me parece tão complexo não só porque pensar essas relações de poder fere violentamente meu corpo, mas também me faz pensar esses corpos indígenas na trajetória de luta que reproduz e obedece a essas estruturas colonizadoras. Por esse e tantos outros motivos é que essa temática é de suma importância para as indígenas mulheres, para as meninas no processo de formação da identidade coletiva individual e para mim que sou mulher, indígena de pele negra, mãe de uma menina, professora e ativa na comunidade e no movimento indígena. Ela me inquieta, me tira da minha zona de conforto por querer não só compreender o processo histórico que vai tecer esse lugar da indígena mulher, mas também querer compreender as mazelas deixadas pelo processo de colonização na minha comunidade e questionar algumas posturas enraizadas até os dias atuais, que percebida ou não, vai dizer o lugar da mulher Truká no movimento. A minha escrita pode provocar novos pensares nas escolas, nos encontros de jovens na própria comunidade, como posturas coloniais podem oprimir, inferiorizar e segregar indígenas mulheres dentro de sua própria aldeia. Pensar os processos educacionais conduzidos majoritariamente por corpos indígenas femininos, é pensar como elas usam esse espaço para resistir e existir aos respingos da colonização que adentrou o interior da aldeia ganhando espaço nas reproduções de corpos masculinos também marginalizados. Pensar questões de gênero na comunidade é tão necessária quanto a luta pela terra, são esses corpos femininos que estão sempre lado a lado no enfrentamento das diversas políticas para o território, que participam diretamente das retomadas seja ela de terra, na saúde ou educação.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 3 - Indicando estrutura da dissertação Nesse sentido vou estruturar o texto a partir dos seguintes capítulos: No primeiro capítulo denominado Os caminhos da minha trajetória... memórias e resistências, nele discorre sobre minha trajetória de luta e resistência junto aos Truká, as indígenas mulheres e professoras, trazendo também histórias que vão me atravessando durante toda a minha caminhada, percebendo como os corpos, as lutas, os saberes/conhecimento e a vida dessas mulheres vão sendo afetados pela colonialidade de gênero e de que maneira elas vão buscando estratégias para ocupar espaços de resistências em seus tempos. No segundo Capítulo, Educação escolar indígena: caminhos, possíveis e desafios, aqui trago o histórico da educação escolar indígena, suas conquistas e desafios para implementação de um modelo de educação pensada a partir do chão da aldeia, bem como os da ocupação de espaços no âmbito por corpos femininos, estabeleço diálogo com indígenas mulheres Truká a partir das minhas vivências e relação de luta com esses corpos femininos para melhor compreender a partir dessas narrativas as questões de gênero dentro da aldeia e fora dela. No terceiro capítulo, indígenas mulheres e professoras construindo narrativas de resistências, nele procuro dialogar com vozes femininas seja elas na literatura antropológica que vai me alicerçar no caminho da escrita e trago aqui escritoras como Julieta Paredes, Caroline Mendonça, Rita Segato, Sueli Carneiro, Elisa Pankararu, Spivak, Michelle Perrot, entre outras, escritoras com viés do pensamento decolonial, bem como me alicerço em narrativas de indígenas mulheres nesse contexto atual de busca de novas estratégias para enfrentamentos de pautas antigas.

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou A dissertação foi realizada no âmbito da linha de pesquisa: Diferença, Poder e Epistemologias, e para o desenvolvimento desse trabalho optei pela metodologia de pesquisa etnográfica, participativa e de campo com foco em uma abordagem qualitativa, que objetiva

estudo dos sujeitos em seu ambiente, segundo Magnani (2002, p.17), “o método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos.” Ou ainda o que diz Frehse (2011) sobre: “Entendo a etnografia antes de tudo como maneira específica de conhecer a vida social. Sua peculiaridade: sua fundamentação existencial numa impregnação profunda, no pesquisador (em seu corpo e sua alma, em sua inteligência e sensibilidade), da imprescindibilidade da busca por aquilo que Eduardo Viveiros de Castro denominou ‘diálogo para valer’ com o Outro sendo o conhecimento forjado justamente a partir dos resultados desse diálogo.” (FREHSE, 2011, p. 35) Nesse entendimento percebo que a etnografia é o caminho justo e tranquilo que devo percorrer, sou parte desse povo que minha escrita vai visibilizar, estou mergulhada profundamente no cotidiano desses e dessas. Segundo Peirano, “a personalidade do investigador e sua experiência pessoal não podem ser eliminadas do trabalho etnográfico. Na verdade, elas estão engastadas, plantadas nos fatos etnográficos que são selecionados e interpretados.” (2008, p. 3,4). Ou ainda o que vai dizer Goldman (2003) que o trabalho antropológico de campo deve ter o sujeito como centralidade, que ele jamais deve ser encarado como um ser abstrato, mas sim indivíduos concretos que são dotados de particularidades, agências e criatividades.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual Os instrumentos de coleta que usarei para construção desse texto partirá dos diálogos com as/os parentes, as rodas de conversa, dos momentos de aldeia que sempre estive presente por não ser um corpo estranho, ser parte da comunidade e por esse motivo nesse momento não optei pelo método das entrevistas. Nesse sentido, MINAYO (1994) diz: se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (1994 p. 21-22) Caminharei através das observações para que dessa forma consiga perceber as diferentes estratégias usadas por essas mulheres para resistirem e existirem. O trabalho de campo etnográfico permanece como um método notavelmente sensível. A observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução. [...]; como meio de produzir conhecimento a partir de um intenso envolvimento intersubjetivo, a prática da etnografia mantém um certo status exemplar de estranhamento. CLIFFORD(2002, p.20),

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou 151.1 AS CATEGORIAS QUE ATRAVERSSAM MINHA ESCRITA Procuro durante todo o texto trazer categorias que me atravessaram durante minha trajetória. Ao longo do processo colonial nos foram atribuídas diferentes “nomenclaturas” que eram usadas para invisibilizar nossos corpos, nossos povos e nossas identidades. Durante décadas fomos usando nomes que nos foram atribuídos durante o processo de colonização: “índios”, “índias” era um desses nomes que foi nos colocado e que historicamente negou nossas identidades, nossas culturas, usado de maneira pejorativa e reafirmando preconceitos na sociedade de que nós somos seres atrasados e selvagens ou ainda pode caminhar por outra linha a do romantismo do índio bom moço na mata e da sexualização da indígena. Daniel Munduruku na 63ª feira do livro em Porto Alegre em 2017, fez uma fala importante em relação a palavra “índio”, contribuindo na desconstrução do imaginário de muitos sobre esse termo. Quando leem minha biografia, dizem que não sou mais índio, que já sou “civilizado”. Eu não sou índio e não existem índios no Brasil. Essa palavra não diz que eu sou, diz o que as pessoas acham que eu sou. Essa palavra não revela a minha identidade, revela a imagem que as pessoas têm e que muitas vezes é negativa. [...] Quando a gente chama alguém de índio, não ofende só uma pessoa,

ofende culturas que existem há milhares de anos. Esse olhar linear empobrece nossa experiência de humanidade. A gente defende um sistema de vida que tem dado certo há 3 mil anos.) Procurei reafirmar dentro das estratégias que nos são ensinadas durante a luta que nós somos indígenas ou povos originários, mas indígena é que vou usar durante minha escrita, significa “nativos” percebendo toda a diversidade cultural, histórica, de identidades que esse nome carrega. Existe algumas categorias que carregam consigo uma carga pesada da violência, da usurpação de feridas deixadas em corpos periféricos durante séculos, que se perpetuam até dias atuais. A colonização, o colonialismo e a colonialidade são processos de início, meio é continuidade que escravizam mentes e corpos até hoje, sempre ouvi muito no meu povo e no movimento indígena a palavra colonização que sempre me remeteu ao processo violento que passou meu povo e os demais povos nesse país, o colonialismo e a colonialidade são termos que escutamos e estudamos na universidade, faz parte do nosso processo acadêmico. Ao estudar sobre percebemos o quanto essas categorias oprimi e violentam o mundo aldeia, é inegável que sua continuidade em um momento ou outro se apresenta em corpos inferiorizados, no caminho dos teóricos Fanon (1968) vai dizer que a colonização é, antes de mais nada, uma “violência”, um elemento estratégico da lógica colonial. se desenrolou sob o signo da violência e sua coabitação – ou melhor, a exploração do colonizado pelo colono – foi levada a cabo com grande reforço de baionetas e canhões [...] A violência [...] presidiu ao arranjo do mundo colonial, [...] ritmou incansavelmente a destruição das formas sociais indígenas, [...] arrasou completamente os sistemas de referências da economia, os modos da aparência e do vestuário do colonizado (Fanon, 1968, p. 26 e 30). Ou ainda: o sistema colonial, enquanto tal, não poderá ser destruído senão através de um questionamento radical. Todas as mutações são submetidas à lei de tudo ou nada. Este fato está na consciência, pelo menos, de forma confusa, quer entre os membros da sociedade dominante, quer entre os membros da sociedade dominada [...], mas é preciso admitir que o primeiro e único questionamento radical do sistema é aquele que o próprio sistema engendrou, isto é, a revolução contra os princípios que o fundaram [...] A situação colonial criou o desprezível e ao mesmo tempo o desprezo; mas criou, também, a revolta contra o desprezo. Assim, cresce, cada vez mais, a tensão que divide a sociedade no seu conjunto (Bourdieu, 1958, pp. 28 e 129). Essa violência explicada pelo colonizador como ato civilizatório que integrava o projeto colonial que faz destes/as sujeitos civilizados, deixando assim de serem “selvagens” ou “bárbaros” foram feitas a partir do sangue de diversos/as indígenas e africanos/as que se recusaram a fazer parte desse projeto. O colonialismo é parte desse processo violento que se sustenta na categoria cultura para colonizar o que falta ser colonizado, nesse sentido não se domina apenas os territórios mais também os saberes/conhecimentos, as línguas, entre outros. Ou seja, o projeto civilizatório que inicia com a colonização ganha força no contexto do colonialismo, para Lander (2005) Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo, mas, simultaneamente a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória (Mignolo, 1995) e do imaginário (Quijano, 1992). Dá-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo. Todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados numa grande narrativa universal. Nessa narrativa, a Europa é ou sempre foi simultaneamente o centro geográfico e a culminação do movimento temporal (LANDER, 2005. p.10). Os movimentos que discorro até aqui são movimentos de dominação de superioridade branca e europeia, esse por sua vez não finaliza com o fim da “escravidão”, coma “independência do Brasil” e nem com as lutas que são travados durante séculos. A colonialidade é o elemento atual e moderno da continuidade que traz toda a carga, conceitos, projetos e violência do projeto de dominação. Para Quijano (2005) objetiva a subalternização dos povos colonizado se a permanência da hegemonia do colonizador, para ele a colonialidade

ganha força e espaço pela ideia de raça que vai colocar o colonizador em situação de superioridade em relação aos 17 colonizados. Essa por sua vez vem alicerçada em três bases principais: saber e ser (MIGNOLO, 2003) e o poder (QUIJANO 2005). A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/ inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005, p. 118). A colonialidade é um projeto sofisticado na atualidade, mas que oprimi, segrega, violenta, inferioriza e subalterniza todos/as/es que não sejam iguais em cor e conhecimento, essa cor é branca e esse conhecimento europeu. Nesse contexto em 2008 Maria Lugones com as reflexões que tem feito sobre raça e gênero vai trabalhar o conceito da colonialidade de gênero trazendo para o cenário das discussões novos elementos e fazendo uma crítica a Quijano que trabalha a questão de gênero na perspectiva biológica, ela vai discorrer que essa questão se baseia em conceitos eurocêntricos e heteronormativos. Durante minha escrita vão está presente também as palavras patriarcado e machismo ambas carregam contextos da colonização e se alicerçam na base da colonialidade, o que diferencia essas palavras das demais acima citada, essa é uma observação minha durante minhas caminhadas no movimento indígena e em outros movimentos, é que apesar de elas atingirem todos os corpos na comunidade, partindo do princípio que sempre escuto das lideranças e do movimento “que somos um único corpo”. São nas vozes das indígenas mulheres que sempre escuto essas palavras sendo ecoadas, porque são esses os corpos a sofrerem toda violência silenciamentos que essas categorias trazem. O patriarcado é um sistema social que privilegia homens, em especial homens brancos e heteros. Entretanto apesar do patriarcado, as mulheres continuam atuantes, influenciando, contribuindo, resilientes diante das ameaças do machismo. Reconhecer o patriarcado e machismo na aldeia e no movimento indígena não significa interdição completa das mulheres face as especificidades das organizações sociais que acabam contribuindo para a existência do poder das mulheres. Um exemplo Ramos traz em relação as mulheres Pankararu e o poder na tradição. Até hoje, embora com menos frequência, ainda há o hábito das mulheres procurar em banhos com fins medicinais, em destaque para curas espirituais. Por exemplo, no dia primeiro de janeiro ao amanhecer, bem antes de clarear o dia, muitas mulheres em grupo vão tomar banho nas águas da Santa Nascença. [...]

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1B - Indicando uma lacuna ou Nesse contexto, muitas são as mulheres Pankararu que possuem a qualidade de guardiãs e detentoras de saberes tradicionais, que recebem ensinamentos da Mãe Natureza que dizemos “dom”. São práticas que se traduzem através dos conhecimentos sobre a medicina tradicional em toda a sua diversidade e procedimentos de cura. As mulheres também são capazes do conhecimento dos rituais e cantos de contato com os encantados, e tantos outros procedimentos ligados a esses costumes. (RAMOS, 2019, p. 14e15) Quando trago essas categorias para o diálogo no texto, quero evidenciar que as violências sofridas pelos povos indígenas, pelas indígenas mulheres deixaram marcas profunda sem nossos territórios e consequentemente em nossos

corpos seja ele feminino ou masculino. Quero refletir que essas marcam acionam um processo importantíssimos para a existência dos povos indígenas até aqui, os processos de RESISTÊNCIAS, sobre isso Neguinho vai dizer: Resistência é o que tem nos garantindo até aqui a nossa existência, quando falamos de resistir estamos falando luta, de muita batalha e em alguns momentos até perdas, porque nossas lideranças são assassinadas durante esse processo, mas nunca desistimos porque outras lideranças se levantam para lutar e assim continuamos nossa luta. Não é uma tarefa fácil resistir, porque a todo tempo tem alguém com poder nas mãos querendo tomar nossos territórios então precisamos estar em completa vigilância. [...] é importante dizer que a colonização não nos exterminou, mas ela tá aí por isso que é importante resistir. (Neguinho Truká, cacique do povo) Uma outra categoria que me atravessa durante esse processo de escrita e outros processos é “indígenas mulheres”. Quando leio artigos, entrevistas ou livros sempre encontrei “mulheres indígenas” aquela forma de escrever foi me chamando atenção, mesmo sem ler Paula Faustino Sampaio (2021) ainda isso já me incomodava de algum modo, quando resolvi escrever a dissertação fui escrevendo “indígenas mulheres” e não “mulheres indígenas”, compreendia até então que primeiro eu sou indígena Truká, Xukuru, Pipipã, Pankararu entre outras identidades, só depois que me reconheço com o sentimento de pertença que vou me descobrir com minha outra condição a de ser mulher (gênero). Quando leio Paula Faustino Sampaio e que vou compreender melhor está escrita, percebendo que não era apenas uma questão de pertencimento, mas também uma questão de posicionamento político por parte das indígenas mulheres que já vinham discutindo o assunto. Sobre isso ela vai dizer: [...] indígenas enunciando pelo gênero tornaram as representações das “índias” e das “mulheres indígenas” da política de conhecimento feminista colonial instrumento de atuação em nome dos povos indígenas. Ao trabalhar com sintagma “mulheres indígenas”, inverteram a gramática colonial, posicionando-se como indígenas mulheres construtoras da própria categoria etnopolítica e dando inteligibilidade que chamou “indianidade estratégica”. (SAMPAIO, 2021, p. 227) Me construindo uma indígena antropóloga e escrevendo com olhar da minha comunidade, das indígenas mulheres que me atravessam no movimento indígena e conduz uma coletividade, não posso conduzir minha escrita por outro viés que não seja do fortalecimento e visibilidade desses corpos e reafirmação das pautas.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual No percurso da escrita desse texto vou trazer sempre corpo como um dos elementos principais que se constrói as narrativas, os conhecimentos/saberes, as lutas, os processos de resistência, bem como ressignificação e reelaboração de processos diversos da invisibilidade para visibilidade. Quando trago corpo para construir as narrativas dessa dissertação, não estou trabalhando apenas com a matéria, o concreto de possível contato, mas estou trabalhando o corpo a partir das escritas, de suas marcas que trazem todo processo da colonização, da invasão e usurpação de seus territórios, bem como um corpo que se ressignifica, que carrega consigo toda luta e ancestralidade resistindo ao longo dos anos e reescrevendo novas narrativas, demarcando lugares de poder. A construção desse corpo é acima de tudo um ato político, quando as indígenas mulheres ocupam Brasília em 2019 usando como tema da marcha “meu corpo, meu território”, elas estão gritando essa ancestralidade, essa relação com o território, do seu corpo ferido porque o território está sendo ferido, mas também, dos processos construídos na colonização, no colonialismo e dá continuidade da colonialidade.

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores Trago para corroborar com esse pensamento a companheira Silmara Moraes que pesquisa corpo-território com os quilombolas mulheres no Maranhão, durante seu processo de pesquisa ela vai dizer: As mulheres com quem estabeleço interlocução, e mais do que isso, com quem vivencio diversos processos em contextos de lutas e enfrentamentos, circulam e participam de

formações relacionadas as opressões de gênero, portanto, acionam discussões, noções, discutidas nesses trânsitos, mas também, carregam em seus corpos-territórios histórias, lutas, relações ancestrais tecidas no chão deseusterritórios, que dão sentidos específicos a essas categorias. (MORAES, 2022, p. 16) Ou ainda [...] nessa argumentação, o corpo visto como território é em si mesmo um espaço, um território-lugar, que também ocupa um espaço no mundo e pode vivenciar todas as emoções, sensações e reações físicas, para encontrar nele um lugar de “resistência” e ressignificação”. Os relatos junto às suas interlocutoras nos levam a pensar o corpo como sendo o lugar central para habitar, ouvir, sentir e perceber o território, sendo o corpo, como sugere algumas feministas, um lugar de luta. (CRUZHERNANDEZ (2020) apud MORAES (2022), p.16) 20 Escuto sempre das indígenas mulheres da comunidade que nossos corpos são coletivos, não na perspectiva do uso, mais dos rostos, das lutas, das histórias que esse corpo carrega para onde quer que ele vá, qual espaço ele ocupe. Pensando nisso posso dizer que se existe um feminismo indígena ele é coletivo construindo a partir desses corpos como lugares de resistências, ou seja, há um coletivo de indígenas mulheres que está intrinsecamente ligada/enraizada aos territórios como sua principal bandeira de luta, o que nos diferencia do feminismo contemporâneo.

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1B - Indicando uma lacuna ou 1.2 PENSANDO GÊNERO E FEMINISMO NO CONTEXTO DE ALDEIA

O contexto da colonialidade de gênero (SEGATO, 2012), pensado e problematizado nas relações de aldeia, ainda não é algo em amplo debate nas assembleias, encontros, reuniões entre outros espaços de comunidade, assim como também não existem grandes produções acadêmicas em relação a quantidade sobre o assunto. Sobre essa ausência nas escritas e nos debates Elisa Pankararu reafirma: Ao tratarmos da história do movimento indígena tanto no Brasil quanto no Nordeste, pouco se falou da presença das mulheres. No entanto elas estavam lá e tinham uma força de representatividade tão forte que seus nomes e suas ações estão gravados na história (RAMOS, 2015, p.19). O apagamento desses corpos femininos da história o que vai trazer PERROT (2005) em seu texto As mulheres ou os silêncios da história, problematizando o quanto o olhar dos homens sobre si mesma vai negar estes corpos na história, não só no cenário político e social, mas as escritas, fazendo uma crítica de como esse lugar no século XIX era representado apenas por homens brancos. O quanto os processos de ordem ocidental, eurocêntrico, patriarcal e colonial (GROSFOGUEL, 2007) vai invisibilizando e construindo o lugar da diferença para esses corpos. É preciso perceber que as indígenas mulheres sofrem duplo apagamento ou invisibilidade, o da etnia que também vai ferir seu corpo. E o fato de ser indígena mulher (gênero) essas duas categorias inferiorizadas que ao longo da história vai emergir em processos de autoafirmação, a etnia ou a luta pelo reconhecimento, pela retomada dos territórios vão nesse contexto ganhar o cenário maior dos discursos e pautas nesse país, as questões de gênero vão ficando para serem pensadas depois ou apenas são invisibilizadas. “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na 21 obscuridade” (SPIVAK, 2010 [1985], p. 67). seguindo o percurso colonial. Para PERROT (2005, p. 09) No início era o verbo, mas o verbo era Deus, e Homem. O silêncio é o comum das mulheres. Ele convém à sua posição secundária e subordinada. Ele cai bem em seus rostos, levemente sorridentes, não deformados pela impertinência do riso barulhento e viril. Bocas fechadas, lábios cerrados, pálpebras baixas, as mulheres só podem chorar, deixar as lágrimas correrem como a água de uma inesgotável dor. [...] Pensar feminismo e gênero dentro das comunidades indígenas me parece não ser uma questão fácil de se debater ou dissertar sobre, são questões muito complexas. Julieta Paredes mulher indígena boliviana,

lésbica, feminista comunitária e uma grande escritora vai concluir em um de seus trabalhos para Descolonizar o feminismo (2020) que já existia uma forma de opressão dentro dos grupos originários antes da colonização, esse por sua vez não exercia sobre esses corpos a violência com que o patriarcado ocidental exerceu e exerce sobre estas, quando o patriarcado ocidental se uni ao patriarcado existente nos povos indígenas, ela vai dizer que se apresenta sobre esses corpos femininos toda a violência de um patriarcado moderno, o que ela vai chamar de entoque patriarcal. SEGATO (2012), vai nos provocar a pensar as relações de gênero a partir das estruturas de poder, essas por sua vez são exercidas por corpos masculinos e em sua grande maioria corpos masculinos também inferiorizados. E assim como Julieta Paredes vai pensar esses homens que obedecem a uma estrutura posta de poder, como sujeitos que são parte da comunidade e como membro dessa comunidade precisam ser recolocados em caminhos da diferença, isso não quer dizer para elas que não precisam ser punidos por um ato infracional que tenham feito, mas que possam mudar e serem recolocados no seio da comunidade. Seguindo esse mesmo pensamento Rita Segato vai dizer em entrevista ao jornal La Nación em 2020. [...] O inimigo comum é o que distingue as estratégias fascistas. Então, quando o feminismo se propõe e se define como um movimento contra os homens, tendo eles como inimigos, corre o risco de se transformar em um movimento que tende ao fascismo. O inimigo do feminismo é o patriarcado, onde ele se manifesta, não os homens. O feminismo, os feminismos no plural, é algo muito maior e mais luminoso do que uma política da inimizade. Em meu processo de pesquisa na visita a alguns sites encontrei uma entrevista de Linda Terena em 2017, mulher indígena do povo Terena do Mato Grosso do Sul que usarei para pensar a relação com o feminismo que ainda é tão recente nas discussões e pautas das mulheres indígenas no Brasil. Quando é perguntada se é possível existir feminismo indígena, ela vai dizer: Enquanto mulher indígena, desconheço a existência de um feminismo indígena. Esse é um termo de origem europeia do século XIX que foi ampliando suas reivindicações de acordo com as necessidades. Trazer esse modelo para o interior indígena não faz sentido tanto quanto o faz para as mulheres do mundo ocidental. A pegada de movimento das mulheres indígenas é outra, e sempre tenho frisado isso. Não nos reconhecemos nas pautas e nos moldes do feminismo ocidental, pois atuamos como feminino indígena. Segue A nossa bandeira de luta é outra. Quando reivindicamos algo não é somente para nós, mulheres, mas sim para a comunidade em geral. A busca da melhoria da saúde e pela demarcação territorial são a mesma coisa. Por mais silenciadas que as mulheres estiveram no pós-colonização, hoje elas estão aí nas mais variadas esferas públicas, na busca pelo bem-viver como garantia da sobrevivência e manutenção de seu povo. RAMOS (2019) em seu texto de dissertação, vai trazer elementos importantíssimos para pensar em dias atuais o feminismo dentro das aldeias, a partir das reflexões de Julieta Paredes, que vai problematizar e denominar esse movimento coletivo e de pautas coletivas como feminismo comunitário, o que nos aproxima do que traz Linda Terena e tantas outras falas indígenas sobre esse movimento cada vez mais crescente dentro dos territórios. De pensar esses corpos a partir de suas pautas individuais e coletivas, ampliando e questionando suas raízes no processo da colonização e sua continuidade a partir da colonialidade QUIJANO (2009), segundo o mesmo a colonialidade transcende o colonialismo e não desaparece com a independência ou descolonização. Ela opera através da naturalização das hierarquias raciais, culturais, de gênero e epistêmicas. Aos diferentes instrumentos metodológicos usados para superiorizar também os homens indígenas. Mulheres que em seus tempos também vivenciaram a imposição do processo colonial/moderno que modificou as estruturas das relações na aldeia, segundo SEGATO (2012) E, por outro, que quando essa colonial / modernidade intrude o gênero da aldeia, modifica-o perigosamente. Intervém na estrutura de relações da aldeia, apreende-as e as reorganiza a partir de dentro, mantendo a aparência de continuidade, mas transformando os

sentidos, ao introduzir uma ordem agora regida por normas diferentes. É por isso que falo, no subtítulo, de verossimilhança: as nomenclaturas permanecem, mas são reinterpretadas à luz de uma nova ordem moderna. (SEGATO, 2012, p. 118)

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para Nos meus momentos de aldeia em conversa com minhas parentes me recordo de diversos momentos que entre nós vamos pensando algumas questões que afetam nossos corpos, quando pensamos sobre gênero na comunidade estamos pensando sobre essa relação homens e mulheres, a questão das violências sofridas por nós dentro e fora da comunidade, estive em um momento de encontro de algumas mulheres da comunidade quando elas estavam tentando montar um grupo que não deu certo, mas esse momento para me foi muito significativo, escutei junto com as outras parentes um relato que me deixou bastante abalada, não vou aqui usar os nomes corretos dos envolvidos, vou usar um pseudônimo para esse relato. As indígenas estavam relatando alguns momentos que passaram com seus companheiros de violência doméstica e o quanto isso lhes machucaram que até o momento não esqueciam, quando uma delas Jurema assim vou chama-la, Jurema porque é uma planta sagrada do nosso povo, usada em nosso ritual. Uma planta resistente e a pessoa em questão é uma mulher resistente. Ela levanta e diz: Eu e minhas filhas por muitos anos corríamos do marido que tenho, ele bebe muito, muito mesmo... saía para beber e quando chegava em casa era quebrando tudo batendo em mim tenho diversas cicatrizes no meu corpo que ele fez, para me proteger e proteger minhas filhas dormia no mato muitas noites. Acredito que muitas aqui sabem do meu sofrimento, eu sei que ele mim batia por eu ser mulher se eu fosse homem nunca que apanhava por que no primeiro momento mesmo bêbado ele ia pensar duas vezes antes de parti pra cima. Hoje resolvi deixar ele, mas ele ainda vive dentro de casa, temos nossas filhas então eu acabo deixando-o ficar, mas ainda tenho que aquecer as irmãs dele dizendo que eu sou a culpada por nosso relacionamento não ter dado certo, tenho que escutar as vezes da comunidade piadas quando me relaciono com outra pessoa. Sou mulher tenho direito de viver e só ele que tem esse direito por ser homem e eu não? Ouvir esse relato de Jurema só me fez perceber que os contextos idealizados por uma sociedade de que os indígenas cuidam de suas companheiras, de que não existe violência contra as indígenas nos povos não é tão verdade assim, somos parte de um processo de colonização que nos ensinou a naturalizar algumas questões e há não nos metermos em outra casa que não seja a nossa. O que para meu povo é muito ruim, se o feminismo indígena no Brasil tem característica que levam ao feminismo comunitário um dos princípios desse feminismo é o cuidado com a vida e com a vida em todos os seus sentidos. Ao observar meu povo vejo que existe tarefas que são divididas de acordo com o sexo em alguns momentos seja ela o roçado que é atividade masculina ou o trabalho mais pesado, mas vejo outras que são rompidas por algumas mulheres que chefiam ou não a família, questão que sempre foi corriqueira no povo, sempre escuto um relato ou outro de indígenas mulheres que assumiram a tarefa de chefiar a família pela ausência da representação masculina naquela família seja por motivo de abandono ou por morte do companheiro. Mas o que é comum na atividade destinada aos indígenas Truká é o cuidar da casa, dos filhos, do marido e ainda trabalhar para contribuir com as questões financeiras dentro de casa, aos homens da aldeia em sua grande maioria cabe trabalhar no roçado ou em qualquer outra atividade, chegando em casa e encontrar tudo pronto porque trabalhou o dia todo e está mais cansado que sua companheira, escutei muito isso do meu pai na minha própria casa ao falar com minha mãe. A situação de gênero que envolvem algumas indígenas na comunidade em alguns momentos lhes impede de participar de maneira, mas ativa do movimento, é papel dela estabelecido por uma lógica colonial que é dela a responsabilidade de cuidar dos filhos e que sua ausência pode ocasionar traumas para vida toda. Pretinha, eu, Odila, Aparecida, Eunice, Edilane e tantas outras Truká que estão na luta pela educação

Escolar Indígena recebem ou receberam constantemente pressões de seus companheiros, familiares ou a própria comunidade de estarem abandonando os filhos/as para andar de mala arrumada no mundo. As questões de gênero precisam ser melhor pensada e discutida na comunidade, é preciso compreender que antes de ser mulher uma categoria imposta pelo processo da colonização e que se perpetua com a colonialidade nós somos Truká, e como Truká temos lutas que é coletiva e sendo coletiva, precisamos estar inseridas nesse processo, nós somos indígenas, Truká e mulher. Em primeiro momento nós somos coletivas (indígenas) em segundo momento somos pertencentes, ou seja, existe o sentimento de pertencimento (Truká) e só por último somos mulheres, isso significa que a responsabilidade maior dos nossos corpos é para com a luta do nosso povo e do movimento indígena e assim como elas são coletivas responsabilidades de casa, com os filhos e com outras demandas domésticas também precisam ser coletivas (compartilhadas). Nesse sentido a parente Elisa Pankararu vai trazer uma fala de dona Zenida Xukuru na assembleia (2019): [...] A gente tem que ser o que somos, não vamos nos inventar. Cada um com sua missão. Os nossos saberes não podem ficar só para nós. A gente precisa passar esses saberes. Eu sou feliz por ter jogado essas sementes e elas estão germinando. Os homens não querem liberar as mulheres para a luta. A gente tem que ouvir as mulheres, as vozes. Aconselho todas as mulheres, indígenas e não indígenas, que não tenha medo de enfrentar a luta. Nós não nascemos para ser estatua. As vezes Deus te dá uma missão e tu tem medo. E passa a vida sem deixar um legado. Eu tenho a fé nos encantados e a vontade de lutar. Eu tenho um dom diferente, uma missão diferente. (Dona Zenilda Xukuru Aput Elisa Ramos Pankararu, 2019, p.76) Quando converso com algumas parentes sobre o feminismo Truká acabo percebendo que durante minhas observações e conversas que não existe por parte das Truká o entendimento sobre feminismo, ele só aparece quando converso com indígenas mulheres que estão no espaço acadêmico ou em outros espaços que promovem essa discussão. Mas que nem elas conseguem compreender muito bem essa categoria, uma parente Truká que está fazendo licenciatura intercultural na UFPE – Campus Caruaru, durante um momento de conversa vai dizer: O que se sabe sobre feminismo é que ele não nos representa da forma que ele foi pensado, foi pensado por mulheres brancas com pautas principalmente salariais, posições melhores no mercado de trabalho... (parou um tempinho para pensar, e continuou) nós indígenas mulheres não reconhecemos esse feminismo, aliás até pouco tempo nem sabias o que era. As nossas lutas de mulheres indígenas se dão a parti do território, é a luta pelo território que tem maior significado para nós, os nossos corpos estão para luta, somos mulheres, mas nunca ficamos fora das retomadas, da luta pelo território. Antes de ouvir falar em feminismo nós já fazíamos nossas estratégias para ter nossos corpos visibilizados na aldeia, já percebíamos que na história só nomes de homens se levantavam. A educação fez com que essa luta nossa ganhasse vozes, sem precisar ir de encontro as nossas lideranças e a comunidade. (diálogo com as parentes) Uma outra parente que acionei pelo WhatsApp vai dizer: Se o feminismo existe na nossa aldeia acredito que de maneira diferente que se apresenta para a sociedade no geral, não é algo só para as mulheres, é algo que envolve todo mundo, todo território desde criança, jovens, homens e mulheres porque todos nós sofremos com o patriarcado, que é um sistema ruim que opera sobre nossos corpos. Logico que compreendo que as mulheres sofrem bem mais que os homens processos de violência por exemplo, mas dentro do território é preciso dialogar sobre essas questões com todos os envolvidos. São os nossos homens há nos violentar de diferentes maneiras, então é com eles que precisamos dialogar sobre o assunto e fazer com que eles compreendam que nosso papel na aldeia é o mesmo, a luta pelo território tem homens e tem mulheres, crianças e velhos/as. Acredito que as mulheres precisam sim se fortalecer coletivamente e discutir suas pautas, mas precisamos também envolver os homens da nossa comunidade, as nossas lideranças. Estudei esses dias sobre de colonialidade que é o processo

da desconstrução diferentes hábitos coloniais enraizados na aldeia, mas essa desconstrução não faz sozinhas ou sozinho, é junto e juntas que se muda o que temos, o que nos violenta enquanto mulher e homem. (diálogo com as parentes) Ouvir essas vozes foi de suma importância para meu trabalho que também é um trabalho coletivo, feito por várias mãos. Ouvir minhas parentes me fez levantar diferentes questionamentos durante meu processo de escrita na busca de definir feminismo indígena em Pernambuco, na verdade em meu território Truká, vou percebendo durante minhas conversas que não seria possível definir feminismo Truká, mas que as ações que se tinha na aldeia desses corpos femininos faziam com que percebesse a convergência no feminismo comunitário apresentado a mim pelas leituras indicadas pela parente Elisa Pankararu.

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1B - Indicando uma lacuna ou

A discussão sobre o feminismo é algo muito recente na vida das indígenas mulheres principalmente no estado de Pernambuco e em meu território, sempre estivemos lado a lado com nossas lideranças na luta pela terra, mesmo com os processos de educação ganhando o cenário estadual e com isso nós indígenas mulheres também ganhando visibilidade, não era sobre nós que falávamos ou lutávamos naquele momento é sobre nosso território, nossa história, nossa identidade. Na verdade, só vamos perceber algumas questões sobre nossos corpos quando ocupamos os espaços das universidades, um espaço tão colonizador que vai nos provocar a pensar algumas questões dentro do nosso território, a partir de leituras diversas sobre diferentes temáticas que envolve nossos corpos que vamos parar para pensar no assunto. Se adentramos o campo da universidade coletivamente em 2009, isso mostra o quanto é recente algumas discussões em nossos territórios, o feminismo e as questões de gênero são discussões recentes que encontramos ainda dificuldade em dialogar com os nossos corpos masculinos e a própria comunidade. É nesse momento que observo o feminismo indígena e sua importância na discussão de diferentes temáticas que vai ferir corpos indígenas femininos, mas como bem disse minha parente não é um feminismo pautado na sua origem, mas pensar um feminismo que faça sentido na vida de aldeia e fora dela para as indígenas mulheres. Em 2019 acontece por reivindicação das indígenas a primeira marcha das mulheres indígenas em Brasília que conta com 2.500 indígenas de 130 povos diferentes, como tema “Território: nosso corpo, nosso espírito”. Nela as indígenas vão reivindicar principalmente a demarcação de seus territórios pauta que é comum para todos e todas dentro do povo, vai discutir também questões relacionadas as violências sofridas pelos seus corpos dentro dele e quando tocam nesse assunto trazem uma fala que me fez pensar sobre “o que é considerado violência pelas mulheres não indígenas pode não ser considerado violência por nós”. Quando leio o documento final da marcha essa fala feita pelas mulheres presentes no movimento me chamou atenção, recentemente sofri um processo que me deixou extremamente abalada no território, dois indígenas com poder de representatividade na comunidade e fora dela, iniciam um processo de perseguição ao meu corpo, esse processo inicia quando adentro no mestrado meus textos foram violados, uma análise totalmente distorcida foi feita a minha escrita até mesmo 27 em reuniões com as lideranças convocada por esses somente para discutir textos que fiz, minha credibilidade em escrever foi questionada por diferentes sujeitos. Durante todo processo não fiz nada, só fiquei visivelmente abalada com tudo a ponto de procurar ajuda para me levantar novamente, demorei muito tempo para conseguir escrever, uma amiga ouvindo meu relato sobre toda a situação disse: “Claudinha você sabe o que você sofreu? Eu disse perseguição... ela continuou, não, você sofreu assédio moral e isso é crime”! Eu logo me assustei porque até então não tinha percebido isso. Nesse sentido posso dizer que as violências que sofremos dentro e fora do território são as mesmas que as mulheres não indígenas sofrem no seu dia a dia, o que vai nos diferenciar é de que maneira lidamos com essa situação, as mulheres não indígenas partem para uma delegacia para denunciar o agressor, nós indígenas mulheres tentamos resolver isso na instância da

aldeia, no dialogo as vezes nem é no exato momento que acontece que conversamos, as estratégias precisam ser usadas com muita sabedoria, deixamos para um momento oportuno e ele sempre acontece. Como bem vai trazer Julieta Paredes (2020) esses homens são parte da nossa comunidade, não precisamos e não devemos fechar os olhos para o que é feito sobre nossos corpos por esses,mas é preciso compreender que eles estão sendo usados por um sistema maior que criou raízes em nossos territórios, então nossa luta não é contra os indígenas homens da nossa aldeia ou do movimento indígena, nossa luta é contra o sistema capitalista que vai construir suas ramificações como o patriarcado, o machismo, as violências entre outros. Por esse e outros motivos que o feminismo indígena ou o coletivo indígena precisa ainda de muito amadurecimento, discussão e apropriação do que compreendemos ser diferente do que está posto como feminismo ocidental. Quando as indígenas reivindicam no documento final da marcha (2019): 6- Promover o aumento da representatividade das mulheres indígenas nos espaços políticos, dentro e fora das aldeias, e em todos os ambientes que sejam importantes para a implementação dos nossos direitos. Não basta reconhecer nossas narrativas é preciso reconhecer nossas narradoras. Nossoscorpos e nossos espíritos têm que estar presentes nos espaços de decisão; Elas lutam por representatividade assim como as mulheres não indígenas, entretanto os elementos que as diferenciam estão muito claro, as indígenas mulheres mesmo lutando por representatividade não estão lutando apenas para visibilizar seus corpos, mas seus territórios,suas culturas, suas identidades e direitos coletivos para indígenas mulheres e homens também.Elas carregam em seus corpos toda sua ancestralidade e são as encantadas e os encantados que direcionam suas lutas. **Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 2 - Anunciando as principais conclusões** Depois de todas as observações, conversas e percebimentos posso compreender que o feminismo indígena Truká, assim como a nível estadual e nacional ainda está em processo de construção e entendimento, sabemos o quanto ele converge com o feminismo comunitário,mas as indígenas mulheres do Brasil querem construir suas próprias logicas sobre o feminismo existente no movimento indígena brasileiro. O que me parece é que ele está no seio do movimento das indígenas, lógico que com suas interseccionalidade porque não existe uma mulher universal, mas diferentes mulheres com vivencias, especificidades e diferenças que precisam ser compreendidas e respeitadas.

ANEXO Q – INTRODUÇÃO MEA202303

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 1 - Reivindicando centralidade e/paraEssa pesquisa surge alinhada à proposta de bell hooks, onde “para cicatrizar a fissura da mente e do corpo, nós, povo marginalizado e oprimido, tentamos retomar nós mesmos e nossas experiências na linguagem” (hooks, 2008, p. 863). Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1B - Indicando uma lacuna ouA elaboração das experiências individuais e coletivas que pretendemos construir nessa pesquisa, através da produção de conhecimento científico, mais propriamente na área da Antropologia, se faz através de um compromisso político onde nós, sapatões periféricas e pessoas dissidentes de sexo e gênero, não somos apenas pesquisadas, alvo dos clássicos dos grandes eixos de produção de conhecimento ocidental. Essa pesquisa se propõe a demarcar, antes de tudo, que a nossa força, a força de sujeitas marginalizadas pelo processo colonial e pelos marcadores sociais da diferença, reside na capacidade e habilidade de imaginar outros mundos possíveis, e que essa habilidade é capaz de deslocar as hierarquias da produção do conhecimento e do fazer político. Portanto, apesar das limitações da linguagem e das “tolices esotéricas e pseudointelectualizadas que a lavagem cerebral da escola – e da universidade – forçaram em minha escrita” (ANZALDÚA, 2000, p. 229), me inspiro em Chandra Mohanty (2003, p. 506) para construir esse trabalho: “uma vez que nossa linguagem é na realidade tão imprecisa, prefiro evitar que fique estática”. Essa dissertação de mestrado em Antropologia se dá em interlocução com o Coletivo Tambores de Safo. É importante ressaltar que as sujeitas envolvidas na pesquisa não estão em um lugar de objeto do conhecimento, sendo elas produtoras críticas de teoria no campo político, portando o discurso aqui produzido tem uma dimensão coletiva. Dito isso, utilizarei a primeira pessoa do singular para enunciar as constatações que fazem referência à minha experiência particular, e a primeira pessoa do plural será utilizada para fazer referência à essa dimensão coletiva do discurso. Tambores de Safo é um coletivo ativista composto por pessoas cisgêneras (cis) e transgêneras (trans)⁶, lésbicas, bissexuais e pansexuais, que pretende através da arte difundir o pensamento feminista lésbico, bem como valorizar a cultura negra e de matriz africana e produzir conteúdo artístico-político antirracista e anticapitalista. Hoje o grupo atua através da realização e fomento de ações políticas e artísticas que contribuam para pensamento crítico e para a articulação de mulheres, visando o combate ao machismo, ao racismo, à lesbofobia e ao capitalismo. O grupo nasce em maio de 2010, pela iniciativa de mulheres lésbicas e bissexuais independentes. O trabalho do grupo se inicia com a preparação das militantes para atuarem na área da música. Assim, realizam-se oficinas de confecção de instrumentos de percussão e de ritmos africanos e nordestinos para as mulheres lésbicas e bissexuais da cidade de Fortaleza - CE. Paralelamente, acontecem momentos de discussões sobre feminismo antirracista, autonomia e liberdade das mulheres, dando visibilidade às mulheres negras, sapatões, lésbicas e bissexuais. Recentemente, o grupo deixa de se reivindicar como um grupo de mulheres lésbicas e bissexuais, para se denominar como um grupo de pessoas dissidentes de sexo e gênero, ou de pessoas LBTQIA+, devido à uma profunda reflexão sobre construção de identidades provocadas pela construção do coletivo com pessoas trans e não-binárias. Para além das fronteiras formais que lhe circunscrevem enquanto coletivo, a inserção do grupo Tambores de Safo dentro do movimento feminista nacional (assim como a participação do grupo e das integrantes em eventos feministas) deu expressão a uma rede transversal e heterogênea onde afetividade e resistência política se potencializam mutuamente. Questionando a noção de lesbianidades centradas no imaginário do amor enquanto conjugalidade, nos encontramos com aquilo que Jules Falquet (2003) denominou “amor político” entre mulheres, construído sob a implicação de afetos, cumplicidades, criatividade compartilhadas e vínculos políticos-produtivos cada vez mais amplos, fora do modelo

heteronormativo de construção de relações. Num modus operandi distinto, por exemplo, dos partidos políticos, esta rede se compõe por ativistas que norteiam ações política de forma autônoma - envolvendo integrantes do grupo Tambores de Safo, bem como feministas lésbicas organizadas ou não em outros coletivos. Não há um território específico e fechado que circunscreva esta rede – mas um campo de circulação de afetos, saberes e processos de resistência, compondo formas dissidentes de articular experiências lésbicas frente à heteronormatividade⁸. Uma rede na qual as conexões não se limitam aos aspectos espaciais ou interacionais, mas faz sobretudo referência a conexões entre ideias, práticas e representações (MARCUS, 1995).

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1A - Delineando os propósitos ou Assim, essa dissertação tem como objetivo analisar as práticas políticas, artísticas e de produção do conhecimento engendradas pelo coletivo Tambores de Safo, caminhando através das seguintes inquietações: de quais debates teóricos e políticos o grupo Tambores de Safo se aproxima? Como um grupo de pessoas dissidentes de sexo e gênero pensam a construção da identidade individual e coletiva? Quais categorias esse grupo mobiliza? Qual é a potência de desarticulação da colonialidade que esse coletivo mobiliza em suas práticas? Quais são os níveis de imaginação de outros mundos possíveis que o coletivo encarna em suas práticas? A fonte dessa investigação, amparada pelo trabalho de campo, será a trajetória do coletivo Tambores de Safo, composta pela recomposição de memórias de eventos protagonizados pelo grupo, bem como a investigação das trajetórias das sujeitas que compõem o coletivo, o que inclui a mim mesma. Portanto, parto das falas e histórias das interlocutoras, mas também da minha própria trajetória enquanto ativista lésbica periférica e integrante do coletivo Tambores de Safo. A partir desse lugar, nos dispomos a dialogar com a produção do conhecimento no campo da Antropologia, do feminismo lésbico e do feminismo decolonial.

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1B - Indicando uma lacuna ou A escolha do grupo Tambores de Safo enquanto campo de pesquisa passa pela minha trajetória enquanto integrante do grupo, sendo esse espaço um lugar no qual grande parte das minhas concepções de mundo foram forjadas através das trocas proporcionadas pela afirmação da vida em coletividade. Estando em um lugar imbricado de pesquisadora e artista, membro da “comunidade nativa”, recuso assim qualquer pretensão de neutralidade científica e de universalidade das categorias, tendo em vista que essa pesquisa perpassa as minhas relações de afeto, de construção política e de afinidades teóricas, entrando no lugar do cotidiano e familiar. Assim, compreendo que essa pesquisa se constrói através das referidas imbricações, e entendo os limites que se colocam por eu, enquanto pesquisadora, estar afetivamente vinculada ao lugar de interlocução. Compreendo também que uma maior inserção no espaço pesquisado também delineia outros contornos, distintos daquele delineado por uma pesquisadora distanciada do seu lugar de interlocução, sendo assim a intimidade e a afinidade com o campo uma ferramenta que pode permitir ampliar a visão sobre a realidade estudada, e que pode facilitar a troca e o aprofundamento das questões aqui colocadas para a investigação antropológica, agregando valor epistemológico à pesquisa.

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores Me alio, assim, à noção de pesquisa/pesquisadora encarnada, da antropóloga Suely Aldir Messeder (2020), onde a chamada “escrita encarnada” se dá através do encontro entre pesquisadora atravessada pelos marcadores sociais da diferença e seus interlocutores também marcados por esses atravessamentos, e onde a produção do conhecimento se dá através do comprometimento com a apreciação dos seguintes pontos: 1) a corporeidade do “nativo” e da pesquisadora cujas marcas de gênero, raça, classe, colonialidade e desejo sexual são consideradas; 2) o saber das sujeitas/sujeitos que não pode ser reduzido às representações e práticas; 3) as trocas com os saberes localizados; e 4) geopolíticas e descolonização do conhecimento. (MESSEDER, 2020, p. 156)

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - (Passo 1E - Justificando a pesquisa

por meio de aspectos pessoais. Portanto, a noção de pesquisadora encarnada nos remete a uma produção de conhecimento que busca ir além das dicotomias corpo-mente e das pretensões universalistas da verdade absoluta, se constituindo não somente em uma proposta metodológica, mas também como um modo de desmantelamento da colonialidade do poder, do saber e do ser (MIGNOLO, 2003, 2008, 2010; MALDONADO-TORRES, 2007). A partir da rede de relações que me encontro imbricada, enquanto pesquisadora e ativista, entendo que seja possível construir a elaboração de uma narrativa científica partindo das contribuições da Antropologia. Na busca por compreender as dinâmicas do coletivo que pesquiso e que ao mesmo tempo integro, utilizo a etnografia como instrumento de elaboração do campo, compreendendo tal método como o mais coerente com os propósitos da pesquisa, uma vez que “praticar etnografia é estabelecer relações” (GEERTZ, 1973, p.4), ou seja, não é apenas um método, mas um esforço intelectual da pesquisadora em compreender os significados para a construção do conhecimento.

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores

Para pensar as dinâmicas engendradas por um coletivo vinculado politicamente às contribuições do movimento feminista, partimos de um diálogo epistemológico com autoras do campo da Antropologia Feminista, como Marilyn Strathern (2006), Saba Mahmood (2019), Lila Abu-Lughod (2012), autoras que nos ajudam a compreender as categorias antropológicas e feministas a partir de uma perspectiva crítica. As contribuições do feminismo negro e feminismo de cor são ferramentas importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa, partindo dos postulados de autoras como bell hooks (2008), Audre Lorde (2019), Patricia Hill Collins (1991), Gloria Anzaldúa (1987, 2000), Silvia Cusicanqui (2010). O feminismo lésbico enquanto aporte teórico também enriquece as análises dos dados desse trabalho, através de autoras como Jules Falquet (2003), Norma Mongrovejo (2006), Monique Wittig (1980) e Adrienne Rich (2010). Acessamos também leituras no campo das epistemologias do sul e das teorias decoloniais, como Walter Mignolo (2003, 2008, 2010), Enrique Dussel (2000), Maldonado-Torres (2007), Ramón Grosfoguel (2008) e Aníbal Quijano (2005, 2007), que nos ajudam a pensar os processos de produção de conhecimento e das relações de poder e dominação a partir da crítica à modernidade colonial eurocêntrica. Considerando o gênero como uma categoria imbricada nos processos colonial, as leituras do feminismo decolonial são de grande valia para essa pesquisa, a partir da contribuição de autoras como Maria Lugones (2008), Ochy Curiel (2005, 2013, 2015, 2020), Yuderkis Espinosa Miñoso (2004, 2013, 2020), Rita Segato (2014). A partir da análise de um fazer político que se propõe a ultrapassar a dicotomia natureza-cultura, corpo-mente, ponto importante destacado na interlocução com o coletivo Tambores de Safo; e que baseia suas práticas a partir de uma “política dos comuns” (FEDERICI, 2022), comprometido com a imaginação de outros mundos possíveis e com a construção de um bem-viver¹⁰, tendo como base uma política de “reencantamento do mundo”, dialogamos com Vandana Shiva (2001, 2003), Alberto Acosta (2016), Luiz Antonio Simas (2018, 2019, 2020), Luiz Rufino (2017, 2018, 2019, 2020), Ailton Krenak (2019), Julieta Paredes (2008), dentre outros.

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - (Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais)

Além dos levantamentos bibliográficos, como já mencionei aqui, essa pesquisa também está relacionada com as minhas relações teórico-políticas-afetivas. Para além da atuação ativista dentro do coletivo estudado, a escolha pelo tema de pesquisa está diretamente vinculada com a minha trajetória familiar e acadêmica. Sou uma sapatão não-binária branca de família interracial, pai branco e mãe negra, e nascida e criada em uma periferia urbana, pontos que são cruciais no desenvolvimento do meu interesse por uma produção de conhecimento que leva em consideração os atravessamentos dos processos de dominação e resistência. Como fruto de um relacionamento inter-racial e tendo nascido fenotipicamente branca, criada por uma família majoritariamente negra, as questões

étnico-raciais me atravessam de uma forma complexa, e que demarcar um lugar de onde parte a produção desse conhecimento. Ser banca no Brasil me coloca em uma posição privilegiada, posição essa assegurada pela branquitude enquanto sistema estruturante de relações de poder desiguais. A noção de branquitude se refere ao conjunto de práticas, valores e privilégios que são atribuídos aos indivíduos brancos em uma sociedade que ainda é marcada pelo racismo estrutural. De acordo com a pesquisadora Lia Vainer Schucman, a branquitude é uma categoria social que define um grupo privilegiado e dominante na hierarquia racial brasileira. Segundo ela, "a branquitude é uma posição de poder que se constrói socialmente, que se reafirma cotidianamente e que se perpetua de geração em geração" (SCHUCMAN, 2018, p. 19). Essa posição de poder se manifesta de diversas formas na sociedade brasileira, desde a representação midiática até as relações interpessoais. Como aponta a pesquisadora Maria Aparecida Silva Bento, "a branquitude é um conjunto de valores, práticas e símbolos que são naturalizados e vistos como universais e neutros" (BENTO, 2002, p. 67). A branquitude também se manifesta de forma mais concreta, por exemplo, no acesso a empregos, moradia, educação e saúde. Como afirma a pesquisadora Lélia Gonzalez, "a branquitude é um privilégio que se traduz em acesso a bens materiais e simbólicos" (GONZALEZ, 1988, p. 11). Ao mesmo tempo que, a partir da branquitude, acesso universos simbólicos e materiais privilegiados em relação à minha família negra, as marcas da desigualdade racial também impactam a minha vida, de uma forma distinta de como afeta a minha mãe, mulher negra, mas que atravessam a minha construção pessoal por ter crescido em uma família negra. Venho de uma família de terreiro, adeptos do Candomblé e da Jurema Sagrada, moradores de periferias e advindos do interior do Rio Grande do Norte que migraram para a cidade. São localidades em que a maioria da população (negra) não frequentou a universidade nem outros espaços formais de produção de conhecimento, mas que sabem plantar, colher, construir casas, planificar terrenos. Na minha família de terreiro, poucos tem diploma de ensino superior, mas conhecem a erva que espanta mal olhado, a reza que traz prosperidade, o chá que cura mal-estar, as garrafadas que restauram o bom funcionamento do útero. Uma comunidade de benzedeiras, rezadeiras, feiticeiras, que quando chegam na cidade e se deparam com o conhecimento escolarizado, são forçadas a "entender" que tudo aquilo que sabem não vale, que são mitos, crendices. Veem suas crenças e rituais serem deslegitimados pelo conhecimento formal baseado em rigorosos testes de investigação da realidade, que no limite classificam quem é apto ou não para ser considerado especialista em qualquer sorte de conhecimento, hierarquizando saberes e corporalidades. Cresci vendo a polícia bater em nossa porta para cessar o som dos tambores, por reclamação da vizinhança cristã que nos trata, ao longo de cerca de trinta anos de práticas de sacerdócio aos orixás e aos encantados, com uma política de caça às bruxas. Venho, portanto, de uma geração de filhas e filhos dessas pessoas que tiveram seus saberes suprimidos e marginalizados pela colonialidade do saber (QUIJANO, 2005). Essa geração passa agora a acessar a universidade e a muitas vezes reencenar de outros modos esse apagamento de histórias e epistemologias, uma vez que buscamos a legitimação que a certificação pode conferir, ou seja, almejamos a validação de um sistema formal de ensino que muitas vezes serviu para a homogeneização, morte e apagamento de tantas outras formas de saber. No interior dos sistemas formais de produção do conhecimento, complexos e hierárquicos, me deparei com muitas contradições que me atravessaram. Percebo hoje como o projeto colonial de epistemicídio me fez durante muito tempo sentir vergonha da minha ancestralidade, dos saberes mobilizados pela minha comunidade de terreiro, do culto aos encantados como forma de existir e significar o mundo. Na escola, o pânico de ser descoberta como "macumbeira" fez com que eu me escondesse, me fechasse, me distanciasse dos demais. A escola não me cabia. Um lugar que sequer considerava a existência de outras matrizes religiosas fora das referências cristãs negava a

minha existência. A demonização, ou seja, a associação dos terreiros com a figura cristã do demônio, fazia com que me sentisse suja. Assim, como estratégia de sobrevivência, não deixava ninguém se aproximar. Aos poucos, fui me afastando também do terreiro, neguei a legitimidade desses saberes. Ao acessar a universidade, na graduação em Ciências Sociais, ao invés da demonização, veio a exotização. A transformação da comunidade de terreiro em um lugar idílico, livre dos “vícios da sociedade ocidental”, anticolonial e anticolonialista por definição desumanizava aquele grupo social. Percebi com o tempo o cultivo de um desejo colonial no interior do espaço acadêmico com relação aos saberes e povos de terreiro. Encontrei consonância dessa percepção no pensamento de Luiz Antonio Simas, quando diz que “nosso racismo epistêmico, que muitas vezes se manifesta em curiosa simpatia pela ‘macumba’, no fundo não reconhece esses saberes como sofisticados e libertadores, mas apenas como peculiares e folclorizantes” (SIMAS, 2019, p. 23). Essa percepção foi fundamental para que eu percebesse que o conhecimento científico era um caminho possível e não um conhecimento universal, e fez com que, depois de ter me afastado da minha comunidade de terreiro, eu fizesse o caminho de volta e me reapropriasse daquilo que me foi retirado pelo racismo epistêmico e pelo sistemamundo-moderno-colonial (LUGONES, 2008): as dinâmicas da vida, da educação, da pedagogia, da política do terreiro, ou seja, um reencantamento da vida. Hoje, fazendo parte de um coletivo artista que se utiliza da percussão como instrumento político, que enxerga o Tambor como um agente de transformação, que aprende com a sua voz, que caminha em consonância com o seus ritmos e que se apoia na força ancestralidade como um meio para a construção de alternativas ao sistemamundo capitalista; e sendo uma pesquisadora que hoje tem a oportunidade de reelaborar a própria relação com a construção do conhecimento, enxergo essa pesquisa como um modo de fazer as pazes com a minha própria história, e como uma forma de se pensar, através do saber antropológico e das práticas do grupo Tambores de Safo, outros rumos possíveis para o fazer político e para a construção de conhecimento que não esteja vinculado com um projeto epistemicida e colonial.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 3 - Indicando estrutura da dissertação Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, me dedicarei a abordar as escolhas metodológicas e as dinâmicas relacionais no contexto da pesquisa etnográfica. O segundo capítulo se propõe a situar o grupo Tambores de Safo no cenário artista e a sua vinculação com o movimento feminista lésbico e com os processos de produção do conhecimento advindos do feminismo decolonial. No terceiro capítulo, apresentaremos, a partir de uma etnografia das trajetórias das integrantes e do grupo, as práticas e discursos mobilizados por esse coletivo. O objetivo é, através da etnografia de cenas protagonizadas pelo grupo, compreender quais categorias estão sendo mobilizadas no fazer político-artístico do coletivo. A proposta para o quarto e último capítulo é compreender os caminhos pelos quais o ativismo do coletivo Tambores de Safo se conecta com um projeto de “reencantamento do mundo” e com um fazer político que mobiliza saberes e práticas de outras ordens para além da racionalidade científica ocidental moderno-colonial que, sem descartar as contribuições desta, elabora e propõe uma concepção de mundo conectada com categorias como ancestralidade, espiritualidade e bem-viver.

ANEXO R – INTRODUÇÃO MEA202304

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 1 - Reivindicando centralidade e/paraO fenômeno religioso tem sido alvo de investigação e interesse de diversas áreas do conhecimento. A começar pela categoria religião, que tem sido pensada ao longo do tempo por antropólogos e sociólogos com o intuito de compreendê-la. A religião, como um produto da sociedade, tem gerado ações, ao longo do tempo, que dinamizam e movimentam os indivíduos. Como aponta Geertz (2001, p. 151), pensar religião apenas pelo fator da “experiência” não se adéqua para moldar, por si mesma, a compreensão das paixões e atos que chamamos de religiosos. Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ouPela dinâmica própria e pela proporção que a religião toma e tem tomado, Geertz (idem) propõe uma tentativa de captar as muitas formas, tonalidades e intensidades do fenômeno religioso, empregando os termos “sentido”, “identidade”, “poder” (idem, p.152), pois estão presentes nas esferas da vida social, política e cultural dos indivíduos, nos comportamentos e nas ações, tais como teias de significados estabelecidas por um grupo religioso (GEERTZ, 2008). Nesse sentido, a religião tem contribuído com a própria organização de grupos distintos que, a partir da noção religiosa, buscam dar sentido às práticas, identidades, ritos, aspectos axiológicos, cosmovisão, comportamentos, etc., que não permanecem estáticos, mas que se diluem ou ganham novos aspectos ao longo do tempo e de acordo com os espaços, com os processos socioculturais. A religião se movimenta, se expande, mas dilui-se em tantas outras lógicas, no sentido de fragmentações de movimentos religiosos que geram novas formas articuladas de produzir sentidos individuais e coletivos, por isso, conforme Geertz (2001), seria um “beliscão do destino”. O autor discute que a dimensão da religião tem sido ampliada, sobretudo, durante o século XX, da subjetividade para o plano da identidade, da coletividade. Assim, Geertz (2008) ancora suas principais discussões sobre o fenômeno religioso como um sistema de símbolos. Tais símbolos expressam concepções, isto é, significados que moldam comportamentos e ações dos seres humanos a um ordenamento cosmológico, bem como às visões de mundo reproduzidas pelos sistemas simbólicos - sistemas culturais- isto é, pela religião, por grupos religiosos. Assim sendo, todas as ações dos indivíduos conectam-se a uma ordem maior, moldando-se a uma ordem maior, moldando-se e adaptando-se aos sistemas culturais dos grupos. Para Geertz (2008), o “sentido” é capturado por meio de uma análise semiótica da cultura, por meio dos signos, dos símbolos, que são interpretados e significados para esses indivíduos. Do ponto de vista da discussão sobre os estudos do fenômeno religioso no Brasil, Gilberto Velho (2003) aponta que o meio urbano foi um campo pertinente de investigação antropológica voltada para a religião e religiosidades, sobretudo, as afro-brasileiras, como sendo objeto de estudo de antropólogos e sociólogos como Roger Bastide e Yvonne Maggie (dentre outras referências com estudos consolidados nessa temática), entre os anos de 1930 e 1960. Pode-se considerar que desde o início do século XX, a religião e manifestações religiosas tornaram-se um campo de debate de grande importância com enfoque na população urbana e seus sistemas de organizações, identidades e relações sociais. O autor supracitado, traz uma discussão que veio de encontro às minhas pretensões de pesquisa, primeiro, por considerar a religião como indissociável do meio urbano e isto se alinha aos aspectos de mudanças e transformações socioculturais e políticas, que abrangem o sujeito pós-moderno, o individualismo, desvinculações com instituições religiosas, relações fronteiriças, acarretando assim, na fluidez, cruzamentos, hibridismos, trânsitos e no surgimento de novos grupos religiosos; e segundo, por me permitir refletir sobre a atuação de grupos religiosos, nos espaços públicos, seus interesses de mercado religioso e busca de legitimação na sociedade, e isto se aplica, nesta pesquisa, à necessidade de pensar os vínculos que se constroem entre os sujeitos, a

constituição de sistemas de crenças e doutrinas, bem como as estratégias usadas para permanecer nos espaços de poder e angariar fiéis. **Movimento 1 – Estabelecendo um território**
- Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores Pode-se perceber que há uma emergência de debate sobre religiosidades, religião, que dão suporte para novas formulações de teorias e métodos antropológicos capazes de analisar e compreender as relações que vão se estruturando entre a esfera pública e as novas formas religiosas. Conforme Campos e Rodrigues (2008), o fenômeno religioso tem sido alvo de interesse da Antropologia, e, sobretudo no Brasil, mediante suas perspectivas etnográficas, os antropólogos e sociólogos têm se preocupado com o campo religioso, e questões como “religiosidade popular”, cultos “afro-brasileiro”, bem como os “movimentos religiosos no contexto do Pentecostalismo” (p. 8). Berger (1985) considera a religião uma situação de pluralismo. Os indivíduos apresentam duplos, múltiplos pertencimentos religiosos, bem como desvinculamento institucional devido à situação de diversidade religiosa. A hegemonia religiosa se dilui frente a pluralidade e cada vez mais se diversificam e surgem novos grupos. Nessa situação, Berger afirma que toda situação pluralista é uma “situação de mercado religioso”, isto é, as tradições religiosas, por não serem mais hegemônicas, passam a ser ofertadas como bens de salvação à uma clientela que passou a escolher os serviços em um cenário de diversidade de outras formas religiosas. Bourdieu (1989), pensando religião como um tipo de dispositivo de poder em que grupos religiosos atuam na sociedade pela lógica do monopólio do sagrado e, por essa razão, constitui um campo religioso marcado pelo poder simbólico¹. Esses dois conceitos fundamentam a situação de mercado, isto é, na circulação de bens simbólicos ofertados pelas instituições religiosas, que atestam para disputas e conflitos entre as agências que oferecem seus serviços à população. Isaia (2009) fortalece essa discussão quando propõe pensar a religião pela lógica da tensão, devido a matriz religiosa brasileira, que possibilitou o fluxo entre fronteiras e a ascensão de novos grupos religiosos, isto é, uma porosidade religiosa. Nesse sentido, o conceito de hibridismo, culturas híbridas de Canclini (1989) para essa pesquisa, contribuiu para o entendimento de que os avanços e as novas formas religiosas são frutos de cruzamentos e entrelaçamentos que se deu ao longo do processo de formação sociocultural da América Latina. Nessa situação, a dinâmica da matriz religiosa atestou para a hibridização religiosa por meio de adaptações e apropriações, conforme Burke (2003). É nessa situação empírica que Mariano (1995), Freston (1994), Sanchis (1994) e Bittencourt Filho (1994) procuram entender a origem, o avanço e expansão de igrejas “neopentecostais”² que apresenta-se como uma nova afirmação de práticas, crenças e ritos diferentes dos grupos pentecostais tradicionais, pioneiros da vertente pentecostal norte-americana no Brasil, isto é, a Assembleia de Deus (1911). Os grupos religiosos dessas vertentes caracterizam a atuação da Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD), a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD) e a pioneira desse movimento, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)³. As inúmeras pesquisas voltadas para compreender o fenômeno IURD atestam para a peculiaridade desse grupo que desde 1977 vem se expandindo e construindo um grande império mágico-religioso com sua inserção na política, com seu proselitismo midiático. Tem construído propagandas e ofertas religiosas por meio da televisão, rádios, internet, bem como distribuição de periódicos (Folha Universal), e, sobretudo, o seu *módus-operandi*, que articula às suas crenças, práticas e elementos simbólicos de outros grupos religiosos, principalmente, as religiões de matrizes africanas (RMAs)⁴, catolicismo popular, e a mitologia judaico-cristão, constituindo o que Oro (2005-2006) designou de *neopentecostalismo macumbeiro* que procedeu a uma *religiofagia*⁵. Segundo Freston, Sanchis, Bittencourt Filho e Mariano (idem) a IURD atua ofertando seus bens de salvação (apoiados em seu tripé: Teologia da Prosperidade, curas e libertação) em seus cultos, diariamente, com três reuniões durante o dia, acentuando assim o seu caráter empresarial. Por sua lógica de mercado, a IURD se apropria de elementos e bens

simbólicos de outros grupos religiosos como uma forma de ampliar seu repertório simbólico através do seu poder mágico, que é entendido por Leite (2010) como uma forma de legitimação religiosa, bem como uma forma atrativa de adesão aos seus serviços imediatistas e pragmáticos ofertados aos sujeitos que buscam por soluções de problemas. Oro (2005-2006) conceitua a IURD como uma igreja “religiofágica”, isto é, o autor a define, literalmente, como “comedora de religião”, que se apropria de símbolos e elementos de outras crenças como estratégia de mercado, para aproximar-se de um público que compõe a base da pirâmide social. À medida que ela se apropria de elementos típicos de outras religiões, se distancia da ortodoxia pentecostal e constitui uma relação fronteiriça com suas rivais, sobretudo, as RMAs. Munida de uma cosmogonia maniqueísta beligerante, a IURD recria seu espaço sagrado ambientado pela guerra espiritual contra o mal/diabo/demônios, traduzindo esses signos como divindades próprias das RMAs, sobretudo os exus e as pombagiras, representados como demônios, conforme afirma o próprio fundador e líder da IURD, o Bispo Edir Macedo em seu livro “orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?” (MACEDO, 2006). A essas situações fronteiriças, Vagner Gonçalves da Silva (2007) define como ataques estratégicos para impor um “proselitismo junto às populações de baixo nível socioeconômico, potencialmente consumidoras dos repertórios religiosos afro-brasileiros e neopentecostais” (p.4). Vale ressaltar que o autor ainda atesta que essa situação estratégica é fruto do papel “que as mediações mágicas e experiências do transe religioso ocupam na própria dinâmica do sistema neopentecostal em contato com o repertório afro-brasileiro” (idem). **Movimento 2 –**

Estabelecendo um nicho - Passo 1B - Indicando uma lacuna ou Esses estudos ganharam destaque entre pesquisadores/as em todo o Brasil para entender a situação fronteiriça entre IURD e RMAs, e a demonização das divindades desse sistema simbólico, dentre esses, evidencio os trabalhos de Bianchetti (2011), Reinhardt (2006), Paim (2017), Filho (2006). Na região do Cariri6, sobretudo na cidade de Juazeiro do Norte, onde impera o catolicismo popular e a crença de um Juazeiro mítico, simbólico, de romarias, devoção e fé a figura do Padre Cícero, bem como grupos religiosos afro-brasileiros, que são alvos de estudos, pois resistem apesar da majoritariedade católica e do avanço neopentecostal na cidade, mas enfrentam ataques aos símbolos religiosos dos candomblés e umbandas, quimbandas e juremas praticados na cidade, sobretudo, por parte dos neopentecostais, conforme Domingos (2011; 2015). As igrejas neopentecostais, sobretudo, a IURD e a Igreja Mundial do Poder de Deus, atuam na cidade apropriando-se de elementos simbólicos mais consumidos pela população, isto é, o catolicismo popular. O Padre Cícero, bem simbólico em trânsito, é representado como símbolo ilegítimo em termos de realização de trabalhos religiosos, bem como figura demoníaca, porém, é incorporado nos ritos e discursos religiosos dessas igrejas como uma pauta para a libertação, travando assim disputas e tensões no campo religioso caririense, conforme Menenes e Paz (2012), Paz e Santos (2012), Santos (2017). Em contrapartida, os estudos sobre a atuação de igrejas neopentecostais na cidade de Crato são ausentes dos debates acadêmicos e são raros ou talvez ainda não existam pesquisas e artigos que se voltam para o campo religioso cratense e atuação neopentecostal na cidade, haja vista Juazeiro do Norte apresenta-se como campo empírico de maior complexidade religiosa, devido a situação de trânsito religioso e pluralismo, portanto, há inúmeros trabalhos feitos sobre o neopentecostalismo e suas implicações. Por essa razão, a relevância dessa pesquisa encontra-se primeiro na necessidade de compreender a atuação da IURD, que tem um trabalho voltado para atender as comunidades mais carentes e tem oferecido seus serviços por meio de um dispositivo de poder que apropria-se de bens simbólicos mais consumidos pela população das áreas periféricas (Barro Branco- conjunto I e II; Batateiras; Cacimbas; São Miguel, Vila Alta; Muriti; Seminário), isto é, faz uso de objetos e entidades de outros grupos com grande abrangência de demandas e trânsito religioso, a saber, Jurema e Umbanda,

segundo a pesquisa produzida pela Associação Afrobrasileira de cultura ALAGBA, que tinha como objetivo a produção de um inventário dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro do Ceará, finalizado em (2022)⁷. Em segundo lugar, porque a situação fronteiriça entre IURD e RMAs provoca uma situação de conflito, pois existe uma apropriação simbólica que é inversamente posta em seus cultos e isso, por si mesmo, promove uma situação também de obscurecimento de fronteiras, já que há uma inversão dos símbolos e significados, e, assim, devido a essa situação de mediações religiosas, e de trocas, não há uma clarificação desses símbolos que estão em trânsito, já que são apropriados e ressignificados pela IURD e ganham novas percepções pelos indivíduos que consome os bens ofertados. No que compete a construção dessa pesquisa, minha caminhada começa pela proximidade com o campo, e, curiosamente, um distanciamento com o meu objeto de estudo⁸.

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - (Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais

Proponho essa pesquisa em razão, primeiro, da minha experiência pessoal, que começou no ano 2000, quando “aceitei à Cristo”⁹ em uma igreja pentecostal, na Cidade de Iguatu-CE¹⁰, a saber, Assembleia de Deus Templo Central¹¹; e, segundo, por questões que faziam-me entrar num estado de desavença com minha própria religiosidade, principalmente, em relação a algumas práticas simbólicas que ora fazia-me crítica do neopentecostalismo, ora fazia-me sentir que não era igual mas era familiar. Logo, “estranhar o familiar” (VELHO, 2003, p.15) é um desafio, sendo a “reflexividade” e “auto-reflexão” (RODRIGUES, 1997, p.39) um caminho nessa tentativa de observar o familiar e comparar dois sistemas religiosos já vivenciados por mim em uma situação de trânsito de um universo a outro: o novo e o diferente. A escolha do campo na IURD deu-se em razão da singularidade de seus discursos, suas doutrinas, da mobilização juntos aos meios de comunicação, do teor dos ritos em seus cultos, pelo seu desvinculamento a uma ortodoxia pentecostal, bem como pela situação de exorcismos como base para a libertação e o uso constante de uma prática simbólica que a coloca em uma situação de guerra contra as RMAs, sendo a demonização, segundo Oro (1997), uma “estratégia” para angariar fiéis -assim como também discute Velho (2003, p.15) -. Esta pesquisa se insere em um movimento um tanto heterodoxo para os padrões tradicionais da antropologia, haja vista considerar que eu já possuía um tipo de conhecimento e de informação sobre parte do universo que estou me propondo a investigar, justamente pelas razões que me colocavam contra a sua atuação no meio evangélico. Entendendo a observação e participação como um ponto de partida, “havia consciência da dificuldade de desnaturalizar noções, impressões, categorias, classificações que constituíam minha cosmovisão” (op. cit.) e isto por si mesmo é um recurso metodológico de reflexão. Estudar o que é próximo, familiar, vizinho, ou na própria cidade é uma forma já bem consolidada para a antropologia, e pelas redes de relações que permitem o antropólogo lidar com a ideia de familiaridade e estranhamento, segundo Gilberto Velho.

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1A - Contra-reivindicação ou

A IURD tem se mostrado flexível em relação aos grupos religiosos dominantes que atuam na região e ao modo de vida desses povos e encontrou formas para atuar, usando como estratégias doutrinárias para angariar fiéis o discurso de guerras e batalhas espirituais contra demônios, isto é, contra o que eles instituíram como as entidades afro-brasileiras como mantenedores do mal e dos tormentos sociais dos caririenses, caracterizando-se numa “inversão simbólica” (BIANCHETTI, 2011) à medida que essas entidades transitam entre essas duas esferas religiosas, com sentidos e representações diferentes para os sujeitos/fiéis e dentro dos discursos dos pastores nos cultos de libertação. Vagner Gonçalves da Silva (2007) também traz uma análise das relações de proximidade e antagonismo entre os cultos de libertação e neles, o protagonismo dos demônios como sendo os exus e pombagiras na IURD e essa relação fronteiriça com as RMAs. A ideia de um culto que seja voltado para a libertação evoca práticas simbólicas que articulam as experiências

individuais e coletivas em constante trânsito com o que eventualmente eles “lutam” para consolidar a “liberdade/libertação”, isto é, necessariamente, a estabelecer justificativas para o próprio uso/apropriação dessas entidades afro-brasileiras. Sendo assim, “o culto de libertação pode ser lido como uma inversão simbólica dos rituais encontrados nos terreiros” (ORO, 2006, p. 321), e notadamente, ao passo em que demoniza os arquétipos exus e pombagiras, criam também interações e conexões com os mesmos para estruturar seus rituais de libertação, de prosperidade e soluções de problemas diversos. Edir Macedo relata que “se alguém chegar na igreja no momento em que as pessoas estão sendo libertas, poderá até pensar que está em um centro de macumba, e parece mesmo” e ainda afirma que nessas reuniões do descarrego/culto de libertação “milhares de pessoas têm se libertado dos exus, caboclos, orixás, erês e outros demônios” (MACEDO, 2006, p. 122-123).²³ Se existe essa apropriação dos exus e pombagiras para o bem e para o mal (pois, ao mesmo tempo que esses arquétipos são evocados nos cultos de libertação para manifestar-se nos corpos dos sujeitos como uma materialização do mal, ou seja, ganhando configuração de demônios cristãos, também são exorcizados, asseguram a libertação, isto é, são usados para o bem daquele indivíduo, e essas práticas simbólicas/rituais parecem sustentar o império mágico-religioso iurdiano no sentido de ser uma estratégia que se alinha ao imaginário popular local, às crenças e aos interesses dos sujeitos, e constrói uma base sólida para o fazer religioso da IURD, na perspectiva de ser uma opção para os sujeitos. Em virtude disto, a situação empírica é o culto de libertação que acontece todas as sextas-feiras, e o objeto de investigação é a apropriação dos exus e pombagiras nesses cultos e nos discursos conduzidos pelo pastor. A hipótese é de que a IURD produz uma inversão arquetípica¹² dos exus e pombagiras por meio da apropriação desses bens simbólicos (que são bens de religiões mediúnicas mais consumidas e que atestam segurança em trabalhos ligados a situações amorosas, abertura de caminhos, limpeza e descarrego de energias negativas, bem como tudo relacionado ao cotidiano dos sujeitos e seus interesses pessoais). Nesse sentido, a IURD, por meio da apropriação da representação arquetípica desses bens, promove novos significados que, atrelados ao fator das experiências de libertação/liberdade, cria uma dinâmica que: 1) gera condições de atuação, consolidação e legitimação de seus serviços; 2) reafirma o sentido de uma ética cristã iurdiana por meio do controle de corpos femininos e masculinos; e, 3) possibilita novos horizontes e perspectiva de vida para os sujeitos que participam desse culto. As questões que direcionam a intenção da pesquisa concentram-se, portanto, em responder às seguintes perguntas: Quais arquétipos estão sendo inversamente construídos e ressimbolizados para satisfazer as demandas de serviços da IURD no Crato? Como os sujeitos dão sentido e significados a essas experiências no culto de libertação? Como esse tipo de produção simbólica cria condições, disposições e plausibilidades para novos horizontes de vida, para uma afirmação ética, bem como um meio para conquistar a cura, a libertação, a prosperidade?

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual Destarte, o objetivo dessa pesquisa encontra-se na necessidade de compreender e interpretar a produção simbólica por meio da apropriação dos arquétipos exus e pombagiras nos cultos de libertação da IURD em Crato-CE, entendendo que tal situação faz parte de seu repertório simbólico híbrido-religiofágico e seu *módus-operandi*. Assim, os objetivos específicos se concentram em: i) compreender o arquétipo exu e o arquétipo pombagira e suas funções, origens, campos de atuações de poder enquanto divindades/entidades das RMAs (através de levantamento bibliográfico sobre classificações gerais, isto é, pensados por meio do imaginário social. Sobre este aspecto foram importantes as formulações de Augras (2000; 2001), Anjos (2015; 2020), Prandi (1995; 2001; 2010; etc.), Silva (2012), Fernandes (2017); ii) analisar os cultos de libertação da IURD no Crato e a presença dessas entidades como bens simbólicos transitando nesses espaços, bem como interpretar os símbolos e os significados atribuídos a esse fenômeno; iii) analisar a oferta

religiosa do sentido de libertação/liberdade; manifestações e exorcismos e as disposições e motivações dos sujeitos, trabalhando com as contribuições de Mauss (2003), Geertz (2008), Durand (2000), Laplantine e Trinidad (1996), dentre outros. Os objetivos concentram-se nas discussões propostas nos capítulos 5 e 6 desta dissertação. A abordagem teórico-metodológica para análise insere-se na semiótica (recorrendo a essa análise à medida que articula-se com antropologia Geertziana (2008)), na contribuição de Santaella (1983; 2009), levando em conta a interpretação dos sentidos e significados que vão se alinhando ao imaginário/pensamento mítico e que possibilitam a representação dos símbolos, signos, significados e linguagens, e das inter-relações, entendendo que os seres humanos estão inseridos em um “emaranhado de relações identitárias multiculturais” e que tais relações são mantidas através de fronteiras cuja diversidade religiosa é uma consequência do “mercado cultural de massa com referências multiétnicas” (GOMES, MATOS, SOUZA 2009, p.478). Assim, os conceitos fulcrais desta dissertação são: hibridismo, trânsito religioso, pluralismo, mercado de bens simbólicos, ethos, sistemas simbólicos. Para construção de dados, o método é qualitativo e abrange as entrevistas semiestruturadas individuais (ao todo, 5 interlocutores); observação e participação nos cultos de libertação e acompanhamento de um grupo de evangelismo nos bairros. Também faço uso contínuo do diário de campo para registrar as vivências e experiências em campo. A experiência etnográfica é baseada nas leituras de textos de antropólogos importantes como Peirano (2014) e Roberto Cardoso de Oliveira (1998) sobre o trabalho de campo e suas implicações e no próprio Geertz (2008) que traz importantes nortes sobre o trabalho em campo e etnografia

ANEXO S – INTRODUÇÃO MEA202305

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 1 - Reivindicando centralidade e/paraO presente trabalho apresenta uma análise reflexiva em torno da atuação de mulheres negras que exercem a profissão de trancistas na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará. Assim como a denominação trançadeira, trancista é o termo utilizado para se referir a quem faz tranças; este estudo se volta, em particular, para mulheres que exercem profissionalmente a prática do trançar; que geram renda e sustento por meio de seus conhecimentos e habilidades na feitura de penteados trançados; e que, desse modo, revitalizam e preservam este saber, que por sua vez, é uma herança etnocultural com origens em África (BYRD; THARPS, 2014; GOMES, 2019; SANTOS, 2013).

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - (Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais O interesse por estudar esta temática nasceu da minha experiência de mulher negra à procura de uma trancista na cidade de Fortaleza no ano de 2020. Ao tomar a decisão de que trançaria meus cabelos com uma profissional, busquei através do aplicativo Instagram a oferta do serviço, pois já havia tomado conhecimento da existência de perfis de trancistas neste aplicativo de rede social. O Instagram foi criado no ano de 2010, e opera através da instalação gratuita do aplicativo em aparelhos celulares capazes de hospedá-lo (Android e IOS). Em 2020, a plataforma de rede social contava com mais de 1 bilhão de usuários ativos no mundo; sendo o Brasil o segundo país com maior número de usuários, atrás apenas dos Estados Unidos da América. Esta busca despertou-me o olhar para tal panorama na capital cearense, que eu desconhecia: a existência de um movimentado mercado de tranças fomentado, majoritariamente, por mulheres negras e jovens, usuárias do Instagram. Tal desconhecimento em minha trajetória como mulher negra, aponta inicialmente, para o fato de em minha família não haver trancistas; e de eu não ter tido as experiências com tranças na infância como as que crianças negras de cabelos cacheados e crespos costumam ter – como primeira técnica de manipulação dos cabelos (GOMES, [2006] 2019)2 . Assim, tendo os cabelos mais ondulados que crespos, as tranças só entraram em minha vida no final da adolescência, quando buscava referências negras no mundo externo ao familiar: na escola, na universidade e na internet. E na prática, fui trançada pela primeira vez por uma trancista profissional aos 24 anos, momento em que este estudo começa a ser idealizado. Além do quantitativo de profissionais que encontrei, outro fator chamou-me atenção: a forte presença de conteúdos e narrativas de teor social, histórico e político acerca de questões raciais nos perfis de Instagram das trancistas. Já me interessava por investigar o advento das tecnologias digitais como mecanismo que permitiu novas possibilidades de expressão política para as mulheres (BARROS, 2009); e diante da constatação que as trancistas se apropriaram do Instagram, não apenas como um espaço de divulgação de seus trabalhos, mas também como local de disputa política de narrativas, decidi pesquisar este universo.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1B - Anunciando a pesquisa atualAssim, as reflexões propostas neste estudo levam a compreender: como esse mercado se desenvolveu na cidade; quem são essas mulheres, como elas tornaram-se trancistas e como constroem suas identidades raciais; e por fim, que conhecimentos produzem, articulam e compartilham através da plataforma de rede social Instagram. Para tanto, o estudo se apoia em pesquisas já desenvolvidas nas ciências sociais que abordam a presença de mulheres negras e feministas no ciberespaço como agentes significativas na construção e ampliação de novos espaços de aprendizagens (BARROS, 2009; PAZ, 2019). Pois, como será possível observar, o trabalho desempenhado por minhas interlocutoras não pode ser analisado separadamente de seu propósito enquanto ação política e formativa. Assim, esta pesquisa propõe olhar para a atuação das trancistas, a partir de fontes digitais provenientes do ciberespaço, que se caracteriza, segundo Lévy (1999, p. 92) como “um espaço de comunicação aberto pela

interconexão mundial de computadores”; um local de disponibilização de informações possibilitado pela internet e pelas novas tecnologias, que se constitui como uma dimensão virtual da realidade, onde os indivíduos interagem pela forma de imagens, textos, áudios e vídeos através de dispositivos conectados à internet (RABAÇA, BARBOSA, 2001). Nesse contexto, as narrativas analisadas estão relacionadas com as significativas mudanças produzidas pela universalização dos usos de aparatos tecnológicos, especialmente os smartphones, incorporados à vida cotidiana das pessoas. Destarte, pretendemos alimentar e atualizar a literatura produzida sobre trançistas e penteados afros a partir da dimensão do ciberespaço; ao apresentar como este novo cenário está posto e que novos elementos trazem aos estudos sobre tranças e salões étnicos. É neste sentido, que entendo a importância desta discussão, visto que o trabalho desenvolvido por trançistas no ciberespaço se constitui, como apresentarei a seguir, como uma grande rede interconectada que produz processos formativos não formais e profissionalizantes com alcance de milhares de pessoas; e ao fazer isso, pretendo também discutir como essas movimentações, protagonizadas por mulheres negras, são capazes de impactar objetiva e 12 subjetivamente as vidas de umas das outras, especialmente, no que diz respeito a descolonização de seus corpos e mentes. **Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou**

No Brasil, durante séculos, a prática de elaborar penteados trançados foi preservada e reinventada, especialmente pelas mãos de mulheres (SILVA, 2013). Para compreender a permanência e a constante reinvenção das tranças e das pessoas que as tecem, é preciso voltar-se para suas origens: o continente africano. Na maioria das sociedades da África Ocidental os cabelos funcionaram como transmissores de mensagens e simbologias; penteados diversos e sofisticados eram usados para indicar estado civil, idade, religião, identidade étnica e riqueza dentro da comunidade. Com isso, além de técnica e destreza, a manipulação do cabelo em África se apresenta como uma atividade requerente de status e responsabilidade social: “o cabeleireiro sempre teve um lugar especial na vida da comunidade” (BYRD; THARPS, 2014, l. 168). É incontestável a força dos significados sociais, estéticos e espirituais que as civilizações africanas atribuem aos cabelos e aos que os manipulam. Assim como é inegável que esses valores acompanharam os povos negros na diáspora forçada provocada pelo colonialismo europeu que remonta ao século XV. Ao chegarem ao Brasil, sob a condição de escravizados, essas pessoas buscaram manter seus costumes e tradições dentro da nova realidade cruel que lhes foram impostas. Então, a prática de trançar os cabelos também se tornou uma forma de resistência e afirmação identitária “contra os estigmas que também acompanharam esses grupos no decorrer de sua história no contexto colonial brasileiro” (SILVA, 2013, p. 20). Podemos afirmar, a partir da discussão trazida por Gomes (2006), que as preocupações dos (as) africanos (as) com o corpo e cabelo são muito antigas e que no “Novo Mundo” elas sofreram transformações, contudo permaneceram, de certo modo, no universo dos (as) negros (as) brasileiros (as) revestidas com outras abordagens. Reis (2010) argumenta que mesmo no período de escravidão, as dimensões de cuidados pelos cabelos e corpo negro não foram extintas, segundo a autora é possível observar a manutenção da vaidade com os cabelos e os trajes (mesmo em contextos tão complexos e cruéis) através das imagens retratadas pelos viajantes do século XIX como Rugendas e Debret. Souza (2009) também nos revela a constância estética nos tempos de escravidão: Assim, as manipulações corpóreas realizadas sobre o cabelo por negros (as) fazem parte da memória coletiva afro-brasileira, seja com o uso de procedimentos como o famoso pente quente ou com as “afirmativas” tranças e outros penteados “afro”. Não são processos “novos” de comportamento estético contra o padrão hegemônico branco ocidental, tem suas 13 raízes em uma memória “ancestral”. Na realidade, são processos de comportamentos estéticos que viveram sobre forte opressão colonial/racial. **Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1B -**

Anunciando a pesquisa atual Pois não foi fácil para os grupos africanos manterem parte de seus valores culturais no território brasileiro, principalmente alguns símbolos étnicos aplicados aos cabelos (SANTOS, 2013, p. 30 e 31). Assim, consciente da longa e imbatível história dos penteados afros, neste estudo, também farei uma breve discussão sócio-histórica, acionando perspectivas e conceitos teóricos anticoloniais produzidos nas ciências sociais. Por conseguinte, a pesquisa também apoia-se nos estudos acerca dos cabelos dos negros e salões étnicos produzidos no Brasil (FIGUEIREDO, 1994; GOMES, 2002; COUTINHO, 2010; BOUZÓN, 2010; SANTOS, 2013; SILVA, 2013; SONGA, 2017; COSTA, 2017).

ANEXO T – INTRODUÇÃO MEA202401

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 1 - Reivindicando centralidade e/para A Escola é uma instituição que formaliza a educação exercendo considerável influência nos educandos através da escolarização. Ela também acarreta, por sua natureza, os condicionantes sociais, culturais e econômicos, capazes de interferir na construção dos sujeitos escolares; assumindo não apenas o legado de transmitir o saber acumulado, mas incorporando ideias e teorias compartilhadas através da socialização. Mediante essas ideias, concordamos com o professor Juarez Tarcísio Dayrell (2001) quando entende a Escola para além de uma estrutura física ou curricular, mas também como um lugar de múltiplas experiências, ou seja, um lugar de liminaridade, onde se privilegiam as relações e as muitas dimensões dos discursos e suas consequentes aprendizagens. Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 2 - Fazendo generalizações de tópicos e/ou Dito isso, até recentemente, a Escola brasileira foi acompanhada e criticada por teóricos centrados na exploração capitalista que denunciavam os currículos tecnocráticos e o interesse das classes dominantes, mas não problematizavam o universo das questões raciais no ambiente educacional. Nesse ínterim, as análises marxistas voltadas para realidade brasileira não abarcavam outras percepções que refletissem os conflitos étnicos iminentes em nossa sociedade e tenazes nessa instituição. Assim, concordamos com o referido autor quando entende que “a diversidade cultural, nem sempre pode ser explicada apenas pela dimensão das classes sociais” (DAYRELL, 2001, p. 143). Muniz Sodré (2023), por seu turno, completa o raciocínio, enfatizando a questão racial da seguinte maneira: No início da terceira década do século XXI, a questão racial irrompe no mundo como um tópico de primeiro plano e não mais como mera “contradição secundária” conforme diagnosticava uma histórica linha de pensamento, segundo a qual a relação de classe, principalmente aferida pela estrutura socioeconômica, esgotaria as relações caracterizadas como “raciais” (p.7). Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 3 - Revendo itens de pesquisas anteriores Mediante o exposto, antropólogos e teóricos culturalistas viram a urgência para atentarmos sobre a diversidade cultural e as relações étnicas. No caso brasileiro, a discussão apontava a necessidade de um aprofundamento que fosse capaz de interferir em nossa realidade social e cultural e com isso, denunciar o racismo brasileiro. Por razões afins, os movimentos sociais, sobretudo, os movimentos negros, trabalharam para que políticas públicas fossem contempladas e as identidades e culturas afro-brasileiras estivessem representadas de maneira positiva dentro da Escola aplainando assim, o caminho para a aprovação da Lei nº 10.639/03. Apresentado o contexto, a Lei nº 10.639/03 faz parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - (LDB - nº 9.394/96), em seu Artigo 26-A. Por intermédio dela, foi determinado o ensino da história africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino público e privado nas etapas de ensino fundamental e médio. Desse modo, a legislação foi instituída para incluir na Escola, temas relativos à história e cultura de pessoas africanas e afro-brasileiras, problematizando ainda outras temáticas como racismo e preconceitos com as identidades e culturas negras. Enfatizamos que o fundamento da Lei nº 10.639/03 promove as ações e metas educativas de combate ao racismo e discriminações. Nesta perspectiva, ela foi destinada aos gestores do sistema de ensino, aos professores/as e estudantes com o intuito de alcançar a todos cidadãos no seio de nossa sociedade. Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - (Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais Neste trabalho, estudamos a Escola Rachel de Queiroz do ponto de vista antropológico, mas também nos dedicamos à observação da Escola brasileira em sua conjuntura histórica e sociocultural para entendermos como algumas ideias afetaram o fazer pedagógico dos educadores. Adiante, apresentamos a Escola de Ensino Fundamental-II Rachel de Queiroz, situada na cidade de Quixadá – Ceará. A

referida escola compõe o Distrito Educacional, também denominado, Rachel de Queiroz, onde durante cinco anos, desempenhamos o papel de educadora. Por isso, explicamos que este trabalho transporta uma bagagem de observações respaldadas em nossa experiência profissional. Esta, transformada em campo fez surgir constantes sentimentos causados pelos desafios vivenciados. Assim, entendemos com Clifford Geertz (1978) que ao refletir sobre o exercício de conhecer primeiro à sua cultura, expressou a necessidade de um estranhamento, que por si só, já carrega o grande desafio, o de estranhar-se a si mesmo(...). Por conseguinte, acreditamos que nossa experiência pode ser refletida como o duplo papel no campo, quando analisada pela perspectiva da pesquisadora, mas também pela própria consciência docente. No tocante a nossa experiência, atentamos para Velho (2013, p. 72) quando descreve: “O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido, e 11 o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto desconhecido”.

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1B - Indicando uma lacuna ou Do mesmo modo, compreendemos com Da Matta que isso seria o mesmo que “transformar o familiar em exótico” (DA MATTA, 1974, p. 4). E em consequência, refletimos também com Peirano (2006), sobre o cenário de nos tornarmos “nativos etnógrafos”, que por sua vez, se complementa com a movimentação feita entre a aproximação e o distanciamento, nos assomando para uma antropologia fluida, inspiradora, como parte integrante da teoria vivida. De um modo geral, observamos que, mesmo após os vinte anos de promulgação da Lei nº 10.639/03, ainda existem lacunas quanto a sua aplicabilidade na Escola Rachel de Queiroz, onde observamos, por exemplo, que o racismo nesse campo escolar, ao ser retratado como “brincadeiras de mau gosto”, impossibilita o debate sério sobre os condicionantes desse crime. Frente a esta realidade geral, a pesquisa presente, partiu da hipótese básica de que os conteúdos sobre as representações das identidades afrobrasileiras são trabalhados de modo insuficiente dentro da já citada Escola. O que não é em si uma novidade, haja vista as notícias cotidianas sobre o assunto na grande mídia, tal como esta que segue, quando de um balanço dos vinte anos da promulgação da Lei nº 10.639/03. Segundo a matéria, o ensino da cultura africana e afro-brasileira estaria longe de ser realidade nas escolas brasileiras: Educadores e historiadores ouvidos pelo G1 destacam a importância de o tema ser debatido em sala de aula como forma de combater o racismo, valorizar a diversidade e reconhecer a contribuição e o papel fundamental do povo negro na construção da nossa sociedade. Eles ressaltam, porém, que, em geral, o assunto é tratado nas escolas - quando é tratado - com superficialidade, estereótipos e materiais desatualizados. Também relatam falta de apoio na formação dos professores (SANTOS, Jornal o Globo, São Paulo, 21 jan.2023, s/p). Em síntese, queríamos saber como as representações sobre as identidades afrobrasileiras são trabalhadas por docentes da Escola Rachel de Queiroz em suas turmas de 6º ao 9º ano. Em nossa pesquisa, observamos como os/as educadores, profissionais que trabalham na Escola Rachel de Queiroz, operam com os conteúdos que despertam a consciência política e histórica da diversidade, o fortalecimento de identidades e os direitos sociais conquistados pela Lei nº 10. 639/03.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1B - Anunciando a pesquisa atual Concretamente, tomamos como objeto de estudo, os Planos de Aula dos 2 Anos Finais/Ensino Fundamental-II, das disciplinas de artes, literatura e história, com o propósito de compreendermos como os professores e professoras programam suas aulas tendo em vista os conteúdos a que versa essa Lei. Posto isto, examinamos como a Escola Rachel de Queiroz inclui, no Projeto Político Pedagógico, atividades interdisciplinares e extra-sala de aula que tratem dos diversos aspectos da história e culturas africana e afro-brasileira para a formação dos/das educandos/as, considerando, segundo esses aspectos, o ensino das relações étnico-raciais. Daí, verificamos como esses/as estudantes recebem e retrabalham tais conteúdos. Ressaltamos, então, que esta é uma pesquisa qualitativa, cujos resultados podem

ser lidos como frutos de estudos bibliográficos e documentais, com destaque para livros, capítulos de livros e artigos publicados em periódicos científicos, revistas e jornais de grande circulação, legislações, Projetos Pedagógicos e planos escolares. Salientamos que a pesquisa é de cunho antropológico, mas se apresenta por uma abordagem interdisciplinar entre antropólogos/as, sociólogos/as, historiadores/as e educadores/as que se cruzam e sedimentam esta investigação, pois entendemos com Gusmão (1997) que os percursos trilhados pela antropologia atravessam diferentes campos. Tendo em vista a importância das principais mudanças legais previstas para os conteúdos referentes à Lei nº 10.639/03, concentramo-nos em alguns regimentos das políticas educacionais - federais, estaduais e municipais que se apresentaram como instrumentos necessários para o fazer pedagógico dos docentes na Escola Rachel de Queiroz. Assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais - (PCNs), as Diretrizes Curriculares Nacionais - (DCNs), a Base Nacional Comum Curricular - (BNCC), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - (LDB), as Orientações Curriculares Prioritárias do Ceará - (OCPC), o Documento Curricular Referencial do Ceará - (DCRC) e o Programa Nacional do Livro Didático - (PNLD), foram consultados para o acompanhamento e exames dos planejamentos e práticas dos Planos de Aula. Tal como, como os documentos da própria Escola Rachel de Queiroz, a saber: o Projeto Pedagógico - (P.P), o Plano Escolar Anual e, enfim, os Planos de Aula que se constituíram como fontes indispensáveis para a discussão em torno de nosso problema de pesquisa, qual seja, a baixa representatividade da identidade afro-brasileira na Escola Rachel de Queiroz, situada no município de Quixadá- ce. Completamos este trabalho, realizando incursões em campo por meio da observação – participante, que no decorrer de quatro principais visitas, organizadas para se manter no campo em média de duas semanas. Elas ocorreram da seguinte maneira: a primeira em janeiro, a segunda em março, a terceira em setembro e a quarta em novembro. Todas no ano de 2023. Desse modo, conversamos com os gestores e nos apresentamos aos docentes e discentes, até conseguirmos alcançar o objeto de nosso estudo, os Planos de Aula dos professores e professoras de artes, literatura e história, para que com isso, observássemos como em sala de aula, os assuntos abordados estavam sendo laborados em torno da Lei a que se refere esta pesquisa. No entanto, acrescentamos que não foi possível, acompanharmos esses conteúdos no contexto da sala de aula, pois nos dias em que estivemos em campo, essas temáticas não estavam sendo abordadas na prática. Nesse sentido, nossa coleta se restringiu aos movimentos escolares no pátio, as entrevistas com os interlocutores e aos documentos apresentados. Em suma, nosso recurso técnico foi a coleta de dados, ou seja, o procedimento de entrevistas estruturadas, com roteiro de perguntas definidas com o objetivo de iniciarmos os questionamentos de maneira imparcial. Em seguida a entrevista semiestruturada, ou seja, dialogada oferecendo algumas possibilidades de aprofundamento das questões no decorrer do processo investigativo. Contamos também, com a utilização de questionários contendo opções de múltipla escolha com os/as discentes. Realizamos ainda, algumas entrevistas por meio das ferramentas do Google meet e Watsapp. Estas ferramentas foram utilizadas quando alguns interlocutores, não estiveram acessíveis presencialmente, com exceção para alunos e alunas. Dito isso, esses interlocutores contabilizaram no total de oito professores/as, um diretor, duas coordenadoras, uma professora auxiliar da coordenação, duas representantes da secretaria de educação e quarenta e oito discentes da Escola Rachel de Queiroz. Inicialmente, realizamos as primeiras entrevistas com dois professores que estavam no dia de seus planejamentos, a saber, um dos professores do componente curricular de história e um de matemática. No segundo dia, houve algumas resistências, para a 14 entrevista aberta, por isso, aplicamos as mesmas questões da entrevista por meio de um questionário estruturado com os/as demais docentes, a pedido dos mesmos. Já com os/as discentes, trabalhamos simultaneamente a entrevista semi-estruturada, dialogada e junto a isso, a aplicação de um questionário. Deixamos uma

sala reservada para este momento, onde os alunos de 6º ao 9º ano puderam ir livremente até a sala para participarem de nossa entrevista. No decorrer de duas semanas, em novembro, tivemos o seguinte: Turma de 6º ano A e B: foram entrevistadas no total de 12 discentes - 07 meninas e 05 meninos; 7º ano A e B, 12 discentes - 06 meninas e 06 meninos; 8º ano A e B, 16 discentes - 08 meninas e 08 meninos e 9º ano A e B no total de 08 discentes - 03 meninas e 05 meninos. Salientamos que a transcrição das entrevistas citadas por todos os interlocutores ganharam um pseudônimo, todos baseados em nossa época estudantil. Convém ainda ressaltar que, no decorrer desta dissertação, apresentamos os capítulos por onde serão permitidas reflexões comprometidas com uma educação pautada na inclusão das relações étnico-raciais, com o recorte para a cultura e história de descendentes afro-brasileiros e seus ancestrais referenciadas pela Lei 10.639/03.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 3 - Indicando estrutura da dissertação

Desta maneira, descrevemos que o trabalho está dividido em três capítulos acompanhados de três tópicos cada, sendo o último capítulo constituído por quatro tópicos. Após, segue as considerações finais e por fim, os apêndices e anexos contendo alguns registros visuais que reforçam aquilo que mencionamos em nossa pesquisa. No primeiro capítulo, é abordado, por um viés socioantropológico, a Escola brasileira em seus marcos constitutivos. Mesmo sem grandes rupturas históricas, é possível observarmos alguns percursos temporais voltados para as concepções a que se fundamentou esta instituição formal de educação. Por isso, primeiramente, julgamos ser imprescindível uma pesquisa que contasse com aprofundamentos metodológicos capazes de revelar com cientificidade o passado histórico e a observação da realidade presente, segundo o método de Durkheim (1982). Em síntese, no tópico: “O pensamento social brasileiro refletido na Escola”, observamos como não somente os jesuítas, fundadores do ensino em terras brasileiras, estiveram creditados nos moldes da moral eclesiástica, como mais tarde, a antropologia evolucionista auxiliou para que a forma de pensar do homem europeu fosse instaurada no pensamento social brasileiro. No mesmo capítulo, com o tópico: “Admoestações à Escola”, acompanhamos que na década de 1920, os educadores reclamaram o monopólio de uma educação elitista conservadora e ainda marcada pelo catolicismo, fortalecendo com isso, o movimento da Escola Nova em 1932. E em seguida, o tópico: “Entre a teoria e a prática: o que falta no currículo para o cumprimento da Lei nº 10.639/03”, encontramos uma denúncia sobre o mito da democracia racial já forjada no ambiente educacional da Escola brasileira. São apresentadas as principais críticas de cunho marxistas que foram evocadas para censurar a Escola. Ademais, o Movimento Negro é apresentado como essencial para a visualização da cultura negra. Assim, até aqui, autores como Aranha (1989), Baudelot e Establet (2004), Cuche (1999), Florestan Fernandes (2007), Domingos (2012), Gomes (2012), Laplantine (2003), Mattos (1958), Munanga (1999), Ortiz (1985), Riutort (2008), Saviani (2009), Schwarcz (2008; 2012), Silva (2007) e Sodré (2023), são importantes teóricos mencionados. No segundo capítulo, encontramos nosso campo de pesquisa, ou seja, a “Escola Rachel de Queiroz como um espaço para discussão das relações étnico-raciais”. Neste, algumas características contextuais da cidade de Quixadá- Ce, tal como do bairro onde a Escola Rachel de Queiroz está inserida como estrutura física e social são exploradas. Já no tópico: “Início de papo: conversas cruzadas quando o assunto é a diligência da Lei nº 10.639/03 na proposta pedagógica da Escola Rachel de Queiroz”, a discussão se exprime a partir do Projeto Pedagógico (P.P), onde é exibida a primeira coleta de entrevistas e as impressões geradas e discutidas com auxílio de autoras e autores como Gomes (2011; 2012; 2016), Gusmão (2013), Silva (2022), entre outros. Enquanto, no tópico: “Autodeclaração: um fio condutor para o diálogo sobre identidade, raça e diferença”, é exposto como a partir de um questionário onde a interrogação - “Como você se autodeclara?”, gerou algumas dúvidas e hesitações por parte dos/das entrevistados/as, desabrochando um debate em torno de temáticas como cor, identidade e raça. Assim, autores/as como: Cavalleiro

(2015), Gomes (2002), Hall (2022), Mbembe (2014), Munanga (1999), Schwarcz (2012), Silva (2022) e Woodward (2022), complexificam conceitos relacionados à raça, identidade e diferenças. Adiante, no tópico: “Brincadeira sim, racismo não!”, é apresentado como os/as discentes são afetados/as no seu cotidiano com disputas tomadas por eles, como brincadeiras inofensivas e pelos/as docentes como brincadeiras de mau gosto, entendidas por estes últimos, como raiz da indisciplina em sala de aula. Nesse ínterim, o tópico procura desmistificar a causa da indisciplina revelando um fator condicionante para essas querelas. Autores e autoras como Cavalleiro (2015), Cunha (2011; 2013), Gusmão (2013), Silva (2022), Sodré (2023), entre outros, se apresentam como importantes 16 teóricos que discorrem sobre os assuntos citados, revelando outros condicionantes das brincadeiras, o racismo disfarçado. Por fim, no terceiro capítulo, apresenta-se o tema: “Da tarefa à motivação: como os conteúdos a que se refere a Lei nº 10.639/03 são operados nos Planos de Aula da Escola Rachel de Queiroz”. Neste, é reportada algumas entrevistas, onde são apresentadas as subjetividades de professores e professoras com relação aos materiais didáticos utilizados para o trabalho com o Plano de Aula. Portanto, os referenciais curriculares e os documentos que orientam o trabalho dos mesmos, entre eles, o PNLD, se destacam como ferramentas importantes e indicam a forma como os educadores da referida Escola estão aplicando o ensino das relações étnico-raciais, mais precisamente com a Lei nº 10.639/03. Novamente, autores e autoras como Bell Hooks (2017), Cunha (2011), Freire (1979), Gomes (2002), Saviani (2009) e Silva (2007) são peças-chaves para a compreensão de como o/a docente precisa se empenhar no seu fazer pedagógico para gerir os conteúdos programados. E é ainda neste capítulo, no tópico “Como os alunos e alunas da Escola Rachel de Queiroz recebem e retrabalham os conteúdos referente a Lei nº 10.639/03”, que revela-se uma cultura de desinteresse por parte dos/das mesmo/as com relação ao material didático oferecido nas aulas para trabalharem os conteúdos sobre africanidades. Com isso, algumas reflexões de autores como Hooks (2017) e Freire (2010), inserem para a reflexão de um ensino consciente e motivador. Observamos ainda, no capítulo três, em seu tópico: “Formação de professores e a decolonização dos saberes”, que é apontada por alguns interlocutores da pesquisa, a necessidade da formação de professores para que a Lei nº 10.639/03 seja consolidada na Escola Rachel de Queiroz. Desse modo, o tópico acrescenta uma rápida ideia da decolonização de saberes baseado em Quijano (2005), que por sua vez, alerta sobre a colonização do saber que atravessa epistemologias atuais podendo ser criticadas a partir de novas posturas contextualizadas e valorizadas no conhecimento dos grupos subalternizados. Outros autores já citados, intensificam a reflexão. Portanto, no último tópico: “Quixadá na corrida para inclusão das relações étnico-raciais”, é exibido como a Secretaria Municipal de Educação na cidade de Quixadá, tem pensado e projetado um plano com auxílio do Conselho Municipal, na corrida para inclusão da educação étnico - raciais. Manifesta-se então, a aspiração desses órgãos para emergência do ensino sobre a diversidade cultural da nação, embasados nas principais normas e regimentos que conferem o ensino para relações étnico - raciais. Nas considerações finais há uma breve reflexão sobre os resultados desta pesquisa e em seguida, nos apêndices, encontramos imagens de ações executadas na Escola Rachel de Queiroz, tal como há nos anexos, o principal material didático utilizado pela Escola Rachel de Queiroz para operacionalizar a Lei 10. 639/03, a saber o PNLD de história e os questionários aplicados durante as entrevistas. Expressamos com isso, que esta pesquisa faz parte de uma das frentes a se posicionar contra os males históricos que a sociedade brasileira ainda insiste em transportar. **Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 2 - Anunciando as principais conclusões** Deste modo, a presente dissertação nos oferece o apoio consciente de um trabalho sério que se move para a tarefa na qual nos propomos a investigar. Além disso, assumimos o lugar do engajamento antirracista dentro do ambiente escolar, embasados no pensamento de Nilma Lino Gomes (2002), que acredita que uma das possibilidades para

combater o racismo deva partir dos/das educadores. Assim, partimos da Escola Rachel de Queiroz, que aqui, pode ser traduzida como um lugar possível para esta reflexão.

ANEXO U – INTRODUÇÃO MEA202402

Esta pesquisa estuda um grupo de mulheres que passam por tratamento quimioterápico em Brasília –DF. A escolha por mulheres como interlocutoras da pesquisa está relacionada com o desejo de compreender como elas interpretam as suas próprias construções culturais do “ser mulher”, principalmente antes e após o diagnóstico e início de tratamento. Também estou interessada em pensar como se posicionam frente a mudança física, baseada nas noções de construção de gênero, sexo e emoções no contexto antropológico. Anseio, portanto, por debater neste estudo como o fato de estar doente e em tratamento afeta o entendimento delas sobre elas mesmas. Interesse-me por desenvolver uma melhor compreensão sobre a experiência corporal, que são estruturadas no ambiente de tratamento e em outros contextos do seu cotidiano, suas formas de resiliência, suas expectativas e as interpretações acerca do câncer em suas histórias e vidas, procurando especialmente relatar quais os significados são proporcionados pela quimioterapia e o seu protagonismo na busca pelo restabelecimento da saúde e prolongamento da vida. O interesse pelas vidas de mulheres em terapia contra o câncer se conecta a minha própria experiência pessoal com a doença no início da vida adulta. Pouco tempo após meu diagnóstico, por volta de 2011, muitas dúvidas surgiram com relação à qualidade de vida com o câncer. Então, tive a ideia de procurar por pessoas e/ou grupos virtuais que estivessem em situações similares. Desde então, tenho sempre acompanhado redes sociais, páginas, pessoas ou ONGS que trabalham informando e promovendo atividades, palestras, oficinas e rodas de conversa para o público feminino, especialmente para as mulheres com diagnóstico de câncer, em tratamento ou remissão. Essas coletividades podem ser compreendidas como grupos de apoio, nos quais é possível adquirir um conhecimento mais acessível, isto é, com pessoas que compartilham experiências e conversam sobre diagnósticos e tratamentos com uma linguagem menos técnica se comparada às informações geralmente repassadas pelos médicos e profissionais do meio clínico/hospitalar. As pacientes oncológicas entrevistadas neste trabalho são de diferentes idades e fazem tratamento em Brasília –DF. Destas, cinco residem na capital federal e uma em Goiás. Obtive contato com elas a partir da ONG “Vencedoras Unidas”, que conheci por meio do Instagram³. A ONG mantém desde 2017 um canal no Youtube com intuito de apoiar e ajudar mulheres com diagnóstico de câncer⁴. Acompanhando as postagens já há algum tempo, decidi entrar em contato por via de uma mensagem direta na página do Instagram, me apresentei como pesquisadora e estudante de mestrado e perguntei se havia alguma paciente interessada em participar. Como resposta, me encaminharam o número de celular de Ilma Gomes uma das diretoras da associação, que, de forma bastante atenciosa e receptiva me conectou a Lileuda e Janetty, integrantes veteranas da ONG que já foram pacientes oncológicas e, atualmente, estão em remissão. Elas me receberam com muito entusiasmo, gerando um vínculo especial e de extrema importância, pois, por meio delas consegui entrar em contato com as seis interlocutoras e protagonistas deste trabalho. A partir desse primeiro canal de comunicação, desenvolvi esta pesquisa com seis mulheres, com as quais tenho contato desde meados de março de 2022. Neste ponto do texto, limito-me a apresentá-las brevemente. Por ora, identifico apenas seus nomes e diagnósticos, pois, no decorrer do trabalho, haverá um capítulo expondo mais detalhes de quem são e quais os caminhos percorridos para o diagnóstico e o tratamento. Os nomes aqui expostos são reais e não foram utilizados pseudônimos. Isso ocorreu porque as interlocutoras se sentiram à vontade em revelar as suas identidades. A primeira paciente que apresento se chama Andressa, moradora de Ceilândia, região administrativa do DF. Ela foi diagnosticada aos 28 anos com câncer triplo-negativo⁵ na mama esquerda em março de 2022. Esse câncer acontece quando as células não têm receptores de estrogênio ou progesterona⁶. Em seguida, temos Karollyne, residente de

Brasília – DF. Também recebeu o diagnóstico aos 28 anos, em 2022. Inicialmente, soube que estava com um câncer de mama HER 2+. Entretanto, depois foi surpreendida com a notícia de uma metástase⁷. A terceira paciente chama-se Adriana e é moradora de Ceilândia Sul - DF. Atualmente, tem 39 anos, mas foi diagnosticada com câncer de mama triplo-negativo avançado em 2014. Após o diagnóstico teve duas recidivas, a primeira no ano de 2017, com metástase pulmonar, e a segunda em 2020, com metástase cerebral. A quarta paciente se chama Elizabete, mas prefere ser chamada de Bety. Ela tem 45 anos e reside em Ceilândia Setor O – DF. Em janeiro de 2022, foi primeiramente diagnosticada com câncer de mama na categoria BI-RADS 4C⁸. Porém, em abril do mesmo ano ela recebeu outra confirmação: a de um câncer luminal B-HER 2 positivo na mama esquerda. A quinta interlocutora é Olga⁹ de Valparaíso de Goiás – GO. Olga foi diagnosticada aos 58 anos, em janeiro de 2021, com nódulos na mama de categoria BI-RADSTM 410, mas em abril do mesmo ano, após uma bateria de exames, recebeu um novo diagnóstico com resultado de câncer metastático no mediastino¹¹, também na axila direita, nos pulmões e em duas vértebras na lombar. Já em agosto de 2022, foram também encontrados micro nódulos em seu fígado. Tempos depois, em março de 2023, obteve mais um diagnóstico, desta vez com metástases no quadril e no fêmur. E a sexta e última interlocutora desse grupo se chama Joana D’arc, mora em Taguatinga Sul – DF, e em junho de 2020, quando tinha 62 anos, recebeu o diagnóstico preliminar de múltiplos nódulos pulmonares. Entretanto, com exames mais específicos, Joana obteve o resultado de neoplasia nas duas mamas, com metástases nos pulmões, peritônio¹², no mediastino e também nos linfonodos axilares. Estas mulheres se encontram no fato de possuírem diagnósticos parecidos, já que todas tiveram as análises iniciadas pela presença de neoplasias mamárias, algumas também se deparam com metástases e cada uma tem sua particularidade na busca por respostas. Mesmo que todas tenham câncer de mama, os sintomas não eram os mesmos e esse foi um ponto importante para a escolha de método de pesquisa. As narrativas de vida de cada uma delas, a partir da busca pelo diagnóstico, formam não apenas seus itinerários terapêuticos, mas também demonstram a maneira como entendem seus corpos neste instante entre saúde, doença e tratamento. Para realizar a pesquisa, utilizei como inspiração “o método de relatos de vida”, de Daniel Bertaux (2005) ou, como chamamos, narrativas de vida. Neste método, as ‘entrevistas’ não foram pautadas em questionários prontos, mas em uma conversa baseada em direcionamentos onde “o sujeito é convidado pelo pesquisador a considerar suas experiências passadas por meio de um filtro” (p.38). O foco de Bertaux nas histórias de vida não é a única abordagem antropológica que acompanha trajetórias. Suely Kofes (1994) no artigo “Experiências sociais, Interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites” apresenta um trabalho sobre duas histórias de vida, ou “estórias de vida”. Sua perspectiva considera as histórias de vida como interpretações individuais de experiências sociais, sintetizando a singularidade do interlocutor. A interação entre pesquisador e sujeito funciona como fonte de informação, evocação e reflexão, pois, dessa maneira o pesquisador teria de levar em conta os elementos narrados e ‘intercruzá-los’ com outras narrativas para que haja a compreensão da experiência que ultrapassa o sujeito que relata; transmissão subjetiva e interpretativa do entrevistado e a análise sobre a experiência vivida, pois, conforme a autora, a “não-atenção a esta complexidade poderá levar a duas interpretações opostas: o da objetividade plena do relato (tomá-lo apenas como informação) ou o da subjetividade plena do relato (tomá-lo apenas como evocação)” (p.120). A intenção é que as estórias de vida sejam consideradas como contendo ambas. O intercruzamento das histórias de vida, conforme aborda Kofes (1994), é um método que possibilita a reflexão e identificação dos eixos que estruturam a construção das narrativas das interlocutoras, considerando que todas elas dividem singularmente uma “experiência compartilhada” (p.130): o câncer e a quimioterapia. Portanto, acredito que o método de histórias de vida nessa

perspectiva seja pertinente nesta pesquisa pois, o inter cruzamento das narrativas permite uma análise que coloca em evidência as interpretações acerca das visões gerais e particulares das interlocutoras. No entanto, as entrevistas não foram feitas presencialmente, já que as interlocutoras residem em um estado distante do qual resido, suas histórias de vidas além de ouvidas, serão lidas, pois nosso contato ocorreu de forma virtual há pelo menos dois anos, utilizando de ferramentas online e aplicativos para comunicação. Por isso é importante ressaltar que além de histórias de vida, conto também com os aportes da antropologia digital. Em entrevista, Daniel Miller (2015) 14 fala sobre sua proposta em criar a subdisciplina de antropologia digital, que é também o título de seu livro. Segundo o antropólogo, a disciplina seria específica para estudar os elementos antropológicos da cultura digital, proporcionando uma nova forma de interpretar as relações virtuais, não somente baseada em dados e números como descreve ter lido em outros trabalhos, que focavam na quantidade de dados obtidos. Esses estudos tendem a emular as pesquisas feitas pelas ciências naturais, como, por exemplo, em estudos da internet que procuram observar quantos amigos uma pessoa tem que ter numa rede social para ser considerada muito popular pelos outros. E, então, eles extrapolam disso para uma declaração geral sobre a amizade no Facebook. (DANIEL MILLER. Disponível na entrevista) Para Miller, a diversidade do mundo virtual também precisa ser compreendida em sua pluralidade, não por meio de dados quantitativos. O autor defende que na antropologia virtual é possível manter as características tradicionais do trabalho antropológico permanecendo sempre a premissa do triângulo da antropologia: o relacionamento entre o individual, social e cultural. Entretanto, o trabalho de pesquisa realizado nesta dissertação utiliza de vários aportes, não podendo apoiar-se somente na premissa da antropologia digital de Miller, porque a intenção é usar o campo digital no que diz respeito ao contato virtual, não sendo uma pesquisa sobre sites, ambientes virtuais ou redes sociais, mas tendo em vista estes espaços como ferramentas de campo como ponte de acesso a minhas interlocutoras. Utilizo ainda a etnografia on-line como ferramenta na construção deste trabalho, partilhando dos princípios de Christine Hine em entrevista com Campanella (2015) na qual ela expõe e inclui o conceito de que há uma tendência de as redes sociais serem usadas como meio de comunicação com pessoas que se conheceram por outros meios. E também a abordagem de Larissa Pelúcio (2015). A autora trabalha questões em torno de técnicas de pesquisa com mídias digitais, respeitando a ética e exigência da etnografia. Sua análise em sites de relacionamento a partir de trocas de mensagens, com interações por redes sociais e e-mails lhe levou “a discutir o lugar da pesquisadora como interlocutora e confidente, atenta à dimensão emocional das mídias mostrou-se fator decisivo na produção discursiva e da flagrante textualização de si” (Pelúcio, 2015, p.35). Neste sentido, entre os diálogos com minhas interlocutoras por meio de aplicativos de mensagens e levando em consideração que já fui outrora paciente oncológica, por vezes me sinto no papel de ‘interlocutora e confidente’ e embora não estejamos face a face, enquanto pesquisadora utilizo as técnicas digitais como captação das emoções, sejam elas em voz via áudio ou textualizadas. Como requisição, transformei em diário as textualizações das conversas via mensagens e áudios enviados no aplicativo do WhatsApp com as interlocutoras. Atribuí valores ao uso das mídias digitais, uma vez que as conversas on-line promoveram minha conexão com elas, que estão geograficamente espalhadas em Brasília – DF e Goiás. O campo de pesquisa e suas vicissitudes Estudar temas como o câncer e a quimioterapia tem sido bastante desafiador. Com o tempo passei a me questionar sobre as ferramentas utilizadas. Os diálogos se realizam a grande distância física, e as interlocutoras e eu estamos separadas por pelo menos dois mil quilômetros. Como aponte, lanço mão das ferramentas virtuais. Operando com elas sou obrigada a me adaptar às instabilidades que porventura acontecem. Às vezes, não há devolutiva por semanas ou meses e tudo o que posso fazer é esperar que aquela mensagem

não lida, ou aquele áudio não ouvido tenham respostas. Quando me propus a trabalhar nesta temática, já imaginava as instabilidades que viriam, sabendo que o câncer é uma doença que age silenciosamente ceifando o tempo. Logo depois do diagnóstico, a prioridade do tempo muda e é preciso literalmente correr em busca do reestabelecimento da saúde. Essa corrida se torna um ciclo entre consultas, exames, diagnósticos e tratamentos, o tempo se torna curto e, ao mesmo tempo, longo, já que estamos falando de uma doença que causa muito incômodo e dor, além do medo trazido pelo tabu e estigma da doença. A paciente busca qualidade de vida e equilíbrio dentro desse ciclo, que não deveria ser tão cansativo, não fosse as condições de serviços prestados pelo SUS e até mesmo pelos planos de saúde, pois a reclamação sempre é a mesma: o atraso e a demora, principalmente na entrega de resultados dos exames indispensáveis para definir o diagnóstico e, conseqüentemente, o tratamento, como será exposto pelas falas das interlocutoras no decorrer da pesquisa. Depois do diagnóstico, existe ainda a espera pelo acesso aos medicamentos, os quais nem sempre estão todos disponíveis pela rede pública. A quimioterapia é o tratamento mais indicado contra diversos tipos de tumores e, na maioria das vezes, não dura menos de seis meses e pode, com certeza, durar muito além. Com isso, quero dizer que neste campo a maior dificuldade é lidar com o tempo e a inconstância dele para com as pacientes e interlocutoras. A doença por si causa desgastes físico, mental e emocional, com a rotina de tratamento ainda, tudo isso é intensamente multiplicado. Nem sempre será possível manter um diálogo aberto. As interrupções, as pausas, as quebras de ritmo estão sempre presentes. Infelizmente, quatro das interlocutoras faleceram antes da conclusão da pesquisa, o tempo delas foi limitado. Elas se foram pela agressividade da doença, mas há um fator que pode ter contribuído para acelerar a progressão do câncer de Andressa: a demora em conseguir o tratamento necessário. Ante o exposto, no curso da pesquisa o desafio em campo é manter o diálogo aceso, pois a instabilidade é uma característica do câncer e mais ainda da quimioterapia. É preciso trazer desenvoltura e sensibilidade, e na tentativa de compreender que o contato sofrerá interrupções sempre. Um dia, os pacientes estão melhores e dispostos. Em outros, podem estar cansados, internados ou acamados. Percebi que ter experienciado a doença por quase uma década me abriu portas com as interlocutoras, não somente pelo diagnóstico em comum, mas pela capacidade de entendimento do que elas dizem. Percebo maior adaptação delas ao falarem em termos médicos e também sobre experiências e sentimentos trazidos por toda a vivência de um paciente oncológico: rotina de exames, consultas, medicações e todos os sintomas provenientes da doença e efeitos colaterais dos tratamentos. Entretanto, enquanto paciente oncológica em remissão sei que a incerteza é um fator presente todos os dias, especialmente quando ainda se está em tratamento e quando a remissão é ainda um desejo, não uma realidade. Mesmo tendo consciência disso, acho que nunca estaremos dispostos e prontos para lidar com o sentimento de perda. Quase dois anos de contato com as interlocutoras, o conhecimento sobre suas dores, medos, sonhos e crenças me trouxe um ar de acolhimento em suas vidas. Ainda estando presente em momentos difíceis, para mim é duro imaginar que, quando recebi suas últimas mensagens, não sabia que era nosso adeus e que não consegui me despedir ou agradecer por dividirem suas experiências comigo. Essa parte do fazer antropologia não está em manuais, mas aprendi assim que o campo é surpreendente e que somente estando nele iremos descobrir em qual direção seguir. Diante disso, às vezes penso que a contribuição deste trabalho ainda é pequena, se comparada a tudo o que elas proporcionaram a mim. Espero que a ciência consiga fazer valer a pena e que os nossos compartilhamentos e estudos sobre as narrativas das diversas vidas que nos afetam tragam mudanças benéficas para o futuro. Nas páginas adiante estarão as reflexões da problemática que se insere no campo da saúde, doença, quimioterapia e câncer.

Organização dos capítulos

O primeiro capítulo apresenta uma breve discussão sobre as antropologias da saúde, do câncer

e dos medicamentos, compreendendo assim que a quimioterapia é uma composição fármaco/medicamentosa. Esta discussão pretende localizar onde se insere a temática da quimioterapia nos estudos antropológicos e almeja contribuir com o conjunto mais vasto de produções das ciências humanas a respeito de temas marcados pelos saberes biomédicos e/ou farmacológicos. O segundo capítulo expõe a busca por uma antropologia que tem como campo a quimioterapia. Assim, a proposta é explanar do que se trata a quimioterapia, como ela é compreendida enquanto tratamento mais indicado contra o câncer e seus significados culturais e científicos segundo pesquisas antropológicas. Ao mesmo tempo, procuro identificar o processo de tratamento como um campo prolífico para pesquisas de cunho antropológico. Neste capítulo, também faço uma apresentação das interlocutoras, contando sobre suas experiências e sobre os caminhos percorridos para chegar aos seus respectivos diagnósticos. Nele também apresento a ONG Vencedoras Unidas e também é discutido o papel das ONG's no enfrentamento de doenças. O terceiro capítulo aborda a quimioterapia como figura atrelada ao câncer. Isso significa dizer que existe uma espécie de criação visual de uma 'estética do câncer' a partir dos efeitos colaterais do tratamento. O capítulo demonstra a presença de um estigma sobre o que se imagina da doença, especialmente dentro do recorte de gênero feminino. Também se debruça sobre a questão do sentimento de perda, não apenas ligado à morte, mas das várias maneiras de se perder quando se está diagnosticado com câncer. Discuto ainda as reflexões e epifanias de vida trazidas a partir da convivência com a doença e a busca pelo reestabelecimento da saúde.

ANEXO V – INTRODUÇÃO MEA202403

Movimento 1 – Estabelecendo um território - Passo 1 - Reivindicando centralidade e/paraA presente dissertação é fruto da pesquisa de um indígena Tapeba, que se descobriu como ser indígena durante o percurso no ensino médio, final da adolescência e início da juventude. Tendo como forma de ingresso na militância do movimento indígena a participação no momento comemorativo de quinhentos anos da chegada dos portugueses ao litoral brasileiro, no ano 2000, na praia de Coroa Vermelha na Bahia, nesta ocasião, tive meu corpo marcado por bala de borracha e bomba de gás, e, para nós indígenas, o momento era de lutar por “Outros 500 anos”.

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - (Passo 1E - Justificando a pesquisa por meio de aspectos pessoais Em 2008, conheci uma indígena Anacé, com quem construí família, passando a morar e conviver com a comunidade indígena Anacé da localidade de Matões, podendo com este meu relacionamento experimentar a expansão do Porto do Pecém, a promessa de construção da Refinaria Premium II, a chegada do grupo de estudo da Terra Indígena Anacé, na Região, e com isso, muitas relações de amizade e enlace familiares serem desfeitos. Acompanhei a discussão sobre a permanência em uma terra indígena cercada por indústrias ou a saída para uma localidade, sem saber qual ou onde seria esta nova terra. Quando se teve a certeza para onde seria removida a comunidade indígena Anacé, inicia-se aí outro debate: quem vai? E os que ficam poderão se auto identificar como indígena? E a relação dos que ficarão com a saúde indígena? Com a educação escolar indígena Anacé? Mais pontos de tensão entre os familiares estavam postos. Superado mais este problema, inicia-se o processo de realocação que fora prometido acompanhamento psicológico, jurídico e o apoio de caminhões nas mudanças, mas, com a retirada da Petrobras do processo da implantação da Refinaria Premium II, todas as promessas foram esquecidas ou negadas pelos atores que continuaram no processo de realocação do Povo Anacé de Matões e Bolso.

Movimento 2 – Estabelecendo um nicho - Passo 1B - Indicando uma lacuna ouLogo, o trabalho tem como objetivo analisar as relações entre o megaempreendimento, ou podemos chamá-lo de projeto de desenvolvimento econômico, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, e a comunidade indígena Anacé, ambos localizados nos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, no Estado do Ceará. O empreendimento em questão é considerado um dos maiores do país e tem sido alvo de intensos debates e conflitos desde sua concepção. 13 A comunidade indígena Anacé, por sua vez, tem sua história e cultura intimamente ligadas à região onde o empreendimento foi construído. Desde a chegada dos colonizadores europeus, o Povo Anacé vem lutando para manter suas tradições e preservar seu modo de vida em meio às transformações sociais e ambientais provocadas pelo avanço da sociedade moderna. Diante disso, a pesquisa se justifica pela importância de compreender as implicações do megaempreendimento para a forma de vida das comunidades indígenas Anacé e para o seu patrimônio cultural, histórico, imaterial e ambiental. Além disso, a pesquisa visa contribuir para a discussão sobre as possibilidades de diálogo e negociação entre os diferentes atores envolvidos no processo.

Movimento 3 – Ocupando o nicho - Passo 1B - Anunciando a pesquisa atualA pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem antropológica dinâmica, participativa e comprometida, levando em consideração os pensamentos e fazeres antropológicos de autores como por exemplo Bruno Latour, renomado sociólogo e pensador, que desafia a dicotomia tradicional entre natureza e cultura, argumentando que devemos reconhecer e explorar as redes complexas de relações entre humanos e não humanos. Ele enfatiza a importância de considerar os “atores não humanos” como participantes ativos e influentes nas sociedades e nas interações sociais. Latour sugere que devemos abraçar uma abordagem simétrica, na qual humanos e não humanos são considerados igualmente importantes na formação do mundo social. Ele nos convida a pensar em termos de conexões,

mediações e agenciamentos, em vez de separações rígidas entre o natural e o social. Essas perspectivas fornecem novas maneiras de entender e analisar os fenômenos culturais e sociais, desafiando as noções tradicionais de objetividade e universalidade, que valoriza a reflexividade e a desconstrução dos discursos e representações culturais. A metodologia utilizada foi a etnografia, que consiste na observação integrante e na coleta de dados por meio de entrevistas, grupos focais e análise documental, como bem realizou Bronisław Malinowski, renomado antropólogo que contribuiu significativamente para o campo da etnografia. Suas ideias-chave giram em torno da importância da pesquisa de campo intensiva e da participação direta na vida das comunidades estudadas. Ele enfatizou a necessidade de compreendermos as práticas culturais em seu contexto social e enfatizou a importância dos aspectos práticos da vida cotidiana. Além disso, Malinowski enfatizou a relevância das necessidades básicas e da satisfação humana, argumentando que elas são motivadores 14 fundamentais para o comportamento social. Ele também ressaltou a importância da linguagem e do simbolismo na compreensão das culturas. Por meio de suas contribuições pioneiras, Malinowski influenciou profundamente o desenvolvimento da etnografia moderna. Nesse sentido, a pesquisa se insere no campo da Antropologia Histórica, que é uma abordagem que combina os métodos da Antropologia e da História para que, assim, eu possa compreender melhor a sociedade e a cultura do passado do Povo Indígena Anacé. Os antropólogos históricos se baseiam em fontes documentais, arqueológicas (se existirem) e materiais para reconstruírem e criarem as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que moldaram o convívio social deste Povo. Através da análise cuidadosa de registros históricos, como diários, cartas, relatos de viajantes e registros administrativos, os antropólogos históricos são capazes de reconstruir narrativas e compreender as práticas e crenças culturais em contextos temporais específicos. Ao combinar a pesquisa de campo etnográfica com a análise de fontes históricas, a Antropologia Histórica busca trazer uma perspectiva única para a compreensão da cultura e da sociedade. Essa abordagem me permitiu, como pesquisador, ver além dos eventos isolados e considerar as influências e as transformações ao longo do tempo. Através da análise das interações entre os atores sociais e das mudanças nas estruturas sociais, ao longo das gerações, a Antropologia Histórica fornece “insights” valiosos sobre as raízes e os desenvolvimentos de diferentes sociedades e culturas. Dessa forma, a presente pesquisa se justifica como uma contribuição para a compreensão dos conflitos entre o empreendimento do Pecém e a comunidade Anacé, visando promover o diálogo e a negociação entre os diferentes atores envolvidos. A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa baseou-se na perspectiva pós-moderna do trabalho antropológico. Segundo Marcus (1998), o trabalho antropológico pós-moderno propõe uma abordagem crítica e reflexiva que se preocupa em desnaturalizar as categorias culturais e sociais que são produzidas e reproduzidas pelos indivíduos em suas práticas cotidianas. Nesse sentido, a presente pesquisa antropológica busca compreender a complexidade e a diversidade das práticas culturais e sociais, ao mesmo tempo em que questiona as formas de poder que moldam e restringem essas práticas. 15 Para atender aos objetivos da pesquisa, descrevo aqui minha pergunta ponto de partida: como se deu o processo de adaptação da população idosa da Reserva Indígena Taba dos Anacé ao novo espaço geográfico pós desterritorialização em razão da construção e implementação do CIPP? Na tentativa de respondê-la, foram utilizadas as seguintes estratégias metodológicas. A observação participante foi a estratégia metodológica central desta pesquisa. Como defendido por Geertz (1978), a observação participante permite que o pesquisador compreenda a lógica interna das práticas culturais e sociais a partir de uma imersão na vida cotidiana dos indivíduos. Dessa forma, como indígena ativo no movimento que viveu todo o período de pesquisa, busquei participar das atividades cotidianas dos sujeitos da pesquisa, como forma de compreender/descrever as práticas culturais e sociais. Essa estratégia permitiu a obtenção de

informações privilegiadas, mais ricas e detalhadas sobre as práticas culturais e sociais em análise. As entrevistas foram utilizadas como estratégia complementar à observação participante, que foram realizadas entre os meses de julho e setembro de 2023. Foram entrevistadas nove pessoas, sendo destes sete mulheres e dois homens, com idades que variam de 65 aos 79 anos. As escutas foram realizadas de forma individual no local escolhido pelo próprio entrevistado; às vezes, este local era sala da casa do entrevistado, por outras vezes a entrevista se deu no quintal da casa do mesmo. A partir das entrevistas, foi possível aprofundar as compreensões acerca das práticas e representações culturais dos sujeitos da pesquisa. Segundo Kottak (1999), as entrevistas permitem que o pesquisador acesse as representações que os sujeitos têm sobre suas próprias práticas culturais e sociais. As entrevistas foram realizadas de forma aberta e exploratória, permitindo que os sujeitos da pesquisa se expressassem livremente e fornecessem informações relevantes para a análise. A análise documental foi utilizada como estratégia complementar à observação participante e às entrevistas. A partir da análise de documentos, foi possível compreender como as práticas culturais e sociais são construídas e reproduzidas pelas instituições sociais. Segundo Denzin e Lincoln (2018), a análise documental permite que o pesquisador acesse os discursos produzidos pelas instituições sociais e, dessa forma, compreenda como elas moldam e restringem as práticas culturais e sociais dos indivíduos. Foram analisados documentos produzidos por instituições governamentais e não governamentais que atuam na área de interesse da pesquisa. 16 A coleta de dados foi realizada entre os anos de 2008 até 2023, pois neste período foi quando comecei a participar diretamente das ações que envolvem o Porto do Pecém e o Povo Anacé, durante os quais foram realizadas observações participantes em diferentes contextos, como escolas, reuniões comunitárias e espaços públicos. Também foram realizadas entrevistas com nove idosos que são os sujeitos da pesquisa, selecionados a partir de critérios de diversidade cultural e social. A análise dos dados coletados foi realizada por meio da técnica de análise temática, proposta por Braun e Clarke (2006). A partir dessa técnica, foram identificados os temas e subtemas que emergiram dos dados coletados, permitindo a compreensão das relações entre os temas e as práticas culturais e sociais dos sujeitos da pesquisa. A análise foi realizada de forma interativa, permitindo a inclusão de novos dados e a reformulação dos temas e subtemas à medida que a pesquisa avançava. A pesquisa foi realizada de acordo com os princípios éticos da pesquisa antropológica (buscar consentimento do Comitê de Ética em Pesquisa da UFC). Foi obtido o consentimento informado dos sujeitos da pesquisa, garantindo a confidencialidade e a privacidade das informações coletadas. Além disso, foram tomadas medidas para evitar a reprodução de estereótipos culturais e para garantir uma representação fiel das práticas culturais e sociais dos sujeitos da pesquisa.